981.3005
IN
v.6-10
1915-25
Incompl.

Digitized by the Internet Archive
in 2023 with funding from
University of Illinois Urbana-Champaign

https://archive.org/details/revista6107inst

981.3005
IN
V. 6

JANEIRO A JUNHO DE 1915

Volume VI — Num. 1 e 2

REVISTA
DO
INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

Commissão de redacção
Dr. Francisco de Paula Leite e Giticica
Dr. Luiz de Mascarenhas - Dr. Alfredo de Maya

1915
Typ. da Livraria Fonseca
40 – Rua do Commercio – 40
MACEIÓ

DOAÇÃO EM NOME DE
ROMEU DE AVELAR
A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

JANEIRO A MARÇO DE 1915

Vol. VI Num. 1

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

Commissão de redacção
Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica
Dr. Luiz de Mascarenhas
Dr. Alfredo de Maya

1915
Typ. da Livraria Fonseca
40 – Rua do Commercio – 40
MACEIÓ

INSTITUTO ARCHEOLOGICO
E
GEOGRAPHICO ALAGOANO

Installado em Maceió aos 2 de Dezembro de 1869

SEUS FINS SÃO:

I — Colligir, trasladar, verificar e publicar documentos e tradições historicas de Alagoas.

II — Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os.

III — Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de munumentos e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos.

IV — Obter e conservar photographias e desenhos de munumentos que possam ter qualquer valor historico.

V — Estudar a geográphia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatistica.

VI Auxiliar pelos meios ao seo alcance publicações litterarias.

VII — Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se torne conhecidos a riqueza e o adiantamento do Estado.

1914---1915

MEZA ADMINISTRATIVA

(Eleita em 17 de Novembro de 1914 para o periodo social de 2 de Dezembro 1914 a 1. de Dezembro de 1915).

Presidente — Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior (reeleito).

1.º Vice-Presidente — Dr. Antonio Francisco de Gouveia (reeleito).

2.º Vice-Presidente — Coronel Americo de Almeida Guimarães (reeleito).

2.º Secretario — Professor Francisco Henrique Moreno Brandão (reeleito).

1.º Supplente — Dr. Antonio Guedes de Miranda.

2.º Supplente — Dr. Julio Auto da Cruz e Oliveira (reeleito).

Thezoureiro—Conego João Machado de Mello (reeleito).

Orador—Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diégues (reeleito).

Vice-Orador — Dr. Luiz de Mascarenhas (reeleito).

COMMISSÕES PERMANENTES:

1.ª **Commissão** — Dr. Alfredo de Araujo Rego, Professor Joaquim Ignacio Loureiro, Professor Luiz Lavenére.

2.ª **Commissão** — Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, Dr. Luiz de Mascarenhas, Dr. Alfredo de Maya.

3.ª **Commissão** — Dr. Democrito Brandão Gracindo, Dr. Bernardino Ribeiro, Conego João Machado de Mello.

4.ª **Commissão** — Dr. Orlando Valeriano de Araujo, Dr. Rosalvo Ribeiro, Dr. Manoel Sampaio Marques.

5.ª **Commissão** — Dr. Socrates de Moraes Cabral, Dr. Antonio Guedes de Miranda, Dr. Afranio de Araujo Jorge.

A REVISTA DO INSTITUTO

A commissão de redacção suppoz de conveniencia dar, com o presente, dois numeros da Revista do Instituto, correspondentes aos trimestres de Janeiro a Junho do corrente anno, em vez de um numero para cada trimestre, separadamente; submetteo esta resolução ao estudo do Instituto e, em sessão, foi acceita.

E' facil conhecer quaes as vantagens de possuir um volume, com o dobro do numero das paginas, a dois pequenos folhetos, com pouco assumpto, seccionando trabalhos cuja leitura em conjuncto se impõe.

Houve equivoco, ao ser impresso o ultimo numero da Revista: dar-lhe o editor a data de Dezembro de 1913, quando o volume V deveria corresponder ao anno de 1914 e não ao de 1913; não poude a commissão evitar que ao anno passado correspondesse somente um numero, vista a excessiva demora da impressão, embora os esforços no sentido de dar andamento a esta.

Corrige o equivoco para não estabelecer confusão para os colleccionadores da Revista, embora conheça serem muito poucos; por isto mesmo lhe merecem muito mais.

Conta dar o segundo numero de 1915 ainda este anno, para o que lhe sobra materia já escolhida; dependendo apenas do trabalho da impressão que o editor promette satisfazer em tempo.

Apresentando estas desculpas pede aos leitores que lhe relevem a imperfeição do trabalho por attenção á boa vontade dos esforços.

A Commissão.

DISCURSO

pronunciado na sessão de recepção de socios em 14 de Julho de 1914.

Excellentissimas Senhoras,
Meus Senhores,
Illustres Consocios,

Mais uma vez minh' alma se dilata nas expansões da alegria por ver enriquecido o patrimonio intellectual do Instituto, renovada a seiva mental que lhe avigora o organismo.

Desde o momento em que fui collocado nesta cadeira, foi minha preoccupação abrir as portas deste templo da religião patria—*a essa mocidade que surge cheia de talento e aureolada pelas mais risonhas esperanças.*

Comprehendi a somma de responsabilidades que assummia, muito embora não tivesse solicitado a honra e pelo contrario tivesse á minha candidatura opposto a do Dr. Calaça que, aposentado ha pouco, havia dado na discussão sobre Calabar exhuberantes provas de seu grande amor á terra alagoana.

Desempenhei-me desse dever como pude, attrahindo a este gremio os moços que, sahidos dos bancos academicos,

trazião vigorosas as forças para o trabalho e animadas as esperanças para a gloria.

E muito embora Alagôas, como o Brazil inteiro,—*esteja passando por um verdadeiro marasmo intellectual*, não arrefeci na crença de que *não tarda a aurora da redempção*

E entre essa duvida e essa esperança disse em um discurso a 16 de Setembro de 1910, e o confirmo ainda hoje:—*Deixai passar essa quadra do delirio das grandezas materiaes e o Instituto, salvo do naufragio, retomará sua gloriosa rota.*

Por vezes se me tem afigurado surgir essa desejada aurora, por vezes me tem parecido ver o Instituto singrando mar livre e bonançoso.

Mas não vos é extranho nos tempos que passão—*quanto é ingrato nosso meio para acolhimento dessas manifestações da intelligencia.*

Cumpre-nos pois avivar, á nossa memoria, o dever inconteste de trazer redivivas as tradições que sempre nobilitaram o nome alagoano, e não deixar que feneção á falta de cultura esses louros que tão trabalhosamente conquistamos.

A litteratura e os classicos foram o laço ao qual prende-se a ideia nacional. Foram elles que unificaram a Allemanha.

Cultivar o sentimento nacional formará uma parte da vossa missão, porque a mocidade não tem somente necessidade de instruir-se: é necessario antes de tudo sentimentos bem dirigidos.

Estas palavras são de Bismarck, o grande consolidador da unidade allemã; e representão muito bem uma sentença, que deve presidir á acção dos que trabalhão pelo engrandecimento da patria.

Senhores, Vós sois o elemento vivaz, que vindes rejuvenecer as energias exgotadas dos que já trabalharam.

Lembrai-vos que recebestes a patria engrandecida pelo trabalho dos que vos antecederam; cumpri vosso dever, restituindo a vossos vindouros o legado que recebestes; e ficai sempre convictos de que — *nesta terra de horizontes es-*

treitos nos limites do territorio, não tem limites o horizonte da mentalidade.

Diégues Junior.

Presidente.

DISCURSO

pronunciado no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano pelo Dr. Guedes de Miranda

Senhores do Instituto:

A um aulico de Luiz XIV que lhe perguntára:—de que mais se havia admirado, na côrte do grande rei—respondera o doge sincero:—Achar-me eu aqui.

Si igual pergunta agora a mim fizesseis, dentro desta Côrte magnifica, em que é rei o passado e aulicos vós outros que aqui daes guarda fiel ás alfaias do tempo, especie de «res sana» do patriotismo da historia, responder-vos-ia tambem sinceramente:

Achar-me eu aqui.

Que venho aqui fazer?

Que estranha força motriz para aqui me conduzio, n'um determinismo ou n'uma fatalidade em conflicto com os quaes se annularam as minhas faculdades de resistencia e de vontade?

Não sei.

Que occulta mão traçou a sinuosa, fatidica ou providencial, que vae das planicies de Waterloo aos rochedos anfractuosos de Santa Helena?

Que desconhecido odio transbordante alevantou o braço de Brutus para apunhalar Caio Cezar, cuja morte desviou o curso da politica romana, aviltada posteriormente pelo cezarismo?

Que secretas previsões impulsionaram Hamilcar Barca a fazer Annibal aos 9 annos, antes de partir para a Hespanha, jurar odio eterno aos romanos, sobre os altares dos deuses terriveis de Carthago?

Os philosophos tedescos, á semelhança dos historiadores antigos, mantiveram, por muito tempo, a theoria da Providencia no conceito da historia.

Deus, immanente e coexistente, preside aos destinos das nações, enviando aos povos — Jesus e Confucio, Boudha e Mahomet, Cezar e Napoleão.

Bossuet, o notavel doutor da Igreja, continuador do theologismo de Santo Agostinho e São Thomaz de Aquino, affirma:

«Deus, lá do alto dos céos, empunha as rédeas de todos os reinos e tem em suas mãos todos os corações; ora refrèa as paixões, affrouxa-lhes as redeas e, assim, dirige o genero humano.»

E São Paulo, o apostolo dos gentios, proclamava — não cahir d'arvore uma folha, sem que houvesse a interferencia da vontade divina.

Quem estender os olhos por sobre o vasto panorama que a historia debucha, ou nos mostre a humildade, ao contrario do sol partindo do oriente para o occidente, e voltando ao ponto de partida, como quer Vico, o historiador jurista, ou nol-a apresente, na sua marcha continua, descrevendo espiraes ou elypses; quem contemplar, debruçado sobre os seculos, essa humanidade que habitou as criptas das cavernas neoliticas e paleoliticas que, na lucta travada com a natureza hostil e ambiente, construio cidades no seio placido dos lagos, que levantou pyramides e incrustou o enygma nas linhas indecifraveis das esphynges, enygma que tornou Edipo «o mais desgraçado dos homens», por tel-o decifrado, na estrada de Thebas, certo cahirá em cogitações profundas.

Quem, na exaltação febricitante das analyses, atufar-se na caligem densa das eras e pensar nessa humanidade que embriagou nas orgias de Sardanapalo e commetteu o sacrilegio

hediondo de crucificar Jesus de Nazareth, quem sobre ella reflectir, sublimada nessa Grecia que passou por entre arremessos de olympica bravura spartana e a doce embriaguez vaporosa de todos os sonhos d'arte que irromperam da belleza duas vezes peregrina de Hellena, a alma volatil da Hellade que se perpetuou na alma de todo o universo, depois de arruinar Troia; quem parar ás margens do Tibre e contemplar essa Roma ambiciosa que recolheu ao Capitolio os deuses dos povos vencidos pelas suas legiões formidaveis, que se democratisou com Tiberio e Caio Gracho, que universalisou o direito com Justiniano, construio o Colyseu e assistio allucinado ás hecatombes do Circo, que, depois de exhausta do erotismo em que se prostituira, tombou vencida ante a cimitarra dos barbaros que subjugaram o occidente, terá, certamente, duvidas sobre o conceito da historia.

Haverá uma consciencia que domine as nações, imponha uma vontade dominadora aos povos, fazendo-os triumphar, como ao Japão, fazendo-os cahir abatidos, como á Russia?

Existirá, porventura, uma força differente das demais, que trace a trajectoria ao triumpho ou ao aniquilamento das raças?

As sciencias mais novas, como a sociologia, e mesmo a psychologia, já têm as suas leis fundamentaes formuladas, os seus methodos conhecidos e estudados.

Ninguem lhes regateia o predicamento de sciencia organisada.

E a historia, que já teve a sua phase de empirismo, que já atravessou o seu periodo da classificação, marcha triumphal para os dominios da theoria.

Ella se assemelha á philosophia que foi theologica, metaphysica e positiva, ou ao direito que foi metaphysico, historico e naturalista.

Como a astronomia affirmando a lei da gravitação dos corpos; como a physica elaborando as leis da hydrostatica; como a chimica positivando a lei das proporções definidas, a historia elaborou leis iniludiveis e flagrantes.

Copernico, Gallileu, Kepler, Newton, Mariotte, Archimedes, Proust, Lavoisier não são maiores do que Burkle, Gumplowicz e Hobles.

O progresso ininterrupto da civilisação humana, atravez das raças que se cruzam, que se meselam, que se degladiam, que se odeiam, que se irmanisam e que tendem para a suprema conquista da perfeição moral, juridica, artistica e scientifica, é uma lei da historia.

Barkle demonstra que os «progressos do genero humano dependem do successo das investigações no dominio das leis que regem os phenomenos da natureza e da proporção em que se vulgarisa ou se espalha o conhecimento dessas leis.»

Depois de João Gutenberg, a sciencia deixou de ser privilegio dos conventos e dos mosteiros, ao mesmo tempo que travou lucta brutal com o despotismo das dynastias, e intolerancia das castas, resultando do choque a liberdade que dilatou o circulo do direito e a emancipação pela sciencia do espirito humano oppresso e inclausurado.

Gallileu, ajoelhado aos brazidos da Inquisição, por ter proclamado, como Nicolau Copernico, a theoria do heliocentismo, foi um poderoso factor do progresso humano, estudando e vulgarisando as leis que regem a vida universal.

Gumplowicz descobrio, na victoria das raças fortes esmagando e vencendo as raças fracas, «a força motriz da historia,» a lei fatal que impellio a civilisação atravéz dos mares para os continentes novos, e a impulsionará, atravéz das selvas, para os sertões longinquos, immersos n'uma grande modorra dentro do tempo que não pára nunca...

Na historia da nossa nacionalidade temos a prova irretorquivel, a vasta documentação eloquente da visão do sociologo de genio.

Thomé de Souza, jungindo á bocca de um canhão dous dos principaes de uma horda, despedaçando-os a tiro, por terem devorado quatro portuguezes, é bem o symbolo solemne dessa «força motriz da historia» que arrojou Pedro Alvares ás hispidas regiões do Brazil, eriçadas de virgindade aggressiva, de vigorosa mocidade prodigiosamente fecunda, e propellio para o amago dos sertões a ambição irreprimivel dos bandeirantes, a audacia que desconhece obstaculos, a aventura destruidora e inesthetica desataviada do nobre cavalheirismo medieval.

O progresso, lei que se verifica no espirito e na sociedade, attesta a marcha, o desdobramento dos nucleos humanos

dirigidos sempre pelos mais capazes, pelos mais habeis, do gregario ás hordas, da tribu á nação.

Burkle, no seu livro «Civilisation in England», assignala e refuta o modo primitivo por que se escrevia a historia, combatendo o methodo dos theologos e dos metaphysicos, impugnando a theoria da predestinação e do livre arbitrio.

E. Kant, Augusto Comte e Hebert Spencer, respectivamente criticista, positivista e evolucionista, combateram tambem a metaphysica nos dominios da phylosophia, relegando o absoluto para o campo das religiões, affirmando todos a relatividade do conhecimento.

A' theoria da predestinação oppõe-se a sciencia moderna, proclamando a lei da causalidade universal, estabelecendo as bases do determinismo, quando demonstra que as acções do homem, na sua passagem pela terra, são realisadas por um complexo de factores irreductiveis, de ordem multipla, arrastando-o a uma finalidade que é o objectivo da historia.

O passado é a cellula «mater» do presente, como este è o germen do futuro.

E' relação arithmetica do antecedente para o consequente, ou a dependencia da linha para o encontro ou intersecção das superficies.

Effectivamente: Quem não lobriga nos desmandos, nos erros, na affirmação, no despotismo, no luxo e nos crimes dos reinados de Luiz XIV e Luiz XV, a eclosão da colera do povo francez, esbarrandando a Bastilha, affirmando os direitos do homem pelo orgão dos encyclopedistas, levando ao cadafalso, d'onde tombou a loira cabeça da formosa rainha que envelheceu n'uma noite de profundas agonias mortaes, milhares de victimas illustres pela nevrose sanguinaria de Robespierre?

Na tenacidade convicta e destemerosa de Paulo de Tarso, alevantando a dextra para abençoar o ultimo christão que tombava mutilado no Circo, por entre os fremitos de alegria ebria da plebe romana, estava em pevide o triumpho immortal dos Evangelhos.

Qualquer, porem, que seja a força que aqui me trouxe, que me conduzio ao Instituto, eu sinto que ella me empolgou, tolhendo em mim os movimentos que a vontade ordena como certos corpos que isolam as correntes electricas.

Mas, senhores do Instituto, que desejaes de mim?

Quereis o trabalho, a condição darwinica para as omnimodas victorias da vida?

Dar-vos-ei o trabalho.

Quereis a intelligencia, a força que dynamisa as circumvoluções cerebraes, a scentelha divina que illuminou o espirito de Socrates e tornou Ruy Barboza o maior da Conferencia de paz?

Não vol-a darei.

A chamma azul que palpitou n'alma da Grecia, fazendo-a a directriz mental da humanidade, e que se offuscou n'um eclypse parcial, para resurgir nos esplendores da Renascença, para não extinguir-se jamais do rythmo linear da Gioconda, para espiritualisar os marmores de Miguel Angelo, as telas de Tintoreto de Veronez, de Ticiano, para materialisar a doce bondade commovedora de Jesus, partindo o pão na ceia de Leonardo De Vinci, em mim nem siquer crepuscula como uma restea mortiça de sol-poente.

Dar-vos-ei, no entanto, a minha fé, a fé enthusiastica e nobre dos moços, essa maravilhosa fé viva que, na religião, constróe as catacumbas romanas, na sciencia conduz Plinio á cratera do Vesuvio e arroja Augusto Severo ao mundo impalpavel dos espaços, na guerra e na politica, aviventa o genio de Marnix de Sainte Adelgonde e alcandora o civismo de Guilherme—o Taciturno.

Dar-vos-ei a minha crença fervente no futuro, na realisação das prophecias dos sabios naturalistas que viram nesta patria admiravel a tenda erguida para proteger a civilisação universal, esgotada, ha seculos, ás margens sagradas do Nilo, do Tigre, do Euphrates e do Ganges.

A's ribas do Tibre erigio-se talvez o maior monumento de civilisação.

Transplantada para o Sena, para o Tamisa, para o Danubio, para o Neva, ella, mais tarde, erguer-se-á imponente, tonificada e vigorosa, ás margens do Amazonas que vence o mar, no seio do « Valle Fecundissimo—reino das Aguas correntes, horto das Orchidéas e Palmeiras, imperio da Siphonia elastica. »

Que mais quereis de mim?

Fé e trabalho são factores maximos das supremas des-

cobertas e invenções da historia.

Quando Christovam Colombo, nas trez caravellas que lhe apparelhara Izabel, marchava contra o desconhecido, sobre o ignoto imperio « dos mares tenebrosos, » guiava-o para o ideal a fé scintillante que despedaçou as lendas dos « mares de regaços. »

Não lhe entibiou a convicção a nobre ousadia cavalheiresca, o levante da tripolação alarmada ante as incertezas do dia seguinte, aggravadas pelas saudades dos que ficaram, acenando adeuses na praia de Palos, olhos marejados de lagrymas, alongando-se pelo oceano como se quizessem abandonar os rostos a que pertenciam para acompanhar, boiando na esteira espumejante das quilhas, as frageis caravellas que navegavam para o Alem, para as mirificas maravilhas esplendorosas de uma terra gloriosamente moça.

E a minha mocidade?

Não corrompida pela maldade dos homens, limpida do azinhavre das más paixões indefensaveis, altiva, irreprimivel nos seos arremessos de convicção, podendo errar, mas não se pervertendo nunca, ella é a synthese da minha offerta ao Instituto, é o credo da religião que professo sem a tara das superstições, desprovida do rito fetichico dos cultos que divinisam idolos broncos inculpidos pelo cinzel dos Phydias invertidos.

Mocidade — trabalho e fé — trabalho que encimenta a pedra, fé que canonisa martyres — o colosso Rhodes, o primeiro, Joanna d'Arc, a segunda, — eis o que vos trago, Senhores do Instituto.

Se me não considerardes iniciado nos mysterios desta Eleusis, onde os peregrinos do futuro, as gerações por vindouras, romeiros da archeologia e da historia, virão reverenciar as reliquias das eras pela parcimonia da offerenda, sois exigentes.

Constantino, o imperador de Bysancio, venceu batalhas sanguinolentas porque a sua crença soletrou no azul do ceo de Constantinopla as syllabas igneas que se insculpiram na cruz.

— In hoc signo vinces.

Mocidade — trabalho e fé — vencerei como o imperador bysantino.

DOAÇÃO EM NOME DE
ROMEU DE AVELAR
A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

O ASYLO DE LOUCOS, EM MACEIÓ

Chronica dos tempos modernos de Maceió

Lida na sessão do
Instituto Archeologico e Geographico
Alagoano, em 9 de Junho de 1914.

Meos caros confrades do
Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

Ha nesta Capital uma instituição a que, por algum tempo, pude chamar — *minha.* Minha porque fui eu que a fundei; quem preparou a casa que lhe deo agasalho, quem lhe deo o regulamento, lei do seu funccionamento; fui o seo primeiro director, cargo que criei para ser exercido gratuitamente, afim de zelar pela sua vida, pelo seu desenvolvimento; quem lhe deo o plano para a casa onde está aboletada; quem construio essa casa desde o assentamento da primeira pedra ate á pintura do edificio.

Se as vicissitudes da politica fizeram me ser tirado o cargo de director, se o seguimento de minha vida me fez deixala de mão e não mais interferir nos seos negocios, com preheu-

deis que não me a fizeram perder de vista e lamentar que o plano preparado por mim com tanto amor não tivesse sido conservado, mudando completamente os intuitos do seo fundador e fazendo os pretensos protegidos por ella retrocederem, quasi, á situação de onde eu os afastára.

Fundada para ser asylo, ella voltou a ser — casa de loucos, quasi como era quando estes estavão recolhidos á cadeia publica.

E' certo que não a construi com capital meo; era auxiliar dos Presidentes da Provincia, como do primeiro Governador, quando se proclamou a Republica.

Da confiança que esses tres homens depositaram na minha actividade e na minha lealdade, devo a recordação desse pequeno serviço prestado á terra natal que amo apaixonadamente e á caridade alliada ao cumprimento dos deveres do cargo de chefe de policia interino da Provincia, de director do Azylo e de auxiliar do amigo desde muito tempo, antes da sua nomeação para governador desta terra.

Entendi escrever a chronica dessa instituição para vol-a trazer em sessão ordinaria, concorrendo para um dos fins com que nos reunimos aqui: estudar e registrar factos da historia da nossa Alagoas.

Haveis de desculpar me occupar de acto meo, impossivel de evitar quando fui a peça principal desse ponto da historia cuja chronica escrevi; não o fiz por vaidade nem para recordar esse serviço, confesso.

Passados vinte e seis annos, morridos quasi todos os que nelle tomaram parte, estando envelhecido e devendo pensar no meo fim proximo, tendo quasi desaparecido os jornaes em que as peripecias desse tempo forão registradas, me pareceo de conveniencia prestar o meo depoimento pessoal para que, annos adiante, não succeda perder-se a chronica que eu posso felizmente fazer, graças á collecção do jornal que, quasi sosinho, redigi e de que me fez valiosa offerta o seo editor, já no numero dos desaparecidos: o meo particular e distincto amigo Tertulliano de Menezes.

E' um depoimento que presto, vos disse; mas para que a minha memoria me não atraiçoasse, para que me não tomem por exagerado ou infiel na narração dos factos, fiz fallar a chronica desse tempo, dando-me ao trabalho de extrahir, da

collecção desse jornal, as noticias que, dia a dia, elle consignava sem opposição ou desmentido dos contemporaneos.

Dou-vos esta chronica, que me permittireis estampar na Revista do Instituto, repositorio da nossa historia, que muito ha de ser facilitada no futuro.

Vós me perdoareis o que ahi escrevi de pessoal e que me não preocupou absolutamente, somente cuidando da verdade historica.

* * *

Até 1886 não havia em Maceió asylo para loucos: os que perdião a razão e não tinhão parentes compadecidos que os recolhessem ás suas casas, erão enviados para a Capital, escoltados, mettidos no edificio da cadeia publica, passando a uma vida que se pode chamar de tortura.

Esse estado foi bem descripto na noticia que o jornal «O Alagoas» edição de 27 de Março de 1887 publicou e que transcrevo sem lhe accrescentar uma palavra:

> « Está no dominio do publico que o Dr. Chefe de policia interino teve a lembrança de fazer cessar o horroroso espectaculo presenciado todos os dias por quem entra na casa da Camara Municipal desta cidade: uns desgraçados loucos presos por pesada corrente e gargalheira ao pescoço e amontoados em uns cubiculos de tres a quatro metros de comprido sobre dois de largura e onde se amontoão quatro, cinco e ás vezes sete loucos para cada cubiculo.
>
> Estes são cinco sem ar, sem luz, apenas com uma abertura, a porta do pavimento terreo onde esses infelizes vegetão em estado que mais os fazem parecer féras que homens merecedores da compaixão de seos semelhantes; e elles arrastam alli vida de mizeria até morrer de marasmo ou antes serem victimas do poder publico que alli os encerrou.
>
> Convem remover o mal que é ainda mais: uma selvageria.
>
> Para isto, como medida de urgencia, o Dr. Chefe de policia pediu autorisação a S. Excia. para aproveitar um predio existente defronte do cemiterio,

actualmente sem serventia, por não haver epidemia na cidade: foi feito o orçamento para o fim indicado e por este pode-se remediar o estado d'aquelles infelizes, mediante o dispendio de novecentos a um contos de réis.

Surgem, entretanto, objecções pela imprensa contra o modo pratico de realisar a idéa.

Uns acham improprio o lugar por ser perto do cemiterio publico e haver precisão do predio por occasião de epidemias; outros querem saber de onde sahirá verba para o custeio do asylo de loucos, que se pretende crear.

Prefereriamos que, em vez de critica ao que se pretende fazer, os contemporaneos indicassem o melhor modo de fazel-o, desde que confessão haver o mal e ser preciso, urgente remedial-o.

Não o fazendo, permittão que applaudamos o serviço iniciado pelo Dr. chefe de policia e o incitemos a proseguir no seu empenho.

O predio, pretendido para asylo de loucos, nunca poderá servir mais para deposito de epidemicos, pela sua proximidade da capital; em vista da edificação que para aquelle lado se desenvolve será um perigo aproveital-o hoje para esse serviço.

Urge procurar outro logar para isto; em melhores circumstancias não ha outro predio para o azylo, por estar isolado, fóra da cidade, bem ventilado, nada valendo, para hygiene dos loucos, a proximidade do cemiterio, pois alli reside a familia do coveiro e nada soffre.

Quanto á verba para o custeio a Assembléa Provincial está a abrir-se e acreditamos que não se pode duvidar do seu patriotismo e humanidade, podendo-se apellar para ella, pedindo-lhe a pequena verba de que o asylo vai precisar para os seos empregados; o alimento e os vestuarios dos loucos, já a Provincia fornece na cadeia onde estão.

Acreditamos que a Assembléa o fará, não innutilisando a boa vontade e os nobres intuitos do Dr. Chefe de policia para fazer cessar espectaculo tão

repugnante para a capital, como a aglomeração d' esses infelizes em cubiculos peiores que jáulas. »

Vêdes, Senhores do Instituto, como começou o asylo para loucos, nesta capital; a modestissima instituição que o serviço publico me incitára a fundar nasceo do espectaculo degradante presenciado das janellas da Casa da Camara e salão do jury, onde eu estivera antes de occupar o cargo de Chefe de policia, no exercicio da profissão de advogado.

Aquellas correntes e gargalheiras ao pescoço de infelizes, pelo crime de nova especie de haverem perdido a razão, me impuzeram o dever de fundar um asylo onde elles fossem recolhidos, lançando mão dos poucos recursos que achei e confiando na caridade publica que me não deixaria naufragar nessa nobre e humanitaria iniciativa.

Tendo obtido do Presidente da Provincia, Dr. José Moreira Alves da Silva, aprovação para o meo empenho e a cessão do predio a que allude a noticia acima, faltavão-me recursos para as primeiras necessidades da nova instituição.

A verba de que eu poderia dispor, do cofre da policia, estava esgotada; o orçamento provincial não permittia desviar um real para esse fim.

Nem me faltou, como vistes, opposição da imprensa a esse empenho, quer quanto ao local onde se pretendia instalar o asylo, quer quanto a esse ponto mais difficil de resolver; eu contava com isto, antecipadamente, por ser da mais elementar regra para um administrador estudar os pontos difficeis do seo progamma e prever os meios de os atacar com solução, a melhor.

Do que pretendera fazer quanto aos recursos para a primeira instalação dos loucos na sua nova casa, depois de adaptada ao serviço, caiada, pintada e acciada, dá noticia a carta abaixo que dirigi á imprensa e que foi publicada no jornal « O Alagoas », edição de 27 de Abril de 1887, precedida de algumas linhas da redação desse orgão de publicidade:

Escreveo « O Alagoas »:

Da carta que abaixo publicamos, recebida por esta redação e firmada pelo nosso amigo, o Dr. Chefe de policia interino, verão os leitores que somos convidados para auxiliar o nosso amigo nos louvaveis esforços em beneficio dos loucos que não pos-

suem acomodação suportavel á sua inditosa vida.

Não podemos fugir ao convite feito principalmente para uma obra de caridade quem uito ennobrecerá o nome da nossa Provincia, duplo motivo para nos levar a acceder ao pedido do amigo.

Abrimos por isto, nesta redacção, a subscripção pedida; aceitaremos qualquer quantia que nos for enviada, publicando, em todos os numeros, os nomes dos contribuintes, seguidos da nota do *quantum* subscripto, do que faremos remessa ao Dr. Chefe de policia interino.

Esperamos que ninguem se negará a tão humanitario fim.

Eis a carta:

Senhor Redactor. — Devendo se inaugurar, no dia 4 de Maio proximo, o asylo de loucos, uma das necessidades mais palpitantes desta capital, acho-me entretanto em difficuldade para fazer as despezas com o custeio do estabelecimento até que, pelo menos, a Assembléa Provincial vote a quantia necessaria para isto; accresce que o Asylo precisa de objectos imprescindiveis para a sua inauguração e não ha verba, na lei do orçamento, que possa acudir a todas as despezas; lembrei-me do auxilio particular, unico que pode attender á imperiosa necessidade em que se acha a piedosa instituição.

Vou rogar-lhe por isto o obsequio de abrir, nessa redacção, uma subscripção publica para o dito Asylo, recebendo qualquer quantia que a caridade particular inspirar a cada um enviar.

Si esta puder fazer o milagre de dar ao asylo quantia sufficiente, pretendo pedir á Presidencia o segundo predio afim de alargar as forças da instituição; não desanimo de esperar que os meos esforços consigão esse resultado.

Se V. S. se dignar, em satisfação ao meo pedido, ajudar-me nessa obra de piedade, com a opinião valiosa da imprensa, muito obrigará ao seo etc.

(Assignado)

Leite e Oiticica.

Sem recursos para a instalação do asylo pensára na caridade particular; não tinha meios de gastar dinheiro e este era indispensavel para poder passar os loucos para a casa que lhes era destinada.

Eu sabia que a caridade é uma fonte inesgotavel e que podia appellar para ella, sem receio de naufragio, para a modesta quantia de que eu precisava.

Uma certeza me alentava tambem: a instituição queria um inicio; montando o asylo de alienados n'aquella casinha acanhada e impropria, muito faria em favor dos desgraçados e deixaria um ponto a chamar a attenção dos futuros Presidentes da Provincia que se inspirassem, como me succedia, no bem publico e resolvessem dar á instituição maior desenvolvimento.

O incentivo á benemerencia de algum nome ahi ficaria, sem que eu mesmo desejasse outra recompensa.

A minha confiança na caridade particular se não desmentio; eu precisava de um conto de reis no maximo, ella me deo 966$000, de que gastei, até á inauguração do edificio 699$260, possuindo ainda, no cofre da instituição, a quantia de 266$760, áquella data.

Permitti-me, para que a chronica seja completa, que eu escreva aqui os nomes dos subscriptores, com as quantias doadas, em gratidão que ainda hoje conservo á correspondencia ao meo appello.

As listas para a subscripção forão publicados nos numeros seguintes do «O Alagoas» cuja collecção conservo por me ter sido offerecida pelo editor, o meo amigo Tertuliano de Menezes, talvez a unica que existe.

Na edição de 1 de Maio de 1887, «O Alagoas» começou a dar noticia da subscripção pelo modo seguinte:

Subscripção para o Asylo de alienados:	
A redacção do «O Alagoas»	50$000
Tertuliano de Menezes	10$000
Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite	10$000
De um estrangeiro preso a esta terra pelos laços de gratidão	100$000
	170$000

E accrescentava a seguinte nota:

«O Dr. Chefe de policia interino pede ás illustradas redacções que abriram subscripção nos seos respectivos escriptorios, o obsequio de irem remettendo as quantias que arrecadarem, afim de se irem publicando os nomes dos offertantes.»

Era um bom inicio essa quantia recebida, provando o accordo dos homens com a minha acção.

Na edição de 4 de Maio, proseguia a subscripção:

Quantia já publicada	170$000
Manoel José do Pinho	20$000
Ildefonso Lopes Ferreira de Omena	5$000
Affonso Juni & Cia	10$000
Antonio da Silva Rego	10$000
Manoel de Vasconcellos	50$000
Conego Antonio Procopio da Costa	10$000
Manoel Joaquim Duarte Guimarães	20$000
	295$000

E mais esta nota:

«A Sociedade dramatica particular « Thalia », de Jaraguá, offereceo-se para dar um espectaculo, no Theatro Maceioense, em beneficio do asylo; terá logar no dia em que se annunciar, até 16 do corrente.

O Snr. Pharmaceutico Candido Botelho offereceo os medicamentos de que precise, durante um anno.

O Snr. Francino Tavares da Costa pôz á disposição todos os objectos de expediente de que o asylo venha a precisar.

Na edição de 6 de Maio continuou a publicação:

Quantia recebida	295$000
Tte. Cel. Manoel Casimiro Lucio de Souza	5$000
José F. Coelho da Paz	10$000
Capitão Ricardo Brenand	10$000
John Wolfe	10$000
Major Francisco de Vasconcellos Mendonça.	20$000
Dr. José Januario Pereira de Carvalho	20$000
	370$000

Transporte	370$000
Edward M. Legene	20$000
João Licio	5$000
Dr. M. José Duarte	10$000
Pedro Vandeval	10$000
Victor de A. Costa.	5$000
	420$000

E esta nota.

«Os Surs. Silva Leão & Filhos offereceram para o asylo 50 % da quantia de 207$200, de que são credores para com a Secretaria da policia, conforme o *pague-se* da Presidencia nos documentos existentes na repartição.

Logo que essa quantia for liquidada, será junta ao importe da subscripção.»

Na edição de 8 de Maio foi publicada a continuação:

Quantia publicada	420$000
Dr. Roberto Calheiros de Mello	15$000
Umbelino C. da Silva	5$000
Tte. Cel. Macario Lessa	5$000
Argemiro Augusto	5$000
Agostinho Ribeiro & Casal	20$000
Agenciado entre os socios do club Phenix Alagoana, cujos nomes publicaremos no numero seguinte	50$000
	520$000

Na edição de 13 de Maio, encontro a seguinte noticia sobre o asylo de alienados:

«O asylo de alienados inaugurar-se á domingo, 15 do corrente, ás 11 horas da manhã; o Dr. Chefe de policia interino convida, para assistir á missa que se ha de celebrar alli, as bandas de musica das sociedades philarmonica — Minerva — e philarmonica dos Artistas, esperando o concurso de ambas para brilhantismo da festa inaugural.

Não ha convites officiaes.

O espectaculo generosamente offerecido em beneficio do asylo pela distincta sociedade dramatica

particular « Thalia » terá logar quarta feira, 18 do corrente, como está annunciado em outra secção desta folha.»

De facto, se encontra na secção — AVISOS — o seguinte annuncio:

« Theatro Maccioense.

Espectaculo generosamente offerecido pela Sociedade dramatica particular « Thalia » em beneficio do asylo de loucos.

Quarta feira 18 do corrente.

Representar-se-ha o muito applaudido drama em 3 actos « O Morgado de Vallindo. »

Terminará o espectaculo com a chistosa comedia em 1 acto « O diabo a quatro »

Cadeiras 3$000; Camarotes á generosidade dos cavalheiros a quem foram distribuidos »

Na edição de 15 de Maio foi publcado o — Regulamento para o Asylo de loucos, — organisado por mim e assignado pelo Presidente da Provincia.

Creio que me dispensareis de dar na integra esse regulamento, o que faço para vos não cançar a paciencia; permittir-me-heis que delle transcreva um artigo necessario para esta chronica.

O Regulamento prescrevia 4 empregados: o Director, o Administrador, um guarda secretario e um guarda cosinheiro.

E accrescentava o artigo 14:

« O cargo de director do asylo é gratuito e será de livre nomeação do Presidente da Provincia, recahindo em cidadão reconhecidamente apto que queira prestar serviços humanitarios ao estabelecimento; superintenderá todos os negocios referentes á instituição, arrecadará todas as quantias offerecidas ao asylo, empregal-as-á em obras, submettendo a receita e despeza do estabelecimento á consideração do Presidente da Provincia, no principio do mez de Janeiro de cada anno.»

Quando submetti esse regulamento ao Dr. Moreira Alves e elle o assignou, pedi-lhe que indicasse o director a ser nomeado e obtive delle a seguinte resposta:

— O Senr. criou no regulamento esse logar gra-

tuito como autoridade benefica a zelar pela instituição que o Senr. mesmo fundou; o director está naturalmente indicado e não pode ser outro.

E assim fui nomeado director do asylo de alienados; mais tarde, quando em outra administração, já eu estava construindo o actual Asylo de Santa Leopoldina, a politica malsã, por causa de uns artigos que escrevi no «Diario das Alagoas,» demittio-me desse lugar, demissão unica que me maltratou na minha vida publica.

No regulamento havia as seguintes — Disposições transitorias:

ARTIGO 21.— Emquanto não fôr pela Assembléa Legislativa Provincial marcada quota na lei do orçamento para vencimentos dos empregados do asylo, serão estes pagos pelo director com o producto da subscripção publica aberta em favor do asylo.

ARTIGO 22. — Pela quantia arrecadada dessa subscripção, serão tambem feitas todas as despezas com a compra dos objectos de primeira necessidade para o o asylo.

Vêdes que se providenciou sobre o serviço de organisação dessa nova casa de caridade, sempre com o escrupulo de obediencia á lei e á situação em que estava a administração publica.

Na edição de 18 de Maio, continuou a subscripção a ser publicada nos seguintes termos:

Quantia já publicada	520$000
Manoel Pinto de Mello Maia	5$000
João Eugenio Machado de Lacerda	5$000
Francisco Lopes de Arroxellas	5$000
Francisco Xavier da Costa	5$000
	540$000

Na edição de 22 de Maio encontro esta noticia:

«Inaugura-se hoje o asylo de alienados, fundado nesta cidade a esforços de S. Ex.ª o Snr. Presidente da Provincia e do Dr. chefe de policia interino, secundados pela generosidade do publico alagoano que mais uma vez deo prova do quanto sabe corresponder ao appello em prol dos desgraçados.

Felicitamos á Provincia pelo melhoramento realisado e aos promotores da ideia pelo modo inequivoco pelo qual vão mostrando como sabem desempenhar-se do exercicio de seos cargos.»

Na edição de 25 de Maio ha a noticia da inauguração do asylo.

«Inaugurou-se no domingo o asylo de loucos desta Provincia.

De manhã passaram os loucos do edificio da cadeia para o asylo, livres de ferros e apenas acompanhados por um guarda.

No asylo forão acomodados nos cubiculos, alli ficando quietos.

A uma hora da tarde chegaram, em bonds expressos, o Dr. Chefe de policia, o Rev.mo vigario e outras pessoas gradas, procedendo-se á benção do edificio tocando nessa occasião a musica da policia.

Foi uma festa singela, modesta como convinha á instituição creada pela generosidade publica.

Não houve convite a pessoa alguma; não obstante, a concurrencia foi enorme.

O asylo foi visitado por grande concurso do povo até 11 horas da noute, sem haver facto algum digno de nota.

Terminada a inauguração o Dr. chefe de policia telegraphou a S. M. O Imperador nos seguintes termos:

« Pela generosidade publica consegui inaugurar hoje o Asylo de loucos nesta Capital.

Rogo a Vossa Magestade tomar sob sua alta protecção a instituição que muito modestamente começa.»

O Snr. Camarista da semana respondeo, no dia seguinte, a este telegramma, nos seguintes termos:

«S. M. O Imperador se dignou encarregar-me de responder-lhe que muito louva a creação do asylo, para o qual remetterá um donativo.

O Camarista — (Assig.) *Miranda Reis*.»

Segunda-feira foi o asylo entregue á Provincia pelo Dr. chefe de policia interino, sendo nesse

mesmo dia o Dr. Leite e Oiticica nomeado director do asylo por S. Exc.ª o Snr. Presidente da Provincia.

Está realisado um dos melhoramentos iniciados pelo nosso amigo durante a sua interinidade no cargo de chefe de policia. »

Assim se conhece que o asylo de alienados de Alagoas foi inaugurado no dia 22 de Maio de 1887.

Não obstante, a subscripção para o asylo continuou; na edição de 29 de Maio, ha a seguinte noticia:

Quantia já publicada	540$000
Cezar Zanotti	2$000
Um anonymo de Jaraguá	10$000
Cap. João Dias de Castro Guimarães, em uma peça de chita	11$000
Carlos Zanoti, idem, idem	12$000
José T. Machado, em uma peça de madrasto	7$000
Americo Prado, idem, idem	7$000
Da redacção do » Gutenberg »	10$500
Dr. Innocencio Galvão de Queiroz	7$500
Sabino Pinto B. de Mello	2$000
Capitão Ursulino Barbosa	5$000
	614$000

Na edição de 1 de Junho de 1887, o mesmo jornal « O Alagoas » publicou o seguinte artigo, na secção — COMMUNICADOS — Asylo de alienados:

« No dia 22 do corrente teve logar a inauguração do predio acima mencionado.

A ideia caridosa com que o Snr. Dr. Leite e Oiticica, actual chefe de policia interino, estreou sua administração policial é digna da maior consideração e respeito.

Crear um asylo para recolhimento dos infelizes loucos, que se achavão mettidos em cubiculos sem a necessaria commodidade, pode se chamar verdadeira caridade publica, restabelecendo um meio poderoso de sustar calamidades que opprimião a esses infelizes.

Um serviço, assim desta ordem, é do numero dos que gerão o agradecimento postero para os que se empenharam na sua promoção, e facilitaram com o auxilio da bolsa e do trabalho a realidade do que, si não era impossivel, mostrava-se com certeza difficil.

Se todos os Presidentes que hão governado esta Provincia tivessem a felicidade de ter um auxiliar como o Dr. Oiticica, que, abstraindo-se um pouco da politica quotidiana, occupa-se em cuidar das necessidades publicas, talvez que bons resultados tivessemos obtido dos seos esforços.

Se todos os Presidentes pensassem como o Ex.mo Snr. Dr. Moreira Alves e não entendessem que governar uma Provincia é prestar-se a chancellaria de abusos, á imposição de qualquer chefe de partido, a crear empregos para pagar serviços eleitoraes e remunerar a capangagem de presumidos mandões; si em vez de abaixarem-se á esteira rasa dos que se menosprezam por seos actos, elevassem-se á altura em que os colloca a dignidade dos seos cargos e que lhes dá a alta posição que occupão, talvez não tivessemos esse enxame de patotas que obscurecem os annaes de nossas Assembléas e enlutam a historia de muitas administrações; em vez da miseria em que se tem extorcido a provincia, teriamos sempre a abastança.

Teriamos, por exemplo, na capital, em vez de uns pardieiros em que funccionão as escolas publicas, e esses mesmos alugados, uns edificios, se não sumptuosos, porem modestos e acomodados ás posições do assumpto.

A casa para a escola publica da villa de Santa Luzia do Norte, offerecida á Provincia por um particular, não teria desabado e neste estado não se conservaria.

E assim por diante.

A utilidade substituiria o seo contraste; os negocios publicos rodariam nos seos verdadeiros eixos, o povo não choraria em concorrer, segundo as

suas forças, para augmentar as rendas do Estado, porque nos beneficios deste recebidos encontraria a justa recompensa do seo labor.

A propria imprensa levantar-se-hia á sua altura, porque em vez de esgotar o tempo em descompor os Presidentes, o empregaria em apontar aos poderes competentes a urgencia das boas ideias, a necessidade das boas obras, e em promover a seu alcance o adiantamento da instrucção popular.

O progresso embargaria o atrazo, a sabedoria á ignorancia, a luz ás trevas.

O apophtegma historiographo do seculo não seria uma sphinge com relação á nossa Provincia, uma cousa imcomprehensivel acceita apenas como um dogma; mas sim uma realidade resolvida pela consciencia, compravada pelos factos e pela razão.

Poder-se-hia dizer:— Alagoas marcha; e aquelle que nos pedisse as provas do nosso acerto, principiavamos a apontar os melhoramentos moraes e materiaes das localidades interiores até os progressos da Capital.

Desvendariamos a seos olhos o quadro magestoso do augmento da instrucção publica, do commercio, da agricultura, das artes e da industria.

No entretanto succede-nos o contrario de tudo isto por causa da anormalidade de autoridades superiores meramente politicas que tudo resolvem despresando o direito e a justiça, com prejuizo ao interesse publico.

Muitas vezes pelos votos de matutos cegos, a cujas imposições o Presidente não pode deixar de sugeitar-se, porque o tal sugeito — é influencia eleitoral!

Felizmente não podemos até hoje dizer isso da administração do Ex.mo Snr. Dr. Moreira Alves e do digno Snr. Dr. Chefe de policia interino, que, para serem credores de encomios, basta o facto realisado — da fundação nesta Provincia, de um asylo para os infelizes loucos.

Como brazileiro e alagoano cumpre-me encora-

jar a administração da Provincia e a seo digno chefe de policia, sempre que se tornarem merecedores de elogios que não se fazem nas escadas de palacio ou mesmo no gabinete da Presidencia, mas que são tecidos com a sinceridade rustica do homem do povo, que não conhece as conveniencias de partidos.

A S. S. Exc.as, os Snr.s Dr.s Moreira Alves e Leite Oiticica os nossos parabens pela ideia realisada.

Maceió 23 de Maio de 1887.

(Assignado)

Um Alagoano.

Não foi a vaidade, Snrs., que me fez transcrever nesta chronica, esse *communicado* d'aquella epocha; como todo homem, não sou insensivel ao louvor pelos actos que a consciencia me affirma, bem alto, serem bons e de exacta comprehensão dos meos deveres de cidadão, com utilidade para a minha patria.

Aliás, nenhum homem publico age com outra mira que não seja o louvor dos seos concidadãos pelos actos que demonstrão zelo pelo serviço da communhão social de que são parte dirigente.

Entretanto não foi esse surto de vaidade que me fez transcrever para aqui esse artigo com 27 annos de idade, publicado em um jornal que quasi desappareceo.

O meo fim é deixar registrado como se fallava áquelle tempo do serviço publico e das necessidades da Provincia, para vos perguntar se alguma cousa está mudada no momento presente a não ser os nomes de Presidente, de chefe de policia e de Provincia das Alagoas, para os de Governador, Secretario do interior e Estado de Alagoas, como que para fazer esquecer a origem do nome dado á nossa terra, que não foi outro senão as lagôas que a enriquecem, máo grado os seos governos.

E a amargura com que escrevi o registro desse *communicado*, da edição do «O Alagoas,» de 1 de Junho de 1887, provém de estar vendo, 27 annos depois da minha passagem pela alta administração da Provincia, que, dos serviços que lhe prestei, em cinco mezes de interinidade, nenhum

poude ser continuado pelos que me substituiram, na Provincia como no Estado.

E o mais interessante que forma a contraprova desse conceito é que, hoje como em 1887, se reconhece a necessidade desses serviços e se procura organisal-os de novo, sem saberem mais que elles forão organisados, têm o seo regulamento nos archivos das secretarias, somente faltando quem os queira ou os saiba executar.

Nessa mesma collecção do «Alagoas» de onde estou extrahindo as notas para esta chronica, se encontra, na edição de 17 de Abril de 1887, o Regulamento para criados e homens de frete, por mim organisado e submettido ao estudo de toda a imprensa desta Capital, em reunião de que dá noticia a edição de 27 de Março do mesmo jornal.

Na edição de 13 de Maio se acha o Regulamento interno da Secretaria da policia para o execução do regulamento acima.

Na edição de 15 de Maio se acha o Regulamento para o asylo sobre que vos fallarei adiante.

Na edição de 3 de Junho estão publicadas as instrucções que organisei para o serviço obrigatorio na cadeia da Capital, assignados por mim e aprovados pelo Presidente da Provincia; no numero antecedente estão o officio a esse proposito, dirigido por mim ao Presidente, dando as razões justificativas dessa minha resolução.

Todos nós sabemos que não está em execução o regulamento para criados; delle se aproveitou apenas a medida da matricula para os criados e homens de frete, cobrando a municipalidade muito mais que o estipulado então, o imposto que dá renda, desprezando todas as outras disposições em favor do publico.

Ainda ha poucos dias um dos jornaes desta cidade lembrava a necessidade de se organisar o regulamento para criados, já esquecido o que existe 27 annos.

A Cadeia de Maceió continua uma casa de ociosos criminosos, commoda para os da profissão e de enorme despeza para o Estado que, tal como a Provincia, não quiz ou não soube pôr em execução a medida que eu planejára e começára a executar em 1887.

Parece que é culpa minha a não realisação desses melho-

ramentos para a minha terra natal.

Todos vós sabeis como depois de uma auzencia de vinte annos, parte por desempenho de commissões eleitoraes, parte pela educação de meos filhos, voltei com a tentativa da Estrada de Ferro do Norte e do saneamento da Capital, ambos planejados, o primeiro em começo de execução, e ambos destruidos, inutilisados pela politica malsã que tudo corrompe, perverte e estraga.

Perdoai-me esta pequena divagação; o amor da minha terra me compensa, de sobra, da má vontade de alguns que nella habitão, occasionalmente.

Não nos affastemos da chronica que se está occupando do asylo de loucos; este teve segunda phase que quero deixar registrada nas paginas da Revista do Instituto, com o testemunho pessoal, como o depoimento que presto para a historia da nossa Alagoas.

Inaugurado o asylo de loucos, a edição do «O Alagoas» de 6 de Junho de 1887 publicou a nota geral da subscripção e das despezas effectuadas com o producto, na forma do regulamento.

E' a seguinte:

Quantia publicada	614$000
Justino Torres	30$000
Manoel Gracindo Rabello	5$000
Tertuliano Canuto	5$000
Jacintho Nunes Leite	24$000
Manoel Cotrim, em tres latas de kerosene	11$000
Dr. João da Rocha Cavalcanti	50$000
Cap.m Pedro Chrisologo de Lima Buarque	10$000
Producto até hoje apurado do espectaculo dado pela sociedade « Thalia » .	
Camarotes:	
Com.or Manoel de Vasconcellos	20$000
Dr. Costa Ramos	15$000
Antonia Duarte	10$000
Arthur William	20$000
Justino Torres	20$000
	834$000

Transporte		834$000
Cadeiras		132$000
		966$000

DESPEZA

Despendido cem a mobilia, candieiros e mais objectos, na forma das contas pagas e escripturação no livro competente	381$000	
Uma chapa para o fogão	7$660	
Ao theatro pela illuminação na noite do espectaculo	20$000	
Peças de chita e madrasto que figurão como receita	36$000	
Impressão de cartas e dos bilhetes para o espectaculo	10$000	
Tres latas de kerosene que figurão como receita	11$000	
Dinheiro pago ao pessoal do asylo, do dia da inauguração ao ultimo de Maio	44$000	
Conta paga a Jacintho Nunes Leite, com abatimento de 24$000 cedidos para o asylo.	70$000	
Vencimento do pessoal do asylo, no mez de Junho	110$000	
Contas, despezas miúdas feitas pelo administrador	9$600	699$260
Dinheiro existente		266$740

Eis aqui, Senhores, exposta com os documentos do tempo, a primeira phase do asylo de loucos, desta Capital; era uma instituição provisoria, nascente, como um atractivo para que outros a continuassem.

Eu mesmo o reconhecia tanto que, no relatorio que como chefe de policia apresentei ao Presidente da Provincia e de que «O Alagoas» publicou excerptos, nas edições de 27 de

Abril e seguintes, escrevi sob a epigraphe — «Asylo de Loucos:»

> «O plano que tenho para o asylo não se limita a esse predio que vai ser aproveitado; pode-se entretanto ir fazendo um asylo aos poucos, dotando afinal a Provincia de uma instituição.»

Eu deixei o logar de chefe de policia e continuei a ser o Director do Asylo de Alienados, gratuitamente, contente por ver os loucos em melhor situação e a instituição que fundei, amparado pela generosidade publica, ir vivendo *tant bien que mal*, mas sem a cadeia e a gargalheira ao pescoço dos infelizes loucos.

Como é varia a successão dos factos, coube-me continuar a tarefa e disto vos passo a dar conta, proseguindo o meo depoimento para a historia.

* * *

Como vos disse, Senhores, o asylo de alienados desta Capital tem segunda phase e, tenho fé, com a continuação dos tempos, terá terceira de que não espero ser mais o chronista: na segunda passou a ter o novo edificio e a se chamar «Asylo de Santa Leopoldina;» na terceira será um edificio modelo, tal como eu o planegei, juntamente com o meo sempre lembrado amigo, Engenheiro Manoel Eugenio do Prado.

Os Presidentes com quem eu servira havião sido mudados; aborrecido com a feição que a politica tomára, supprimido o jornal «O Alagoas», dadas as ferias do Lyceo Alagoano e entrando as ferias do fôro, nada tendo que fazer em Maceió, resolvi passar-me para o meo engenho, onde me entreguei ás obras da reconstrucção da igreja, cuja chronica tive a honra de vos ler em uma das sessões passadas.

Em meiado de Janeiro de 1889 recebi uma carta do official de gabinete do Presidente, communicando-me que este me pedia para ir a palacio, entender-me com elle a objecto de serviço.

Estranhei o convite; o Dr. Aristides Augusto Milton fora nomeado Presidente e chegára á Provincia no principio do anno; eu o não visitára por me achar fóra da Capital; nada me prendia ao Governo para ter obrigação de conferenciar

com elle.

Não obstante attendi ao pedido e apresentei-me em palacio; S. Ex.ª me pedio informações sobre o Asylo de Alienados de que era director.

Contei-lhe a fundação da instituição e os esforços que fizéra para melhorar a sorte dos loucos; o meo plano de ir, pouco a pouco, melhorando o acanhado edificio que nem accomodação tinha para os que havião afluido com a noticia de haver para elles um asylo.

Nada me havião dado senão novos loucos a recolher e a tal ponto que eu tomára o expediente de não acceitar nenhum, deixando que os novos ficassem na casa de detenção.

Não podia fazer mais e estava ainda como Director por não poder abandonar a minha obra.

S. Exc.ª ouvio-me com attenção e declarou me que sabia de tudo isto e resolvera ouvir-me para saber se eu aceitaria encarregar-me da construcção de um edificio para asylo, sob a denominação de «Santa Leopoldina», o nome de sua progenitora.

Respondi-lhe que a sua declaração mudava a situação e a orientação da nossa conversa; eu não responderia immediatamente, por precisar consultar a pessoas amigas, de minha inteira confiança.

Elle me deo praso até o dia seguinte, porque tinha pressa; deveria seguir em Abril para o Rio de Janeiro, a tomar parte nos trabalhos do Parlamento, de que era deputado e queria deixar a obra adiantada, quando não concluida.

Fui entender-me com o meo amigo Dr. Manoel Eugenio do Prado que se promptificou a ajudar-me, preparando nesse mesmo dia a fachada e planta do edificio a construir; de modo que, no dia seguinte, eu me apresentei ao Presidente com a fachada e a planta do Asylo de Santa Leopoldina, que elle achou lindissimo e muito bom.

Combinamos sobre o local onde devia ser construido; fui entender-me com o proprietario Snr. Antonio José de Mello Barbosa que, attendendo ao meo pedido e do Presidente, cedeo-nos gratuitamente o terreno de que precisassemos, confronte ao cemiterio e ao asylo existente, região completamente não edificada.

Acertadas outras providencias recebi, em 28 de Janeiro de

1889, o seguinte officio que existe no archivo da actual Secretaria do Interior:

«Ao Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica; director do Asylo de Alienados,

Devendo ser cosntruido um novo predio para asylo de alienados de que é V. M.cê director, utilisando-se para isto o terreno generosamente offerecido pelo cidadão Antonio José de Mello Barbosa, e que fica fronteiro ao cemiterio publico, tenho resolvido encarregar a V. M.cê de administrar as respectivas obras, as quaes serão feitas conforme a planta levantada e orçamento organisado pelo engenheiro Manoel Eugenio do Prado, a quem V. M.cê ouvirá toda vez que se fizer preciso.

Lembro a V. M.cê que, por emquanto, só existem 4:000$000, (quatro conto de reis) destinados pela Assembléa Porvincial ao melhoramento alludido; e, posto eu espere que outros recursos hão de vir augmentar aquella somma, todavia convem que a maxima economia seja observada na realisação das obras.

Do seo zelo pelo serviço publico, provado amor á sua provincia natal, confio que a incumbencia ora a si commettida, terá prompto, fiel e completo desempenho.»

Este officio confirma o que escrevi acima; quando elle foi expedido o Presidente possuia a planta e a respectiva fachada do edificio, com o orçamento feito; o terreno estava doado, demarcado e, posso accrescentar, cercado com madeira que mandei vir do meo engenho e que nada custára aos cofres publicos.

De posse do officio, respondi ao Dr. Aristides Milton, nos seguintes termos:

«Directoria do Asylo de Alienados, em 31 de Janeiro de 1889,

Illm.º e Exm.º Snr.

Accuso, recebido, o officio de V. Exc.ª com data de hontem, communicando-me que, tendo de ser construido novo edificio para o Asylo de Alienados, sob minha direcção, resolvera encarregar-me da ad-

ministração de todas as obras a serem feitas de accordo com o plano e a planta organisados pelo Dr. Manoel Eugenio do Prado, com quem deverei entender-me quando fôr necessario.

Devo confessar a V. Ex.ª que me sinto possuido da mais viva satisfação ao ver aceita, por um administrador reconhecidamente illustrado, a ideia da fundação de um verdadeiro asylo de alienados, uma das necessidades mais serias desta Provincia, ideia pela qual pugnei e não tenho cessado de trabalhar, desde que como chefe de policia desta Provincia, pude começar a realisal-a com a fundação do actual e insufficiente asylo.

Sendo assim comprenhede V. Exc.ª que me não posso furtar á pesada mas honrosa tarefa confiada hoje aos meos poucos esforços, os quaes, todos, ponho á disposição de V. Exc.ª para a minha provincia natal; conto que ella saberá agradecer os serviços relevantes que V. Exc.ª lhe está prestando, inscrevendo o seo nome entre os dos administradores que mais se impõem á admiração e ao respeito dos seos filhos.

Para o fim de regularisar o andamento dos serviços que ja forão iniciados na construcção do «Asylo de Santa Lepoldina,» proponho a V. Exc.ª se digne expedir ordem ao Thezouro Provincial para serem pagas as folhas do serviço que eu remetter áquella repartição, devendo ser juntos á folha seguinte os documentos justificativos da despeza anterior; isto de modo que as quantias sahidas do thezouro tenhão logo documentos do modo pelo qual forem gastas e fique eu exonerado de uma prestação de contas final, longa e enfadonha, por essa prestação em parcellas, o que diminue consideravelmente o trabalho.

Para começar e pagar o serviço feito já, rogo a V. Exc.ª se digne mandar me entregar a quantia de quinhentos mil réis (500$000) de cujo dispendio prestarei contas logo ao remetter a segunda com essa primeira folha.»

Tal fôra a condição que eu puzera ao Presidente para me encarregar das obras; tratava-se de serviço publico e eu sei quanto são suspeitados os que desse se encarregão; pela formula que estabeleci, os documentos serião faceis de guardar e poderião demonstrar a verdade do dispendio no espaço de oito dias, de folha a folha.

Demais eu era um politico e conhecia como são breves as administrações e facil a mutação das scenas com personagens diversos e ás vezes da politica opposta.

E não me enganava nas minhas previsões, como vereis adiante.

Conjunctamente com o officio que já vos li, recebi este outro:

«Ao Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.

Não desconhece V. S.ª a necessidade urgente de crear-se nesta capital um asylo em que sejão recolhidos e tratados aquelles a quem o destino roubou, inclemente, o uso da razão.

A caridade christã, multipla nos meios de que dispõe para alliviar os soffrimentos da humanidade e sempre fecunda em seus resultados estupendos, não pode esquecer, de certo, os infelizes que arrastão triste existencia por entre as agonias pungentes e crueis da loucura.

A casa que actualmente serve de asylo de alienados não offerece as condições que a sciencia requer nos estabelecimentos de tal natureza nem está na altura da civilisação e dos progressos desta esperançosa Provincia.

Sobretudo não accomoda todos os doentes, de modo que alguns destes achão-se ainda na cadeia publica, em situação que inspira a mais profunda piedade e dó.

Tenho por tudo isto o mais vivo desejo de edificar um predio proprio para o dito asylo, que sob a invocação de «Santa Leopoldina» possa preencher o fim a que vai ser destinado.

E neste intuito obtive, do cidadão Antonio José de Mello Barbosa, possuidor dos terrenos fronteiros ao cemiterio publico, a doação gratuita da area

precisa, onde deve ficar o asylo, que servirá tambem, de principio, a uma nova rua, a que compete á Camara Municipal dar o nome.

Já foi levantada a respectiva planta e o orçamento das obras a realisar-se que andão por mais de 15:000$000.

No emtanto só disponho de pequena quantia insufficiente em todo caso para levar a effeito o meo projecto.

Pareceo-me porem que, appellando para os sentimentos humanitarios assás comprovados da população desta Provincia, pois que a toda ella importa a construcção do asylo alludido, eu poderia conseguir, da liberalidade particular algum auxilio que concorra para completar a somma precisa.

E assim resolvi nomear uma commissão composta de V. S.ª, dos senhores Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite, engenheiro Manoel Eugenio do Prado e negociantes José Antonio de Almeida Guimarães, Arthur Williams, Commendador Manoel de Amorim Leão, para angariar com aquelle fim donativos, por quaesquer meios que a mesma commissão entender convenientes e lhe sejão suggeridos pela boa vontade, interesse e dedicação com que cada um de seos membros costuma votar-se ao bem publico.

Si, como espero, os membros da commissão tiverem a gentileza de acceitar o encargo que tomei a liberdade de lhes commetter confio que, dentro em breve o asylo de «Santa Leopoldina» será consoladora realidade.

E por tão valioso serviço, alem do meo mais accentuado reconhecimento, que mui pouco é, conseguirão da Provincia das Alagoas immorredoura gratidão, o que de certo vale muito.

(Assignado)

Aristides Augusto Milton.»

Identicas communicações forão feitas aos outros membros da commissão.

Devo dizer-vos, Snrs., que essa commissão nunca se re-

unio: o edificio foi todo construido pela Provincia com recursos dos cofres publicos, apezar de ter excedido, de muito, o orçamento a que allude o officio transcripto.

Accrescento mais que, para essas despezas, apezar de só haver consignada no orçamento a quantia de 4:000$000, o Presidente não usou de arbitrio, não desfalcou a renda publica, não se affastou da lei para os despendios que fez.

Havia no Thesouro um caixa especial aonde erão recolhidas as quantias provenientes dos beneficios das loterias da Provincia; a esse tempo essas havião tomado impulso extraordinario ao influxo da capacidade, especial nesse assumpto, do Thesoureiro Manoel José de Pinho, que organisou plano de loteria até com dez mil contos de capital.

O saldo dos beneficios era grande, recolhido ao Thesouro Provincial e uma disposição de lei autorisava o Presidente da Provincia a despender em obras publicas as quantias que não fossem reclamadas pelos beneficiados dentro de certo prazo, creio que de cinco annos.

Foi nesse Caixa que o Presidente Aristides Milton foi haurir, dentro das disposições expressas da lei, os recursos necessarios para a construcção do Asylo de Santa Leopoldina, recurso de que tambem lançou mão o primeiro Governador do Estado, Coronel Pedro Paulino da Fonseca, para concluir o edificio como vereis adiante.

Tudo foi feito legalmente, sem arbitrio, nesse tempo em que se attendia aos preceitos legaes mesmo para obras de beneficio publico.

As obras tinhão começado e as quantias erão despendidas, sendo as contas prestadas no Thesouro, na semana seguinte, á apresentação de nova folha.

Desta forma, quando suspensas forão as obras, as contas estavão tomadas, recebendo eu quitação ao levar a ultima da semana.

Os acontecimentos se imcumbiram de provar quanto de prudencia houve nesta resolução; mais tarde, querendo a politica contraria encontrar modo de me augmentar a mágoa da demissão de Director gratuito da instituição que eu fundára, não sabendo como as cousas se tinhão passado, lembrou se de me chamar a contas, supondo encontrar nestas algum deslise; mas esbarrou-se com o facto lisamente termi-

nado e não houve pretexto para me aborrecer.

A primeira pedra do novo edificio foi assentada com toda solemnidade, no dia 10 de Fevereiro de 1889, como deram conhecimento as duas locaes que transcrevo do «Diario das Alagoas,» orgão official.

Encontra-se no «Diario das Alagoas,» edição de 9 de Fevereiro de 1889 sob o titulo:—Asylo de Santa Leopoldina.

> «Deve inaugurar-se amanhã, 10, ás cinco horas da tarde, a construcção do Asylo de Santa Leopoldina, fundado por S. Exc.ª o Snr. Dr. Aristides Milton, para servir de abrigo aos nossos comprovincianos privados da razão.
>
> A's 4 e 1/2 horas da tarde devem seguir bondes do Largo dos Martyrios, conduzindo S. Exc.ª e os convidados, acompanhados da banda de musica da Sociedade beneficente «Euterpe Alagoana.»
>
> Ao chegar ao terreno onde estará a pedra e onde se achará a banda de musica do Corpo de policia, o Rev.º Vigario benzerá a pedra, servindo de paranymphos, a convite de S. Exc.ª, os distinctos negociantes desta praça: Comd.es Manoel Leão, Arthur Williams, Tiburcio Alves de Carvalho e Eduardo Legène.
>
> Depois da benção da pedra será conduzida para o alicerce onde deverá ficar assentada.
>
> Esperamos que a população desta Capital concorra á solemnidade desta festa que dará testemunho de mais um serviço relevante que S. Exc.ª o Snr. Dr. Milton presta á Provincia.»

No «Diario das Alagoas», edição do 12 de Fevereiro, se lê:

> «Asylo de Santa Leopoldina — Conforme noticiamos realizou-se ante-hontem, ás cinco horas da tarde, a benção solemne e collocação da primeira pedra do Asylo de Santa Leopoldina que o Exm.º Dr. Milton, Presidente desta Provincia, pretende edificar nesta cidade, com destino aos alienados.
>
> Ao acto, que esteve muito concorrido, compareceram, alem de S. Exc.ª, o Snr. Dr. chefe de policia, uma commissão da Camara Municipal, o Dr

Director do Asylo, varias autoridades e differentes funccionarios e muitas pessoas do povo pertencentes ás differentes classes sociaes.

O local onde deve ficar o asylo achava-se lindamente embandeirado, e, ao chegar S. Exc.ª, fez-lhe as continencias devidas uma guarda de honra sob o commando do Alferes Odilon Pratagy.

Benzida a pedra, segundo o ritual romano, pelo Rev.mo Vigario da freguezia de Maceió, Padre Domingos Espinosa, e, depois de encerrada em uma caixa de madeira coberta por outra de zinco, na qual forão depositados os jornaes do dia e algumas moedas contemporaneas, foi ella conduzida por S. Exc.ª o Snr. Presidente da Provincia, Dr. chefe de policia, Vereadores da Camara Municipal, Dr. Oiticica, director do asylo e pelos Senhores Dr. Costa Leite e Comd.or Almeida Guimarães. membros da commissão do asylo e posta no logar competente, lançando então cada um destes cidadãos uma colher de cal sobre ella.

Nessa occasião fenderam os ares varias gyrandolas de foguetes e as musicas da policia e da sociedade Euterpe romperam em brilhantes peças do seu escolhido repertorio.

Finda a cerimonia retiraram-se todos muito satisfeitos por verem que tinha inicio mais um dos melhoramentos concebidos por S. Exc.ª o Snr. Dr. Milton e que tende a satisfazer uma das necessidades mais urgentes desta Provincia.

Resta que o povo alagoano, tão generoso e distincto, secunde as vistas de S. Exc.ª, auxiliando-o efficazmente neste grande commettimento, porque nada é mais digno, nem mais civilisado, nem mais christão do que soccorrer os desgraçados a quem a fatalidade privou do maior dos beneficios com que Deus dotou o homem: — a luz da razão. »

A construcção proseguia dando-lhe eu toda actividade, certo como era que o Presidente tinha pressa, desejando deixar o edificio levantado, coberto e fechado até meiados de Abril, quando seguiria para o Rio de Janeiro.

O plano do edificio obedecia ao systema moderno de asylo para loucos; portas abertas, ar e luz, sendo um verdadeiro asylo e não casa de detenção para loucos.

Para isto se construiram dois salões na frente para homens e mulheres, separados pelo vestibulo; serião as enfermarias onde os loucos se conservarião em commum.

Seguia-se-lhes um corredor com seis cubiculos de cada lado para os loucos que precisassem de reclusão; no fundo duas salas para refeitorio.

O pavimento superior estava dividido em quatro salas: duas para as irmans de caridade que eu pretendia mandar vir, uma sala para pharmacia e a outra para medico e administração.

Vistes que me era posto o limite de quatro contos de réis e recommendada a mais severa economia; evidentemente insufficientes estes recursos, o Presidente me disséra que elle tinha em cofre uns contos de réis de quotas de loterias que não tinhão sido reclamados pelos beneficiados e que elle estava autorisado a despender; dar-me-hia essas, mas sem exceder a oito contos de réis.

Não seria possivel fazer maior edificio, accrescentando-lhe, ao fundo, os indispensaveis: cosinha, dispensa e outros commodos necessarios.

Em fins de Abril eu entregava ao Presidente Aristides Milton o predio fechado, coberto, pela chave, tal como era o seu desejo; com a sua retirada as obras pararam.

Gastei para chegar a este resultado a quantia de 19:601$000; o edificio apenas tinha a falta do reboco e da pintura.

Em Junho mudou a situação politica e succedeo-lhe outra administração.

Por causa de um artigo escripto por mim no « Diario das Alagoas », o Presidente de então me demittio do cargo de director gratuito da instituição que eu fundára.

Tão mesquinhos são os odios politicos, áquelle tempo como hoje; privava-se a instituição de caridade dos cuidados e da administração do seo fundador por um réles artigo de opposição ao Presidente da Provincia.

E o Presidente mandou continuar o edificio por outro, como uma affronta ao director demittido.

Os acontecimentos, que se precipitaram, se incumbiram de contrariar esse máo designo; o Presidente foi logo depois demittido, deo-se a proclamação da Republica e eu voltei a ser o chefe de policia interino no Góverno Provizorio, tempo durante o qual as obras do asylo estiveram suspensas.

A 16 de Janeiro de 1890 recebi do Governador do Estado, o seguinte officio:

» Palacio do Governo do Estado das Alagoas em 16 de Janeiro de 1890.

Attendendo a que fostes vós quem promoveo a fundação do asylo de alienados desta capital, e quem iniciou as obras de construcção do novo edificio destinado áquelle mister, sendo a maior parte do predio feita sob vossa direcção, tenho resolvido encarregar-vos da conclusão do mesmo predio, applicando-se ás obras o saldo existente no Thesouro, dos beneficios de loterias não reclamados até hoje pelos seos destinatarios.

As obras serão continuadas sob o plano anteriormente posto em execução, ouvido na parte technica da construcção o Engenheiro do Estado.

As quantias necessarias para pagamento do pessoal e material das obras serão retiradas do Thesouro pelo modo que ficou estabelecido segundo vossa indicação em officio de 31 de Janeiro do anno passado.

Espero que, desenvolvendo vossa actividade, procurareis dar o edificio por prompto o mais breve possivel, afim de serem para elle transferidos os infelizes loucos, que continuão mal accomodados no acanhado asylo em que se achão.

Saúde e prosperidade.

(Assignado)—*Pedro Paulino da Fonseca*.

Ao cidadão Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.»

Eu voltava a concluir as obras que começára: o asylo de Santa Leopoldina não teria outro constructor.

Mandei derrubar o reboco da frente e fazer novo reboco a cimento para que nunca mais fosse necessario caiar ou pintar aquella fachada tão linda, deixando-a exposta á des-

truição do tempo; mandei vir da Bahia as estatuas que lá se achão, no alto do capitel de cada extremidade, bem como o tijolo para ladrilho do vestibulo.

Contractei com o meo amigo Snr. José Rippol todo o gradil de ferro do terreno pertencente ao asylo; pretendia nessa area vasta formar os jardins e parques para recreio e diversão dos loucos, conservando-os com o trabalho delles proprios.

O edificio estava feito de modo a poder ser ampliado, continuando para o fundo e para os lados quando houvessem recursos e o numero de loucos augmentasse.

Não me foi possivel obter, no Thesouro, a nota do quanto despendi nesta segunda phase da construcção.

Infelizmente as vicissitudes da minha vida politica me não deixaram concluir o plano do edificio que foi convertido em casa de detenção de loucos, do verdadeiro manicomio que eu planejára com o Dr. Eugenio do Prado e o Presidente Milton acceitára.

Hoje me consta estarem recolhidos áquella casa sessenta e tantos loucos, quando eu a destinára apenas para vinte e tro.

De asylo de loucos nada mais tem; accusão os constructores do edificio de o haverem feito muito pequeno e acanhado; com os recursos á minha disposição era impossivel fazer mais.

A historia ahi fica perpetuada para ser lida no futuro pelos curiosos das cousas da nossa terra.

Tenho fé que, um dia, um administrador zeloso se lembrará daquella casa e cuidará de augmental-a com o plano primitivo, aproveitando o que está feito e convertendo num verdadeiro asylo, de cadeia a que a reduziram.

E' esta a minha fé e estou satisfeito por poder, recordando esta phase da minha vida publica, dizer como o vate portuguez:

« Eu a minha terra amei e a minha gente
E de o dizer estou contente »

Leite e Oiticica.

CALABAR

Como promettemos, no numero anterior da «Revista», começamos a publicar os trabalhos existentes nos archivos do Instituto sobre Calabar, no concurso aberto a pedido do Conselho Municipal de Maceió.

Começamos pelo trabalho do Dr. Oympio Galvão, estudo historico muito precioso pelas minucias que contem; cremos que serão apreciadas essas paginas escriptas em 1885 pelo nosso illustrado e operoso consocio, já fallecido.

* * *

Extracto do livro — Estudos sobre Porto Calvo-1630-1635. —

Episodios da guerra Hollandeza. —

Memoria offerecida ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, 2 volumes, pelo Dr. Olympio Euzebio de Arroxellas Galvão, socio do Instituto. —

Livro 2°.

CALABAR

CAPITULO VII

ASSÈDIO E RENDIÇÃO DE PORTO CALVO

Sitio ás trincheiras de Picard. — Contingencia deste. — Os dias 13 a 15 de Julho. — Os dias 16 e 17. — Estratagema de Souto no dia 18. — Incendio á noite. — Conselho dos sitiados. — Propostas de rendição. — Negociações sobre Calabar no dia 19. — Entrega do desertor e capitulação de Porto Calvo.

DE 13 A 19 DE JULHO DE 1635

O general Mathias de Albuquerque comprehendia a sua posição em Porto Calvo diante de um inimigo batido, mas entrincheirado.

A refrega do dia 12 obrigou os hollandezes a não moverem-se: não podendo pedir soccorro, ou mandar um aviso, consideravam-se em situação extrema.

Mas resistiriam emquanto lhes fosse possivel: lá se achava Calabar, cujos votos, si tivessem prevalecido, serião para que se queimasse o ultimo carthuchó e se emprehendesse alguma investida audaciosa.

O commandante e responsavel pela praça circumscreveu-se á defesa.

Os portuguezes apertavam o cerco e não cessavam de incommodal-os com presentes de balas.

Mathias fazia assestar as peças contra o reducto de Picard e contra as casas em que se tinham os hollandezes feito fórtes.

Deminuia-se-lhes a ração, e a propria agua começou a faltar-lhes.

E nem era possivel que a obtivessem, elles que não tinham cacimbas no alto, em que se achavam.

Para conseguirem-n'a não tinham outro recurso senão descer com grande risco os flancos do oiteiro da villa, onde passam as correntes do Manguaba, á direita, ou do Commandatuba á esquerda: essas posições, os nossos deviam dominar.

A descida para o Varadouro não lhes pertencia mais.

Elles estão pois rigorosamente sitiados.

Foi por isso que Mathias se animou a continuar o sitio, sem arriscar-se a um ataque formal.

Alem disso, os emigrantes ja tinham passado sem perigo: ficava no assédio apenas a gente, que estava no caso de fazêl-o, gente que, n'uma emergencia dada, podesse desembaraçar-se sem estorvo.

Assim toda a força do general portuguez na povoação compunha-se de 160 soldados e 100 indios.

Entretanto, Mathias guiava-se só pelo instincto, ou por certa confiança e desejo que mantinha; pois, entre os seos havia quem visse perigo na continuação d'aquelle cerco, e opinavam que se abandonasse tal tentativa, e que seguisse para as Alagoas, onde o conde de Bagnuolo estava impaciente depois das taes ordens vindas de El-rey.

Mathias cortou para os mais timidos a questão, permittindo que se retirassem os que podessem com seus proprios recursos e servissem de empecilho no sitio.

Quanto a elle, esperaria 6 ou 8 dias na provavel

eventualidade de se render o inimigo, o que seria o melhor remate do successo.

Redobrou, pois, as condições do cerco.

Designou ao capitão Martim Ferreira para dirigir a fortaleza no intuito de apertar os refugiados.

«E (dizem as *Memorias*) como hesitassem alguns acompanhal-o, o que conheceu elle general, foi logo metter se na fortaleza, dizendo que ia alli ser soldado de Martim Ferreira, dando assim exemplo e reprehensão aos irresolutos.»

E d'est'arte se foi circumscrevendo o horisonte livre dos sitiados: durava o sitio desde 12 á noite, e ja haviam decorrido os dias, 13, 14 e 15, sem um desfecho.

A 16, mandou o general mover uma peça do fórte para assestal-a mais para perto do logar em que estavam os inimigos.

«Para isso, fez uma explanada com quatro cestões dirigida pelo capitão Vernola, e por ir havendo falta de balas se fizeram planquetas de ferro, que deram bom resultado, por ficarem á tiro de pistola» (45).

No dia 17 ainda se fez uma trincheira mais perto.

A 18 se prepararam fachinas seccas para fazer-se uso do alcatrão, que tambem alli se achou, sendo o general e o donatario os primeiros que carregavam aquellas fachinas para o fim de incendiar uma das casas.

Foi tambem na tarde do mesmo dia que se empregou um estratagema geralmente attribuido á lembrança e execução de Sebastião do Souto, e que os habitantes ainda hoje conservam a tradição de ter sido na ladeira, actualmente conhecida pelo nome de «João André», situada na outra banda do Manguaba, avistavel a olhos núS, e mesmo fronteira á posição da egreja nova.

Consistio em ter se feito marchar occultamente um piquete com algumas gentes, fazê-l'o subir a ladeira pela vertente opposta, passal-a e repassal-a, apparecendo e descendo a tropa de modo que os hollandezes a vissem e suppozessem, (como se diz que suppozeram) ser reforço que Bagnuolo mandava das Alagôas, o que era facil acreditar por ser aquella descida o unico caminho para as povoações das Lagoas do Sul e Norte.

O ardil produzio talvez o effeito desejado: si não inti-

midou a Picard, concorreu com outras causas para as propostas, que no dia seguinte começavam a ser offerecidas.

Mathias é que não podia mais prolongar uma situação ameaçadora, porque si fosse o inimigo soccorrido, o papel dos sitiantes e sitiados se mudaria.

A noite de 18 foi de plena e mortifera actividade.

Sendo as casas edificadas, como ja se disse, sobre esteios, e assobradadas, faziam ellas um vão por baixo.

Mathias aproveitou essa circumstancia para o seu plano.

A's 11 horas da noite mandou entupir aquelle espaço das casas fórtes de lenha alcatroada, serviço que devera ter sido feito com grande perigo.

Ateou-se-lhes fogo, e depressa a materia inflammavel reduzio a cinzas a habitação, morrendo muitos dos defensores e salvando-se outros na casa contigua, onde se entrincheiraram, depois de terem largado a egreja nóva, á falta de segurança.

O incendio fez desesperar o inimigo: de nossa parte causou-nos a sensivel perda do Capitão Diogo Rodrigues, que duas vezes distinguio-se no fórte de Nazareth, e a do alferes reformado Lourenço Coelho, bem como a de 12 soldados corajosos e destemidos.

Os hollandezes não tinham mais para onde appellar: ao surgir a manhã de 19 de Julho elles observam que suas outras casas estavam minadas com materia combustivel por baixo: que o fogo os perderia irremissivelmente: a artilharia por sua vez não dava quartel, ia derrubando o que encontrava: o cerco estava apertadissimo: já as munições escasseavam: os mantimentos faltavam e os defensores se dizimavam: e mais que tudo, a agua não era possivel obter!

O major Picard considerava toda a resistencia uma chimera com sacrificio inutil de vidas: a demóra seria uma hecatombe talvez.

Mas Calabar oppoz-se sempre á inercia, e por fim á rendição: seu voto era resistir, e quem sabe se investir desesperadamente, com elle á frente?

Como seja, venceu a prudencia.

Os hollandezes queriam poupar as vidas: mas o infatigavel desertor, que tinha mais a perder?

Era bastante fino para antever o resultado de tudo isso,

e advinhar a sorte que o aguardava ante os seus implacaveis inimigos.

Até esse momento não julgou talvez concluida sua missão odienta e malfaseja.

Cumpria-lhe agora resignar-se aos acontecimentos, e assistir impassivel ao desfecho do drama tragico que representou.

A praça não estava sob suas ordens e direcção: si Lichthardt, o almirante que occupou-a em março, lh'a tivesse entregado, outra sem duvida seria a sua sorte, e Souto não haveria conseguido seus fins.

O Major Picard resolve propôr a capitulação.

Hasteou a bandeira branca e fez sahir logo pela manhã um tambor a annunciar a rendição.

Mathias ordena a tregoa emquanto resolve o incidente, por todos anciosamente esperado.

Enviou em deputação o já sargento-mór Martim Ferreira, commandante da fortaleza.

Ouvio-se a vontade do inimigo, trocaram-se officios e replicas durante algumas horas.

O general conheceu que estava senhor dos destinos do dia: firmou emfim as seguintes positivas condições:

Que o major Picard e os demais officiaes sahiriam com suas insignas militares mas sem bandeiras.

Que os soldados sahiriam com as armas até tantos passos, onde seriam d'ellas despojados.

Que seriam uns e outros conduzidos á Bahia para de lá se transportarem á Hespanha, e d'alli á sua patria.

Finalmente, que Domingos Fernandes Calabar seria entregue, sem audição, como prisioneiro de guerra *até Mercê de el Rei*.

O ultimo artigo foi um golpe difficil de tragar.

Vê-se que era o principal.

Custou muito a ser estipulado porque o inimigo insistia justamente em levar comsigo Calabar.

O general não admittia estipulações sem aquella; assegurou-lhe «que arriscaria a sua propria pessôa para não perder das mãos a do desertor.»

Comprehende-se o esforço e a amargura de Picard: via na contingencia a faca aos peitos: dados os passos, ja anteci-

pados, o dilemma seria ou entregar Calabar, ou serem todos passados á fio de espada.

As negociações podiam se romper de momento, a não serem terminadas logo: e em tão critica situação, quem havia de cortar o nó gordio da pendencia?

Elle, Calabar! Sim, entrevio o momento suprêmo; seus outr'ora inexgotaveis recursos, falhavam decididamente.

Calabar tomou a resolução de coroar sua missão com um rasgo de magnanimidade, ao mesmo tempo o ultimo relevante serviço prestado aos companheiros d'armas, pelos quaes se sacrificou.

Completavam-se n'aquelle memoravel dia 3 annos e 3 mezes de prodigiosa energia em pról da causa, que abraçou.

Chegava o tempo de acabar como homem de bem, o que viveu como um bandido contra a patria.

Não percam-se aqui as palavras do donatario - chronista, que nos legou (naturalmente não improvisou) o seguinte testemunho de abnegação do disertor:

— «Vendo-se o inimigo em tal collisão não quiz perder-se por Calabar, e nem este o desejava, porquanto sabendo que era essa a causa de não se ajustarem, disse com grande animo estas palavras ao governador Picard:—*não deixeis, senhor, de concordar no que se vos exige pelo que me diz respeito; pois não quero perder a hora que Deus quiz dar-me para salvar-me, como espero de sua immensa bondade e infinita misericordia.*»

Diante de tão solemne vontade, as negociações vão ser firmadas.

Temos carencia de dados para affirmar si o inimigo ainda resistio, ou demoveu ao infeliz do seu proposito.

Pode ser que, livres do embaraço que elle ia causando, não hesitassem em fechar os ajustes.

Concluio-se a estipulação, como propoz o vencedor.

Capitularam os hollandezes, que vão ja se admirar dos recursos que elles tanto temeram!

Renderam-se mais de 380 homens, numero maior que o dos sitiantes, que não passavam de 140, fóra alguns indios.

Dos rendidos, 1 era o governador, 2 capitães, 5 ajudantes, 4 tenentes, 4 alferes, 10 sargentos, e outros officiaes

inferiores: 8 mulheres e 360 homens armados, 27 feridos e enfermos.

Distribuida nossa gente em alas, passou entre ellas o major Picard e sua guarnição.

As armas iam sendo tomadas no fim da povoação por Manoel Camello Queiroga e cinco outros homens graves, para isso designados *ficando dentro da fortificação* o *Calabar* (segundo nos assegura o autor do Lucideno.)

O chefe hollandez observando tão pouca gente de nosso lado, perguntou « onde a tinhamos? »

O general tinha prevenido ja a resposta aos que poderiam receber a pergunta.

Informaram ao major que o grosso da força estava atraz do oiteiro de Amador Alvares.

E não faltou quem notasse ter sido maior temeridade que — 140 homens esperassem em uma rua descoberta 360 bem armados, ainda que viessem render-se.

Descrevendo a sahida e desarmamento da tropa vencida, dizem as *Memorias Diarias* que — o general tinha ordenado que antes de chegarem *ao oiteiro referido* os fossem desarmando e conduzindo para as Alagoas em grupos de 10 a 20. (46)

Depois, escreveu ao conde de Bagnuolo participando o successo e ordenando a remessa immediata dos rendidos para a Bahia.

Quanto aos feridos, mandou o general distribuil-os pelas casas dos moradores visinhos.

Uns vieram a morrer ou por estarem muito mal ou por falta de cuidado e soccorros d'arte: mas os feridos nossos, ou seguiram com o general, ou foram transportados para as casas dos moradores mais distantes, afim de estarem livres do inimigo, si chegasse com seu exercito, como era provavel. (47)

Um certo Manoel de Castro que servia de aguazil ao inimigo, isto é, almoxarife ou meirinho dos provenientes aos hollandezes, para quem buscava farinha, vaccas, etc., foi preso, recolhido à fortificação, e, sem mais formalidades, julgado traidor e enforcado n'um cajueiro por ordem do Auditor Geral.

Ao passo que aquelle infeliz, que talvez não fizesse

mais do que ganhar o seu dinheiro por meio de fornecimento, era enforcado pela justiça militar de Mathias, este remunerava com o posto de alferes ao feliz traidor Sebastião do Souto.

O irmão donatario refere-nos esse rasgo do general do seguinte modo:

« E para que, onde havia o castigo para o crime, houvesse o premio para o merecimento, foi feito por seu fiel procedimento, alferes da companhia do Capitão Affonso de Albuquerque o Sebastião do Souto. »

A justiça divina só, é perfeita.

Em vão a buscaremos entre os homens.

A justiça dos homens ha de ser sempre relativa: os taes principios eternos, immutaveis nunca serão absolutos.

Calabar vae ser suppliciado por traidor: a justiça o exige: mas Souto é premiado por traidor.

Para os hollandezes vencedores, o primeiro teria sido um heróe, um benemerito, e o segundo um miseravel; para nós, aquelle foi reputado um monstro, e este um patriota!

A historia julga-os porém quanto á moralidade de cada um. Ambos obraram perfidamente.

Si a Souto moveu o amor da patria, pode-se responder que ha um dever que está acima de tudo, é a honra.

Desgraçadamente, as necessidades da guerra aconselham e explicam todas as estrategias, todos os damnos que se possam fazer ao inimigo.

Comprehende-se, porém, que só em campo aberto é permittido exercer a destruição: o abuso da confiança é reprovado sob qualquer relação.

O sargento Souto teria tido certamente muitas occasiões de servir com lealdade a sua patria, (como servio d'ora em diante) si o considerarmos heróe, que nome reservaremos aos 13 irmãos Baptistas, que formaram uma só companhia de emboscadas? como havemos de qualificar aos filhos e genros de D. Maria de Souza e Gonçalo Velho, os quaes cahiram cada um de per si, sacrificados na defesa da patria?

Nos successos de 12 a 19 de Julho de 1635 não vemos mais que um capricho da sorte: foi uma vira-volta que a fortuna deu sobre o degenerado porto-calvense.

O vencedor de mil obstaculos formidaveis, o braço fór-

te que assolou desde o Rio Grande de Norte até as margens das lagôas da nossa provincia, o incendiario Calabar, veio succumbir no berço natal, diante da armadilha de um seu conterraneo!

Arcanos insondaveis do destino! Domingos Calabar era bastante habil e penetrante para ter comprehendido o peso da fatalidade, que o sorprehendia.

Sua abnegação em remover as delongas dos ajustes da capitulação, o evangelico arrependimento de que elle vae dar testemunho, provam que soube se conformar philosophicamente com os acontecimentos.

Vae começar o processo summarissimo do desertor.

Calabar está em frente de seus juizes, ou antes, vae ser julgado pelos seus inimigos.

ULTIMOS DIAS DE CALABAR

CAPITULO VIII

A posição de Porto Calvo. — Resolução do conselho sobre a sorte do prisioneiro. — Sentença, resignação e execução de Calabar. — Abandono da praça e marcha de Mathias de Albuquerque para as Alagôas

DE 20 A 23 DE JULHO DE 1635

Surge a aurora do dia 20 de Julho.

Mathias de Albuquerque estende as vistas para os elevados contornos do Porto Calvo e não vê inimigo a combater.

Em sua calma deveria pasmar da posição estrategica que occupava.

Melhor não teria elle encontrado para resistir e fazer mesmo desesperar o inimigo, si em tempo tivera sabido aproveital-a.

A natureza isolou aqui o oblongo monte da povoação banhado pelas correntes de quatro rios, cujas margens flores-

taes são beijados pelas abas de serros continuados.

Accrescentai, uma vegetação permanente, uma fertilidade espantosa do solo.

Porto Calvo se ostenta em posição dominante, livremente arejada e no centro de um panorama dos mais apraziveis: o sol equatorial nunca lhe cresta a verdura de suas producções vegetaes; as innundações nunca poderão attingil-a, ainda mesmo que os rios, transbordando, alaguem as varzeas e formem pantanos.

O café, a canna, o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a batata, o aipim, o fumo, todas as fructiferas intertropicaes não precisam mais que ser plantadas.

O porto do Varadouro communica-a com o Oceano: o rio Manguaba, sentindo a influencia permanente das marés, desde a foz até acima da actual villa de Porto Calvo, tem profundidade sufficiente para embarcações pequenas de todo o genero, desde as lanchas e barcaças até as caravelas e hiates.

No tempo dos hollandezes ja o districto continha muitas fazendas de assucar. (48)

Que de pezares não opprimiriam o espirito do chefe portuguez ao contemplar tão vantajosa situação, que elle via-se forçado a abandonar?

Si o conde de Bagnuolo sabe defendel-a quatro mezes antes, Porto Calvo passaria a ser digno rival do Legendario Arrayal do Bom Jesus.

Mas agora, tudo era em vão: o inimigo occupa a Barra Grande: a noticia do desastre de Picard deveria fazel-o voar até a conquista de Lecthardt, ora rendida pela contigencia da sorte.

Não são os cento e poucos soldados de Mathias que hão de conter o impeto das hostes flamengas.

Todos os olhares dos vencedores estão fitos sobre a direcção do sul, para — essa nova terra da promissão, onde a cautelosa prudencia do Conde de Bagnuolo tinha escolhido o refugio dos emigrantes do nórte.

E a formosa Magdalena do sul, reclinada sobre o lago prateado, que lhe banha as plantas, os esperava de braços abertos, resurgindo das cinzas, a que reduzio-a Calabar em 1,633.

A vida deste desertor está agora nas mãos de suas victimas, convertidas em arbitros implacaveis de sua sorte.

O general luctava ainda com esse estorvo para se desembaraçar e seguir a sua marcha. Não quiz proceder a uma execução subita sem constar o emprego de certas formalidades militares, que o justificassem para o futuro.

O desgraçado desertor era prisioneiro de guerra, tinha sido entregue com a clausula de ficar a mercê do soberano: esta circumstancia veio atrapalhar a Mathias.

Por si, não assumiu a responsabilidade exclusiva, e como toda a demora seria prejudicial, resolveu ouvir um conselho de seus officiaes, o qual teve de deliberar o modo porque se entenderia a promessa, estipulada nos artigos da capitulação, de que — o Calabar conservar-se-hia preso á disposição de el-Rey.

Ora, é facil de comprehender que, d'aquelles juizes não sahiria senão uma solução parcialissima.

O conselho não passava de uma formalidade official.

O voto geral foi que — representando alli o general Mathias de Albuquerque a pessoa de el-Rey, podia dispor do célebre personagem.

O sophisma calou «como direito» no animo dos juizes: e, sem mais audiencia e defeza, o auditor e presidente lavraram a sentença condemnando-o á morte, ordenando-se que «fosse enforcado e esquartejado como traidor e aleivoso á patria, ao Rei, e ao Senhor, contra os quaes commetteu muitos males, aggravos, furtos e extorsões.»

Foi mandado chamar logo o padre Fr. Manoel do Salvador, que residia á pouca distancia no matto para ouvir de confissão a Calabar e dirigil-o espiritualmente. (49)

O sacerdote não se fez esperar.

Era então 22 de Julho: ás 7 horas da manhã dirigio-se elle ao condemnado, fazendo-lhe ver que havia de dar contas a Deus n'aquelle dia.

Exhortou-o a que bem se preparasse, para o que o deixava por uma hora, necessaria ao repouso e meditação.

A's 8, voltou o religioso, que se conservou com o penitente até ao meio dia.

E como é esse mesmo sacerdote quem escreve no seo Valeroso Lucideno os factos do ultimo dia de Calabar, quem

poude estudar-lhe profundamente o coração, acompanharemos a sua narração, que deve ser o transumpto de sua consciensia e observação ocular.

Calabar confessou-se com muitas lagrymas, com punecção de espirito, cheio de verdadeiro arrependimento de seus peccados «segundo o juizo humano póde alcançar.»

Entrou em detalhes de sua vida: fez, e deu ao confessor apontamentos de dividas e obrigações, em que estava, assim como dos soldos, que lhe restavam os chefes do Supremo Conselho dos hollandezes, alem de algumas peças de ouro e prata, alfaias de sêda que elle tinha no Recife.

Pedio que fossem pagas as dividas, por elle contrahidas.

Recommendou que estes apontamentos fossem entregues á sua mãe Angela Alvares: o que tudo foi cumprido fielmente pelo padre.

Deixado comsigo e em meditação ao meio dia, tornou ainda o sacerdote ás 3 horas da tarde.

Presenciou de novo muitas lagrymas e sincera reconciliação, que demonstrava um arrependimento intimo.

Por parte da justiça penetraram no oratorio, para proceder a interrogatorios, o ouvidor João Soares de Almeida e o escrivão Vicente Gomes da Rocha.

Perguntado si sabia que alguns portuguezes haviam sido traidores e correspondiam-se secretamente com o inimigo, levando-lhe ou dirigindo-lhe avizos do que entre nós se fazia?

Respondeu que muito, porque muito tinha visto, «que os mais culpados, porem, não eram os mais abatidos do povo: mas, que lhe poupassem a revelação, ou ao memos permitissem que elle fosse tomar conselho com o padre para lhe dizer si elle Calabar podia declarar essas cousas na hora da morte: — «que por em quanto desejava não perder os poucos instantes, que lhe restavam de vida, para chorar seus peccados e supplicar o perdão a Deus.»

Ouviram os desejos de quem estava prestes a deixar a terra, sendo readmittido o confessor, que foi então o depositario de «algumas cousas pesadas» reveladas pelo penitente, de quem obteve consentimento para ir communical-as logo ao general.

Este mostrou muito bom senso em não dar apparato ao que soube: e tão grave foi a revelação que elle ordenou

que não se fallasse em tal materia —«para não se levantar alguma poeira, de que se originassem muitos desgostos e trabalhos.»

Assim passou-se a tarde deste memoravel dia 22 de Julho. O que soube Mathias, que tanto o atterrou? Nem a justiça fez mais interrogatorios, nem elle quiz mais que se consumisse o tempo.

Começou mesmo a receiar que Calabar tomasse nova resolução, isto é, a de commetter alguma leviandade, tornando publicas as fraquezas de alguns dos figurões compromettidos em convivencia com o inimigo.

O padre guardou segredo, levantando apenas a ponta do véo: o chronista donatario occulta tudo.

Só ficou estampado o sobresalto de Mathias, que vae precipitar clandestinamente o destino final do desventurado.

O proprio sacerdote foi illudido, porque mandou-lhe o general que elle fosse descançar no seo retiro, e voltasse no dia seguinte logo cedo.

Certamente, persuadio-lhe que a execução se faria n'aquella manhã: e o estylo autorisa a presença do ministro do altar na hora ultima, na agonia do justiçado.

Mas, de repente tudo isto se altera em relação ao prisioneiro de Mathias.

Eram para receiar as consequencias de um compromettimento: quem sabe si algum chefe não estava envolvido nos segredos de Calabar?

A guerra podia desmoralisar-se: os de boa fé, os soldados, os martyres, os verdadeiros patriotas fariam naturalmente sua explosão ao certificarem-se que os traidores viviam no meio delles.

O general ponderou todos estes motivos de degosto: e, combinando-os mesmo com a necessidade de sahir de uma praça, que lhe era incommoda por não poder sustental-a ao menor acommettimento dos hollandezes, que não estavam longe, decidio pôr termo á situação.

Cahio a noite e com ella a derradeira hora do prisioneiro.

Calabar, que a 20 de Abril de 1632 deixou os portuguezes, a patria, a familia e religião, cahio no dia 20 de Julho

de 1635 em poder de seus compatriotas, e no dia 22 pagou os 36 mezes de actividade, que desenvolveu em favor dos inimigos do seu paiz.

Chega a noute: a tropa se forma em ordem na porta da fortificação, em que o desgraçado ficou recolhido.

Encaminham-se e penetram no oratorio o sargento mór dos Italianos Paulo Barnola, o preboste e mais ministros da justiça: tiram da prisão o condemnado e o conduzem para o vil intrumento do supplicio, collocado junto do seu carcere.

Era um esteio, armado grosseiramente, e do qual, sem mais preambulos fizeram a victima, que foi logo garroteada.

Para o prisioneiro de guerra, nem ao menos o arcabusamento!

Não estava saciada a vingança, isto è, a sentença ainda faltava ser cumprida: morto Calabar, seu cadaver foi feito em quartos, e cada um d'estes collocado na ponta dos páos da estacada, que havia servido de trincheiras aos hollandezes!

A tradição conserva a noticia de que o supplicio teve logar n'uma das casas ao lado da egreja nova, isto é, junto da matriz actual: e como effectivamente os hollandezes antes de se entregarem tinham se recolhido a uma de suas casas fortes, e não consta que houvesse trasladação de Calabar para outra parte, não julgamos destituida de fundamento essa crença, que vagamente repetem algumas pessoas da nossa villa de Porto Calvo.

Mathias estava desassombrado da presença do desertor, que tanto o preoccupou.

Toda aquella selvatica execução foi feita tão precipitadamente (refere-nos e pondéra o padre chronista) que nem «tempo deram a Calabar de despedir-se dos circumstantes e pedir-lhes perdão, como queria, receiósos de que elle dissesse ou declarasse graves revelações, apezar mesmo de haver promettido que não o faria.»

Suppliciado Domingos Calabar, todas as horas que seguiram-se eram poucas para a fuga.

Começou o preparo para retirada.

Mandou logo o general conduzir em carros as peças de artilharia, que alli achou, fazendo escondel-as em um rio secretamente para a seu tempo serem tiradas: em outros car-

ros foram acondicionadas as armas tomadas aos rendidos, e outras victualhas.

Ao mesmo tempo fez arrazar todas as fortificações: toda a noute trabalhou-se na destruição, de modo que nada entorpecesse a marcha no dia seguinte.

Com effeito, no dia 23 a caixa rufou, a tropa desfilou, acompanhando a bagagem, passando o rio e em busca da Alagôa do Sul.

Seguiram tambem dous dos moradores de Porto Calvo, a saber Rodrigo de Barros Pimentel, deixando mulher e filhos com dous engenhos, e seu cunhado Christovam Botelho, que tambem deixava dous filhos e um irmão.

Ficou a povoação deshabitada: e alguns moradores dos que se ficavam nas visinhanças, negros e mulatos, foram percorrêl-a, e achando-a deserta, exercitaram a pilhagem: carregaram para suas moradas muitos mosquetes, arcabuzes quebrados e sãos, muito assucar, farinha, feijão, arroz, trens de casa, e bastantes outras cousas, que os soldados não poderam conduzir.

Mas, nenhum dos saqueadores teve a caridade de dar sepultura, ou enterrar os quartos do misero suppliciado, o que lhe custou bem caro.

* * *

«O primeiro periodo da guerra hollandeza em Pernambuco (50) naturalmente deve acabar aqui: n'elle se fazem sentir duas observações principaes, e sobresaem, entre tantos, dous vultos consideraveis.

Mathias de Albuquerque dá o exemplo de uma energia e de uma constancia, que a historia não póde esquecer: soldado intrepido e general experimentado não desanima ante obstaculo algum, e sem tropas regulares, sem dinheiro, sem recursos, suppre tudo isso, excitando o patriotismo e o orgulho dos pernambucanos, e realisa essa portentosa resistencia de cinco annos, em que nem é possivel enumerar todos os combates.

Calabar, manchado por uma desercão ignominiosa que o levou a renegar irmãos e patria, e a ferir uma e outras como inimigo implacavel, vence a repulsão que o seu crime

provoca, e avulta no meio de todos os adestrados e valentes capitães hollandezes, como aquelle que por seu talento, ardileza e astucia, pôde dominar as incertezas e a fortuna da guerra, e passar para os hollandezes o genio da victoria que até 20 de Abril de 1632 levara ao campo da peleja os bravos do arraial do Bom Jesus.

Calabar foi o mais potente elemento da consolidação do dominio hollandez no Recife, e das conquistas da companhia das Indias Occidentaes até o Rio Grande do Norte.

Ainda mais porem do que os nobres feitos de Mathias de Albuquerque, e as arrojadas e deshonrosas façanhas do indomavel Calabar, admiram a indolencia e os erros do governo da metropole, que não soube efficazmente defender nem esforçar-se a reconquistar uma parte tão rica e interessante do Brazil, e admiram sobretudo a firmeza e a heroicidade de um povo, que a desmoralisação corrompia, e que moralmente regenerado pela commoção violenta da mais horrivel calamidade, illustrou-se com a abnegação, com a virtude, com a paciencia, com a bravura, e finalmente com cinco annos de constante batalhar, e com uma subita emigração, verdadeiro e sublime triumpho do patriotismo.

1832

ESTATUTOS

DA

SOCIEDADE FEDERAL DA VILLA DE MACEIÓ

TITULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO E FINS DA SOCIEDADE

ARTIGO 1° — A Sociedade será denominada com o titulo e tratamento de — Sociedade Federal de Maceió

ARTIGO 2.° — A Sociedade — Federal de Maceió — terá por fins:

§ 1.° — Sustentar a Liberdade Brazileira com todas as forças a seo alcance, e conseguir a Federação do Brazil.

§ 2.° — Propagar idéias claras, e exactas a respeito do systema Federativo, e consequentemente sobre a Liberdade do Brazil, apresentando-se neste sentido, as vantagens da Federação.

§ 3.º — Manter a ordem e harmonia da Villa, e oppor-se a tudo quanto tender á anarquia e ao despotismo.

§ 4.º — Lembrar ao Governo a criação de Cadeiras de Estudos preparatorios.

§ 5.º — Fazer estabelecimentos de caridade para os pobres doentes e mendigos, logo que os fundos da Sociedade assim o permittão.

TITULO SEGUNDO

ORGANISAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 3.º — A Sociedade será composta de Cidadãos Brazileiros natos, cuja conducta liberal seja bem conhecida.

ARTIGO 4.º — O numero dos socios será illimitado.

ARTIGO 5.º — Cada socio poderá propor o numero de candidatos, que lhe convier, tendo em vista o artigo 3.º

ARTIGO 6.º — Os candidatos propostos serão approvados por escrutinio secreto, e, obtendo a maioria de votos dos socios presentes, na sessão subsequente, serão admittidos.

ARTIGO 7.º — A Sociedade abrirá correspondencias com seus socios, ou com outros quaesquer, que a Sociedade approvar em todos aquelles lugares do Brazil, onde a mesma Sociedade julgar conveniente, para com elles se entender a respeito dos fins de sua instituição.

ARTIGO 8.º — Os Socios que voluntariamente se desligarem da Sociedade (o que poderão fazer por uma simples participação ao Secretario) não poderão pertencer mais á Sociedade. Os que porem forem demittidos pela Sociedade, poderão ser de novo admittidos, convindo dois terços dos socios presentes; e neste segundo caso exceptua-se:

§ 1.º — Inimizade á Federação, e liberdade do Brazil.

§ 2.º — Invectivas, aleives e discredito, propagados contra a Sociedade.

§ 3.º — Omissões imperdoaveis, das quaes se conclua o disposto nos § § 1.º e 2.º, o que se verificará por factos aprezentados, e apoiados pelos dois terços da Sociedade.

TITULO TERCEIRO

EMPREGADOS E SUAS OBRIGAÇÕES

ARTIGO 9.º — Haverá um Prezidente, um Vice-Prezidente, um 1.º e um 2.º Secretario, dois Secretarios supplentes; um Thesoureiro, um ou mais fiscaes, tirados dentre a Sociedade, e nomeados em eleições distinctas, a pluralidade dos votos presentes.

ARTIGO 10. — Ao Prezidente compete abrir, encerrar as sessões, dirigir os trabalhos, manter a ordem nas discussões, convocar sessões extraordinarias, prorogar, suspender ou levantar as sessões julgando conveniente para evitar perturbações, decidir as questões no cazo de empate, nomear commissões ordinarias, e assignar as actas, resoluções e correspondencias da Sociedade.

ARLIGO 11.º — Ao Vice Prezidente compete exercer as funcções de Presidente na falta deste, e substituil-o na cadeira todas as vezes em que tiver de propor, ou discutir; não se achando porem prezente, presidirá o 1.º Secretario, e assim em diante até o ultimo Secretario supplente.

Na falta de toda a Mesa, sempre haverá sessão, que será presidida por um dos socios prezentes eleito a pluralidade de votos; havendo antes uma Meza eleita por acclamação para verificar a eleição e o mesmo terá lugar a respeito dos Secretarios.

ARTIGO 12.º — Compete aos Secretarios redigir, e assignar alternativamente as actas, e correspondencias da Sociedade, escrever os nomes dos socios, que pedem a palavra pela ordem chronologica, servir de escrutadores juntamente com o Prezidente nas eleições que tiverem lugar; participar aos socios eleitos a sua eleição; e terão a seo cargo um livro de matriculas, rubricado pelo Presidente, em que se lancem os nomes dos socios, declarando-se seos empregos, residencias, dias d'admissão, e demissão.

ARTIGO 13.º — Ao Thezoureiro compete guardar os fundos da Sociedade; fazer a escripturação de receita e despesa, para o que terá um livro rubricado pelo Presidente, e prestar as contas todas as vezes, que a Sociedade determinar.

ARTIGO 14.º — Compete aos Fiscaes fazer a cobrança

de todas as sommas pertencentes á caixa da Sociedade, passando dellas recibos; lembrar ao Thezoureiro, a quem prestarão as competentes contas, as despezas que se deve fazer com os utencilios, e asseio da casa das reuniões da Sociedade, e outras quaesquer que se julgarem insdispensaveis.

TITULO QUARTO

ORDEM DOS TRABALHOS

ARTIGO 15.º — Não poderá haver sessão sem que se achem prezentes dez socios.

ARTIGO 16.º — Haverão sessões em todos os domingos, e principiarão as dez horas do dia; para as extraordinarias porem o Prezidente marcará o dia e hora, e cada sessão durará duas horas.

ARTIGO 17.º — Nenhum dos socios poderá fallar por mais de trez vezes sobre a mesma materia em discussão, excepto se fôr para se explicar, porque então poderá fallar por mais uma vez, tendo pedido primeiramente a palavra ao Prezidente, e este lha conceda; os authores das propostas, e os relatores das commissões fallarão por mais outra vez.

ARTIGO 18.º — O Prezidente poderá propor e discutir, como qualquer socio, deixando de presidir, e no caso de o fazer ao tempo que presidir, será chamado a ordem por qualquer dos socios.

ARTIGO 19.º — Os Secretarios poderão propôr, discutir, requerer e votar dos lugares dos seos trabalhos.

ARTIGO 20.º — Os Socios fallarão assentados, seguindo-se a ordem determinada no artigo 12.º em todas as discussões, no que deverá haver muita attenção da parte dos Secretarios e Prezidente.

ARTIGO 21.º — Os que contrariarem aos fins e preceitos da Sociedade, perturbando a boa ordem da sessão, serão por tres vezes chamados a ordem, e quando não se corrijão poderão ser expulsos da sociedade se assim se vencer pelos dois terços dos socios prezentes e isto por escrutinio secreto, e proposto pelo Prezidente, ou por qualquer dos socios prezentes no caso de omissão do Prezidente.

ARTIGO 22.º — As funcções dos Empregados durarão

por dois mezes; podendo todavia serem reeleitos.

ARTIGO 23.º — Todas as commissões extraordinarias serão nomeadas pelos socios prezentes, e por escrutinio secreto.

TITULO QUINTO

FUNDOS DA SOCIEDADE

ARTIGO 24.º Constituem os fundos da Sociedade as entradas, e quotas mensaes dos socios, e os rendimentos da Typographia ora existente, de que é proprietaria.

ARTIGO 25.º — Cada um socio pagará de entrada dois mil reis, e em quanto pertencer á Sociedade, pagará duzentos reis mensalmente.

TITULO SEXTO

DISPOSIÇÕES GERAES

ARTIGO 26.º — Todo socio tem direito de indicar, propor, discutir, e votar sobre qualquer objecto tendente aos fins da Sociedade, podendo dois, em caso de urgencia, representarem ao Prezidente a necessidade de convocar sessão extraordinaria, e, quando não sejão attendidos, fazerem a mesma representação ao Vice Prezidente, e assim successivamente aos Secretarios.

ARTIGO 27.º — A Sociedade procurará um homem habil, que sugeitando-se ao seo plano, possa redigir um Periodico, afim de se executar com mais exactidão o determinado nos § § 1.º 2.º e 3.º do Artigo 2.º do Titulo 1.º a quem poderá arrendar a Typographia, se assim convier.

ARTIGO 28.º Os socios correspondentes serão obrigados a informar a Sociedade sobre o estado politico do lugar, em que rezidem, trabalhando debaixo da direcção da mesma na acquizição de seos fins.

ARTIGO 29.º — A' Sociedade compete rezolver todas as duvidas, que não estiverem prevenidas nos presentes Estatutos; assim como todas as questões incidentes, que possam occorrer; e impor alguns onus aos socios em casos extraordinarios. Todas estas attribuições porem serão exercidas, de-

pois de vencida a urgencia pelos dois terços dos socios prezentes.

ARTIGO 30.º — A Sociedade poderá alterar, modificar, e reformar os prezentes Estatutos todas as vezes que assim julgar conveniente, sendo este juizo apoiado por dois terços dos socios prezentes.

Silvestre Marcolino da Fonseca.
Prezidente

José Joaquim de Mello.
Secretario

(Extrahido do jornal «O Federalista Alagoense», n. 16, sabbado 14 de Abril de 1832.

Collecção desse jornal existente no Archivo do Instituto.)

CENTRO ALAGOANO

NO

RIO DE JANEIRO

DISCURSO

Pronunciado pelo

Dr. Leite e Oiticica

Orador official da sessão magna da
« Associação Alagoana de Beneficencia »
de 16 de Setembro de 1889.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

Ha um anno, passado dia a dia, estivemos reunidos a esta mesma hora, n'este mesmo lugar para celebrar as glorias da nossa adorada Alagoas; ha um anno convertiamos esta sala em templo, compraziamo-nos entre flóres e cantares, em honra da terra onde nascemos.

Ha na vida dos povos, como na dos individuos, datas que se não esquecem, factos que não podem ser riscados da

memoria, por estarem perpetuados no mais recondito do coração, entre as mais santas, as mais caras affeições; quando essas datas chegam, quando os factos se perpetuam no rolar de cada anno, o sentimento sobe do coração ao cerebro e, pelo influxo do amor, dobram-se os joelhos e a alma cae em oração, penhor da gratidão pelo bem que nos traz o orgulho da descendencia honrosa dos héroes que nos precederam na vida de nossa patria.

Nunca vos sorprehendestes, na noite calida do verão tropical, com o olhar perdido na profundeza do céo, a fixar uma estrella, pertinaz, insistentemente, emquanto a imaginação vôa por esse mundo além, pairando afinal sobre um telhado onde se abrigam entes queridos a que a saudade vos prende com as mais vivas recordações? Nunca vos admirastes de haver perdido minutos, horas a divagar, em noites claras do luar, sonhadores despertos, alheiados inteiramente ao tempo, ao logar e á vida do momento, percorrendo, nas variantes de luz e de sombra do astro amigo dos amantes e dos poetas, as campinas, os vales, os montes da nossa terra querida, aqui sulcando as aguas salsas das lagôas, vastas a perder de vista, alli brincando á beira-mar com as conchinhas nacaradas cuspidas pelos labios ruidosos do magestoso oceano; acolá penetrando no denso da floresta, aspirando as perfumadas auras da sapucáia em flor, com os ouvidos martellados pelo estridulo canto da araponga, acompanhado pelas harmonias encantadoras de um côro sem numero dos lindissimos habitantes das selvas?

Sim, senhores; o homem é e será sempre um grande e orgulhoso adorador do desconhecido, do inexplicavel mysterio das suas affeições conservadas apezar da distancia, apezar do tempo; incessantemente a sonhar, ardentemente incitado pela esperança, em sofreguidão insaciavel por uma felicidade que suppõe prestes a ser alcançada, a alma se enche do vazio das suas aspirações e se deixa levar pela sombra dos seus desejos; prestes a colher a flor pura da felicidade, esta foge sempre, sempre se distancia, sem nunca escurecer o ponto brilhante que o attrahe, que o chama sedento de ventura, a proseguir na vida, descuidado do tempo que vôa, até fazel-o tropeçar na grande fenda da sepultura!

Nos momentos de desanimo, quando reconhece quão longe está da aspiração eterna e vivaz de uma vida de sonhos; quando o coração sente o nada dos gozos mundanos e elle queda-se diante do infinito, a interrogar o vacuo da noite estrellada ou o doce espelho da lua, a alma prosta-se perante o ignoto e elle adora a grande causa, ora ao desconhecido, chorando o passado, lamentando o presente e sem mesmo saber se póde aspirar ao futuro.

N'esses momentos de saudade infinda, de tristeza profundissima, o homem reconhece quanto falsa é a sua legenda de *rei da criação* e póde repetir, com verdade e com fé, as bellas palavras que o grande Shakspeare, ha tres seculos, pôz nos labios da sua creação immortal, o Hamlet:

> « Ha no céo e na terra, Horacio, mais cousas do que aquellas em que tem sonhado a vossa philosophia.»
>
> *There are more things in Heaven and Hearth, Horatio, tham are dreamt of in yous philosophy.*

Aqui estão corações de alagoanos, reunidos em nome da sua terra natal, com o pensamento voltado para o berço da sua existencia, em commemoração á data gloriosa da sua emancipação politica.

Suas almas, de todos e de cada um de per si, converteram este solo em um templo, as luzes em outros tantos cirios, as flores em outras tantas grinaldas, a musica em outros tantos hymnos em honra do canto da terra onde nasceram; a sua alma está em adoração perante o altar da patria, orando em nome das lutas passadas, em bem do seu futuro, em pról do seu progresso de terra rica e livre! A vossa presença o affirma, a vossa attitude diz alto quanto é ardente a vossa crença, quanto é firme a vossa fé, quanto é puro, quasi fanatico o vosso culto, sincera a vossa prece.

> «A oração, dizia Lord Biron, não consiste no ajoelhar nem em certas formulas pronunciadas em tom solemne. A devoção è a affeição do coração e

esta affeição eu a experimento quando contemplo as maravilhas da creação; inclino-me diante da magestade dos céos e quando sinto os gozos da vida, da saude, da felicidade, meu coração se abre ao reconhecimento por aquelle a quem eu devo esses beneficios.»

O amor da terra onde vimos a luz começa no berço emballado pelas harmonias do canto materno, affirma-se no correr da existencia com os brincos da infancia, com o descuido dos primeiros tempos; accumula-se uma provisão de boas impressões que vão constituir a saudade no futuro; apura-se, refina-se, restila-se quando a contingencia da vida impõe a separação, a lucta pela existencia leva-nos a abandonar o lar paterno e ir pedir a outras plagas a realização do nosso sonho, a saciedade do sentimento de gozo que nos devora em sêde inextinguivel.

E então conhecemos como era puro o ar que respiravamos, como era encantadora a harmonia das passaradas que contemplavamos nas bastas e frondosas ramagens dos mulungús, como eram lindas as areias em que as ondas vinham espreguiçar a fadiga do seu rolar perenne, em furia de elemento inconstante!

Podemos então annunciar, sem receio de condemnação ao apuro do nosso gosto, que não ha camelias que vençam em alvura á nossa modesta *muçambê*, nem magnolias que se comparem ao perfume do nosso bugari!

Santas reminiscencias do tempo de outr'ora, quando a vida não passava do problema facil de solução: correr os campos em busca de um ninho de passaros ou gozar por horas a frescura das aguas do rio a correr sereno entre as margens perfumadas pelo rosmaninho das varzeas!

* * *

Esqueci-me da occasião e do fim para que nos reunimos, assim como da missão que me confiastes, senhores, e vos tomo o tempo com estas dolentes endeixas pela mais cara das recordações do meu tempo passado, já bem desillu-

dido das aspirações douradas que a velhice vae bronzeando até mareal-as de todo; esqueci-me de que ha entre vós muitos principiantes da viagem no arido deserto que o homem é obrigado a atravessar e que começa no berço e acaba no tumulo.

Isto acontece a quem sahio, mesmo na sua patria, do canto de terra onde nasceu e pelo qual sente, longe d'elle, as agruras do exilio pelo bem que lhe conserva.

Houve um homem que atirou ao mundo um livro com o titulo—*O Cosmopolita* ou *O cidadão do mundo*, com a seguinte epigraphe:

> «*Patria est ubicumque est bene.*»
> A patria é o logar onde cada um está bem.

N'este mesmo livro, elle proprio escrevia, como acto de contricção:

> «O universo é uma especie de livro de que não temos lido senão a primeira pagina qundo não vimos senão o nosso paiz. Eu folheei muito grande numero d'ellas, que achei igualmente más.
> Este exame não foi infructifero. Eu odiava a minha patria: todas as impertinencias dos povos diversos entre os quaes vivi, me reconciliaram com ella. Quando não tivesse obtido outro beneficio das minhas viagens além deste, eu não levaria em conta nem as despezas nem as fadigas.»

Qual não será o sentimento d'aquelles para quem o amor do seu torrão natal é um culto sempre guardado com o carinho de filho amantissimo, apaixonado, crente na sua belleza, louco pela sua grandeza, bem certo de sua superioridade em esplendor da natureza!

E podeis dizer que eu não minto nem me deixo levar pelas exagerações de um amor em phase de expansões. Se a vossa alma de moços está cheia do sentimento de amor pela vossa adorada Alagôas; se ella concorre a esta festa sedenta do ensinamento que resulta da exaltação de sua grande-

za, no passado que pertenceu aos nossos avós, no presente que sois vós, no futuro que será dos vossos successores, deixai-me suspender os louvores tributados á bella região das lagôas encantadas e pedir ao pó dos archivos, os attestados irrefutaveis da grandeza em todos os ramos dos conhecimentos humanos, da riqueza em todos os productos do seu solo abençoado. Fallemos da nossa terra.

* * *

A 16 de Setembro do anno passado, senhores, fallando-vos na primeira festa celebrada á iniciativa da nossa, mas muito nossa por havermos sido os seus fundadores, *Associação Alagoana de Beneficencia*, eu vos trouxe a resenha dos fáctos importantes passados ao tempo da epocha então commemorada: disse-vos os acontecimentos principaes da nossa emancipação politica, recordando os nomes gloriosos dos seus promotores e celebrando o seu patriotismo, tornado chronica pelo nosso illustre e venerando consocio, o Sr. Coronel Pedro Paulino da Fonseca.

Era um justo preito á memoria dos benemeritos promotores da fundação do nosso Estado natal, cabendo-lhes a immorredoira obra de impôr á nacionalidade brasileira, que se formava então, o reconhecimento da Provincia das Alagoas no Imperio, do Estado das Alagoas na Republica.

Coube-nos a satisfação de poder fazer o elogio da *alma-mater* d'esse movimento diante do ultimo rebento vivo d'essa estirpe dos Fonsecas, não contentes de ser alagoanos distinctissimos, mas verdadeiros padrões do amor patrio, gloria da sua patria, distinctos, benemeritos como os que mais o foram.

Julgei que no dia de hoje, deveria, de par com essas recordações já feitas, sabidas de todos vós, trazer-vos a lembrança de alguns dos nossos queridos mortos, caros á nossa bella terra, guardados como preciosissimas reliquias no escrinio sagrado da sua historia.

Deve figurar em primeiro logar um documento a que me referi o anno passado e que affirma, com a eloquencia muda do registro feito pela historia, os sentimentos do

nobre varão que, ja em 1822 trabalhava e affirmava de publico, a independencia da nosssa patria.

Permitti-me ler-vos este documento, primeiro da chronica, para o dia de hoje.

> «Illms., e Exms, Snrs.— Diz Manoel Mendes da Fonseca Galvão, capitão da 1.ª companhia do batalhão de caçadores d'esta provincia que, a bem do seu direito se lhe faz preciso que V. V. EExcs. á vista dos artigos abaixo attestem o que constar e for verdadeiro.
>
> 1.º Se foi o supplicante quem, em Junho do anno proximo passado, incitou á acclamação de regente do Brazil o Snr. D. Pedro, suffocando com medidas energicas e venturosas os contrarios projectos dos lusitanos, que se oppunham á justa causa proclamada.
>
> 2.º Se em consequencia do glorioso resultado da acclamação, seguido tambem do expontaneo grito da independencia dado, não obstante a altivez e colera dos que não podiam a sangue frio testemunhar a mudança do estado colonial para o de nação livre e independente, não foi ao supplicante a quem V.V. EExs. deram o timão da sustentação da grande obra encetada.
>
> Despacho — E' verdade tudo quanto allega o supplicante.
>
> Alagoas, 18 de Novembro de 1823, 2.º da independencia e do imperio. — *Bulhões*, presidente. *Albuquerque Sarmento Cerqueira*, secretario,

Ahi está, Senhores, como ao pai de Deodoro da Fonseca foi reivindicada a primasia de ter sido o braço forte da independencia da sua terra natal, como ao filho ninguem contestará ter sido o proclamador da Republica em sua patria, 67 annos depois.

Ouçamos os conceitos externados por outro morto distincto, filho da nossa Alagoas, e que floresceu nos tempos bem remotos por nós conhecidos apenas pela tradição que

os conservou:

> «Para a grandeza e prosperidade de nossa abençoada terra, são de urgente necessidade as vias de communicação rapida e facil por onde se façam o commercio e a permuta, por onde se conduzam os fructos da grande riqueza dos tres reinos da natureza que jazem em ser, improficuos, e que serão duplamente proveitosos, manufacturados no nosso proprio solo»

Não vos parece estar a ouvir os conceitos de um economista moderno, affirmando com a previsão d'essa sciencia experimental o futuro já realisado com as nossas linhas ferreas, com as nossas fabricas de tecidos, com a nossa industria a se desenvolver em grande escala? Entretanto elles cahiam dos labios de um alagoano, mais ou menos por essa época da qual acabei de vos fallar, segundo o testemunho do illustre chronista a quem Alagôas tanto deve: eram de Silvestre Domingues da Silva, insigne latinista, homem de saber e illustre pelos seus conselhos.

* * *

Abram-se os porticos da immortalidade, Senhores, descerrem-se os véos que cobrem esse tumulo que a capital do nosso Estado guarda como a preciosa lição do amor, da dedicação, da virtude e da modestia: peçamos para formar n'esta festa o attestado vivo, e nunca empanado pelas sombras da morte, de quanto vale o estudo, a perseverança e a paixão patriotica. E' um morto que nunca morreu, por estar vivo, patente, esplendoroso da luz do ensinamento, na obra por excellencia ainda existente, impossivel de succumbir apezar da indifferença, das paixões desencadeadas contra os seus guardas intemeratos: o morto chama-se *Dias Cabral*, a sua obra é o *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.*

Elle por si constitue uma legião; os seus estudos sobre Alagoas, as collecções por elle accumuladas com a pacien-

cia do convencido, suas investigações sobre ethnographia, paleontologia, anthropologia, geologia e numismatica, se accumulam n'aquella instituição que lhe deve a vida e o esplendor de uma riqueza de exemplares.

O pacientissimo obreiro, o valentissimo crente morreu no seu posto, mas depois de haver dotado Alagôas com uma instituição cuja singularidade no merito está em que: á propoção do desenvolvimento dos seus trabalhos, mais thesouros descobre, mais accumula em honrosas tradições para a nossa terra natal.

Deixai-me apresentar-vos aqui a prova dessa luta por elle sustentada para o objectivo a que tendiam os seus esforços perseverantes; n'esta festa em honra ás nossas tradições, justo é que ás harmonias da musica, do concerto de vozes que entoam louvorés ao nosso torrão, se unam as mesmas palavras d'aquelles lutadores que em vida foram um exemplo, depois de mortos são uma tradição viva, um ensinamento constante, ininterrompido aos seus imitadores.

Em festa como esta, ao dar conta dos trabalhos do Instituto, no anno de 1874, dizia Dias Cabral:

> «Marca o dia de hoje o 13.º anno da fundação de uma instituição que, embora arredia de toda representação, não deixou de mover o odio de uns e o despreso de outros, raros decerto n'esse concerto harmonioso de todos os esforços em proveito dos creditos da bôa nossa terra. Houve quem olhasse para o hervario e dissesse: ninharias — herva cidreira e mangerona; quem visse de longe tóros de madeira e exclamasse: — cavacos e gravetos; quem apontasse para igaçabas e affirmasse: indecencias — panellas velhas, sem se lembrar que do horto botanico procede o balsamo que alivia as dores, o elixir que prolonga a vida, sem cuidar que do madeiro se levanta o esteio da casa, a cupula da officina, a prôa da nave que, na paz, fomenta o commercio e a industria, e na guerra sustenta a honra da bandeira, sem pensar ainda que na ceramica reside o segredo da emigração dos povos, da identidade das raças, da unificação da humanidade.

> O tempo tem desarmado as prevenções: á força de attrito á perseverança polio as asperezas da má vôntade, e já agora, si o favor publico não é por nós, ninguem o terá como instrumento de opposição ao programma que nos poz de pé. Tantos são os testemunhos de valia reunidos no archivo, na bibliotheca e no museu desta obscura Associação, que bem se poderá affirmar: o successo não é commensal sómente da grandeza mas o companheiro da tarefa que tem o desprendimento por inspiração.»

Não vos parece, senhores da Associação Beneficente Alagoana que, atravez dos annos, estas palavras chegam á vossa festa como um incitamento do mestre á vossa missão de fraternidade, de generosidade patriotica, afim de vos dar forças, alento para proseguir com os poucos elementos ao vosso alcance, á vista do muito a que vos impuzestes?

Isto era escripto treze annos depois da fundação do Instituto e, apezar da unção, da fé viva no futuro traduzidas n'essas palavras, a rica instituição não possuia, nos seus cofres, ao menos a quantia precisa para, no anno proximo futuro, equilibrar os seus orçamentos. E' o proprio Dias Cabral quem assim o annuncia:

> «O saldo é indicio de penuria para quem no dominio das ambições nobres só de longe descobre os horizontes. Querer muito entretanto e só dispor do pouco, não é tortura que arroche o alento senão quando o desejo perde-se antes nas combinações da usura do que nos planos da dedicação.
>
> Com o malogro do calculo do ambicioso sobe o desespero; com a dissipação dos sonhos do credulo não morre a esperança, ja que essa ancora descança no pousio da bonança. Quando nos constituimos em 1869, era tão vacillante a fortuna, que os mais avisados tinham como certo o vaticinio da dissolução.»

Basta, mestre! Já trouxestes á nossa festa o ramalha-

te odorifero das vossas lições, o alento, a fé, o contingente de animação para o amor á nossa terra; a Alagoas de hoje se curva, respeitosa, obediente e crente diante do passado em que vós ensinastes a honral-a, digno entre os mais dignos da admiração do dia de hoje.

Deixemos comparecer á nossa commemoração outro alagoano que nunca foi moço, por não ter tido nunca as velleidades da pouca idade, prestando culto ás phantasias da mocidade; elle chega com a gravidade de porte, com o cadenciado das phrases meditadas pelo talento no estudo, pausado, sincero, correcto, digno no physico como no moral: é o Dr. Roberto Calheiros de Mello, a quem cedo a palavra n'este momento para que elle vos diga quanta riqueza possue a Alagoas, d'elle e nossa.

«A vasta e formosa capitania de Duarte Coelho é para nós um gneiss historico.

Se das indagações propriamente historicas passarmos ás explorações geographicas ou ás da archeologia geologica, ahi o desconhecido avulta, as questões surgem e o espirito pesquisador e vivaz acha-se em frente do explendor do mysterio.

Ahi contemplamos uma flora tão rica como as mais ricas do mundo pela abundancia e raridade das especies, com seus balsamos e resinas, suas fibras e perfumes. Ahi as lindas argillas, os marmores finos, os stalactites, o crystal de rocha, o ferro, o chumbo. O schisto betuminoso que se estende em camadas massiças ao longo da costa desde um a outro extremo da provincia, formando como que um espesso debrum onde a chapada se quebra para dar lugar ás praias do mar, ahi nos está attestando que duas idades immensamente longas e distinctas presidiram á formação das terras que elle separa. As vastas planicies do S. Francisco encobrem, em suas camadas seculares, innumeros depositos fósseis de animaes de varias especies, muitas das quaes pertencem á fauna antiga.

No museo da Côrte pára o esqueleto do famoso megatherium, achado nas immediações do Pão de

Assucar, no anno de 1855 e desenterrado sob a direcção do intelligente e estudioso Dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho Silva, Juiz de Direito então da comarca do Penedo. Muitas outras petrificações osseas de animaes da classe dos peixes e reptis encontram-se nos diversos lugares da provincia, ora á margem dos rios, ora nos logares seccos e elevados.»

Vêdes que é um hymno entoado á nossa Alagoas, com aquella belleza de phrase que seduzia a quem ouvisse o saudoso e honradissimo Presidente, quasi perpetuo por ser sempre reeleito emquanto viveu, do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

E para não sahirmos da instituição nossa, senhores, que tanto nos honra e nos enche de orgulho, permitti-me fazer comparecer á nossa festa, agora, um trabalhador modesto pórem não menos distincto, um alagoano bom, apaixonado cultor das tradições da nossa terra e que, com os outros dois que já compareceram, constituem a trilogia mais perfeita da honra, da dedicação, do bem pelos seus semelhantes, do amor ao berço do seu nascimento: era o Thezoureiro do Instituto, Manoel Claudino de Arroxellas Jayme, perpetuo tambem porque, em quanto viveram e durou essa phase de constituição do Instituto pela accumulação das preciosidades que hoje contem, a directoria nunca foi outra senão o baluarte composto por esses tres homens que se comprehendiam e se completavam: Roberto Calheiros, Dias Cabral e Manuel Claudino.

Comparece a nossa festa com uma lenda que fui encontrar na chronica escripta sobre a construcção da matriz de Maceió, historia que se perderia se elle não fôra; amenizará por esta forma a gravidade da narrativa com que vos estou importunando.

Estava concluida, quasi, a matriz de Maceió e as suas torres precisavam de sinos: comprou-se um, com 37 arrobas, por 888$000 ao Coronel José Antonio de Mendonça, que o mandára vir de Pariz onde fôra fundido. Cumpre deixar consignado que outro dos sinos possuidos por aquella matriz e que hoje é o maior, foi fundido na Villa de Cururipe, em

1855, por Nicoláo de Oliveira e Silva, tendo custado 714$260.

Comprado ao Coronel Mendonça com o producto de uma subscripção promovida pelo Presidente da Provincia, Sá e Albuquerque, entre seus amigos e algumas pessoas da Capital, o sino foi logo motivo de briga entre as irmandades de N. S. dos Prazeres e do S. S. Sacramento.

Falle por mim o velho companheiro e meu nunca assaz chorado amigo, Manuel Claudino; a sua linguagem de chronista é mais precisa e mais eloquente do que a minha:

> «E' mister saber-se que, por causa d'este sino brigaram, poucos annos depois, as confrarias de N. S. dos Prazeres e a do S. S. Sacramento. Cada qual lhe disputava a posse, sem que nenhuma d'ellas tivesse concorrido com um só real dos seus cofres para sua acquisição. N'um bello dia porém, em que estava o sachristão dobrando o dito sino, ás nove horas da noite, desprendeu-se da porca e cahio sobre o soalho da torre, ficando imprestavel até hoje e assim terminada a luta das duas confrarias.»

Trouxe-vos a narrativa d'esta chronica, senhores, nos termos modestos com que se apresentava, sempre na primeira filla, o destemido trabalhador em bem de Alagoas e cuja memoria ella conserva entre as dos mais honrados, dos mais dedicados, dos mais distinctos dos seus filhos.

A crença popular recebeu a coincidencia da inutilisação do sino destinado a chamar os fieis á oração pela paz geral, pela confraternização dos homens, como o castigo da desintelligencia, dissenção e desharmonia que as duas confrarias alimentavam em nome da ingenua cobiça de ser cada uma a proprietaria exclusiva de um bem que, de facto, não pertencia a nenhuma e sim ao povo. Santa crença que aceitava as lições do céo para actos menos pensados na terra e assim continha as paixões humanas, ameaçadas da colera celeste quando lhes dessem expansão os aggremiados em nome do labaro da cruz, da doutrina do amôr por excellencia: o amor ao proximo!

* * *

Não menos bella é outra crença narrada por outro alagoano, igualmente amigo de Alagoas, a qual lhe deve grande copia de excavações historicas, do estudo e das investigações a que elle se entregou: o Dr. Braz Prospero da Silva Caroatá.

Havia em Penedo uma cruz de pedra, formada por duas peças inteiriças, assentada n'um grande pedestal, tambem de pedra, com varios degráos; fôra erigida no alto, onde está hoje o cemiterio, pelos portuguezes, em 1645, depois da expulsão dos hollandezes do Penedo, —ultimo reducto que lhes restava na occupação do Brazil.

Uma das peças da cruz era a haste, com cerca de oito pés de cumprimento até o lugar dos braços; a outra, tambem inteiriça com os braços e a parte superior da haste, se encasava na cavidade existente no topo, de modo que se movia em diversas direcções, embora os braços sempre estivessem na direcção do nascente e do poente.

Durante a revolução de Pernambuco, a cruz appareceu com os braços em direcção mudada, apontando um d'elles para os lados do Recife; e o povo, obedecendo ás suas crenças d'aquelle tempo, annunciou que a cruz estava indicando que se devia marchar contra os revolucionarios do Recife.

Respeito a chronica, tal como a narra o seu illustre autor para lhe não deturpar o sentido, traduzindo a epocha em que ella fora publicada; fosse ella escripta hoje e não seria precisa grande acuidade de espirito, perspicacia maliciosa para affirmar que o estupendo caso da mudança de direcção dos braços da cruz de pedra fôra traduzido errado pelos interpretadores da epocha: ella significava evidentemente uma ordem incontestavel do céo para correrem os brazileiros do Penedo em auxilio dos seus irmãos do Recife que trabalhavam, com as armas na mão, pela independencia, pela liberdade da sua Patria!

Vão lá, porém, explicar á torrente da crença popular que ella obedece ás inspirações erradas do momento, não deve seguir o curso natural dos sentimentos e sim os da

reflexão, a voz da razão, quando convicção imperiosa se formou em favor de uma ideia, por mais absurda, no cerebro da quasi unanimidade!

A historia guarda as phrases sensatas, ponderadas e cheias de verdade do velho lexicographo Dr. Antonio de Moraes e Silva, nomeado membro do Conselho da administração da Republica, que chegou a ser considerado traidor á sua patria, por não ter aceitado a nomeação e feito ouvir aos chefes d'essa revolução quanto havia de enganador no enthusiasmo da sua nobre causa, trahida pela fraqueza dos meios de acção, que vaticinava o fim desastroso em pouco tempo obtido, com sacrificio á tyrannia, dos preclaros chefes da revolução de 1817, em Pernambuco.

Compareça outro alagoano que elevou o nome da sua patria, galgando o pinaculo da consideração universal, impondo-se ao seu paiz e ao mundo como um sabio, como ente privilegiado pela grande somma de sciencia que a sua bellissima cabeça enthezourára. Quem não conheceu o morto de poucos annos, senhores, e que deixou a sua vida impressa nas revistas intituladas *Archivos do Museo Nacional?*

Venha dizer n'esta festa o que a sua sciencia descobrira nas terras das lagoas e do magestoso S. Francisco.

Devemos-lhe ter ficado consignadas, em um d'esses volumes, as observações do Professor Derby acerca da estructura do valle de S. Francisco, nas seguintes linhas:

> «Seguindo em tudo o que já expusera o professor Hartt em seu trabalho, o novo explorador reconheceu que de Propriá á fóz predomina o grez amarellado, de granulação fina, e d'aquella cidade á de Pão de Assucar principiam as rochas de gneiss schistoso, passando a micachisto, sendo que na Lagoa Funda nota-se de mistura com essa formação, uma camada de marmore branco. De Pão de Assucar para o interior tornam-se mais solidas as rochas e de preferencia abundam os granitos e syenitos, merecendo muita attenção o marmore que se vê ao pé da serra do Craunan, nas proxi-

midades da estação do Telhado, rocha em tudo semelhante ao calcareo do valle da Parahyba do Sul.»

Eu não preciso vos fazer o elogio de Ladisláo de Souza Mello Netto, senhores, o sabio Director do Museo Nacional que elle tanto elevou, honrando o nome da nossa patria perante o estrangeiro que vinha ao Brazil, como perante todas as nações onde elle fez ouvir a sua autorisada palavra como o representante do Imperio do Cruzeiro.

Todos vós o conheceis nas suas obras e nos louvores universaes que acompanharam o seu nome; elle pertence a essa phalange de homens mais que illustres, a affirmar ao mundo que o Brazil tambem possue cabeças privilegiadas, dignas de figurar na grande assembléa dos sabios, honra da humanidade intelligente, gloria do universo a proclamar o seu saber.

E basta de chronica, senhores; eu não terminaria hoje se houvesse de fazer comparecer diante de vós essas reliquias da nossa historia, esses entes privilegiados, filhos da nossa Alagoas e que tanto orgulho dão ao nome de alagoanos por nós usado.

Poupemo-nos na exhibição, para que fiquem outros á guarda em festas como as de hoje, promptos a ser convidados pelos futuros oradores a virem encher o recinto das nossas sessões solemnes com as fartas messes das suas glorias.

A consequencia do estudo historico sobre esses homens é facil de comprehender.

«O historiador, diz Guisot na sua obra *Civilisação na Europa*, se poderia collocar no seio da alma humana, durante um tempo dado, uma serie de seculos ou em um povo determinado. Poderia estudar, descrever, contar todos os acontecimentos, todas as transformações, todas as revoluções que se houvessem realisado no interior do homem; e quando elle tivesse chegado ao fim, teria uma historia da civilisação d'esse povo e no tem-

po que tivesse escolhido.»

* * *

Trazendo esses nomes e as impressões despertadas pelas suas recordações para a festa de hoje, peço-vos, senhores, que penseis commigo na grande obra de organisação social representada pelo homem na vida do povo a que elle pertence.

A reflexão demorada sobre o destino do homem nos leva a profundezas de pensamento onde a imaginação se perde em divagações variadissimas sem nunca chegar a um resultado certo.

Se a vida não é concedida por escolha do tempo e do lugar, se o homem nasce, vive e morre sugeito sempre ás condições do meio onde a sua actividade se desenvolve, o seu caracter se fórma; se as suas acções são modeladas pelos acontecimentos que se desenrolam ao redor d'elle, sem lhe ser permittido provocal-os, guiar-lhes a marcha com a certeza do resultado, sempre de accordo com o pensamento que o domina; se, mesmo tendo nas mãos os fios directores da acção imprimida com fim prévio e maduramente intentado, qualquer accidente, ou imprevisto ou mesmo previsto com circumstancias menos importantes do que as apresentadas, transtorna todos os calculos e produz resultados completamente inesperados e não imaginados; se, em summa, a vida humana é um tactear continuo no imprevisto, no desconhecido, velado sempre á visão do corpo, como do espirito, que causa preside á vida universal, á formação dos povos, á existencia das sociedades, á composição das familias, aos actos de cada individuo no meio onde a natureza ou o accaso o collocou?

Queda-se o homem, desde as mais remotas eras, diante do problema insondavel da causa de sua propria vida e elle que se intitula — o rei da creação — se encontra sempre, em todas as épocas, em todas as idades, diante da pergunta a que ninguem dá resposta, sphinge que nenhum Edipo é capaz de resolver: porque vivo, para que hei de morrer? No momento certo, que elle não póde evitar, porque não lhe é dado conhecer as eventualidades proximas á realisação, é preso

nas garras inclementes que não perdoam a nenhum e morre como viveu, sem poder appellar para o passado, embora cheio das mais extraordinarias acções em bem da sua patria, dos seus semelhantes, ou para o futuro, ainda que se lhe abram os horizontes de uma missão a cumprir, por elle julgada o seu destino no mundo do qual não espera separar-se tão cedo.

Pode-se affirmar que é esta a historia constante, invariavel, indiscutivel para todos e posso dar-vos o exemplo d'isto na vida curta e implacavelmente cortada, na flôr da idade, d'esse nosso consocio, Alfredo de Almeida Cavalcanti, 2.º secretario da nossa associação nascente, cahido no tumulo em plena idade e com o coração cheio de fé na vida que lhe sorria, entre as agridoces preoccupações do labutador para ganhar a vida, do moço a acalentar esperanças, do trabalhador em bem de seus semelhantes com o pensamento na Alagoas que lhe fôra berço!

Porque ha de morrer o moço cheio de vida, para quem o dia de amanhã só tem arrebóes, o horisonte está sempre aberto ao sol ascendente, em céo anilado de manhã de verão, repleto da seiva que o alimenta ainda ao verdejar, crescer, subir, cumprir uma missão na sociedade á qual pertence?

E elle se dobrou á contingencia da materia que o tombou no tumulo, devorando-lhe a seiva e roubando-o aos nossos carinhos, á nossa convivencia.

Não importa, entretanto; nessa grande luta empenhada na vida universal, um homem que desapparece é menos um a contar nas fileiras que logo se preenchem; cava-se-lhe o tumulo, chora-se sobre a terra que o recebe, deixa-se que elle descance ao som dos lamentos caros á sua memoria e o seu exemplo serve de incitamento aos que ficam, laborando a terra ingrata do bem, onde os fructos são obtidos á custa da maxima somma dos esforços de todos.

Ha uma causa superior que, na falta da comprehensão d'esse problema, dirige o mundo, preside á vida universal, sustém os astros no espaço infinito, como faz germinar a plantasinha no valle.

Nunca vistes, nas nossas varzeas, a folha mimosa da sensitiva? Ella expande as suas folhasinhas agrupadas em

escalas aos beijos calidos do sol meridional, extasiando-se e matisando com o verde-escuro das suas hastes a planicie onde se ramifica. Se um objecto qualquer lhe toca de leve nas folhas, em choque para ella sempre brutal, haveis de vel-a retrahir-se como donzella recatada e traduzir o desgosto do ataque na attitude concentrada das petalas, na apparencia de fanada com que ella fica.

Passada entretanto a sensação do attrito, ella vai pouco a poucó tornando á virencia e volta a se abrir ás caricias da brisa, sorridente, confiada na sua vida vegetal e promettedora das flores roseas com que, em breve, matisará a campina.

Aproveitemos a lição, meus senhores; se a sorte adversa roubou ò nosso consocio, abatendo-o no tumulo e cobrindo de tristezas a nossa associação, o golpe está passado, já o substituimos por outro lutador e colloquemol-o no rol dos bons alagoanos que vieram hoje abrilhantar a festa do nosso festivo anniversario, á data da emancipação politica da nossa sempre querida Alagoas.

Se no mundo para ònde elle foi, nos paramos onde a sua alma se alou, elle póde ouvir os nossos votos, peçamos-lhe para se juntar aos outros já lembrados e virem unir as suas ás nossas vozes para entoar o hymno de amôr á nossa terra.

* * *

Uma tarde de verão eu subia silenciosamente a encosta escarpada de um monte dos mais caros á minha vida, dos que mais me prendem á nossa terra; o dia, fortemente castigado pelo nordeste da costa alagoana, declinava meio dolente da refega, já vencido o calor da canicula pela obliquidade dos raios do sol cadente sobre a terra varrida pelas torrentes de ar puro que do mar lhe esflorára a superficie durante oito horas seguidas. Animadó pela frescura da tarde, sentindo o peito cheio das emanações suaves desprendidas do solo fecundo, resolvi tentar a empreza e, pouco a pouco, lentamente, embaladó pelas divagações incertas, provocadas pelas circumstancias do meio em que eu me

achava, encantado pela vista, pelo ouvido, cheguei ao cimo da montanha. Olhei; desdobrou-se-me aos olhos o horizonte em largas ondulações. Oh! magnificencias do Creador, como eu senti subir-me d'alma um grito de admiração pela tua obra maravilhosa!

Ao poente o astro do dia, em fogo, abrazava os céos como o incendio de mil fornalhas, despedindo um feixe de luz branda, meio calida, affagadora como beijos quentes de amante a despedir-se da mulher adorada; o centro do astro semelhava um brazeiro de vidro liquido, em variantes cinzentas, douradas, rubras, amarellas, de mil côres.

Ao mesmo tempo, ao nascente, a pallida amiga dos amantes subia lentamente, deixando entrever a sua doce face branca, limpida, sem luz diante dos ultimos raios do astro-rei! Aos meus pés estava o valle tapetado da alfombra verde-carregado da gramma que o encobria totalmente, formando um vasto taboleiro de relva, esmaltado aqui, além, pelos pontos brancos das casas, dentre as quaes se elevava, de cada grupo, a piramyde alva da chaminé de uma fabrica de assucar.

Bem defronte de mim se erguia, branco como uma promessa de felicidade, o pinaculo da egrejinha que eu edificára!

Ao redor de mim o silencio da natureza a adormecer, apenas interrompido, de quando em quando, pelo arrulhar terno da juruty, na matta proxima.

Silencio, solidão, quietitude, repouso, levemente perturbado pelo ciciar da brisa nas ramagens das arvores ou pela queda, a rolar pelo monte abaixo, de um seixosinho despedido da grande altura pelo saltitar de algum gafanhoto em correrias amorosas.

Era a hora em que o sabiá descanta as suas notas mais ternas, em que os passarinhos mais arrulham em torno do ninho onde se agazalham, em que a brisa tem mais perfumes, em que a vegetação despede mais effluvios, em que a solidão é mais amada, em que o homem é mais apaixonado.

O sol descambava escondendo-se no horizonte, mandando á terra os seus ultimos raios, como a despedida de quem morre, emquanto, defronte, a lua se elevava sorrindo

á mesma terra beijada pelos seus raios de prata; e os dois astros formavam como que as conchas de uma balança enorme, da qual era fiel collossal o monte em cujo cume eu me achava!

O' eterna causa das causas, força incoercivel que o homem reconhece, á qual se submette, contra cujos designios é impotente, da qual soffre os effeitos sem chegar a prescrutar os profundissimos mysterios, ainda não desvendados e nunca possiveis de ser conhecidos! Como suspendeis no espaço infinito os astros de peso, de tamanho tal que a intelligencia do homem calcula, mas não apprehende, figura mas não avista, mede mas não vê, annuncia mas não verifica!

Qual é essa força enorme, infinita, incalculavel, colossal que faz correrem os rios, vegetarem as arvores, gyrarem os astros, moverem-se ceus e terra, sem nunca se affastar um só, da trajectoria certa, obrigada que lhes foi imposta, deixando viver, no meio d'esse concerto universal de mysterios, cada qual mais profundo, o homem, intelligencia limitada, incapaz da vida que recebe, sugeito á morte sem poder nunca sondar os segredos do movimento universal, constante e vertiginoso que ao redor d'elle se produz!

Perde-se a vista no horizonte illimitado onde o céo e o mar se approximam, unindo-se em estreitissima ligação; some-se o pensamento nos páramos azulados onde a visão se confunde na amplidão desmesurada do espaço sem fim e a alma sente-se um nada, impotente e desesperada por saber, perante o espectaculo maravilhoso da quietitude aparente d'esses mundos todos que gyram em velocidade incalculavel, incomprehensivel.

E quando mais eu me perdia n'essa ancia do prescrutar a natureza infinita, quando mais sentia o cerebro e o coração cheios da vertigem do mysterio da criação, o sino da minha ermida deixou echoar aos meus ouvidos a primeira badalada da — Ave Maria, — chamando-me á realidade do ente pequenino, fraco, nullo que o homem é. E a minha alma sentio-se presa á contingencia da vida, deixou-se dominar pelas impressões do meio e eu murmurei em prece ungida do mais fervoroso amor do filho apaixonado:

Deus! Como é bella a minha terra natal! Céos, como é lindo o céo da minha patria!

* * *

Salve ó adorada Alagoas tres vezes salve!

ACTAS

das sessões do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

SESSÃO ORDINARIA EM 25 DE ABRIL DE 1906

A's 8 horas da noite achando-se presentes na séde social os socios, drs. Gouveia, Costa Leite, Pindahyba, Araujo Rego e Miguel Omena, desembargador Graciliano, Coronel Americo, professor Loureiro, conego Octavio Costa e Idelfonso Cantidiano, assumiu a presidencia o dr. Gouveia no caracter de 2.º vice-presidente, visto não terem podido comparecer, por incommodo de saude, o presidente dr. Diégues Junior e o 1.º vice-presidente desembargador Esperidião Tenorio.

O sr. vice-presidente declara aberta a sessão.

Não tendo sido apresentada a acta da sessão anterior, foi lido o expediente, que constou dos seguintes officios: do dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo dando conhecimento ao Instituto de haver reassumido, a 12 de Dezembro do anno passado, o exercico do cargo de pre-

feito do Alto Juruá; do Dr. 1.º secretario da Bibliotheca publica Pelotense, communicando a eleição da nova directoria para o corrente anno; do presidente e secretario da Sociedade de Geographia de Genova, noticiando ao Instituto que o 9.º congresso internacional de Geographia, conforme ficára resolvido em Nova York na sessão do 8.º congresso de 14 de Abril de 1904, se installará em Genova a 27 de Julho de 1908 e funccionará até 6 de Agosto seguinte.

As offertas recebidas foram: *Revistas* dos Institutos da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, do Estado Maior do do Exercito e da Sociedade de Agricultura Alagoana; *Boletins* da Academia nacional de sciencias de Cordova (Republica Argentina,) da Sociedade Geographica de Lima (Perú), do Corpo de Engenheiros de Minas, do Perú, e da Sociedade de agricultura da Bahia; *La Paix et l'union universelles* do dr. Alvares da Costa (Pará); *Notas Dominicaes*, traducção de Alfredo de Carvalho (Recife); *Noticia Biographica* do dr. Moraes e Silva pelo dr. Pereira da Costa (Recife); *Annuario de Minas Geraes*, do dr. Nelson de Senna; diversos jornaes e periodicos desta capital, Penêdo, Rio de Janeiro e S. Paulo; uma medalha de bronze commemorativa da inauguração da Avenida Central da Capital Federal, offerecida pelo consocio dr. Leite e Oiticica.

Passando-se á ordem do dia e exposto o fim especial da reunião, foi por unanimidade resolvido que ficasse o presidente auctorisado a constituir um procurador no Rio de Janeiro para receber do Thesouro Nacional a parte que compete ao Instituto no beneficio das loterias federaes extrahidas em 1905, na conformidade do artigo 2.º letra k da lei n.º 953, de 29 de Dezembro de 1905. Nada mais havendo a tratar encerrou o sr. vice-presidente a sessão ás 9 horas da noite do que para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 29 de Novembro de 1906.

SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1906

Preeidencia do Dr. Diégues Junior

A's 7 e 1/2 horas da noite, na séde social, tendo comparecido os consocios Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Alfredo Rego, Joaquim Diegues, Gouveia, Rosalvo Ribeiro, coronel Americo, conego Octavio, professor Loureiro e Idelfonso Cantidiano, assumiu a presidencia o dr. Diegues Junior e declarou que sendo a presente sessão especialmente destinada á eleição da Mesa administrativa e commissões que têm de funccionar no proximo anno de 1907, ia-se proceder á votação para aquelles cargos sociaes. Terminada a votação, proclamou o presidente o respectivo resultado que foi o seguinte:

MESA

Presidente—Dr. Diégues Junior; — 1.° vice-presidente— Desembargador Esperidião Tenorio; — 2.° vice-presidente; — Dr. Gouveia; 2.° secretario — Idelfonso Cantidiano; supplentes do secretario — Agrimensor Joaquim Goulart e Dr. Francisco Ponets; orador — Dr. Joaquim Diegues; Adjunto do orador — Dr. Francisco Pontes; Thesoureiro — Conego Octavio Costa.

COMMISSÕES

1.ª Finanças — Dr. Alfredo Rego, coronel Americo Guimarães e professor Loureiro; 2.ª Redacção da revista — Dr. Alfredo Rego, Francisco Pontes e Virgilio Antonino; 3.ª Geographia, historia, archeologia — Drs. Sampaio Marques, Francisco Izidoro e Rosalvo Ribeiro; 4.ª Numismatica, inscripções etc. — Drs. Bernardino Ribeiro, Pindahyba e professor Loureiro; 5.ª Mappas, cartas Geographicas, plantas etc. — Drs. Wanderley de Mendonça, agrimensor Goulart, e Rosalvo Ribeiro. Logo após a leitura do resultado da eleição e proclamação dos eleitos, expoz o presidente que

estes ficavam empossados nesta mesma sessão por ser a ultima do anno, e não havendo nada mais a tratar encerrou os trabalhos ás 8 e 1/2 horas da noite.

E para constar, lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 9 de Abril de 1907.

SESSÃO ORDINARIA EM 9 DE ABRIL DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos 9 de Abril de 1907, no edificio em que funcciona o Instituto, as 7 e 1/2 horas da noite, presentes os sr.s socios, Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Joaquim Diégues, coronel Americo Guimarães, conego Octavio Costa e Idelfonso Cantidiano, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Foi lida e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O secretario deu conta do expediente e offertas recebidas.

O expediente constou de dous officios: um do 1.º secretario da Associação dos Empregados do Commercio de Pernambuco, communicando a eleição dos conselhos director e fiscal daquelle gremio para o anno social de 1907; outra do director do Museo municipal de Iguapé, (S. Paulo), pedindo a remessa de publicações do Instituto para a bibliotheca do mesmo Museu.

As offertas, constantes da lista lida em sessão, foram recolhidas a bibliotheca do Instituto.

Passando-se á ordem do dia, tiveram solução diversos assumptos de interesse social, sendo por esta occasião auctorisada a reconstrucção do terraço do predio, por se achar em ruinas, ficando a execução deste serviço a cargo do prestimoso consocio Rosalvo Ribeiro. O Thezoureiro, Sr. Conego Octavio Costa, apresentou as contas da receita e des-

peza do Instituto no annos de 1905 e 1906, as quaes na conformidade dos estatutos, foram remettidas a commissão de finanças para dar parecer.

Não havendo nada mais a tratar, encerrou o Sr. presidente a sessão as 8 1/2 horas da noite, e para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 7 de Maio de 1907.

SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE MAIO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos 7 de Maio de 1907, na sede social, as 7 1/2 horas da noite, reunidos os socios Drs. Diégues Junior, Gouveia, Virgilio Antonino, Francisco Pontes, Francisco Izidoro, Alfredo Rego, Goulart de Andrade, professor Loureiro e Idelfonso Cantidiano, foi pelo presidente aberta a sessão.

E' lida e posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

Em continuação leu o secretario o expediente, que constou dos seguintes officios: Da directoria do Gremio Litterario Conde de Affonso Celso em Bello Horizonte, datada de 1.° de Fevereiro deste anno, pedindo o auxilio do Instituto para o desenvolvimento da bibliotheca do mesmo gremio; do Dr. Emilio Goeldi, datado de 21 de Março ultimo, communicando ter resignado o cargo de director do Museu de historia natural e ethnographia do Pará; do Dr. Jacques Hub, da mesma data, declarando ter assumido em virtude da nomeação do governo do Pará, o cargo de director do referido Museu; da sociedade Monte-pio dos Artistas Viçosences, de 27 de Abril proximo findo, pedindo a coadjuvação do Instituto para o engrandecimento da sua bibliotheca.

O Snr. Presidente declarou que iam ser satisfeitos os pedidos com a remessa de volumes da Revista.

As offertas recebidas entre a ultima e esta sessão foram: *Boletim* da secretaria de agricultura da Bahia, de Janeiro do corrente anno e os jornaes e periodicos, desta capital, Penêdo e Cruzeiro do Sul (Juruá). Pelo consocio Dr. Gouveia foram entregues nove gravuras de alguns trechos da Avenida Central da Capital Federal enviadas pelo consocio Dr. Leite e Oiticica alli residente. O Sr. presidente diz que todas essas offertas são recebidas pelo Instituto com agradecimento.

Os Dr.s Gouveia e Goulart de Andrade declararam que a commissão para que foram nomeados juntamente com o Sr. Gomes Calaça, se desempenhou pontualmente da piedosa incumbencia de representar o Instituto nas exequias do saudoso consocio Commendador Manoel de Vasconcellos e dar pezames a familia do extincto.

O socio Idelfonso Cantidiano propoz que seja na acta de hoje inserido um voto de pezar pelo fallecimento daquelle digno consocio que foi um dos fundadores da instituição e fazia parte da classe dos honorarios pelos seus meritorios serviços.

Posta em discussão e approvada a proposta, foi unanimente rezolvido que esta justa homenagem do Instituto se tornasse extensiva aos demais consocios ultimamente fallecidos, dignos tambem de veneravel memoria, os quaes são: Barão de Penêdo, Visconde de Sinimbú, Esperidião Eloy, Thomaz Gouveia e Nina Rodrigues.

Foi o 2.º secretario encarregado do trabalho de pôr os novos estatutos de accordo com o vencido na casa, afim de que passem a ser reguladas por elles as funcções do Instituto.

O Sr. presidente declarou que na proxima sessão se trataria de elucidar o seguinte ponto da nossa historia:—quaes as causas que concorreram para ser elevado a comarca de Alagôas á capitania independente em 1817.

E como nada mais houvesse á tratar levantou o Sr. presidente a sessão as 8 3/4 da noite, e para constar lavro a presente a acta.

Approvada em sessão de 28 de Maio de 1907.

SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE MAIO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos 28 de Maio de 1907, as 7 horas da noite, no edificio em que o Instituto celebra suas sessões, achando-se presentes o Sr. presidente Dr. Diégues Junior e consocios Dr. Costa Leite secretario perpetuo, Joaquim Diégues orador, Alfredo Rego, Virgilio Antonio, Francisco Izidoro, professor Loureiro, José Avelino e Idelfonso Cantidiano 2.º secretario, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, realizada a 7 do corrente mez, deu o secretario conhecimento do seguinte expediente e offertas.

Expediente — officio do 1.º secretario do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, communicando ter tomado posse no dia 3 de Maio a directoria eleita para reger os destinos daquelle gremio no anno social de 1907 a 1908. Offertas: *Boletim* da Sociedade Geegrophica de Lima, 1.º trismestre de 1906; Revista militar de Fevereiro do corrente anno; *Revista* da Companhia de seguros «Mercurio,» de Abril p. findo, *Revista* da Sociedade de Agricultura Alagoana n.º 2 de 1907. Pelas respectivas redacções os seguintes jornaes: *Gutemberg*, *Tribuna*, *Diario das Alagoas*, *Correio de Maceió*, *A sciencia*, *Baluarte*, *Fé Christã do Penêdo e Cruzeiro do Sul* do alto *Juruá*.

Passando-se a ordem do dia, usou da palavra o Sr. presidente, o qual lamentando em sentindas phrases, a perda que acaba de soffrer o Instituto com o fallecimento do nosso preclaro consocio e thezoureiro Conego Octavio Costa, occorrido a 23 deste mez, declarou ter mandado depositar na sepultura do finado, uma grinalda com a inscripção — Saudades do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, — espressiva dos nossos sentimentos, nomeando outrosim uma commissão composta do Drs. Francisco Pontes, Alfredo Rêgo e professor Loureiro, para apresentar o Instituto noenterro e dar pezames a familia do morto, devendo a mesma commissão,

a que terá de se encorporar o orador da sociedade Dr. Joaquim Diégues assistir amanhã 29, as exquias do 7.º dia.

Continuando, propoz que agora estas demonstrações de sentimentos da sociedade, se lançasse na acta de hoje um voto de pezar por tão infausto acontecimento. Tornou a palavra o Dr. Costa Leite e propoz, se suspendesse a sessão em signal de mais uma condolencia do Instituto.

O Dr. Francisco Izidoro, obtendo a palavra, declarou serem bem justas todas estas significativas manifestações de pezar da associação pela perda do nosso saudoso consocio, e propunha ainda para perpetuar a memoria e serviços do finado, que fosse escripta a sua biographia por um dos socios designados pelo Sr. presidente, afim de ser inserida na Revista.

Approvadas todas essas propostas designou o Sr. presidente o consocio professor Loureiro para escrever a biographia.

O Sr. professor Loureiro tendo a palavra,disse que a commissão nomeada pelo Sr. presidente havia cumprido a sua incumbencia no dia do enterro do fallecido consocio, não só assistindo aos actos funebres e acompanhado o feretro até o campo santo, como tambem dando os pezames a familia do extincto. Em seguida o Sr. presidente declara suspender a sessão.

Do que tudo para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 25 de Julho de 1907

FIM

INDICE

PAGINA

DISCURSO—pronunciado pelo Dr. Diègues Junior 9

DISCURSO—pronunciado pelo Dr. Guedes de Miranda. 12

ASYLO DE LOUCOS, EM MACEIÓ—chronica pelo Dr. Leite e Oiticica 19

CALABAR. 50

CALABAR—capitulo VII—ASSÉDIO E RENDIÇÃO DE PORTO CALVO 51

ULTIMOS DIAS DE CALABAR—capitulo VIII 60

1832—ESTATUTOS DA SOCIEDADE FEDERAL DA VILLA DE MACEIÓ. 68

DISCURSO—pronunciado pelo Dr. Leite e Oiticica no Centro Alagoano do Rio de Janeiro 74

AÇTAS—das sessões do Instituto 96

Erratas

Pagina	Linha	Onde se lê	Leia-se
12	7	«res sana» do patriotismo da historia	«res sanctae» do patriotismo da historia
13	26	a humildade, ao contrario do sol,	a humanidade ao contrario da terra.
13	39 e 40	que embriagou	que se embriagou
18	6 e 7	«mares de regaços»	«mares de sargaços.»

ABRIL A JUNHO DE 1915

Vol. VI Num. 2

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

Commissão de redacção

Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica

Dr. Luiz de Mascarenhas

Dr. Alfredo de Maya

1915

Typ. da Livraria Fonseca

40 — Rua do Commercio — 40

MACEIÓ

INSTITUTO ARCHEOLOGICO
E
GEOGRAPHICO ALAGOANO

Installado em Maceió aos 2 de Dezembro de 1869

SEUS FINS SÃO:

I — Colligir, trasladar, verificar e publicar documentos e tradições historicas de Alagoas.

II — Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os.

III — Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de munumentos e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos.

IV — Obter e conservar photographias e desenhos de munumentos que possam ter qualquer valor historico.

V — Estudar a geographia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatistica.

VI Auxiliar pelos meios ao seo alcance publicações litterarias.

VII — Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se torne conhecidos a riqueza e o adiantamento do Estado.

DÁDIVA PRECIOSA

Entre os nossos consocios desapparecidos, um dos que mais fundas saudades nos deixaram foi o Padre Eloy Brandão, que mostrava pelo *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* a maior dedicação possivel e se consagrava ao estudo de nosso passado com uma tenacidade rara em pessôa tão onerada de encargos como aquelle nosso estremecido confrade.

Fallecendo elle prematuramemte, o seu digno irmão, Capitão Dr. Alfredo de Barros Loureiro Brandão, offereceu ao *Instituto*, em precioso escrinio, varios objectos indigenas que o Padre Eloy Brandão houvera pacientemente adquirido.

Si bem que esse inestimavel presente esteja em nosso poder ha longo tempo, queremos agora, para mostrar quanto elle vale para nós, dar do mesmo uma relação minuciosa, relembrando

assim mais uma vez um nome, que, por tantos motivos, nos é immensamente charo.

Eis a nomenclatura dos objectos pertencentes á collecção Padre Eloy Brandão:

N.º 1 — Machado de pedra verde-escuro muito resistente (nephrite?) com 10 centimetros de extensão e 13 de circumferencia na sua porção mais volumosa. Tem uma forma mais ou menos triangular. A parte inferior, representando o gume, é bem polida e a extremidade superior é um pouco aspera. Pela sua bella côr verde e pelo cuidado do polimento parece ter pertencido a chefe de tribu. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 2 — Machado de pedra verde-claro (nephrite ou jadeite?) com 10 centimetros de extensão e 11 e ¼ de circumferencia. A contextura desta pedra é menos dura do que a da precedente e o trabalho do polimento não é tão esmerado. Este instrumento foi encontrado no municipio de Paulo Affonso.

N.º 3 — Machado de pedra ligeiramente avermelhado que, pela sua estructura, parece pertencer á classe dos fibrolithos. Tem 14 centimetros de extensão e 14 de circumferencia. Apresenta a forma de um cilindro achatado no sentido do comprimento. A extremidade inferior polida em brisel, constitue um gume cortante. A extremidade superior parece ter sido simplesmente talhada.

Foi encontrado no municipio de Paulo Affonso.

N.º 4 — Pequeno machado de pedra escura que parece dioritó. Tem 7 centimetros de extensão e 13 de circumferencia. E' ligeiramente periforme e parece ter sido usado como percutidor. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 5 — Pequenino machado de pedra granitoide com 5 centimetros de extensão e 10 de circumferencia. O gume é polido obliquamente. Parece que era empregado pelo homem primitivo como raspador. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 6 — Machado de pedra cinzento com 13 centimetros de circumferencia e 9 de extensão. O gume acha-se gasto, sem duvida pelo uso. A extremidade opposta apresenta um vinco bem pronunciado, mostrando o vestigio do encabamento. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 7 — Machadinho de pedra granitoide, polida, com 10 centimetros de circumferencia e 6 e ¼ de comprimento. O gume acha-se um pouco estragado. Parece ter servido de raspador. Foi encontrado no municipio de Alagôas.

N.º 8 — Grande machado de pedra polida que parece diorito. Pesa mil grammas, tendo 18 centimetros de extensão e 19 de circumferencia. O todo affecta uma forma achatada. Apresenta duas faces quasi planas e dois bordos ligeiramente convexos. O gume, que deveria ser muito cortante, acha-se gasto pelo uso. Este instrumento parece ter sido utilisado para cortar arvores e é bem provavel que fosse manuseado sem encabamento. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 9 — Machado de granito com 14 centimetros de circumferencia e 12 de comprimento. Como o precedente, apresenta uma forma achatada, porem o trabalho do polimento é menos esmerado. Foi encontrado no municipio de Anadia.

N.º 10 — Machado de granito rico em mica. Parece pertencer a uma industria mais primitiva, ao periodo de transição entre a idade paleolithica e a neolithica. A pedra apresenta vestigios de ter sido talhada e polida grosseiramente, sendo a sua superficie bastante aspera. Apresenta os caracteres do typo *coup de poing* de Mortillet. Foi encontrado em Anadia.

N.º 11 — Machado de pedra grosseiramente polida. Tem 12 centimentros extensão e 15 de circumferencia. Como o procedente parece pertencer ao typo *coup de poing*. Foi encontrado em Anadia.

N.º 12 — Machado mal feito, talhaado e polido gros-

sciramente. Está nas mesmas condições que os dois ultimos. Foi encontrado em Anadia.

N. 13 — Parte de grande machado de pedra polida muito dura parecendo diorito. Foi encontrado em Anadia.

N.° 14 — Machado de granitoide escura, côr de café, de tamanho medio com 12 centimetros de circumferencia e 9 e ¼ de extensão. Foi encontrado perto de um circulo formado de pedras perpendicularmente no chão (provavelmente um *cromlek*) no engenho Bom Jesus, na Viçosa.

N. 15 — Instrumento de pedra escura. E' mais ou menos uniforme. Parece ter sido uma pedra rolada empregada pelo homem primitivo como percutidor ou como projectil. Na parte curva apresenta vestigios de ter sido talhada. Foi encontrada em Macció.

N.° 16 — *Tembetá* de pedra verde-clara (nephrite ou jadeite?) pequenino, em forma de martello de dois centimetros de extensão. Talvez representasse uma joia, um objecto de adorno do homem primitivo e assim deveria ser usada pendente ou do labio inferior ou do lobulo da orelha.

N.° 17 — Fragmento de *tembetá* da mesma pedra verde mostrando ser mais volumoso que o precedente. Ambos foram encontrados ao lado de ossos humanos dentro de uma igaçaba no municipio de Anadia.

N.° 18 — Fragmento de um grande machado de pedra de fundo escuro com manchas amarelladas. E' muito chato e apresenta duas faces quasi planas, tendo cada uma 12 centimetros de largura. O comprimento da parte existente é de 16 centimetros. Foi encontrado nas margens do rio S. Francisco.

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

DISCURSO

pronunciado pelo Dr. Democrito Gracindo por occasião da posse, como socio effectivo.

Senhor Presidente.

Senhores do Instituto.

Tenho por esta casa, cuja soleira transpuz cheio desta inenarravel emoção, que, nos conta a historia da religião grega, apoderava-se sempre da alma dos iniciados nos velhos cultos hellenicos, a profunda admiração e o sincero respeito que desde os mais verdes annos habituei-me a tributar aos homens de sciencia e as cousas sagradas; é senhores, que

nesta casa, os homens são mestres e as cousas são as reliquias da patria, são a historia viva dos nossos pais, fallam dos acontecimentos da terra, formam a tradição da raça e sustentam o espirito da nacionalidade.

E', assim, senhores, de todo modo justificada a minha emoção, sobretudo porque comprehendendo o pouco que valho, a minha insignificancia intellectual, a pobreza dos meus estudos nos assumptos de vossa especialidade, venho, embora arrastado pela vossa excelsa generosidade que não enxergou os meus demeritos, para o seio do vosso Instituto, onde, eu bem sei, só devidamente se podem agasalhar os privilegiados da intelligencia que tenham por nobres titulos de valor conquistado o direito da cadeira em vosso gremio.

Sinto e lamento que a vossa confiança fosse illudida, por quem, como vós outros victima, tambem, foi de irreparavel lôgro, deixando arrastar-se pela fraternidade de sentimentos creados na constancia de uma leal camaradagem de infancia que lhe não permittiu ver o amigo senão pelo prisma de seu affecto, julgando-o erradamente capaz da honrosa apresentação que lhe abriu estas portas, e digno do superior convivio de vosso meio intellectual.

Não vos pareça, no entanto, audacia censuravel que eu não tenha, reconhecendo a insuperavel grandeza do encargo, declinado como me cumpria do posto que me confiastes ao vosso lado, por que senhores, o meu gesto obedeceu ao vosso conselho, o peccado é vosso, é de vosso illustre secretario perpetuo, que com a modestia que tão bem lhe realça as brilhantes qualidades, escreveu no Relatorio de 85 para mais tarde incentivar os timidos como eu «que nunca conseguio a armadura de cavalheiro quem deixou a liça por cobarde».

Hauri no conselho, animo para a nobre crusada e se no incruento pelejar, tombar na fragorosa estrada, será pela indigencia de talento, não supprida, pelo esforço ingente e vontade disciplinada, unicos recursos que consegui amealhar para a difficil travessia.

Senhores, na partilha dos vossos trabalhos, acceitarei de bom grado o quinhão que me for distribuido, embora conhecendo a difficuldade de cumprir galhardamente como mister se faz, á obrigação contrahida; não ignorando os vos-

sos intuitos eu conheço, tambem, a natureza difficil de vossos estudos, principalmente, no campo infinito da historia, para onde, aliás, se volta por justificado pendôr o meu espirito de moço, conquistado pela seducção irresistivel da superior e assombrosa cultura que nos dá o conhecimento da historia dos povos.

A seducção espiritual, porem, não me deslumbra a ponto de tornar-me alheio ás difficuldades que encerram os assumptos historicos e cego aos torpeços que avultam para os principiantes como eu em estudos de tal natureza.

E' que hoje a historia não é mais o que foi para os antigos: a simples narração dos acontecimentos da terra, dos factos da vida da humanidade, com suas scenas singelas ou tragicas em que a dramatisação, por vezes, exagerada não permitte siquer o conhecimento ou julgamento imparcial dos posteros sobre os grandes vultos da familia humana, que em dados momentos d'um passado longinquo foram os maximos factores de revoluções sociaes que abateram ou crearam tyrannias, destruiram e fundaram os grandes imperios, crearam religiões e provocaram o encontro dos povos de raças differentes formando civilisações.

A historia, «como a tudo o mais, no diser de Herculano, rebellado contra os chronista portuguezes, que a reduziram d'uma arte sem objecto fóra de si mesmo, em vez de a considerarem como a sciencia social destinada a enriquecer o futuro com a experiencia do passado, chegou um periodo de trasformação».

Effectivamente, senhores, perante a moderna cultura, a historia é uma sciencia, e tão verdadeira como outra qalquer, embora certos espiritos, mesmos brilhantes, neguem a applicação de leis proprias aos phenomenos historicos.

Sem querer entrar na apreciação critica de theorias philosophicas, divergentes entre si, para determinação do fundamento da historia, fugindo mesmo á brilhante controversia e ao largo debate que sempre occorre na analyse e no demorado estudo do desenrolar dos phenomenos historicos, da complexidade dos elementos que concorrendo para formar a historia parecem impedir que se organise o seu conhecimento systematico, eu julgo, eu accredito firmemente, porem, que a successão dos acontecimentos através da vida da humani-

dade, não é como querem tantos, uma carreira louca e inconsciente para o desconhecido, desregrada, insubmissa a toda e qualquer determinação ou regulamentação, em incessante e ininterrupta jornada pela grandesa infinita dos seculos.

Não, senhores, eu sou profundamente convencido que a historia como sciencia que é, tem leis proprias, fundamentaes, em cujos moldes se vasam acontecimentos e factos, embora subordinados a variedade e condicções especialissimas da terra, do clima e da raça.

Applicando-se á historia os processos scientificos, a observação e o methodo, chega-se effectivamente a reconhecer a existencia de um systema de leis invariaveis e constantes, e «seja qual fôr a somma de circumstancias fortuitas que deem individualidade propria a cada exemplo teremos de reconhecer a existencia de taes leis com o caracter indispensavel de necessidade e constancia.»

A segurança desta affirmativa, que não é minha, mas de Oliveira Martins, na qual porem, acredito como n'um postulado, o seu auctor evidencia formulando algumas leis e fazendo vêr que devido a simplicidade de umas e a complexidade de outras, podem certos espiritos, as vezes e aliás sem fundamento, duvidar da sua regular applicação ou existencia. «A navegacão e o commercio maritimo hão de occupar os povos que habitem a zona do littoral dos continentes e a agricultura os que estacionem nas regiões afastadas do mar,» eis, senhores, uma lei historica que o genial mestre portuguez, que a formulou, é o primeiro a reconhecer que parece um truismo, mas é de certo, affirma, uma das leis elementares da historia, sendo «accessivel ao simples bom senso» porque é evidente como todas as leis fundamentaes.

«O systema de instituição dos povos maritimos e commerciaes parte sempre d'um principio democratico ao passo que o patriarchalismo é a forma inicial das sociedades agricolas.»

Neste segundo exemplo como em outros que se possam apresentar cresce a difficuldade da apprehensão da verdade e fundamento da lei ao passo que a complexidade dos phenomenos augmenta, como se poderá verificar em relação as leis historicas que determinam periodos regulares, marchas iguaes,

para manifestações identicas na successão por exemplo de certos factos que se realisam na phase mais ou menos longa de decadencia de sociedades já constituidas, em dados momentos de sua existencia, no encontro dos povos e outros casos em que a apparente desordem dos successos, a difficuldade de systematisação dos principios tornam menos accessivel a lei que rege os phenomenos produsidos, parecendo mesmo que elles escapam á sua acção reguladora; nestes casos, senhores, só com o raciocinio seguro, com estudo, observação dos elementos conscientes que já entraram em jogo, depois de combinar, comparar, reflectir, analysar os factos através das idades e civilisações com erudição que facilite destacar o que Rocha Pombo chama as grandes syntheses na direcção dos acontecimentos, é que póde o espirito aperceber-se das verdades das leis enunciadas, cuja constancia as revoluções sociaes não poderam alterar.

Senhores, por assim comprehender e estar convencido, eu não duvido que a historia seja uma sciencia, apezar do caracter de fortuidade de certos factos que se desenrolam na terra e na vida das nações echoando fóra das normas traçadas por suas leis.

E' preciso, tambem confessar, que este caracter de fortuidade, argumento que manejam como poderosa clava os que não reconhecem a sciencia historica, nem sempre é real, sendo, por vezes, apparente, o que diminue os casos fortuitos no dominio da historia.

A indigencia de erudição, de cabedal scientifico por parte de quem obeserva determinados phenomenos historicos não permittem que sua observação applicando os necessarios processos, penetre através das idades e differentes civilisações humanas para analysar o acontecimento presumido fortuito, como ensina Rocha Pombo, «á luz do desdobramento de toda uma serie, pelo menos de factos capitaes de um cyclo historico»:—d'ahi, a falta de alcance que não permittiu a visão menos erudita enxergar senão com o caracter de fortuidade, um facto que se produziu dentro de moldes pre-estabelecidos e que está preso ao encadeiamento de series determinadas de outros factos historicos.

Deste meu criterio não se pode concluir que ao meu espirito passem desapercebidos os factos evidentemente for-

tuitos que existem na historia, acontecimentos que deixam de obedecer ás suas leis, insubmissos á sua regulamentação, não, o fortuito apparece, e existe na historia, mas não lhe tira, por seu caracter de excepção, os fóros de sciencia, porque ella como as outras sciencias não chegaram a traçar leis que contenham a «definição total dos phenomenos».

Por ter assim entendido, senhores do Instituto, o estudo da historia, é que tenho o mais justificado temor de encetar trabalhos desse genero, ainda que ao lado de tão illustres companheiros.

E' exacto, que visando o Instituto, especialmente a historia da patria, ainda em formação, e sendo vosso fim amanhar a terra e deitar a semente para que outros possam colher os elementos necessarios para a obra larga e fecunda da historia da civilisação Nacional; e este escopo nobilissimo, só podendo ser attingido pelo trabalho de trasladamento, verificação, publicidade de documentos e tradições, e pela elucidação de factos de nossa vida, ainda não sufficientemente esclarecidos, parece que estas circumstancias embora não excluam a necessidade da competencia e do talento para a tarefa, em todo caso pela diminuição dos encargos, influem para encorajar os timidos.

Entretanto, senhores, se o encargo diminue nem por isto perde a natural difficuldade como que originariamente se apresentou aos meus olhos.

Entendo, apesar do limite traçado á vossa acção no campo dos problemas historicos, que é preciso mesmo, nos estudos parciaes, abandonar os methodos antigos, acompanhar os novos processos creados com a evolução da sciencia, emfim, polir bem a pedra com que se pretende contribuir para construcção do edificio commum, afim de que o historiador do futuro não recuse por desvaliosa a nossa contribuição, cujo criterio na confecção deve evitar sempre incidir na censura de Buckle que comdemna, como prejudicial ao «progresso da sciencia historica, narrar os acontecimentos sem procurar saber de que maneira elles se ligam uns aos outros».

Ainda mesmo, senhores, publicando documentos, ou monumentos descrevendo, que se relacionem com factos de nossa vida nacional ou local, julgo ser necessario sempre «apa-

nhar o sentido», como com muita propriedade diz Rocha Pombo, em que se exerceu ou se produziu a «acção», e nunca faser a simples narrativa ou fria contastação.

E' preciso abandonar a velha escola com o seu condemnado methodo da pura narração, furtando-se á apreciação dos factos como com acerto já aconselhava nesta casa, o seu inesquecido membro, o Dr. Dias Cabral, criticando o livro Episodios da Historia Patria contados á infancia, do Conego Fernandes Pinheiro.

Outro problema que ao meu espirito se affigura tambem pontilhado de difficuldades, e de cujo estudo accredito, não se possam furtar os que se sentam nestas cadeiras, é a incessante pesquiza que aos estudiosos se impõe para com seguros elementos solucionar-se pontos contravertidos de nossa historia e afastar-se desses elementos de sua formação ás lendas e os mythos que tanto a deturpam.

A tarefa, não é de certo, das mais faceis, pois com o volver dos tempos os episodios que apenas foram creações da fertil imaginação de nossos chronistas ou exagerado colorido de nossos poetas n'um quadro de emoção da vida da patria, passam para o dominio dos factos verdadeiros, contribuindo para falsificações da historia assim deturpada pela incorporação de lendas e fabulas, elementos que devem ser banidos de sua formação para que a obra se integralise no harmosioso conjuncto de suas linhas inconfundiveis de pureza e verdade.

«E' preciso libertar a sciencia do torpor dos mythos» dizia neste recinto em 1882 a voz autorisada de Dias Cabral, brilhante espirito eternamente vivo para vossa saudade e gratidão.

Foi comprehendendo este dever primacial dos que se dedicam a consubstanciar elementos para organisação da historia da patria pelo moderno criterio, que um dos mais eruditos pesquisadores da documentação e subsidios historicos, o Dr. Alfredo de Carvalho do Instituto de Pernambuco, em estudo, publicado na Revista da referida aggremiação, que bem revela sua excepcioal cultura, destruiu por completo uma das mais conhecidas lendas da historia do Brazil até então tida e havida como narração de acontecimento real.

Ninguem medianamente versado em lettras da historia

nacional desconhece as «circumstancias extraordinarias de que tem se adornado» a mórte tragica do almirante hollandez Adriaeen Pater» na batalha naval de 12 de Julho de 1631, empenhado entre as esquadras luzo-hespanhola e hollandesa, uma das mais sangrentamente pelejadas em aguas do Brazil.

Dizem e contam muitos dos nossos mais brilhantes historiadores, que o valente almirante Pater presentindo a tremenda derrota que lhe estava sendo infligida pela esquadra de D. Antonio de Oquendo e vendo o incendio que devorava sua capitanea, desdenhou de salvar a vida, podendo fazel-o, e n'um immoredouro gesto de heroismo, lançara-se ás aguas, vasto theatro de suas glorias, envolvido no pavilhão da Hollanda, exclamando:

«O oceano é o unico tumulo digno de um almirante batavo!» O paciente pesquisador a que me referi, n'um trabalho verdadeiramente benedictino demonstra com o criterio que lhe é peculiar como o episodio não é verdadeiro; acompanha o processo de formação da lenda que o originou, como se incorporou a historia nacional, mostrando assim com a segurança de sua obsevação arguta a propria formação da phrase heroica através os chronistas latinos menos verdadeiros, phantasistas e hyperbolicos, até que agarra pela golla como plagiador impudente o sr. Alphonse Beauchamp, no seu dizer conciso o falsificador maximo da historia do Brasil, que ampliando a exagerada narração de Giuseppe, S. Theresa, poz na bocca do bravo marinheiro a tirada heroica repetida hoje em «incontaveis selectas e outros livros didacticos».

Phantasiando, assim, paginas de nossa historia o sr. Beauchamp não se limitou a escrever, apresenta tambem um quadro na primeira pagina do Vol. 2.º de sua Histoire du Brezil representativo do falso episodio em que se vê o almirante Pater envolvido na bandeira de sua patria jogando-se ao mar do alto da prôa de seu navio, o que muito concorreu para a vulgarisação da lenda que foi sempre referida como verdade por mais de um de nossos grandes historiadores.

Esta pagina heroica e tragica de nossa historia, menos verdadeira por ser simplesmente creação da fertil imaginação de alguns chronistas, acaba felizmente de ser destruida pela larga documentação historica que se firma essencial-

mente na carta que o Cons. Polit. do Recife dirigiu narrando os sucessos da batalha aos Directores da Companhia das Indias Occidentaes, tradusida pelo dr. Duarte Pereira, e ainda, pelo insuspeito depoimento de Joannes de Laet um dos Directores da Companhia das Indias Occidentaes, que publicando os annaes da referida Companhia, refere-se singelamente ao facto dizendo que é incendiado no meio do combate o navio de Pater «e posto que se empregasse toda deligencia para apagar o incendio, elle tomou tal incremento que a guarnição teve de refugiar-se na parte dianteira da náu, não esperando outro meio de salvar-se senão sendo recolhida pelas outras embarcações.»

«Em tão angustiado transe lhes faltou, porem este soccorro e general (Pater) tendo estado por muito tempo suspenso de um cabo diante da prôa de seu navio, desfalleceu de cansaço e afogou-se.»

E assim, se desenrolou o episodio que passou entretanto para nossa historia, viciado, deturpado, pelo cunho de extraordinaria herocidade que lhe emprestaram certos chronistas eloquentes, mas pouco verdadeiros.

Eu, não julgo senhores, de maior importancia para nossa historia o facto em si, que se poderia ter verificado sem dezar para os nossos brios, ou gloria das nossas armas, então «luso—hespanholas,» mas se a elle referi-me foi simplesmente, para denunciar o modo porque se falsifica a nossa historia e mostrar por isso, o cuidado e o zelo que precizam não enfraquecer em vós outros, os constructores de nossa historia, afim de que ella se escreva, expurgada das lendas e fabulas, que a moderna corrente scientifica não permitte, não tolera, porque são falsos fundamentos que não constroem obra perfeita e solida.

A historia, senhores, precisa ser escripta com intelligencia e verdade, não se mentindo ou ampliando á realidade dos casos, para tornal-a orgam de licções de moral, creando exemplo cavalheirescos ou scenas dramaticas cousas que no diser auctorisado de Lauglais e Leignobos, não se exigem mais da historia. Citando neste particular, os serviços alheios, eu não desconheço, senhores, o merito de vossos trabalhos, nesta collaboração proveitosa que ides prestando aos escriptores da historia nacional.

Paginas de historia, como as de que vos acabo de fallar, trabalhadas cuidadosamente, no anceio justificado de restabelecer a verdade e esclarecer pontos contravertidos, eu bem sei senhores, vós outros do Instituto de Alagoas, tendes tambem produsido com superior criterio e profundo conhecimento da materia.

Os trabalhos de meu saudoso e sempre querido mestre Adriano Jorge, cuja memoria nós seus discipulos, não recordamos senão com justo orgulho e verdadeira emoção; espirito que neste recinto refulgiu com o raro brilho de luz propria, e do illustre e talentoso dr. Diegues Junior, sobre a data precisa do descobrimento do Brasil, estudos que, produsidos em epocha em que ainda, não era impertinente tratar-se do assumpto, revelam uma orientação firme e exacta por parte de seus autores, que restabeleceram com argumentos irrefutaveis a verdade historica alterada pelo arbitrio do officialismo, que incluiu entre os dias de festa nacional, o dia 3 de Maio consagrando-o á commemoração do descobrimento do Brazil, quando é bem certo que a 3 de Maio 1500, já o feliz almirante que descobriu a terra da patria, encontrava-se em alto mar seguindo presuroso sua derrôta para as ambicionadas terras da India.

Os trabalhos a que me refiro, senhores, têm effectivamento o raro valor de esgotar a materia, pois demonstram a sociedade e de maneira a afastar toda duvida que a data da descoberta é precisamente a de 22 de Abril de 1500, e que não justifica o erro commettido pelo decreto official a famosa reforma chamada gregoriana por que passou o Kalendario Juliano sanccionado pelo concilio de Nicéa, da qual aliás ainda hoje lançam mão até professores para uma «conveniente» explicação da discordancia de datas.

Conheço ainda, senhores, um excellente trabalhao vosso, que concorrendo para esclarecimento de um ponto obscuro de nossa historia local, é a defeza cabal dos nossos brios e sentimentos, de lealdade até então, grosseiramente maculados, e sem contestação seria, pela pécha de — traição e apostasia da fé republicana, que sempre nos atiraram os chronistas da revolução pernambucana de 1817, — moédas com que julgam, termos comprado á nossa emancipação politica — A minha referencia, senhores, é ao Relatorio, do

vosso illustre consocio Virgilio Antonino sobre o estudo das causas efficientes da Emancipação politica de Alagoas, apresentado pelo Dr. Pereira da Costa ao Instituto A. Geographico Pernambucano, Relatorio em que seu talentoso autor, com a perfeita intuição e claresa de estylo com que costuma estudar e escrever os assumptos que são objectos de suas cogitações, sem exageros patrioticos nem arguicias injustificaveis, destruiu por completo, estabelecendo bases seguras para subsdios de nossa historia, a cruciante fama que tanto nos affligia de apostatas do regimem democratico que os legionarios da fé republicana, já 1817 ambicionavam para este largo trecho da terra americana.

Effectivamente, senhores, o excellente trabalho de Virgilo Antonino, com as suas poderosas e irrecusaveis deduções, demonstra com amenidade e claresa no estylo, sem subterfugios, ou recursos outros de argumentação condemnada, que a nossa terra não se libertou da tutella de Pernambuco, pelo preço vil e abjecto da apostasia.

A delação do Cel. Borges da Fonseca, commandante militar da praça em Alagoas, natural de Pernambuco e socio dos clubs secretos que preparavam os movimentos revolucionarios, a politica intolerante e astuta do Conde dos Arcos que dividia para reinar, a prosperidade sempre crescente do territorio alagoano e sobretndo o martyriologio dos patriotas alagoanos que tanto padeceram pels sua adhesão a idéa republicana entre elles pregada com fervor e crença pela palavra ardente e inflammada do Padre Roma, são circumstancias que analysadas, sem paixão, a luz de um puro criterio historico, trazem sem duvida, a qualquer estudioso do assumpto a convicção, que o decreto de nossa emancipação politica, não foi o premio da uma infame traição aos nossos irmãos de Pernambuco praticado pelos patriotas alagoanos cujas mãos honradas não se mancharam jamais ao contacto do ouro com que se paga a vilania,

Penso, meus senhores, que tenho dito bastante para convencer que não é por vagas referencias que conheço a obra do Instituto, que tem trabalhos, como os que vim de mencionar, ennobrecendo as lettras alagoanas e opulentando seu proprio patrimonio, impedindo, que vós outros, sejais no dizer de um dos mais conscientes trabalhadores

desta casa, o Dr. Joaquim Diegues, cumplices da negação historica, e facilitando ainda no seu dizer o direito do Instituto receber dos posteros n'uma visita interrogadora a nobre sentença:

«Aqui não se falseou a verdade para se justificar o absurdo, aqui não se temeu a excentridade para ser condemnado o erro; aqui nunca se mentiu á consciencia nacional.»

E, por bem conhecer e muito admirar os assignalados triumphos do Instituto, é que estou, senhores, convencido que não será justa a partilha de seus merecidos louros por quem não os ajudou siquer a conquistar, e d'ahi a a tremenda responsabilidade que tanto me acabrunha, me atemorisa ao ser admittido ao vosso nobre e honroso convivio.

Sei, que ao Instituto, não é permittido, esmorecer no cumprimento da incumbencia difficil. que com tanto zelo e galhardia vem desempenhando desde 1869, e que os novos que para aqui entram, são para substituir, e honrar os velhos que d'aqui se foram depois de um nobre e fecundo labor; é por isto que, com a visão embora assombrada, enxergo a grandesa dos deveres que se me impõem neste gremio, tanto mais quanto é forçoso cumpril-os consoante os principios methodos a que me tenho constantemente referido, sob pena, de apostatar a fé jurada, além de não respeitar os moldes severos por cujas formas a moderna cultura traça o desenvolvimento dos estudos historicos.

Ficai certos, porem,, senhores. que se o enprehendimento é temerario, nem por isto voltarei as costas as difficuldades nem procurarei as sinuosidades do terreno para transpôr o cume da montanha que é preciso perlustrar justamente pelos passos mais arriscados dos escabrosos carreiros; mas, se ao dobrar da primeira volta do caminho deixar um claro em vossas fileiras cedendo exhausto á fadiga da jornada, perdoai illustres consocios, a audacia terá feito mais uma victima e a experiencia ainda uma vez demonstrado que a competencia e o valor intellectual não se supprem pela bôa vontade mesmo quando amparada por um nobre e ingente esforço espiritual.

DISCURSO

pronunciado pelo Illustre Dr. Orlando de Araujo por occasião da posse, como socio effectivo.

Exmos. Snrs. Presidente e mais membros do Instituto.

Exmas. Senhoras.

A myrra, o incenso, atirados ao brazêdo dos thuribulos movidos nas solemnidades das cathedraes, dar-me-iam dellas perfeita impressão neste recinto.

Emonciona-me a natureza hieratica desta cerimonia de templo. Vejo-a, como se fôra a expressão esculptural que a nortada do genio imprimira áquella estatua encontrada á porta do tomplo de Isis—index sobre os labios, numa attitude rogativa de silencio.

Sim, melhor diria o meu silencio que' nem por isso deixaria de ser o retabulo onde se visse em extase minh'alma reverente.

E não pareça phantasia, porque já o escopro de Miguel Angelo humanisára de tal forma o marmore, quando esculpira Moysés, que o artista, ante aquelle mutismo, parecendo-lhe dizer do propheta bíblico guiando os israelitas,

recebendo no alto do Sinai as taboas da lei, ou fazendo jorrar do rochedo a agua clara, gritara de dentro da rajada das emoções:

Porque não fallas?!

E a mesma pergunta far-me-ia o Instituto se eu violasse a sua pragmatica.

Aqui me tendes, pois, senhores, no desempenho de uma exigencia protocollocar, em obidiencia a um fidalgo gesto chamando-me para ser deste templo, onde se erguem altares á poeira de ouro das idades, effligie das tradições.

Vim pela grandiosa estrada plana da vossa bondade e não vos trago, Senhores do Instituto, offerendas sultanicas do espirito, nem medalhas dos torneios da intelligencia. Refulge em mim apenas, aquella conferida pela vossa gentileza para minha recepção. Se a ella não corresponder, menos será devido aos meus esforços que á despovisão do meu espirito

Trago-vos minha mocidade sem maculas, avida de ensinamentos, de saber e talvez consiga ajudar um pouco os apostolos da sciencia que trabalham em prol desta corporação douta e lhe sobredoiram o nome.

Quero as vossas lições, illustre moços e venerandos consocios.

A velhice é o dogma heraldico da veneração, ultima rima do poema da vida e, quando ella retorna o olhar ao principio da jornada e descobre a recta por onde andou, é como um cofre, em tecitura de ouro, guardando por annos e annos uma perola rarissima: a velhice do corpo velando a mocidade d'alma.

Foram elles, os do poente da vida, que morreram em defeza de Athenas, contra os persas, quando os athenienses, para salvação da honra nacional, emprehenderam a arrojada empreza de fazer uma patria fluctuante a conselho de Themistocles.

Tudo que quereis de mim não darei; mas comvosco, com o vosso incentivo, eu encorajado, volverei talvez a existencia primordial da humanidade a que archeologos e paleontologos têm prestado a maior dedicação.

Acompanharei com interesse as descobertas partidas de

Canstad, em excavações de onde emergiram ossos de animaes de mistura com um craneo humano.

Saberei que Kemp descobrira nos arredores de Londres um silex e dentes de elephante, ao tempo em que Frere e Esper, respectivamente na Inglaterra e Allemanha, conseguiram o mesmo resultado, sem que esses attendessem ao valor scientifico da descoberta.

Não rio descrente da existencia dos fosseis, como Couvier, ao lhe serem dados a examinar por *Amy Boué*, ossos humanos retirados da Lasse do Rheno; e admiro Poucher de Perthes agitando o espirito de muitos sabios incredulos, com a exhibição de um silex onde existiam vestigios do homem prehistorico, o que, junto a outras provas já offerecidas por geologos, enfraquecera os alicerces da descrença.

Buscarei conhecimentos nas investigações scientificas, fortemente desenvolvidas e de resultados fortalecedores aos apostolos da prehistoria.

Em *Later* encontrarei estimlo, quando nos dá contas de suas observações e maravilhosas censquistas na gruta de *Aurigny*, asselando verdadeira a existencia do homem em idades a quem a da Biblia e convivendo com a fauna quaternaria que lhe servia de alimento.

Procurarei familiarisar-me com *Garrigou*, *Vibraye*, *Quatrefages* e outros que comprovam a existencia dos fosseis com uma valiosa documentação, onde andam resquicios da arte prehistorica.

Atravessarei revoras voltadas, com geologos e paleontologos plenificados de amor á sciencia, observando os seus triumphos, que por utilidade ao methodo de estudo, influiram na divisão e subdivisão em periodos denominados de accordo com descobertas feitas nas habitações e sepulturas do homem prehistorico que ao morrer era enterrado com os objectos usados durante a vida.

O meu espirito atufado no interesse de saber, não porá á margem as perquisições no buraco de *Kant*, nas cavernas perto de *Liége e Torquay* e em outros sitios,

que determinaram descobertas não sô de craneos e ossos humanos e de animaes, como tambem de cinzas, e até claros vestigios de crimes commettidos com o machado de pedra, os quaes admittiam a recomposição da scena.

Procurarei illustrar-me estudando as conquista da sciencia quanto a prehistoria—assumpto de real importancia e ao qual hei de consagrar alguns momentos de minha actividade mental.

A prehistoria já tem historia

E esta por tempos subordinada a outras sc iencias parece haver alcançado o seu verdadeiro logar, tendo os seus phenomenos leis regedoras e «fora do idealismo sacrificador da sua feição verdadeira; do mysticismo que os sugeitava aos milagres ou a interferencia providencial, da philosoqhia sensualista, fazendo-os resultantes de uma lucta.»

Já affirmaram scientistas que o encontro dos povos e das differentes civilisações é uma lei fundamental da historia e que a civilisação europeia é o producto do choque entre os gregos e os celtas germanicos.

Nós mesmos constituimos o exempol desse encontro com os europeus, muito embora as subraças existentes.

Que poderá alcançar um povo circumscripto a si proprio?

A approximação de duas series, «determinará uma terceira, em bem do adiantamento moral e ethnologico.»

«A irradiacão das forças latentes lhe é familiar.»

Os periodos da historia, provam os scientistas, não são sempre prolongamentos de outros; e, se ás vezes suas leis os não regem, como nos casos fortuitos, muitas occasiões até esperados, sua execução pode ser posta de lado, por tempos, adiantada ou precipitada.

O fortuito é a concurrencia de um facto afastado da necessidade relativa da historia e por enorme a «sua influencia, como nos diluvtos, terremotos, revoluções, invasão de raças, não obtem mullificar leis geraes e particulares, reguladoras da existencia do individuo na historia.»

A historia, como sciencia positiva, e segundo in-

dagações evidentes dos estudiosos do assumpto, é o scenario onde se manifesta o espirito no tempo e no logar, com a maior culminancia e por differentes aspectos, ante a força do temperamento individual, da tradição, das condições geographicas, climatologicas, e de todos os effeitos exteriores. «Ella não julga —descreve, systhematisa.»

Façamos emergir desta sciencia positiva—a historia, os alumbramentos constitutivos do sceptro da mocidade, que si em mim muito não valer, sempre contribuirá com alguma cousa, pois, assim m'o diz o acolhimento que me fazeis.

A mocidade forte, como o celebrado bronze de Corinthio, tem sido sempre o factor preponderante das magnas conquitas, e, nas sublimes reivindicações ha o traço inconfundivel da sua dedicação.

Qual o mais assombroso feito, a maior victoria a que se não funde su'alma?

No Christianismo?

E Jesus? Dulcifluo, redemindo os humanos, de palavra suave como o perfumado mel das abelhas, eloquente, como as primaveras, extraordinario, como divina rajada, quando demolira o Olymo e varrêra de lá o pó das saudalias do ultimo Deus pagão.

Quando a educação dos povos teve as facêtas que da pedra encarvoada fazem surgir a joia crystallinamente valiosa, revivera o hellenismo, «servindo de pedestal ao pensamento moderno, e entravado ás irradiações da vida moral da civilisação classica da Grecia»—é a Renascença.

Conta Renan que a cultura intellectual da edade media se propuzera a buscar aos passados tempos a escola do alevantado pensamento que é o hellenismo florescendo na Grecia verdadeira.

E que maior força actuara na Renascença?

Não é ella a resurreição do hellenismo?

Pois com ella a da mocidade grega.

Não é nenhuma novidade que o grande e jovem Lycurgo engrandecendo ainda mais Sparta com a sua legislação, era o valoroso collaborador da formação do panhellenismo—serie onde se encadeiam todos os elementos

de uma civilisação, da qual, nem Roma, embora sua magnificencia, alcançara ser.

E «Roma se hellenisara após ter vencido a Grecia,»

E é dessa que Cicero nos diz: *Ita Barbarorum Agris Quasi Ad Texta Quædam Videtur Ora Esse Græciæ.*

Pascal escrevendo á Rainha da Illyria, falla dos soberanos pelo talento.

Vimos a mocidade assim diademada espiritualmente com os martyres da inconfidencia mineira—Claudio, Tiradentes, Gonzaga, Alvarenga e outros soberbos rebentos civicos, de pé sobre a estrumeira da tyrannia, a se affirmarem maiores do que a realeza tinta do sangue delles e o qual valêra por facho rubro, illuminando o caminho triumphal do grande ideal de conquista republicana, que elles vestiam da teagem de um sublime devaneio patriotico.

Delles nos veio a Republica.

A evolução dá transitoriedade ao despotismo. Este funda-se na força—é a fraqueza; não tem a sancção da moral-social, é a negação do Direito que só se integralisa dentro da liberdade por elle regida.

A mocidade é a propria evolução progessiva.

Ella ha defendido a Republica com coragem, aparando sempre ás pancadas do camartello demollidor.

Que ha de portentoso sem o apoio da mocidade?

Os nomes de *Danton*, *Marat*, *Robespierre*, *Desmoulin* e outros, repercutem como notas deste hymno egualitario da humanidade—a marselheza.

Era ás portas da mocidade da Italia que um povo circumvagava, nas pontas dos pés, para não pertubar o somno do heróe da Sicilia...

A mocidade é a esperança—tudo que Alexandre reservou para elle proprio, quando dividira o seu patrimonio entre os seus cabos de guerra, no momento de partir para Asia como arauto da civilisação hellena e de onde mandava buscar á Grecia os dithyrambos de Piloxeneo e as tragedias de Eschilo e Sophocles.

Mas, de certo, Alexandre saudaria como sem igual em valor a Greenhalg— o ardoroso mancebo e destemido marinheiro do Brazil, de alma delicada e entregue á trama dos sonhos que encontravam nella caricias ainda virgens.

Fôra elle que traçara, morrendo pela integridade da patria, uma edificante pagina gloriosa da nossa nacionalidade com a virtude do seu héroismo.

Leonidas enramaria com os florões de sua admiração a memoria sacratissima de Greenhalg que se napoleonisara, ensinando o vôo dos immortaes e deixando assignalado saber a mocidade erguer arcadas triumphaes á passagem da patria santificada.

E Leonidas e mais trezentos moços de Sparta derrotaram, noite a dentro, dois milhões de soldados commandados por Xerxes, rei da Persia; e se defenderam até a morte quando os persas, descobrindo cheios de raiva o pequeno numero que os havia vencido, lhes fizeram frente, encontrando denodada e assombrosa resistencia. Mas os persas fallavam ao Rei com a face sobre o solo—eram escravos e não soldados; e os gregos se haviam sagrado os missionarios da liberdade.

E a juventude romana?

Os Tarquinios privavam o Senado e as assembleias populares do exercicio das suas funcções—era a tyrannia.

Violada por sexto Tarquinio, Lucrecia se holocaustisa á honra conjugal; e Bruto, tomando a bandeira branca da paz, fal-a rubra com o sangue que a realeza derramára da virtude—era a revolução.

Expulso o realismo da gleba romana, tenta restabelecer-se protegido por Persenna, rei de Clusio, que á frente de numeroso exercito, cerca e hostilisa Roma já quasi faminta a resistir.

Ella e o seu Senado estremecem ante o perigo, mais aggravado pelo rastilho monarchico existente e advindo do descontentamento do povo romano que fôra premiado com quasi igual oppressão, desenvolvida pelo throno que derrubára.

O jovem Mucio Scœvola vadeia o Tibre, se confunde com os estruscos e pelas insignias mata o Sécretario

de Persenna julgando ser este, em presença do qual corajosamente declara: «sou romano, chamo-me Mucio. Como eu ha outros cidadãos que disputam a honra de matar-te. Prepara-te a combater pela tua cabeça.»

«Até no vestibulo do teu palacio encontrarás um punhal e um inimigo. A lucta será entre ti e cada um de nós.»

O rei de Clusio assombrado quer obter a confissão do plano, passando da ameaça á fogueira — candelabro dantesco, onde Mucio deixa queimar a mão sem o retrahimento de um musculo, dominando o seu implacavel juiz e proferindo com energia esta curta oração civica: «O corpo é nada, a liberdade tudo.»

Pelo terror que desperta, obtem liberdade, deixando ainda esfusiar uma tremenda setença: «Somos trezentos, a elite da mocidade romana, que juramos a tua morte. A sorte designou-me o primeiro, os outros virão por sua vez.»

E emquanto os estruscos, pusillanimes ante aquella mão calcinada, levantam o cerco e recuam, a mocidade romana, com o seu civismo, ensombra um exercito e um Rei temiveis e fundamenta o mais extraordinario throno para o maior dos soberanos—a liberdade.

Os labios agonicos de Hoche, o jovem general francez, cantaram as notas de um hymno com estas palavras:— amae a Republica.

E lá vem, atravessando seculos «a concepção da força como uma noção physica que Aristoteles, o jovem e maior sabio grego previra, e que foi a fonte de renovação scientifica com a Renascença.»

Ave mocidade!

Negar o teu excelso valor é chumbar os condores, implumar batrachios, alcandorar a vilania, desnudar florestas, tentar suster a vaga e reprimir a pororóca e vencer o macaréo e matar o affecto e esmarrir a floral para não perfumar, é baptisar o tumulto dás ideas—a anarchia, de apocalypse, tão bem ao sabor das tragedias de Eschylo e *Shaskpeare!*. .

Li, deslembrando-me, porem, do auctor, que a consciencia é o orgam da verdade absoluta.

E' por isto que a mocidade traçando sua directriz

da moral para a Justiça, defronta corajosamente ás arestas que nella encontra.

E foi, seguindo este caminho sem sinuosas que a moeidade do Instituto trouxe o seu protesto vibrante, quando aqui, n'uma téla—integrancia de benemerencia e reconhecimento, deixaram o seu rastilho os barbaros que seriam premiados entre os que commetteram depredações no solar de Hamilcar e insultaram Salammbô ao offerecer-lhes nobre reconciliação, emquanto os sacerdote de Tanit, seguindo-a, dedilhavam a lyra.

Porque a téla a turbilhonar num auto de fé?!

Não occupava sem favores o logar que lhe cabia?

Quem me responde que não?

Juvenal e Arouet gargalhariam ante a profanação—o respeito calcado, a hospitalidade repudiada por quem seria heróe nas comedias de Aristophanes.

Mas a figura representativa da téla apunhalada póde affirmar como Constantino, imperador de Roma, vencedor de Licinius, por occasião de lhe lapidarem as estatuas:—«Não me sinto ferido».

E o Instituto?

Para elle fôra o insulto.

Elle não podia ser Job com Renan acceitando-o sem protesto.

Nem tambem lhe bastaria ser Prometheu com Eschylo, clamando:

O' céo! luz commum na qual vive a immensidade, vêde o que eu soffro pela justiça!

Foi a vossa justiça que collocara aquella téla na galeria dos benemeritos do Instituto. E tradazida esta galeria como a Eleusis das consagrações, se affirma justo o procedimento do Instituto providenciando para effectuar a devida reposição.

Nem ao menos susteve a mão criminosa, esta particula de respeito á arte que nos humanos existe!

E' que o autor, ou autores do attentado, estão comprehendidos no primeiro grupo de Steinmetz, ao dividir as sociedades humanas, sob o criterio psychologico.

Talvez até se julgassem semidenses occupando o logar vasio da civilisação!...

Que direis ante o desrespeito ao vosso culto—advento das vossas glorias, Praxiteles, Ticiano Phidias, Mozart, Carlos Gomes, Rubens, Rembrandt, Victor Meirelles, Pedro Americo, Velasquez, Murillo, Tintureto?...

E tu, Miguel Angelo, terias o mesmo assombro que despertaste quando esculpias um Fauno no jardim de Florença, quando vibravas na tua lyra ás impressões bebidas pela tu'alma de poeta nos encantamentos de Victoria Colonna, quando te fizeste architecto levantando a Basilica de S. Pedro, pintor com o teu extraordinario «Juizo Final»?

E tu, Raphael, que, como o auctor do «Juizo Final, immortalisaste na téla, em allegorias, os triumphos da Renascença e em symbolos, os feitos pela liberdade da Italia?»

De certo, vós todos, filhos da mesma nacionalidade artistica, feridos no coração, exclamareis: «*Regina angelorum, regina patriarcharum, regina prophetarum, regina martyrum, regina apostolorum, ora pro nobis sancta Dei genetrix!*»

Valha esta supplica que faço minha, como um protesto, neste recinto que é uma especie de *mare magnum*, sereno, como lamina de crystal destendido, onde se reflecte a magestade do talento dos filhos da nossa querida Alagôas.

No teu almo regaço, gleba adorada, o valor da mocidade se levanta como soberba e indestructivel columna sustendo o Capitolio, onde ella, como Petrarca, é tres vezes guirlandada de héra, murta e louro.

E esta mocidade, grande, como o que não é finito, representa áquella que a historia faz surgir das cambiantes harmonicas de todas as grandezas moraes, e intellectuaes que supportam o pêso bronzeo da sua immortalidade.

Vêjo-a em Carlos Pontes, Alfredo de Maya, Matheus e Theophilo de Albuquerque, Guedes Lins, José Maria Goulart, Oscar e Januario de Carvalho, Parreto Cardoso, Sanelva e Byron Soares, Luiz Mascarenhas, Pontes de Miranda, Guedes Miranda, Democrito Gracindo,

Paulino Santiago, Gilberto Andrade, Castro Azevedo, Valente Lima, Barbosa Junior, Cruz Oliveira, Correia de Oliveira, Balthazar Mendonça, Rodrigues de Mello, Afranio Jorges, Fernandes Tavares, Moreno Brandão, Auryno Maciel e outros muitos, de real merecimento, que demasiadamente augmentaria a citação, que exigiria tiras e mais tiras de papel.

Avé Alagoas!

Orgulha-te do valor da tua juventnde! Ella se adorna com a thiara que lhe dá o pontificado de todas as virtudes e glorificações ao fulgor desta legenda:

«*Mellius est bellicosa libertas quam servitus pacifica.*»

Eu te bemdigo mocidade! porque és o horisonte aturquezado para onde se elastecem os olhares scintillantes de fé da terra madida!

Cachoeiral de Luz! Gladio civico cortando sombras que se avisinham da Patria!

E é á Alagoas e á sua mocidade que saúdo, fundindo-as no Instituto, onde aquella tem suas tradicções carinhosamente guardadas, vigiado o seu presente e futuro por esta—a mocidade, que deve existir tambem no coração dos velhos.

MEMORIAL BIOGRAPHICO

DO

Commendador José Rodrigues Leite Pitanga

Lido na sessão do
Instituto Archeologico e Geographico Alagoano
em 6 de Maio de 1915

Poucos homens terão tido a sorte de começar a vida publica aos doze annos de idade, prestando serviços á sua patria, percorrer um estadio longo de noventa e nove annos completos, podendo contar a tradição de cincoenta annos da historia da sua terra natal nos apontamentos que deixou escriptos com esta expressiva declaração:

> «Descripção de minha vida publica dividida em tres periodos; para que meos filhos reconheção que seu pai foi e é um cidadão como poucos brazileiros o são, sem vistas de interesse pecuniario ou de honras».

De facto: tendo tomado parte em revoluções, a favor e contra o Governo, tendo occupado cargos de confiança, commandado forças e despendido dinheiro no exercicio desses cargos, o Commendador Pitanga nunca recebeo retribuição alguma pecuniaria; ao contrario, recusou sempre, mesmo aquellas que lhe foram mandadas abonar e a que elle tinha direito no desempenho das commissões de que fôra encarregado.

> «O Pitanga, Senr. Presidente, respondeo elle ao Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo que, com autorisação do Governo Geral lhe offerecia quarenta contos de reis para o commando das forças na fronteira de Pernambuco em Jacuhype, o Pitanga nunca prestou serviços ao Estado por dinheiro».

E recusou os quarenta contos de reis.

Em consequencia morreo pobre, tendo gasto o patrimonio seo e de seu pai, legando a seos filhos unicamente o nome honrado que a tradição guarda como o attestado da probidade, da severidade no cumprimento do dever e da palavra como documento sellado, e notas biographicas que permittem reviver diversas epochas da historia das Alagoas, ao tempo em que o patriotismo era a bandeira desfraldada pelos homens e a palavra de honra empenhada valia mais do que uma escriptura publica, passada em tabellião, com todas as formalidades legaes e os sellos competentes.

E' dessas notas, escriptas com a preoccupação de um legado aos filhos, que tirei o subsidio para o memorial biographico desse homem, vindo aclarar certos pontos mal estudados da historia de Alagoas, que tenho ouvido contar com adulterações profundas, sendo motivo de controversias em que o desencontro das opiniões demonstra a incerteza dos narradores.

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano me desculpará de trazer para o seu archivo essas notas referentes a pessoa que me foi preza por laços duplamente respeitaveis; elle era o irmão de meo pai e o pai

da minha companheira de quarenta annos de vida publica.

Merece portanto a honra que tributo á sua memoria.

* * *

PRIMEIRO PERIODO

1822 a 1832

José Rodrigues Leite Pitanga nasceo a 5 de Março de 1810, na villa de São João de Anadia, da Provincia das Alagôas, e morreo no Rio de Janeiro, a 30 de Junho de 1909, contando assim noventa e nove annos, tres mezes e vinte cinco dias de vida.

Não lhe poderiamos festejar o centenario, a que elle não prestaria attenção, porque a senectude já o privára da apreciação dos factos.

Era filho legitimo do Coronel de Legião Manoel Rodrigues da Costa e D. Rosa Maria Leite de S. Paio, elle natural da cidade do Penedo e ella nascida no sitio Burgos, da mesma comarca.

Desse homem, o Coronel Rodrigues, se encontra nos archivos da Camara Municipal de Anadia o assento de 22 de Setembro de 1826, do qual consta que, sendo proposto para Capitão da 1.ª companhia em Pastos Novos, hoje Tanque d'Arca, obteve a seguinte informação da mesma Camara:

> O Tenente Manoel Rodrigues da Costa por ser branco, casado com familia nobre, e elle mesmo nobre por suas qualidades e caracterisado nobre por suas mesmas familias, é digno do cargo para que é proposto».

Na historia de Anadia, escripta e publicada pelo Professor Nicodemo de Souza Moreira Jobim, está á pagina 175, a noticia dos cargos que o Coronel Manoel Rodrigues exerceo: — « Thezoureiro das cisas dos

reaes bens de raiz e escravos em 1815, thezoureiro das contribuições voluntarias para a guerra em 1825 e collector em 1833 depois de installada a Thezouraria de Fazenda das Alagoas. Vereador, juiz ordinario, prefeito, membro do Conselho Geral da Provincia em virtude do artigo 80 da Constituição Politica do Imperio e mais leis regulamentares da sua creação, deputado provincial no triennio de 1835 a 1837, Coronel de Legião em 1842 e em 1847, Commandante Superior de Guardas Nacionaes dos Municipios de Anadia, Coruripe e Palmeira dos Indios; occupou todos os cargos que um cidadão em sua provincia pode exercer... e na mais avançada velhice jamais se inquietou com recordações importunas de um passado afflictivo».

A genealogia da familia Pitanga, foi por elle deixada nas seguintes notas:

Quanto á linha paterna, seo pai, o Coronel Manoel Rodrigues da Costa descendia de José Rodrigues da Costa, natural da Cotinguiba, Provincia de Sergipe, da familia do engenho Jurema, casado com D. Anna Leite Luzia Vieira Dantas, natural da Villa do Penedo, filha legitima do Tenente General de Ordenanças João da Costa de Medeiros Mascarenhas e D. Anna Vieira Dantas. O Coronel Manoel Rodrigues da Costa era filho unico.

Sua mãi descendia do Capitão Francisco Leite Rabello S. Paio, casado com D. Anna Laço de Lima, senhora do sitio Burgos, do Municipio de Penedo, os quaes tiveram quatro filhos:

1.º Capitão Antonio Leão Rabello Leite S. Paio, casado com D. Maria Accioly, natural da villa de Atalaia, dos quaes houveram tres filhos: — Francisco Leite Rabello, D. Maria Leite S. Paio e D. Anna Leite Laço de Lima, que foi professa no convento das Mercês, na cidade da Bahia.

2.º D. Rosa Leite S. Paio, que casou com o Coronel Manoel Rodrigues da Costa, ambos nascidos na cidade do Penedo e tiveram sete filhos: — o Brigadeiro honorario e Commendador da Ordem de Christo, José Rodrigues Leite Pitanga, D. Maria Rosa Leite S. Paio, D. Anna Luzia Leite Primavera, o Commendador das Ordens da Rosa e de Christo, Dr. Manoel Rodrigues Leite e Oi-

ticica, o Tenente Coronel Antonio Rodrigues Leite Jeuiba, D. Thereza Leite Laço de Lima e Caetana Leite de Medeiros, todos nascidos na villa de Anadia.

3.º D. Anna Joaquina Leite S. Paio, casada com o Capitão Manoel Joaquim da Costa, nascido na villa de Atalaia; tiveram cinco filhos: — D. Candida Senhorinha da Costa Leite, Luiz Joaquim da Costa, D. Thereza da Costa Leite, D. Rosa Leite da Costa e Ignacio Joaquim da Costa, todos nascidos na villa de Atalaia.

4.º D. Maria José de S. Paio, casada com o Capitão Manoel Joaquim da Costa, que tiveram seis filhos: — o Rev.º Vigario Antonio Luiz Leite de Vasconcellos, D. Anna Leite de Vasconcellos, D. Francisca Leite de Vasconcellos, o Vigario Frei Jacob, D. Senhorinha Leite de Vasconcellos e D. Rosa Leite de Vasconcellos.

Estas notas têm a data de 12 de Março de 1878 e forão escriptas para ser offerecidas ao seo sobrinho Luiz Joaquim da Costa Leite, Secretario perpetuo, filho de Luiz Joaquim da Costa e D. Thereza Leite Laço de Lima.

Em 1823, contando apenas 13 annos de idade, José Rodrigues da Costa foi nomeado Tenente Secretario do Esquadrão de Cavallaria criado na villa de Anadia pelo Imperador D. Pedro 1.º. E não era isso um titulo honorifico, como pode parecer para um menino de 13 annos; elle assumio o exercicio e desempenhou o cargo, como homem que já era nessa idade.

Tanto que, dissolvido este esquadrão e criadas as guardas civicas de Anadia, elle foi Capitão da Companhia da villa, á qual prestou o serviço de fornecer cincoenta armas para os soldados da Companhia, á sua custa.

No anno seguinte 1824 deo-se a revolução do Equador, em Pernambuco, a Provincia de Alagoas foi invadida pelas forças rebeldes, commandadas pelo Coronel Francisco Leite que desceo pela Palmeira dos Indios e Anadia onde se demoraram por mais de vinte dias.

Esse Coronel pedio ao Caqitão da companhia da guarda civica da villa de Anadia que lhe fornecesse as armas da sua companhia, o que foi feito, escapando apenas as que estavão em mãos de soldados de confiança

do dito Capitão; essas armas nunca mais forão restituidas.

O Professor Nicodemo Jobim na sua obra — Historia de Anadia — diz a proposito do Coronel Manoel Rodrigues da Costa e da revolução de 1824:

> « Acompanhou ao Sargento Mór Antonio de Barros, na revolução de 1824 e o substituio na administração de seo partido depois de sua morte, dirigindo a familia de José Leandro que principiava a dominar em antagonismo á familia — Brejo — e precisava de um chefe que proscrevesse de sua administração o que fosse reconhecido inutil, perigoso e torneasse os obstaculos, quando impossivel fosse destruil-os ou vencel-os».

O Dr. Thomaz Espindola, na parte historica da sua geographia, alludindo á revolução de 1824, no que se refere ao seo alastramento em Alagoas, diz que « nesses combates commandaram as forças rebeldes, da columna que invadio a Capitania pelo lado de Palmeira, um cidadão conhecido por Leite », o que combina com a nota deixada pelo Commendador Pitanga, a esse tempo José Rodrigues da Costa, em referencia ao Coronel Francisco Leite que desceo da Palmeira dos Indios a Anadia.

Não sabemos se elle tomou parte em alguns dos combates que ahi se deram por occasião de ser debellado esse movimento de protesto do Norte do Imperio contra o Sul, provocado principalmente pela perseguição, pelas atrocidades que soffreram os chamados patriotas, brazileiros que muita ostentação fazião das suas aspirações de independencia, libertando o Brazil da situação de colonia de Portugal.

No artigo — A revolução de 1817 — publicado na Revista do Instituto, vol 2º, pagina 232, assignado pelo nosso nunca assaz lembrado Secretario Perpetuo, Dr. Dias Cabral, encontramos a synthese dos acontecimentos dessa epocha, que vem desde 1811 e termina em 1832, luta do elemento nacional brazileiro pela independencia contra a resistencia da metropole, procurando afogar no sangue dos que se revol-

tavam contra o predominio de Portugal.

> « Desde 1811, diz elle, que erão fundos os odios na Capitania de Pernambuco: de um lado o reinol, branco, rico, dominador no commercio, no fôro, no exercito e até preferido nas relações intimas; do outro o colono, cabra, relé, subordinado nos empregos, ultimo até na participação dos gozos particulares.
>
> Do conjuncto de taes circumstancias havia de nascer de certo o desejo da libertação, e, embora tibio, elle balbucia seu credo, tanto em 1711, como em 1800 ».

A revolução de 1817 tivera um desfecho oppressor e sangrento: Domingos Theotonio, Martins, Miguel Joaquim, Roma e Antonio Henriques soffreram a morte pelas suas ideias, martyres da liberdade de sua patria.

Os sentimentos da independencia não morreram com elles e vieram evoluindo desde esse tempo como a semente germina em campo fertil para a exhuberancia proxima.

O guante de ferro com que o Conde dos Arcos pretendeo esmagar a hydra revolucionaria, que tanto susto causava a Portugal, se abateo sobre a provincia das Alagoas, onde uma devassa foi aberta e effectuadas muitas prisões de cidadãos que tinhão adherido á revolução.

Antonio Leão, pelo crime de ser patriota, foi preso e esquartejado na Barra de Jequiá, por um individuo de nome José Pedro, dizem o Dr. Espindola na sua geographia, pagina 290, e o Professor Nicodemo na Historia de Anadia, nota ao quadro genealogico da familia Rabello, de quem era filho Antonio Leão, cunhado do Coronel Manoel Rodrigues da Costa.

A revolução foi abafada em Alagoas onde era commandante militar o Tenente Coronel José Victoriano Borges e Ouvidor Antonio José Ferreira Batalha, promovido a desembargador e nomeado Commendador de Christo pelos serviços prestados.

A' pagina 55 do volume 4.º, n.º 1, da Revista do

Instituto, no — Memorial Alagoano — reminiscencias historicas e chronologicas do nosso laborioso e dedicado consocio, o extincto Dr. Olympio Eusebio de Arroxellas Galvão, se lê, referente á data de 14 de Janeiro de 1823, sob a rubrica — Alagoas é declarada rebelde pelas Côrtes de Lisboa, — o seguinte: « A metropole portugueza conspirava ás claras contra a sua colonia — reino da America, desde 1821; em seo plano de recolonisação do Brasil perdeu-se, precipitando a Independencia de direito, desta. Nossa Alagoas, desde o movimento significativo de 28 de Junho 1822, começou a sahir do medo em que estava calculadamente, desde a mallograda revolução prematura de Pernambuco em 1817, da qual resultou-lhe, ao menos, o alvará de 16 de Setembro, que a constituio com governo separado da antiga capitania: e mostrou, por facto, sua fidelidade e enthusiasmo pelo principe regente, D. Pedro, o qual, no Rio de Janeiro, era a esperança do partido brazileiro.

« As Cortes de Lisboa fulminam, por decreto desta data e esbulham « as provincias do Ceará, Parahyba, Pernambucò, Alagoas, Rio de Janeiro e S. Paulo do direito de representação em Côrtes e despedem os deputados das mesmas » que lá se achavam (art.° 2.°). Assim pois as seis provincias destituidas não podião receber maior honra: é que pesar para as que não mereceram tal distincção!

« Em honra da heroica Bahia, reagia ella com as armas na mão, contra Madeira, ultimo representante do partido lusitano.

« Os brazileiros hão de ser gratos sempre ás Côrtes de Lisboa que apressaram nossa emancipação nacional».

A semente patriotica lançada em 1817 não se estiolou; germinou ao contrario, dando-nos a independencia em 1822, quando, a 8 de Dezembro, foi proclamado D. Pedro 1.° Imperador.

Os odios, não obstante, se conservavam latentes; embora a elevação de Alagoas a Capitania independente de Pernambuco, pelo decreto de 16 de Setembro desse mesmo anno de 1817, da nomeação do primeiro governador, Sebastião Francisco de Mello Povoas que chegou a Ma-

ceió em 27 de Dezembro de 1818 e tomou posse do governo a 22 de Janeiro de 1819, na cidade das Alagoas, Capital, da eleição da Junta do governo em 1822, da eleição de deputados ao Congresso portuguez, os alagoanos continuaram a ser victimas de perseguições pelos portuguezes, com reacção por parte dos brazileiros, ate á proclamação da independencia, cuja noticia chegára a Maceió a 30 de Novembro de 1822.

A revolução de 1824 alastrou-se pela provincia: não tenho outra nota de haver o Coronel Manoel Rodrigues da Costa tomado parte nessa revolução, com seo filho José Rodrigues Leite ou da Costa, senão a que nos deixou o Professor Nicodemo e que citei acima, e a do fornecimento das armas pelo Capitão da Companhia da guarda civica a que allude o manuscripto do Commendador Pitanga; este só nos deixou essa, do fornecimento das armas ao Coronel Francisco Leite.

Ouvi porem delle, e por mais de uma vez, que ambos forão perseguidos, procurados n'uma sanha terrivel para ser assassinados, escapando por se haverem escondido no forro da sala da frente da sua casa, dentro de grande quantidade de algodão que alli tinha o Coronel Rodrigues em deposito, occultando-se assim aos inimigos vencedores, que não podião ser outros senão as tropas, sob o commando do Tenente Coronel Joaquim Marinho de Oliveira Bello.

Tive occasião de, reformando essa casa, como Promotor de Anadia, para minha residencia, desmanchar esse fôrro, como de mudar as portas e janellas nas quaes ainda existião os buracos das ballas com que forão ellas alvejadas; ouvi contar os combates travados no recinto da villa, em 1824, ao tempo dos patriotas, como se titulavam os brazileiros áquella época.

A' pagina 251, do volume 2.º da nossa — Revista, — em artigo firmado pelo nosso nunca esquecido consocio, o Dr. Dias Cabral, e titulado — Diversos successos militares no territorio de Alagoas, — se encontram as seguintes linhas: — « Suscitaram os movimentos restauradores que se seguiram á proclamação da independencia, diversas medidas de precaução, entre as quaes a nomeação do coronel ad-

dido ao estado maior do exercito, Joaquim Marianno de Oliveira Bello para commandante das armas por decreto de 22 de Novembro de 1822... Corria então como certo que a gente do General Madeira preparava-se para vir assaltar a costa e arrebatar a corveta Maceió, em construcção... Nos ultimos mezes do anno de 1823 retirou-se Oliveira Pello para o Rio de Janeiro e logo teve ordem de voltar aportando Maceió a 11 de Abril de 1824 e trouxe comsigo diversos officiaes, no intuito de organisar a resistencia contra o levante de Manoel de Carvalho...

Poucos foram os encontros, merecendo lembrança o da avançada ao mando do sargento mór Manoel Mendes da Fonseca, a 24 de Maio, á tarde, no sitio Cruz das Almas, a 4 leguas de Anadia, e a refega da povoação de S. Miguel a 13 de Junho, principiando ás 10 horas da manhã e terminando ás 4 horas da tarde, perdendo a força do governo 2 combatentes e recolhendo 10 feridos.

No dia 15 ausentaram-se os revoltosos, procurando na Palmeira, Atalaia e Anadia apoio aos seos planos, expedindo o commandante das armas para ahi 180 praças e uma peça ».

Estão de accordo os factos narrados nos diversos documentos publicos com o que nos deixou escripto o Commendador Pitanga e com a tradição oral que eu mesmo recolhi na villa de Anadia, quando ahi residi 4 annos, como Promotor publico.

A revolução continuou, combates se deram em S. Miguel e Atalaia, cessando somente quando, tendo chegado á Provincia o seo primeiro presidente Dr. Nuno Eugenio de Locio e Seiblitz, pôz fim ás violencias da junta provisoria, procurou pacificar os animos, prestou soccorros á esquadra commandada pelo Marquez do Maranhão, bem como ás forças commandadas pelo General Francisco de Lima e Silva, força que desembarcou em Maceió, seguio para a Barra Grande e d'ahi para Pernambuco.

A revolução terminou com o decreto de 7 de Março e a portaria de 22 de Junho de 1825 que declararam a amnistia e o perpetuo esquecimento desses factos politicos, pacificando as Provincias do norte do Brazil.

José Rodrigues voltou ao seo logar de Commandante das guardas civicas, até que, extincta esta, foi substituida pela Guarda Nacional com a lei de 18 de Agosto de 1832, sendo elle nomeado Capitão da primeira companhia da Guarda Nacional de Anadia, apenas com 21 annos de idade.

Não vos posso affirmar a data certa do facto de que não tenho a documentação escripta, mas que é conhecido de alguns dos velhos habitantes deste Estado, facto que se transmittio pela tradicção oral; nem tenho noticia de que alguem o houvesse perpetuado em documento publicado: o que deo origem á formação de diversas familias com pseudonimos indigenas, familias já em quarta geração actualmente; a originalidade está em se ter dado tal, somente em Alagoas e por exclusiva causa de patriotismo dos moços d'aquella epocha.

Parece que a revolução de 1831, de 7 de Abril, forçando Pedro I.º a abdicar, fez nascer no animo dos portuguezes, no norte do Brazil, o proposito de restaurar o Imperador deposto e revogar a independencia, reduzindo o novo Imperio á primitiva condição de metropole de Portugal.

O plano consistia em fazer desembarcar D. Pedro, conduzido em frota portugueza, em um dos pontos da costa entre Penedo e Recife, fallando-se muito em Barra Grande e Porto do Francez, em nossa Provincia.

E' isto que se deprehende das publicações dos jornaes da epocha, de um dos quaes, felizmente, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano possue uma collecção em perfeito estado de conservação, o meo mais valioso auxilio na primeira parte do estudo biographico que vos estou lendo.

O norte aspirava á federação das Provincias, embora estivesse dividido em dois partidos: o unitarista e o federalista, sendo orgão deste, em Maceió, o *Federalista Alagoense*.

Da luta entre os dois partidos, nessa epocha de inicio da formação da nacionalidade brazileira, surgio a Republica do Equador, com intuitos separatistas, tendo por

theatro o Estado de Pernambuco, e como chefe o Dr. Manoel de Carvalho Paes de Andrade movimento que a historia registra com o nome de *Carvalhada* e que foi a revolução de 1824.

Vencida esta, rompeo, em 1831, a revolucão de 7 de Abril que forçou o primeiro Imperador a abdicar, revolução que talou fundo o animo dos portuguezes no Brazil, não conformados com a ordem de cousas, sendo elles os occupantes das posições sociaes e julgando-se a parte culta da nação brazileira cuja civilisação elles é que estavão formando.

As lutas de partido desagregavão os elementos brazileiros natos; nem se submettiam uns á ordem do centro em que predominava o elemento centralisador da Constituição de 1822, nem acceitava o centro as ideias liberaes pregadas pelos mais ardentes patriotas de norte a sul do Brazil.

Aos portugueses não escapavam as condições que a situação dos animos lhes offerecia para um golpe de audacia e principiaram a manifestar intuitos de fazer a contrarevolução, pondo em jogo todos os elementos favoraveis para o triumpho facil do seo empenho.

Mandaram emissarios ao norte, e a Maceió veio um Luiz Roma suspeito de trazer instrucções para a revolução, como se deduz do seguinte annuncio que se lê na edição de 7 de Março de 1832, do *Federalista Alagoense*:

> « Chegou do centro para esta villa o Senr. Luiz Roma, outr'ora liberaral enthusiasmo, hoje liberal moderado ou harmonisador, qual o descreve a *Bussola* (jornal de Pernambuco) ».

E accrescentava, precedendo de uma mãosinha indicadora:

> « Federalistas Alagoenses! Alerta!!! ».

Esse Luiz Roma foi preso, pelos motivos constantes deste outro annuncio publicado na edição de 11 de Março:

> « O Senr. Luiz Roma por se achar munido de um passaporte illegal, e até assignado pelo bem conhecido Juiz de paz Catão, se acha prezo á ordem do Senr. Juiz de paz desta villa».

Vêdes, Senhores, que os animos se achavam no ultimo gráo de exaltação, em prevenção contra os portuguezes, que os brazileiros sabião estar tramando a volta de Pedrô I e a reducção do Brazil a metropole de Portugal, em punição ao crime da independencia e, mais do que isso, ao da ingratidão de haver expulso do Brazil o primeiro Imperador, por suspeito de arrependimento do seu gesto no Ypiranga.

Os rapazes da epocha erão os mais enthusiasmados tanto que formavão associações como a *Sociedade Federalista de Maceió;* a Sociedade, cujos estatutos estão publicados no presente numero desta Revista, se reunia para os seos trabalhos com a maior energia e perseverança, como da convocação dos seos membros para 8 de Março de 1832, na edição do *Federalista Alagoense* de 7 de Março.

E' bem possivel que, em uma dessas reuniões dos *patriotas*, como se chamavam os brazileiros, se tivesse dado o facto que se tornou historico, de que ouvi fallar muitas vezes quando Promotor de Anadia, pelos coevos dessa epocha, entre os quaes estavão o Major Azarias Carlos de Carvalho Gama que adoptára o pseudonimo de — Queripininga — e o Tenente Coronel João Ferreira da Costa que tomára o de — Imbuzeiro.

N'uma dessas reuniões José Rodrigues Leite, no fim da sessão, disse para os seos amigos: — «Nós devemos adoptar um nome brazileiro que nos distinga dos outros: eu chamo-me d'agora em diante — Pitanga ». A isso seo irmão accrescentou: eu me chamo — Oiticica.

Seguiram-se os outros a adoptar nomes indigenas: Gejuiba para o irmão dos dois; Cajueiro, Cansanção do Sinimbú, Imbuzeiro, Gitahy, Jatobá, Chechéo, Ferro, Tiririca, que, de então em diante constituiram outras tantas familias alagoanas que subsistem ainda hoje.

Não tenho indicação certa sobre a data em que este facto conhecido se deo; alguns pretendem que se passou em 1824, do que não acceito a informação porque, sendo o Pitanga o mais velho dos irmãos que na reunião figuravam, elle tinha nessa data apenas quatorze annos e os irmãos onze e nove.

Não se passou no proprio anno de 1832 porque, na epocha da revolução, o Pitanga estava na Palmeira dos Indios, de onde seguio para Panellas de Miranda, e João Lins Vieira Dantas já era Cansanção do Sinimbú, quando redigia o periodico unitarista *Equinoxial*, sendo *cursista* em Olinda, a quem respondia o *Federalista Alagoense* na edição de 8 de Agosto de 1832.

Desta forma o facto a que me refiro se deve ter passado após o 7 de Abril de 1831 a 1832, antes da revolução mas nas proximidades desta.

Elle é exacto e ainda conhecido no Estado pelos velhos do tempo actual.

A agitação dos animos era extrema de parte a parte.

Accusavão-se publicamente as autoridades de favorecerem os portuguezes, serem coniventes na restauração e protegerem os inimigos dos Brazileiros; fallava-se abertamente na formação do partido portuguez, com o fim da abolição da independencia e recolonisação do Brazil; já os jornaes noticiavão as depredações de Pinto Madeira e as injuncções em Barra Grande.

A 7 de Março de 1832 escrevia o seguinte o *Federalista Alagoense*:

> « E' certo o que aqui se diz que a Cachoeira proclamára a Federação e se acha em armas para sustental-a; é certo tambem que na Barra Grande girão cartas e proclamações de Pinto Madeira e que um Senr. Figurão daquelles lugares dissera que tem 600 homens promptos para o serviço de Pedro I; com effeito estamos ameaçados com os horrores da guerra civil que já de longe nos assombra. Quanto a Barra Grande devemos recommendar ao Governo a importancia de tomar as

medidas necessarias para não perdermos aquelle ponto onde o partido do tyranno triumphou dos liberaes de 24.

No que diz respeito á Cachoeira logo que obtenhamos noticias mais circumstanciadas, nós as communicaremos aos nossos leitores e por agora concluiremos dizendo: que nos parece que o Brazil está quasi a submergir-se em uma tempestade ameaçadora etc».

Achei interessante transcrever o seguinte — Communicado — que dá informações preciosas daquella epocha da nossa historia.

O Deputado Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, publicára, no Rio de Janeiro, uma — *Carta anarquica* — contra o Presidente da Provincia, Manoel Lobo de Miranda Henriques e nessa dizia:

Continúa o Senr. Lobo a alardear-se da paz, que diz, reina na Provincia, como querendo attribuir-se essa gloria, e eu continuarei aqui e onde se me offerecer a occasião a dizer o contrario.

Se os extremos da Provincia, Penedo e Porto Calvo não têm soffrido desordens, talvez seja por alli não ter tido ingresso o seo systema duplice: e leia-se a «Gazeta da Bahia» n.º 38 e conhecer-se-há a quem é devido esse socego; e ao contrario olhe-se para Maceió, Atalaia S. Miguel e cidade das Alagoas, bem ao contacto do Senr. Lobo Presidente, e que mais asinha podem aproveitar-se dos grandilozos conhecimentos do Senr. Lobo Presidente; o que se vê? Atalaia despovoada, Maceió diserta, S. Miguel sem gente e nem por isso Alagoas se tem enrequecido da emigração etc».

O *Federalista Alagoense* commenta essas palavras que transcreve, com as seguintes considerações:

« O Senr. Deputado Perdigão como que nos dá apparencias d'um Leão, rei de Esparta, (sem ser de quatro pés) a quem, perguntando-se debaixo de qual Governo podião os homens viver com segurança, o mesmo Leão respondeo:— « Debaixo daquelle onde os subditos não são ricos, nem pobres; onde a probidade encontre muitos amigos e onde a fraude não acha amigos alguns ».

Examinemos pois se o Senr. Deputado Perdigão é o Leão de Esparta ou o da fabula.

O Senr. Deputado quiz provar que o socego desta Provincia não deve ser attribuido ao Senr. Lobo; e que se nas extremidades da Provincia o havia, era por estarem mais longe da *duplicidade* do Senr. Lobo; mas não reflectio onde ia ter esse disparate.

Ora diga-me em que parte do Imperio tem apparecido mais commoções? sem duvida na Capital do Imperio; logo é porque aquella Capital está mais perto da duplicidade do Governo.

Tambem nas capitaes das Provincias é onde tem aparecido commoções; logo é por estarem mais perto da duplicidade dos Prezidentes.

Que bello argumento? Que especioza arguição!

Eu tambem não quero affirmar que a paz da Provincia deve ser em tudo e por tudo attribuida ao Senr. Lobo; porque ella tambem depende do genio pacifico e patriotico dos alagoanos; mas posso affirmar ao Senr. Deputado que, se um governo docil e franco, em quem o povo confia o não desvanece das immensas desconfianças, que nos rodeão, menos um Praia-Grande, um Samuel, um Bello, um Eduardo, e outros —*ejusdem furfuris*: e se o Senr. Deputado disto duvivar (por querer) faça com que para cá venhão estes, ou outros, que ao menos não sejão conhecidos, e verá se ao Senr. Lobo se deve em grande parte a paz de que indubitavelmente gozamos.

Não precizará que o Senr. Deputado tenha a memoria e a reminicencia de um Cineas, de um Cyro ou de um Adriano para se lembrar que, desde o tempo do 1.º Bello (de triste recordação) existiram sempre nesta Provincia dois partidos, que se disputavão reciprocamente, um a quem Bello chamava — Ceroula — outro a quem os chamados — Coroulas — chamavão — Corcunda.

Lembrar-se-ha tambem o Senr. Deputado que, quando vinha para Presidente algum cidadão livre, e que não dava ouvidos aos *Corcundas*, era immediatamente perseguido por Bello e seo corcovado rancho, assim como quando vinha um *Praia Grande*, tinhão os liberaes ainda mais que soffrer, vivião sempre em desconfiança (não fallo nos Commandantes das armas porque todos, como se sabe, erão Bellos primeiros, Bellos segundos, Bellos terceiros e Bellos quartos) e assim andavão a pedir a Deus que se fossem, como facilmente se forão essas joias, ou antes esses *christãos velhos da fé do carvoeiro*.

Como é pois que agora que uns estão como fogo debaixo da cinza e outros um pouco descançados, pretende o Senr. Deputado Perdigão, dezacreditar o Senr. Lobo para talvez nos vir de mimo um Senhor Perdigão, ou um outro criado de Targino, privado de Povoas e amigo dos Bellos e dos Tourinhos? Não Senr. Perdigão, não.

Não creia que o Governo caia nessa.

O que fará o Governo será mandar que V. M.ce vá encher de letra (visto que não gosta de escrever nomes) os livros da Junta da Fazenda Publica desta Provincia, visto que V. M.ce com erro manifesto do seo officio os deixou com assignaturas em branco; e isto para que, tendo V. M.ce em que mais se occupe, deixe de continuar a insultar a Provincia na pessoa

do seo Presidente, fazendo imprimir, e correr, talvez mais no Rio de Janeiro uma *Carta Anarquica*, que nem uma honra faz a um homem de senso, quanto mais a um Deputado que deve dar exemplo de moderação e de ordem.

Protesta continuar — *O moderado.*

Transcrevi este communicado porque elle contem muitas informações sobre a historia da epocha.

Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão era um dos cinco deputados geraes eleitos para o quatriennio de 1830 — 33, com os outros: Francisco José Coelho Netto, Joaquim Marianno de Oliveira, Tiburcio Valeriano da Silva Tavares e Francisco José Correia.

Era igualmente membro do Conselho Geral da Provincia para o mesmo quatriennio de 1830 — 33.

O Praia Grande, a que allude o artigo, é o Visconde de Praia Grande, natural do Rio de Janeiro, 3.º Governador que tomou posse do Governo da Provincia a 4 de Agosto de 1830 e governou até 19 de Maio de 1831.

Tourinho era o Ouvidor (21.º) José Emigdio dos Santos Tourinho que installou a villa de Santa Luzia do Norte, criada por decreto de 1.º de Dezembro de 1830, sob proposta do Conselho Geral da Provincia.

Os Bellos eram o Coronel Joaquim Marianno de Oliveira Bello, a quem já me referi antes, nomeado Commandante das armas por decreto de 22 de Novembro de 1822, que levantára as fortificações do litoral de Maceió, desde a Ponta Verde até a posição entre S. João e Trapiche. Nos ultimos mezes de 1823 se retirára para o Rio de Janeiro, mas teve ordem de voltar, chegando a 11 de Abril de 1824 para organizar a resistencia contra a revolução de que era chefe Manoel de Carvalho Paes de Andrade.

Montou a bateria « Principe Imperial » na cidade das Alagoas, concluindo-a em 16 de Agosto de 1828, montadas 5 pecas, uma de bronze, calibre 2, duas de ferro, calibre 2, duas tambem de ferro, calibre 6, conforme officio que

dirigio nessa data ao Vice-Presidente Nobrega de Vasconcellos.

Em 1827, desavindo-se com o Vice-Presidente Tertuliano Lins, prendeu o Ouvidor Silva Pontes e o escrivão deputado Joaquim da Silva Freire. Demittido em 28 de Abril de 1828, conservou-se na Provincia até a chegada do seu successor o Coronel Wenceslão de Oliveira Bello, nomeado nessa mesma data, que só tomou posse a 23 de Outubro desse anno e pouco se demorou, sendo removido para Sergipe em 1829.

Do deputado Floriano Perdigão, publicou a « Revista do Instituto », uma representação ao Governador Povoas sobre a preferencia da Villa de Maceió para séde do Governo, em 22 de Janeiro de 1819. (Revista, volume 5.º, paginas 76 a 78.)

Manoel Lobo de Miranda Henriques foi negociante em Maceió; em 18 de Fevereiro de 1830, o Conselho Geral da Provincia commissionou ao cidadão Manoel Lobo para ir ao Rio de Janeiro beijar as mãos de D. Pedro I.

A « Revista do Instituto », volume II, pagina 81 publicou os seguintes officios:

Ao Secretario do Governo:

> « O Conselho Geral da Provincia, querendo dar a S. M. o Imperador uma evidente prova do respeito e adhesão á sua augusta pessoa, tem nomeado ao cidadão Manoel Lobo de Miranda Henriques, por nelle reconhecer a capacidade precisa, para ir, por parte do mesmo Conselho, beijar as imperiaes mãos e felicitar o mesmo Imperial Senhor pelo seo feliz consorcio.
>
> O que o Conselho manda participar a V. S. para fazer subir ao conhecimento do Exm. Sr. Presidente; e manda outrosim rogar ao mesmo Exm. Sr. Presidente haja de facilitar ao sobredito Lobo todos os meios possiveis para o cumprimento de tão honrosa missão. Deus guarde a V. S.
>
> Alagoas, 18 de Fevereiro de 1830.
>
> Ill.mo Senr. Francisco de Cerqueira e Silva, interino Secretario do governo desta Provincia.

(Assignado) O Padre Ignacio Joaquim da Costa, Secretario».

Ao Exm. Snr. Ministro do Imperio:

«Illm. e Exm. Snr. Desejando o Conselho Geral desta Provincia dar a S. M. o Imperador as mais decisivas provas de seu respeito e regosijo pelo glorioso consorcio de SS. MM. II. tem nomeado ao probo cidadão Manoel Lobo de Miranda Henriques, para, em seu lugar, beijar as mãos e significar seu jubilo e fiel adhesão ás augustas pessoas de SS. MM. II. O Conselho roga a V. Ex. queira apresentar a S. M. I. o seo enviado, que por seu merito julga digno do desempenho de tão respeitosa missão.

Illm. e Exm. Sr. Marquez de Caravellas, Ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio.

(Assignados) — José Fernandes de Bulhões, presidente. — Padre Ignacio Joaquim da Costa, secretario. — Padre Manoel do Rosario Tavares. — Silvestre Domingues da Silva. — José de Mello Correia. — Manoel do Nascimento Pontes. — Padre José Tavares de Mendonça Sarmento».

Estando elle no Rio de Janeiro se deo a abdicação e obteve da regencia provisoria a nomeação de Presidente da Provincia, facto que causou grande sorpresa.

Conta-se que, havendo chegado um navio ao porto de Maceió com a insignia de Presidente a bordo, tendo elle desembarcado, encontrou um amigo que lhe perguntou, em commentario ao facto, quem era o Presidente; respondeo ser elle proprio; o amigo tomou a resposta como gracejo, até que, chegando o commandante do navio, confirmou-se a noticia.

Delle publicou a «Revista do Instituto», no volume 5.º, paginas 21 a 22, uma ligeira biographia, com um documento a que me referirei adiante.

A familia morou alguns annos no sitio em que resi-

de hoje a familia do Commendador Jacintho José Nunes Leite; teve numerosa prole, da qual fazem parte os Silveiras Lobos: Julio, Francisco de Paula, senador por Minas e Ministro, Carlos Augusto, Demosthenes, Antonio Borges e o Dr. Aristides da Silveira Lobo, deputado por Alagoas e depois primeiro Ministro do Interior na Republica.

Era natural da Provincia da Parahyba do Norte, de familia saliente e governou a das Alagoas de 19 de Maio de 1831 até 26 de Novembro de 1832.

Nesse anno, de 1832 rompeo em Pernambuco a contrarevolução, como disse, para fazer voltar ao Brazil o Imperador D. Pedro I que fôra obrigado a abdicar a 7 de Abril de 1831, passando a corôa e o throno do Brazil independente a seo filho de menor idade; a Maceió chegavam as noticias do movimento.

D. Pedro era portuguez e os portuguezes do Brazil não se conformavam com a expulsão do rei, seo patricio; começaram os desgostos e despeitos pelos actos da regencia.

Joaquim Pinto Madeira e o Vigario do Crato, Antonio Manoel de Souza, após depredações feitas na Provincia do Ceará, proclamaram a revolução neste sentido, como se deprehende de um officio do Commandante das armas de Pernambuco, Francisco Jacintho Pereira e Cesario Elias Pinto de Gouveia, Juiz Ordinario e orfãos do Julgado de Cabrobó, em data de 10 de Fevereiro de 1832.

Pinto Madeira, tendo proclamado a restauração em Bom Jardim marchou para o Crato e Lavra, entrou em Icó a 18 de Janeiro, depondo as autoridades e nomeando outros em nome do Imperador, a quem os contrarios apellidaram Pedro Vivas e aos partidarios de « pedristas ».

O Jornal *Federalista Alagoense* que se publicava em Maceió, transcreveo, da *Bussola*, jornal que se publicava no Recife, na edição de 7 de Março, em uma serie de — DIZEM:

> Que Thomaz Xavier havia saltado incognito na cidade, vindo da Bahia clandestinamente, marchára

para o cabo e lá estava tramando com Martins a restauração; isto coincidia com a noticia sobre Pinto Madeira.

Que havia no Recife um partido a favor de Pinto Madeira, tanto que um alferes havia pedido um cunhete de cartuxame ao Inspector interino do Trem, convidando-o por parte de uma sociedade a entrar na revolução, prestes a romper, noticia que fôra publicada no «Diario» de 14 de Fevereiro.

Que as proclamações de Pinto Madeira andavam de mão em mão, que todos lião com prazer sem que houvesse uma autoridade que se atrevesse a prender esses individuos pela pouca confiança que mereciam o Presidente e o Commandante da armas».

Tudo denotava uma exaltação de animos a essa epocha, uns em favor da restauração e outros protestando em favor da independencia, com o Imperador brazileiro, livres do primeiro que se acreditava pretender voltar atráz do seo gesto nobilissimo, cassando a independencia da nação por elle proprio proclamada.

Certo é que a perseguição aos brazileiros era patente, sendo investidos dos cargos, portuguezes reconhecidamente hostis á nova ordem de cousas, criada pelo 7 de Abril de 1831.

Na Bahia, em Cachoeira, fôra proclamado o Governo Federal e a Federação da Provincia, reconhecendo, como disseram, « a patria em perigo e querendo salval-a, por estarem os habitantes opprimidos pelo presente Governo da Provincia, pelos portuguezes seos sequazes e pelo partido reinoso do Rio de Janeiro ».

N'uma reunião Federal no Campo da Honra, na heroica villa da Cachoeira, Campo da Firmeza, do caracterisado arraial de S. Felix em 17 de Fevereiro de 1832, assignada pelo Povo Soberano, foi lançada uma proclamação, destituindo o Presidente Paim, o Commandante das armas, decretando a eleição do Presidente, nomeando um provisoriamente até á eleição, convocando a assembleia cons-

tituinte, extinguindo os Conselhos geraes da Provincia criando o jury, e dando outras providencias.

No numero destas se achão as que se referem á deportação dos portuguezes, reconhecidamente inimigos do Brazil desde a sua independencia; nenhum portuguez poderia estar armado nem gozar do fôro de cidadão activo e o fuzilamento do Ex-Imperador, tyranno do Brazil, se aparecer em qualquer parte da Provincia, assim como de todos os que o pretendam admittir e defender.

Tudo denota o objectivo da revolução que, sob o caracter de federação da Provincia, tendia á defesa contra a restauração e volta do Brazil a colonia de Portugal.

Julgei interessante transcrever esse documento, como attestado da epocha em que foi escripto, muito a proposito de ser lido actualmente quando a federação está consagrada na Republica dos Estados Unidos do Brazil pela Constituição de 1890.

Eis o documento na integra:

> « O povo da heroica villa de Cachoeira e seo Termo, e outras Villas, lugares e partes do sertão, contendo mais de 200 mil habitantes, reconhecendo a Patria em perigo e querendo salval-a, tem proclamado, como de facto proclama, o Governo Federal e a Federação desta valorosa Provincia da Bahia, visto que os habitantes da nossa Capital e outros lugares se achão opprimidos pelo presente Governo da Provincia, pelos portuguezes seos sequazes e pelo partido ruinozo do Rio de Janeiro, proclamando já a dita Federação Imperial, com absoluta união de todo o Brazil Federado, com aquelle mesmo direito que tiverão os fluminenses de expellir o ex-tyranno D. Pedro I.
>
> O Povo usa de seo direito natural, como verdadeiro, na crise em que se acha e, á vista do abysmo que o ameaça, não quer esperar por delongas e formularios, que devem ser perniciosos na presença das intrigas e tramoios dos aristocratas e egoistas, e para salvação Geral,

determina o seguinte:

Artigo 1.º — Que esta revolução seja justa e santa, e seos auctores e executores respeitaveis como benemeritos da Patria: seos actos ficam todos legalisados.

Artigo 2.º — Que o Presidente tem cessado de o ser, e está privado de toda a auctoridade, e igualmente o Commandante das Armas, e do mesmo modo será privada de emprego outra qualquer auctoridade ou pessoa que se oppuzerem á Federação e ao que aqui determinamos.

Artigo 3.º — Que sejão desde já soltos todos os presos pela tentativa de acclamação Federal de 28 de Outubro do anno proximo passado, e quasquer outros antigos e modernos por motivos politicos, sem attenção aos processos, que ficão nullos desde já.

Artigo 4.º — Que fique de todo morta a Lei da liberdade da Imprensa, até que a Assembléa Provincial faça outra, só contra offensas particulares, e nunca haverá censura previa.

Artigo 5.º — Que fiquem extinctas para sempre as prisões em navios ou persigangas; e a que existe, será queimada em lugar aonde o povo o possa ver para satisfação do publico.

Artigo 6.º O Presidente, que for eleito, usará de todos os meios para bem fortificar esta Provincia da Bahia, com presteza, e tomará medidas para que continue a abundancia de viveres e do Commercio, e se extingua a moeda falsa.

Artigo 7.º — Que fiquem extinctas as Leis de execepções e que os juizes de Paz só se regulem por agora pela sua primeira Lei fundamental, não ataquem os direitos de garantias do cidadão, nem de dia, nem de noite, nem em casa, nem nas ruas, pela idéa de Leis preventivas.

Tudo mais fica a cargo da Assembleéa Provincial, que reformará o Codigo penal, como nos convem, abrandando as penas.

Artigo 8.º — Que esta Provincia da Bahia não

admittirá nada do Rio de Janeiro, senão como Federal (salvo o pagamento da sua quota da divida publica). Todavia esta Provincia fica em perfeita paz com seos irmãos Fluminenses, que se portarem como amigos; assim como os de todas as Provincias, as quaes chama para a Federação, e pede-se reunião para á solidez do Governo Geral e força da Nação Brazileira, para o que haverá, Assembléa Geral do Imperio, como depois se dirá.

Artigo 9.° — Fica proclamado na Provincia da Bahia o Governo Federativo, para que esta Provincia, nos seos negocios internos e peculiares se governe independente de outra qualquer, fazendo, porem, aliança com todas as outras, bem como obedecendo ao chefe principal da Federação dos negocios geraes da Nação, marcados pela Assembléa Provincial.

Artigo 10.° Fica proclamado um Prezidente, que governe a Provincia provisoriamente, até que pelos Collegios Eleitoraes seja outro que deva governar o tempo determinado na forma marcada por lei da Assembléa Provincial.

Artigo 11.° — Fica proclamado um Inspector para governar interinamente as armas da Provincia, até que o Presidente eleito pelos Collegios nomeie o que deve ser com Lei regulamentar da Assembléa Provincial.

Artigo 12.° — Haverá na Provincia uma Assembléa Constituinte, Legislativa, Provincial, que será composta de 21 membros, ou deputados para marcar todos os limites da Independencia da Provincia, suas relações com o Chefe principal da Federação; reformar todas as leis que se opposerem ao Governo Federativo, e interesses peculiares da Provincia, e fazer outras que forem concernentes, não só aos limites das differentes auctoridades, mas tambem á segurança e prosperidade da Provincia.

Artigo 13.° — O Presidente temporario da Pro-

vincia expedirá quanto antes ordens para se eleger o Presidente effectivo da Provincia, os deputados da Assembléa Provincial, Conselho do Governo, Camaras Municipaes e os Juizes de Paz, regulando-se para isso interinamente pela Legislação existente ao systema Federativo, e marcará o dia da Installação da Assembléa por esta vez somente.

Artigo 14.º — Fica desde já extincto o Conselho de Provincia, visto ser este substituido pela Assembléa Provincial.

Artigo 15.º — O Presidente temporario apresentará quanto antes um manisfesto ás Provincias do Imperio, expondo-lhes os motivos que teve esta para adoptar o Governo Federativo e convidando-as para que fação causa commum na prezente mudança.

Artigo 16.º — O povo da Provincia quer reforma immediatamente na Administração publica, especialmente no Poder Judiciario, installando-se o Tribunal de Jurados, no crime dentro de 30 dias, e no Civil com a possivel brevidade, diminuindo-se o numero de dezembargadores e todos os mais empregados que forem desaffectos ao Governo Federal.

Artigo 17.º — O povo quer que nem um portuguez exista armado e nem goze do foro de cidadão brazileiro activo, e que os solteiros sejão immediatamente deportados para fóra do Brazil, a excecepção d'aquelles que se quizerem empregar na lavoura, ou que tenhão estabelecimentos por seos bens ou industria, emprego civil e militar, a excepção d'aquelles que tiverem feito serviços relevantes á Nação, porque devem ser reformados com seos competentes ordenados ou soldos.

Artigo 18.º — O povo quer que tambem sejão deportados aquelles portuguezes que, ainda sendo casados, forão reconhecidos inimigos do Brazil desde a sua independencia.

Artigo 19.º — Serão tambem demittidos todos os empregados publicos reconhecidamente inimigos do systema liberal federal do Brazil, sendo previamente prezos e processados.

Artigo 20.º — Será immediatamente criado um corpo de tropa regular na Provincia, sendo o seo numero accommodado ás possibilidades da Provincia; e esta tropa novamente criada será composta de cidadãos de boa moral, e pagos com soldo conveniente, que será arbitrado pela Assembléa Provincial, assim como a fórma do recrutamento.

Artigo 21.º — Todos os estrangeiros de qualquer Nação que sejão, serão admittidos a negociar na Provincia, á execepção dos portuguezes que de novo vierem, salvo trazendo estabelecimento de importancia, como tambem se admittirá algum sabio, com a condição que tanto este, como aquelles, sejão conhecidamente muito liberaes.

Artigo 22.º — Ficarão vedadas todas as pensões graciozas concedidas por mercê ordinaria de D. João VI, e do ex-Imperador Pedro 1.º a brazileiros passivos com prejuizo da Fazenda Nacional, cujas mercês só poderão ser concedidas pela Assembléa Provincial, a brazileiros activos e que tenham feito serviços relevantissimos á Patria; mas nunca a portuguezes nossos inimigos imperrados, e oppostos decididamente á nossa felicidade.

Artigo 23.º — O ex-Imperador, tyranno do Brazil, será fuzilado em qualquer parte d'esta Provincia, se accaso apparecer; e a mesma pena terão, os que o pretenderem admittir e defender.

Artigo 24.º — O povo da Provincia da Bahia, e grande parte da Capital aqui na sempre heroica villa da Cachoeira, protesta não largar as armas sem que primeiramente sejão cumpridos os artigos acima referidos, devendo os mesmos artigos ser lançados na Acta que se fizer da ac-

clamação da Federação, pois como arbitro soberano de suas liberdades legaes, assim o tem determinado e quer.

Reunião Federal no Campo da Honra na heroica Villa da Cachoeira, Campo da Firmeza, do caracterisado arraial de S. Felix, aos 17 de Fevereiro de 1832.

Povo Soberano».

A intransigencia desse documento bem deixa perceber a inexperiencia que o dictou; não é com decretos do povo soberano que se derrubam governos nem se transformam as instituições de qualquer paiz.

A consequencia dessa extravasação de demagogia, na villa da Cachoeira, bem se deixa prever; a edição do *Federalista* de 14 de Abril dá, como noticia de sensação e de causar pasmo, que «se tinha desvanecido o partido federal da Cachoeira e que os principaes autores da acclamação da Federação se acham prezos».

Lê-se na edição de 18 de Abril, o seguinte, precedido de uma mãosinha indicadora de attenção:

«Pelo paquete do Rio recebemos noticias interessantes que não podemos transcrever neste numero; basta informar aos nossos leitores que agora mais que nunca os liberaes devem se mostrar alerta e promptos a pugnar pela nossa Independencia, ameaçada por um partido «pedrista» formidavel, que se ramifica das Provincias do Sul até o Pará, hoje totalmente debaixo da influencia do infame partido «Xumbo».

Sabemos agora com certeza que o boato, que se espalhou, da morte do Pinto Madeira e da prizão do Vigario Benze-cacetes é uma falsidade incluida n'uma carta particular de Pernambuco a José Joaquim Bezerra Cavalcante, e por isso devemos contradizer a correspondencia assignada o *Noticioso*, publicada em um de nossos numeros. A vista pois das circumstancias ameaçadora

em que nos achamos collocados, recommendamos ao Senr. Juiz de Paz desta villa a maior promptidão na organisação das Guardas Nacionaes que podem repentinamente serem chamadas em defesa da Patria em perigo ».

A agitação que se notava por toda parte demonstra como a desconfiança dos brazileiros contra os portuguezes, pelo projecto da restauração do ex-Imperador, assentava em factos positivos, gerando odio que se traduzia na exigencia de deportação e de perseguição aos domiciliados no Brazil, considerados inimigos.

Em Alagoas, capital da Provincia, appareceo o boato de que a tropa de 1.ª linha se dispuzera a depôr o Presidente da Provincia, Manoel Lobo de Miranda Henriques, em virtude das accusações que contra elle fez o deputado Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão.

Por esses boatos o Presidente mandou aquartellar a tropa ás nove horas da noite e pôz em actividade os guardas municipaes. O Presidente se julgou perdido e se dispoz a morrer.

Prova-o o seguinte documento, escripto e assignado por elle, publicado no vol. 5.º da « Revista do Instituto » de que diz esse artigo que parece ter sido confiado ao pai do finado Conego Antonio José da Costa, director e fundador do « Diario das Alagoas », alagoano e empregado na secretaria do Governo.

Accrescenta o artigo da « Revista » que esse documento foi tirado das chammas pelo major José Antonio de Moura e Silva quando o Conego Costa mandou incendiar o seo archivo particular para que, da sua vida, nada restasse, porque, dizia elle, não queria deixar cousa alguma pela qual soffresse a sua memoria.

Eis o documento a que me referi retro:

« Se o povo teo innocente me mata
« Archanjo, tua balança me arrebata.

« Hoje perco a vida e com ella a esposa, os filhos, a Patria; pela Patria perco a vida, e á

Patria entrego uma familia cara, que não tem outro patrimonio mais do que o pranto, a dor e a miseria.

A honra e o meo dever me obrigão a abandonar a cançada vida aos mesmos illudidos patriotas, que sempre sustentei contra os tramas dos vis inimigos da liberdade; seja eu victima da intriga, victima da mesma liberdade; não importa; triumphe o engano, a illusão, que fascina os fogosos corações desses innocentes patriotas; triumphe a dexteridade desses vis escravos, que poderão illudir a boa fé, e seja a minha vida o innocente sacrificio ao altar da liberdade santa.

Sim, um dia, cêdo, a Patria desassombrada de paixão conhecerá a minha innocencia, mil ôdres de sangue pelo meo sangue serão derramados; mas por fim, pura como ella é, triumpharà um dia a Justiça e a Verdade.

O' Patria, perdoai aos illudidos que, assassinando a um fiel defensor da liberdade, cravam em si mesmo o proprio punhal; puní aos malvados!

O' Céos, acceitai esta innocente victima, que vai occupar a vossa morada e rogar eternamente ao Omnipotente pelo complemento da liberdade Brazileira!

Palacio da Cidade das Alagoas.....de Novembro de 1832. (Assignado) Manoel Lobo de Miranda Henriques.»

Esse documento, que revella a coragem do seo autor e a resolução de morrer no seo posto e que, escripto para ser lido depois do seu assasinato, demonstra a sua filiação á causa da independencia da sua pátria e o nenhum apoio que prestava ao partido da restauração, está com a indicação errada quanto ao mez de Novembro.

A tentativa de deposição do Presidente Lobo foi feita entre 7 ou 8 de Março de 1832, como dá noticia o *Federalista Alagoense*, na edição de 17 de Março, sob o titulo — Correspondencias:

« Senr. Redactor. Consta-me que, no dia 7 ou 8 do corrente, certos meninos que dizem ser Alexandre Passos, um filho de Freire, José Domingues e outro, pretenderão apresentar uma *bernardinha* contra o actual Presidente desta Provincia; tanto assim que houveram toques de chamadas das tropas, e que se pôz tudo em cautella, sendo a fama publica que os mestres da tragedia erão um tal Freire, um Camillinho e um Mendoncinha do Pilar.

Finalmente, Senr. Redactor, tambem me consta que não appareceo a tal *bernardinha*, porque os guardas municipaes pagos, que são liberaes nos termos, defendem o nosso actual Prezidente, com quem estão satisfeitos todos os liberaes da Provincia, menos os Perdigotes e os Perdigões; porque isto é gente de que ninguem faz caso e que serão levados de rijo no caso de apparecerem em campo, porquanto já hoje ninguem acredita em *cascalhos* de *Bellos, Samueis, Carecas e Cara grandes*, gente tão deprezivel que só pode ter por amigos a ladrões e assassinos bem conhecidos.

Devem portanto os taes *rusguentos* (um dos quaes é bebado) estar persuadidos que nada fazem emquanto o Senhor Lobo tiver a seo favor os liberaes, que estão promptos para o defender e sustentarem ainda a custa de sacrificio; para mostrarem aos Perdigotes e Perdigões que a liberdade não se adquire com intrigas e traições, e sim com a paz, e com a justiça e confiança que nos assegurão o nosso bem estar.

Deus dê saude, Senhor Redactor, aos alagoanos que sabem apreciar o que é bem e que hão de fazer comnosco cauza commum para nos salvarmos dos tramas perfidos de alguns demonios, para quem tão indulgente tem sido a nossa docilidade. Adeus Senhor Redactor, eu sou um

seu assignante e constante leitor — *O Sovellão*».

Um communicado, publicado na edição de 24 de Março, dá noticia mais pormenorisada dessa tentativa, attribuindo-a á iniciativa do deputado Perdigão que, na sessão do Conselho Geral da Provincia, declamára contra o Presidente; assim como o officio dirigido ao Presidente pelo Conselho da Sociedade Patriotica da Villa de Atalaia, em que se falla na revolta da tropa do 1.ª de Caçadores e que entendi conveniente transcrever:

> « Ill.mo e Ex.mo Senr. Appareceo nesta villa o boato de que a tropa de 1.ª linha de Caçadores de sta Provincia se dispozera, por inducção dos portuguezes nella residentes, a lançar fora da Presidencia a V. Exc.ª.
>
> Esta Sociedade levando muito a mal qualquer acto illegal e que transtorne o socego publico, certifica a V. Exc. que não só ella como todos os habitantes desta villa, e seo termo, estão promptos a dispender seos bens e tomar armas, logo que appareça contra V. Exc. e as mais auctoridades legitimas, qualquer partido, por grande que seja, que se atreva a desobedecel-as.
>
> Portanto V. Exc.ª, que até agora tem sempre sustentado o imperio da lei, pode livremente obrar com as mesmas maneiras, porque estamos promptos a coadjuval-o, emquanto assim obrar.
>
> Deus guarde a V. Exc.
>
> Villa de Atalaia, em sessão extraordinaria do Conselho da Sociedade Patriotica, defensora da liberdade e Independencia Nacional, aos 13 de Março de 1832.
>
> (Seguem-se as assignaturas): Francisco Remigio de Albuquerque e Mello, Presidente, Vicente Ferreira Machado, Secretario, José Vicente de Macedo, Ignacio Joaquim da Costa, José Raphael de Macedo, Domingos Pereira da Costa, José Faustino dos Santos Galvão, José Joaquim da Rocha, Manoel de Mello Vasconcellos, Pedro Ma-

noel da Costa.

O Presidente deixou a presidencia, em 25 de Novembro, por ter chegado a Maceió, a 22, o seo substituto Antonio Pinto Chichorro da Gama; a esse tempo havia ainda rebeldes em Porto Calvo, mas a Capital estava calma e o Presidente bem garantido e respeitado, como se deprehende de um officio que lhe dirigio a *Sociedade Federal de Maceió*, em 1.º de Outubro e a resposta que lhe deo o Presidente em 2 de Novembro.

Igualmente se lê, com data de 5 de Novembro a despedida de Lobo Henriques, dos seos amigos.

O officio em questão parece ser de Março, quando ha noticia de deposição e não de Novembro em que perigo algum havia.

As cousas estavam neste pé quando, a 22 de Abril, chegou a Maceió um correio de Pernambuco, trazendo noticias do movimento do partido portuguez e dos acontecimentos que alli se deram.

O Federalista Alagoense, publicou um supplemento extraordinario ao n. 18, de onde se colligem as noticias do movimento em Pernambuco e do que se passou com a repercussão na villa de Maceió.

Não me furtei ao desejo de trancrevel-o para esclarecimentos dos factos passdos nessa epocha da nossa historia. Eil-o:

> « Supplemento extraordinario ao *Federalista* n.º 18.
>
> Achava-se a villa de Maceió na maiôr tranquillidade, quando no dia, domingo, 22 do corrente, chegou á mesma villa um correio vindo de Pernambuco, dando uma descripção deploravel do estado em que se achava essa cidade no momento da sua partida.
>
> Colligio-se de sua narração que os Luso-Imperialistas, aproveitando-se da protecção preterita do Governo, tinhão atacado os liberaes pacificos, fiados na sua pretendida moderação e que os aggressores, apoiados pelos portuguezes residen-

tes no Recife, depois de uma viva opposição, que segundo as noticias do mesmo correio havia durado cinco dias e ainda continuava no dia de seu regresso, o partido «pedrista», cortando a ponte do Recife e apoderando-se das fortalezas, ficára victorioso.

Accrescenta o mesmo correio que a cidade fora abandonada pelo Governo, que Manoel de Carvalho sahindo ao mar com duas embarcações de guerra bloqueava o porto, e que os liberaes tomando posição no Varador, tinhão interceptado as aguas.

Logo que forão participadas essas noticias ás autoridades da villa, officios forão immeditamente dirigidos ao Exm.º Senr. Presidente que já tinha recebido uma semelhante communicação do Senr. João Baptista da Barra Grande, e que se apressou em dar as providencias necessarias em tão urgente caso.

Apenas se tinha espalhado a noticia, a villa inteira se poz em armas e sendo os quarteis occupados pela Guarda municipal, os cidadãos armados guarneceram os pontos principaes e continuam a rondar a villa sem interrupção.

Os horrores da guerra civil ameaçam a Provincia! Cada um de nossos portos pode repentinamente ser o ponto do dezembarque do infame Bourbon!

O Pará succumbio debaixo do jugo dos «pedristas» e portugezes! O partido liberal no Maranhão foi indignamente trahido por governantes da moderação fingida!

Pinto Madeira assola e saqueia em nome de Pedro Vivas a Provincia do Ceará!

Os liberaes Bahienses gemem em marmorras e persigangas.

O partido imperialista na côrte proclama altamente a restauração, talvez em connivencia com o Governo, que sempre se declarou, o protector dos malvados que o compoem! Emfim Pernam-

buco, ultimo baluarte da liberdade, e suas fortalezas se acham em poder do partido Luso-Imperialista!

Maceioenses! Alagoanos! Brazileiros!

A' vista de tão manifesta traição que mais esperais para pegar em armas e proteger vossos lares contra os flagellos que assaltão o Imperio?

A lei fundamental é formal, e assim se expressa: — « Todos os brazileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independencia e integridade do Imperio, defendel-o do seos inimigos externos e internos »

Devemos portanto cumprir rigorosamente uma lei tão applicavel ás presentes circumstancias, e achando-nos ameaçados com uma invazão externa e collocados entre inimigos internos, ás armas só devemos haver recurso.

A's armas, pois, Alagoanos! A's armas!

Sejão todos cidadãos soldados, e longe de entregar os livres pulsos ás algemas, que nos preparam os Luzo-Imperialistas, exterminemos essa facção liberticida, que medita a ruina do atraiçoado Brazil.

A's Armas! »

Transcrevi esse manifesto, por dar a noticia do movimento nas diversas Provincias do Imperio; vereis que os brazileiros se havião mantido na mais restricta prudencia, sendo o governo accusado de connivente com o movimento que se preparava.

Os portuguezes residentes no Brazil não conheciam a lei historica, segundo a qual, as colonias que se desenvolvem com os seos recursos, hão de fatalmente se separar das metropoles quando chegão a um gráo de progresso em que os filhos se reconhecem com forças para se constituir em nação; bem assim aquellas colonias que chegão a obter a separação das suas metropoles, têm no povo que as compõe o sentimento muito vivo da independencia de que gozão, para não ser possivel o movimento retrogado de reduzil-os de novo á submissão de que sahiram.

Entendiam os portuguezes daquelle tempo que, diante das divizões que assolavão o paiz e da moderação posta em pratica pelos governantes, facil seria combinar um movimento em terra com outro no mar, que trouxesse o Imperador a qualquer ponto do territorio nacional, no norte, onde elle seria recebido festivamente, e com o auxilio de brazileiros e portuguezes, viria restaurar o seo predominio extincto pela revolução de 7 de Abril, no Rio de Janeiro.

Depois de plantarem a sedição em diversas Provincias, levantaram a insurreição em S. Antão; no dia 15 de Abril, reunidos quasi todos os portuguezes, se insurgiram no Recife, tomaram de assalto as fortalezas do Brum e do Buraco, e abriram guerra nos bairros de Santo Antonio e Boa Vista sob o commando de Francisco José Martins.

A reacção foi immediata: Francisco de Carvalho Pães de Andrade, Presidente da Provincia, dirigio aos pernambucanos as seguintes proclamações:

> « Valorosos Pernambucanos! Malvados insurgentes com a mais negra perfidia e cooperação do Commandante se apoderaram da fortaleza do Brum!
>
> Elles se achão em armas para nos devorar!
>
> A's armas, cidadãos honrados! Unamo-nos; marchemos ao campo da Gloria!
>
> Não ha tempo a perder! O inimigo é perfido!
>
> O malvado Martins os commanda! Que ingrato! Que traidor!
>
> Nenhum patricio honrado se escusará de cooperar com o Governo para o defender!
>
> Palacio do Governo de Pernambuco, 15 de Abril de 1832.
>
> (Assignado) Francisco de Carvalho Paes de Andrade ».

> « Pernambucanos! Uma execranda facção liberticida ouzou levantar entre nós seo idiondo collo! Brazileiros, indignos deste nome, capitaneados pelo perverso Francisco José Martins, e apoia-

dos pelas armas patricidas do Batalhão 53, composto pela maior parte de adoptivos, assaltaram a fortaleza do Brum de que estão de posse, e tentam derramar o nosso sangue, e lançar por terra o idolo de nosso culto — a Liberdade!

Pernambucanos! e soffreremos nós tão vergonhosa infamia, deshonra semelhnte? A's armas, pernambucanos! A's armas! Morram os perfidos, vis traidores! Vivam os pernambucanos livres!

Palacio do Governo de Pernambuco, 15 de Abril de 1832.

(Assignado) Francisco de Carvalho Paes de Andrade. »

« Habitantes do bairro do Recife! Uma rebellião arrebentou entre nós. O Governo com a massa dos cidadãos da Provincia, e com as forças militares, que tem a sua disposição, vai obrigar os rebeldes a entrar nos deveres que desprezaram! Aquelle habitante, que for encontrado com as armas na mão, soffrerá infallivelmente a punição da lei, e pelo contrario, aquelle que as abandonar, merecerá por isso a protecção do Governo.

Palacio do Governo de Pernambuco, 15 de Abril de 1832.

(Assignado) Francisco de Carvalho Paes de Andrade ».

A insurreição havia sido levantada com a cooperação do Batalhão de adoptivos n.º 53, os columnas do n. 54 e o destacamento do Brum, sendo directores Martins, Mayer, Burlamaque e outros; com peças retiradas das fortalezas guarneceram os pontos principaes do bairro do Recife.

Parte do Batalhão n.º 54, commandada pelo Capitão Carapeba, postou-se na praia, acompanhado por mais de 600 patriotas.

O fogo começou ás 11 horas da manhã, em terra; no mar a escuna « Rio da Prata, » recebeu o intendente

da marinha e collocou-se defronte da Alfandega, emquanto a barca « Pirajá » se postava em frente ao Arsenal; rompeo o fogo ás duas horas da tarde, prolongando-se até á noite.

No dia seguinte continuou o fogo pela manhã; a fortaleza do Brum amanheceo com bandeira parlamentar e foi apossada ás 8 horas da manhã por Antonio Carneiro que atravessára o rio, coadjuvado por parte da guarnição do forte do Buraco.

A' repressão rapida e energica, com forças de todos os lados, os rebeldes desanimaram e se entregaram, aos gritos de: « guerra e morte aos perversos estrangeiros e malvados brazileiros que ensanguentam o seio da Patria e se revoltam contra o solo hospitaleiro que lhes dá asylo ».

Parece que a reprezalia tomada após a victoria foi grande pela mortandade de portuguezes no Recife, facto que a historia expressivamente registra sob o titulo do *mata, mata, marinheiro*»!

Isto deduzimos da seguinte proclamação em que o Presidente, annunciando a victoria, recommenda aos pernambucanos que se tranquillisem, se recolham aos seos domicilios e não seja manchado o seo triumpho com vinganças particulares, com illegaes punições.

> « Pernambucanos! A Patria está salva: os ingratos, reprobos rebeldes, aterrados pelo aparato de força que lhe apresentou o Governo, apoiado na vossa bravura, fidelidade e patriotismo, dispersaram-se, fugindo seos infames chefes Martins e Meyer.
>
> Elles vão ser perseguidos energicamente; escrupulozas averiguações, efficazes diligencias já se fazem para sua apprehensão.
>
> Este horroroso attentado não ficará impune; a lei será satisfeita; o seo ultraje vingado, o rigor da justiça effectivo.
>
> Pernambucanos! Confiai vos no Governo, que attento véla no complemento dos seos deveres, na manutenção da ordem e segurança individual.

Convencidos desta verdade, tranquillizai-vos; recolhei-vos aos vossos domicilios; não seja manchado vosso triumpho com vinganças particulares, com illegaes punições: á Lei compete castigar o crime.

Viva a constituicão! Viva a Nação Brasileira! Vivão os ficis e livres pernambucanos».

E' esta a recopilação dos factos, publicada no «Diario de Pernambuco» de 26 de Abril.

Esses factos passados no Recife foram noticiados na edição do *Federalista Alagoense*, de 2 de Maio, com a publicação do seguinte extracto de uma carta particular e fidedigna:

«Em a noite de sabbado para domingo de Ramos ouvio-se tocar rebate em toda a cidade, e de todos os lados os cidadãos correram ás armas; só no domingo de manhã foi que se soube que Martins, Mayer, Burlamaque e outras columnas, á frente dos portuguezes do Recife, tinhão se apoderado da fortaleza do Brum, e reunindo e entrincheirando suas forças nos arredores da ponte do Recife, queimaram e destruiram-na.

Uma proclamação do Governo appareceo na mesma manhã convidando todo o brazileiro a pegar em armas, para defender a Patria em perigo.

Todas as divizões dos partidos cessaram no mesmo instante, e no mais breve prazo todos os cidadãos se apresentaram debaixo d'armas, e Carapeba tomou sua posição defronte da ponte cortada; o brigue «Barca» e a escuna «Rio da Prata», collocaram-se na Praia do Collegio.

Sendo tudo disposto em S. Antonio e cada um a seo posto, o ataque principiou; os portuguezes fazião retumbar o ar com os gritos de «viva Pedro 1.º»

O fogo durou desde 11 horas do dia, domingo, até a manhã de 2.ª feira, quando os liberaes apossando-se da fortaleza, as posições dos rebeldes

forão atacadas em todos os pontos, e pouco depois cahirão simultaneamente no poder dos liberaes.

A escuna «Rio da Prata» fez um fogo vivissimo sobre os insurgidos e, desmontando suas peças, lhes causou muito damno.

Entrados que tiveram os liberaes no Recife, a matança dos portuguezes principiou, fuzilavão a quantos se encontravão.

Só na Madre de Deus tenho contado 31 cadaveres estendidos: vi tambem fuzilar 6 desses malvados na Cruz do Patrão.

Declarou-se-lhes com razão uma guerra de exterminação, porem muitos delles forão só presos.

De hoje em avante elles podem se desabusar, e aquelles que escaparem ao furor do povo, devem renunciar Pernambuco.

Dos brazileiros houveram poucos mortos e alguns feridos; Carapeba perdeo um cavallo e foi pela mesma bala ferido na perna; ainda não se pode calcular a perda dos portuguezes».

E mais esta outra:

«Illmº Senr. Manoel Duarte Ferreira Ferro. Pernambuco 21 de Abril de 1831.

Seo cunhado manda-me dizer o seguinte: Que sahio Carapeba com 400 homens e 2 peças de artilharia para S. Antão sobre Torres Galindo, e agora chega a noticia que João Baptista, da Barra Grande está em armas, e que V. S. faça todo o possivel de marchar contra elle antes que se reuna com os mais malvados, pois que o partido de Manoel Lourenço está forte.

Elle nesta occasião mesma, não escreve porque foi para casa do Governo d'armas tratar deste mesmo objecto.

De V. Sª attento Venerador e Criado — (Assignado) Joaquim de Castro Vianna».

Abaixo desta carta está publicado o seguinte, sob a

nota de — Reflexão :

> « Tão grande é a fama d'absolutista, que tem adquirido o João Baptista da Barra Grande, que apezar de correr entre nós a noticia que mudou de cazaca e virou liberal, a sociedade de Pernambuco está persuadida de que elle se acha á frente d'um partido columnatico Pedrista; e os patriotas desta Provincia nenhuma confiança nelle têm.

Mais abaixo está este — Aviso :

> « O publico queira desculpar o redactor da folha pela demora que houve na publicação deste numero, visto ter assistido, os compositores e impressor á reunião do povo, sendo elles empregados em varias diligencias ».

Chegando essas noticias a Maceió, o Presidente da Provincia expedio os seguintes officios, publicados na edição de 26 de Abril de 1832, do *Federalista Alagoense*, sob a rubrica — Artigos d'Officio :

> « Acabo de receber as horrorosas noticias de Pernambuco, de ter um partido inimigo do actual Governo se insurgido em S. Antão, para onde se fez marchar tropas; e que no dia 15 o mesmo partido, composto de quasi todos os portuguezes se insurgira no Recife, tomára por assalto as fortalezas do Brum e Buraco, e se achava em guerra aberta com os bairros de Santo Antonio e Boa Vista; que Manoel de Carvalho, a bordo de uma embarcação bloqueára o Recife, que este se achava sitiado por terra, e que de todos os lados afluia povo contra o partido vandalo.
>
> A' vista destas noticias V. M.ce terá o maior cuidado na tranquillidade publica, empregando todos os meios de saber se ha alguns homens tão per-

versos, que tramem contra o actual Governo, querendo restabelecer o antigo, devendo tomar todas as medidas para que não seja manchada a honra desta heroica Provincia, com a apparição de tão nefando partido; o que tudo recommendo a V. M.ce e espero do seo patriotismo o pontual desempenho de tão sagrados deveres, assim como a menor novidade a tal respeito.

Deus guaade a V. M.ce Palacio do Governo 23 de Abril de 1832.

Senr. Juiz de Paz da villa de Maceió (Assignado) Manoel Lobo de Miranda Henriques ».

E mais este outro officio:

V. M.ce fará um alistamento de todos os portuguezes, que se acharem nessa villa, ou no districto de sua jurisdicção, e lhes ordenará de se lhe apresentarem de 3 em 3 dias, afim de saber se tranquillos cuidão do seo negocio, ou se sahem para fóra, e para onde. Igualmente lhe recommendo ponha todo o cuidado para que se não pratiquem hostilidades contra alguem e se conserve no meio da *maior influencia patriotica*, a maior prudencia a par das mais energicas medidas. Deus Guarde a V. M.ce

Palacio do Governo ás 4 horas da manhã, 23 de Abril de 1832.

Senr. Juiz de paz de Maceió. (Assignado) Manoel Lobo de Miranda Henriques ».

Ao mesmo tempo chegaram as noticias de que Torres Gallindo se insurgira na povoação de Bezerros, confronte á fronteira, aprisionando o Padre Francisco José Correia que alli fôra instruir o povo e lhe demonstrar as vantagens da liberdade bem entendida; essas noticias deram causa ás providencias contidas nos officios acima e deixam perceber muito como os animos estavam exaltados, sendo de prever consequencias serias para os portuguezes, por parte dos patriotos, que eram todos os brazileiros.

O commando da fortaleza de S. Pedro foi entregue a um Tenente João Lins, que por ser suspeito aos liberaes, protestaram estes contra a nomeação, justamente indignados, por entenderem ser ella diametralmente opposta á opinião publica e poder ser fatal á causa que defendiam.

A Sociedade Federal de Maceió, dirigio ao Presidente da Provincia o seguinte officio:

> « Illm.º e Ex.mo Senr. A « Socidade Federal da Villa de Maceió, depois de ter levado ao conhecimento de V. Excª. os seus sentimentos patrioticos pela causa nacional injustamente ameaçada por um partido vandalo, que tantas vezes nos tem inquietado, com quanto conheça que elle tem succumbido em presença dos mais intrepidos liberaes, que sustentão os direitos nacionaes, ella com tudo torna a ponderar a V. Exc.ª que ainda não estão de todo extinctos esses vulcões revolucionarios, pois que o centro da Provincia de Pernambuco, assim como a Provincia do Ceará, ainda se achão entregues aos furores desses monstros; parece conveniente que se adoptem todas as medidas preventivas, fazendo-se capturar, e conservar em segurança os portuguezes que residem nesta Provincia, acantonados em diversos pontos, sem occupação honesta, e sem duvida á espera d'opportunidade para com fructo nos aniquillarem; assim como, que se não consinta, que desembarquem em qualquer dos portos da Provincia, outros que, foragidos pelos remorsos ou pelos seos crimes venhão augmentar o numero dos geraes perseguidores; e que finalmente existindo tambem infelizmente no Brazil, brazileiros d'iguaes sentimentos, parece conveniente que se ponha em pratica o procedimento devasso contra uns e outros.
>
> Taes são os sentimentos da mesma Sociedade á vista dos quaes V. Ex.ª com mais prudencia e saber, decidirá o que for mais justo.

Deus guarde a V. Ex.ª.
Maceió 25 de Abril de 1832.
(Assignados) Felix José de Mello e Silva, Prezidente — José Bento Leitão, Secretario».

As rondas e patrulhas se reuniram no campo dos Quarteis, onde todos os liberaes sem excepção, declararam que, sendo a segurança publica fortemente ameaçada e a guerra civil ás nossas portas, nenhum recurso havia senão proceder-se á prizão de todos os portuguezes suspeitos, e que por factos antecedentes havião dado provas de sua adhesão ao tyranno expulso e de seo odio aos brazileiros, procedendo-se depois as medidas legaes, que comportão as leis que nos regem.

Tendo acquiescido o Juiz de paz a quem esta resolução do povo foi communicada, os cidadãos armados foram divididos em piquetes e dirigidos sobre os varios pontos da villa, ficando a guarda dos quarteis entregue á Guarda Municipal paga; procedeo-se á prisão de todos os portuguezes que, por ditos ou factos, se tornaram suspeitos.

Depois disto os piquetes se reuniram no Livramento apresentando uma força de 200 homens; como os portuguezes que haviam abandonado Maceió, logo á recepção das noticias de Pernambuco, se achassem em Jaraguá, sem se saber qual a sua intenção, a força reunida marchou para lá, sendo accordado com o Juiz de paz, o Commandante do destacamento de Caçadores do Registro e os liberaes, a visita ás embarcações e a prizão dos portuguezes que a bordo se achavam.

Emquanto se fazião os preparativos para isto o patacho «Conceição de Alagoas» e a sumaca «S. João Flôr do Mar» onde os portuguezes se havião refugiado, fizeram-se de repente ao mar, apezar dos tiros frustrados da bateria de S. Pedro.

Então se passou um facto extraordinario: cidadãos resolveram perseguir esses barcos, em lanchas e jangadas; tal foi a precipitação em embarcar que alguns cahiram á agua e voltaram nadando para terra.

Duas lanchas e uma jangada sahiram em perseguição dos navios portuguezes, um dos quaes foi abandonado, refugi-

ando-se todos a bordo da sumaca, na lancha do navio.

Os patriotas se apoderaram do patacho e os da jangada, em numero de onze, continuaram a perseguir a sumaca, o que determinou os do patacho a seguir em soccorro dos outros.

Da sumaca 25 embarcaram na lancha e abandonaram o navio, dirigindo-se á terra; os restantes arriaram as bandeiras e se entregaram.

De terra suppuzeram que os patriotas houvessem perecido na empreza, por não serem mais vistos; tão longe haviam chegado que não eram mais avistados, apezar dos occulos de alcance assestados pelos que na praia tinhão ficado.

Não avistando mais os companheiros, da jangada e da lancha, se resolveo que o Juiz de paz requisitasse a sumaca « S. Miguel » que havia chegado da Bahia, afim de seguir em busca dos fugitivos; estavam em preparativos para isto quando, com auxilio dos occulos de alcance, viram os navios com bordo de terra.

Aprestaram uma lancha com reforço, esta fez-se de vela e foi ao encontro do patacho, sabendo então dos companheiros, que, vendo os portuguezes a impossibilidade da resistencia, desembarcaram 25 na lancha, com destino a terra, retrocedendo e se entregando por uma descarga que receberam.

Os que tinhão ficado a bordo da sumaca arriaram as bandeiras e se entregaram aos que passsaram para seo bordo.

Voltaram todos para Jaraguá com os aprisionados no meio das maiores ovações dos camaradas.

Podeis lêr a noticia destes factos no n.º 20 do *Federalista*, de 2 de Maio de 1832.

A's 5 horas da tarde, estando Jaraguá em perfeito socego, os 200 homens voltaram para Maceió indo cada um para sua casa.

Ha publicados, nas edições do *Federalista*, os seguintes documentos que se relacionam á agitação causada na villa de Maceió pelo levante dos portuguezes no Recife.

Na edição de 9 de Maio, sob o titulo—*Sociedade Federal*,—se encontram os seguintes officios:

Ill.mos Senhores Presidente e Conselheiros.

A « Sociedade Federal de Macció » de accordo com a « Patriotica defensora da Liberdade e Independencia Nacional » estabelecida nesta Capital, não devendo olhar com indifferença os recentes acontecimentos do Brazil provenientes da franqueza com que tem marchado o Governo central, para com os portugueszs nossos irreconciliaveis e sanhozos inimigos, e cumprindo alcançar o fim a que ellas se propõe, não cessando de velar sobre a integridade e segurança deste Imperio e particularmente de sua Provincia, infelizmente ameaçada; ponderando tambem respeitosamente a V. V. EExc. que ao Governo compete lançar mão de medidas energicas e extraordinarias que na presente crise são evidentemente legaes, visto que o Governo obre necessariamente, vão por isto as mesmas sociedades de accordo com a oppinião publica pronunciada claramente, representar, por meio de suas commissões, a quem conferirão poderes illimitados, que V.V. EExc. se dignem prestar-se a execução dos seguintes artigos, por isso que nelles existem os principios de justiça e os meios mais obvios de salvar a Patria:

1.° Que os brazileiros militares ora suspensos de seus commandos sejão conservados nesta cidade, incluidos os que exercitarem empregos civis.

2.° Que saião do Imperio todos os portuguezes solteiros residentes nesta Provincia, viuvos ou casados, que não tiverem filhos, inclusives os empregados ecclesiasticos, civis e militares, dando-se-lhes um prazo conveniente e razoavel para a sua deportação; não se consentindo que levem moeda metallica de qualquer especie que seja, mais do que é necessaria para a sua viagem; ficando-se-lhes salvo o emprego de seus capitaes em generos, exceptuando porem os que forem comprehendidos em qualquer processo criminal.

3.° Que todos os casados residentes nesta cidade,

e seo territorio, que não forem pronunciados, sejão conservados, prestando fiança idonea á sua conducta politica.

A mesma medida se deve tomar a respeito de todas as villas e povoações da Provincia, encarregando-se as respectivas auctoridades todo o cuidado, emquanto durarem os actuaes movimentos contra a causa publica.

4.° Que o Governo não consinta d'ora em diante a entrada de portugueses nesta Provincia até se achar segura a paz e tranquillidade publica.

5.° Que se não consinta aos casados que podem residir na Provincia, na conformidade dos artigos antecedentes, armamentos de qualidade alguma, nem munições, dando-se para isto as buscas necessarias.

6.° Que o Ex.mo Governo dê as precisas providencias para se instruir no exercicio de artilharia a Companhia das guardas Municipaes estacionada em Maceió, e como seja opinião geral que tanto aquella, como a desta capital se não achem completas por se não ter feito effectivo o soldo marcado na Lei que mandou criar as ditas guardas, lembra-se a necessidade de conceder-se esse soldo marcado na mesma Lei, entendendo-se somente com os inferiores e soldados, attenta a actividade do serviço.

7.° Que se deem providencias para se reedificar as baterias do porto de Maceió e Francez, fazendo-se por ora fortes trincheiras, e montando-se a artilharia, cujos commandos deverão ser confiados a officiaes da confiança do Ex.mo Governo.

8.° Que o Governo se digne supplicar a Augusta e dignissima Assembléa Geral do Imperio do Brazil, uma amnistia para todos os brazileiros perseguidos e presos por opiniões politicas, visto se ter verificado o justo motivo de receio de suas conductas.

9.° Que o Governo continúe a executar as Ac-

tas relativas á gloriosa revolução de Maio nesta Provincia.

Cidade das Alagoas, 3 de Maio de 1832.

(Assignados) Felix José de Mello e Silva, Alexandre de Mello Pinto, José Bento Leitão, Antonio Ribeiro de Moura, P.e Affonso de Albuquerque e Mello, José Severiano de Mello. Está conforme, José Bento Leitão. 1.º Secretario».

Ill.mos e Ex.mos Senr.s A «Socidade Federal desta Villa», reconhecendo a precisão de exterminar d'entre nós os inimigos do Brazil, e tirar toda a influencia áquelles mesmos brazileiros malvados, que possão pertubar o progresso das liberdades patrias, se deliberou a enviar a V.V. E.Exc. uma commissão composta dos Snrs. Felix José de Mello e Silva, José Bento Leitão e Rev.º Affonso de Albuquerque e Mello, para supplicar a VV. EExc. a demissão dos Senr.s Manoel Mendes da Fonseca, Commandante do Batalhão de Caçadores, Francisco Manoel Martins Ramos, Secretario do Governo, José Fernandes de Oliveira Santos, Escrivão da Correição, João Baptista de Araujo, Tenente Coronel Commandante do Batalhão de 2.ª linha, e João Baptista de Carvalho, por serem considerados assás suspeitos e perigosos á causa da liberdade brazileira; e alem disto expor verbalmemte todos os seos sentimentos sobre as coisas publicas, e medidas de prevenção e segurança, que reclamam o socego e bem estar dos brazileiros.

Senhores, a mesma Sociedade confia do acrizolado patriotismo de VV. EExc. o cumprimento de sua supplica, e espera que seus desejos patrioticos sejam preenchidos, pois está convencida dos liberaes sentimentos que adornão a VV. EExc.

Deus guarde a VV. EExc.

Maceió 1.º de Maio de 1832.

(Seguem-se as assignaturas) Felix José de Mello e Silva, José Bento Leitão o Rev.mo Affonso de Albuquerque e Mello. Está conforme, José Bento

Leitão ».

Esses officios não ficaram sem resposta, como pareceria; a « Sociedade Federal de Maceió », é de suppor, tinha influencia bastante para ser attendida nas suas representações, não se dedignando o Presidente da Provincia de tomar na consideração devida as reclamações que ella julgava necessarias ao bem da defesa das instituições.

Em nota a este officio, e com relação a João Baptista de Carvalho, se diz que elle já fôra prezo; na edição de 12 Maio se encontra o seguinte officio, sob o titulo de — Artigos d'Officio:

> « Forão-me presentes as representações dirigidas pela Sociedade Federal de 21 e 25, indicando as medidas que julga conveniente tomarem-se para segurança publica, e ainda que algumas dellas me pareção só convenientes em um cazo ultimo, todavia reconheço a força de caracter e patriotismo que fez dictar a referida representação, que tomo na maior consideração, aproveitando-me de todas as indicações que forem compativeis com as nossas circumstancias, as quaes exigem grande emprego de politica com poucas medidas e fortes.
>
> Espero que essa Socidade, reconhecendo em mim a essencia do caracter brazileiro, continue a lembrar-me tudo quanto achar conveniente a cauza da liberdade e da segurança publica, prevenindo-se de que eu escolherei d'entre as medidas lembradas as que julgar preferiveis, e exequiveis.
>
> Deus guarde a V. Mercês.
>
> Palacio do Governo 28 de Agosto de 1832.
>
> Senhores Presidente e membros da Sociedade Federal da Villa de Maceió.
>
> (Assignado) Manoel Lobo de Miranda Henriques ».

E este outro:

> Tendo chegado á presença deste Governo a re-

presentação da Illustre Sociedade Federal dessa villa, apresentada por uma commissão de 3 de seos membros, datada de 3 deste mez, pedindo a demissão de varios empregados publicos desta cidade, e tomando o Governo em muita consideração as razões de conveniencia publica, rezolveo que fossem demittidos dois dos comtemplados n'aquella relação, que fosse suspenso um, estando já preso outro, e quanto ao ultimo, que convem esperar por ulteriores observações á que se mandou proceder para obrar com aquella Justiça e prudencia, que devem ser inseparaveis de um Governo livre.

Deus guarde a V. Mercês.

Palacio do Governo 7 de Maio de 1832.

Senhores Presidente e membros da Sociedade Federal da Villa de Macció.

(Assignado) Manoel Lobo de Miranda Henriques».

Não sei se havia ou não procedencia nas suspeitas contra esses homens que foram demittidos e presos á vista da representação da Sociedade Federal como suspeitos; de um pelo menos, o Major Manoel Mendes da Fonseca, se pode affirmar que mereceo grande distincção nos annos subsequentes, porque em Setembro de 1835 era o commandante geral das forças da Provincia, e foi Presidente do troco em 1837, deputado provincial das tres primeiras legislaturas, juiz municipal da Capital em 1839, juiz de direito e chefe de policia interino em Agosto do mesmo anno, presidente da camara municipal em dois quatriennios, reeleito ainda em Setembro de 1840, quando já desde Novembro anterior se achava no Rio de Janeiro, onde respondia a conselho de guerra, como cabeça de sedição.

Não podia ser essa a sedição pela qual foi demittido em 1832, como suspeito de pouco patriotismo, por parte de quem tantos serviços prestou posteriormente.

Deveria ser a sedição levantada na cidade das Alagoas por occasião da mudança da Capital para Macció,

em que o Presidente Agostinho Neves foi prezo e deportado, tendo sido o major Manoel Mendes o chefe da opposição a essa mudança, como juiz municipal que era.

Os documentos que acima dei á leitura, após oitenta annos de sepultados no jornal que os publicou e de que talvez não exista senão esse unico exemplar a enriquecer o archivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, permittem deduzir a exaltação dos animos contra os nossos irmãos de alem mar, os primeiros introductores da civilisação nas mattas do Brazil; pagaram caro a tentativa de restaurar o monarcha decahido e que, por ser patricio delles, suppunham não dever deixar a terra cuja independencia proclamára.

O exagero da animadversão com que os quizeram expulsar do Brazil, foi felizmente contido, e elles continuaram a habitar, como bons cidadãos, a patria que haviam preferido.

O Presidente da Provincia, que se achava na Capital, ao ter noticia do que se passára em Maceió, veio á villa, e encontrando tudo em ordem voltou para Alagoas, mandando armar em guerra o brigue « D. Theresa » que trouxera a Maceió negros em contrabando, e apromptar a sumaca « Flôr do Natal » para servir de persiganga aos prezos, pouco seguros nos quarteis.

Na edição de 9 de Junho se encontra uma correspondencia, em que se allude ao Director dos Indios na povoação da Palmeira, Alexandre Gomes de Oliveira, como inimigo dos federalistas, a dizer que tinha 600 indios para receber os federalistas; vereis adiante porque faço notar o nome desse Director dos indios da Palmeira.

Pinto Madeira continuava insurgido no Ceará; o Capitão Lourenço Bezerra Cavalcanti, morador em Pajeú, communicou a seu primo, o Tenente-Coronel Antonio de Albuquerque e Mello Montenegro, commandante do Batalhão 16 das milicias de Pernambuco, que Pinto Madeira e o Vigario estavão em cerco em fins de Abril a principio de Maio.

Em outra correspondencia publicada na edição de 8 de Junho, se lê que a povoação da Palmeira era governada por homens suspeitos como o Director dos Indios,

Alexandre Gomes de Oliveira, o Juiz de paz supplente Alexandre Francisco de Souza, o Commandante de ordenanças, José Ramos da Cruz e o Vigario José Caetano de Moraes, contra os quaes se pediram providencias.

As forças legaes agiam com energia no Ceará e rechassaram Pinto Madeira e os seos, commandadas pelo Coronel José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

Em um annuncio na edição de 6 de Setembro, se diz que:

> « O fogo em Panellas de Miranda continúa e á vista das grandes forças e coragem dos liberaes, os malvados hão de succumbir infallivelmente ».

Na edição de 8 de Setembro se lê a seguinte carta, vinda de Garanhus:

> « Cheguei hontem de Bebedouro pelas dez horas da noute; é indispensavel serem atacados os rebeldes no dia 31 do corrente por todos os pontos, as ordens estão dadas: o Tenente-Coronel José Vaz de Pinho Carapeba entra pela ponte do Riachão, fazendo obrar as suas forças ao norte e a leste do ponto Feijão; as do Commandante José de Albuquerque Cavalcanti trabalham a oeste e sul do mesmo, com as auxiliadoras desta provincia.
>
> Nos dias 24 e 25 do mez passado, as tropas de Alagoas tiveram e soffreram muito fogo; á ganharem Quipapá perderam tres soldados, e o inimigo quinze e muitos feridos.
>
> Os malvados já içaram bandeira em Jacuhype, e por isso as nossas tropas com quatro dias de bater as mattas, marcham a bater aquelle arraial, deixando guarnecidos os pontos.
>
> Os motores desta desordem dizem que são J. de M., B. de M. e Baptista da Barra Grande, valha a verdade ».

Na edição de 12 de Setembro se lê a seguinte no-

ticia sob a epigraphe — Avizo interessante:

> « No dia 5 do corrente marchou desta villa, o nosso actual Presidente em direcção a Barra Grande, ou outro qualquer ponto onde existissem os restauradores, afim de os debellar, e as ultimas noticias que temos são de que Barra Grande se acha despovoada e que os Indios de Jacuhype cederam de sua temeridade criminosa, auzentando-se a maior parte delles; que tem sido prezos alguns cabeças do trama, e que destes tem havido denuncias mais ou menos provaveis ».

Na edição de 15 de Setembro está a seguinte noticia, sob a epigraphe — Alagoas —

> « No dia de sabbado, 15 do corrente, chegou a essa Villa o nosso actual Presidente, o Senr. Lobo, vindo de Porto Calvo, deixando o ponto de Barra Grande e o de Jacuhype sufficientemente guarnecidos por tropas liberaes, que com as energicas provindencias do Exm.º Presidente fizerão ali restabelecer-se a ordem.
>
> Assevera se que aquella conspiração estava ramificada por diversos pontos deste Estado das Alagoas, ainda que comprehendia pequeno numero de absolutistas, que talvez por isto se não animaram a acompanhar os gritos sediciosos d'aquelles primeiros malvados.
>
> Achão-se prezos a bordo do brigue « Providencia, » que para ali fora bloquear aquelle ponto, o imperrado absolutista João Baptista de Araujo e outros degenerados, bem como chegara prezo a esta villa, neste mesmo dia, um Francisco José Nunes, Alferes commandante geral dos rebeldes de Jacuhype, pessoa esta que fôra dirigida pelo mesmo Barra Grande, de quem cumpria fielmente as ordens.
>
> Finalmente, temos ganhado terreno immenso contra esses inimigos ferozes da liberdade; preci-

so é pois que continuemos a sermos energicos com essa especie de cholera-morbus, que tanto nos tem incommodado, e que afinal conheçam elles que a cauza da liberdade é a mais justa e a mais forte deffensora do homem verdadeiramente social.

Viva portanto a Liberdade!
Vivão os Alagoanos liberaes!
Viva o nosso actual Prezidente!
Vivão! Vivão!.»

O ataque no Ponto do Feijão foi um desastre; assim o temos contado em uma noticia publicada na edição de 24 de Outubro, nos seguintes termos:

« Uma noticia que infelizmemte vaga nesta villa, tem enchido de dor o nosso coração, e se ella é verdadeira, como nos afiançam, torna-se digna de indignação de todos os nossos concidadãos ao lembrarem-se das immensas perdas que temos tido, e que estas se augmentaram com o desbaratamento da tropa aguerrida e liberal commandada pelo igualmente liberal e intrepido José de Albuquerque que se diz nesse ataque fôra ferido. Oh dor! Oh magua! Oh desgraça das desgraças!

Um malvado Thimotheo, sem instrucção, sem virtude alguma social, sem patriotismo emfim, tingir a terra com o sangue generoso dos mais caros filhos, á quem a Patria presta seo justo reconhecimento, sua justa gratidão?!!

Ah! condescendencia criminosa, que tantos damnos irreparaveis nos tem causado, etc ».

Parece que essa derrota causou alarma em Macció, tanto que lemos na edição de 23 de Novembro, a seguinte proclamação, dirigida pela Camara Municipal:

« Habitantes deste Municipio! Brazileiros! A Camara Municipal que não cessa de empregar to-

dos os seos contingentes a bem da Patria e por isso de nós mesmos, vos exorta! Vós sabeis que a nossa tropa que a pouco marchou sob a commandancia do Capitão Ferro acha-se já a testa dos inimigos e em fogo com elles, duas leguas distantes de Porto Calvo e por isso não deveis receiar da victoria; a sagrada causa da liberdade, que deffendemos, é justa, e por isso (repetimos) não deveis receiar da victoria.

E' pois, necessario, que vos deixeis de precauções, e rivalidades de patriotas uns com outros; uni-vos para de commum accordo tratardes da defeza de nossos lares e de nossa honra, como deveis.

Qual de vós recuzará prestar-se a taes deveres? Nem um certamente! Confiai pois no zelo, e patriotismo da Camara Municipal, assim como ella confia no vosso patriotismo e valor, unidos todos, a Patria será salva.

Sala das sessões da Camara Municipal aos 2 de Novembro de 1832, undecimo da Independencia e do Imperio Braziliense.

(Assignados) Jose Thomaz de Mendonça Sarmento, Presidente, João Luis Pereira, Ignacio Correia das Neves, Luiz Antonio Alves Monteiro, Reginaldo Martins Pimentei, José Januario de Carvalho.

(« Federalista » de 28 de Novembro)».

Desse ataque, porem, resultou a morte de um dos mais temidos cabos de guerra contra o governo, conforme nos dá noticia o seguinte officio publicado no *Federalista*, em edição de 21 de Novembro.

« Ill.mo Senhor — Pode V. S. fazer publico, sem receio de engano, que no dia 18 perdeo a vida, sobre este Ponto, de uma balla abaixo do olho, o facinoroso Antonio Thimotheo, e como esta noticia nos seja interessante e gloriosa, apresso-me a participar.

Deus guarde a V. S.ª
Ponto do Feijão 22 de Outubro de 1832.
Ill.mo Senhor Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Capitão e Commandante do termo de Garanhus.
(Assignado) José de Albuquerque Cavalcanti, Commandante do Ponto do Feijão».

A perseguição aos rebeldes continuou, não obstante, e entrou pelo anno de 1833, como dos documentos que possuimos dessa epocha de lucta, começada para defesa da independencia, mas degenerando em guerra civil, sem fim determinado, sem objectivo certo, embora com a bandeira da restauração.

O Dr. Olympio Galvão, no seo «Memorial Alagoano», publicado na «Revista do Instituto» volume IV, pagina 40, escreveo, sob o titulo — Cabanada — e á data de 18 de Janeiro de 1833.

«Pelas seis horas da manhã, os cabanos, em numero de 400 homens bem armados completam o cerco de Jacuhype occupando Palanqueta e Barro Branco, passando por isso nossas forças a occupar um monte.

O ataque por parte delles rompeu as 6 1/2 horas, e não recuavam nem diante do fogo de uma peça de artilharia que, por felicidade dos mesmos, teve de arrebentar ao disparar o 20.º tiro.

Meia hora depois do meio dia, vendo-se o inimigo atacado pela retaguarda por 30 praças, commandadas pelo capitão José Antonio Pessoa de Mello, vindas da Pracinha (engenho), retirou-se d'aquelle lado e foi reunir-se á força que pelejava do lado opposto, onde se destacou logo uma pequena partida que, ao mando do corajoso tenente José Thomé Correia, passou os vallos e foi batel-os com valor e energia.

A's 5 horas da tarde o inimigo sentindo-se batido com vigor pela retaguarda por 240 homens do mando de Bloem, retirou-se em debanda para

a direcção do Jundiá, aproveitando para isso a escuridão da noite.

Mais tarde (6 de Janeiro) o Major Bloem teve que auzentar-se, ficando por isso o coronel Aleixo José de Oliveira, commandando a força auxiliadora das Alagoas ».

Na edição de Outubro encontramos a seguinte noticia que demonstra como fôra desastrosa a companha para as tropas do Governo; sob a epigraphe, — Jacuhype — publicava o *Federalista* »:

« Pelo debandamento e dezerção de nossas forças, occasionadas pelo ataque inesperado dos Indios de Jacuhype, e faltas de munições de bocca no nosso campo, marcharam desta villa, no dia de hontem, brazileiros municipaes da cidade das Alagoas e desta villa, tendo por seo commandante o Capitão Manoel Duarte Ferreira Ferro, dos quaes confiamos toda a boa direcção em um negocio de summa transcendencia, e em que elles têm mostrado todo o interesse a prol da nossa dignidade tão offendida.

Deus os leve a salvamento, e lhes preste toda a resignação em encarar o perigo e recobrar assim o que tanto temos perdido por azares, que não esperavamos.

Desta maneira teremos de lhe render todos os tributos de gratidão, e a Patria terá de abençoar mais a uns filhos que por ella tão dignamente se sacrificão.

Viva portanto a Patria e com ella vivão ignalmente seos filhos, que por ella tão dignamente se tem sacrificado e se hão de sacrificar. Amen ».

Na edição de 2 de Janeiro de 1833 encontrei o seguinte artigo sob a epigraphe — Alagôas — que transcrevo para conhecimento da epocha de sua publicação:

« Alagoas — Farinha de vinte patacas, moeda falsa, estagnação no commercio e guerra civil, são hoje os maiores flagelos que opprimem este infeliz Estado, e são sem duvida os fructos dessa tolerancia politica, que tanto se proclamou e sustentou depois da revolução de Abril.

Os Cabanos de Panellas e de Jacuhype, continuão não só a impecer todas as nossas reformas politicas, mas ainda a produzir os mais sanguinolentos e irreparaveis estragos.

Encantonados em diversos pontos bem fracos e ora reanimados, talvez pelas nossas circumstancias, apparecem de novo e resistem a qualquer ataque que lhes offereção as nossas forças, quando muitas vezes não fingem fraqueza para com melhor successo as surprehenderem.

Nesta lucta porfiosa, em que temos perdido muitos concidadãos, esgotado os cofres publicos e tornado paraliticas todas as fontes de riqueza publica, e mesmo todos os meios de nossa subsistencia, se tem sensivelmente enfraquecido a Provincia, e todos os adeptos da seita « pedrista » se têm mostrado audaciosos, e pouco tardará que passem mesmo a emprehender qualquer aggresão no mesmo sentido.

Entretanto observamos que o Brazil se acha como em estupor sem direção certa, e sem o menor nexo nas suas deliberações, ao mesmo tempo que a intriga e a dezunião apresentão rapidos progressos, nesta e noutras Provincias, já tão enfraquecidas e cançadas, e que talvez dezesperem de nossos futuros melhoramentos.

Depois da apparição em campo desse partido recolonisador, nós suppomos que o Governo despresando a carreira que incetára depois da revolução de Abril, puzesse diques á torrente de immensas desgraças que nos ameaçavam, mas assim não succedeo, e até uma amnistia propria a reanimar tantos liberaes sinceros perseguidos e prezos, não passou somente pelo pretexto frivolo

de se não beneficiar os Caramurús e Pedristas.

Mas quem não sabe que o pretexto foi somente para colorar a negativa, e que tal amnistia nunca se pretendeo dar!

Entretanto, continua o nosso estado de fraqueza e de oscillação, e muito duvidamos que os nossos *moderados* salvem a Nação do abysmo, a que talvez de boa fé a tem conduzido».

Até aqui, senhores, fallaram as chronicas da epocha, documentos esparsos que pude reunir para um ligeiro historico desses tempos em que o patriotismo dos brazileiros explodio terrivel quando vio a independencia da sua patria ameaçada de ser revogada; era tentativa cara aos portuguezes, pezarosos de haver perdido colonia tão rica, de tanto futuro, e por verem expulso o rei da sua nacionalidade, substituido por uma creança que tinha como educadores homens que fallarião á sua alma de brazileiro e extinguirião as veleidades de uma restauração impossivel pela lei natural da evolução dos povos.

Dei-me a esse trabalho com o fim de poder authenticar, pelos factos e pelos nomes que a historia registra, os nomes e as notas deixadas pelo Commendador Pitanga nas paginas biographicas de que estou extrahindo esse memorial.

Explanados os factos, vamos escrever a parte que elle tomou nesses acontecimentos, apenas com vinte e um annos de idade, tendo como base as notas escriptas por elle e pormenores que delle ouvimos por diversas vezes, quando relembrava a sua mocidade accidentada e movida pelo mais acendrado patriotismo.

Emquanto se davão os factos narrados nas paginas acima, elle se achava na Palmeira dos Indios, em cobrança dos dizimos de gado, de que seo pai era agente cobrador em todo o municipio.

Deo-se o ataque do Ponto do Feijão pelas forças legaes contra os portuguezes, a que se referio a carta de Garanhuns e a noticia que transcrevi do desastre soffrido por aquellas.

O Coronel Lourenço Bezerra Cavalcanti era o Com-

mandante geral das forças estacionadas em Garanhuns e era seo irmão o Tenente-Coronel José de Albuquerque, um dos chefes que atacaram o Feijão pelos lados oeste e sul, commandando as forças auxiliares da Provincia das Alagoas.

Dado o revez, ferido o Tenente-Coronel José de Albuquerque, seo irmão, o Commandante Geral, pedio soccorro ao Juiz de paz da Palmeira, José Manoel Carneiro da Cunha.

Este reunio a Guarda Nacional e os indios, formou com elles o reforço sob o commando do Capitão Alexandre Gomes Chandú, genro do Director dos Indios, Alexandre Gomes dos Santos.

Chandú era parente de Pitanga, rapaz como elle e seo intimo amigo; convidou-o para o acompanhar, indo ambos defender a independencia contra os portuguezes.

O enthusiasmo nessa idade é facil de despertar e a mocidade daquelle tempo vivia sob pressão muito forte para se não deixar levar pelos impulsos do amor da Patria, patriotas como erão todos e certos do pouco que valia a guerra quando dirigida com tão nobres intuitos.

Seguiram os dois amigos, desde então inseparaveis; chegaram ao acampamento no Ponto do Feijão, commandado pelo Tenente-Coronel Luciano Pereira de Lira.

Ahi forão-lhes confiadas diversas sortidas até que desalojaram os cabanos das trincheiras e os destroçaram; Pitanga foi sempre feliz nas commissões que lhe forão dadas.

Retirando-se o Commandante Luciano passou o commando das forças ao Coronel Apolinario Florentino de Albuquerque Maranhão; este recebeo ordem do Commandante Geral das forças em Panellas de Miranda, que era o Tenente-Coronel José Francisco Vaz de Pinho Carapeba, para marchar e atacar o acampamento dos cabanos no Brejo Velho.

Esse acampamento foi atacado e os cabanos forão derrotados; mas, no combate, foi mortalmente ferido o Commandante dos indios Chandú; e ao cahir, vendo que morria, pedio ao seo amigo que o não deixasse ficar alli, que o levasse comsigo para o acampamento.

Pitanga attendeo ao pedido: pôz ás costas o corpo quasi inanimado de Chandú e, com esse fardo, atravessou a linha de fogo e pol-o em lugar seguro onde morreo.

Desapparecido o Commandante dos indios, foi Pitanga nomeado Commandante em seo lugar; os cabanos estavão derrotados e se retiraram para Jacuhype.

Desse acampamento datou Vicente de Paula, em 16 de Novembro de 1833, a seguinte proclamação cujo theor foi publicado na «Revista do Instituto», vol. 1.º, pag. 193, em que annuncia a adoração por Pedro 1.º e as vantagens que conseguira em diversos combates contra os que elle chamava — Jacobinos, — concluindo com viva ao nosso Imperador o Senhor D. Pedro Primeiro e á sua Augusta Dynastia».

> «Jacobinos. — Vós tendes abusado do nosso sóffrimento o qual não tem limites, pois a todos os momentos nos estaes cobrindo de appellidos e vituperios que mais parecem de brutos homens.
>
> Vós rabiscaes nessas pardas proclamações forjadas na aula da traição todas as sortes de imposturas e falsidades pois chegaes a affirmar que me não avistasteis no fogo, sendo sempre o primeiro a perseguirvos, nunca mudando trages para que vos escape á vossa vista, e nem por isto tendes tido coragem de um por um me fazerdes frente!
>
> Deixai que vos diga que sois muito fugitivos e que era mais proprio entregar a espada e abraçar o fuso.
>
> Vêde com que precipitação o vosso camarada Tito, no fogo do Tigre, largou a espada e na fuga se salvou.
>
> Neste fogo, conhecestes na perda que tivestes qual é nosso valor, e ainda vos lembraes o choque de Bom Jardim, Farricoza, Villa Bosque, Barra Grande e Maçangano, e neste ultimo tiramos um monstro que opprimia a humanidade!
>
> E' desnecessario pintarvos miudamente a gran-

de perda que tendes soffrido, e só vos digo que já muitos de vós mergulhasteis no Oceano, onde baquearam nossas vidas!

Adoramos o nosso Imperador, o Senhor Dom Pedro I, respeitamos seo Augusto Filho, porem odiamol-o no caracter de Imperador, por que seo Pai não abdicou a coroa brazileira por sua expontanea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo o Brazil conhece!

Tendes esse jovem na companhia dessa carniceira regencia que pretende manietar os brazileiros ao carro da mizeria emquanto essa corrupta Assembléa vai entisicando os cofres publicos, e mergulhando-vos na baixesa.

Esses homens só têm a mira em seos interesses e a sombra dessa decantada constituição pretendem sepultar o Brazil no calor do esquecimento.

Vêde quanto sangue tem corrido em Portugal, Hespanha e França, por quererem sustentar uma constituição que tira a soberania a seos monarchas.

Vós bem conheceis estas verdades, mas como já vos julgaes perdidos a nada attendeis.

E' verdade que inda se acha em vigor esse piquete em Arasú, o qual não tem sentido um choque porque seo proprietario me tem mimozeado com comestiveis e balame, porem hoje declaro que nada mais quero deste brazileiro.

Minhas tropas vão tomar toda a coragem para patentearam ao mundo inteiro seo valor.

Soldados, corramos ás armas, é tempo de acabarmos com quanto for Jacobinos.

Soldados! Viva a Religião Catholica Romana! Viva o nosso Imperador Senhor D. Pedro I e sua Augusta Dynastia!

Acampamento 16 de Novembro de 1833. — Brejo.

(Assignado) Vicente Ferreira de Paula. G. a das F. R. e R. C. S. da R. C. R.

(Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, tomo 1.º, pag. 195)».

No anno de 1834, a revolução ainda não terminára; ha uma nota interessante que entendi deixar assignalada: a morte de Vicente Ferreira de Paula, como se lê nos seguintes officios publicados na edição do « Federalista Alagoense, de 2 de Agosto desse anno, sob a epigraphe — Artigos de Officios:

« Illm.º e Exm.º Senhor. — Parabens e congratulações. Tenho a satisfação d'enviar a V. Exc.ª juntamente com as copias inclusas, dois officios que neste momento (10 horas da noite) acabo de receber do Coronel Commandante em chefe, participando a agradavel noticia da morte do chefe dos salteadores, Vicente Ferreira de Paula.

Está finalmente concluida a desgraçada guerra de Jacuhype e Panellas, que dois annos assolla e devasta as Provincias de Pernambuco e Alagoas! Graças sejão dadas a V. Exc.ª, graças ao Coronel Commandante em chefe e graças á constancia e patriotismo da brava tropa das referidas Provincias!

Deus guarde a V. Exc.ª.

Palacio do Governo das Alagoas, em Porto de Pedras, 20 de Julho de 1834.

Illm.º e Exm.º Senhor Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente da Provincia de Pernambuco.

(Assignado) Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo.

« Illm.º e Exm,º Senhor. — Com indizivel prazer transmitto a V. Exc.ª a fausta noticia da morte do chefe dos salteadores, Vicente Ferreira de Paula, como V. Exc.ª verá da copia inclusa do officio que acabo de receber do Capitão Sebastião Lins Wanderley Padrinho, datado de hoje.

Deus guarde a V. Exc.ª.

Quartel do Commando em Chefe das tropas em Porto Calvo, 20 de Julho de 1834.

Illm.º e Exm.º Senhor Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, Presidente da Provincia das Alagoas.

(Assignado) Joaquim José Luiz de Souza, Commandante em Chefe.

Ill.mo e Ex.mo Senhor. Tenho a participar a V. Exc.ª que na noite do dia 17 pelas onze horas para a meia noite, uma partida do Capitão Mello de Araguaba matou em uma das grutas do sitio Maroim, o Chefe dos salteadores Vicente Ferreira de Paula, cuja cabeça levarão para a Povoação do Abreo, tendo denunciado o rancho onde o dito Paula se achava, um papamel que fora prezo pela mesma partida, pertencendo o dito escravo ao senhor do engenho Cachoeira, e consta que o Corneta Calixto socio do dito Paula sahira bastantemente ferido.

Deus guarde a V. S.ª

Emgenho Genipapo em marcha 20 de Julho de 1834.

Ill.mo Senhor Joaquim José Luiz de Souza, Coronel Commándante em chefe das forças contra os salteadores.

(Assignado) Sebastião Lins Wanderley Padrinho, Capitão e Commandante. »

Tal era a gana de prender Vicente de Paula que, apezar de morto, cortaram a cabeça e a levaram como trophéo; certo é porem que, apezar dessa morte e da cabeça decepada, da communicação do Capitão e Commandante ao Commandante em chefe e deste ao Presidente da Provincia que teve a maior satisfação em levar essa noticia fausta ao Presidente de Pernambuco, havemos de ver Vicente de Paula figurar em duas revoluções em Alagoas, como terei occasião de referir, nos annos de 1844 e de 1848.

Engano ou mystificação é que não posso dizer; mas a verdade é que Vicente de Paula não morreo nem a revolução terminou com a sua morte.

Nas duas partes a seguir deste memorial terei occasião de me referir a elle, como grande auxiliar de forças, sempre contra o Governo e commandando os seos papameis.

Não sei a data em que Pitanga voltou da guerra de Panellas e servio na guerra contra o partido portuguez.

Elle deixou escripto que permaneceo no commando dos indios até que se retirou com elles para a aldeia da Palmeira dos Indios, a entregal-os ao seo director, dando conta dos que morreram com o seo commandante.

Sabeis que a revolução terminou como tentativa da restauração, degenerando em uma rebellião dos indios de Jacuhype, a que se juntaram proprietarios de alguns engenhos de Porto Calvo e Porto de Pedras, sendo presos alguns depois de pronunciados pelas justiças de Alagoas.

Terminou com a intervenção pessoal, em 1834, do Bispo de Olinda D. João da Purificação Marques Perdigão que, apenas com o auxilio do seo crucifixo e do seo baculo, conseguio que depuzessem as armas os rebeldes em numero que se calcula em 15.000 homens, como refere o Dr. Espindola na sua geographia.

Nota final desse periodo da biographia do Commendador Pitanga é a que elle deixou escripta nestas palavras:

> « Por esses serviços prestados em pouco mais ou menos quatro mezes, não recebi soldo; ao contrario gastei do que era meo dinheiro, como dos attestados que em meo poder consta ».

* * *

Continúa no numero seguinte

Leite e Oiticica

ACTAS

das sessões do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

ACTA DA SESSÃO DE 25 DE JULHO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos 25 de Julho de 1907, na sede social, pelas 8 horas da noite, presentes os socios Dr. Diegues Junior, Dr. Gouveia, Dr. Costa Leite, Dr. Joaquim Diégues, Dr. Araujo Rego, professor Loureiro e Idelfonso Cantidiano, deixando de comparecer por justa causa participada o confrade José Avelino, observou o Senhor presidente que não se verificando numero legal de socios para proceder-se em assembléa geral á eleição de thesoureiro, como foi annunciado, ia o Instituto funccionar em sessão ordinaria e logo declarou aberta a sessão.

Feita a leitura da acta da sessão anterior, effectuada a 28 de Maio ultimo, é sem debate approvada, len-

do em seguida o secretario o expediente e offertas recebidas depois daquella sessão.

EXPEDIENTE

Officios: do Dr. Secretario do Interior remettendo para a bibliotheca do Instituto, em satisfação ao pedido do Senhor Presidente, exemplares dos trabalhos da commissão de propaganda de immigração e colonisação, que aqui no Estado funccionou nos annos de 1892 e 1893; da directoria da bibliotheca publica municipal de Ipameri, Estado de Goyaz, pedindo a remessa da nossa *Revista* para a mesma bibliotheca.

OFFERTAS

Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, volume V, n. 1; *Boletim* da propriedade industrial, publicação do Ministerio da Industria, Viação e obras publicas, mezes de Janeiro a Abril; *No centenario de Bento de Goes*, opusculo offerecido pela Sociedade de Geographia de Lisboa; *O Baixo S. Francisco*, offerta do seu auctor, senhor Moreno Brandão; *Boletim* da secretaria da agricultura da Bahia n.s 3 e 4 de Março e Abril; Revista Militar n. 3, de Março ultimo; pela sociedade Perseverança e Auxilio, uma medalha de prata, exemplares das destribuidas como 2.º premio ás senhoras que concorreram a exposição de trabalhos manuaes, promovida por aquella sociedade em favor das creanças pobres, no anno de 1905; finalmente uma assignatura do «Jornal do Commercio,» offerecida a nossa bibliotheca pelo consocio exm.º Dr. Euclides Vieira Malta.

O senhor presidente declara que o Instituto recebe sempre com agrado e reconhecimento as offertas que lhe são espontaneamente feitas.

PASSA-SE Á ORDEM DO DIA

O senhor Dr. Joaquim Diégues propõe para socios

effectivos os senhores Dr. Alvaro da Silva Rego, Dr. Julio Auto da Cruz Oliveira e conego João Machado de Mello.

Pede a palavra o Dr. Costa Leite e faz considerações acerca da falta de comparecimento dos nossos consocios e requer que se dê cumprimento ao que a este respeito dispoem os estatutos, afim de que a sociedade entre em phase mais activa, e prosiga regularmente no desempenho de sua funcção, digo, missão.

Approvado o requerimento do Dr. Costa Leite, foi resolvido que o senhor presidente nomeiasse uma commissão especial para estudar o assumpto e emittir com brevidade.

O senhor presidente nomeou os consocios Dr. Alfredo Rego, Dr. Gouveia e professor Loureiro para constituirem a commissão, entregando-lhes a lista dos socios effectivos e a proposta do Dr. Joaquim Diégues, assim como mais duas propostas feitas em sessões anteriores, uma do Dr. Antonino, apresentando para socio effectivo o Dr. Domingos Cardoso, e outra do consocio José Avelino apresentando para socio correspondente o senhor Francisco Moreno Brandão.

Obtendo ainda a palavra o Dr. Costa Leite, disse, que tendo chegado ao Rio de Janeiro o notavel geologo americano John Casper Branner, nosso consocio honorario, com a missão de estudar a região do norte do Brazil lhe parecia que o Instituto daria uma prova de consideração e apreço ao mesmo consocio, fazendo-lhe por officio seus cumprimentos de bôa vinda acompanhados de ardentes votos pelo bom exito de seu emprehendimento.

Essa indicação do Dr. Costa Leite foi unanimente approvada.

Em continuação, propoz o senhor presidente que se franqueassem ao publico o nosso museu e bibliotheca, esta diariamente de 11 a 1 hora da tarde, e o museu nos dias annunciados pelo respectivo encarregado, o qual nesses dias deverá se achar presente para ministrar qualquer informação.

A proposta do senhor presidente foi tambem approvada unanimente.

Nada mais havendo a tratar, declarou o senhor pre-

sidente encerrada a sessão as 9 horas da noite, e para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 16 de Agosto de 1907

ACTA DA SESSÃO DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

A's 7 horas da noite de 16 de Agosto de 1907, verificando-se terem comparecido, além do senhor presidente Dr. Diégues Junior, os consocios Dr. Alfredo Rego, Dr. Virgilio Antonino, Dr. Joaquim Diégues, professor Loureiro e Idelfonso Cantidiano, deixando de comparecer com causa participada o consocio Dr. Francisco Izidoro foi aberta a sessão.

E' approvada sem debate a acta da sessão anterior, effectuada a 25 de Julho.

O secretario dá conhecimento do expediente e offertas recebidas depois daquella sessão.

EXPEDIENTE

Officio do Dr. Remigio de Bellido de 15 de Abril, communicando ter naquella dacta assumido o exercicio do cargo de director da bibliotheca e archivo publico do Pará.

Do mesmo solicitando a remessa de uma collecção de nossa *Revista*.

Do director da Academia do Commercio do Rio de Janeiro pedindo tambem remessa da *Revista*.

Do Director da bibliotheca Nacional communicando estar naquelle estabelecimento um pacote destinado ao Instituto, com publicações vindas do estrangeiro, para ser entregue a pessôa que for auctorisada.

O senhor presidente declara que forão satisfeitos os pedidos da «Revista», remettendo-se exemplares dos numeros

disponiveis, e que se officiou ao nosso consocio Dr. Sampaio Marques, actualmente no Rio de Janeiro, para promover não só a remessa do pacote existente na bibliotheca Nacional, como tambem a obtenção do franquia postal para a correspondencia do Instituto.

OFFERTAS

Revista Militar n.º 4 de Abril proximo findo; *Boletim* da propriedade industrial n.º 5 e 6 de Maio e Junho ultimos.

Annaes da Bibliotheca e Archivo publico do Pará, tomo V, 1906.

O Dr. Augusto Montenegro, sua vida e seu governo, por Ernesto Mattoso, 1907.

Os jornaes *Gutemberg*, *Tribuna*, *Diario das Alagoas* e *Correio de Maceió*.

O Senhor presidente diz que o Instituto é grato pelas offertas recebidas.

ORDEM DO DIA

1ª PARTE

O Dr. Virgilio Antonino expõe a conveniencia de ser transferida para Novembro a eleição de todos os cargos sociaes, e propõe para exercer temporariamente as funcções do cargo de thesoureiro o consocio Dr. Francisco Pontes de Miranda.

Posta á nota, é a proposta do Dr. Virgilio Antonino unanimente approvada.

São lidas pelo senhor presidente, postas em discussão e igualmente approvadas, as seguintes indicações e propostas enviadas pelo Dr. Francisco Izidoro:

Que escolhido o emblema e dizeres necessarios aos diplomas de socios, sejam lithographados 500 exemplares, por quem melhores vantagens offerecer, para serem destribuidos pelos socios actuaes e futuros, os quaes contribuirão com a quantia de 2$000 como é praxe em todas as associações.

Que se solicite para o museu e bibliotheca a remessa de medalhas cunhadas desde o anno de 1887, sellos commemorativos, exemplares de publicações officiaes, quer da União, quer dos Estados, bem como as remessas do *Diario Official*.

Que o Instituto confira o titulo de socio honorario ao nossso illustre patricio Dr. Ruy Barboza, que na conferencia internacional da paz, em Haya, acaba de provar como delegado da Republica Brazileira, a sua elevada cultura scientifica, alcançando gloria para sua patria, devendo o titulo ser acompanhado de mensagem, entregue por uma commissão de confrades residentes no Rio de Janeiro.

O socio Idelfonso Cantidiano faz ver a necessidade de ser auctorisada a indispensavel despeza com a acquisição, preparo e articulação do esqueleto de uma das baleias que ultimamente davam á costa nas praias do Riacho Doce e Trapiche da Barra, afim de figurar no nosso museu.

Foi a indicação approvada e auctorisada a despeza.

Em seguida o mesmo socio Idelfonso Cantidiano, diz que, ficando resolvido na sessão passada franquear-se ao publico o nosso museu e convindo que elle se mantenha nas condições desejaveis sob a direcção de pessoa competente, propunha para director do referido museu o consocio Dr. Rosalvo Ribeiro, que foi quem ultimamente o reorganisou e se acha habilitado a ministrar informações aos visitantes.

Submettida a discusão foi essa proposta unanimente approvada.

2.ª PARTE

A commissão nomeada na sessão de 25 Julho apresentou o resultado de sua incumbencia, sendo de parecer:

1.º que sejam considerados socios correspondentes, na conformidade do artigo 7.º dos estatutos, os effectivos que mudaram de residencia, Dr.ª Carlos Leopoldo Ferreira e Graciano Xavier Carneiro da Cunha.

2.º que sejam acceitos como socios effectivos os Dr.ª

Domingos da Silva Cardoso, Julio Auto Cruz Oliveira, Alvaro da Silva Rego e Conego João Machado de Mello, e socio correspondente em Penêdo, o senhor Francisco Moreno Brandão.

Em discussão o parecer, foram as proposta approvadas e eleitos por unanimidade aquelles senhores.

Nada mais havendo a tratar deu o senhor presidente por finda a sessão as 8 horas e 30, do que para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 12 de Setembro de 1907

ACTA DA SESSÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior.

Aos 12 dias do mez de Setembro de 1907, ás 8 horas da noite, no edificio em que funcciona o Instituto, prezente o senhor presidente Dr. Diégues Junior e os associados Dr. Joaquim Diégues, Dr. Francisco Pontes, Dr. Gouveia, Dr. Bernardino Ribeiro, agrimensor Goulart de Andrade, professor Loureiro e Idelfonso Cantidiano, deixando de comparecer por justa causa participada o socio Jose Avelino, foi declarada pelo senhor presidente aberta a sessão.

E' approvada a acta da sessão anterior.

O expediente constou dos seguintes officios:

Do Dr. John C. Branner, nosso consocio honorario, agradecendo os comprimentos de bôas vindas que lhe foram feitos por parte do Instituto.

Do nosso prestimoso consocio Dr. Sampaio Marques, asseverando que o Instituto gosará brevemente de franquia postal para a sua correspondencia, em vista do interesse que tem tomado em favor da associação, na Camara dos Deputados, de que o mesmo consocio é um dos mais dignos membros.

Do Dr. Alvaro Rego, communicando ter acceitado a sua eleição para socio effectivo.

Declarou o senhor Presidente que o Instituto foi ultimamente visitado pelo dr. Roderic Crandall, ajudante do dr. Branner, que o incumbiu de vir a Alagoas estudar a geologia do Estado e colleccionar fosseis, tendo o dr. Crandall promettido presentear o nosso museu com algumas amostras.

Diz ainda o senhor presidente que tambem nos visitou o senhor Adriano Maury, concessionario do *Almanack Laemmert*, o qual colligiu dados para na edição do anno vindouro tornar o nosso gremio mais amplamente conhecido.

Entraram para a bibliotheca, museu e archivo, diversas offertas de livros, revistas e jornaes, bem como collecções de estampilhas do sello adhesivo, sellos postaes, moedas etc, que nos enviou o nosso confrade dr. Francisco Izidoro.

O senhor presidente faz sciente á casa de que o dr. Francisco Pontes, tendo accedido á deliberação do Instituto, já se achava exercendo as funcções de thesoureirc, e que estando sobre a meza os documentos relativos ás contas do nosso saudoso ex-thesoureiro conego Octavio Costa, entregues por seu irmão, dr. Antonio José de Farias Costa, passal-os á commissão respectiva para proceder na forma determinada pelos estatutos, nomeando para completar a mesma commissão o consocio Goulart de Andrade, visto se achar ausente um dos seus membros, o coronel Americo Guimarães.

Em seguida suggeriu o senhor presidente a ideia de ser elucidada pelo Instituto a questão de limites do Estado, assumpto comprehendido entre os brios da instituição, incumbida como é do estudo da geographia alagoana e a exemplo de outros Estados, onde questões identicas foram ventiladas em associações congeneres.

Nada mais havendo á tratar encerrou o senhor presidente a sessão ás 9 horas, marcando a seguinte para o dia 26 do corrente, e para constar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 26 de Setembro de 1907.

ACTA DA SESSÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Presidencia do Dr. Diégues Junior

As 7 horas da noite de 26 de Setembro de 1907, na séde do Instituto, achando-se presentes os senhores drs. Diégues Junior, Joaquim Diégues, Gouveia, Euzebio de Andrade, Virgilio Antonino, Alfredo Rego, Francisco Calaça, Francisco Aguiar, Socrates Cabral, agrimensor Goulart de Andrade, professor Loureiro, Jose Avelino e Ildefonso Cantidiano, deixando de comparecer o dr. Costa Leite, secretario perpetuo, por motivo justificado, exposto pelo dr. Gouveia, declarou o senhor presidente aberta a sessão.

Achando-se na sala immediata os senhores conego João Machado e o dr. Julio Auto da Cruz Oliveira, ultimamente eleitos socios deste gremio, o senhor presidente commissionou os drs. Gouveia, Alfredo Rego e o professor Loureiro para introduzil-os no salão das sessões, onde foram recebidos com as formalidades do estylo e tomaram assento.

Em seguida o senhor presidente em breve allocução felicitou o Instituto pela acquisição de tão illustres cooperadores.

Dada a palavra ao orador da sociedade, dr. Joaquim Diégues, este produziu um substancioso discurso de saudação aos novos consocios, fazendo realçar os seus meritos e salientando o muito que o Instituto tinha a esperar de suas luzes.

Respondeu ao orador o senhor conego Machado, por si e o dr. Julio Auto, proferindo uma oração cheia de elevados conceitos, na qual referiu-se modestamente á sua eleição e aos serviços que poderia prestar.

Assim empossados os novos socios, proseguiu a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão de 12 do cor-

rente mez.

O secretario deu conta do seguinte expediente e offertas:

EXPEDIENTE

Officio do 1º. Secretario do « Club Esperanto » da cidade de Aracajú, communicando a fundação da mesma sociedade no dia 15 do corrente, para propagação da nova lingua internacional o Esperanto, e ensino de varias materias do curso secundario e a constituição da sua primeira directoria, da qual é presidente o dr. Alcebiades Correia Paes.

Officio do director da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, pedindo a remessa dos numeros da nossa *Revista* que faltam para completar a collecção existente naquella Bibliotheca. Foram remettidos os numeros de que podiamos dispôr.

Ao Governo do Estado se officiou pedindo a expedição de ordem para serem pagas ao nosso actual thesoureiro dr. Francisco Pontes, as subvenções e quasquer outras quantias que o Instituto tenha de haver dos cofres estaduaes.

OFFERTAS

Revista Militar n.º 5 de Maio de 1907. *Revista* de Seguros n.º 5 de Agosto de 1907, orgão e propriedade da Companhia de Seguros *Mercurio*, no Rio de Janeiro.

Diversos catalogos de livrarias estrangeiras. Jornaes: *Gutenberg*, *Diario das Alagôas*, *Tribuna*, *Correio de Maceió*, e o *Jornal do Commercio* assignatura offerecida ao Instituto pelo consocio dr. Euclides Malta.

Annunciada a *ordem do dia* o professor Loureiro, como relator da commissão de finanças, composta do mesmo professor e dos consocios dr. Alfredo Rego e agrimensor Goulart de Andrade, apresentou o resultado do exame procedido nas contas do finado thesoureiro Conego

Octavio Costa, sendo a commissão do seguinte parecer:

« Acham-se approvadas as contas da receita e despeza do Instituto até 6 de Março de 1905, accusando um defecit a favor do thesoureiro na importancia de 484$300.

Em Abril de 1905 accusa a escripta á cargo do thesoureiro a entrada de 3.575$000 producto de loterias, e 240$000 extracto dos recibos ns. 7 e 8 do consocio Rosalvo Ribeiro, elevando-se a receita a 3.815$000.

A despeza foi de 1.520$800, passando o saldo para o anno de 1906.

Em 1906 a despeza elevou-se a 914$000 ficando um saldo de 1.380$200 que passou para o anno de 1907.

No dia dois de Abril entrou para o Caixa do Instituto a quantia de 3.950$000 producto de loterias, fazendo o saldo de 9.830$200.

Ate 31 de Julho elevou-se a 1.190$400, que addcionada á de 479$300 de liquidação da responsabilidade do ex-thesoureiro, Conego Octavio Costa, prefaz a somma de 1.669$700, que deduz-se do saldo existente, ficando liquida até 31 de Agosto a quantia de 3.160$500.

Estando devidamente legalisada a despeza, somos de opinião que sejam approvadas as contas da thesouraria do Instituto até 31 de Agosto de 1907. »

Posto em discussão o parecer da commissão foi approvado juntamente com as contas.

E por nada mais haver a tratar levantou o senhor presidente a sessão ás oito horas e meia da noite, lavrando eu, para constar, a presente acta que assigno.

Approvada em sessão de 24 de Outubro de 1907.

ACTA DA SESSÃO DE 24 OUTUBRO DE 1907.

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos 24 do mez de Outubro de 1907, ás 7¼ horas

da noite, reunidos no salão do Instituto, os socios dr. Diégues Junior, drr Costa Leite, dr. Gouveia, dr. Joaquim Diégues, dr. Virgilio Antonino, Conego João Machado, professor Loureiro e Ildefonso Cantidiano foi declarada aberta a sessão.

O senhor presidente manda lêr pelo 2.º secretario a acta da sessão de 26 de Setembro, que posta em discussão é sem debate e por unanimidade approvada.

Passa-se ao seguinte expediente:

Leitura de um officio do senhor Moreno Brandão, de Penedo, datado de 12 do corrente, declarando que acceita o titulo de socio correspondente.

O senhor presidente communica a encommenda feita em Vienna d'Austria por intermedio dos agentes J. A. Cabral & Comp.ª desta praça, do mobiliario para a secretaria e salão das sessões, accrescentando que se trata de obter do senhor Ministro da Fazenda a isenção dos direitos aduaneiros em relação ao mesmo mobiliario, tendo-se officiado ao nosso consocio dr. Sampaio Marques, deputado federal, actualmente no Rio de Janeiro, para patrocinar a pretenção do Instituto.

O secretario dá conhecimento á caza da acquisição feita para a bibliotheca, da recente edição da *Chorographia do Brazil* de Alfredo Moreira Pinto.

Foram recebidas estas offertas:

Relatorio da directoria da sociedade Perseverança e Auxilio dos Empregados no Commercio, apresentado á assembléa geral em 19 de Maio de 1907.

Revistas do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo vol. XI, 1906; Militar, n.º 6, Junho de 1907; do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, vol. 5 n.º 2, 1907.

Jornal do Commercio, *Gutenberg*, *Tribuna*, *Diario das Alagôas*, *Correio de Maceió* e o 1.º numero do *Alagoano*, jornal publicado nesta capital em 1844, offerecido pelo professor Avelino Marques de Almeida.

Diversos catalogos de livrarias estrangeiras.

O senhor presidente tambem offereceu ao Instituto

o numero do *Seculo* de 2 do corrente, editado na Capital Federal, que noticiou as exequias feitas em honra do nosso saudoso conterraneo coronel Francisco de Barros Accioly de Vasconcellos, alli fallecido ultimamente.

Iniciada a ordem do dia, pediu a palavra o dr. Costa Leite e ainda uma vez lamentou a ausencia de muitos dos nossos consocios, que se abstem de prestar ao Instituto o concurso de sua competencia, motivando a esterilidade das sessões que eram outr'ora centro de actividade intellectual.

Terminou indicando que se desse execução ao disposto pelos estatutos na segunda parte do art. 2.º, que lê:

« Art. 2.º — Tambem será considerado demissionario o socio effectivo que no espaço de dous annos, sem desculpa conveniente, não satisfizer ao trabalho de que foi encarregado a meza administrativa; assim se estenderá igualmente com o effectivo que deixar de comparecer ás sessões de um anno, sem motivo plausivel. »

Posta em discussão foi a indicação unanimente approvada depois de justas considerações em favor de socios antigos e assiduos, que só por causa insuperaveis têm deixado de comparecer.

O senhor professor Loureiro propõe para socios correspondentes os senhores vigarios Eloy Loureiro Brandão, de Victoria, e João Guimarães Lessa, de Palmeira dos Indios.

O senhor presidente nomeia uma commissão composta do dr. Virgilio Antonino, conego Machado e dr. A. Gouveia para dar parecer sobre essa proposta.

Por nada mais haver a tratar deu o senhor presidente por finda a sessão ás 9 horas da noite, marcando a seguinte para o dia 7 de Novembro em que haverá eleição da meza e commissões para o anno de 1908.

E para contar lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 21 Novembro de 1907.

FIM

INDICE

PAGINA

DADIVA PRECIOSA 113

DISCURSO—pronunciado pelo Dr. Democrito Gracindo 117

DISCURSO—pronunciado pelo Dr. Orlando de Araujo 129

MEMORIAL BIOGRAPHICO—do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga—pelo Dr. Leite e Oiticica 140

ACTAS - das sessões do Instituto 205

981.3005
IN
v. 8

JANEIRO A JUNHO DE 1916

Vol. VIII Num. 1 e 2

REVISTA
DO
INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

COMMISSÃO DE REDACÇÃO
Dr.º Bernardino Ribeiro
Dr. Guedes de Miranda, Dr. Barboza Junior

1916
Typ. de Livraria Fonseca
40—Rua do Commercio—40
MACEIÓ

JANEIRO A MARÇO DE 1916

Vol. VIII Num. 1

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Bernardino Ribeiro,
Dr. Guedes de Miranda, Dr. Barboza Junior

1916

Typ. da Livraria Fonseca
40 – Rua do Commercio – 40
MACEIÓ

INSTITUTO ARCHEOLOGICO
GEOGRAPHICO ALAGOANO
Installado em Maceió aos 2 de Dezembro de 1869

SEUS FINS SÃO:

I — Colligir, trasladar, verificar e publicar documentos e tradições historicas de Alagoas.

II — Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os.

III — Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de mumumento e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos.

IV — Obter e conservar photographias e desenhos de munumentos que possam ter qualquer valor historico.

V — Estudar a geographia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatistica.

VI — Auxiliar pelos meios ao seo alcance publicações litterarias.

VII — Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se torne conhecidos a riqueza e o adiantamento do Estado.

Dr. C. Brandenburger Vassouras

1915---1916

MEZA ADMINISTRATIVA

Eleita em 17 de Novembro de 1915 para o periodo social de 2 de Dezembro de 1915 a 1. de Dezembro de 1916.

Presidente — Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior (reeleito).

1.º **Vice-Presidente** — Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.

2.º **Vice-Presidente** — Conego João Machado de Mello

2.º **Secretario** — Professor Francisco Henrique Moreno Brandão (reeleito).

1.º **Supplente** — Dr. Barboza Junior.

2.º **Supplente** — Dr. Julio Auto da Cruz e Oliveira (reeleito).

Thezoureiro — Dr. Aloysio de Menezes.

Orador — Dr. Luiz de Mascarenhas.

Vice-Orador — Dr. Orlando Araujo.

COMMISSÕES PERMANENTES

1.ª **Commissão** — Dr. Alfredo de Araujo Rego, Professor Joaquim Ignacio Loureiro, Dr. Orlando Araujo.

2.ª **Commissão** — Dr. Bernardino Ribeiro, Dr. Guedes de Miranda, Dr. Barboza Junior.

3.ª **Commissão** — Dr. Democrito Brandão Gracindo, Dr. José Guedes Lins, Dr. Alfredo de Araujo Rego.

4.ª **Commissão** — Dr. Manoel Sampaio Marques, Dr. Afranio de Araujo Jorge, Dr. Socrates de Moraes Cabral.

5.ª **Commissão** — Dr. Afranio de Araujo Jorge, Dr. Socrates de Moraes Cabral, Dr. José Guedes Lins.

MEMORIAL BIOGRAPHICO

DO

Commendador José Rodrigues Leite Pitanga

QUARTO PERIODO

1850—1875

O episodio da historia da Provincia das Alagoas, conhecido pelo nome de—Guerra dos Palmares—deo origem ao aldeiamento dos indios, subsistente até 1872, quando foram extinctas as aldeias a 3 de Maio desse anno, publicado o acto da extincção em 30 de Junho.

O quilombo dos Palmares tem a historia escripta em varios documentos publicados, muitos dos quaes se encontram na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, documentos que me auxiliaram a escrever esta parte do *Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga*, parte que é absorvida, quasi, pelo exercicio, por elle, do cargo de Director Geral dos Indios, em Alagoas.

O acoitamento de escravos fugidos dos seos senhores, nas serras do Barriga e de Jussára, municipio da Imperatriz, deo motivo a se constituir alli quasi uma republica indepen-

dente, com poderes constituidos, leis decretadas, tudo á modo da população que a formava, calculada por alguns historiadores até em vinte mil habitantes e com existencia por sessenta e quatro annos.

Formado ao tempo da guerra hollandeza, com 40 homens todos negros fugidos, foi attrahindo adventicios que achavam acolhimento, protegidos pela difficuldade de serem presos ou debandados, mesmo depois da expulsão dos hollandezes.

Com o augmento dessa população, começaram os quilombolas a fazer incursões pelas redondezas, chegando a perpetrar latrocinios e depredações até na villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul e Porto Calvo, como se lê da acta da reunião dos officiaes da *Camara*, no paço do Conselho dessa villa, a 16 de Janeiro de 1668, quando dirigiram uma representação ao Governador de Pernambuco Bernardo de Miranda Henriques, sobre a necessidade da destruição desse quilombo.

Diversas tentativas foram feitas nesse sentido, até com accordo das Camaras de Porto Calvo e Formosa de Serinhaem em combinação de esforços para a extincção dos Palmares.

Segundo se deprehende dos documentos conhecidos, a guerra dos Palmares começou no anno de 1668; acossados pelas depredações que os negros do quilombo faziam aos moradores das circumvisinhanças, saqueando, roubando e atacando os viajantes nas estradas, sem que por parte do governo da Capitania se tomassem providencias para os conter, o Capitão Alcaide-mór Christovão Lins, os homens da governança e dois deputados, se reuniram na villa de Bom Successo de Porto Calvo, a 17 de Dezembro desse anno e resolveram tomar por si as providencias para a extincção dos negros.

Isto consta do seguinte termo de accordo, lavrado no livro de registro dos termos d'aquella villa, e que está publicado no tomo I da « Revista do Instituto », pagina 171 :

> « Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, da era de mil e seiscentos e sessenta e oito annos, aos dezesete dias do mez de Dezembro, nesta villa de Bom Successo de Porto Calvo, nas

casas do Conselho da dita villa, juntos o Capitão alcaide mór Christovão Lins e os homens da governança e dois deputados que vieram da villa das Alagoas, os Capitães Antonio Cabral de Vasconcellos e Gaspar de Araujo, a tratar com os ditos acima por parte dos officiaes da Camara d'aquella villa e do capitão maior André Gomes, em nome do povo e nobresa della, sobre a extincção dos negros levantados dos Palmares, accordaram fazer uma união perpetua, e de cada villa se porá em campo um trosso da melhor gente de guerra com um cabo e entrarão aos mucambos unidos em um governo pela parte que melhor for noticiada, para se destruirem os ditos mucambos, eguaes em custo, e toda a mais gente que quizer tentar voluntariamente quer seja das ditas capitanias, quer de outras quaesquer, todos irão sujeitos do mesmo governo, que os cabos que entrarem farão assistencia necessaria e serão obrigados a conservar os mantimentos que nos ditos mucambos se acharem para sustento dos soldados e botar com suas tropas para que reprimido o negro se venha valer da nossa gente entrarão a custa das duas ditas capitanias fazendo cada qual o custo a sua gente de polvora e balas e mantimentos, e descendo alguma tropa dos mucambos algûa dessas capitanias será a Camara obrigada a lhe dar o soccorro necessario, fazendo pôr em revista a despeza que for com quitação do cabo se satisfará uso e feito suprirão os moradores visto não haver fazenda Real e todas as presas que se tomarem dos moradores serão vendidas para fora desta Capitania de Pernambuco e de cada uma se tirará o valor de doze mil reis e serão obrigados seos senhores a remil-os dentro de um mez e fazendo o contrario os poderão vender os mesmos cabos e os capitães maiores andarão vigilantes em os fazer lançar fora da capitania e de doze annos para baixo poderão possuir e vindo se meter alguns reprimidos de nossas armas em casa de seos senhores serão obrigados a dar seis mil reis e

se lhes fará a passagem e o mais conveniente.

E todo o negro corsario que se aprizionar nos mocambos e constar que nestas capitanias obravão maleficios de mortes e roubos serão castigados com morte natural como malfeitores e os perderão seos senhores e os presos que se aprizionarem fora destas duas capitanias seguirão os cabos o bando e ordem do Snr. Governador Bernardo de Miranda Henriques, e as presas que se fizerem serão repartidas com iguldade o que tocar a cada um, o que tudo se obrará com o parecer das Camaras e os capitães maiores destas duas capitanias.

Feito em vereação em o dito dia, mez e anno e eu supra Nicoláo Gonçalves Filgueira, escrivão da Camara o escrevi. Assignados:—Christovão Lins, Francisco Velloso, Domingos de Siqueira, Clemente da Rocha Barbosa, Antonio d'Andrade Barbosa, Hipolito Alonso de Verçoza, Antonio Cabral de Vasconcellos, Gaspar de Araujo. E não diz mais o dito assento o qual trasladei bem e fielmente a que me reporto em tudo e por tudo, o qual fica em meu poder, e eu Capitão Pedro Bezerra, escrivão que escrevi.

Sómente em 21 de Março de 1669 houve uma ordem do Governador Bernardo de Miranda Henriques ao Capitão mór da Villa de Alagoas, André Gomes, para notificar aos moradores que, os negros que se tivessem aprisionado nas estradas dos Palmares, mandassem para fóra da Capitania dentro de trinta dias e os que o não fizessem perderiam todo o direito a elles, em bem da Misericordia de Olinda que os poderia vender e dispor delles.

Dessa ordem foram notificados o Capitão Gonçalo Moreira da Silva a 6 de Abril de 1669, como consta da certidão passada nesse dia pelo ajudante Gonçalo Rodrigues; o Capitão Thomé de Souza, o Alferes Miguel Barreiros, Francisco de Araujo e Maria Barreiros o foram igualmente a 10 de Abril do dito anno.

A 3 de Outubro de 1669, na villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, no paço do Conselho, presentes

os officiaes da Camara, compareceo o Capitão Pedro Correia da Maia, vereador e deputado da villa de Bom Successo de Porto Calvo e apresentou uma carta da dita Camara e outra da Camara da villa Formosa de Serinhaem, de união e irmandade contra os negros dos Palmares; accordaram fazer guerra aos negros, movidos pelos grandes damnos, roubos e grandes incendios que padeciam os moradores, fazendo o gasto da sua gente e mantimentos á custa de cada uma, sendo os negros entregues a seos senhores pelo pagamento de doze mil reis cada um e os mais seriam de quem os tomasse e mais mães e filhos.

Isto porque se viam desamparados dos Ministros de Sua Magestade, havendo-lhes representado muitas vezes.

Assignam esse documento Felipe Gil, Antonio de Andrade Carvalho, Manoel Machado e Sande, Pedro Correia da Maia.

A 26 de Novembro de 1670, o Governador Fernão de Souza Coutinho expedio um bando para que não fosse permittido andarem escravos, mulatos, indio, mameluco, negro ou homem branco peam, com armas de fogo em qualquer parte da villa ou estradas publicas, sob pena de tratos de corda a braço solto na polé que se mandou levantar na praça do Recife, salvo se acompanhassem seos senhores que não tenham de menos de dois mil cruzados em fazendas. Salvo os que estivessem nas fronteiras dos Palmares, a saber: Rio de São Francisco, Alagoas, Porto Calvo e Serinhaem, por estarem visinhos aos ditos Palmares para cuja defeza se lhes dá essa permissa.

Até então a iniciativa das Camaras de Porto Calvo e das Alagoas era particular dessas, sem auxilio ou approvação ao menos do governador da Capitania, o qual se limitára a esses actos de policia, sem cogitar de dar combate aos negros e extinguir o quilombo, como era de necessidade para socego dos habitantes.

E era tal a extensão do campo de operações desses, que o proprio governador considerava visinhas dos Palmares as villas de Porto Calvo e Serinhaem, justamente as que desde 1668 se haviam irmanado, na sua expressão, para fazer guerra aos depredadores.

Somente em 1672, a 4 de Setembro, esse mesmo go-

vernador Fernão de Souza Coutinho expedia um bando convidando os moradores a concorrer com a ajuda que cada um podesse dar, quer de suas pessoas, quer de escravos, para o comboio dos mantimentos para a extincção dos mucambos dos negros dos Palmares. Accrescentava que nenhum criminoso poderia ser preso emquanto durasse a conquista e nella militasse, não sendo o crime muito escandaloso como os de lesa magestade, moeda falsa, sedomia ou resistencia.

Data d'ahi a resolução do governo em secundar a acção das Camaras para essa campanha; nem assim a guerra teve inicio immediato e se lhe seguio a acção energica contra o quilombo, cuja existencia pacifica, apezar de todas essas tentativas de lhe dar caça e exterminar, se deveria prolongar até 1680.

Continuemos a examinar os documentos que a pesquiza historica fez chegar até nós, para conhecimento desse episodio da historia de Alagoas.

Até essa data não ha noticia de um só acto do governo da Capitania no sentido de combater essa reunião de facinorosos, cuja população era avaliada por alguns, em vinte mil homens e tinha a presumpção de constituir um governo, com leis decretadas pelos seos chefes e autoridades respeitadas, em perfeita constituição social independente.

De um estudo publicado no primeiro tomo da «Revista do Instituto», ás paginas 93 e 97, sob o titulo—«Noções circumstanciadas sobre diversas aldeias e missões de indios que, desde annos remotos, existem na Provincia das Alagoas,»—assignado por José Lopes Rosa, 1.º escripturario aposentado, e datado de Poço da Panella, em 16 de Maio de 1855, se lê —«que mandou El-rei, por carta regia de 18 de Outubro de 1672, registrada aqui na Thezouraria da fazenda, no livro 6.º, na ordem do cathalogo, que o governador e capitão general desta então Capitania de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, fizesse guerra aos negros dos Pamares para restauradas serem as terras dos referidos Palmares que comprehendiam grande parte da sobredita Provincia.»

Antes de chegar ao seo destino essa carta regia, o governador Fernão de Souza Coutinho expedio, a 20 de Outubro de 1672, um bando em que, no sentido de fazer

guerra aos negros levantados dos Palmares, encarregava ao Coronel Antonio Jacome Bezerra de fazer com que os povos circumvisinhos dos Palmares — « se situem no arraial e estancias que entre elles mais accomodados possa haver, e cominava penas aos soldados por desobediencia e ausencia dos sitios, estancias e entradas das villas das Alagoas donde todos se hão de encorporar, sem ordem minha expressa, ou do dito coronel. »

Era ainda a promessa de entrar a guerra dos Palmares, intenção manifestada, mas não executada, tanto que a Camara da villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul se reunia, em 18 de Junho de 1674, e segundo os termos da reunião dessa data, — « para dar execução á ordem do Snr. Governador D. Pedro de Almeida para a entrada que intenta fazer sobre a guerra dos negros dos Palmares para quietação dos povos desta Capitania, ordenaram que, pera a finta da Senhora Rainha da Gran Bretanha e paz de Olanda, pera os trezentos alqueires de farinha que o dito Senhor Governador ordenou a esta capitania e assim mais todo o peixe que se pudesse fazer de que mandarão fazer este termo etc. »

Tratava-se, como se vê, de uma finta sob pretexto da guerra dos Palmares que, a esse tempo, 1674, apezar da carta regia de 1672, não tivera inicio de execução.

Apezar de dizerem as chronicas que o governador mandou tropas em auxilio da resolução das Camaras irmanadas, de cuja reunião dei o documento anterior, certo é que o Governador Fernão Coutinho fora mudado e, a 19 de Outubro de 1674, o seo successor D. Pedro de Almeida expede novo bando annunciando que era sua intenção fazer a entrada aos negros, com assistencia no arraial, de onde as tropas se hão de expedir para com ella ver se pode extinguir parte dos que naquella conquista se acharem e mandava prevenir a gente que entendia necessaria de soldados pagos, brancos, indios, homens pardos da ordenança e pretos do terço que foi de Anrique Dias que, até o fim do corrente hão de marchar, concedendo a todos que o queiram fazer as presas com a condição de as venderem para fora da capitania, menos as crias até dez annos, presas que o cabo que ha de enviar lhes repartir, pagando o quinto de Sua Alteza.

A 11 de Março do anno seguinte, 1675, ainda se reunio a Camara Municipal da villa de Alagoas para ouvir o povo nobre, que fora notificado, sobre—«se eram contentes e lhes parecia bem que viesse o governador das armas Estevão Ribeiro Vaijam Parente para effeito da restauração dos Palmares como por carta do dito se offerece aos Senhores Officiaes da Camara; ao que todos e cada um responderam que erão muito contentes e que viesse o dito Governador.»

Mas, apezar d'isto, o governador não veio e as cousas continuaram como d'antes.

A 3 de Fevereiro de 1676 uma importante reunião se realisou nos paços da Camara; os vereadores reunidos com a presença do capitão maior da Capitania, Sobral de Lins, do capitão maior das Alagoas, João da Fonseca e do Capitão Clemente da Rocha Barbosa, compareceo o Capitão Fernão Carrilhos—«o qual veio a este senado acertar com elle as condições com que ha de marchar com o favor de Deus, em Agosto proximo, a qual elle capitão e nós aceitamos.»

Essas condições foram as seguintes: 1.º as Camaras da Lagoa do Sul, de Penedo e de Rio de São Francisco se reuniam para fazerem o custo da tropa que consta de 200 arcos, 100 armas de fogo, a qual para entrada faz de custo setecentos mil reis, dando a de Alagoas 350$000, a villa das Lagoas 150$000 e a villa do Penedo 250$000. Para custo de mantimentos da tropa, cem mil reis por mez, a Camara de Alagoas daria 40$000, a villa das Lagoas 25$000 e a villa de Penedo 35$000.

O Capitão Fernão Carrilhos, cabo da tropa, se obrigava a dar as presas que tomasse desta capitania e das mais unidas neste dispendio, por 12$000 de tomadia por cada escravo e por cria o justo valor. Ficaria com todas as mais prezas que tomasse; e as que fossem reclamadas por seos sesenhores entregaria mediante os doze mil reis, ficando livres as que tivessem tres annos de edade, mais ou menos.

A 3 de Agosto de 1676, a Camara tomava a deliberação de reunir o povo e expôr, visto que as outras villas de Porto Calvo, villa de Penedo e a das Lagoas, não cumpriram o que haviam contractado, ella não o podia fazer pela impossibilidade dos moradores, estes então recorriam ao capitão maior e aos officias da Camara que mandassem tropas ao sertão

e para isso dariam todo o necessario e fizesse aviso ao Capitão Fernão Carrilhos para vir com a gente que tivesse e, não querendo, se faria com a gente de sua jurisdicção.

A 1.º de Julho desse anno, havia o governador da Capitania, D. Pedro de Almeida nomeado o dito Capitão Fernão Carrilhos, que se tinha assignalado em varias entradas que fez por vezes a sua custa, pelo sertão desde a Bahia até Sergipe del Rei, para o posto de Capitão mor da guerra que mandou fazer aos negros dos Palmares, mandando, pela carta patente dessa nomeação, á Camara da villa de Alagoas que lhe desse juramento e posse e a todos os capitães de ordenança e mais soldados e officiaes que o acompanhassem e obedecessem ás suas ordens.

Com essa nomeação e com o appello da Camara, o Capitão Fernão Carrilhos veio e, a 8 de Dezembro de 1676, vemo-lo comparecer á reunião, que se realisou, da Camara; a elle e ao Capitão maior João da Fonseca pediram os officiaes da Camara, Antonio Cabral de Vasconcellos, Miguel André da Rocha, Sebastião Ferreira, Simão Corrêa e João Alvares que contribuissem com os gastos para a entrada da guerra e para o que gastassem, se faria finta ao povo, no que elles concordaram.

Parece que a expedição se não realisou porque o povo convocado pela Camara para dar negros que comboiassem os mantimentos, se recusou terminantemente, declarando que, se a isto o obrigassem, — « desprezariam a terra e iriam fora da terra,» —o que se lê do termo lavrado e assignado por muitos cidadãos, juntamente com os juizes, vereadores e procurador do Conselho da villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, em 7 de Dezembro, parecendo que, em virtude dessa negativa, é que se deo a reunião do dia 8 do mesmo mez e anno, a que me referi acima.

Apezar de constar o bando expedido pelo Governador D. Pedro de Almeida, a 14 de Fevereiro de 1678, dizendo que a conquista dos Palmares se acha com poucos negros, por ter o Capitão Fernão Carrilhos de deixar muitos mortos e trazer quantidade delles captivos, esse bando offerecia a todos os que quizessem subir aos Palmares, livremente, todos os prezos que tomassem, sem pagar o quinto

anteriormente exigido. Do Capitão Fernão Carrilhos não se fallou mais.

Quasi dois annos depois, a 26 de Janeiro de 1680, o Capitão mór João da Fonseca pedia aos officiaes da Camara que fizessem um lançamento effectivo de cincoenta alqueires de farinha, para que se achem promptos em cada um mez, para os soccorros e comboio de infantaria que assistem nos arraiaes e mais tropas que ahi se vinham prover e, para o comboio que ia expedir queria mais que se fintasse em vinte arrobas de carne, quinhentas curimães, duas mil tainhas e cincoenta negros para o carreto desses effeitos.

Não tendo dado resultado essas providencias, o novo governador da Capitania, Ayres de Souza e Castro, nomeou capitão-mór de campo da Capitania das Alagoas a André Dias, morador em S. Miguel, de quem informaram bom procedimento e o bem com que servio sempre em muitas entradas que fez aos sertões dos Palmares, nas quaes se houve com muita resolução e zelo, como se lê na carta patente expedida nessa data.

Encontramos com data de 14 de Fevereiro desse mesmo anno de 1680, um documento interessante: o bando expedido pelo sargento mór Manoel Lopes, do terço que ficou por morte do mestre de campo João Soares de Albuquerque e que deixa conhecer parte do que aconteceo por esse tempo.

Parece que haviam conseguido a submissão de alguns negros, com promessa de perdão e liberdade; esses negros, porem, se rebellaram, alliciando muitos outros escravos. Denunciados pelo seu rei e alguns dos seos, entre os quaes estava Ganazona, tio do chefe Zumbi, mataram, com peçonha diz o bando, o seu rei Ganazumba; foram presos o João Mulato, Canhongo, Gaspar e outros.

Havia sido feito o pacto de darem liberdade aos negros, se dissolvessem o quilombo, tanto que o bando foi expedido para fazer chegar ao conhecimento do capitão Zumbi os acontecimentos como se deram e que os negros haviam sido prezos por se terem rebellado e não por desejar faltar ao que com elles se tinha effectuado. Concitava o mesmo Bapitão Zumbi para vir assistir com seo tio, ficando com toda a familia liberta e, — « sendo caso que se não reduza a isto dentro de quatro mezes, o dito senhor governador promette

mandar assistir logo com guerra ao sertão, com ordem expressa de se não dar quartel a todo negro de armas.»

Se a submissão d'esse numero de negros não foi um ardil para augmentar as fileiras dos quilombolas, não é descabido suppôr que a promessa do sargento mór não tenha sido outra; mas o Capitão Zumbi não se deixou seduzir pela liberdade de que gozava seu tio Ganazona e ficou quieto nos Palmares onde ninguem o encommodou por dez longos annos adiante.

Encontrei um recibo passado pelo Capitão mór João da Fonseca, da quantia de 109$800, que a Camara das Alagoas estava devendo da finta da Senhora Rainha da Gran Bretanha, do anno de 1677 e do anno de 1678, despendidos com a guerra dos Palmares.

Ha mais um termo de vistoria feito nas roças, a requerimento do Procurador do Conselho aos officiaes da Camara, para saber quaes eram os que tinham roças sufficientes para fazer farinha e serem fintadas para a guerra dos Palmares.

Nada mais ha em documentos existentes no archivo do Instituto, sobre a extincção do quilombo. Ao governador Ayres de Souza Castro, que governou até 21 de Janeiro de 1681, succederam: João de Souza até 13 de Maio de 1685, João da Cunha Souto Maior até 29 de Junho de 1688, Fernão Cabral de Belmonte até 9 de Setembro de 1688, o Bispo Mathias de Figueredo Mello até 25 de Maio de 1689, substituindo esse governador que morreo, Luiz Gonçalves da Camara até 5 de Junho de 1690 e Marquez de Monte Bello até 13 de Junho de 1696.

N'esse dia tomou conta do governo Caetano de Mello e Castro que ao assumir a administração resolveo extinguir, devéras, o quilombo dos Palmares.

Parece que foi no governo do Marquez de Monte Bello, em 1693, que appareceu o mestre de campo Domingos Jorge Velho, que tanto dá que fallar á chronica do aldeiamento dos indios em Alagoas. Talvez por entendimento do governador da Capitania de Pernambuco com o governador e capitão general do Estado, D. João de Lancastre, este o enviou com um troço de milicias paulistas, tratando com elle certas e marcadas condições que El-rei confirmou por carta régia

de 4 de Agosto de 1693, nomeando Domingos Jorge Velho mestre de campo do regimento dos paulistas.

Este troço, com mil homens de tropas regulares, considerado sufficiente para destroçar negros fugidos, deo o primeiro ataque regular ao quilombo, mas foi derrotado e se retirou para Porto Calvo de onde pedio reforços ao governador, já então Caetano de Mello e Castro.

Não se tratou mais das forças suppridas pela Camara Municipal ou pelas Camaras reunidas; estas foram postas de parte e era o governo da Capitania que cumpria a ordem real de guerra ao quilombo, expedida desde 1672 e não cumprida até então.

Ao troço dos paulistas se encorporaram 3.000 praças de Olinda, Recife e das povoações visinhas, 1.500 das villas de Magdalena, Penedo e Santa Luzia do Norte, as forças do alcaide mór da villa, Christovão Lins de Vasconcellos, Capitão Rodrigo de Barros Pimentel e mestre de campo Christovão da Rocha Barbosa, formando um corpo de 7.000 homens ás ordens de Bernardo Vieira de Mello, que se offerecera conduzindo de sua fazenda «Pindoba» muitos voluntarios, nomeado Capitão mór, e levando como sargento mór a Sebastião Dias Manellis, que commandava as forças de Alagoas, Penedo e S. Miguel.

Para o ataque ao recinto fortificado dos Palmares a força se dividio em tres columnas para o ataque simultaneo: Bernardo Vieira na entrada principal, Domingos Jorge na da direita e Sebastião Manellis na da esquerda.

Bernardo Vieira rompe o centro ao mesmo tempo que Sebastião Manellis vence no posto que lhe fôra confiado, emquanto Domingos Velho é batido e abandona o campo.

Zumbi, governador da Republica dos Palmares, atacado fortemente por Manellis, resiste emquanto recua até o ponto em que a serra, talhada a pique, forma um precipicio; ahi se precipita, preferindo morrer a ser aprisionado, sorte acceita por quasi todos os homens do quilombo. As mulheres e os meninos foram vendidos.

A proposito da extincção da Republica dos Palmares, julguei de conveniencia transplantar para estas paginas uma serie de considerações existentes em um caderno de notas, escriptas pelo nosso prestimoso consocio já fallecido, o Co-

ronel Pedro Paulino da Fonseca e doado ao Instituto com o seo archivo por seo filho, o Coronel Clodoaldo da Fonseca; merecem apreço por parecerem justas, bem inspiradas e dignas de attenção, em referencia á politica seguida áquelle tempo com os negros dos Palmares, e tambem com os indios de S. Paulo e Minas, um seculo mais tarde, como terei occasião de referir. Diz o Coronel Pedro Paulino nessas notas:

> « E' sabido que somente depois de quasi um seculo de existencia do primitivo *Mocambo* formado na serra do Barriga por escravos africanos fugidos, quando esses primitivos povoadores escravos já não existiam, bem como quasi toda a primeira geração de creoulos alagoanos nascidos no gozo da liberdade; e quando uma segunda geração elevada a dezenas de milhares de alagoanos existia, perguntamos nós, com que direito ir sobre elles a ferro e fogo, anniquilal-os, escravisal-os, como se fossem ladrões, assassinos?
>
> Esse avultado numero de homens e mulheres, que formavam já um nucleo mais adiantado, conhecido como — Republica dos Palmares, — com suas autoridades eleitas, escolas, officinas de trabalho e civilisação relativa á segregação em que forçosamente viviam, afastados da classe dos tyrannos egoistas que os possuiam como cousa, na conta de bens moveis, já em condições de serem vantajosamente aproveitados, não seria acertado, consentaneo e humano, aproveital-os para o serviço da patria, catheohisando-os, não a ferro e fogo e sim pela promessa de amparo e protecção dentro da lei?
>
> Perguntamos: não seria de justiça assim encaminhal-os para o bem a perseguil-os como féras, descedentes de escravos, cujo direito de propriedade pela lei, não seria facil provar? Não era de vantagem a posse d'aquella grande colonia de homens pretos, prospera e productiva, com cerca de vinte mil almas, viveiro de bons soldados para o serviço da patria?
>
> Tudo faz crêr que a politica portugueza, depois

dos grandes feitos de Henrique Dias e de seus aguerridos soldados, (que parece terem vindo dos Palmares para a guerra contra os hollandezes), muito receiava d'aquella geração nativa do Brazil e por certo, inimigo do europeo escravisador.

Pensamento desastrado quando o procedimento do bravo e leal Henrique Dias aconselhava a cathechese facil e vantajosa, conduzida pela vaidade com a promessa de postos militares, com uso da farda.

Mas, se a ideia geral, dominante na epocha, era de que o preto nascera irremissivelmente para ser escravo, o que somente mais tarde moderou, pela necessidade que houve de criar-se regimentos milicianos de brancos, pardos e pretos!

Foi deshumano o acto de considerar-se escravo fugido, sugeito á autoridade de senhores revestidos do direito de vida e morte, os netos dos primitivos quilombolas! Foi inaudita crueldade o anniquilamento e destruição daquelle nucleo de população, d'aquellas dezenas de milhares de vidas, sem um fim justo e util para o Brazil. Acto leviano, estupido, barbaro, só filho da ideia dominante de escravisar toda raça de origem africana.

Não se diga que se tratava de extinguir um covil de ladrões e assasinos. A severa historia não os tem como taes e apenas diz que sahiam para permutar nos povoados mais proximos seos productos pelo que mais necessitavam e, no regresso, roubavam cavallos, bois, cachos de bananas, actos que, em todos os tempos e ainda hoje, praticam os civilisados em toda parte».

Inserindo nestas paginas os originaes conceitos do nosso consocio já fallecido, quiz apenas tornal-os redivivos do pó do nosso archivo, interessantes e pouco longe de serem acceitos como verdadeiros no ponto restricto do direito e da justiça; mas o que se deo com os Palmares se repetio e se repetirá sempre na historia da humanidade. Nós mesmos temos segundo Palmares em Canudos e, em ponto muito maior, na historia que se escrever da conflagação a que assistimos.

* * *

Vencidos os negros dos Palmares, arrazado o quilombo no dia 14 de Maio de 1695 pelas forças de Bernardo Vieira e Sebastião Manellis, apuraram-se as recompensas promettidas, provoando-se a terra com soldados e indios. Os paulistas foram os que mais lucraram com a campanha: ha noticia das seguintes cartas régias que o demonstram

Pela de 23 de Máio de 1703 ficaram livres de dizimos por 5 annos as plantações dos paulistas, nos Palmares; pela de 4 de Agosto desse anno se lhes mandou dar cirurgião e medicamentos; pela de 7 de Junho se conhece que os paulistas fundaram no monte Barriga o arraial de S. Caetano, donde tiraram grandes lucros. A carta régia de 12 de Março de 1707 determinou ao Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, que fossem criados os arraiaes de N. S. das Brotas e de S. Caetano de Jacuhype, fundados dois annos depois com os indios que nelle já existiam e com os homens pagos da companhia da guarnição, cujo commandante tinha tambem a direcção dos indios e tapuias «Carirys» e «Chicurús.»

O arraial de N. S. das Brotas é actualmente a cidade de Atalaia e as terras foram divididas pelas cartas régias seguintes, de 28 do Janeiro de 1698 e de 28 de Setembro de 1699, como do seo conteúdo.

Primeira carta régia:

> «Domingos Jorge Velho. — Eu, El-rei, vos envio muito saudar. Visto o voto que aqui se me apresentou por parte dos paulistas sobre a forma que se deo á sesmaria, cuidando que os ministros, deputados e mais os hão de destribuir e que primeiro se hão de decidir, ainda que summariamente os prejuizos lhe sejam de terceiro, que lhe sejam entregues as terras, enten-

dendo as razões que se me offerecem e propuzeram a favor do mestre de campo Domingos Jorge Velho e que na assistencia da campanha e movimentos da guerra dos Palmares se tem assignalado e merecido, tanto me parece mandar-vos declarar que no sitio que elle nomear se lhe dê seis leguas de terras de sesmaria em quadro e ao sargento mór, em sitio apartado, quatro leguas em quadro e aos capitães de infantaria, cada um delles, tres leguas em quadro e aos alferes, cada um, duas leguas em quadro, cada sargento uma legua em quadro, cada soldado branco da mesma maneira, uma legua em quadro, e que cada uma das companhias assigne junto ao sitio da sua data e para se *aldeiarem os indios* dêem-lhe quatro leguas em quadro para o sitio e mantimento de sua aldeia, com declaração que a repartição destas terras se estenda, se tanto couberem, no sitio dos Palmares que conquistaram e ficaram de conquitar para o sertão, sem que possa exceder a forma della, e quando não caibam no tal sitio se diminuirão o menor que fôr possivel procurando sempre que o dito mestre de campo e o sargento mór fiquem bem accomodados e tambem os cabos inferiores, fazendo que as terras que se lhes repartirem se lhes deem e metterão de posse sem embargos de qualquer direito que outras pessoas, por antecedentes sesmarias que pretendam ter, mas as quaes poderão requerer perante vós ou a quem tocar e que examine os seos titulos, se tiverem direito os accomodem em outras terras equivalentes; depois que se deferir nesta materia me dareis conta pelo conselho ultramarino, e com os papeis e documentos que as partes tiverem offerecido, e nas ditas datas se porão em obrigações costumadas. Escripta em Lisboa a 28 de Janeiro de 1698 — (Assignado) Rei, D. Fernando Martins»

Segunda carta:

« Amigo vos digo. — El-rei vos envia muito saudar. Os mestres de campo, sargento mór, capitães e mais officiaes e soldados do terço dos paulistas situados nos sertões dos Palmares me representaram aqui que, querendo tirar carta de sesmaria de leguas de terras que fui servido concede-las, o Procurador da Fazenda Real e o procurador da Corôa dessa Capitania lhe dariam com a duvida de haverem de pagar um tanto de fôro de cada legua de terra na forma da ordem que nella mandei praticar e porque esta ordem se não pode entender com os paulistas, em razão de ser muito possuidores das terras de que lhes fiz mercê, e pareça ordenar-vos, como por esta o faço que, nas cartas de sesmarias que a cada um delles se passarem, conforme a repartição das terras que lhes concedi sejam com izenção de não pagarem fôro algum, mais que somente dizimo a Deus. Escripta em Lisboa a 28 de Dezembro de 1699. (Assignado) — Rei».

Terceira carta:

« Domingos Jorge Velho. — Eu, El-rei vos envio muito saudar. Viu-se a vossa carta de 12 de Maio deste anno, em que vos queixaes de que os moradores das Alagoas querem que se lhes dê de sesmaria as terras que estão d'esta serra para baixo e que os paulistas se accomodem com as que vão dali para cima não sendo isto o que comvosco se assentou, e que se vos impede a situação da Villa que tendes principiado dentro da matta dos Palmares, por ser lugar mais commodo para recebimento dos fructos e vargens que os colonos levarem della, se communicarem para as mais praças e que, em outra parte vos não convinha, pedindo-me que esta ficasse debaixo da protecção da casa de

Bragança, e parece-me dizer-vos que ao Governador D. Francisco Mascarenhas se ordena faça guardar invariavelmente aos paulistas o seo contracto não se lhe dando mais, nem tambem dando-se-lhes menos do que se contractou com elles em parte que fôr sua, não offendendo as demarcações d'outrem e sobre o titulo da villa que pedis de que fique debaixo da casa de Bragança se vos não pode permittir. Escripta em Lisboa aos 5 de Outubro de 1700. — (Assignado) Rei.

Eu, Lourenço de Britto, escrivão da camara a trasladei bem e fielmente, em vinte oito de Agosto de 1701.»

Na «Revista do Instituto», tomo III, n. 2, pagina 77, se encontra a seguinte carta de sesmaria concedida pelo Governador D. Lourenço de Almeida á viuva ou filha do mestre de campo Domingos Jorge Velho, como adiante se declara:

«Hei por bem de lhe fazer mercê dar á supplicante acima nomeada, como pela presente dou, de sesmaria em nome de sua magestade, que Deus guarde, nos mesmos logares, partes e testadas que confrontam em sua petição, seis leguas de terras conquistadas dos Palmares, como o dito senhor ordena e da mesma forma que pareça ao provedor da fazenda real e ao doutor procurador da corôa e fazenda e livres e izentas da pensão de fôro por cada legua, excepto o dizimo a Deus, e povoará as ditas terras no tempo de cinco annos, aliás se dará por devolutas; possuirá e gozará a supplicante, ella e seus herdeiros, não prejudicando a terceiros, etc. Dada nesta villa do Recife, aos seis dias do mez de Maio. Manoel da Silva Roza a escrevi no anno de 1716. (Assignado) D. Lourenço de Almeida».

Ha abaixo, na publicação deste documento, uma nota explicativa de que D. Lourenço de Almeida tomou posse

em 1.º de Julho de 1715 e governou até 23 de Junho de 1718.

Ha mais o seguinte instrumento em publica fórma, com o theor da copia de uma carta de doação, abaixo copiada, a requerimento de Gonçalo de Barros:

> « Saibam quantos este publico instrumento dado e passado em publica fórma, a *ex-officio* de mim tabellião e a pedimento da parte, virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil e setecentos e oito, aos doze do mez de Fevereiro do dito anno, nesta real villa de Atalaia de Nossa Senhora das Brotas e Santo Amaro, comarca das Alagoas e capitania de Pernambuco, no meo escriptorio, por Gonçalo Pereira de Barros me foi apresentada a copia de uma carta de doação de sesmaria, requerendo que lhe desse o seo theor em publica forma, a qual por se achar limpa, sem borrão, nem entrelinha ou cousa que duvida faça, lhe dei e passei, cujo seo theor *verbum ad verbum*, é da forma e maneira seguinte: D. Manoel Rolim de Moura, do conselho de sua magestade, governador e capitão general de Pernambuco e mais capitanias annexas etc. Faço saber a quem esta carta de doação de sesmaria virem, que Domingos João de Carvalho, capitão de infantaria do terço dos Palmares e Luiz Mendes da Silva, alferes do mesmo terço, apresentaram a petição cujo theor é o seguinte:
>
> Diz Domingos João de Carvalho, capitão de infantaria dos Palmares, que sua magestade, que Deus guarde, foi servido fazer mercê a cada um dos capitães do terço dos paulistas, conquistadores da campanha dos Palmares, de tres leguas de terras em quadro, das que conquistaram dos negros rebeldes dos Palmares, e aos alferes duas leguas em quadro, livres de fôro e de pensão alguma, mais que os dizimos á Deus, como consta das copias das ordens reaes juntas, começando as ditas pelas cabeceiras das datas do mestre de campo Domin-

gos Jorge Velho e do capitão Domingos de Carvalho, tres leguas de terras em quadro, do riacho chamado « Tamoatá » pelo rumo de nordeste buscando o rio « Mundahú », pela testada do capitão Alexandre Jorge; da parte do norte buscando a serra do « Caxefe » para o sertão; da parte do sul servindo de testada ás cabeceiras do capitão André Furtado, pelo rio «Parahyba» acima até encher as ditas tres leguas de terras em quadro do dito capitão; e o dito alferes, as duas leguas pelo dito rio «Parahyba Meirim», assim de uma banda e outra, buscando a serra do «Cavalleiro» até encher as duas ditas; portanto pede a vossa senhoria seja servido conceder e dar as ditas datas na forma deduzida e receberá mercê.

Despacho: — Havendo outrosim respeito ao que sua magestade me concede no capitulo 15 do regimento deste governo, hei por bem fazer mercê aos supplicantes acima nomeados de dar-lhes, como pelo presente dou, de sesmaria, etc. Dada nesta cidade de Olinda aos 28 dias do mez de Agosto. Bento Soares Ferreira a fez no anno de 1824. Á secretaria: — Secretario Manoel da Silva Roza a fiz escrever. D. Manoel Rolim de Moura, (logar do sello etc.) E mais se não continha em dita copia da carta de sesmaria, a que eu, Joaquim Severiano da Costa, tabellião judicial em notas desta Villa, copiei do proprio a que me reporto, que vae na verdade, sem cousa que duvida faça, por mim escripto e assignado. Conferi-a com o tabellião Antonio Rabello de Almeida, de meo signal publico e razo nesta real villa de Atalaia, aos doze dias do mez de Fevereiro do anno de 1708. O proprio entreguei á pessoa abaixo assignada. O tabellião Joaquim Severiano da Costa. Commigo concertado, Antonio Rabello de Almeida. Recebi a propria. Gonçalo Pereira de Barros. »

Parece haver engano de data neste ultimo documento; não pode o despacho de D. Antonio Rolim de Moura ter

a data de 1824 em um requerimento cuja certidão tem a data de 1708; parece que esse despacho é de 1724, porque Manoel Rolim de Moura foi governador da Capitania desde 11 de Janeiro de 1722 até ser substituido por Duarte José Pereira Timbáu, em 6 de Novembro de 1727. Foi o vigessimo segundo governador da Capitania de Pernambuco, depois da restauração hollandeza.

Na « Revista », volume II, pagina 207, se encontram as seguintes linhas escriptas pelo fallecido secretario perpetuo, em um dos seus apreciabillissimos relatorios dos trabalhos do Instituto, referente esse ao anno de 1880, ao dar noticia da remessa de documentos para o archivo:

> « Cumpre não fique em esquecimento a collecção de 21 copias de documentos relativos á guerra dos Palmares e estabelecimento de aldeiamentos na area do territorio alagoano, de 1684 a 1830. Lê-se ahi o ajuste dos procuradores do Coronel Domingos Jorge com o governador Souto Maior acerca da entrada das forças; a carta régia de 28 de Janeiro de 1698 concedendo aos officiaes, praças e indios estabelecidos nos Palmares posse de terras; as reclamações destes contra o esbulho de suas propriedades, que embora cobiçadas viveram sem o amanho da raça incapaz de fazer face á concurrencia dos conquistadores. De uma informação de Mathias José do Rosario, juiz de paz em Jacuhype, se conclue que nunca se estabelecera ahi aldeiamento e sim presidios contra os pretos levantados, sob o commando do chefe Luiz Mendes, o primeiro que alli penetrou com soldados pagos e indios com mulheres, do que procedeo o incremento da população ».

Certo é que o indio, selvicola do Brazil, teve a mesma sorte, com applicação dos mesmos processos seguidos pelos chamados descobridores dos territorios não aggremiados na civilisação, em diversas epochas da evolução do mundo; foram conquistados esses territorios e os seos habitantes perseguidos a ferro e a fogo, até á anniquilação pelo exter-

minio ou pela dominação, reduzidos á situação de quasi escravos.

A legislação brazileira registra diversos decretos em que este conceito encontra justificação plena; se as cartas régias, cujo theor transcrevi acima, demostram actos de reconhecimento de direitos a esses desgraçados habitadores do territorio do Brazil, a perseguição aos aborigenes não deixou de ser lemma de governo na metrópole, como se evidencia dos seguintes actos que se encontram em cartas régias posteriores.

A de 13 de Maio de 1808 manda fazer guerra crúa aos indios «Botocudos,» nos seguintes termos:

> « Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, do meo conselho, governador e capitão general da Capitania de Minas Geraes. Amigo. Eu, o Principe Regente, vos envio muito saudar. Sendo-me presentes as graves queixas que da Capitania de Minas Geraes, têm subido á minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os indios «Botocudos», anthropophagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do rio «Doce» e rios que no mesmo desaguam e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquellas visinhanças e têm até forçado muitos proprietarios a abandonal-as com grave prejuiso seu e da minha Real Corôa, mas passam a praticar as mais horriveis e atrozes scenas da anthropophagia, ora assassinando os portuguezes e os indios mansos por meio de feridas de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seos tristes restos; tendo se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisacão e o reduzil-os a aldeiar-se e gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meos povos; e até havendo-se demonstrado quão pouco util era o systema de guerra defensivo que contra elles

tenho mandado seguir, visto que os pontos de defeza em uma tão grande e extensa linha não podem bastar a cobrir o paiz; sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos em primeiro lugar:

Que desde o momento em que receberdes esta minha carta régia, deveis considerar como principiada contra estes indios anthropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos assenhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas, de maneira tal que, movidos de justo terror das mesmas, peçam a paz, sujeitando-se ao doce jugo das leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vasallos fieis, como já o são as immensas variedades de indios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeiados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social.

Em segundo logar sou servido ordenar-vos que formeis logo um corpo de soldados pedrestes escolhidos e commandados pelos mesmos habeis commandantes que vós em parte propozestes e que vão nomeados nesta mesma carta régia, os quaes terão o mesmo soldo que o dos soldados infantes; e sendo indios domesticos, poderá diminuir-se o soldo a 40 reis, como se faz na guarnição dos presidios dos Barretos e da Serra de S. João; e para que não cresçam as despezas da Capitania, ordeno-vos que deis logo baixa a todos os soldados infantes que ora existem nessa Capitania, ficando os officiaes aggregados no Regimento de Cavallaria regular, donde successivamente passarão a effectivos, logo que haja vaga.

Em terceiro logar ordeno-vos que façais distribuir em seis districtos, ou partes, todo o terreno infestado pelos indios «Botocudos», nomeando seis commandantes desses terrenos, a quem ficará en-

carregado pela maneira que lhe parecer mais proficua, a guerra offensiva que convêm fazer aos indios «Botucudos»; e estes commandantes que terão as patentes e os soldos de alferes aggregados ao Regimento de Cavallaria de Minas Geraes, que logo lhe mandareis passar com vencimento de soldo dessa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Taborda, já alferes; João do Monte da Fonseca, José Caetano da Fonseca, Lizardo José da Fonseca, Januario Vieira Braga, Arruda, morador no Pomba; e se denominarão commandantes da primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta divisão do Rio Doce. A estes commandantes ficará livre o poderem escolher os soldados que julgarem proprios para formarem diversas bandeiras, com que hajam constantemente todos os annos na estação secca de entrar nos mattos; ajudando-se reciprocamente não só as bandeiras de cada commandante, mas todos os seis commandantes com as suas respectivas forças, e concertando entre si o plano mais proficuo para a total reducção de uma semelhante e atróz raça anthropophoga. Os mesmos commandantes serão responsaveis pelas funestas consequencias das invazões dos indios «Botucudos» nos sitios confiados á sua guarda, logo que contra elles se prove omissão, ou descuido. Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os indios «Botucudos» que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo elle empregal-os em seo serviço particular durante esse tempo e conserval-os com a devida segurança, mesmo em ferros, emquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e anthropophagia.

Em quarto lugar ordeno-vos que a estes commandantes se lhe confie annualmente um augmento de soldo proporcional ao bom serviço que fizerem, regulado este pelo principio que terá mais meio

soldo aquelle commandante que no decurso de um anno mostrar, não somente que no seo districto não houve invasão alguma de indios «Botucudos», nem de outros quaesquer indios bravos, de que resultasse morte de portuguezes, ou destruição de suas plantações; mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior numero do que qualquer outro commandante: conferindo-se aos demais um augmento de soldo proporcional ao serviço que fizeram, servindo de base para maxima recompensa o augmento de meio soldo.

Em quinto logar ordeno-vos que em cada tres mezes convoqueis uma Junta que será por vós presidida e composta do coronel do Regimento de linha, do coronel inspector dos destacamentos da Capitania, do tenente coronel, do major, do ouvidor da Camara, na qualidade de Auditor do regimento e do escrivão deputado da Junta da Fazenda, na qual fareis conhecer do resultado de tão importante serviço; e dar conta pela Secretaria de Estado da Guerra e Negocios Estrangeiros, de tudo o que tiver acontecido e fôr concernente a este objecto, para que se consiga a reducção e civilisação dos indios «Botucudos», se possivel fôr, e das outras raças de indios que muito vos recommendo, podendo tambem a Junta propor-me tudo quanto julgar conveniente para tão saudaveis e grandes fins, particularmente tudo o que tocar á pacificação, civilisação e aldeiação dos indios, declarando-vos tambem que por estes trabalhos os ministros da Junta não terão paga ou vencimento algum, reservando-me o dar-lhes aquellas demonstrações do meo real agrado e generosidade, de que os seos serviços, demonstrados pelas contas e resultado favoravel para a Capitania, os fizerem dignos.

Propondo-me igualmente por motivo destas saudaveis providencias contra os indios «Botocudos», preparar os meios convenientes para se estabelecer para o futuro a navegação do Rio Doce,

que faça a felicidade dessa Capitania, e dejesando igualmente procurar, com a maior economia da minha Real Fazenda, meios para tão saudavel empreza; assim como favorecer os que quizerem ir povoar aquelles preciosos terrenos auriferos, abandonados hoje pelo susto que causam os indios «Botocudos», sou servido ordenar-vos nesta conformidade, que na Junta que vos mando organisar, façaes propor e executar todos os tres mezes, os meios de exploração do Rio Doce, seja para o exame das cachoeiras que impedem que elle seja totalmente navegavel, seja para fazer mais facil a sua navegação, sendo possivel abrevia-la, e que seguindo este trabalho de um modo fixo e permanente, me deis successivamente conta do que resultar das mesmas explorações, para que eu resolva o que deve seguir-se em tão importante materia.

Igualmente vos ordeno que em todos os terrenos do Rio Doce actualmente impestados pelos indios «Botocudos», estabeleçais, de accordo com a Junta da Fazenda, que os terrenos novamente cultivados e impestados pelos indios, ficarão izentos por dez annos de pagarem dizimos a favor daquelles que os forem pôr em cultura de modo que se possa reputar permanente; que igualmente fique estabelecido por dez annos a livre exportação e importação de todos os generos de commercio que se navegarem pelo mesmo Rio Doce, seja descendo para a Capitania do Espirito Santo, seja subindo da mesma para a de Minas Geraes, fazendo comtudo as competentes declarações, para que se não confundam as fazendas importadas e exportadas pelo Rio Doce, com as que forem para a Capitania pela via de terra; que finalmente fique declarado, que concedo a todos os devedores da minha Real Fazenda que forem fazer semilhantes estabelecimentos de cultura e de trabalhos auriferos, a especial graça de moratoria, que haja de durar seis annos da data desta minha carta

régia, em cujo periodo não poderão ser inquietados por dividas que tenham contrahido com a minha Real Fazenda e que só ficarão obrigados a pagar no fim do mesmo periodo.

Ordeno-vos finalmente que para poderdes executar tão uteis objectos sem gravame da minha Real Fazenda, introduzais na administração de tudo o que diz respeito á mesma, a maior economia e me proponhais o que possa contribuir para o mesmo fim pelas repartições competentes, como a suppressão do posto de capitão-mór, regente da campanha, o excessivo ordenado de thezoureiro da Intendencia de Villa Rica, de muitos fiéis de Registros.

E sobretudo vos ordeno que desde logo deixeis de prover postos milicianos com soldo, voltando neste ponto ao que antigamente se praticava na Capitania e assim procedereis logo com os que fordes propondo, pois com aquelles que já tem soldo, nadá mando alterar, excepto se forem promovidos a postos superiores.

E igualmente vos ordeno que façais logo supprimir o pagamento da musica dos regimentos milicianos, que me consta montar ao enorme preço de muitos contos de reis, o que é um abuso intoleravel, e de que me devieis ter proposto a suppressão. O que assim tereis entendido e fareis executar, como nesta vos ordeno.—Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1808. (Assignado) Principe. Para Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello.»

A transcripção integral, que faço, desta carta régia, tem por fim demonstrar o plano de colonisação do territorio brazileiro, na parte referente á conquista da terra e á extincção de uma parte e dominação da outra, dos primitivos habitantes. Dos termos claros e expressivos dessa carta régia se deduz claramente que ao selvicola só restava um dos dois alvitres: morrer ou ser reduzido á escravidão. De um lado a guerra offensiva que o aborigene acceitou, luctan-

do pelo seu direito de posse contra os invasores que lhe tomavam o que era seu, o despojavam dos seos lares, devastavam as suas selvas, perturbavam a vida tranquilla que de tempos immemoriaes gozavam elles e os seos ascendentes; de outro lado a reducção ao que a carta régia chamava — *submissão ás nossas sabias e humanas leis*, — com a entrega por 12 annos a quem os fizesse prisioneiros de guerra, com o direito de submetter a ferros e os occupar no seo serviço particular. Elles eram tratados como bestas féras, sendo serviço patriotico a extincção, quer dizer, o trucidamento e a morte, digno de recompensa quem maior numero submettesse e concorresse para a tão saudavel empreza de libertar a terra dessa horda de selvagens que se recusavam a acceitar a felicidade que lhes era offerecida.

Dos termos dessa carta régia se conclue como se organisaram as bandeiras que invadiram o interior da Capitania de Minas Geraes e o nome de bandeirantes para ousados emprehendedores da descoberta e povoamento do sertão brazileiro.

Para melhor prova temos as cartas régias de 24 de Agosto, 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 1808, que mandam suspender os effeitos de humanidade e organisar corpos milicianos que persigam os indios «Bugres» da Capitania de S. Paulo e os tornem prisioneiros de guerra por 15 annos.

Eis a dirigida ao governador da Capitania de Minas Geraes, mandando augmentar a força e a perseguição ordenadas a 13 de Maio, ampliando os termos dessa carta régia:

> « Pedro Maria Xavier de Athayde e Melio, do meo conselho, governador e capitão general da Capitania de Minas Geraes. Amigo. Eu, o Principe Regente, vos envio muito saudar. Havendo me sido presente a carta que me foi dirigida pela junta que convocastes nessa Capitania, para execução da carta régia de 13 de Maio do corrente anno, em que ordenei a guerra offensiva contra os indios «Botocudos», e outras providencias para a navegação do rio «Doce», sou ora servido de ampliar-

vos, e á referida junta, a jurisdicção concedida na mencionada carta régia, autorizando-vos por esta, não só para poderdes augmentar o numero de soldados neccessarios em cada divisão e o seo vencimento, como parecer justo, mas tambem para accrescentar em cada um delles um sargento, que possa supprir as faltas do alferes commandante, e um cirurgião que se incumba do tratamento dos enfermos; e, sobre qualquer outro objecto de que um maior conhecimento deste negocio possa mostrar a necessidade de novas providencias me informareis immediatamente para que eu resolva o que parecer mais conveniente ao meo real serviço e ao bem dos povos dessa Capitania, que tanto desejo promover. O que tudo assim haveis entendido e fareis executar na forma que deixo ordenado. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Agosto de 1808. (Assignado) Principe.»

A outra é dirigida ao governador da Capitania de S. Paulo, quanto aos indios «Bugres», em 5 de Novembro:

«Antonio José de França e Horta, do meo conselho, governador e capitão general da Capitania de S. Paulo. Amigo. Eu, o Principe Regente, vos envio muito saudar. Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os campos geraes de Curytiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam de outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos os comprenhendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos indios denominados «Bugres», que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultival-as em beneficio do Estado, de maneira tal que, em todo o terreno que fica a oeste da estrada real, desde a villa da Faxina até a villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os indios «Bugres» morto os

seos moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeavel, senão para viajores que vão reunidos em grande numero e bem armados, quando antes não havia memoria, que os indios atravessassem a estrada para a parte da serra se consideravam seguros e livres, chegando agora até a atacar o Registro que está em cima da serra no caminho que vai da villa das Lages para Santa Catharina, e mostrando-se dispostos a querer atacar a mesma villa em cujas visinhanças têm chegado a matar povoadores; e, constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptiveis não só da cultura de trigos, cevadas, milhos e de todas as plantas, cereaes e de pastos para gados, mas de lindos canhamos e toda qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, alem de que se acham no mesmo territorio terras nitrogeneas e muitas minas de metaes preciosos e de outros não menos interessantes; sendo-me tambem presentes os louvaveis fructos que tem resultado das providencias dadas contra os «Botocudos», e, fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das faculdades moraes do espirito, muito superiores ás physicas e corporaes; tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os à aldeiar-se e gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meos povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva; sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles

tinha mandado praticar, ordenar-vos:

Em primeiro lugar que logo, desde o momento em que receberdes esta minha carta régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros indios; que deveis organisar em corpos aquelles milicianos de Curytiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles e, com a menor despeza possivel da minha real fazenda, perseguir os mesmos indios, infestadores do meo territorio; procedendo a declarar que todo o miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes indios, poderá consideral-os por 15 annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porem vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jugo das minhas leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já só não ficarão sugeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim e por minhas leis; e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade.

Em segundo logar sou servido que á proporção que fordes libertando não só as estradas de Curytiba, mas os campos de Guarapuava, possais alli dar sesmarias proporcionaes ás forças e aos cabedaes dos que assim as quizerem tomar com o simples onus de as reduzir a cultura, particularmente de trigo e mais plantas cerealis, de pastos para os gados, e da essencial cultura dos linhos, canhamos e outras especies de linho. Em terceiro logar ordeno-vos que assistaes com o competente ordenado etc. (O mais não tem referencia aos indios.)»

Certo é que a guerra offensiva não obteve a submissão

completa do indio ; pode-se fazer uma supposição do que foi essa luta, mandada pelo governo, autorisada pelo principe reinante, com corpos milicianos organisados militarmente e com as promessas de saque no genero mais convidativo para incitar a cobiça: a terra feracissima, coberta de madeiras preciosas e de caça opima e o escravo a angariar para o trabalho.

As scenas de barbaria commettidas pelo homem culto, armado com os instrumentos aperfeiçoados de morte, contra o selvagem possuidor apenas do arco, da flecha e do tacape, em nome da civilisação que suspende as leis de humanidade, do forte contra o fraco, do poderoso contra o quasi inerme, não conseguiram chamar essa raça inferior á superioridade das leis beneficas da monarchia de Portugal.

Se é verdade que grande extensão territorial foi conquistada, que os bandeirantes se apossaram dos terrenos, matando ou reduzindo á escravidão os povoadores do Brazil, formando grandes Estados prosperos da actual federação, essa raça forte lutou sempre, oppôz resistencia aos invasores, cedendo o campo mas perpetuando a luta que, até hoje, não terminou de todo.

Apóz os ultimos massacres feitos pelos indios em S. Paulo e no Maranhão, ha poucos annos, o governo da Republica, por honra nossa, encontrou um homem que soube enveredar o bom caminho da catechese dos selvicolas ; essa missão Rondon poude atravessar terras nunca pisadas pelo homem civilisado, obtendo por meios brandos não somente a acquiescencia do selvagem, mas a sua mesma collaboração no implantamento dos postes telegraphicos, na distensão dos fios, transmissores do pensamento, obra de civilisação essa muito differente da guerra effensiva das cartas régias de 1808.

Reportando-nos a esse tempo, a essa epocha, outra que não a actual, podemos avaliar dos effeitos obtidos por esses meios suasorios demais, buscando os documentos officiaes e lendo esses attestados da marcha dos acontecimentos em relação aos nossos predecessores na população deste Brazil, patria de nós outros tanto como era a delles, cuja origem se perde nos tempos desconhecidos sem ser possivel firmar ao certo de onde elles provieram.

Não será temerario affirmar que essa guerra offensiva, ordenada pelo Principe Regente no principio de 1808, já estava sendo praticada muito tempo antes ; a perseguição ao indio era feita nas selvas, onde elles estavam espalhados em pequenos grupos, e os invasores penetravam em destacamentos bem armados e municiados ; precisava da sancção do governo. D'ahi as reclamações e as representações para se obter o apoio do governo na obra de exterminio e usurpação autorisada pelo poder legal.

Somente assim se explicam as providencias dadas poucos mezes depois, provindas de resultados sorprehendentes para serem acceitos como realisados em seis a sete mezes decorridos. A guerra offensiva aos «Botucudos» foi ordenada em 13 de Maio de 1808; a 2 de Dezembro do mesmo anno, podemos ler a noticia dos effeitos *salutares* dessa ordem de matança.

A carta régia de 2 de Dezembro sobre o aldeiamento dos indios é muito importante para o assumpto no ponto de vista historico.

E' dirigida ao mesmo Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, governador da Capitania de Minas Geraes, allude ao muito que já obtiveram, em tão poucos mezes de execução, as providencias mandadas pôr em pratica na guerra offensiva declarada aos indios e, a pedido dos commandantes das forças armadas para promover a civilisação d'aquelles que mostram querer viver pacificamente aldeiados e para favorecer o estabelecimento de alguns sujeitos que têm concorrido para erigir fabricas de mineração e trabalhos de agricultura, manda tomar as seguintes providencias:

> « 1.ª que no territorio novamente resgatado das incursões dos «Botocudos» ou outros que considerar devolutos, se faça executar o que determina a ordenação do livro IV, titulo 43 e ordens reaes posteriores. 2.ª que aos commandantes de força se possam demarcar e assignalar terrenos proporcionaes ás fabricas que forem entrando de posse, para se lhes dar posteriormente em sesmarias. 3.ª que se escolham, de accordo com o Bispo, eclesiasticos que se incumbam da educação religiosa do

gentio que estiver aldeiado, como aconteceo com 500 «Purys» que vieram procurar a protecção das leis, recebendo 200$000 annuaes e os dizimos das novas culturas pelo espaço de 12 annos, podendo levantar igrejas. E sabendo que as aldeias ou povoações de indios não têm prosperado e antes vão em decadencia pela natural indolencia e pouco amor delles ao trabalho, já pela ambição das pessoas que com o titulo de Directores, ou outro qualquer, só têm em vista tirar partido de gente grosseira, rustica e pouco civilisada para absorverem á sua sombra os soccorros dado pela minha Real Fazenda, que tendo sido muito consideraveis, tem sido em parte infructiferos. Manda por isto a carta régia que só se aldeiem indios quando esses, que procurarem a autoridade, forem em grande numero que possam formar uma grande povoação e não puderem ser destribuidos pelos fazendeiros e agricultores ou estes os não quizerem receber; procure-se entregal-os a esses agricultores mediante as seguintos condições: que possam se utilisar do seo trabalho a troco do ensino e da educação que lhes dão, tendo sòmente onus de os vestir, alimentar e os instruir nos preceitos da religião christã pelo espaço de 12 annos e de 20 para os que tiverem menos de 12 annos; 2.° que satisfazendo os fazendeiros esses encargos, nada lhes possa ser pedido mais pelos indios, assim como ninguem os possa desencaminhar das fazendas antes do prazo estabelecido e depois deste possam elles ajustar o trabalho, tendo preferencia o fazendeiro que os civilisou, devendo ser punidos os que desencaminharem os indios e as autoridades auxiliarem os fazendeiros a exigir as indemnisações de accordo com esse delicto. 3.° que sejam propostos para officiaes da milicia os fazendeiros que maior numero de casamentos e nascimentos apresentar na sua fazenda. 4.° que ha ordem para ser communicado ao Principe a reunião de indios em numero de 1200, casas por algum fazendeiro, havendo nessas 100

casaes de portuguezes, com a edificação de uma igreja, isto no intuito de ser esse fazendeiro rico, creado senhor e donatario da sobredita povoação e até Villa, com todas as prerogativas desses estabelecimentos. Finalmente ordena que, nos nucleos de indios aldeiados, se procure collocar grande numero de portuguezes que os ensinem a trabalhar e viver com elles.»

Os termos dessa carta régia, expedida sete mezes, apenas, após a de 13 de Maio, indicam rumo muito diverso a seguir, plano diametralmente opposto ao desenvolvido anteriormente: a catechese pelos missionarios que até bem pouco tempo era o systema seguido ha um seculo de existencia d'esse anno. Não seria possivel, em tão poucos mezes, se obter a conquista do territorio, fabricas de que os commandantes vão entrando de posse, indios ferozes e anthropophagos que se vieram apresentar em procura da protecção das leis e povoações de indios em prosperidade. A carta é eloquente nas phrases que condemnam a ambição de pessoas que, sob o titulo de Directores e outros, tiram partido da gente grosseira, rustica e pouco civilisada para haverem os soccorros dados pela Real Fazenda, muito consideraveis mas infructiferos.

Mais expressiva é a de 28 de Julho de 1809, dando instrucções aos Directores de aldeiamentos, nos termos seguintes:

«Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, governador e capitão general da Capitania de Minas Geraes, do meo conselho. Amigo. Eu, o Principe Regente, vos envio muito saudar. Havendo tomado em consideração o officio que a junta da conquista e civilisação dos indios dirigio á minha real presença na data de 27 de Junho do corrente anno, submettendo a minha real approvação, as instrucções que provisionalmente se dispunha dar aos directores dos aldeiamentos que se fossem formando de «Purys» e «Xamexumes», e tendo eu encontrado nos differentes artigos que elle contem indicadas todas as providencias que por ora

parecem necessarias para que aquelles estabelecimentos se façam na boa ordem, que convem, afim de que tenham os uteis e vantajosos resultados, que me propuz obter pelas disposições das cartas régias de 13 de Maio e de 2 de Dezembro do anno passado; sou servido approvar as ditas instrucções, que com esta vos envio, e determino que ellas se cumpram litteralmente em quanto eu não mandar o contrario, devendo a mesma junta depois com a experiencia e trato do tempo propor-me todas as alterações, ou addiccionamentos, que se houverem por necessarios, afim de que eu resolva o que melhor julgar que convenha ao meo real serviço e utilidade dessa Capitania, que tanto desejo prover.

O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia e da mesma junta que se regulará nesta conformidade. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1809. (Assignado) Principe. »

As instrucções não foram publicadas com essa carta, nem podemos saber quaes ellas foram.

A sorte dos indios do norte do Brazil, pelo menos da Capitania de Pernambuco, a que Alagoas pertencia, parece ter sido mais feliz, se nos podemos reportar ao tempo mais breve da conquista, não obstante nos faltarem os elementos para apreciar o modo por que foi esta realisada.

Podemos ler as cartas régias de 1699 e do principio de 1700 em que se lhes mandou dar quatro leguas de terra em quadro, recompensa ao serviço por elles prestado com a conquista dos Palmares; era um seculo antes ao tempo da guerra crúa aos seus irmãos do sul, prova de que já estavam submettidos ás *sabias e humanitarias leis*, do mundo civilisado.

Uma consequencia positiva posso tirar dos documentos que dessa conquista nos chegaram; poderiam os meios ter sido differentes, mas os resultados foram os mesmos: o indio foi ainda o eterno espoliado.

O titulo de Director de Indios, de que nos dão noticia as cartas régias anteriores era o de verdadeiro senhor abso-

luto dos indigenas: elles exploravam os indios em bem dos seos proprios interesses. Dahi a phrase incisiva, que transcrevi, da penna do nosso secretario perpetuo, em relação aos aborigenes: « raça incapaz de fazer face á concurrencia dos conquistadores. »

Dada a superioridade de cultivo intellectual, dos instrumentos de agricultura e dos conhecimentos de aproveitamento do solo para a cultura, a resistencia era insustentavel; mas bem poderia a ambição da conquista respeitar direitos e não impôr a escravidão ou a espoliação dos primeiros occupantes.

Os acontecimentos se incumbiram de provar que a catechese e civilisação dos indios se poderia fazer por outros meios que não a violencia injusta que por seculos lhes foi imposta; por mais selvagem que pareçam certas tribus, a indole da raça, em geral, é mansa e domesticavel.

A prova é a assimilação delles á civilisação no norte, ha dois seculos e no sul com menos tempo de emprego dos meios brandos, quando a conquista não foi mais o movel da acção dominadora e fizeram intervir os padres como Anchieta e Nobrega aos quaes se attribue, com justiça, grande proficuidade nessa campanha; a prova é a acção benefica da missão Rondon que se está a impôr com a relevancia de um resultado, de surpreza para todos.

Mantendo relações com os indios, dos considerados mais ferozes e indomaveis, o Coronel Rondon, á frente da commissão de linhas telegraphicas, penetrou os invios sertões do Brazil, percorreo as regiões nunca exploradas até agora, de Matto Grosso e Manáos, realisou o impossivel que todos suppunham, de entreter relações com os selvicolas, attrahir e domar esses rebeldes á civilisação, deixando construida a linha que liga os dois Estados!

N'um documento recente, appello dirigido ao Congresso Nacional em favor da continuação do serviço de catechese dos indigenas, pelos processos que pôz em pratica, encontrei as seguintes linhas, que substanciam o maior elogio que se pode fazer ao novo systema de civilisação do aborigene e que muito a proposito chega, ao escrever a historia dos processos anteriores, de 1600 a 1800:

« Em menos de dois annos — diz o Coronel Rondon — conseguio-se a pacificação dos « Caingangs » de S. Paulo, dos «Patachos» da Bahia, dos «Crenaes» do Espirito Santo, dos «Janaperys» do Amazonas e de outras tribus de reputação menos famosa. Os «Caingangs» sabeis que viviam em continuas luctas de morte com os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste; os «Patachos» nunca tinham tido contactos, senão guerreiros, com os civilisados; os «Crenaes» eram dizimados pelos colonos do Espirito Santo, em cujas propriedades commettiam depredações; os «Janaperys», finalmente, mantinham fechado á civilisação o rio do mesmo nome, em cujo longo curso nenhuma só casa se encontrava, e tão perseguidos e amontados eram, que houve em 1905, um governador que mandou ás suas tabas uma expedição militar de exterminio.

N'este mesmo tempo em que se apaziguavam as tribus perseguidas, o serviço de Protecção aos Indios aggremiou e iniciou no trabalho agricola os «Bororós» de S. Lourenço, em Matto Grosso; os «Guaranys» de S. Paulo, localisando estes em Araribú; os «Nac-nanues», ou «Nac-hererês» e outros do Espirito Santo, empregados no trabalho ás margens de S. Matheus; os «Pojichás» e «Maxacalis» na Bahia e varias tribus nos rios Seruhiny, Inauhiny e Abacaxys, todos do Amazonas. E, no meio mesmo da miseria financeira a que ficou reduzido a dois annos, conseguiu a pacificação dos «Botocudos», de Santa Catharina, indios que viviam em guerra terrivel contra os colonos allemães daquelle Estado ».

Sinto não poder transcrever para aqui todo esse longo officio do distinctissimo Chefe da Commissão de Protecção aos Indios; quão differentes são as suas phrases dos termos empregados nas cartas régias, uma dellas escripta especialmente para os indios «Botocudos», de Santa Catharina e para os de S. Paulo.

Não me posso furtar ao desejo de transcrever os se-

guintes periodos desse officio, adiante:

> « Não houve nenhum amigo de indios, religioso ou leigo, viajante, industrial ou fazendeiro que se lembrasse jamais de procurar os «Caingangs» de S. Paulo, os «Botocudos» de Santa Catharina ou os «Janaperys» do Amazonas, todos, injustamente embora, reputados ferozes. Ainda hoje, não tendo o serviço podido chegar até elles, estão os «Parintintins», de ferocidade igualmente famosa, á espera dos catechistas religiosos ou dos amigos desinteressados. E, comtudo, pelo martyrio que soffrem, pelas miserias que passam e pela rudeza em que vivem, são essas tribus amontadas as que mais merecem a nossa piedade e são tambem as que melhores esperanças offerecem como povos fortes, sadios e em situação moral incomparavelmente superior á dos seus irmãos semi-civilisados. Em contraposição não ha tribu pacifica habituada á escravidão e amolecida por uma vida tradicional de vilipendio, que não encontre padres ou leigos que as queiram ter sob sua protecção ».

Apraz-me ler-vos estes periodos, pondo-os em confronto com as cartas régias do inicio do seculo XIX e que são resposta aos conceitos que nellas se contêm.

Se elles formam o louvor do Corenel Rondon, embora escripto sem a preoccupação de os enumerar e enaltecer, deixam igualmente estereotypado o modo de agir de uma epocha da nossa historia, em relação aos primitivos habitantes da terra brazileira, apresentada como raça inferior, incapaz de adaptação ao trabalho, verdadeiros animaes ferozes, refractarios á civilisação e, suprema injuria, fraca, pusillanime, sem elementos de força e que, não obstante, ha resistido valentemente, até o exterminio, aos espoliadores das suas terras. Honra a elles.

Proclamada a independencia, a situação dos selvicolas continuou sem definição outra senão a que lhe deram as cartas régias da metropole, sem conhecimento exacto da autoridade a que estavam subordinados; assim é que o aviso

de 13 de Agosto de 1834 teve precisão de declarar pertencer á jurisdicção administrativa do juiz de orphãos a decisão sobre rendas e titulos dos arrendatarios dos terrenos pertencentes aos indios, o que significa haverem elles entrado para a communhão brazileira com o direito de propriedade sobre os terrenos que lhes foram doados e com o direito de os arrendar, sem que houvesse autoridade que os garantisse nessa situação excepcional, na communhão.

A 3 de Junho de 1833 foi expedido o seguinte decreto que mais confirma a incerteza a que me referi acima, por não haver a Constituição politica definido a situação juridica desses individuos, considerados menores ou pessoas desvalidas, por esse decreto que os collocava sob a jurisdicção dos juizes de orphãos a substituir os Ouvidores, seos juizes privativos.

Eis o decreto:

> « A Regencia, em nome do Imperador, Senhor D. Pedro II, tomando em consideração que, com a extincção dos logares de Ouvidores das comarcas, pela lei de 29 de Novembro de 1832, nenhuma providencia se deo acerca dos bens pertencentes aos indios, de que eram juizes privativos e administradores os sobreditos Ouvidores, ha por bem encarregar da administração delles, aos juizes de orphãos dos municipios respectivos, em quanto pela Assemblea Geral se não derem outras providencias a tal respeito.
>
> Candido José de Araujo Vianna, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario dos negocios da Fazenda e encarregado interinamente dos da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Junho de 1833, decimo segundo da independencia e do Imperio. Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Braulio Moniz, Candido José de Araujo Vianna ».

Somente em 1845 foi expedido o decreto n.º 426, de 24 de Julho, que creou o cargo de Director Geral dos Indios,

definio-lhe as attribuições, dando ordem para a demarcação das terras a elles pertencentes, instituindo a catechese por missionarios, fornecendo-lhes roupas, alimentos e instrumentos para o trabalho, instituindo as aldeias e outras providencias para attrahir as hordas errantes e fixar os indios nas aldeias.

São 38 paragraphos os que definem as funcções do Director Geral; os artigos 1.º e 18 são os que fixam as attribuições de Director de aldeia, cargo criado para cada uma destas.

Desse tempo ha noticia das seguintes aldeias de indios na Provincia das Alagoas:

> « Palmeira dos Indios, na comarca a que deo o nome; Urucú, na antiga comarca da Imperatriz, hoje União; Muricy ou Cabeça de Cavallo, na de Atalaia; Limoeiro na antiga Assembleia, hoje Viçosa; Campos do Arrozal de Inhahuns, hoje Anadia; Santo Amaro, na comarca do Pilar; Collegio de Porto Real, na freguizia deste nome; Jacuhype, na de Porto Calvo; Cocal na de Camaragibe ».

Dos indios habitantes d'essas aldeias, das quaes não mais existiam as de Palmeira dos Indios, Campo do Arrozal de Inhahuns, Santo Amaro, embora houvessem indios confundidos na população, é que o Commendador Pitanga foi nomeado Director Geral, interinamente, pelo presidente Dr. José Bento da Cunha e Figueredo, em 1849, e pelo Governo Geral por decreto de 2 de Julho de 1850.

* * *

Continúa no numero seguinte

Leite e Oiticica.

ALAGOAS

E SEU DESENVOLVIMENTO HISTORICO(*)

(Conferencia realisada a 3 de Maio de 1916,
pelo Professor Moreno Brandão,
no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano)

Meus senhores:

De todos os estados maritimos brazileiros nenhum se presta mais do que Alagôas a um povoamento regular e systematico, effectivamente começado nos primeiros tempos de nossa historia com a fundação de alguns villarejos, que hoje são lugares de regular desenvolvimento.

Fugindo á regra em virtude da qual as nossas povoações mais antigas foram erigidas em terreno littoraneo, Alagôas, talvez por não possuir o que o geographo Karl Ritter chama costas de colonisação, sendo antes comprehendida

(*) O primitivo titulo deste trabalho era — *Ligeiros traços sobre Alagôas colonial, monarchica e republicana.* O autor achou conveniente mudar esse titulo para o que agora epigrapha este estudo.

entre as regiões que possuem littoral pelo mesmo geographo denominado de dispersão, viu as suas primeiras localidades surgirem em pontos algo affastados do oceano.

Entretanto, a singular ventura que propiciou nossos destinos, apenas difficultados pela malevola interferencia dos homens, collocou esses nucleos de população ao lado de arterias fluviaes ou de lagôas que francamente nos preservaram do isolamento, a que se deve a estagnação da China, outr'ora progressista e culta.

Ajudada por essa circumstancia feliz que notamos, dotada de excellente clima, favorecido por uma natureza opulenta, rica de especies vegetaes, tendo uma fauna copiosa, e um subsolo que ainda ha de nos maravilhar pelas magnificencias que encerra, Alagôas começou o tirocinio de seu desenvolvimento historico sob os mais felizes auspicios.

E, para cumulo de nossa fortuna, ella resaltou logo ás vistas cúpidas dos piratas francezes que aqui vinham fazer as suas singraduras e dos exploradores que, de motu — proprio ou por ordem real, se destinavam a conhecer a terra descoberta em 1500.

Fosse Gaspar de Lemos, André Gonçalves, Christovam Jacques, Pero Coelho, D. Nuno Manoel, João Coelho, Fernando de Noronha ou Americo Vespucio o commandante da primeira esquadra exploradora dos mares do Brazil, é facto inconteste que as costas das Alagôas e o seu grande rio foram os pontos avistados logo depois das primeiras descobertas geographicas feitas pela mesma esquadra.

A essa exploração realisada provavelmente sem o concurso régio, seguio-se um largo periodo de abandono a que esteve entregue o Brazil, até que D. João 3.º tratou de colonisal-o, fazendo doações de 15 capitanias entre as quaes, a de Pernambuco a que se ligava Alagôas, coube a Duarte Coelho Pereira.

Este, no dizer de Rocha Pitta, teve de ganhar a palmo o que se lhe concedera a leguas, tal foi a insubmissão em que encontrou o gentio ajudado dos francezes.

Parece mais ou menos averiguado que a primeira povoação erigida em Alagôas foi Penêdo, que presidiu ao desenvolvimento historico das povoações ribeirinhas ao baixo S. Francisco.

Espindola estabelece como data da fundação de Penêdo o espaço de tempo decorrido entre 1522 e 1535.

Diégues Junior suppõe que a mesma cidade teve os seus inicios em 1557.

Em 1575 Christovam Lins lançava os fundamentos de Porto Calvo e, ao expirar o seculo XVI, Diogo Soares da Cunha começava a erigir a povoação de Magdalena do Subaúma, actual cidade de Alagôas, para onde desde 1535 mandára Duarte Coelho Pereira alguns colonos com o intuito de desalojar d'alli os tupinambás que, por seu turno, já tinham desalojado os cahetés.

Alem de Penêdo, Porto Calvo e Alagôas, datam igualmente do seculo XVI as fundações de S. Luzia do Norte e de S. Miguel.

Depois de 1557 as nossas plagas estremeceram de horror ante a barbara matança dos cahetés, em oblação aos manes do Bispo Fernandes Sardinha.

Apezar d'esse incidente que foi um grande desazo, Alagôas participou da prosperidade geralmente espalhada pela Capitania de Pernambuco, prosperidade que a invasão hollandeza sustou de modo innegavel.

Esse episodio dramatico de nossa historia só veio a repercutir dentro das nossas lindes depois do dia 21 de Setembro de 1631.

Começa então uma serie de tropelias proprias da guerra e de que foram victimas principalmente Porto de Pedras, Porto Calvo, Camaragibe, Paripueira, o Francez, Alagôas e Penêdo.

Entre as peripecias d'essa empolgante tragedia que durou 20 annos, nenhuma foi mais propria a emocionar os animos do que a trasladação de 8000 pessôas de Pernambuco para a nossa terra.

Recebendo tão avultado contigente de novos habitantes, Alagôas obteve um grande e inestimavel beneficio, visto como restringiu, com os seus novos povoadores, a area de suas regiões desertas.

E' verdade que desses retirantes muitos foram parar á Bahia. Não obstante, a maioria permaneceu entre nós e aqui definitivamente se fixou.

Depois d'esse facto avulta, na congerie de successos

guerreiros, a tomada de Porto Calvo e a consequente immolação de Calabar, typo sem relevo, artificiosamente mantido á tona da historia.

A invasão hollandeza começou então a visionar mais persistentemente o sul do Estado.

De algum incremento já gosava então a nossa terra, onde se contavam trez villas, talvez envoltas na bronca displicencia dos lugares que despontam no meio de uma natureza pomposamente esmagadora.

Depois da merencoria transmigração dos 8000 pernambucanos que aqui vieram encontrar guarida, ainda teve o Capitão Francisco Rabello ordem de avocar para o territorio alagoano os que se achassem inseguros na região contermina.

A chegada a Pernambuco de João Mauricio de Nassau pouco influenciou nos destinos das Alagôas até onde não chegou, em factos memoraveis e duradouros, o influxo da acção do decantado administrador.

Nem siquer o seu designio expresso em carta ao *stathouder* de Hollanda, pedindo-lhe que mandasse degradados allemães com o fim de fazer a colonisação do S. Francisco, poude se concretisar em realidade.

Com a retirada de Nassau, bemfazejo apenas para o Recife, veio a sublevação contra os hollandezes, a qual foi bravamente chefiada em Alagôas por Christovam Lins, Vasco Marinho Falcão, Valentim da Rocha Pitta, André da Rocha de Antas, Manoel Gonçalves Marzagão, João Velho, Gaspar Goncalves Neúva, os irmãos Britto e Francisco Velanez.

E como se iniciou a lucta em Porto Calvo? Com páus tostados, dardos, espadas ferrugentas, facões, foices, arcos, flechas, 4 mosquetes oxydados e 12 espingardas.

Foi mais ou menos com esses elementos que se expulsou de nossas plagas o neerlandez cubiçoso e usurario, que entre nós quasi nada deixou para vestigiar a sua passagem.

Reconquistado o Brazil para a metropole, iniciou-se no reinado de D. Pedro 2.º e no governo de Fernando de Souza Coutinho, a colonisação de Macció e começou-se a pensar seriamente na extincção dos Palmares.

Esse agrupamento heroico de negros revela a quem compulsa as nossas chronicas o modo pelo qual se exercitava entre nós a autonomia dos municipios.

Elle tambem nos mostra a iniciativa de que seriamos capazes, si um regimen nimiamente compressor não nos tivesse tolhido brutalmente a acção.

Vencida a Troya negra, consoante a chamou Oliveira Martins, restava debellar o banditismo que campeava infrene, como triste sobrevivencia das luctas anteriores.

Foi então Alagôas elevada á categoria de comarca em 1711, sendo nosso primeiro ouvidor José de Acunha Soares, homem de grande integridade moral, que nobremente repulsou as propostas do governador de Pernambuco em referencia aos presos da guerra dos *Mascates*.

Por esse tempo, alem dos trez antigos nucleos urbanos de Penêdo, Porto Calvo e Alagôas, medravam S. Miguel, S. Luzia, Atalaia, Anadia, Maceió, Piassabussú, Porto de Pedras, Collegio, Traipú, Agua Branca, Palmeira dos Indios e Poxim.

Ainda hoje estados que tem mais do decuplo de nossa extensão territorial não contem maior numero de villares.

A vida da comarca era tranquilla, porque não a perturbavam convulsões extremas, salvo si quizermos considerar erroneamente como facto decisivo para ordem publica o motim, que, sendo ouvidor João Villela do Amaral, rebentou no S. Francisco, sob a direcção do celebre Padre Curvello.

Na subsequente ouvidoria de Carlos Pereira Pinto, um documento firmado por Duarte Pereira pede a extincção da Parahyba, visto como era insignificante, ao contrario de certas comarcas como Alagôas, que, sendo governada por 5 capitães-móres, tinha 3 villas, 10 freguezias, 47 engenhos, rendendo o dizimo 3:800$073 réis.

Sendo ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira, que governou durante 18 annos, teve a nossa lavoura um grande impulso com a introducção de mais uma cultura que hoje enriquece vastas zonas do Estado — o algodoeiro.

Cumpre tambem aqui deixar consignado que n'aquelle tempo houve um certo movimento em pról da conservação de nossas riquezas florestaes, indo José de Mendonça, ao deixar a ouvidoria, exercer o cargo de conservador das mattas, funcção que só existiu em Alagôas e na Bahia.

Caracterisa a administração posterior de Joaquim José

de Castro o anceio de nossas embryonarias municipalidades para alargar a esphera de suas franquias.

Demonstração inconcussa do que affirmamos está no facto de terem simultaneamente trez localidades, as principaes da comarca, — Penêdo, Alagôas e Porto Calvo, tantas vezes citadas, pedido a nomeação de um juiz de fóra, e a solicitação da segunda d'essas localidades impetrando ao rei D. João VI juizes lettrados para algumas villas da comarca.

E, ou por calculo ou por desprevenção de animo, não trepidou a edilidade da séde da comarca em inserir no meio do arrazoado que dirigio ao rei fugitivo de seus penates sob o tagante do medo que lhe inspiravam as hostes napoleonicas, as seguintes palavras propheticas:

« V. Alteza Real a quem a Providencia do Altissimo, pelo meio de tantos e tão evidentes perigos foi servida collocar n'este continente para demais perto dar as providencias e fazer a felicidade de seus fieis vassallos n'esta conquista, que vai ser o novo imperio, o primeiro da America, que Deus faça o mais potente do globo... »

Sob auspicios tão magnificentes encetava esta circunscripção territorial, bem como todo paiz, o cyclo historico de uma centuria de annos grandemente accidentados.

Evoluindo desde as mais rudimentares formas administrativas até chegar á completa e porventura demasiada autonomia, Alagôas foi comarca para que mais facilmente n'ella, em suas zonas do norte e do centro, fossem reprimidos os numerosos crimes que se verificavam aqui, conforme já dissemos.

Revocada por esse modo á ordem, foi o primeiro lugar da capitania de Pernambuco que se oppoz ao movimento de 1817.

Preludiado pelas assolações da *secca* e da peste, esse movimento foi imposto ás Alagôas pelo terror das ameaças contidas em boatos adrede espalhados.

Felizmente a lúcida visão de nossos typos representativos e a energia do ouvidor Ferreira Batalha insurgiram-se contra essa revolução, que, ainda que medrasse, traria o rompimento dos frageis vincelhos que ligam, uns aos outros, os departamentos brazileiros.

A lealdade de nossa attitude, conjugada ao desejo de

reduzir a grandeza territorial de Pernambuco, trouce-nos um bem: a elevação de Alagôas a capitania independente.

Ao alvorecer d'essa nova phase de vida historica, quando já tinhamos quinze localidades dignas de nota, surgiram alguns melhoramentos de certo vulto.

Entre elles especificaremos: a installação da junta de administração e arrecadação da real fazenda, o estabelecimento da Alfandega de Jaraguá e de dois consulados, um em Penêdo e outro em S. Miguel, creação de corpos de 1.ª linha, fortificação do littoral para impedir incursões dos piratas, construcção de vasos de guerra em nossos antigos e productivos estaleiros, levantamento da planta de Maceió, construcção de um edificio para a junta de fazenda e almoxarifado, abertura de estradas, etc.

N'aquelle tempo tambem o nosso Estado tinha grandes e ponderosos elementos de vitalidade e energia.

Só a capital, Alagôas, contava 23 engenhos, explorava as madeiras de suas florestas, plantava muito algodão e fazia muito oleo.

Porto Calvo, comprehendendo Camaragibe, S. Bento e Jacuhype, tinha cerca de seis ou sete mil fogos.

Parecia o mais importante emporio agricola da região, pois o numero de seus engenhos se elevava a 120.

A população da capitania era computada em 35.000 almas.

Reinava geral bem-estar, e culturas como a do tabaco eram tão vultosas, que abarrotavam o mercado da Bahia.

Eis senão quando estalaram os prodromos das luctas pela independencia.

Ellas já não encontraram no governo Sebastião Francisco de Mello Povoas e sim as juntas governativas que o substituiram.

No dominio da primeira junta effectuou-se a eleição dos deputados alagoanos ás côrtes portuguezas, sendo eleitos o Coronel Francisco Manoel Martins Ramos, advogado Manoel Marques Granjeiro e padre Francisco de Assis Barbosa. Foi uma representação pallida e sem brilho.

Dominando a segunda junta, Alagôas, a desconhecida precursora dos grandes acontecimentos nacionaes, poz-se em franca rebeldia contra a metropole, graças ao desassombro

de Jeronymo Cavalcante de Albuquerque.

Secundou-o Manoel Mendes da Fonseca.

Mais tarde aqui foram prestados valiosos auxilios a Labatut.

A intervenção de Alagôas nos primeiros episodios da independencia fez com que ella, a 14 de Janeiro de 1823, fosse declarada rebelde, sendo despedidos das côrtes portuguezas os nossos deputados.

Seguio-se depois uma phase de intranquillidade em que os motins appareciam frequentemente, culminando na revolução de 1824.

Na presidencia de D. Nuno Lossio, o conselho do governo creou feiras em varias localidades, e, governando Almeida Lins, o mesmo conselho fez a divisão judiciaria da então provincia.

Em administração subsequente, — a de Araujo Vianna — foram estabelecidos os correios.

Na presidencia de Manoel Antonio Galvão reuniu-se pela primeira vez o Conselho geral da provincia, tomando, entre outras medidas de alcance, a de crear quatro cadeiras de instrucção secundaria: francez, philosophia, geometria e rhetorica, tendo o lente d'esta disciplina a obrigação de explicar principios de geographia, chronologia e historia universal. A séde d'essas cadeiras era a mesma da provincia.

Por essa mesma epoca, ficamos em materia judiciaria sob a jurisdicção de Pernambuco, ao envez de continuarmos sob a dependencia da Bahia.

E com essas providencias encerrou-se, para nós, o primeiro imperio.

Veio então o periodo regencial conturbado e cheio de violencias rematadas na guerra dos cabanos, protrahida por mais de um triennio e terminada graças á mediação do Bispo de Olinda.

Em 1831, em Agosto, surgiu o primeiro jornal que tivemos — *O Iris Alagoense.*

Chichorro da Gama deu-nos a divisão de Alagôas em quatro comarcas e nenhum outro traço saliente deixou de sua gestão.

Com os motins consequentes á eleição da primeira assembléa provincial, motins que tiveram como sangrento epi-

logo a morte do Padre José Vicente de Macedo, ter-se-ia encerrado o decennio da regencia, si antes, em 1839, não se houvesse effectuado a transferencia da capital para Maceió.

Quando se iniciou o 2.º imperio a instrucção primaria era nulla, pouco aproveitamento trazendo aos 1500 alumnos que contavam suas 38 escolas, das quaes 7 eram destinadas ao sexo feminino.

O ensino secundario era distribuido em cadeiras isoladas.

A despeza provincial, orçada em mais de 150 contos, era coberta por uma receita que não attingia a 100 contos.

Tinhamos 5 comarcas e uma policia com um effectivo nominal de 150 praças. As freguezias eram 20.

Uma administração surgiu n'essa quadra a qual se notabilisou pela firmeza com que assegurou a ordem: foi a administração do Dr. Peretti. Mas poucos annos depois, em 1844, a guerra dos *lisos* e *cabelludos*, oriunda de rivalidades partidarias, deixou a provincia entregue á pavorosa fermentação dos odios.

Com Felix Peixoto de Britto vislumbrámos o progresso material, que tem sido nosso anhelo constante.

A serenidade dos animos em que então jaziamos era tal que, em ulterior presidencia, quando estalou em Pernambuco a revolução praieira, vimos que elle teve nulla repercussão em Alagôas, onde infelizmente se verificou a prisão de Pedro Ivo.

O lyceu provincial foi creado pelo antecessor de José Bento da Cunha Figueiredo, o Coronel Antonio Nunes de Aguiar.

O segundo foi, comtudo, o presidente que melhor tradição de operosidade e tino administrativo deixou entre nós.

Assignalam a sua passagem pelas cumiadas do governo provincial a fundação da colonia militar de Leopoldina, a construcção do palacete da assembléa, a edificação do pharol e do lyceu de artes primitivamente destinados a outro mistér, o lançamento dos alicerces do hospital e do cemiterio publico, a abertura do caminho vicinal da Matta do Rolo, e o estabelecimento regular da navegação de costeagem.

Data d'esse tempo a fundação do partido liberal e do conservador.

O Conselheiro Saraiva teve na sua presidencia uma grandiosa missão estrictamente desempenhada: reprimir o crime.

Algo sobrevive de seu governo, porquanto tambem abriu estradas e estabeleceu pontes.

Coelho e Albuquerque, a quem se devem algumas pesquizas sobre as nossas riquezas mineraes, teve a sua administração trabalhada por um grande infortunio collectivo: o apparecimento da *cholera-morbus*, com a debellação do qual se gastaram 200 contos de réis.

Com Agostinho Luiz da Gama tratou-se de proporcionar ao sertão o beneficio da açudagem.

Governando Souza Dantas, tivemos a perfunctoria visita imperial.

Souza Carvalho enfrentou tremenda crise financeira e terrivel opposição, chegando a ser denunciado ao Supremo Tribunal de Justiça.

O governo de José Marcellino de Souza Gonzaga trouce a canalisação das aguas, a construcção do segundo raio da detenção, e a reabertura do lyceu que fôra suppresso.

Segue-se a temporada tormentosa da guerra do Paraguay durante a qual os presidentes soffreram tenazes oppugnações, sendo o mais alvejado de todos o Commendador Alencastre, cuja administração ficou lembrada na conclusão da cadeia, no avanço das obras do hospital e no preparo do jardim que cerca o palacete da assembléa,

Governando interinamente o Dr. Thomaz Espindola, inaugurou-se a navegação do S. Francisco, de Penêdo a Piranhas.

Pertencem ás ephemerides da administração de Moreira de Barros a revolta da Imperatriz, e o estabelicimento de um trecho de estrada de ferro que vincula Maceió a Jaraguá. A alfandega de Penêdo foi inaugurada no governo do Dr. Graciliano Pimentel.

José Bento Junior institúe no lyceu a escola normal, cria uma caixa de beneficencia para os orphãos desvalidos, assiste a ligação ferro-viaria de Maceió a Imperatriz, calça a parallepipedos algumas ruas da capital, faz a ponte de desembarque e a dos Fonsecas, augmenta a subvenção e o prazo á navegação das lagôas e planeja a navegação de alguns rios como, S. Miguel, Coruripe e Camaragibe.

Ainda em sua administração funda-se, a 2 de Dezembro de 1869, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

O estabelecimento dos telegraphos entre nós data de 1873 e de 1877 a estrada de ferro de Paulo-Affonso, construida em quadra calamitosa de terrivel estiagem.

Foi n'essa quadra que o Dr. Soares Brandão montou a colonia ephemera do Collegio.

O presidente Passos de Miranda ligou seu nome ao Asylo das Orphãs, e Cincinato Pinto, ás escolas Cincinato e ao montepio dos servidores do Estado, o primeiro que houve no Brazil.

O Lyceu de Artes e Officios mantido sob a égide da *Sociedade Protectora da Instrução Popular*, bem como o Asylo de Mendicidade, relembrarão sempre a presidencia do Dr. Henrique de Magalhães Salles.

O abolicionismo, que então começou a ser propagado com mais vehemencia, não teve a intensidade que o distinguio no sul do paiz. O mesmo se pode dizer da ideia republicana.

A primeira dessas grandes campanhas suscitou, comtudo, dedicacões tenazes que a segunda nem de longe chegou a receber.

O abolicionismo alagoano deve tambem ter um grande desvanecimento com o facto meritorio de ter sido um villarejo de nosso Estado — Entre-Montes —, o primeiro ponto do Brazil que alforriou todos os seus escravos.

Logo após a abolição veio a republica e encontrou a provincia dirigida por uma politica sobremodo tacanha e pequenina.

Qual o espolio que entre nós legou a monarchia? Uma receita que não ultrapassava a somma de mil contos; na industria, a fabrica de tecidos — União Mercantil; a agricultura rotineira; uma instrucção primaria deficiente dada em 182 cadeiras; uma instrucção secundaria, talvez melhor do que a actual, distribuida em 12 cadeiras; a instrucção technica approximada do ideial da perfeicão e tendo dois estabelicimentos: o Lyceu de Artes e Officios e a Escola Central.

O crime proliferava com a protecção ostensiva dos magnatas. As eleições, mais sérias do que as de hoje, muito deixavam a desejar.

As vias de communicações não correspondiam ás necessidades publicas.

Correios e telegraphos não estavam na altura de nossas necessidades, tendo o primeiro apenas 44 agencias.

O meio litterario era quasi nullo.

Apezar desse quadro entristecedor n'uma terra de tantas possibilididades, a republica foi recibida com um panico extraordinario e no meio das maiores vacillações.

Mas afinal choveram as adhesões, sendo o nosso primeiro governador dictatorial recibido n'uma verdadeira apotheose, que se prolongou até o dia em que o tedio das festas começou a empolgar a multidão descrente de que a republica ficasse muito distanciada da monarchia.

Muito amante de Alagôas, o Coronel Pedro Paulino, por falta de tirocinio politico e de competenciu administrativa, nada fez em prol do Estado.

Este, depois das turbulencias peculiares á phase de sua organisação constitucional, teve algum incremento com o governador Gabino Bezouro.

Deposto o Dr. Gabino Bezouro, iniciaram-se ontras administrações sobre as quaes seriam precoces os arestos que porventura formulassemos.

A historia não prejulga, não antecipa sentenças sobre o passado sem apurar bem e serenamente as razões em que fundamenta os seus laudos.

Quaesquer que tenham sido, comtudo, os governadores que se seguiram ao Dr. Gabino Besouro, o Estado prosperou materialmente, como demonstram as embellezamentos da capital, que provam meras tendencias sumptuarias; a fundação de companhias de navegação fluvial, usinas, cotonificios, construcção de theatros, templos, pontes, prolongamento de estradas de ferro, aproveitamento da hulha branca de nossas cachoeiras, florescimento da imprensa e de instituições liberaes, etc.

Mesmo assim quam longe ainda estamos d'essa grandiosa Chanaan, que deveremos buscar como suprema e gloriosa meta de nossos destinos!...

Para realisal-os, nós precisavamos principalmente de sopitar os éstos de nosso egoismo, cerrar ouvidos ás suggestões da inveja, applicando a nós mesmos, *mutatis mutandi*, o

que Simão Bolivar aconselhava a um dos povos que libertou: União, colombianos, união! De outra forma a anarchia vos devorará!

Identificados os corações nos mesmos designios de engrandecimento de Alagôas, temos o direito de aspirar, no meio brazileiro á hegemonia a que os rumos de nossa historia nos parecem conduzir. E, si até hoje temos nos mantido envoltos na penumbra de uma existencia sem brilhos deslumbrantes, é que ainda não soubemos disputar o nosso lugar ao sol, nem honrar os nossos homens representativos, aquelles que poderiam ser os gonfaloneiros valentes de nossas aspirações justissimas. Si a minha palavra sincera podesse calar no animo de alguem, eu insistiria sempre na prédica em favor da cohesão de nossos esforços, do apazignamento dos nossos odios, da alliança de todas as vontades junto ao altar onde se erige a imagem da patria, maravilha da esculptura divina, joia relumbrante encerrada no escrinio verde de nossas florestas, terra de luz, terra de fartura, terra de sonho, terra de heroismo sereno, persistente e inquebrantavel.

DISCURSO

pronunciado pelo Dr. Orlando Araujo

na sessão da recepção dos

socios: Drs. Barboza Junior e Guedes Lins

Exmo. Snr. Presidente
Meus illustres collegas—
Snrs. Drs. Barboza Junior e Guedes Lins.

Tanto quanto o gesto de Alexandre, após a batalha de Issus, destinando o precioso cofre de Dario a guardar a Illiada, fôra o do nosso Instituto, dando-vos as cadeiras que ora occupaes, senhores doutores Barboza Junior e Guedes Lins. Transpondo mais uma vez o scintillante solar das lettras patrias, elle vos trouxe como seus lidimos expoentes para a manifestação votiva ao vosso valor e que se celebra aqui, em remate, na singeleza desta cerimonia.

Vindes pela estrada que a perfulgencia do talento adorna e já de retorno percorrida por aquelles que deixaram na sua perigrinação por este recinto uma pungente saudade, a traduzir o quanto valeram, a repercutir como uma valorosa legenda...

Permitti-me, deixar em relêvo, por condições especialissimas de vós tão conhecidas, dentre os nossos já mergulhados

no tristissimo crepusculo violaceo da vida, depois que dextras elementes aqui me trouxeram, abrindo um parênthesis ás sabias resoluções dos meus doutos collegas, aquella bizarra figura, de nazarenica bondade, que, com toda efficiencia de elementos vitaes, desde o assumpto real até « o registro da côr », a escala dos tons nas claves escuras e claras e o claro-escuro, perpetuára, na technica serena das suas creações immorriveis a sua milagrosa manifestação artistica.

Rosalvo Ribeiro, de quem vos fallo, ha de ser sempre o herculeo fulcro do mundo das côres.

Hão de revivel-o as suas creações, nas quaes parece haver a luz bemditosa de um cruzeiro, como que cahindo radiosa dentro na noute que ingratamente lhe cercara o nome.

Quando terá elle a glorificação merecida?...

A avareza dos seus coevos, quanto ao culto das cousas sagradamente espirituaes, vale pela adustão impiedosa da canicula derramada sobre mimosa flor de estufa...

Da flor esmarrida resta, porem, no ambiente, a redolencia que della se evóla. Do incenso não mata o fogo o perfume, antes fa-lo volatisar-se na serenidade da espiral...

Rosalvo fôra um triumphador vencido.

O traço rapido e conhecido do seu pincel valêra bem para affirmar o genio...

Da indifferença hostil que pesa, como o chumbo, sobre a palheta ou o escopro, destruindo as inspirações creadoras do artista, tinha elle a magoada percepção, sem que buscasse nas suas proprias energias o grande oppositor que havia de levantal-o maior...

Sua estructura formidavel de artista, o seu desmedido valor, estavam sob o imperio de uma modestia prejudicial.

Entretanto era elle pela sua arte um enternecido...

Parece, porem, que Rosalvo fôra relegado á justiça dos posteros, por não quererem vel-o, os de agora, na apocalypse das glorificações.

Que os vindouros, pois, do cimo encarpado das penedias admirem-no, subindo em condoreiros remigios...

Que elles possam assignalar haver encontrado na obra de Rosalvo a maior authenticidade de « aptitão esthetica » em Alagôas, que, devia ser delle uma eterna enamorada, guirlandando-lhe o nome, perfumando-o de myrrha...

A vós, iniciandos illustres, que sois recebidos com as mais justas esperanças, de quem o Instituto aguarda poderosa contribuição mental, a nós todos, cabe, levarmos bem longe, o culto por aquelle grande artista, velando os surtos das suas creações, onde andára a vertigem do genio.

Soerguamos-lhe o nome, n'um movimento de incontida reacção, que elle infelizmente não tivera para receber em vida a consagração que lhe cabia.

A delicadeza requintada dos seus sentimentos não lhe dera a necessaria liberdade de acção, com que elle devia ter chegado em vida ás portas da immortalidade.

A indifferença venceu-o...

E eis ahi novos illustres consocios o grande mal que póde causar ás energias da intelligencia a penumbra envolvente desse Angelus, arrematando, desoladamente, o encorajamento dentro na orbita da vida.

Eis-vos chegados cheios de ardor juvenil, novos romeiros, encontrando para vós em nós outros religionarios do culto com que aqui se celebra a religião da sciencia, as festivas saudacções de boas vindas...

A homenagem que esta recepção define, é daquellas somente tributadas aos que têm, a titular-lhes o nome, a fidalguia do talento e da cultura e a amostrar como heráldica os fructos sãos da intelligencia, dentro nos estadios littero-scientificos, nos quaes tendes formado sempre na sua brilhante vanguarda.

Por um phenomeno de associação buscamos a flor que a rescendencia do seu perfume indica.

Si nos não bastasse já, senhores doutores Barboza Junior e Guedes Lins, o quanto tendes dado de valioso do vosso culturado espirito, a ardorosa e eloquente oração de cada um de vós indicaria o autor como apostolo das bellas-artes.

A vossa acceitação nesta casa vem incorporar elementos de valor ao patrimonio do Instituto.

A um de vós acompanhei, a encher-me de mais a mais de deslumbres, ante a forma castiça com que foi tratado magistralmente o trascendente assumpto philosophico.

Segui-vos com passos tardos, porém cheio de admiração, a abeirar-me o mais possivel das paragens percorridas pelo

vosso espirito de eleição, senhor doutor Barbosa Junior.

Bem comsigo mesmo está o Instituto por haverdes a elle attendido no momento em que bateu ás portas do vosso saber.

O vosso discurso é mais um florão que juntaes aos já disputados e ganhos galhardamente, nas justas intellectuaes e de que não desdenhariam de ser por elles coroados os triumphadores da vetusta patria romana — a cidade dos Cezares, donde se irradiara o direito que ainda hoje vem affirmando a sua potestade como fonte subsidiaria de todas as legislações.

Atravéz da marcha evolutiva da intelligencia humana fizestes o desdobramento historico das escólas philosophicas, photographando-lhes os phenomenos, apontando os factores de entrelaçamento e repulsão, principiando pelo animismo, que, dizem, haver produzido o Jehovah dos rochedos e das nuvens do Sinai...

Do apreciavel estudo, em que nos destes bem a ver o formoso molde de um apurado senso critico, resultou ficardes com a vossa «fé não jurada», sem a preferencia do vosso espirito por qualquer das correntes philosophicas.

Tendo n'alma o grato enlêvo que a ella communicára o vosso verbo terso, estuante de eloquencia, senhor doutor Guedes Lins, andei comvosco por todas as revoras evocativas da civilisação egypcia.

Apiedo-me de mim por não poder ir até onde me mandára a sabedoria do Instituto.

A tecitura forte do vosso espirito, do que destes farta copia, pontilhando de encantos a vossa perigrinação, fizéra, de nós do Instituto, os felizes romeiros daquella civilisação.

Dos seus tres imperios, como nympha formosa emergindo das aguas múrmuras dos regatos de mansidão espelhante da Illiria, retratastes o magnifico e o precioso.

Todo deslumbramento daquelle sublime recanto nos teve como extasiados espectadores.

E' bem a maravilha que decantastes, desde as suas assombrosas pyramides ao recesso das catacumbas, desde o labyrintho ao Nilo — Céres bemditoso d'aquellas paragens — que Osiris, um dos deuses do seu extranho culto, illumina.

Na Grecia reflectira o esplendor da escola egypcia, de que, vaidosamente, se declaravam discipulos, Solon, Homéro,

Lycurgo, Pythagoras...

Moysés lá aprendera tambem.

Embora as superstições encontrassem terreno para germinar, como em todo Oriente e apezar de cada grande cidade ter o seu Deus tutelar — Amon em Thebas, Hóros em Helliopolis, Osiris em Abidos, — a estes se confessavam os egypcios, debaixo de formulas que não delustrariam o proprio christianismo, por serem fructos de apurada philosophia moral: « Eu não fiz derramar lagrimas; eu não causei terror... »

O livro dos mortos que os consagra, é certamente, um dos grandes monumentos reverberantes da litteratura egypcia...

Os obeliscos, os monumentos, as pyramides, as catacumbas, o labyrintho, as observações astronomicas a olho nú, attestam o amor que aquelle povo votava ás sciencias.

Roma e França ostentam valiosas obras d'arte de que fôra espoliado o Egypto.

Como Fausto vendo Helena em todas as mulheres, depois de haurir o magico licor, vislumbro em tudo e em todos, depois de ouvir-vos, senhores doutores Barbosa Junior e Guedes Lins, a mesma expressão de applauso que me plenifica á alma.

E' comnosco uma impressão suavisissima, que, não teriamos melhor aspergidos de perfumes raros, engrinaldados de flores exquisitas e brindados com a flor do Lodão, como nos banquetes egypcios.

Eis-vos chegados, assignalando mais um triumpho no momento de pisardes o solar deste templo das resurreições do passado, donde esponta o feitio de todas as religiões, as victorias de todos os combates travados nesta leira madida e sacratissima, a ethnologia de todas as raças, o colorido dos continentes...

As fulgurações da vossa penna na imprensa, as nobres conquistas nos prélios juridicos, o aprumo abrazado com que tendes provocado applausos na tribuna, como oradores, e as vossas virtudes moraes, foram os unicos elementos que esboçaram e esculpiram essa figura de Cyrinêo que vos conduziu até aqui.

Sinto-me « illuminado de orgulho », como aquelle atheniense, no momento de dar-vos as boas vindas, porque me

encho da certeza de que haveis de ser um Druida no exercicio da vossa fé jurada de muito amor pelo Instituto.

E' o juramento votivo dos iniciandos.

Neste augusto recinto, tornado clareira sempre que intelligencias como as vossas o' illuminam, todos os consocios, pelo seu humilde representante, se levantam para saudar-vos, illustres recipiendarios, quasi com as mesmas palavras evocativas dos egypcios ao Nilo fecundante: Salvé ó novos religionarios da nossa fé! Oh vós que vindes em paz e cheios de saber, para dar mais vida ao Instituto!

DISCURSO

pronunciado pelo Dr. Aloysio de Menezes, por occasião da sua posse, como socio effectivo.

Exmo. Snr. Presidente.
Senhores do Instituto.
Meus Senhores.

Ao transpor as ombreiras desta nobre e veneranda casa, onde repousam carinhosamente guardadas muitas das tradições de nossa historia, recolhidas uma a uma, do bulicio trefego e enganador do mundo, por certo, meus senhores, que estranha commoção de mim se apodera, fazendo-me o espirito mergulhar nesse oceano sem fim de mythos encantadores, de fabulas maravilhosas e de poesia cheias e de acontecimentos indescriptiveis, de que é tão inesgotavel o passado, para o qual a nossa imaginação sempre se volta, nessa ancia incontida de prescrutar o recondito das cousas, de aprender o que a experiencia dos seculos nos deixou como lecções immorredouras, de estudar a razão de ser dos monumentos e obras de arte, emfim, de pesquisar no conjuncto dos costumes, habitos, faustos e tradições dos diversos grandes povos da antiguidade, o porque de muitos factos não explicados ainda sufficientemente pela historiogra-

phia moderna e que permanecem nas dobras do mysterio.

E essa commoção filha da humildade adquerida por mim no convivio de meus melhores amigos, e, que a solemnidade deste acto e desta casa tornam maior, cresce de tal modo que a palavra, esse dom que nos distingue dos outros seres da terra, dando-nos a supremacia já glosada pelo epinicio de Sophocles de que «nada é mais potente que o homem», me foge e se paralysa quasi; e por mais que pacientemente busque uma phrase sem os torneios da rhetorica, porem sincera, um modo de dizer menos bronco sem os termos empolados da moda, no nosso «puro, energico e abastado idioma», rico entre os mais ricos de galas e louçanias, para trazer meus nobres collegas do Instituto os protestos de um agradecimento infinito, pelo acto de magnanimidade, de que destes uma prova eloquente, chamando-me para o vosso gremio de guardas, que se não descuidam de zelar pelas tradições gloriosas da patria querida, elevando-a ao nivel das mais adeantadas, de mestres affeitos ao cultivo da sciencia, illudidos de meus merecimentos e de minha apoucada cultura, pelo coração generoso e amigo de um dos vossos mais illustres membros; somente se me deparam á imaginação expressões toscas e rudes, que um estylo desataviado torna mais grosseiras e pouco conforme ás regras do bom fallar e escrever o lusitano idioma.

Para corresponder essa confiança espontaneamente depositada em mim, certo não pouparei esforços, não medirei forças em pról do engrandecimento desta casa — instituição de publica utilidade — e, aos trabalhos que se me confiarem, procurarei empregar toda actividade, perquirindo, indagando com a paciencia de um benedictino, através de museus e livrarias, o que aos mesmos disser respeito.

Meus Senhores. A historia das civilisações é a historia inteira da humanidade. O primeiro grande estadio que ella percorreu, trazendo até os nossos dias os seus acontecimentos, effectuou-se no antigo continente, nos valles verdejantes e esfumarados do Huango e do Nilo e nas planicies banhadas pelo Tigre e o Eufrates, entre os tres povos da antiguidade, que conseguiram crear uma civilisação completa e original. Desse grande estadio derivou a idade de ouro formado pelo hellenismo — alma mater de toda a civilisação

moderna e o periodo mais brilhante da historia da cultura humana. A historia, sciencia propriamente dita ou sciencia em formação como pretendem alguns auctores, e, cuja tarefa consiste em concatenar com uma precisão mathematica as relações entre os factos humanos, no conceito hoje quasi uniforme dos contemporaneos, conservou nas suas aureas paginas as tradições dos antigos, como conservará para os povos de amanhã as nossas, sempre na mais intima connexão a outras disciplinas, como a geographia, a geologia, etc.

Houve e ha porem, professores notaveis que procuram tirar dessas sciencias affins os elementos historicos integrantes. Assim á Geographia procuraram Gerland e Kirchoff entre outros, subtrahir os elementos historicos, considerando-a uma sciencia simplesmente natural, excluidas as obras do homem, que são objecto especial e unico da sciencia historica.

Mas, ao lado de Carlos Ritter estou, sustentando que essas sciencias são partes uma da outra, cabendo á geographia estudar uma parte do grande problema apresentado pela historia, que explica e completa com os seus dados, todos os demais ramos scientificos.

Até nós chegaram as obras dos dous Plinios, de Tacito, de Suetonio, Tito Livio e Cezar no mundo romano e as de Platão e Aristoteles, os dous principes do apogeu da Hellade magestosa e sempre viva nas suas ruinas que fallam, nos seus marmores que encantam, nos seus monumentos que fascinam; e, os ensinamentos que haurimos nellas, para a comprehensão e o sentido de diversos acontecimentos da antiguidade, são innegavelmente de um alcance inestimavel para nós outros.

Estudos estreitamente ligados ao da historia e ao da geographia são os da archeologia e de suas divisões. Assim, a historia completa as lacunas da archeologia e da geographia, do mesmo modo que as descobertas feitas pela segunda dão cabal explicação de varios factos narrados pela primeira resolvendo magnos problemas. Marmores sumptuosos, quadros embevecedores, crystaes deslumbrantes, monumentos estupendos, trabalhos gigantescos, ruinas grandiosas, estatuas quasi creaturas humanas, ás quaes falta apenas o fogo sagrado para lhes dar a vida, granitos cyclopicos, silex variadissimos, tumulos, mumias, columnas, muralhas, stellas, fragmentos, inscripções, toda essa infinidade de cousas per-

tencem ao mundo de estudos, que formam o objecto da archeologia e á qual a historia presta a mão forte de seu auxilio, orientando-a nesse labyrintho de acontecimentos verificados nos primordios da humanidade.

Alguem affirmou serem os dous factores da historia o homem e a terra. Dou-lhe razão. Desde os tempos mais remotos, que o nosso olhar retrospectivo possa alcançar através das inscripções cuneiformes e hieroglyficas dos assyrios e egypcios, que o homem vem numa lucta perenne e sem desfallecimentos, procurando manter o *statuo quo* entre a terra e a humanidade, uma vez que a esta não foi possivel a preeminencia sobre aquella, como cathegoricamente affirmava Platão, o super-homem do hellenismo antigo, partindo de sua concepção idealistica do universo.

Não se faz mistér um estudo cuidado e meticuloso, para nos revelar a intima correlação entre a região e os seus habitantes, entre o homem e a terra, pois não obstante todos os grandes progressos do nosso seculo de descobertas e inventos notabilissimos, que teem revolucionado por completo o campo da propria sciencia, ainda se não pode conceber, que possamos um dia desprender-mos-nos dos liames que nos unem a mãe terra, embora haja geographos modernos e reputados que affirmem o contrario, resolvendo a questão dessa primasia sempre disputada, de uma maneira inteiramente imparcial, como demonstrou brilhantemente Alfredo Kirchoff, numa conferencia realisada sobre esse assumpto no Instituto de Oceanologia de Berlim. E fazendo minhas as palavras desse eminente scientista diria: que se não pode medir ou avaliar o maior poder, se o da nossa especie sobre o da terra ou se o desta sobre o daquella.

No entrechocar dos golpes dessa lucta titanica entre a terra e o homem, se teem realisado os acontecimentos grandiosos aureolados pelo mythos, que as civilisações succederam-se em curto espaço de tempo, tornando dia a dia mais opportunos os estudos que cultivaes no recesso inviolavel deste templo, deixando bem patente a nossa humildade, absortos do mundo exterior e mergulhados no decifrar os enigmas creados por essas lendas adoraveis, que attrahem seductoramente o nosso espirito propenso ao mais das vezes ás creanças do sobrenatural, como outr'ora os magos da Chal-

déa procuravam ler nos papyrus sagrados as causas de todas as cousas.

Preso a terra pela sua superficie, pelo calor e pela humidade — condições primaciaes de seu modus vivendi — o homem conseguio suavisar esse captiveiro adaptando-se aos desertos, aos rios, as montanhas e aos steppes, passando em éras diuturnas de um continente ao outro, constituindo os tres ramos principaes de linguas e raças, demarcados pela orla da costa das tres grandes ilhas de Strabão, e occasionando as affinidades electivas, hoje tão pronunciadas entre o cidadão e a sua patria.

Surgiram impellidos pela inclemencia da necessidade os primeiros povos guerreiros e os primeiros povos navegadores. « Os turanyanos descendente de uma primeva raça anaryana foram os primeiros grandes navegadores do Mare Nostrum dos romanos ou o Mediterraneo das modernas cartas geographicas e assim precederam nas emigrações e na colonisação dos continentes ás raças dos aryas e dos semitas ».

No dizer de um erudito pesquizador ethnographico Pereira Lima, nessa grande bacia maritima se tentearam as primitivas navegações e nasceram tambem as mais antigas thalossacracias, que successivamente foram estendendo as dominações de diversas raças, propagando o commercio, fazendo brotar a industria e abrindo pouco a pouco os embryões do progresso humano. Pelasgos, iberos, liguros, tartessos, siculos, venetos, etruscos, albiões, lybios, palé-americanos, todos da mesma raça antecessora ás invasões dos aryas, crusaram os mares, levando até muito longe os seus productos para permutarem por outros, estabelecendo os alicerces de uma civilisação, que os phenicios ou kanaaneos, semitas, carthagineses, gregos e romanos aperfeiçoariam, nos legando esses grandes monumentos, que attingiriam a culminancia na Renascença, e nos são descriptos pela archeographia moderna em trabalhos magnificos e profundos.

Para domar o Okeanos inhospito, que de esforços não empregou a alma energica do homem paleolithico, simples conhecedor dos instrumentos de pedra, para fabricar barcos como os Scandinavos, hallristringar de Haggeby e atirar-se nelles á cata das regiões profundamente mysteriosas da extensa superficie liquida! Com o peito forrado da tripli-

ce armadura de bronze, na phrase poetica e dulçurosa do filho de Venusia, o homem conseguio dominar esse elemento insconstante e escorregadio, para emfim exclamar, como o frisão livre e altivo, arrogantemente: « Deus mare, Batavus litora fecit ».

E, no theatro indescriptivel desse lucta entre o homem e a terra, no meio de vae-vens, de victorias e derrotas, a sua alma spartana firmou credito, obtendo pelo espirito forte da communidade, que soffria os impetos do egoismo demolidor, o seu logar de destaque na naturesa, realisando as grandes obras, que ainda hoje ao nosso espirito de coévos dos aeroplanos e dirigiveis, submarinos e da radiotelagraphia, causam pasmo pela grandiosidade, pelo rendilhado dos estylos que passaram á posteridade, pela firmesa dos contornos, pela reflexão e graciosidade das linhas, pela modelação plena dos relevos, pelo delicado das curvas, emfim por essas mil e uma particularidades, que o nosso seculo de machinas estupendas e engenhosas ainda não poude exceder.

Nas trevas do mundo antigo, para sempre jazem perdidos os processos pelos quaes se obtinha a afamada purpura de Tyro e Sidon, e o vidro maravilhoso, que nem a « Veneza poderosa dos doges, após duas civilisações soberbas, a hellenica e a romana, poude sequer egualar ».

Das tres grandes civilisações originaes da antiguidade, mormente da assyria, recebemos nós o influxo desse progresso, que no seculo actual, attinge ao apice em todos os ramos da actividade humana. Canaes, diques, trabalhos mais monumentaes que o do Melkarth kanaaneu, fabrico de finos estofos de seda, vasos bellissimos na forma dos calices das flores, conhecimento exacto das leis astronomicas, do systema decimal, da redondesa da terra, são attestados da brilhante civilisação dos chins, espalhados em valles ferteis, em planicie verdejantes e luxuriosas cortadas de rios caudalosos e profundos.

As riquesas e os esplendores da civililisação desse povo, não podiam deixar de attrahir a cubiça de outros povos e os Tartaros da Mongolia, foram desde então o pezadelo dos hineses, determinando a construcção da grande muralha, que preservando-os das invasões, isolou-os assim de todo o con-

tacto occidental e fel-os conservar, toda a sua originalidade, que somente agora começa a desapparecer aos poucos, sob o influxo dos nippões ousados e pacientes, seus visinhos d'alem mar. A civilisação egypcia no meu modo de ver, mais completa e tambem mais estudada que a chinesa, durante longos annos permaneceu obscurecida, sendo a mais autorisada das fontes até bem pouco tempo as historias de Herodoto. A' Napoleão, o grande demolidor de imperios e potentados, que a generosidade britanica algemou em Santa Helena, se deve a resurreição dessa cultura, formando os seus estudos e trabalhos uma sciencia independente e propria: a egyptologia.

Bouchard, Oppert, Champollion, Mariette e Maspero foram os iniciadores dessa brilhante sciencia que revelou á nossa civilisação os esplendores da cultura egypcia adormecida no dizer de notavel historiador nos areiaes ardentes, ha cerca de vinte seculos, arrancando-lhe o silencio, os segredos e os seus ensinamentos.

Pyramides, templos, palacios, tudo denota uma architetura não egualada ainda, em grandiosidade por nenhum povo antigo ou moderno ao ponto de Champilion, o Moço, affirmar tocado de enthusiasmo: « ... et l'imagination qui en Europe s'elance bien au dessus de nos portiques, s'arrete et retombe impuissante au pied des cent quarente colonnes de la salle hypostyle de Karnak ».

Ch. Blanc, citado por Lanier em suas Leituras Geographicas, admirado do poder cyclopico dessas construcções, tornado mais apavorante pela semi-obscuridade produzida pelo diametro titanico dessas columnas prodigiosas exclama: « Perde-se o homem como em espessa floresta; o mundo das figuras pintadas em cores vivas e que volteiam sobre a convexidade das columnas produz a vertigem ». E, Emilio Driault participando do mesmo enthusiasmo, depois de evocar uma linguagem neste ponto só comparavel a do inimitavel Siseranne, diz arrebatadamente: «Maravilhosas paginas de historia que não existe em nenhuma outra parte; máo grado a desolação das ruinas, máo grado a melancolia do espectaculo desta grandesa morta, ha uma especie de vida intensa nesses palacios cujas muralhas disem o que a palavra humana jamais poderia exprimir» !!

Graças a descoberta de Bouchard em Rosette deve a humanidade o conhecimento de certo periodo da historia mysteriosa da terra de Kemi. O granito negro coberto de uma inscripção em tres linguas : o grego, o copta e o egypcio, datando de segundo seculo antes de Christo, foi a base sobre a qual se edificou a sciencia egyptologica.

Francisco Champollion, comparando o grego e o copta, poude depois de 10 annos de estudos afincados, achar o sentido e analysar os caracteres da escripta egypcia corrente, e apoiado nesta, descobrir a significação dos hieroglyphos, que cobrem os monumentos egypcios de inscripções relatando varios episodios notaveis da historia desse povo extraordinario, que me incute um confuso sentimento de temor e respeito.

Dia a dia novos documentos e novas inscripções vão enchendo as lacunas sensiveis que se notam na historia egypcia anterior a Psammetico I, de modo a nos deixar entrever a possibilidade de um dia podermos desvendar de todo o passado desse grande povo do Oriente, cuja civilisação sem duvida nenhuma, forneceu em não pequena escala os alicerces da civilisação actual. Tres mil annos antes de Christo, segundo as recentes descobertas de Sarzek e Morgan, florescera na planicie banhada pelo Tigre e pelo Eufrates — « os dois rios do Paraizo » — uma civilisação antiquissima e que faz o « nosso espirito remontar aos inicios da historia humana, trazendo á nossa memoria os contemporaneos dos reis israelitas, como Sargão e Nabuchodonosor, o poderoso soberano da Babylonia ».

Os estudos da escripta cuneiforme dos assyrios começados por Botta e continuados por Rawlinson, Layard e Oppert, trouxeram aos nossos dias episodios dignos de nota desse memoravel povo de caçadores que attingio ao mais alto gráo de civilisação no reinado de Ninus e Semiramis, cuja existencia envolta nos perfumes de uma lenda suavissima tem sido contestada, pelos archeologos e orientalistas que se têm dedicado com especial cuidado a esses estudos reconstructores das civilisações do mundo antigo.

Dos seus monumentos, o mais assignalado é sem duvida alguma o palacio de Sargon em Khorsabad. Hommel tratando dos assyrios e babylonios diz na historia desses povos, que sem exaggero se pode dizer que os inicios da civilisação hu-

mana procedem das margens do Euphrates e do Tigre. Meyer na Historia da Antiguidade, affirma decisivamente que em mathematica e astronomia os chaldeus foram indubitavelmente os mestres de todo o Occidente.

A divisão do tempo em semanas, os nomes dos planetas, applicados aos dias, as horas e minutos, as principaes medidas e pesos dos antigos, a ordem jonica das columnas, varias leis da hydraulica moderna, os nossos caracteres da escripta, tudo é de origem babylonica, como alguns dos deuses da mythologia grega e principalmente essa deliciosa Aphrodite – a deusa do amor.

Frederico Hommel, de quem ha pouco vos fallei, descrevendo os esplendores dessa civilisação, verdadeiramente classica, demonstrando a prioridade da cultura assyria, sobre qualquer outra, e provando exhuberantemente como nasceu essa cultura que se propagou por mar, por intermedio dos phenicios e por terra, atravéz da Asia Menor, chegando aos hellenos e romanos, sustenta que são raios de luz tudo quanto nos revelam os thesouros das ruinas da Babylonia e da Assyria. A esculptura dessa grande civilisação é sempre notavel, quer, se estudem os baixos relevos, quer, as estatuas guardando um typo constante, quer, se contemplem os Kerubis, os touros alados com a cabeça humana, dos quaes ha um no Museu de Louvre, ou os guerreiros e hercules e scenas de caça.

Todas essas obras são no dizer de Driault muito superiores á esculptura egypcia. As sondagens realisadas por Morgan nas ruinas de Susa revelaram primores ainda desconhecidos dessa civilisação e para o Museu de Louvre foram transportados por Mr. e Mme. Diculafoi, bellos fragmentos de capiteis, cujo estylo é bem mais grandioso que o dorico, e de que podemos encontrar uma restauração no Manual de Archeologia Oriental de Babelon.

Em Persepolis, no palacio real, já o marmore substituia o tijolo nas construcções: era o sopro dos Ayras, que senhores de Babylonia em 538, appareciam na historia como uma raça nova, que se espalhara desde os planaltos do Iran e Pamir até os confins da Europa. No meu modo de entender, porem, a mais importante das descobertas realisadas pela commissão franceza de archeologia enviada ao Oriente sob a direcção de Morgan, foi a do cylindro de pedra negra

de 2m, 25 de altura, em toda a sua circumferencia coberto de caracteres cuneiformes, encontrado no sub-solo do antigo palacio de Susa. Traduzido e decifrado pelo Padre Scheil, professor de Assyriologia, era nada mais nem menos que o mais antigo monumento legislativo conhecido, anterior a celebre lei de Gortyna, redigido ha mais de 2000 annos antes de nossa éra pelo rei babylonio Hammurabi, em uns tresentos artigos mais ou menos e dos quaes nos chegou a maior parte, ou sejam 250 artigos.

Principia pelo direito adjectivo. Delle o que mais chama a nossa attenção é o dispositivo que prohibia ao juiz de reformar a sentença uma vez ella publicada, e a pagar doze vezes o pedido pelo autor, se a modificasse em qualquer sentido, e mesmo nesse caso destituido e degradado sem recurso algum.

Quanto ao roubo o codigo não fazia distincção como os codigos actuaes, entre roubo manifesto e não manifesto, mais regulamentava com uma precisão admiravel o reivindicatio dos moveis roubados ou perdidos.

Dos artigos 42 a 69, o codigo trata da agricultura estabelecendo os principios da emphiteuse, que assim vemos muito anterior ao direito do povo rei e outras medidas adoptadas hoje pelos codigos florestaes.

O commercio estava nas mãos dos capitalistas e banqueiros, cabendo aos agentes viajantes, vender as mercadorias fornecidas pelo grandes negociantes sob o regimen de adeantamentos em dinheiro ou mercadorias, uma especie de pacotilha com ou sem interesses. As tavernas eram sujeitas a uma policia austera, sendo prohibida a entrada das mulheres nas mesmas.

O credor tinha o direito de fazer do devedor por um determinado tempo seu escravo, mas não podia maltrata-lo, e a este era facultado ainda o recurso de poder entregar ou o filho, filha ou mulher, por tres annos, findos os quaes o credor se acharia satisfeito de capital e lucros.

O casamento era um contracto passado em notas, especificando o marido as obrigações da mulher, e sendo a fidelidade umas das estipulações fundamentaes. Tres especies de doações podiam ser feitas por occasião do casamento: a *tirhatou* presente feito pelo futuro esposo ao pae da

futura esposa, a *cheriqtou* ou o dote do direito romano e dos codigos da corrente franceza e a *noudoummou*, uma doação analoga a Khetouba dos judeus e a « donatio propter nuptias» do direito justinianeu.

A successão apresentava caracteres bem differentes do actual direito dos povos cultos. As filhas não succediam.

O art. 166 dispunha :—«se o pae antes de morrer não tivesse casado ainda todos os filhos, aquelle que faltasse realisar esse contracto, recebia de seus irmãos alem de sua parte na successão, o *quantum* necessario para effectuar a *tirhatou* e casar-se.

Os crimes contra as pessoas, os delictos dos medicos, architectos, constructores de embarcações, tudo era regulado previdentemente, e de um modo que nos assombraria, se a sciencia não nos tivesse revelado os lavores dessa civilisação finamente cinzelada. Discorrer sobre as civilisações que se superpuzeram a essas tres grandes civilisações, e das quaes vem directamente a que assimilamos seria materia superior as minhas forças, porque somente o bellenismo, forneceria a mais deliciosa das epopéas que a minha penna se negaria a descrever, pois essas cousas tocadas do fogo divino, não são jamais possiveis de ser descriptas sem essa nevrose do cerebro que é o genio, por nós outros, sem essa scentelha que nos leva a transfiguração tão distanciados dos tempos dos homens primitivos que nos seus clamores rythmicos, acompanhados de movimentos regulares nos dão a primeira idéa das tres artes oriundas da repetição: a dansa, a musica e a poesia.

* * *

Já tenho abusado um pouco de vossa paciencia, meus senhores.

A archeologia, a geographia e a historia já emprehenderam a expulsão das lendas dos seus dominios, procurando restabelecer a verdade de tantos acontecimentos que teem chegado ao nosso seculo, engrandecido uns e depreciados outros pela fabula, e tirando, aos mythos e legendas esse perfume esquisito que tanto nos inebria a imaginação sonhadora

de meridionaes, entrevendo cousas phantasticas e irrealisaveis.

Mas, senhores, o livro mais bello, mais seductoramente encantador que eu já li, a Aristocracia do Genio e da Belleza na antiguidade — ao qual se approxima um pouco. as Mulheres da Grecia de Gomperz, é todo construido pela lenda, com todos os seus mysterios, com todo o seu poder de fascinação. E esta nobre casa, recolhendo ao seu regaço carinhoso, o *folk lore* de nossos sertões, as historias do nosso periodo colonial, dá um agasalho as lendas de que a nossa nacionalidade é tão cheia no decurso de sua formação.

Quantas lendas não envolvem o acontecimento que nos fez banir, ingrata e impiedosamente, o velho Imperador Pedro II, da patria que elle tanto procurou elevar e que estremecia e da qual um punhado de terra levou para supremo consolo e suprema illusão, quando fechadas as orbitas no derradeiro olhar, nessa hora augusta e solemne da morte, a retina transportasse para o além das cousas desconhecidas, a imagem dessa terra formosa, verdejante e fecunda, onde desabrocharam os seus primeiros sorrisos, e se transformaram em fios de pratas os seus louros e innocentes cabellos e cahiram as suas primeiras e ultimas lagrimas... acontecimento que hoje transpõe mais um anno na esteira dos tempos e cuja historia ainda não está escripta, e que quisestes commemorar com a recepção de minha diminuta individualidade no vosso seio pleno de glorias e rico de ensinamemtos!!... Todas as lendas, todos os mythos, teem o seu significado, tem a sua genese.

A morte do bravo almirante-general Loelandêg Pater, occorrida a 12 de Setembro de 1631, e a que incidentemente alludio um dos vossos illustres membros no seu discurso de recepção, baseado n'um trabalho do Dr. Alfredo de Carvalho, do Instituto de Pernambuco, á luz de documentos respeitaveis, como os depoimentos de Joris Adriaensen Calf, da guarnição do navio-almirante da esquadra batava, de Jan van Leenwesen, de Jacques Couvre, Jan Mast, Joost Mast, L. Doutrelean, tradusidos pelo Dr. José Hygino, tão emerito jurisconsulto quanto erudito historiador, não confirmam a versão narrada pelo illustre Joannes de Laet, um dos directores da Companhia das Indias Occidentaes e auctor de seus annaes, segundo o qual o bravo Pater se afogára, depois de estar durante muito tempo suspenso de um cabo deante da prôa de seu

navio — o Prins Vilhelm — pois o almirante batavo segundo os testemunhos citados, pereceu no incendio de sua náu, abandonado covardemente pelos seus.

Assim crea-se uma nova lenda e esta, permittam a franqueza, sem poesia. « A lenda da morte de Pater envolvido no pavilhão de sua patria, originou-se na propria armada hespanhola, e desde Cailado até Southey tem sido repetida até nós ». A morte voluntaria de Pater é uma legenda, mas como todas as legendas tem a sua significação; é como diz Netscher: uma justa homenagem ao valor do almirante que succumbio na lucta.

Ettore Pais na sua Historia de Roma, explica de um modo completo e cabal, todas as lendas e mythos desse grande povo, que dominou o mundo antigo pela força de suas hostes, como domina ainda hoje o nosso, pelo poder invencivel dessa legislação que se tornou universal.

E, sob uma impressão de saudade, sempre deixada pelo desapparecimento de um homem bom em toda extensão da palavra, que aos desgraciados da fortuna nunca jamais regateou os thesouros inesgotaveis de sua sciencia e os ainda maiores de sua alma caritativa e bonissima, como foi o vosso vice-presidente que se chamou em vida Antonio Gouveia, cujo elogio, a minha pequeñez intellectual não traçaria com fulgor merecido, eu quero, senhores do Instituto, deixar nitida nessas linhas pallidas, asperas, sem filigranas artisticas, a expressão de meu agradecimento á vossa generosidade, que abre assim as portas desse templo inegualavel á mocidade de hoje para que ella continue a alimentar o fogo sagrado de zelar pelas tradições da patria, como vós outros — mocidade de hontem, o fizestes até agora e como nós — a velhice de amanhã, o faremos sem um desfallecimento siquer, afim de que á mocidade futura, sirva o nosso exemplo de um incentivo, de uma emulação, formando-lhe o caracter, nessa patria immensa que se alastra da amplidão Amazonica aos pampeiros do Rio Grande.

ACTAS

das sessões do

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

10.ª SESSÃO ORDINARIA DO ANNO DE 1908

Presidencia do Exmo. Snr. Dr. Diégues Junior

Aos 22 dias do mez de Outubro de 1908, no edificio do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Presidente, Dr. Costa Leite, Secretario perpetuo, Professor Joaquim Loureiro, 2.º Secretario, Drs. Virgilio Antonino, Socrates Cabral, Julio Auto e Joaquim Diégues, havendo numero legal, foi aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior e não havendo reclamação sobre a sua redacção, foi approvada. O 2.º Secretario deu conta do seguinte expediente: Officio do 1.º Secretario da Sociedade *Tiro Alagoano*, communicando a posse da sua Directoria; Officio do presidente da Bibliotheca de Santa Victoria de Palmas, communicando a installação d'aquella Bibliotheca e solicitando o auxilio deste Instituto; Officio do 1.º Secretario da Sociedade *Tiro Alagoano* remettendo a acta de installação da mesma Sociedade, em 7 de Setembro do corrente anno; Officio do Instituto Historico

e Geographico Parahybano, communicando a posse de sua nova Directoria, a qual terminará o mandato em 1909.

OFFERTAS: — Catalogo do Estado do Amazonas na Exposição Nacional de 1908, organisado por uma commissão nomeada pelo governo do mesmo Estado, offerta do Coronel João Baptista; A *Imprensa no Amazonas*, a contar de 1851 a 1908, publicação sob os auspicios do governo do mesmo Estado, offerecido pelo mesmo Snr. Coronel Baptista; A *Cidade do Vicio*, contos de Fialho de Almeida e o *Livro de Snobs*, offerecidos pelo Snr. Silverio Lins Filho; pelo Professor Avelino de Almeida, um quadro, reprodução da 1.ª missa no Brazil, obra de Victor Meirelles; pelo Dr. Silvestre Octaviano Loureiro o relatorio da commissão exploradora do planalto Central do Brazil, acompanhado de volumoso atlas pelo engenheiro Luiz Cruls; pela respectiva directoria os estatutos do Instituto Historico e Geographico Parahybano; pelo Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva os annaes da Bibliotheca Nacional no Rio de Janeiro, anno de 1906, volume XXVIII; pela Directoria da mesma Bibliotheca a *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, a contar de 1749; ainda pelo Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva o relatorio da Directoria da mesma, apresentado ao Ministro da Justiça e dos Negocios do Interior, Dr. José Joaquim Seabra, e uma colleção de estampas gravadas por Guilherme Lourenço Debue e catalogo organisado pelo Dr. José de Menezes; pelo Dr. José Fernandes de Barros Lima o numero 8 do *Arrebol*, periodico litterario, critico e noticioso, editado em Camaragibe, anno I e o *Mequetrefe*, manuscripto, trabalho de Luiz Fernandes Pires, numero 5; pelo consocio Virgilio Antonino o *Promptuario das leis de manumissão*, por Manoel da Silva Mafra; pela Directoria Geral da Industria o *Boletim da Propriedade Industrial*, numero 5, anno II; pelas respectivas redacções: A *Revista Commercial do Maranhão*, orgão dos interesses do Commercio, Lavoura, e Industria, n.º 5, anno I; *O Lumen*, orgão da Federação Espirita Alagoana, n.º 8, anno I; *A B C*, orgão litterario e noticioso, publicação bi-mensal; *Boletim da Sociedade de Geographia de Lima*, na Republica do Perú, anno 17, tomo 21, 3.º trimestre de 1907; O mesmo *Boletim*, anno 16, tomo 19, 4.º trimestre de 1906; *Publique Opinion*, de 18 de Se-

tembro do corrente anno; *O Albor*, publicação mensal da policia do Districto Federal; Pelo Sr. Silverio Lins Filho, foi ainda offerecido um exemplar do *Novo Testamento*, e pelo Snr. Virgilio um exemplar da 4.ª edicção do *Manual de Estatistica* de que é auctor; pelo Snr. Lindolpho Rocha um exemplar da 1.ª edição de *Jacina*, narrativa de costumes e rudimentos de Instituições sociaes e indigenas do sertão da Bahia, obra de que é auctor e offertante.

Foram expedidos pelo Snr. Presidente os seguintes officios:

Ao consocio Dr. Joaquim Goulart de Andrade, fazendo a remessa de seis photographias de diversas secções do Instituto para figurar na exposição nacional jornalistica, e terminada esta serem offerecidas ao Instituto que lhe parecer mais conveniente para guardar a memoria do estado actual da nossa associação. Ao Dr. Max Fleuzss, secretario perpetuo do Instituto Historico Brazileiro, accusando recebido o telegramma em que communicou a inauguração da exposição jornalistica e remettendo uma collecção das photographias do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano e auctorisando-o a offerecel-as ao Instituto de que é elle muito illustrado 1.º secretario perpetuo. Ao governador do Estado solicitando copia das actas do assentamento da 1.ª pedra e da inauguração do monumento erigido em homenagem á memoria do Marechal Floriano Peixoto.

Ao Presidente interino da Sociedade *Tiro Alagoano*, solicitando copia da acta de installação da mesma sociedade.

Terminado o expediente passa-se a 1.ª parte da ordem do dia:

O Snr. Presidente, referindo a intervenção que teve o Instituto nas homenagens da Capitania de Alagôas, desmembrando-a definitivamente da jurisdicção de Pernambuco, disse: «Passando no dia 16 de Setembro o anniversario da autonomia do nosso glorioso Estado que coincidiu com o anniversario natalicio do Exm. Snr. Governador do Estado, desempenhei o Instituto do compromisso de gratidão para com o Exm. Snr. Dr. Euclides Malta, levando a mesa administrativa incorporada para em um cartão apresentar-lhe suas saudações.»

Pensando interpretar o pensamento do Instituto, dirigi a

S. Excia. a allocução que está publicada na *Tribuna* de 18 do mesmo mez de Setembro e o orador Dr. Joaquim Diégues fez a entrega de um cartão com a saudação que no mesmo jornal corre impressa. S. Excia. dignou-se de acolher muito honrosamente a commissão do Instituto, e desvaneço-me em annunciar-vos ter S. Excia. declarado no breve mas significativo discurso com que nos agradeceu, que de todas as manifestações naquelle dia recebidas nenhuma elle reputava mais honrosa e agradavel e asseguraria a continuação do seu valioso patrocinio ao Instituto, não deixando o governo sem fazer-lhe um valioso donativo. Com o mais especial agrado registro um momento auspicioso para o futuro da nossa instituicão.

Tendo fallecido a 29 de Setembro proximo passado o principe da litteratura nacional Machado de Assis, aureolado com a presidencia da Academia Brasileira de Lettras, procurei dar testemunho da nossa adhesão á memoria do venerando mestre designando o nosso consocio Goulart de Andrade para representar o Instituto nas exequias, e passei o seguinte telegramma: « Dr. Goulart de Andrade — Exposição — Rio. Peço representar Instituto exequias Machado de Assis, dar pesames Academia Lettas, representante litteratura nacional ».

Não havendo assumpto para a 2.ª e 3.ª parte da ordem do dia, declarou o Snr. Presidente que na seguinte sessão tratar-se-ia do modo pratico de realisar-se com a maior solemnidade o anniversario da installação do Instituto que teve lugar a 2 de Dezembro de 1869.

Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão, do que, para constar, eu Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º secretario, lavrei a presente acta, que assigno e será publicada depois de approvada.

Approvada em 24 de Novembro de 1908.

11.ª SESSÃO ORDINARIA DO ANNO DE 1908

Prezidencia do Snr. Dr. Diégues Junior.

Aos 24 dias do mez de Novembro de 1908, no salão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Snrs. Dr. Diégues Junior, Presidente, Dr. Costa Leite, Secretario perpetuo, Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, Dr. Antonio Gouveia, 2.º Vice-presidente, Dr. Joaquim Diégues, Orador, Dr. Virgilio Antonino, Vice-orador e os consocios Dr. Julio Auto e Conego João Machado, havendo numero legal, é aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, foi sem contestação approvada a sua redacção. O 2.º secretario deu conta do seguinte expediente;

OFFERTAS: — Pela respectiva direcção o *Boletin del Cuelpo de Ingenieros de Minas del Perú*, n.º 50 de 1908; pelo consocio Dr. Joaquim Andrade o *Catalogo Geral* da Exposição Nacional, contendo a sessão de Alagôas no palacio da Exposição do Estado; pelo consocio Dr. Virgilio Antonino uma collecção do jornal *O Liberal*, comprehendendo 19 volumes, desde sua fundação, em 12 de Abril de 1869 até 1884; Pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro o 1.º e 2.º volumes da *Genese e Progressos da Imprensa no Brazil*, desde 1808 a 1908; pela redacção o *Jornal dos Agricultores*, propriedade de M. Medeiros, os numeros relativos aos mezes de Março a Julho do corrente anno; pelas redacções respectivas: *A Revista do Museu Paulista*, o *Boletim da Directoria da Agricultura*, do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, n.ºs 1 a 3 de Janeiro a Março do corrente anno; *O Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 6, anno 2.º; *A Lavoura*, boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, anno XII, correspondente ao mez de Maio de 1908; *O Café*, *O Mate*, publicações pela mesma sociedade; *Molestias dos Animaes*, *A Borracha*, pelo Dr. Wenceslau Bello, *Syndicatos Agricolas*, *Syndicatos Profissionaes e Sociedades Cooperativas*, 1908; *Catalogo da Secção de Geologia Agricula* na exposição; sessão de encerramento e redacção final das conclusões votadas no *Primeiro Congresso de Agricultura*, realisado no Rio de Janeiro em 1901; *Memoria*

Economica, sobre a plantação do chá, por Frei Leandro do Sacramento, publicada em 1825; pelo Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado, *Il Brazili e Gli Italiani;* pelo 2.º Congresso Brazileiro de Agricultura, *Acção dos Governos no augmento da riqueza pastoril,* conferencia pelo Dr. Carlos Botelho na sessão de 19 de Agosto; Conferencia em 20 do mesmo mez pelo Dr. Assis Brazil; O *Problema Agricola,* conferencia realisada pelo Dr. Christino Cruz; *As Cooperativas em Minas Geraes e a revisão da sobre-taxa* por Arthur Resende; *Valorisação, melhoramento e protecção da industria extractiva da borracha,* por Antonio Monteiro de Souza; *Revista da Associação Commercial do Maranhão,* orgão dos interesses do Commercio, Lavoura e Industria, publicação mensal; ainda pelo 2.º Congresso de Agricultura, um opusculo: *Factores Economicos de producção,* pelo Dr. Sylvio Rangel; pelo seu auctor *Bibliotheca restauradora do Rio Grande do Sul,* volume 1.º; pelas respectivas redacções: *Jornal do Brazil, A Imprensa,* da capital Federal; *O Popular, O Gutenberg,* orgão do Instituto, *Jornal de Alagôas, Correio de Maceió, A Tribuna, O Lumen,* que se publicam nesta cidade e o *A B C,* orgão bi-mensal; pelo Snr. Ignacio Raposo a conferencia por elle realisada, tendo por thema *Deus diante da philosophia;* pelo Snr. Tenente Boaventura de Abreu um punhal turco e um craneo de macaco.

Passa-se a ordem do dia. Pelo senhor presidente foi declarado que não tendo comparecido numero legal de socios nas duas sessões anteriores para se proceder a eleição da nova directoria e commissões permanentes, teriam lugar as referidas eleições na presente sessão com o numero de associados que comparecessem pelo que convidava aos consocios presentes a concorrerem ás referidas eleições.

Procedendo-se as eleições dos membros da mesa administrativa, foram recolhidas a urna (8) oito cedulas que apuradas, deram o seguinte resultado: Para Presidente:- Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior (7) sete votos, Dr. Antonio de Gouveia um (1) voto; para 1.º Vice presidente Dr. Antonio de Gouveia (7) sete votos, Dr. Esperidião Tenorio (1) um voto, Para 2.º Vice presidente: Coronel Americo de Almeida Guimarães (8) oito votos; Para 2.º Secretario Professor Joaquim Ignacio Lourciro (7) sete votos.

Dr. Julio Auto Cruz e Oliveira, (1) um voto; Para supplente de Secretario: Dr. Joaquim Goulart de Andrade (8) oito votos, Dr. Julio Auto Cruz e Oliveira, (7) sete votos, Dr. Alvaro da Silva Rego, (1) um voto; Para orador: Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diégues, (7) sete votos, Dr. Virgilio Antonino (1) um voto; Para Vice orador, Dr. Virgilo Antonino (7) sete votos, Dr. Alvaro Rego (1) um voto; Para Thezoureiro: Dr. Francisco Pontes de Miranda, (8) oito votos; pelo que foram declarados eleitos para a mesa administrativa, que ha de funccionar de 2 de Dezembro do corrente anno até igual data de 1909, os Snrs: Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior, presidente; Dr. Antonio Francisco de Gouveia, 1.º vice presidente; Cel. Almeida Guimarães 2.º vice presidente; Professor Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º secretario; Dr. Joaquim Goulart de Andrade, 1.º Supplente de Secretario; Dr. Julio Auto da Cruz e Oliveira, 2.º supplente; Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diégues, orador; Dr. Virgilio Antonino, vice orador; Dr. Francisco Pontes de Miranda, thezoureiro.

Para as commissões permanentes foram eleitas por maioria absoluta de votos aos senhores:

1.ª Commissão—Finanças:—Dr. Francisco Francino de Aguiar, Alfredo de Araujo Rêgo, Bernardino de Senna Ribeiro.

2.ª Commissão—Redacção da Revista:—Dr. Virgilio Antonino de Carvalho, Conego João Machado de Mello, Dr. Julio Auto Cruz e Oliveira.

3.ª Commissão—Trabalhos historicos, archeologicos, geographicos e estatisticos:—Dr. Manoel Sampaio Marques, Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, Antonio de Gouveia.

4.ª Commissão—Numismatica, inscripções, pesquizas de manuscriptos e monumentos historicos:—Dr. Socrates Cabral, Rosalvo Ribeiro e Cel. Manoel Laurindo Martins Junior.

5.ª Commissão —Mappas, cartas geographicas:—Dr. Francisco Calaça, José de Barros Wanderley de Mendonça e Joaquim Goulart de Andrade.

Pelo senhor presidente foi declarado que a posse da nova administração seria realisada no dia 2 de Dezembro, ás 8 horas da noite, de accordo com as disposições expressas nos estatutos, para o que se fizeram as dividas communi-

cações. Foi nomeada uma commissão composta dos Srs. Conego João Machado de Mello, Dr. Joaquim Diégues e Profesor Loureiro para convidarem em nome do Instituto o Exmo. e Rev.mo Snr. Bispo Diocesano, D. Antonio Manoel de Castilho Brandão e o Exmo. Snr. Governador do Estado, Dr. Euclides Vieira Malta.

A meza dirigia os demais convites. Não havendo mais assumptos a tratar na 2.ª e 3.ª parte da ordem do dia, foi levantada a sessão, ficando marcada a reunião seguinte para o dia 2 de Dezembro, 39.º anniversario da fundação do Instituto. Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, lavrei a presente acta, que assigno.

Approvada em sessão de 2 de Dezembro de 1908.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DA POSSE DA DIRECTORIA QUE HA DE FUNCIONAR EM 1909

Prezidencia do Snr. Dr. Diègues Junior

Aos 2 dias do mez de Dezembro dè 1908, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 8 horas da noite, presentes os Snrs. Dr. Diégues Junior, Presidente, Dr. Antonio Gouveia, 2.º Vice-presidente, Dr. Costa Leite, Secretario perpetuo, Dr. Francisco Pontes, Thezoreiro, Dr. Joaquim Diégues, Orador, Dr. Virgilio Antonino Vice-orador, Professor Loureiro 2.º Secretario e os consocios, Coronel Manoel Laurindo, Conego Machado, Drs. Francisco Izidoro, Francisco Aguiar, Alfredo Rêgo, Socrates Cabral, Julio Auto, José Avelino e o socio correspondente P.e Eloy Brandão, foi declarada aberta a sessão.

Tendo comparecido o Ex.mo e Rev.mo Snr. Bispo Diocesano, D. Antonio Brandão, foi introduzido no salão com as formalidades do estylo, tendo assento na meza a direita

do Snr. Presidente. O Ex.mo Snr. Dr. Euclides Vieira Malta, governador do Estado, não podendo comparecer por incommodo de saúde, se fez representar pelo Secretario do Interior, Coronel Manoel Laurindo Martins Junior, socio effectivo deste Instituto.

Approvada a acta da sessão anterior, o Snr. Presidente pronunciou eloquente discurso em que fez uma resenha das difficuldades que o Instituto teve que vencer, para que não desapparecesse a obra que ha 39 annos fundaram os que julgaram de grande valor reunir elementos para historia da Patria e especialidade da historia de Alagôas. Em seguida declarou empossados os membros da Directoria, eleita em 24 de Novembro ultimo, composta do Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior, Presidente (reeleito), Dr. Antonio Francisco de Gouveia, 1.º Vice-presidente, Coronel Americo de Almeida Guimarães, 2.º Vice-presidente, Professor Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º secretario, Dr. Francisco Pontes de Miranda, Thezoureiro, (reeleito), Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diégues, Orador (reeleito), Dr, Virgilio Antonino de Carvalho, Vice-orador (reeleito), Dr. Joaquim Goulart de Andrade, 1.º supplente de Secretario, Dr. Julio Auto da Cruz e Oliveira, 2.º supplente. Em seguida foram declarados empossados os membros das 5 commissões permanentes sendo a 1.ª commissão composta dos consocios: — Dr. Francisco Francino de Aguiar, Dr. Alfredo de Araujo Rego, Dr. Bernardino de Senna Ribeiro; 2ª. commissão: Dr. Virgilio Antonino de Carvalho, Conego João Machado de Mello, Dr. Julio Auto Cruz e Oliveira; 3.ª commissão: Dr. Manoel Sampaio Marques, Dr. Francisco Izidoro da Costa, Dr. Antonio Gouveia; 4.ª commissão: Dr. Socrates Cabral, Dr. Rosalvo Ribeiro, Coronel Manoel Laurindo Martins Junior; 5.ª commissão: Drs. Francisco Calaça, Wanderley de Mendonça e Joaquim Goulart de Andrade.

Dada a palavra ao secretario perpetuo, foi lido o seu relatorio, que produzio a mais agradavel impressão no auditorio, já pelo estylo, já pela concizão e clareza com que lembrou os trabalhos do Instituto, salientando os nomes dos que mais se distinguiram na lucta para conservarem-se as reliquias da historia patria. Tem a palavra o orador que proferiu bello e aprimorado discurso em que se recordaram os servi-

ços prestados pelos socios fallecidos ao Instituto, durante o intervallo das sessões, não esquecendo de registrar a gratidão do Instituto aos que mais têm contribuido para o seu restabelecimento e estabilidade, assim achando-se em condições de poder continuar a sua obra.

Fizeram-se representar as redacções dos jornaes e periodicos publicados nesta cidade, bem como diversas sociedades litterarias beneficentes, representando o *Monte-Pio dos Artistas* o seu orador Snr. José Correia da Silva, a *Sociedade Previdencia e Auxilio dos Empregados no Commercio* o seu presidente Major Antonio Murta, o *Tiro Alagoano* o Sr. Capitão Cabral, o *Collegio 16 de Setembro* o seu Director Manoel Gomes de Almeida Leite, que todos proferiram palavras congratulatorias ao Instituto.

Nada havendo mais a tratar, o senhor presidente levantou a sessão, depois de haver manifestado toda a gratidão do Instituto pelas demonstrações de apreço que acabava de receber da parte das classes mais illustradas desta cidade, que se dignaram comparecer a esta solemnidade, que desde alguns annos não se pode realisar.

O Ex.mo Rev.mo Snr. Bispo Diocesano retirou-se com as formalidades com que foi recebido, mostrando-se a meza do Instituto reconhecida pelo seu comparecimento á 1.ª sessão solemne que se realisava depois da inauguração do Bispado de Alagoas.

Para constar, eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º secretario, lavrei a presente acta, que assigno.

Approvada em sessão de 9 de Março de 1909.

I.ª SESSÃO ORDINARIA NO ANNO DE 1909

Presidencia do Exmo. Snr. Dr. Diégues Junior

Aos 9 dias do mez de Março de 1909, nesta cidade de Maceió, no salão de honra do Instituto Archeologico e

Geographico Alagoano, pelas 7 horas da noite, presentes os Srs. Dr. Diégues Junior, presidente, Coronel Americo de Almeida Guimarães, 2.º vice-presidente, Dr. Costa Leite, secretario-perpetuo, Professor Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º secretario, Dr. Francisco Pontes, thezoureiro, Dr. Virgilio Antonino, vice-orador e os consocios Dr. Alvaro Rego, José Avelino, Conego João Machado de Mello, Padre Eloy Brandão, sendo este correspondente, havendo numero legal, é declarada aberta a sessão. Lida a acta da sessão de posse, que teve lugar em 2 de Dezembro passado, foi ella approvada sem contestação.

EXPEDIENTE:— O 2.º secretario leu o seguinte expediente:—Officio do Sr. Secretario do Interior, pedindo informações do Instituto para o relatorio que tem de apresentar ao Exm.º Snr. Governador do Estado; cartão de bôas-festas da Administração dos Correios do Estado do Pará e do Director e funccionarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro; officio do Director da *Bibliotheca e Archivo Publico* do Estado do Pará, acompanhando a offerta de um exemplar da importantissima obra—*Album do Pará*, publicada por ordem do governo do mesmo Estado em 1908;

OFFERTAS:—Pelo Coronel Francisco Domingues da Silva, uma collecção de *fac-similes* de sellos postaes de diversos paizes; um exemplar do *Almanak Bertrand* para o anno de 1909, *O Municipio de Belém*, relatorio apresentado ao Conselho Municipal de Belém, no anno de 1906, pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos; *Portugal Contemporaneo*, publicação do *Malho*, pelo escriptor portuguez Augusto Forjaz, obra offerecida ao rei D. Carlos e a Rainha D. Amelia, precedida de um prologo de José de Souza Monteiro; *A Fundação da Cidade de N. S. de Belém do Pará*, por Theodoro Braga, pintor brazileiro, contendo estudos e documentos para a execução da Grande Téla Historica pintada pelo auctor e encommendada pelo Intendente Municipal de Belém, Senador Antonio José de Lemos; *Planta da Cidade do Recife, Brazil*, no anno de 1907, reduzida dos levantamentos da cidade, feitos pelos Snrs. Douglas Flox e o Dr. Michell Whittey, membros do Instituto de Engenheiros de Londres, em 1906; *O Pará*, obra de propaganda do Estado do mesmo nome, escripta em portuguez, francez e inglez, ricamente

encadernada, trabalho realisado no governo do Dr. Augusto Montenegro; *Collecções Illustradas da Flóra Amazonica*, de n.º 21 a 41, acompanhadas de estudos sobre a mesma flóra; *Guia Postal*, organisado pela Directoria Geral dos Correios em 1906; *O Arco-Iris*, collecção de poesias de Luiz Carlos da Silva; *Album de Aves Amazonicas*, organisado pelo professor Dr. Emilio Gœldi, director do *Museu Gœldi* no Estado do Pará; pela Sociedade Nacional de Agricultura: *A Lavoura*, n.os 5 e 9, correspondentes aos mezes de Maio e Setembro de 1908; *A Molestia dos Animaes*, *Syndicatos Agricolas*, *Syndicatos Profissionaes* e *Sociedade Cooperativas*, leis, regulamentos e normas de estatutos; *Catalogo* da secção de Zoologia Agricola, na exposição nacional de 1908; *O Café*, e *O Mate*, publicações sob a direcção da Sociedade Nacional de Agricultura; *A Borracha*, monographia extrahida da obra *O Brazil, suas riquezas naturaes e suas industrias*; *Memoria Economica*, sobre a plantação do Chá, por Frei Leandro do Sacramento, publicada em 1825 e reeditada em 1908, por occasião da exposição do centenario; *Factores economicos da producção*, pelo Dr. Sylvio Rangel; *Valorisação, Melhoramentos e Protecção á industria extractiva da borracha*, por Antonio Monteiro de Souza; *O Problema Agricola*, conferencia realisada pelo Dr. Christiano Cruz; *A acção dos Governos no augmento da riqueza pastoril*, conferencia pelo Dr. Carlos Botêlho; *Conferencia*, pelo Dr. Assis Brazil, em 20 de Agosto de 1908; Sessão de encerramento e redacção final das conclusões notadas no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, realisado no Rio de Janeiro em 1901; *As Cooperativas Agricolas em Minas Geraes e a Reserva da Sobre-taxa*, por Arthur Rezende; pelo Museu Paulista, os catalogos da *Fauna Brazileira*, volume II, por W. Bròlemam, publicados em 1909; pelo Snr. Aristides Cesar, 2 exemplares do *Scenario Paranaense*, descripção geographica, politica e historica do Estado do Paraná, 1908; pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, (1749), publicada na *Imprensa Nacional* em 1908; *A Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo consagrado á Exposição Commemorativa do Primeiro Centenario da Imprensa no Brasil e tomo LXX, relativo ao anno de 1907 e

publicado em 1908; *Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife em 1905*, offerta de um consocio; pelo Instituto Historico do Ceará a *Revista Trimensal*, sob a direcção do Barão de Studart, tomo XII, anno XII, 1908; pelo Instituto Historico e G. Brazileiro o 1.º volume das *Datas e Notas para a Historia da Parahyba*, por Irineu Ferreira Pinto, socio fundador e bibliothecario; pelo bibliothecario e director do Archivo Público do Pará, um exemplar da importante obra, *O Pará*, album do Pará, mandado organisar pelo governador Dr. Augusto Montenegro; pelo Instituto Geographico da Bahia, um exemplar da *Revista*, n.º 32, relativo ao anno de 1906; *Boletim da Propriedade Industrial*, publicação official a cargo da Directoria Geral da Industria, Capital Federal; pela Directoria da Agricultura, Industria, Viação e Obras Publicas da Bahia, um exemplar da *Revista*, n.os 4 e 6, (Abril a Junho) de 1908; pelo Gabinête da estatistica, o *Boletim* n.º 2, Junho de 1908; pelo governo do Estado do Amazonas, *A Imprensa no Amazonas*, 1851 a 1908; *O Album*, lembrança de Manáos antigo e moderno, com os retratos do Governador e Vice-Governador, Coroneis Affonso de Carvalho e Antonio Publio Ribeiro Bittencourt; diversos catalogos e publicações de casas commerciaes e os jornaes: *A Imprensa, Diario do Commercio, Jornal do Brazil, Gutenberg, Tribuna, Jornal de Alagôas, Lumen, A B C*, e outros; pela respectiva direcção, *Boletin de Cuerpo de Ignieros de Minas del Perú*, n.º 3, anno 67, 1908.

Passa-se a ordem do dia. Primeira parte: Requerimentos, indicações e propostas.

Pelo senhor thezoureiro, Dr. Francisco Pontes, foi apresentado o balanço da receita e despezas do Instituto, a contar de Setembro de 1907 a 31 de Dezembro de 1908.

Não tendo comparecido a commissão respectiva, faltando os seus membros e sendo materia urgente, o senhor presidente nomeou a seguinte commissão para examinar as referidas contas e dar parecer sobre ellas: Coronel Americo de A. Guimarães, relator, Dr. Alvaro da S. Rêgo e José Avelino e Silva, os quaes deverão apresentar o parecer na sessão seguinte. Pelo consocio José Avelino, foi apresentado uma proposta para que seja publicada por este Instituto uma collecção de versos do laureado poeta alagoano Sebas-

tião de Abreu, tão cedo roubado as lettras patrias. O senhor presidente resolveo enviar a proposta á respectiva commissão, sendo designado relator o consocio Dr. Virgilio Antonino. O senhor 1.º Secretario Dr. Costa Leite, fez considerações acerca do não comparecimento dos socios effectivos sem motivo justificado e em seguida o consocio Dr. Virgilio Antonino observou, que, se fazia necessario em beneficio do Instituto se cumprisse o disposto nos respectivos estatutos. Ficou deliberado estudar-se o assumpto para que o Instituto delibere como for mais conveniente. Não havendo mais nada a tratar, passa-se a 2.ª parte da ordem do dia, em que não havendo expediente passa-se a 3.ª parte, que constou de leituras de manuscriptos, de documentos e apresentação de trabalhos.

Não havendo o que discutir, suspendeu o senhor presidente a sessão, marcando a seguinte reunião para o dia 23 do corrente. Eu, Joaquim Loureiro, 2.º secretario, lavrei a presente acta que assigno.

Approvada em sessão de 23 de Março de 1909.

2.ª SESSÃO ORDINARIA NO ANNO DE 1909

Presidencia do Snr. Dr. Diégues Junior.

Aos 23 dias do mez de Março de 1909, no salão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, as 7 horas da noite, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Julio Auto, Virgilio Antonino, Professor Joaquim Loureiro, Coronel Americo de Almeida Guimarães e José Avelino, havendo numero legal, é aberta a sessão. Pelo 2.º secretario foi lida a acta da sessão de 9 de Março, sendo approvada sem contestação a sua redacção. Em seguida o mesmo secretario leu o seguinte expediente:

OFFERTAS:— Pelo consocio Dr. Virgilio Antonino, um exemplar do *O Marquez de Niza*, romance historico, ma-

ritimo, illustrado com gravuras, producção do escriptor portuguez Eduardo de Noronha; pela respectiva direcção, o *Boletim Municipal de Curityba*, publicação official de documentos para a historia do Paraná, sob a direcção e redacção de Francisco Negrão, volume VI, producção da villa de Curityba; pela Directoria Geral da Industria, Viação e Obras Publicas o *Boletim da Propriedade Industrial*, correspondente ao mez de Setembro de 1908; pelo Snr. Mario Mello, um opusculo sob a epigraphe: *A Maçonaria no Brasil;* pela Directoria da Associação Commercial do Maranhão, um exemplar da *Revista*, orgão do Commercio, Lavoura e Industria daquelle Estado; pelas respectivas redacções: *Diario do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *A Imprensa*, da Capital Federal e o *Gutenberg*, *Jornal de Alagôas*, *Correio de Maceió*, *Tribuna* e os periodicos *A B C*, *O Lumen* e outros, bem como diversos catalogos.

CORRESPONDENCIA:—Officio do senhor secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, acompanhando o conhecimento do embarque de um caixão contendo os jornaes pertencentes a este Instituto e que serviram na exposição commemorativa do Primeiro Centenario da Imprensa no Brazil.

Passa-se a ordem do dia. Primeira parte: requerimentos, indicações e propostas. Pelo Snr. 1.º Secretario Dr. Costa Leite, foi apresentada uma proposta para que na forma do disposto nos Estatutos, sejam considerados socios honorarios do Instituto, os socios fundadores Conego Antonio Procopio da Costa e Commendador Tiburcio Valeriano de Araujo, que se acham impossibilitados de comparecerem ás sessões, em rasão do seu estado de saúde e por sua idade avançada, devendo esta proposta, se for approvada, ser considerada como uma homenagem aos bons serviços prestados ao Instituto por esses dignos e venerandos consocios. Na forma do regulamento, foi disignada para dar parecer, uma commissão composta dos Senhores Dr. Virgilio Antonino, Julio Auto e Coronel Americo Guimarães, sendo relator o Dr. Julio Auto. Pelo senhor 2.º secretario foi proposto que se considerasse socio effectivo, o socio correspondente Padre Eloy Brandão, que fixou residencia nesta cidade e na qualidade de correspondente tem comparecido as sessões sempre que tem avisos della.

Ainda pelo Dr. Costa Leite, Professor Loureiro, Drs. Diégues Junior e Virgilio Antonino, foi proposto socio effectivo o Dr. Luiz de Mascarenhas, que offereceu ao Instituto a valiosissima collecção completa do *Diario das Alagôas*, fundado e dirigido pelo finado Conego Antonio José da Costa, natural da cidade das Alagôas. Ambas as propostas foram apresentadas a respectiva commissão. O senhor 2:º secretario participou já se achar no Instituto o caixão remettido pelo 1.º Secretario do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, contendo os jornaes que foram remettidos para a exposição commemorativa do Primeiro Centenario da Imprensa no Brazil, faltando a conferencia dos exemplares remettidos. O mesmo 2.º Secretario declarou que no despacho do referido caixão, encontrou muita bôa vontade, em afastar qualquer embaraço aduaneiro, no Snr. Inspector da Alfandega, Coronel José Luiz de Oliveira Guerra e no Administrador da Recebedoria Central, Coronel João Calheiros da Silva Gatto, aos quaes agradeceu em nome do Instituto. Passa-se a 2.ª parte da ordem do dia.

Foi lido o parecer assignado pelos consocios Dr. Alvaro Rêgo, Coronel Americo Guimarães e José Avelino, propondo serem approvadas as contas apresentadas pelo thezoureiro Dr. Francisco Pontes de Miranda, relativas ao tempo decorrido de Setembro de 1907 a 31 de Dezembro de 1908. Dellas verifica-se ter sido a receita de Rs. 14:335$500, e a despeza de Rs. 7:668$650, accusando um saldo de Rs. . . . 6:666$850, em 31 de Dezembro ultimo. Posto em discussão, o parecer foi approvado unanimemente. Nada mais havendo a tratar na 2.ª parte, passa-se a 3.ª parte da ordem do dia, que contou de leitura de manuscriptos ou documentos e apresentação de trabalhos. Não havendo materia para essa parte da ordem do dia, levanta-se a sessão. Para constar eu, Joáquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, lavrei a presente acta que assigno e será publicada depois de approvada.

Approvada em sessão de 13 de Abril de 1909

INDICE

MEMORIAL BIOGRAPHICO do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga—quarto periodo—pelo Dr. Leite Oiticica . . . . . pag. 7

ALAGOAS E SEU DESENVOLVIMENTO HISTORICO — Conferencia realisada no Instituto —pelo Professor Moreno Brandão . . . . . » 48

DISCURSO — pronunciado pelo Dr. Orlando Araujo — na sessão de recepção dos socios Drs. Barboza Junior e Guedes Lins . . . . . » 61

DISCURSO — pronunciado pelo Dr. Aloysio de Menezes — por occasião da sua posse como socio effectivo . . . . . » 67

ACTAS — das sessões do Instituto . . . . . » 80

ABRIL A JUNHO DE 1916

Vol. VIII Num. 2

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

COMMISSÃO DE REDACÇÃO,

Dr. Bernardino Ribeiro,
Dr. Guedes de Miranda, Dr. Barboza Junior

1916
Typ. da Livraria Fonseca
40 — Rua do Commercio — 40
MACEIÓ

INSTITUTO ARCHEOLOGICO
E
GEOGRAPHICO ALAGOANO

Installado em Maceió aos 2 de Dezembro de 1869

SEUS FINS SÃO:

I — Colligir, trasladar, verificar e publicar documentos e tradicções historicas de Alagôas.

II — Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os.

III — Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de monumento e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos.

IV — Obter e conservar photographias e desenhos de monumentos que possam ter qualquer valor historico.

V — Estudar a geographia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo, os dados fundamentaes de uma estatistica.

VI — Auxiliar pelos meios ao seu alcance publicações litterarias.

VII — Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se tornem conhecidos a riqueza e o adiantamento dò Estado.

1915---1916

MEZA ADMINISTRATIVA

Eleita em 17 de Novembro de 1915, para o periodo social de 2 de Dezembro de 1915 a 1. de Dezembro de 1916.

Presidente — Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior *(reeleito)*.

1.º **Vice-Presidente** — Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.

2.º **Vice-presidente** — Conego João Machado de Mello.

Secretario Perpetuo — Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite.

2.º **Secretario** — Professor Francisco Henrique Moreno Brandão *(reeleito)*.

1.º **Supplente** — Dr. Barboza Junior.

2.º **Supplente** — Dr. Julio Auto da Cruz e Oliveira *(reeleito)*.

Thezoureiro — Dr. Aloysio de Menezes.

Orador — Dr. Luiz de Mascarenhas.

Vice-Orador — Dr. Orlando Araujo.

COMMISSÕES PERMANENTES

1.ª **Commissão** — *Finanças* — Dr. Alfredo de Araujo Rego, Professor Joaquim Ignacio Loureiro e Dr. Orlando Araujo.

2.ª **Commissão** — *Estatutos, redacção da Revista, pesquiza e revisão de manuscriptos, autographos e documentos* — Dr. Bernardino Ribeiro, Dr. Guedes de Miranda e Dr. Barboza Junior.

3.ª **Commissão** — *Geographia, historia e monumentos historicos, ethnographia e estatistica* — Dr. Democrito Brandão Gracindo, Dr. José Guedes Lins e Dr. Alfredo de Araujo Rego.

4.ª **Commissão** — *Archeologia, anthropologia, numismatica, ceramica e inscripções* — Dr. Manoel Sampaio Marques, Dr. Afranio de Araujo Jorge e Dr. Socrates de Moraes Cabral.

5.ª **Commissão** — *Mappas e cartas geographicas, plantas, retratos, estampas e biographias* — Dr. Afranio de Araujo Jorge, Dr. Socrates de Moraes Cabral e Dr. José Guedes Lins.

O DIA 16 DE SETEMBRO

SAUDAÇÃO Á PROVINCIA DAS ALAGOAS

pelo C.el Pedro Paulino da Fonseca, publicada na edição do «Diario das Alagôas», em 16 de Setembro de 1875

(Ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano)

Cabe-nos hoje a honra de saudar as Alagôas, e commemorar o sempre memoravel dia 16 de Setembro, passando em revista os fastos d'um povo nas gloriosas paginas da sua historia: povo que muito se avantajou no progresso de sua colonia, fundada, sem duvida, no meado do seculo do descobrimento da terra de Santa Cruz, época em que devêra ter lugar, por isso que, foi em consequencia dos serviços prestados contra os francezes, expulsando-os de Itamaracá em 1531, que Duarte Coêlho Pereira obteve a doação da capitania: povo que muito trabalhou como esforçados patriotas no segundo seculo, o 17.º, debellando um tenaz inimigo externo e em seguida, outro cruel interno, e que vencendo-os com grande gloria (forçoso é dizêl-o), dormio depois longo somno, o da indifferença, durante o terceiro e principio do quarto seculo, mas que hoje, louvores sejam dados, procura rehaver o perdido: mas, se de nossa insufficiencia resultar

que a tarefa não seja completa, sirva-nos de protecção a bôa vontade com que aceitamos o encargo, só com a pretenção de diffundir o estudo e incitar a curiosidade da historia alagoana, e em vivos e eloquentissimos traços pintem outros mais amestrados com as justas côres, os feitos d'um povo que possue reaes motivos de orgulho e ufania.

*
* *

O bello torrão das lagóas, collocado na parte mais saliente da costa de mar da terra de Santa Cruz, foi pela caprichosa natureza dotado de pittorescos lagos, de rios de bôa agua e de lindas arvores, na melhor das mattas, formando com este conjuncto harmonioso, um jardim gigante, assim cuidadosamente disposto aos olhos dos navegantes que cruzam os mares da sua costa.

O navegante que segue pela costa occidental do oceano atlantico equinoxial, quer mariando, quer costeando, não passa aqui desapercebido; elle como que vê sua attenção inopinadamente desviada, absorto por um local, que pequeno em tamanho se assoberba em grandezas naturaes. E' que, tambem, além das bellezas naturaes de sua floresta, a mais rica e mais linda do Brazil, de seu valle todo traçado de rios e riachos, de seus campos e de suas longas lagôas navegaveis. elle vê, que seu rumo precisa ser corrigido pelo desvio que soffre sua agulha, em consequencia da influencia da soberba mina do precioso mineral magnetico, que avulta na villa da Palmeira.

*
* *

E' incontestavel, que logo apóz o descobrimento da terra da Santa Cruz, a costa de mar da Parahyba á Bahia, começou a ser visitada por aventureiros europêos, sendo os francezes os que desde logo tornaram-se os mais assiduos negociadores com os filhos do torrão depositario da preciosa—ibirapitanga,— sendo tal a frequencia e commercio, que pelo anno de

1511, os portuguezes vendo o descaminho que, por contrabando, os estrangeiros faziam della, empregaram embarcações de guerra com feitorias nos portos onde isto se dava e muitos navios no transporte dessa mercadoria.

E' notavel, que fazendo então os francezes com desembaraço um commercio e navegação tão activa, os portuguezes ainda andassem pelo accaso, sem navegação e sem rumo, como diz Gabriel Soares, quando mencionou a viagem de Chritovão Jacques em 1526.

Mr. Warden, em sua *Descripção Historica do Brazil*, disse que no anno de 1820, tres francezes, irmãos, chamados Parmentier, vieram á Pernambuco, em um navio, carregar páo-brazil, e accrescenta, ser mui commum o facto, nesse tempo.

E foram tantos os portos que tomaram o nome dos seus assiduos frequentadores, que Gabriel Soares nas suas *noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, obra que em 1.º de Março de 1587 offerecêra a D. Christovão de Moura, descrevendo a costa das Alagôas, diz:

> « Do rio Una ao Porto de Pedras são 4 leguas, o qual está 9° e 30'. Corre a costa de Santo Agostinho até este Porto de Pedras nordeste-sudoeste. Deste porto ao rio Camaragibe são 3 leguas, cuja fronteira é um banco de arrecifes, que tem algumas aberturas, por onde entram barcos da costa e ficam seguros de todo o tempo entre os arrecifes e a terra.
>
> Neste rio Camaragibe entram navios de *honesto* porte e na ponta da barra da banda do sul tem umas barreiras vermelhas, cuja terra ao longo do mar é escalvada até o rio Santo Antonio-meirim, que está delle duas leguas, onde tambem entram caravelões da costa. Do rio Santo Antonio-meirim ao porto *velho dos Francezes* são 3 leguas, *onde elles costumam ancorar com sua náos e resgatar com o gentio.*
>
> Do porto velho dos Francezes ao rio S. Miguel são 4 leguas que está em 10°, no qual entram navios da costa, e entre um e outro entra no mar o rio das

Alagôas, onde tambem entram caravelões, o qual se diz das Alagôas, por nascer de uma que está afastada da costa, *ao qual rio chamam os indios o porto de Jaraguá.*

Do rio S. Miguel ao porto *Novo dos Francezes* são 2 leguas, defronte do qual fazem os arrecifes, que vão correndo a costa, uma aberta, por onde os francezes costumavam entrar com sua náos, e ancoravam entre os arrecifes e a terra por ter fundo para isso, onde estavam muitos seguros, e d'aqui faziam seu resgate com o gentio. Do porto Novo dos Francezes ao de *Ipotiba* é uma legua, do qual ao rio Coruripe são 3 leguas, em o qual entram navios da costa, *cuja terra ao longo do mar é fraca,* mas para dentro duas leguas é arrasoada. Deste rio de Coruripe ao arrecife de D. Rodrigo, até o rio de S. Francisco são 6 leguas, e da ponta da barra de Coruripe contra o rio de S. Francisco se vae armando uma enseada de duas leguas na qual bem chegado a terra estão os arrecifes de D. Rodrigo, onde tambem se chama *Porto dos Francezes,* por elles costumarem acolher aqui com suas náos á abrigada, e iam por entre os arrecifes e a terra com suas lanchas tomar carga de páo da tinta no rio Coruripe. Aqui se perdeu no dia 16 de Junho de 1556 o Bispo do Brazil D. Pedro Fernandes Sardinha com uma sua náo sahida da Bahia para Lisbôa no dia 2 do dito mez, na qual ia Antonio Cardozo de Barros, provedor-mór que fôra do Brazil, dois conegos, duas mulheres casadas, muitos homens nobres e outras muitas gentes, que seriam mais de cem pessôas brancas, fóra escravos, as quaes escaparam todas deste naufragio, mas não do gentio Caeté, que então senhoreava esta costa, da bôcca deste rio S. Francisco até o da Parahyba: depois que estes Caetés roubaram este Bispo e mais gentes de quanto levavam, os despiram e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo, sem escapar mais que dois indios da Bahia e um portuguez, que sabia a lingua, filho do meirinho

da correição.

A' costa do rio S. Francisco até o porto das Pedras corre rumo nordeste-sudoeste, e toma da quarta de norte-sul. (Tom. 3.º, part. 1.ª, cap. 18.º, Christovão de Moura, — Madrid, 1 de Março de 1587).

*
* *

Duarte Coêlho Pereira, depois de haver em 1532 fundado a sua Olinda, seguiu a correr a costa do sul, afim de expulsar os francezes que ahi negociavam com os gentios e deixar colonos para nucleos de novas povoações, como o fez em Porto Calvo, Alagôas e Penedo.

E' tambem bem antiga e quasi do mesmo tempo daquellas, a villa do Norte: mas parece problematico o facto de ter sido um cégo quem escolhesse local para assentar uma povoação. Gabriel Soares, falla na fundação da povoação e diz: — « erecta por um cégo que lhe deu o titulo de Villa Nova de Santa Luzia ».

Warnhagem, na historia das luctas com os hollandezes no Brazil, no liv. 3.º, pag. 67, tratando da primeira invasão ás Alagôas, diz:

« Antes desta ultima sortida, havia deixado o Recife o Calabár, guiando o commissario Gysselingh, em uma invasão por elle Calabár ideada, desde o Porto das Pedras até as duas Alagôas.

Embarcando-se com uns seiscentos homens, em alguns navios ao mando de Lichthardt, foram todos aportar na Barra-Grande no dia 11 de Outubro (anno de 1633), e, no dia seguinte, passaram ao Porto de Pedras, onde só chegaram á meia noite. Depois de ahi tomarem o assucar que encontraram, incendiando os barcos, que não lhes poderiam servir, passaram ao Camaragibe, prêando os gados e entregando as chammas o que não poderam conduzir comsigo. Seguiram logo ao porto dos Francezes, onde igualmente queimaram varios barcos fundeados e

mais de cem caixas de assucar; e dahi tomaram até a Alagôa do sul ou Manguaba, lançando fôgo a villa de Nossa Senhora da Conceição, *que apezar de recentemente fundada* (aqui ha uma nota do auctor, da qual trataremos em seguida) *já contava, segundo a propria confissão dos invasores, edificios de bonita architectura*; e o mesmo pretenderam fazer á *Villa de Santa Luzia*, na Alagôa do Norte, mas não o poderam realisar em virtude da resistencia que ahi oppoz o valente capitão Antonio Lopes Filgueiras, á custa da propria vida. Por fim, regressaram ao Recife a 9 de Novembro, trazendo por despojos duzentas e cincoenta caixas de assucar e noventa e oito tóras de páo-brazil».

O Marquez de Bastos, nas suas *Memorias diarias*, registra este facto na data de 20 de Agosto e relata-o nestas palavras:

«Querendo Calabár saborear o inimigo e resarcil-o da perda que soffreu no sitio do Real, persuadio-o a que fizesse uma entrada por mar nas Alagôas, 47 leguas ao sul do porto do Recife, o que effectuaram á 20 de Agosto, indo elle, como tão pratico que era em toda aquella costa, sahindo em quinze navios, algumas barcaças e lanchas. Desembarcaram a gente que seriam mil homens na barra das mesmas lagôas, dando primeiro na povoação da do sul, *que tinha mais de cem casas, e algumas mui bôas, as quaes logo queimaram, assim como á igreja matriz.* O mesmo procuraram fazer á povoação da do Norte (a sete leguas desta), que foi mui bem deffendida pelo capitão de milicias della, Antonio Lopes Filgueiras e por isso não a poderam queimar, ainda que lhe custou a vida, que se sentiu. Era genro de Gonçalo Velho e Maria de Souza».

Por sua vez o auctor da Historia do Brazil escripta em francez e vertida por Pedro José de Figueredo, no tom. 3.º,

pag. 206, diz: — « que o infatigavel mulato ahi conduzio os hollandezes e depois de ter pilhado a principal *aldêa*, que continha cento e vinte habitações, poz-lhe fôgo e que a segunda oppondo-lhe maior resistencia, igualmente succumbio».

Em nota sobre o *recentimento fundada*, diz Warnhagem: —« sem duvida desde 1611: por quanto no mappa respectivo da Razão do Estado, que se deve considerar deste anno, ainda a villa se não acha designada, só sim a de Santa Luzia na outra Alagôas ».

Da confuzão entre datas de fundação de povoados e elevação a cathegoria de villa, e do emprego desta palavra para designar muitas vezes uma aldeia então fundada, nasce o erro que torna improcedente o juizo omittido, porquanto é certo, que na época ácima, não haviam ainda sido elevados a essa cathegoria, nenhum dos povoados das Alagôas. O ter o fundador do de Santa Luzia, dado-lhe o pomposo nome do Villa Nova, não auctorisava a ser como tal incluido no grande mappa da Razão do Estado. No mesmo caso, e com maior razão de sêl-o, estava o povoado de Penedo, porque além de ser mais antigo, fôra em sua fundação, como aquelle, denominado Villa do Penedo de São Pedro, bem como o de Magdalena e o de Porto Calvo, tambem tidos e conhecidos por villas, desde seus principios.

Na carta que em Fevereiro de 1732 os officiaes da Camara da dita Villa do Penedo escreveram a El-Rei e que pela sua importancia historica em seguida transcrevemos, dão elles a criação da villa no anno de 1614, facto que tem cunho de verdadeiro, pela razão simples de depender uma tal criação do acto da eleição dos funccionarios da primeira camara e que em 1732 não podia soffrer duvida para ser mencionado em documento tão importante.

*
* *

Vejamos o que era o Brazil no terceiro quartel desse seculo, isto é, pelo anno de 1575.

Diz a Historia de Portugal (por uma sociedade de homens de lettras, vol. 5.º, pag. 214), que estava muito em princi-

pio a sua prosperidade, mas já era bastante para namorar os hollandezes e para fazer com que os francezes continuassem ora por um, ora por outro lado, a procurar tomar raiz n'um solo que os repellia:

« A cidade do Rio de Janeiro, sahira como borbolêta gentil, da sua chrysalida primitiva, que foi a povoação chamada Villa Velha, situada entre o Pão de Assucar e o morro de São João. O local do castello ou morro de São Sebastião passou a ser habitado no anno de 1583, época em que os primeiros povoadores trasladaram a primitiva povoação, por cautella e temor do inimigo indigena e do estrangeiro, tendo para tal fim em 1569 a Rainha regente Dona Catharina, ordenado o traço e plano da nova villa.

Nas provincias do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina, havia um principio de colonisação. A primeira começava a ser povoada por alguns habitantes da capitania de São Vicente, que, cedendo aos seus instinctos aventurosos, se tinham ido estabelecer junto da ilha dos Patos; na segunda, já campeava uma pequena villa, a de Nossa Senhora do Desterro, que ainda hoje conserva alguns vestigios das primitivas edificações.

São Paulo prosperava rapidamente, graças á influencia, alli benefica, dos Jesuitas, e á energia que logo de principio se revelou como caracteristico da indole dos Paulistas.

Na provincia do Espirito-Santo, a villa da Victoria campeava, ufana, de possuir na sua igreja o corpo venerado de José d'Anchiêta, apostolo do Brazil.

A provincia de Porto-Seguro, onde Cabral primeiro desembarcára, depois de prosperar com incrivel rapidez, entrára n'um periodo de decadencia, por cauza das invazões frequentes e assoladôras das tribus dos Aymorés.

Na Bahia conservava ainda S. Salvador, como por longos annos conservou, o previlegio de capital; cidade opulenta e magnifica, ostentava já no seculo

17.º, como se prova pelos mappas hollandezes, os magestosos edificios que a adornam.

Sergipe de El-Rei principiava a ser colonisada e a villa por essa época edificada, foi depois, em 1637, queimada pelos hollandezes.

Nas Alagôas, *começaram igualmente a levantar-se villas taes como Porto Calvo*, que o facho da guerra tinha de assolar.

Pernambuco florescia para seu mal: a cidade de Olinda vestia-se das formosas gallas que haviam de tentar os mercadores dos Paizes-Baixos.

A Parahyba colonisava-se e n'essa provincia tentaram estabelecer-se os francezes repellidos do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Norte já existia a cidade do Natal, então conhecida pelo nome de cidade dos Reis.

O Ceará estava ainda quasi completamente ignorado, mas não tardaria a abrir-se ás explorações portuguezas.

A provincia do Piauhy envolvia-se em profundo mysterio, cujos véos deviam ser rasgados pelos aventurosos paulistas.

No Maranhão fundaram os francezes a cidade de S. Luiz. Estava reservada a Jeronymo de Albuquerque, pae do heroico Mathias de Albuquerque, a honra de os expulsar.

O Pará, descoberto por Vicente Yanez de Pinson, explorado por Orellana, que procurava o famoso Eldorado, e que seguiu, vindo do Perú, onde fôra companheiro de Pizarro, o curso do Amazonas, fôra com tudo abandonado pelos hespanhóes, e começavam os portuguezes a povoal-o.

Na provincia de Matto Grosso, já percorrida no meado do seculo 16.º pelo paulista Aleixo Garcia, sulcado depois repetidas vezes por bando de aventureiros, não havia ainda nem os primeiros symptomas de colonisação. O mesmo succedia a Goyaz e a Minas-Geraes, a primeira de todos ignorada, a segunda apenas entrevista. No seculo 18.º é que o descobrimeuto das minas de oiro havia de

encher com os rumores da civilisação essas magestosas e profundas solidões».

Thomaz de Souza, escolhendo o local para a edificação da cidade da Bahia, terraplanou-a, traçou as ruas e praças, marcou o lugar da igreja, dos paços do conselho, da casa do governo e da dos contos, e levantou uma especie de cerca ou arraial, com duas torres para o lado do mar, e quatro para o de terra, para abrigar os colonos de quaesquer incursões dos gentios (Soriano — Hist. da Guerra Civil).

A povoação erecta poz o nome de *Cidade do Salvador*, e não de São Salvador como lhe chamam, dando-lhe por armas em campo azul, uma pombinha, tendo no bico um ramo de Oliveira com a diviza: *Sic illa ad Arcam reversa est.*

Tambem Estacio de Sá, chegando ao Rio de Janeiro em fins de Fevereiro de 1565 (Soriano — Hist.), tratou de fundar a colonia a que deu cathegoria de *cidade* e poz o nome de São Sebastião, em memoria do joven rei deste nome. Para armas deu-lhe um mólho de settas, allusivas ás que haviam servido de supplicio do santo invocado.

* * *

No fim desse seculo, pelos annos de 1590, mais ou menos, a capitania de Pernambuco era a mais adiantada e rendoza das de todo o Brazil (diz Soriano, tomo 1.º, pag. 524), ostentando já, um luxo e trato proprio de uma côrte. Contava-se nella mais de dois mil colonos e outros tantos escravos: daquelles, mais de cem tinham já passante de cinco mil cruzados de renda, havendo alguns de oito e dez mil; mas sendo geralmente gastadores, apezar daquellas rendas serem enormes para aquelle tempo, havia todavia muitas dividas. As festas e jantares eram frequentes: os homens trajavam velludos, damascos e sêdas, tendo além disso cavallos de preço, com sellas e guiões das mesmas sêdas da roupa, couzas em que aliás despendiam com bizarria.

As carruagens de hoje eram lá substituidas pelas cadeirinhas ou palanquins da Azia. De vinhos consumiam-se

annualmente em Pernambuco muitos mil cruzados. Haviam sessenta e seis engenhos que fabricavam por anno duzentas mil arrobas de assucar, alguns dos quaes nas Alagôas, onde aquelle luxo já era notado em suas povoações.

*
* *

No seguinte seculo, o 17.º, dois poderosos motivos concorreram para preterir os progressos da colonia: a guerra com os hollandezes e em seguida a dos negros dos Palmares, tornaram durante longos annos, o agricultor soldado, substituindo-lhe a enchada pelo mosquete.

Os indios não deixaram tambem de ser um inimigo damnôzo, mais não tão ténaz e perigoso como aquelles.

Alagôas, foi a base das operações de guerra durante um e outro conflicto, como tem sido sempre em todas as contendas posteriores, ao sul e ao norte della, supportando com resignação as fintas e mais imposições que em nome d'El-Rei se lançava ao povo, como em 1817, que além do mais, como gado, farinha e outros generos necessarios para sustento da tropa, exigio-se-lhe os cavallos precisos para montar um regimento de cavallaria que vinha da côrte, e os necessarios tambem, ao transporte da bagagem e commodidade dos officiaes das outras armas!

Como consequencia, a povoação que já contava edificios de bonita architectura no principio do seculo, foi incendiada pelos invasores hollandezes. Não soffrerá duvida o estado de progresso das Alagôas, se considerarmos, que em arrabaldes como Paripoeira, já havia por esse tempo, uma casa conventual de frades carmelitas, sendo certo que, quando em 15 de Agosto de 1635, o Coronel Arquichofle a occupou com dois mil soldados, (diz a *Memoria diaria* do Marquez de Bastos) em uma eminencia sobre a praia e junto á ermida de São Gonçalo, pertencente aos religiosos do Carmo, levantou um reducto e na praia outro, para estorvar-nos a communicação com os moradores do campo.

Como já mencionassemos os brazões de armas dados a Bahia e Rio de Janeiro por seus fundadores, não será fóra

de proposito citar aqui o seguinte:

> «Quando o Conde de Nassau, em Janeiro de 1637, tomou posse do Recife, deu brazões de armas a todas as provincias dependentes do seu governo (Warnhagem — Hist. das luctas hollandezas no Brazil).
>
> Pernambuco, era representado por uma donzella, com uma canna de assucar na mão direita, vendo-se num espelho que sustinha á mão esquerda.
>
> Itamaracá, terra proverbial de bôas uvas no Brazil, tinha tres cachos della.
>
> A Parahyba, já notavel pela bondade do seu assucar, contava delle cinco pães. - As campinas do Rio Grande do Norte, eram symbolisadas por uma êma.
>
> As Alagôas, tres peixes de perfil, situados horisontalmente em tres linhas. E a Sergipe, um sol radiante sobre tres corôas não fechadas.

*
* *

Ainda no fim desse seculo, o contrabando do páo-brazil era aqui feito pelo estrangeiro em alta escala. Prova-o a ordem positiva que o governador geral Visconde de Barbacena, em 1673, recebeu do regente D. Pedro, para fazer povoar o territorio das Alagôas e fortificar o porto de Maceió, com o fim de obstar o contrabando que entretinha os poucos habitantes da beira-mar.

O Visconde nada pôde a respeito fazer, por fallecer em 1675, quando ha pouco havia recebido a ordem.

*
* *

O 18.°, foi o seculo da verdadeira paz de espirito. Depois do conflicto entre a aristocracia de Olinda e a burgue-

zia do Recife (revolução de 1710 chamada dos mascates em que quasi toda as povoações se viram molestadas pelo arrogante procedimento daquelles, e por sympathisarem mais com a causa destes, causa commum) Alagôas, mais que todas, vendo Olinda vencedôra, retrahio-se, isolando-se, como se não houvesse necessidade de outra cabeça que a governasse além do Senado e da sua Camara, que mais cuidavam dos seus interesses, e viveo por isso, os longos annos de mais de um seculo, numa independencia, que chamaremos indifferentismo estólido.

Para o alagoanno então, se era-lhe indifferente o que se passava na visinhança, menos o incommodava o que acontecia mais longe ainda; e assim, foram correndo os annos para esse bom povo nessa escola reprovada.

Se trabalharam cem annos a fios, em campanha, descançaram em seguida, cento e trinta e nove: e não foi pouco para o atrazo da patria a perpetuidade do somno. Dois seculos em pura perda!! Era tal o socêgo e a apathia do povo, que nem houve por todo esse tempo mistér de força armada, não obstante os receios de insurreições de escravos, que appareciam dentro e fóra da villa.

Duas companhias irregulares do terço de Olinda, que no tempo da conquista dos Palmares para aqui vieram, mandadas afim de evitar-se a formação de outro quilombo, julgou-se o necessario por tão dilatados annos para guardar e conter a villa, mesmo depois de comarca. Nestes ultimos annos, em 1817, nellas, nem officiaes mesmo haviam.

No entretanto, nesse correr de tempo, um facto sem maior importancia para alterar a paz dos homens, deu-se, que mencionaremos, por pertencer a historia. Em Setembro de 1733, foi preso aqui nas Alagôas por ordem do Vice-Rei, um impostor que se intitulava Principe do Brazil, e era acompanhado e aconselhado pelo celebre padre Euzebio Dias Lasso. Era seguido por numerozo povo e conferia titulos aos seus favorecidos.

O padre escapou-se, e o pseudo Principe foi em 2 de Abril de 1735 remettido para as cadeias de Lisbôa, acompanhado da devassa que se procedêra em execução á provisão de 8 de Julho de 1734. Ignoro, qual foi o destino final deste impostor e em que principios estabeleceu o seu direito

ao principado. E' um facto da historia que aqui consignamos, mas com o desejo de vê-lo devidamente desenvolvido, pelos estudiosos e escavadores das cousas patrias. Por esse tempo, já era commum ver-se aqui como em Pernambuco, as sedas, os velludos, a casaca, o calção curto e o sapato com fivéla, o espadim e a cabelleira emproáda, o bengalão e o chapéo de tres pontas, nas dignidades e prominencias do local, bem como rocló escossez e o robe chambre de vóvó de oiro e o chapeirão de Braga, na burguezia e mais povo: e viviam felizes.

Quanto á cultura, a producção das lagôas alcançava nomeada em concurrencia com a de outros locaes. Antonil, na sua obra, *Cultura e opulencia do Brazil,* escripta em 1711, sobre a producção do fumo, disse o seguinte —:« Ha pouco mais de cem annos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia. Dão ordinariamente cada anno: Bahia, 25.000 rólos a 12$124 rs.; Alagóas, 2.500 rólos a 12$120 rs.»

Ayres de Cazal, na sua *Chorographia Brazilica,* a respeito, disse: « Nos principios do seculo passado, sahiam do districto desta villa das Alagôas, 2.500 rólos de tabaco, um anno por outro, de oito arrobas cada um e de tão bôa qualidade, que se comprava quasi 50 por cento mais caro que o da Bahia.

A respeito da industria, é sabido, que em fins desse seculo e principio do presente, era commum o fabrico de navios, alguns de alto bordo, na costa da provincia. Muitos estaleiros existiam e frequentes eram as festas de assentamento de quilhas e cahidas de navios ao mar, fabricados, nos de S. Miguel, Barras nova e velha da ilha de Santa Rita, e outros, pelos mestres Fernandes Prado, Casemiro, Farias Cruz e etc».

*
* *

Não obstante o indifferentismo, a comarca das Alagôas cada dia se tornava mais importante. As novas villas que se creavam, a concurrencia de agricultores para a cultura do algodão, seus consideraveis portos em toda a extensão de sua costa, as preciosas mattas de madeiras de construcção,

o commercio que já entretinha com as outras provincias do Brazil, e a grande distancia em que ficava do Recife, séde do governo, eram imperiosos motivos para ser desannexada e constituida independente.

A revolução de 6 de Março de 1817, veio activar a realisação da grande necessidade, creando nas Alagôas Capitania independente. Ainda que, já se não tenha hoje, esta revolução como origem nativa, ideia da independencia, ideia sublime, que não podia deixar de ser commum na familia brazileira e mesmo nutrida por alguns europêos, de passagem direi o que a respeito penso.

Foi essa revolução devida somente á circumstancias especiaes, adubadas sim, de algum patriotismo. Foi uma insubordinação da tropa, provocada, sem duvida, pela prepotencia de chefes sem tino.

Vê-se que os infelizes compromettidos, só depois de se terem precipitados, dando o inesperado passo, foi que se cobriram com a bandeira do partido e apellaram para o patriotismo dos outros; mas, tarde, mui tarde, foi o apello que dirigiram, já quando mil boatos aterradores e desencontrados corriam de bôca em bôca, unico orgam de transmissão, sempre exagerado e mentirozo, augmentando as duvidas e suspeitas, tanto assim, que só a 18 e de passagem para a Bahia, aqui chegára o enviado Roma com as proclamações do governo provisorio, quando em 14 já o commandante militar Borges da Fonsêca, que depois colligou-se a elles, alheio, (o que parece) ao que se passava, communicára o occorrido no Recife ao Conde dos Arcos; este, sabedor dos acontecimentos do dia 18, já tendo aprisionado Roma e feito fuzilar, respondelhe em 30, aconselhando-o.

Pode-se dizer sem errar, que a revolução de 6 de Março, só abrangeu a villa do Recife, e que esta mesmo, logo que pôde, se pronunciou contra os seus autores.

Penêdo, Alagôas, Barra Grande, Porto Calvo, Tamandaré, Serinhaem, Rio Formoso, Bonito, Santo Antão, Páo d'Alho, e dahi até á Parahyba e o Rio Grande do Norte, depois de momentosa excitação, se pronunciaram contra a revolução.

Os revoltosos vendo-se isolados ou abandonados, resolvem por acinte atacar Alagôas, quando esta já havia pedido

armamento ao governador da Bahia, marcham primeiro sobre Utinguinha, onde são batidos pela gente de Ipojuca, Escada e Santo Antão; exasperados projectam ir á Ipojuca e á Páo d'Alho, e aqui e alli são derrotados pela força da Bahia e Alagôas ahi chegadas. Não era de esperar outro fim de uma insurreição, que supposto tivesse mesmo elementos antigos, foi obra de momento, parto da inconsideração, e nunca sustentada por um plano combinado, e cuja importancia historica nascera da tragica e horrenda conclusão.

Alagôas, escudada na justiça e na razão, recebeu pelo decreto de 16 de Setembro de 1817, a sancção de sua liberdade, ficando de facto e de direito constituida Capitania independente de Pernambuco, e assim satisfeitos ficaram tambem os interesses de um povo, que mais que tudo desejava aplainar preconceitos e abusos mais ou menos autorisados, pelos prejuizos que resultam das tribulações da vida entre populaçôas tão distanciadas. Este dia veio assignalar na historia politica das Alagôas um novo porvir. E' que, assim livre, cura melhor de sua sorte, decretando com saber, sobre seu maior interesse, e sorri na esperança e na convicção do seu brilhante futuro. As occorrencias de 1817 á 1824, pela sua importancia e detalhes, contém materia para uma historia, que pela ligação dos factos, não pode nem deve ser tratadas em resumo, numa noticia como esta. Bem póde ser, que no anno vindouro, nos occupemos mais detidamente dos feitos de então. No entretanto, abramos aqui espaço para narrar um episodio que nessa épocha se deu e que tem passado desapercebido aos historiadores. Achavam-se na manhã de 5 de Janeiro de 1823 os milicianos brancos do batalhão do coronel Bernardino, fazendo exercicio no largo da matriz de Macció, quando alguns soldados de tropa preta, denominados — monta-brechas, — procedentes de Pernambuco, com destino á Bahia, e que arribaram dias antes com receio, do cruzeiro de Pinto Madeira, começaram por entretimento maligno, na frente da escola dos pobres milicianos, a ridicularisa-los com diterios que em pouco passaram a insultos, que os pacatos e briosos matutos repelliram com outros do mesmo peso e quilate.

Os monta-brechas estomagados com a insolencia dos bisonhos, projectaram provocações e na seguinte noite diri-

giram-se em grupos e armados, a um presepe que havia, com o firme próposito de darem pancadas e vararem a barriga a mais de um, que resistisse.

Como consequencia, a tropa da terra corre ao quartel e pega em armas com desejos de vingança, em defeza propria. Fez-se preciso o emprego de medidas energicas, em substituição das persuasorias, para conter os dois grupos sedentos de sangue e sem motivo plausivel. O governo da provincia, ordenou, então o embarque dos desordeiros, ordem que elles desrespeitaram. Foi necessario, a vista da insubordinação e resistencia, o emprego da força para conte-los e obriga-los a cumprir a ordem, mas, já os desalmados, tão timidos do cruzeiro estrangeiro e tão arrogantes com os seus, andavam na manhã do dia 7, em bandos pelas ruas, a darem tiros, como quem caçava, e então deu-se um serio encontro na mesma rua da matriz, resultando (apenas felizmente) alguns feridos de parte a parte, seguindo-se o embarque, sendo coagidos a faze-lo, escoltados pela força da provincia, e impellidos por duas bocas de fôgo, que carregadas, marchavam na retaguarda com morrões accêsos.

Um facto notavel, então, deu-se, na occasião do encontro. Uma joven senhora que só contava 20 annos de idade, tendo-se preparado para montar a cavallo, ouvindo amiudados tiros, proximos, chega á saccada do sobrado e ahi recebe uma bala (perdida?) que lhe vara o chapéo de pello branco e copa alta, que com véo verde trazia á cabeça; sem se perturbar a joven alagoana tira o seu chapéo, e dahi mesmo deixa cahir á rua uma das tranças de seus cabellos, vilmente decepada pela traçoeira bala.

Não interpretemos o intento do bravo atirador, que dirige a sua pontaria a um supposto e inoffensivo homem que trazia chapéo alto, mas com longo véo de côr viva.

*
* *

Seriamos injustos se criminassemos de menos patriotismo a todos os homens; alguns lembraram-se do futuro de seus filhos ou da patria, e cuidaram alguma cousa do desen-

volvimento das lettras, e então mais de um sabio distincto appareceu no principio do presente seculo.

Entre os latinistas, philosophos e poetas, distinguiram-se Cypriano Lopes de Arroxellas Galvão, Francisco de Assis Ribeiro, Francisco José Correia, Silvestre Domingues da Silva, Fr. José de Santa Engracia, etc., e mais tarde, Fernandes de Barros, Passos Titára e outros muitos que se fizeram dignos de nota, sendo para sentir hoje que os vestigios de tanta illustração e saber, escriptos, não perdurassem para honra e memoria delles, e gloria do torrão natal.

Quem não se lembrará, saudoso, de Cypriano de Assis?

Na casa, onde habitavam os progenitores de Assis Ribeiro, no lado occidental da rua do Amparo e não longe da igreja, havia uma secular jaqueira, onde o joven e futuro sabio, procurava no silencio da noite, sem arrecciar-se dos contos das velhas, trepado em um dos galhos da soberba arvore, tendo por companhia os livros e uma pequena lanterna, beber da sciencia o quanto almejava. Elle não se alterava com o que parecia ver e ouvir na solidão, nem lhe embargavam os passos quando para ahi se dirigia, mesmo as suspeitas e sustos, que mormente a principio, o farollête num tal deserto causava aos ainda que raros viandantes, que por alli transitavam, e todas ás noites, a visão era vista no seu posto de honra. Era o obstinado joven, que a despeito de tudo, prescrutava a sublimidade da sciencia, buscando no silencio da noite o almejado alimento do espirito, na segura companhia de sabios, que mais tarde o fariam notavel, dando-lhe lugar distincto entre seus conterraneos.

*
* *

Alagôas soffreu em suas rendas desde sua elevação em capitania independente, pelas commoções que se deram em 1817, em Pernambuco, em que teve de acudir com forças por ella mantidas; seguinde a independencia do imperio, serviu de base de operações, da tropa que marchava sobre a Bahia, mantendo e supprindo com seus recursos, toda que por aqui passava. Seguiu-se a revolução de 1824, a abdicação, e as

consequencias desse acto.

No quadro dos males que coube-nos, veio a guerra civil de Jacuhype, o esgotamento dos cofres publicos, a desolação de uma area immensa de terreno nos suburbios de Porto Calvo, a destruição de muitos engenhos, o definhamento da agricultura, a paralisação do commercio, a diminuição das rendas, e o que mais foi, o derramamento de sangue e a perda da vida de muitos cidadãos!

A provincia carregava com as despezas da guerra, despeza superior ás suas forças, muito apezar da diminuição consideravel nos rendimentos. pelo estado quasi estagnado do commercio, pelo temor da guerra que afastava a concurrencia do mercado, pelo soffrimento da agricultura com a falta de cinco a seis mil braços distrahidos nas forças legaes e inimigas, consumindo improductivamente, e o que mais, pela destruição de uns quarenta engenhos, que diminuiram na producção e portanto na venda.

*
* *

Mas, todos estes males, não passavam de males officiaes, que no particular, apenas prejudicavam a meia duzia de individuos.

O povo, em geral, vivia ainda na inercia e no indifferentismo, alheio aos bens e aos males do proximo e da patria. Pode-se dizer, sem receio de errar, que a provincia das Alagôas nasceu no anno de 1840, época em que a vida e o progresso nella entraram, em que o veneno da instituição da guarda nacional e o da politica não tinha ainda germinado os seus males no seio de uma população, no seu complexo, composta de parentes, compadres, afilhados e amigos.

Antes, o homem aqui como que vivia só para si, vida folgada, tranquilla, independente e commoda, com decencia e seriedade uns, outros com riqueza, alguns com muita, mas todos sem luxo, com parcimonia no passar, porquanto tudo era barato e não havia variedade: muito peixe, bastante carne, pão e vinho quanto chegasse, muitas festas durante o anno, eis a vida da provincia até essa epocha. Mas o de-

senvolvimento da industria e do commercio e o que propriamente se chama civilisação, principiaram então a medrar e o fizeram com tão agigantados passos que a pupilla que vivia sem gastos nem desejos, qual engeitada sem vontades nem acção propria, abandonada á primitiva vida de uma população indifferente ao progresso, sentiu-se tocada á desenvolver-se e o fez com tão elevados vôos, que hoje, quasi, chega a igualar-se ás mais avantajadas de algumas de suas co-irmãs. E' que o progresso e a civilisação que era um sonho para alguns, tornara-se em realidade, com aprazimento de todos, quasi, não obstante o grande numero de utopistas.

Tambem, com o progresso desenvolveu-se a politica, e com esta todo o cortejo de males inherentes; apparecendo como consequencia a discordia entre parentes e amigos, mais pela arrogancia e soberba arrogada pelos mandões de collegios eleitoraes, tenente-coronelisados, e o que mais, infelizmente, para estes, um luxo apparente no uso de cavallos ajaezados, arreados, agaloados e outras fofices e imposturas, que não está bem ao agricultor mediano, que por inconsideração, não vê que seriamente compromette credito e honra e constrange seu futuro, e que ao passo que se arrisca sem proveito, a lavoura vai perdendo a sua independencia!

*
* *

Ao terminar devo consagrar aqui, neste final, duas linhas aos indifferentes.

E' grande ainda hoje, infelizmente, o numero destes e dos egoistas pirrónicos, que ainda conservam como preceito as idéas e costumes do tal seculo do somno, em que o epigramma, a satyra e o ridiculo constituia o melhor passatempo, com o prejuizo certo do bem estar proprio e da terra. A insociabilidade, que é um egoismo que não se combina com a razão, é sentida ainda hoje e mantida por muitos, é triste confessa-lo, mas é a verdade. A estes indifferentes, egoistas, pirrónicos, utopistas e ociosos, desejamos que vivam felizes e a terra lhes seja leve, ao terminarem a feliz existencia que gozam.

Quasi sempre, um máo cidadão de menos, equivale a dois bons cidadãos de mais: isto é regra que não falha. O homem que não adquire o habito da convivencia tão necessaria a vida, rouba a animação e o bom exemplo á seus concidadãos, que têm de pugnar pelo bem estar commum, de tratar e promover a emulação do trabalho, combatendo abusos, e discutindo a melhor pratica sobre a industria e a agricultura e de fomentar a abundancia precisa a todas as classes da população; procure-nos pois todos nós, com o nosso exemplo, como bons cidadãos, introduzir esse habito tão necessario, para que a felicidade de nossos filhos e da patria seja a realidade.

*
* *

DOCUMENTO DE QUE FALLAMOS ACIMA

Carta que os officiaes da Camara da Villa do Penêdo deste presente anno de 1732, escreveram a S. M. que Deus guarde:

« Senhor. Pela distancia e remontado do logar faltaram os nossos antecessores em dar conta a Vossa Real Magestade, com toda a individuação dos muitos e grandes serviços que este Real Senado e obedientes vassallos, moradores desta capitania do Rio de S. Francisco, fizeram a Vossa Real Magestade por decurso do tempo, e em muitas occasiões; saiam a luz do abysmo do esquecimento as heroicas acções que o generoso brio dos naturaes e moradores da villa do Penedo e Rio de S. Francisco obraram, que não perdoando ao gasto e dispendio das suas fazendas, nem estimando as proprias vidas, com demaseado valor accommettiam os inimigos, em defença das corôas dos Reis, nossos senhores e da patria; pretendemos que não fique somente na duvidosa tradição dos homens a memoria que desejamos eternisar com o premio que esperamos da liberal mão de V. R. Magestade, porque nos permitte a fortuna no melhor tempo um rei, um senhor,

um monarcha tão advertido em premiar a seus vassalios.

Tendo esta villa a sua creação no anno de mil seiscentos e quatorze, logo nos seus principios foi invadida pelos hollandezes, e nem por essa razão deixaram os naturaes e moradores de deffender a patria com toda as forças a custo do seu sangue, com o peito posto a bala, combatidos não por tempos, mas por horas e instantes, e em cuja peleja não somente perderam as suas fazendas como tambem as vidas de muitos, que tanto eram combatidos por terra pelos negros, quanto por mar pelos hollandezes, de noite e de dia, senhorisando e fortalecendo o dito inimigo, a terra destruindo-se, e sustentando-se das fazendas dos moradores que durou por alguns annos esta peleja, obrando-se, por vezes, acções de tão grande valor por alguns sujeitos desta capitania, que são innumeraveis.

Ultimamente por sua industria se levantaram com o inimigo, usando de uma campal batalha e intrincada peleja, onde destruiram e mataram uma quantidade de inimigo, morrendo tambem alguns portuguezes, como tambem lhe aprisionaram os cabos maiores, como de tudo largamente trata o livro intitulado — Castrioto Luzitano, — e neste combate perderam muitos a vida e juntamente as fazendas, e ficaram muitas mulheres viuvas sem maridos e sem filhos, e ainda sem fazenda para se poderem sustentar e os filhos orphãos que lhe ficaram.

Depois de acabada esta guerra dos hollandezes e de demolirem as fortalezas do inimigo, entram com a guerra dos negros dos Palmares, não menos trabalhosa e de menos risco para as vidas dos moradores, por estes taes industriosos destimidos serem de grande valor para a guerra, que se não fôra o reconhecido valor dos moradores e naturaes desta capitania, que por muitas vezes foram guerrear com os ditos negros, aos Palmares, desta villa, com distancia de quarenta e duas leguas, a sua custa, com dispendio das suas fazendas e risco da propria vida, sem duvida esta-

ria os ditos negros senhoriando esta capitania, pela grande quantidade que havia já delles, e multiplicavam sem numero, que continuamente eram os moradores acommettidos, e as suas casas e fazendas roubadas pelos ditos negros, matando-lhe os gados e levando-lhe escravos para os seus quilombos e fortificações, e por lá ficavam, porque a uns matavam e a outros consumia o tempo, e nesta forma ficavam os moradores destruidos e as suas fazendas, tanto pelo que lhes levavam, quanto por que gastavam em as guerras, em comprar armas e mantimentos, e outros pretêchos necessario; e neste exercicio gastavam os moradores o tempo com o zêlo e serviço de S. M., que Deus guarde, por que não se senhoriasse da terra, e sempre alcançaram victoria destruindo-lhes e demolindo-lhes as fortificações.

Seguiram-se as guerras dos gentios barbaros dos sertões em cuja defença foram muitas vezes os moradores desta Capitania, que como bem vistos no exercicio militar, pelas muitas guerras e batalhas em que se tinham achado por repetidas vezes, não soffriam que taes barbaros matassem tão grande numero de gente e ficassem senhoriando as terras por suas, e puzeram muitas nações de gentios de páz, aldeiando-as.

Todas estas acções de valor e piedade obraram a custa de suas vidas, com dispendio de suas fazendas. Neste mesmo tempo fizeram os moradores uma grandiosa Matriz a custa de suas fazendas e de seu trabalho e a ornaram de todos os paramentos necessarios, sem para esta obra haver ajuda de custo da Real Fazenda; tem edificado mais um convento de religiosos Franciscanos, sustentando-os a custo de suas fazendas e esmólas que lhes dão, e tem mais vinte e cinco religiosos, e tem feito outros muitos templos que ha nesta freguezia, tambem a sua custa. Fizeram uma cadeia que hoje se acha arruinada, sem ajuda de custo da Real Fazenda, levados só do serviço e zêlo de V. Magestade

que Deus guarde, sustentaram sempre os moradores desta capitania em paz e tranquillidade, porque havendo sublevações nos povos em varias villas e cidades desta America, sempre se conservou em paz, e ajudou aos ministros e governadores, soccorrendo as praças e mais lugares com mantimentos, como o fizerão na alteração dos povos de Pernambuco, e cerco da villa do Recife e na Villa Nova da Capitania de Sergipe de El-Rei, estando sempre promptos, assim como as suas armas, como com as proprias fazendas, como zelozos e obedientes vassallos, em defezaa de El-Rei nosso senhor.

Pagaram sempre fintas para os charins da senhora rainha da Gran-Bretanha e inda de presente estão pagando o donativo para os gastos dos casamentos dos serenissimos principes de Portugal; e por estes e outrosrelevantes serviços obrados com tanto valor e zêlo, risco de vida e dispendio de suas fazendas, que este Senado e os moradores têm feito aos senhores Reis, que Deus haja em gloria, antecessores de V. M., que em attenção delles seja servido conceder-nos os privilegios graças e isenção de que gosam os senadores da cidade do Porto, e que o gosarão os filhos e mulheres que serviram nesta republica, fazendo-se nestas capitanias, em qualquer cidade, conselho de guerra, achando-se nelles qualquer dos republicos, ou seus filhos, serem admittidos em o dito conselho para tambem darem seu voto, como tão previstos e experimentados na disciplina militar.

Pedimos nos conceda mais, que vindo em correição qualquer ministro, é indo a Camara formada visital-o, a receba com todo o respeito devido, assim estando incorporados, como em particular aos que estiverem servindo, e que levem propinas os ditos senados a imitação dos da cidade de Olinda, e se V. M. assim o mandar, ficará esta camara mais autorisada e os povos mais agradecidos. Guarde Deus a V. M., em seu santo serviço, para amparo dos vassallos. Em junta nesta villa do Pe-

nedo do Rio de S. Francisco, aos 12 de Fevereiro de 1732 annos, e eu Simião de Araujo, escrivão da Camara a subscrevi.

Os pés de V. R. M. beijamos nós, os mais humildes e leaes vassallos.

João Pereira Alvares, juiz ordinario; *Faustino Vieira Sandes*, vereador; *Francisco de Souza Caldas*, vereador, *Leandro Dantas Barboza*, vereador *Manoel de Souza Prestêlo*, procurador.

O VOCABULO SUMAÚMA

SUA ORIGEM, SUA EVOLUÇÃO

(Ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano)

O estudo etymologico dos — *nomes tupis* —com applicação na geographia ou na historia nacional é um trabalho mais de investigação historica do que propriamente de lexicologia.
Theodoro Sampaio. — *O Tupi na Geographia Nacional.*

Aquelle dia, 24 de Fevereiro do anno de 1640, amanhecêra chuvoso — sem sol, sem alma.

Sobre os gloriosos baluartes da ilha de Antonio Vaz, (1) reinava a quietude suprema dos velhos tempos patriarchaes.

O dia todo, a chuva cahira fina, levissima, sem intermittencia; mas pela hora na qual o sol mergulhou no mausoléo do poente houve uma ligeira pausa e, aproveitando-a, alguem em trajes de viagem sahiu dos aposentos de Mauricio de Nassau, costeou a muralha até o forte Ernestus (2) (onde,

(1) Actualmente, freguezia de Santo Antonio, Recife.
(2) Ficava no mesmo logar do actual convento de S. Francisco, rua

em ruinas, o muro do velho mosteiro antonino estava todo cheio dos aureos florões das centaureas), atravessou a praça do Mercado (3) e depois de passar deante das cinco pontas e dos dois hornaveques do Frederick Hendrick (4) e dos quatro bastiões do Principe Willem, (5) seguiu até o Tigipió á margem do qual pernoitou.

No dia seguinte e nos outros a viagem proseguiu atravéz dos rios Jaboatão, Ipojuca, Sibiró, Serinhaem, Una, etc., até as terras da « muy leal e heroica povoação de Porto Calvo ».

Que destino levaria aquelle homem a andar por aquellas paragens batidas pelas companhias de mosquetes e de clavinas e expondo-se, (no melhor dos casos), a trateadas com cordas ou surriadas com arcabuzes?

Nada mais do que uma ordem de Nassau, (6) mandando que nenhum morador do Brazil Neerlandez acolhesse um só inimigo sequer; era uma represalia em resposta ás ordens do Conde da Torre, que decretavam a matança dos hollandezes.

E por isso, conhecendo o perigo que corria, o viandante marchava cautelosamente.

De Porto Calvo caminhou para o littoral, por onde seguiu até o Porto Francez. Ahi, quebrou á direita e, depois de atravessar o Cabreira, estacou — já no focinho babugento da Lagoa do Sul (7) — deante de um rio de aguas negras, muito negras, profundamente negras, destacando-se na vastidão da paizagem.

Era o Sumaúma.

E ahi ficou perplexo...

Que teria pensado aquelle emissario, qual o seu nome, foi o que não pude saber.

Sei, porém, que elle seguiu até o *Engenho Velho* de Gabriel Soares de Pina (8) e depois retrocedeu á praia, de onde continuou a viagem até o forte Mauricio, no lado sep-

---

Quinze de Novembro, Recife.

(3) Hoje, praça da Independencia.

(4) Fortaleza das Cinco Pontas.

(5) Ficava em Afogados.

(6) Esta ordem foi publicada á pagina 40 do numero 34 da Revista do Inst. Archeo. e Geo. Pernambucano.

(7) Lagoa Manguaba.

(8) Hoje, cidade do Pilar.

tentrional do rio de S. Francisco.

Dos seus olhos, porém, nunca mais se apartou a visão daquellas aguas negras, muito negras, immensamente negras... nunca mais!

* * *

Com effeito.

Quem já viu as aguas do Sumaúma, jamais as esquecerá; ficam gravadas na memoria para sempre.

Ao observal-as, pela primeira vez, em uma nostalgica e doce manhã de inverno, na qual todas as cousas adormeciam mergulhadas numa irreal contemplação fakirista, desconfiei que o nome daquelle rio tinha na sua ascendencia etymologica qualquer cousa a ver com a côr da agua, desconfiança que mais tarde se tornou convicção, devido á serie de pesquizas que fiz a este respeito.

Eil-as.

Subauma: sumaúma, vulgarmente barriguda, arvore de espinhos grandes e de lã finissima (Dias Cabral, *Ensaio acerca da lingua tupy*).

Subauma — rio, sebauma, saimbe, uba sambá iba, é a arvore eryodendrum samauma de Mart.: tem as folhas asperas (João Severiano da Fonseca, *Origem de alguns nomes patronimicos da prov. de Alagoas*).

Analysando estes dois autores, nota-se uma divergencia profunda: o primeiro applica a palavra sumaúma á paineira ou barriguda; pelo que o segundo escreve — saimbe ou melhor *çaimbê*, aspero e uba ou melhor *ybá*, arvore — parece tratar-se da munguba.

Ora das duas, uma: aquella palavra ou se applica á paineira ou se applica á munguba. Adaptar-se a estes dois vegetaes — é o que não é possivel. Identifical-os, é o absurdo: o primeiro tem espinhos, o segundo não os tem; num as folhas são macias, no outro são asperas; o primeiro é a *bombax aculeatum* de Vellozo *(Florœ fluminensis)*, o segundo é o *eryodendrum speciosa*.

Revelada esta divergencia, resta-me mostrar como aquellas duas opiniões são infundadas.

A barriguda não existe nas margens das lagoas, e por-

tanto não poderia ter influido na denominação do rio Sumaúma, como quer o dr. Dias Cabral.

Quanto á opinião do dr. Severiano, seria satisfactoria se na patria alagoana a munguba se chamasse tambem sumaúma, como no Amazonas e no Paraguay (9); mas na minha terra, este vocabulo a nenhum vegetal se applica.

Demais, o rio é que poderia ter denominado a arvore e não esta, áquelle: o viajante que, pela primeira vez, percorre uma região, qual das duas cousas mais attrahe a sua attenção — um rio de aguas impressionadoras, ou uma arvore perdida entre dezenas de outras mais ou menos identicas?

Alem disto, o parecer do dr. Severiano sobre a origem do Sumaúma seria valioso, se esta fosse a graphia primitiva do vocabulo. Para restaural-o, historica e philologicamente, era mistér esquadrinhar velhos documentos — vendas e doações de terras, roteiros, relatorios e diarios.

Foi o que fiz; penetrei nos salões desertos do passado e hauri entre o subir da poeira e o rastejar das traças, o perfume singular das velharias.

* * *

(I) CABAUNA (*Relatorio sobre o estado das Alagoas em Outubro de 1643*, apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Henrique de Moucheron).

(II) SEBAHÚMA (João Blaer, *Diario da viagem aos Palmares*, 1645)

(III) SEBAHUMA (Mattos Moreira, *Relação das Mattas das Alagoas*, 1809).

(IV) SIBAUMA, log. no municipio do Rio Formoso (Alfredo de Carvalho, *O Tupi na Chorographia Pernambucana*, 1907).

(V) SIBAUMA, é nome tupi corrupto e que toma diversas fórmas como Sibaúma, Sabaúma, Subaúma, Sebaúma, Sabaúna, todas, corrupção de *Tambá-una*, que quer dizer —

(9) Ler Nicolau Moreira, *Vocabulario das arvores brazileiras*, Rio, 1870.

concha preta, especie de marisco d'agua doce (Theodoro Sampaio, *Notas manuscriptas* a Alfredo de Carvalho), (10).

(VI) CUBAÚNA (*Itinerario desde a cidade Mauricia até o forte Mauricio*, documento hollandez datado de 1640).

(VII) CUBAUNA (*Relação dos rios que regão o paiz da cap. de Pern. do cabo de Santo Agostinho para o Sul*, 1749 — documento extrahido do livro *Informação geral da capit. de Pern.)*.

(VIII) SOBAÚNA (Barleus, cartas topographicas, apud Mello Moraes).

(IX) ... *a Coal data lhe da com condisão que fara hua Casa de sobrado coberta de telha na dita povoasão do dito diogo Soares E seu filho cita Em* SUBAHUMA (*Data de meia legua de terra que faz Diogo Soares da Cunha*, 1611). (11).

(X) SUBAUMA (*Data de meia legua que fez Diogo Soares da Cunha e confirmada de novo por seu filho Gabriel Soares, alcaide mór desta villa de Santa Maria Magdalena da lagoa do Sul*, 1656).

(XI) SUBAUMA (Diversos documentos, relativamente ás pontes sobre o dito rio, copiados pelo dr. Dias Cabral, do 2.º livro de vereações da Camara da Villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul (hoje cidade de Alagoas) e datados de 1668, 1677 e 1679).

(XII) SUBAUMA (Quinze escripturas de terras, de 1721 em deante, existentes nos livros do 1.º—2.º tabellionato de Alagoas e copiadas por Octavio Brandão Rêgo).

(XIII) SUBAUMA (Amador Aleteia, *Noticias brasilicas*, 1802).

(XIV) SUBAUMA (Mello Moraes, *Chronica Geral do Brazil*, 1886).

(XV) SUMAHUMA, arvore (Nicolau Moreira, *Vocabulario*).

---

(10) O que escrevi, refutando a etymologia do vocabulo Sumaùma segundo o dr. Severiano, se applica á do dr. Theodoro Sampaio: seria valiosa, se aquella fosse a graphia primitiva do vocabulo.

(11) Esta escriptura, como a de 1656, que menciono adeante, está mal copiada na *Geographia* de Espindola; regulei-me pelas copias publicadas no *Mercantil* e na revista *Brazil Historico*.

XVI) SUMAUMA, impropriamente chamado Subauma Espindola, *Geographia Alagoana*, 1871.)

XVII) SUMAUMA (Rodrigues Baptista e Silveira Lobo, *Relatorio e diversos trabalhos de propaganda de immigração e colonisação nos estados do norte*, 1893.)

XVIII) SUMAUMA (Pompeu, *Geographia*).

XIX) SUMAUMA (Craveiro Costa, *Diccionario Chorographico*, 1902).

XX) SUMAUMA (Pedro Paulino da Fonseca, *Fundamentos da cidade de Alagoas*, manuscripto inedito pertencente ao archivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano).

* * *

Eis ahi vinte menções do vocabulo Sumaúma em differentes periodos da vida nacional. Investigando-as nota-se toda uma escala ascendente que vai do relatorio hollandez ao manuscripto de Pedro Paulino, escala que nos mostra como elle nasceu.

O primeiro selvagem—guayanaz (12) por certo—que, em 1532, viu o mel que escorria das fôrmas de barro, julgou provavelmente que se tratava de um oleo ou de uma banha negra; e por isso chamou-o *cabahun*—de duas dicções tupis, *caba* que significa abelha, vespa, mas que tambem quer dizer unto, sebo, gordura (13) e *hun* que no tupi austral significa negro e que, portanto, é equivalente ao *una* ou *pixuna* do tupi boreal.

Assim se elaborou a palavra *cabahun*.

Que ella nasceu no Sul e que por conseguinte pertence ao tupi austral (14)—é o que se não pode negar, pois os

(12) O dr. von Ihering queria que os guayanazes ou goianàs fossem tapuias; nesse caso, a elaboração da palavra *cabahun* teria sido differente. Mas o dr. Theodoro Sampaio, com a sua lucidez incomparavel, provou num trabalho intitulado *A nação Guyanã da capitania de S. Vicente*, que os goianàs foram tupis.

(13) Gonçalves Dias, *Diccionario da lingua tupy*, Lipsia, 1858.

(14) Chamo a attenção sobre isto, pois se esta palavra pertencesse ao tupi boreal teria uma significação muito differente porque então se escreveria *cabaú* e este *u* seria corrupção de *y* ou *yg*, agua.

primeiros cannaviaes brazileiros foram plantados entre Cananéa e Cabo Frio, isto é, na capitania de S. Vicente.

Do Sul emigrou para o Norte e nesta emigração perdeu o som nasal, o que é um fato natural proprio da evolução do tupi (15) e ficou simplesmente *cabaú*.

Com os primeiros engenhos construidos em Pernambuco, esta palavra com certeza vulgarizou-se. Isto data dos meiados do seculo XVI quando Jeronymo de Albuquerque levantou, perto de Olinda, o *Forno da Cal*, (16). Já nos fins deste seculo existia em Porto Calvo devido a Christovão Lins e nos primordios do seguinte, a Manguaba divina a conhecia.

Eis como, no espaço de 79 annos, (de 1532 a 1611), aquella palavra emigrou das terras que constituem hoje a faixa oriental dos Estados do Rio e de S. Paulo, até as margens da magnifica Lagoa do Sul.

Ora, é natural que, devido á côr da agua, o Sumaúma por essa epocha ou um pouco antes, fosse baptisado com o nome de *rio Cabaú*. Mas, como o portuguez e o hollandez (que veiu posteriormente) tinham horror aos oxytonos em *u* e como tambem o sulista *hun* equivalia ao nortista *una*, o Cabaú passou a se chamar Cabaúna.

Eis-me chegado emfim ao termino da phase primeira do cyclo evolutivo do vocabulo Sumaúma, quando elle apparece debaixo daquella graphia em uma das mais antigas menções hollandezas que conheço—o relatorio de van Walbeeck.

Compete-me agora mostrar todas as pequeninas transformações pelas quaes aquelle vocabulo passou—desde 1643 até os nossos dias—antes de attingir a phase final da sua evolução.

Para isso, guiar-me-ei por aquella serie ascendente de metamorphoses, esboçada nas vinte menções atraz.

E' um simples estudo de metaplasmos que vou fazer.

Partindo de Cabaúna, deram-se quatro metamorphoses principaes:

Primeira metamorphose: *a* que se transformou em *e*; exemplos: *comandá, comendá* (17); Cabauna, Cebauna ou Se-

---

(15) Ver Rocha Pombo, *Historia do Brazil*, pags. 313,314 do 2º volume
(16) Foi o primeiro engenho de Pernambuco.
(17) E' o nome tupi do feijão; ver Gonçalves Dias.

bauna—com *c* ou com *s*.

Segunda metamorphose: n que se transformou em *m: tiuun* (18), *Tiúma*; Sebauna, Sebauma.

Esta graphia sem ou com o *h* (*Diario* de João Blaer) foi mais tarde reproduzida na *Relação* de Mattos Moreira e nos trabalhos de Alfredo de Carvalho e Theodoro Sampaio, com pequenas differenças.

Terceira metamorphose: e que se transformou em *u: jetyk, jutika* (19); Cebauna (primeira metamorphose) Cubauna *(Itinerario desde a cidade Mauricia* etc. e *Relação dos rios.*

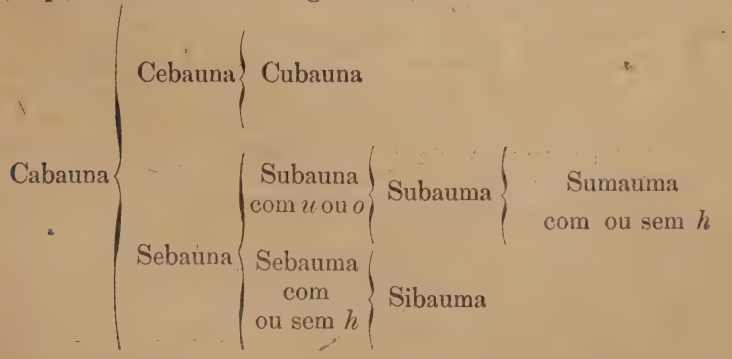
Igualmente, tivemos Sebauna que se transformou em *Subauna*, com *u* ou com *o* (como em Barleus).

Como na segunda metamorphose o *n* passou a *m* e tivemos Subauna que se transformou em Subauma.

Sob esta graphia apparece em quasi todos os escriptos portuguezes que conheço—na escriptura de 1611 onde arranjou um *h*, na de 1656, nos documentos do 2.º livro de vereações onde o primeiro *u* ás vezes se muda em *o*, em quinze escripturas de terras que copiei dos livros do 1.º—2.º tabellionato da cidade de Alagoas, em Amador Aleteia, em Mello Moraes.

Quarta metamorphose: b que se transformou em *m: bacayba, macahyba* (20); Subauma, Sumauma.

Ahi estão, baseando-me em exemplos tirados de autoridades na materia, apontados todos os metaplasmos tupis desde Cabaúna até Sumaúma, metamorphoses que serão melhor comprehendidas com o seguinte schema:



(18) Significa liquido turvo; ver Baptista Caetano, *Vocabulario* e Alfredo

* * *

Toda obra d'arte não é mais que a consequencia de um immenso tactear na imperfeição: asperezas que foram desfeitas, arestas que a lima reduziu a pó. E esta verdade é tão precisa, que se chega ao paradoxo segundo o qual a perfeição é o corollario de uma serie de imperfeições, pois uma imperfeição burilada é uma meia perfeição.

O granito que fôra ponteagudo, hoje apparece arredondado; porque veio o calor e veio o frio e vieram os acidos e as aguas meteoricas que o limaram e bruniram e o desintegralizaram de tal fórma e tal geito, que elle attingiu a configuração espherica que é o idéal para a Natureza, a qual arredondou as cousas mais divinas—o céo escampo, os horizontes que se arqueiam, as lagôas que luzem ao luar...

O que o mineralogista observa no granito, o philologo vê no vocabulo, pois este é como que o granito da Palavra.

Nasce elle.

Informe, anti-euphonico, sahe do seio do idioma. Natural, é verdade, mas o ouro só se valoriza depois que os gandaieiros o desembaraçam das areias.

Nasce.

E vêm então as emigrações e, com ellas, novas gentes que o conhecem. E com os novos *habitats*—os metaplasmos que o transformam. E o vocabulo evolue. Aperfeiçoa-se de mais a mais. E as arestas vão se desfazendo e os angulos vão se arredondando e a euphonia vai apparecendo, até que emfim surge elle completamente evoluido.

Tudo isto pensei ao esboçar aquelle schema; era o caso do Sumaúma.

---

de Carvalho, *O Tupi na Chorographia Pernambucana.*

(19) Batata em tupi; ver Baptista Caetano, *Apontamentos sobre o aba neênga.*

(20) E' a palmacea *acrocomia sclerocarpa* de Martius ou *cocos ventricosa* de Arruda Camara: sobre a transformação da graphia ler Alfredo de Carvalho, *O Tupi etc.*

Hoje, que este vocabulo chegara ao ponto final da sua longa evolução, convinha que alguem o desbravasse, inquirisse-lhe a genesis, investigasse-lhe a nascente e extirpasse tudo quanto fosse neoplasma e o desunisse das escorias que acarretou e o purificasse dos minerios que conduziu e lhe restituisse a fórma primitiva.

Em summa, havia necessidade de uma restauração graphica, de uma identificação historica do vocabulo.

Este foi o meu trabalho.

Para terminal-o, direi alguma cousa sobre a causa do negror das aguas do Sumaúma e accrescentarei algumas notas geographicas.

* * *

O homem, ao pesquizar a causa de um phenomeno qualquer, parte sempre das conjecturas mais complicadas para emfim attingir as mais simples; elle não tem o dom da singeleza e, por isso, ama o obscuro, o intricado, o confuso.

Foi o que se deu commigo.

Para explicar a negrura das aguas do rio Sumaúma, abracei quatro hypotheses.

A primeira consistia na supposição de que a *phycopheina* de certos thallophytos colorizaria as aguas do Sumaúma.

Ora, sabemos que alem das algas verdes, rubras e azues, ha tambem as escuras ou *pheophyceas*.

Nas primeiras, o pigmento é formado somente de chlorophylla; nas segundas, esta se combina com a phycoerythrina; nas terceiras, a materia corrente se compõe de phycocyanina e chlorophylla e nas ultimas, existe uma combinação desta com a *phycopheina*—pigmento complexo que, localisado sobre os chromoleucitos, determina a coloração do thallo (21.)

Em pesquizas bacterioscopicas (22) que, antes de examinar o Sumaúma, fiz sobre as aguas da nascente Cafundó, a

(21) Ver Daguillon et Matruchot, *Botanique*.

(22) Nestas pesquizas, fui auxiliado pelo dr. Arlindo Corrêa.

qual demora para os lados do Trapiche da Barra, aguas que são tão negras quanto as d'aquelle rio, encontrei alem de algumas *cyanophyceas (oscillarias)*, *chlorophyceas (confervaceas)*, muitas *pheophyceas*, destacando-se dentre estas as *pinnularias* e os *bacteriastrum* com longos pellos ramificados e adaptando-se ao *plankton*.

Portanto, seria muito plausivel que a *phycopheina* destas algas, dada a similitude chromatica das duas aguas, colorisse o Sumaúma—tanto pela sua abundancia, como tambem não é a primeira vez que o homem observa liquidos coloridos por animaes ou vegetaes, pois sabemos que alguns infusorios, dentre os quaes se destaca a *euglena viridis*, podem tingir de azul ou verde, aguas quaesquer.

Mas toda esta complexa theoria bacteriologica cahiu por terra, quando observei que as aguas do Sumaúma, vistas em pequena espessura eram brancas e que, ainda mesmo que fossem amarellas, (coloridas pela phycopheina), não poderiam ennegrecer, porque o amarello em grande espessura não apparece negro.

Fui por isso levado á segunda hypothese, (menos complicada que a primeira), segundo a qual o tannino das arvores que marginam o Sumaúma, em presença do ferro dos terrenos produziria um precipitado azul escuro, quasi negro, identico á tinta de escrever.

Mas nem houve precipitado, nem uma só reacção sequer —nem a dos saes ferricos, nem a do turnesol, nem a dos alcaloides vegetaes—admittiu a presença de tannino nas aguas do rio. Quanto ao ferro dos alluviões lamacentos que orlam o leito do Sumaúma, a chimica analytica auxiliada pela mineralogia me levou á conclusão de que existia sob o estado de *weisenerz*, (23).

Ora, este corpo não é mais do que limonite terrosa a qual, com a fibrosa, a compacta, a geodica e a pisolithica, constitue a especie conhecida em mineralogia sob a denominação collectiva de limonite, isto é, ferro oxydado hydratado, simplesmente.

---

(23) O *weisenerz* pode passar ao estado de oxydo escuro terroso ou ferro oxydado hydratado terroso; no caminho da *Casa da Polvora*, nesta capital, encontrei-o, numa profundidade de 66 centimetros, transformado neste minerio.

Ora o precipitado acima (que não foi encontrado, como já disse) só se poderia dar entre o tannino e um sal ferrico e jamais; entre aquelle e um oxydo como o *weisenerz*.

Fui portanto obrigado a abandonar essa intricada hypothese chimica para abraçar a terceira theoria, segundo a qual conjecturei que o rio, atravessando alluviões lameirentos, acarretaria a coloração negra desses terrenos, cujos materiaes iriam em suspensão na agua; era, em summa, um simples *processus* mechanico.

Mas nem pelo repouso encontrei sedimento algum, nem a dissolução da terra adquiria a transparencia das aguas do Sumaúma, vistas em pequena espessura.

Eis porque, uma a uma, larguei todas estas hypotheses, pois o que se dava nesse rio não passava de um simples phenomeno de optica. Era, com pequena differença, o caso do vinho que num vidro branco, é vermelho e num vidro negro, é negro. A agua do Sumaúma, retirada e collocada dentro de um meio transparente, apparece incolor, porque é como todas as outras—limpida, diaphana. Mas no rio salienta-se negra, porque ella reflecte a côr do humus ou terra vegetal que, ora margina o leito, ora se estende sobre a camada arenosa do fundo.

Esta é causa da coloração negra das aguas do Sumaúma.

Acompanhando passo a passo estas diversas conjecturas, o bom observador notará como o espirito humano evolue, como se approxima da verdade e como, gradualmente, vai desde as theorias mais confusas até as mais simples, as mais verdadeiras, pois onde a Simplicidade habita, ahi vive a Belleza e a Verdade.

* * *

O rio Sumaúma, que tem um curso de dez leguas, nasce com o nome de riacho Mucambo nesse logar, que fica ao pé da serra da Nacêa.

Com aquella denominação, atravessa o logar Quebra Carro (onde recebe o riacho do dito nome) e o engenho Cachoeira, onde passa a se chamar Sumaúma Grande. Depois, segue atravez dos engenhos Sumaúma Grande, Varrella (on-

de recebe o riacho Rosario, o qual nasce em uma gruta do engenho Pau Brazil). Riacho Branco e dos logares Pontal (onde recebe o Sumaúma Mirim, o qual nasce no logar Tangil, no municipio do Pilar, e tem um curso de quasi duas leguas), Pereira, Roncador, Congó e Cahype. Abaixo deste, no logar denominado Cuyabão ou Cunhambão, o Sumaúma, formando um delta, abre duas boccas que vão desaguar na lagoa Manguaba. Antes da sua foz, em Taperaguá, elle recebe o Utinga o qual nasce no logar Alagadiço e tem um curso de legua e meia, mais ou menos.

Ao desembocar, o Sumaúma fórma numerosas corôas, que difficultam a sua navegabilidade; convinha que o governo se lembrasse de dragal-o como tambem desobstruil-o das «baronezas». Estas pegam desde o engenho Riacho Branco, impossibilitando a navegação e fazendo o rio alagar os baixios marginaes, o que é um mal para a lavoura. Por isso, todos esses terrenos, de uma fecundidade divina e violenta, estão perdidos.

Desimpedindo o Sumaúma—do Pontal á embocadura—o Estado poderia quando muito gastar uns cinco contos; realizado isto, que se baixasse um decreto obrigando os proprietarios a zelarem pela conservação do rio.

Ahi fica a minha idéa.

*
* *

Na foz, o Sumaúma é de uma belleza incomparavel.

Lembro-me de uma madrugada linda—foi a segunda vez que os meus olhos, extaticos, se derramaram pela oscillação sylabica e illusoria das suas aguas—que ahi presenciei depois de uma horrorosa noite passada em sobresalto, durante a qual o frio me fez tiritar terrivelmente.

Eram onze horas da noite, quando ouvi a cadencia millenaria e inquieta dos remos, que mergulhavam no dorso das aguas putridas como immensos punhaes famintos cravando-se no liquido coração dos canaes com uma furia sinistra, uma sêde insaciavel.

Um pouco antes, na estrada do Trapiche da Barra, os

facheiros longos estendiam para os céos as numerosas mãos immensas e pareciam supplicar que o Azul chorasse chuva, que o Azul mandasse agua. E a pensar nelles, parti, insomne e absorto, com a alma inquieta.

Depois, foram os canaes maviosos que a veronica do luar beijava e o açoute das estrellas feria.

O canoeiro cantou-me canções nostalgicas. Longe, cães ladravam pelos portaes. O frio, convulsamente introduzia-se-me na alma, e o esforço mental era tamanho, que elia cahia vencida sob o peso de tantas idéas.

E assim deslisou a noite.

Pela madrugada a Lagoa do Sul estirou-se, calmissima, aos meus olhos allucinados; eram quatro horas.

A estrella d'alva, com a sua luz tremente no alto, era como um perdão mavioso a tremular sobre a lagoa.

Distante, chegou-me o côro das inquietas gachadeiras annunciando o dia.

Para os lados do Cahype, a garôa alvissima era como um branco velludo hieratico a vestir as collinas.

A « madre de ovelha », purpurina e glauca, pontilhava o dorso do Sumaúma; nos brejos marginaes, os jaburús faziam: *brumm! brumm!*

A agua negra do rio e a agua verde da lagoa, misturando-se confusamente, formavam tremulas irisações que se diriam irreaes, tão grande era a fragilidade.

Os juncos emergiam erectos, esguios, como verdes capiteis fragillimos de algum palacio em ruinas.

A manhã rompeu magnifica, violenta.

Alagoas então se destacou branca, divina, como nas edades heroicas, nas quaes o sangue correu pelas suas collinas.

Mais tarde, por entre as moutas de samambaya ou escondidas atraz dos espinheiros bravos, núas como nymphas, donzellas nadavam.

O sol batia, o sol dourava.

No silencio, os sinos da Matriz resoaram dolorosamente; então do Amparo, de S. Francisco, do Rosario, almas de bronze responderam em soluços mais symbolicos, em psalmos mais mysticos, em elegias mais profundas. E sobre a tremulina da lagoa morta, o som dos sinos passou arranhando a superficie e foi morrer para os lados do aguião.

Ao voltar, eu vinha pensando no Sumaúma.

Muitas cousas vi depois; dos meus olhos, porém, nunca mais se apartou a visão daquellas aguas negras, muito negras, immensamente negras... nunca mais!

Maceió — 1916

Octavio Brandão

MEMORIAL BIOGRAPHICO

DO

Commendador José Rodrigues Leite Pitanga

*

QUINTO PERIODO

A idade é uma excellente conselheira e mestra da vida; ás paixões dos primeiros annos se seguem as responsabilidades da familia, a tranquillidade do lar, a necessidade de attender aos deveres sociaes, a vida calma do homem ponderado, abandonados os surtos das aventuras que encheram a mocidade inexperiente e irrequieta.

Ha homens para quem nada disto tem valor; elles seguem o impulso do seu temperamento ardente da mocidade, á velhice, apezar do tempo, do adiantamento em annos, sem que se lhes arrefeçam as paixões. Ordinariamente, porem, a formação do lar e as responsabilidades da familia imprimem nova direcção aos sentimentos e o homem se torna cidadão pacifico, util á sua patria em vez do revolucionario da primeira idade.

Vimos como o Commendador Pitanga, revolucionario desde os 13 annos de idade, se tornou o chefe das forças legaes na revolução de Pedro Ivo; nomeado Director Geral dos Indios, tendo se casado em 1850, começou para elle a vida quieta do agricultor, que já abraçára no engenho

«Saboeiro», na comarca de Anadia.

Estabelecendo residencia no engenho «Riachão», do termo de Santa Luzia do Norte, tomou a serio o cargo com que fôra distinguido, arrolando os indios nas aldeias onde se haviam fixado, dividindo-os em companhias sob as ordens de capitães por elle nomeados, todos sob a superintendencia do Director Geral que era para elles o supremo arbitro das suas divergencias e a providencia a que recorriam nas difficuldades da vida simples que levavam.

Essa direcção, benefica sob todos os pontos de vista, nunca recusou protecção aos subordinados nem algum recorreo á sua bolsa sem que levasse o auxilio reclamado para alguma apertura da vida.

Por isto mesmo nunca ao Director foi negado o serviço exigido para o serviço publico, quando ordem era transmittida aos capitães para a apresentação de contingentes, quando o Presidente da Provincia precisava de elementos de confiança na emergencia de acontecimentos de gravidade para a ordem publica.

Em diversas occasiões o serviço dos indios foi reclamado, do seu Director, como terei occasião de referir, sem que nunca fossem recusados, servindo esse com toda lealdade e efficiencia.

Um desses serviços foi a abertura da Levada de Maceió, que tem historia interessante; julguei de conveniencia narral-a, arrancando-a do pó dos archivos onde jaz desconhecida desde o anno de 1828, quando teve inicio, até os tempos coévos. Como essa abertura da Levada é um dos actos de utilidade publica praticados pelo Commendador Pitanga, cabe muito reviver a tradição no presente memorial.

Façamos, por isto, a historia da Levada de Maceió.

Essa Levada, que todos conhecem, de longa data, tem a sua génese, em 1828, e á sua historia até o momento presente, emquanto não chega o futuro que não será para os meus dias, mas me animo a prever que será tal como os nossos remotos antepassados, de quatro gerações anteriores á ultima existente, pensaram, resolveram e começaram a executar.

Então ella será titulo de honra á nossa terra, constituindo o mais bello florão da sua grandeza, sem inveja ás suas

co-irmãs da federação brazileira, attestados que valeram e valerão aos seus filhos, bella, grandiosa entre as obras publicas no Brazil.

Não antecipemos considerações que parecerão desarrazoadas e entremos no assumpto, estabelecendo premissas que justificarão as conclusões que antecipadamente estou formulando.

Façamos a historia da Levada de Maceió.

* * *

Poucas pessoas sabem que a Levada, assim chamada a porção de agua que, partindo da Lagoa do Norte, se intromette pela cidade de Maceió n'uma extensão superior a duzentos metros, não é obra da natureza, mas da mão do homem e com fins de utilidade publica.

Esta se manifesta, mesmo agora, depois de deturpado o plano formulado pelos antepassados, na commodidade do pequeno mercado que proporciona para todos os generos de consumo trazidos á cidade, das zonas banhadas pelas lagôas do Norte, do Sul e Manguaba, para o accesso facil de passageiros em lanchas e canôas, das cidades do Pilar e Alagoas, como dos centros mais proximos e que preferem a communicação por agua, aproveitando as commodidades da navegação em aguas tranquillas.

Posso adiantar, com os factos historicos que se prendem á Levada, que foi a necessidade de tornar mais facil a communicação de Maceió, povoação á beira mar, com Alagoas, cidade e Capital da Provincia das Alagoas, e não de Alagoas como é actualmente o Estado, que fez planejar aos nossos maiores um canal que se transformou na actual Levada.

O desenvolvimento de nossa terra começou pela povoação de Alagoas, á margem da lagôa do Sul, elevada a villa, conjunctamente com Porto Calvo, antigo Bom Successo, Penedo, antigo S. Francisco, a 23 de Abril de 1636, e a comarca de Santa Maria Magdalena da Lagôa do Sul, em 1711, no governo de Felix José Machado de Castro e Nascimento

Mendonça, pertencendo á Capitania de Pernambuco.

Maceió, ou Massayó, fazia parte da freguezia de Santa Luzia do Norte, anterior a 1668, porque de uma escriptura, nas notas dos tabelliães Bernabé do Couto e Manoel Rodrigues da Costa, do anno de 1610 a 1664 e que pertence ao archivo do Instituto, consta que, a 13 de Abril de 1610, na freguezia de S. Miguel de Ipojuca, Diogo Gonçalves Vieira, doou a Antonio Martins Ribeiro, uma legua de terra em quadro na ribeira do Mundaú, em a lagôa do Norte, para fazer um engenho dentro de quatro annos e a villa, por estar elle fazendo já a dita villa e engenho.

Em 1668 já era S. Luzia do Norte séde da freguezia, pois que, em 1672, reuniram-se os homens bons para impetrar, da Camara da villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, a concessão dos subsidios sobre pipas de aguardente e vinho a bem das obras da Matriz. No certificado passado pelo Vigario da freguezia de Santa Luzia do Norte, em 1782, entre as povoações, se encontra a de Massayó, sem indicação das ruas.

Mais tarde, quando, após a revolução de 1817, o gôverno da metropole separou Alagoas da Capitania de Pernambuco pelo alvará de 16 de Setembro desse anno, foi a cidade de Alagoas que deu nome á nova provincia, sendo a sua capital Maceió; elevada a villa por alvará de 5 de Dezembro de 1815, era pequeno povoado com poucas casas na praça, hoje da Cathedral. Fôra um engenho de assucar, com uma capella dedicada a S. Gonçalo, no mesmo logar onde se eleva hoje o magestoso templo, matriz da freguezia e Sé do bispado. Nos cadernos das desobrigas da freguezia do Norte, documento pertencente ao Instituto, se encontra, no relativo ao anno de 1819, sob a rubrica—villas—o seguinte: «Massayó; praças e ruas: largo da Capella, ruas de Palacio, Alecrim, Cajueiro, Nova do Passeio, Boa Vista, travessa do Alecrim, Bocca de Massayó, Cambona. Lugares: Mutange, Bebedor, Freixal, Goiabeiras, Bom Jardim, Fernão Velho, Pedreiras, Carrapato, Tombador, Rocha, Rio Morto».

Estes logares, quasi todos pertencentes á comarca de Maceió, até pouco tempo, faziam parte da freguezia de Santa Luzia do Norte, de que aquella villa era dependente.

Só em 1819, por alvará de 5 de Julho, alvará em que

o Ouvidor Braklamy pôz o — cumpra-se e registe-se — a 8 de Janeiro de 1821, El-Rei D. João VI resolveu desmembrar, da freguezia de Santa Luzia do Norte, a parte que ficou, desde essa data, sendo a parochia de Nossa Senhora dos Prazeres, da villa de Maceió.

Dos archivos da actual Intendencia Municipal foi extrahida a nota pela qual se sabe que o Ouvidor da comarca de Alagoas, Antonio Batalha, mandou apregoar edital sobre a elevação de Maceió á cathegoria de villa e, a 29 de Dezembro de 1816, presente elle e reunida a nobreza e o povo da praça da dita povoação, onde se via levantado um pelourinho, foi acclamada a — villa nova de Massayó.

Cidade central, embora á margem da lagôa navegavel, a capital da Provincia se resentia da difficuldade de communicações com o littoral; se havia commodidade para as relações com o centro, o commercio com o exterior se tornava moroso pela necessidade de, após o desembarque em Jaraguá, percorrer uma parte por terra, ganhar o porto de novo embarque e soffrer nova viagem de dez longas horas em canôa para alcançar o porto do destino.

Lembremos que, ha um seculo, nem carroças havia em Maceió, como não havia outro meio de transporte por agua senão a canôa, ainda hoje reinante nessa navegação apezar do vapor e da electricidade: tudo era conduzido, de Maceió ao Trapiche da Barra, em viagem para a Capital, a cavallo ou á cabeça dos pretos, escravos importados da Africa ou descendentes desses, não sendo possivel affirmar se possuiam ou não os homens dessa epocha os classicos carros de bois, tardos e muito ponderados.

A viagem era longa e enfadonha; mas não se podia fazer por menos e o commercio assim começou com pouco desenvolvimento, mesmo depois de ser Alagoas cabeça de comarca e capital da Capitania.

Prova irrecusavel disto é que o primeiro governador nomeado para a Capitania das Alagoas, Sebastião Francisco de Mello e Povoas, desembarcando em Maceió a 27 de Março de 1818, tomou posse do governo, perante a Camara de Alagoas somente a 22 de Janeiro de 1819; voltou para Maceió, onde estabeleceu residencia, sob o pretexto de montar baterias e os fortes de S. João e S. Pedro, no littoral, indo residir

em Alagoas quando, por decreto de 5 de Maio de 1821, foi essa cidade creada metropole ou cabeça da capitania e lhe chamaram a attenção para o facto de ser elle obrigado a residir lá.

A rivalidade entre a Capital e a villa começou desde então, tanto mais quanto Maceió se desenvolvia, formva um centro florescente por onde se fazia o commercio de importação, de exportação, do que dependia, em grande parte, a vida da capital.

Povoas, a 30 de Janeiro de 1819, installou em Maceió a Junta da Administracão da Real Fazenda, composta de tres membros; fundou em Jaraguá a Alfandega, creou uma casa de arrecadação, mandou levantar a planta da villa de Maceió, construiu o quartel militar, uma casa terrea para a junta de fazenda e almoxarifado, creou pequenos corpos de infanteria e artilharia de 1.ª linha, duas baterias na costa, a de S. Pedro alem da alfandega e a de S. João perto da embocadura do riacho Massayó, fechou o porto do Francez, prohibindo a entrada de embarcações, deu principio á construcção de uma corveta que, mais tarde, seguiu para o Rio de Janeiro conduzindo o Capitão Tenente D. Francisco de Souza, Marquez de Maceió.

Todos estes factos demonstram a preferencia do primeiro governador pela nascente villa, de melhores condições para capital do que a cidade central, embora á margem da lagoa do Sul.

Era natural que os habitantes da villa á beira mar, sob a pressão da dependencia em que estavam da séde da capitania, procurassem meio de diminuir o tempo dispendido na viagem de Maceió a Alagoas que, ainda hoje, consome seis horas em lancha a vapor e dez em canôa.

A viagem se fazia contornando a cidade pelo lado do poente até o Trapiche da Barra, de onde era necessario vir a pé até Maceió e Jaraguá, uma extenção de mais de seis kilometros; os que eram obrigados a este percurso, foram despertados pela conveniencia de o encurtar, embora viajando em canôa por mais algum tempo.

A primeira solução ao problema foi a que se impunha com a evidencia dos factos: supprimir o trajecto a pé, substituindo-o pela continuação da viagem, embarcado, até Maceió,

facil como parecia rasgar um canal, do Trapiche da Barra a Jaraguá.

A necessidade tomou vulto depois de creada a Provincia das Alagoas, continuando a antiga Capital na cidade deste nome, séde do governo; os documentos historicos nos habilitam, passado quasi um seculo, a contar que, no dia 13 de Março de 1828, se reuniram alguns habitantes da villa de Maceió, na casa da Camara Municipal, e a convite desta, para tratar da contribuição pecuniaria relativa á feitura de um canal do Trapiche da Barra a Maceió, obra ideiada pelo Presidente da Provincia.

O assento relativo a essa reunião existe no livro onde se lançava o registro das reuniões da Camara Municipal de Maceió, de 1817 a 1829; dahi foi extrahido pelo nosso nunca esquecido consocio, dr. Dias Cabral, e está publicado no tomo II, pagina 149, da Revista do Instituto. Permitte contar como as cousas se passaram.

O Presidente da Provincia, que « ideiára a obra », devia ser o dr. Candido José de Araujo Viana, que tomou posse a 14 de Fevereiro de 1828 e governou até 25 de Julho do mesmo anno; a reunião foi a 13 de Março desse anno e parece se referir a esse Presidente.

Conta mais o assento que, chegando a finta, contribuição espontanea dos cidadãos presentes á reunião, á quantia de 212$000, houve logo modificação acerca do trajecto do canal, opinando os entendidos que melhor seria partisse elle do—Saco da Ponta Grossa,—o que importava na terça parte do orçamento feito para execução do primeiro plano, que era de desesis contos de reis.

Não havia noção, a esse tempo, das centenas de contos de reis com que facilmente se orçam as obras publicas e o milhar de contos era relegado para a phantasia das mil e uma noites a que nem as crianças davam credito.

Temos assim a génese da Levada: abertura do canal do Trapiche da Barra a Maceió, transmudada, por menos dispendiosa, ao Saco da Ponta Grossa.

Quem conhece a topographia desses logares sabe onde é esse Saco, ao poente da actual Levada e não no logar onde esta fica situada; adiante da Levada, talvez quinhentos metros para o poente, a lagoa forma uma enseada, bem

caracterisada com o nome de—Saco—que ainda hoje conserva. A distancia da Ponta Grossa é menos da terça parte do que a do Trapiche da Barra, ambas a Jaraguá ou á fóz do Riacho Maceió, para onde tendiam ambos os planos; viajando em canôa, esta penetraria no canal, atravessaria a cidade, alcançaria o riacho Maceió e subiria até Jaraguá.

Sendo o orçamento da obra, de 16 contos de reis, a despeza com o segundo projecto seria da terça parte dessa quantia; certo é que muito diminuta era a finta de 212$000, embora muito mais aproximada da quantia precisa ao segundo plano que a do primitivo orçamento.

Temos assim a indicação do canal mudada para Ponta Grossa, não se cogitando mais da do Trapiche da Barra, que foi abandonada.

O primeiro Concelho Geral da Provincia, assim chamada a, posteriormente, Assembléa Provincial, foi eleito em Outubro de 1825, na presidencia do Dr. Nuno Eugenio de Lossio e Seiblitz, conjunctamente com o concelho do governo e os deputados da primeira legislatura. Eleito para funccionar de 1826 a 1829, só se poude reunir no ultimo anno, trabalhando apenas uma sessão com os seguintes membros: 1.º o advogado José Fernandes de Bulhões, presidente; 2.º Rev. José Tavares de Mendonça, vice-presidente; 3.º Rev. Ignacio Joaquim da Costa; 4.º Silvestre Domingos da Silva; 5.º José de Mello Corrêa; 6.º Manoel do Nascimento Pontes; 7.º Rev. Manoel do Rosario Tavares; 8.º Rev. José Henrique de Amorim; 9.º Rev. Vigario Manoel Soares de Albuquerque; 10.º Bento Francisco Alves; 11.º Rev. Francisco José Corrêa; 12.º Tenente Coronel Bernardo Antonio de Mendonça. Não consta qual o 13.º concelheiro; mais eram supplentes e tomaram parte nos trabalhos da sessão: Francisco de Meira Lima, Rev. Bonifacio Bezerra de Mello, José Gregorio Ribeiro e o Capitão José Leite da Silva.

Reunido na cidade de Alagoas, capital, e tendo noticia do projecto do canal da Ponta Grossa, melhoramento notavel para o desenvolvimento da villa rival, não é muito fóra de proposito que fosse apresentada a proposta da abertura de um canal no porto do Francez, contra-ataque á ideia dos habitantes de Maceió que o receberam do Presidente da Provincia; foi iniciativa da commissão composta dos Concelhei-

ros Padre Tavares, Mello Corrêa, Padre Bonifacio Bezerra e José Joaquim de Mendonça.

Complemento ou preliminar dessa proposta foi apresentada outra para a mudança da alfandega para o porto do Francez, pelo Conselheiro Rev. Manoel Tavares que a fundamentou com dez itens; as propostas foram approvadas e expedidas para conhecimento e approvação do governo geral na forma da Constituição politica em vigor nessa epocha.

Facil é conhecer o alcance da medida acceita: o porto do Francez fica ao sul da costa muito mais proximo da cidade de Alagôas; aberto o canal, a capital estaria em ligação directa com o mar, desapparecendo a dependencia do porto de Jaraguá e a causa efficiente da prosperidade da villa de Maceió.

As propostas não foram approvadas pela Camara dos Deputados da Nação, como diz o aviso da Secretaria dos Negocios do Imperio, transmittido ao segundo Concelho Geral da Provincia, como registrou a acta da sessão em 1.º de Dezembro de 1830.

O contra-golpe preparado pelos homens da capital para obter a preponderancia que se accentuava para a villa de Maceió, falhou; a rivalidade estava latente, como se deduz mais de diversas representações dirigidas ao governo geral para conservação da capital em Alagoas, por diversas camaras municipaes do interior.

Já em 1821, na carta dirigida pelos membros do governo das Alagoas, em 18 de Agosto, aos deputados ás côrtes de Lisboa por essa Provincia acerca das necessidades urgentes da localidade, se encontra a seguinte, sob n. 4: — «Que se determine e declare certa e invariavel a Capital e residencia do Governo nesta villa de Alagoas, Cabeça antiguissima da Comarca, mostrando-se que ella, pela sua situação, pela fecundidade de seus terrenos e mesmo pelo seu clima, offerece melhores proporções para a existencia dos Corpos de Governança da Tropa, dos Cofres e das municões e armamentos de guerra, conservadas em guarnição as costas e com especialidade a de Jaraguá que já tem a seu beneficio a Bateria de S. João, e mesmo a villa de Maceió em que residem Tropas de 1.ª e 2.ª linha».

Não tendo sido acceita a proposta da abertura do ca-

nal do Francez, não se cuidou do da Ponta Grossa até que ao installar a 4.ª sessão do 2.º Concelho Geral das Alagoas, em 1.º de Dezembro de 1833, na Falla dirigida pelo Presidente, Dr. Vicente Pires de Figueiredo Camargo, disse este:

> « A natureza parece ter principiado a abertura de um canal no logar da Ponta Grossa á villa de Maceió, o que com grande facilidade se operaria, ficando desta sorte muito mais commoda a communicacão desta Capital com aquella villa ».

Accentua-se, por estas phrases, a causa efficiente da abertura do canal: a diminuição do percurso entre a capital e a villa que lhe estava ameaçando a preponderancia; mas não é de estranhar que o Concelho reunido na cidade das Alagoas deixasse de tomar em consideração essa lembrança de uma vantagem a mais para o engrandecimento da futura cidade, villa preferida pelas autoridades superiores, deixando perceber a transferencia, para ella, da séde do governo.

Os habitantes de Maceió não ficaram inactivos apezar disso; continuaram a fazer a finta começada em 1828, embora houvessem divergencias sobre a direcção do canal. A finta chegara em 1835 a 3:500$000, insufficiente, mas sempre um capital para começo.

Havia esperança de auxilio por parte do governo imperial, porque se encontra o aviso de 1.º de Janeiro de 1832, dirigido pela Regencia, em nome do Imperador, ao Presidente das Alagoas, em resposta a um officio deste; o Ministro do Imperio, Joaquim José Rodrigues Torres, dizia ao Presidente:

> « ... e pelo que toca ao segundo, nenhum inconveniente poderá haver em se abrir a dita levada á custa da Fazenda Publica, uma vez que semelhante obra se acha autorisada pelo citado decreto: a importancia da sua despeza pode ser incluida no artigo das eventuaes, para o que a lei do orçamento, ora em vigor, consigna alguma quantia, alem de que as vantagens que de tal obra devem resultar aos particulares, naturalmente animarão a estes a presta-

rem auxilios, mediante os quaes ella será menos dispendiosa para a mesma Fazenda».

Em 1836, estando já fixada a Ponta Grossa como ponto de partida do canal e em direcção á bocca do riacho Maceió, o Presidente Antonio Joaquim de Moura, nomeado em 1.º de Abril de 1835, tendo tomado posse a 15 de Maio, governando até 23 de Agosto de 1836, resolveu iniciar os trabalhos da excavação, logo abandonados, diz a nota encontrada, em razão de contestações e á falta do preciso auxilio monetario.

Era o fracasso da iniciativa particular que contára demais com a exiguidade da obra e das proprias forças para emprehendimento de tanta vantagem para a collectividade; tantas eram estas que a presidencia tomou á conta do erario publico a abertura do canal e este aparece, pela primeira vez, no orçamento da provincia.

A lei n. 33, de 14 de Março de 1838, sanccionada pelo Presidente Rodrigo da Silva Pontes, successor do Presidente Moura e que governou, de 23 de Agosto de 1836, a 18 de Abril de 1838, autorisou o Presidente a applicar a quantia de trinta contos de reis a diversas obras, especificando, entre estas, a conclusão do canal da Ponta Grossa, com dois contos de reis.

Tratava-se de concluir o canal com a exigua quantia de dois contos de reis; mas era proposito começar, tal como se fazia para todas as obras publicas; o mais viria depois.

De facto: a lei n.º 5, de 9 de Julho de 1839, tambem lei do orçamento, consignou cinco contos de reis para o canal da villa de Maceió; sanccionou-a o Presidente Agostinho da Silva Neves, que governou de 18 de Abril de 1838 a 10 de Janeiro de 1840.

Nesse anno se deu a mudança da capital para Maceió; parece que muito amadurecida estava a conveniencia de trazer, para a villa á beira mar, a séde do governo. O Governo resolveu transferir a Thezouraria de Fazenda para Maceió e em contrario a esta medida, significativa da perda que soffreria a cidade de Alagoas, levantou-se uma sedição para se oppor á resolução do governo.

O Presidente foi preso em palacio a 2 de Outubro, resolvendo os sediciosos deportal-o, para o que mandaram vir

o patacho Dois Amigos que estava ancorado em Maceió chamando, para o governo, o 5.º Vice-Presidente Dr. José Tavares Bastos; sabida esta noticia, o 1.º vice-presidente, Dr. João Lins Vieira Cansanção do Sinimbú, assume a presidencia e manda ao commandante do patacho, José Paulo dos Reis, uma carta lacrada, com ordem de só a abrir depois de ter o Presidente a bordo.

Feito isto e aberta a carta, verificou-se que era uma ordem formal para se pôr o commandante ás ordens do Presidente, levando-o para onde elle determinasse; a 3 de Novembro desembarcava este em Maceió e assumia a presidencia. Com reforço de tropa e munições, o Presidente Neves volta a Alagoas em 14 de Novembro; a 15 convoca extraordinariamente a Assémblea para 1.º de Dezembro e, reunida esta, com exclusão dos deputados sediciosos substituidos pelos supplentes, vota a lei n.º 11, de 9 de Dezembro, elevando a cidade a villa de Maceió e transferindo para esta a capital.

Não obstante haver cessado a razão principal para a abertura do canal da Ponta Grossa, a obra não ficou esquecida, embora addiada por dois annos; a lei n.º 8, de 23 de Abril de 1842, sanccionada pelo Presidente-vice, Dr. Pedro Antonio da Costa que governou de 25 de Março a 24 de Abril seguinte, autorisou o Presidente a despender a quantia de trinta contos de reis com diversas obras, entre as quaes menciona o canal da Ponta Grossa.

Parece que o canal encontrava já serios obstaculos para a abertura, apezar de ter o Presidente Antonio Francisco Peretti, na sua ephemera administração de 1.º de Março a 1.º de Julho de 1844, declarado que em Junho o canal estaria concluido, achando-se entregue ás necessidades publicas a parte já aberta.

E tanto mais é de crer nas difficuldades sobrevindas quando, na lei n.º 19 de 10 de Julho de 1844, sanccionada pelo Dr. Bernardo de Souza Franco, se lê a consignação de 13:950$000, com a indicação das obras entre as quaes — O REPARO do canal da Ponta Grossa.

Mais confirma esta crença o facto de se encontrar, na lei n.º 35, de 12 de Dezembro de 1865, sanccionada pelo Presidente Antonio Manoel de Campos Mello a verba para obras diversas, inclusive o reparo do canal da Ponta Grossa,

com este accressimo: « e sua continuação até onde, a primeira vez, foi aberto ».

Estas ultimas phrases deixam patente que o canal fôra aberto, mas estava abandonado, assim como que havia uma corrente de opinião para mudar o local e a direcção; tanto assim que a lei tratava do reparo do canal, a precisar deste antes de estar concluido, e impunha a continuação no logar onde fôra principiado.

A lei n.º 135, de 16 de Maio de 1849, de sancção do Presidente Antonio Nunes de Aguiar, que governou de 6 de Fevereiro de 1849 a 14 de Julho do mesmo anno, autorisa o Presidente a mandar proceder ao reparo e continuação do canal da Ponta Grossa, podendo applicar para este fim a receita proveniente do § 17, do artigo 3.º dessa lei, saldo que resultou da liquidação de contas entre a Thezouraria Provincial e a da Fazenda, incluindo metade da divida anterior a 1836, na importancia de 25:436$000 e (§ 27). o resto do supprimento que o cofre geral se acha a dever á Caixa Provincial. E' a primeira vez que se designa receita especial para essa obra; mas, constando de divida a receber, é de suppor que não foi apurada quantia alguma. O Governo geral nunca foi pontual no pagamento das dividas á Provincia e não será de admirar se, até hoje, essa divida não estiver saldada.

Certo é que a lei n.º 130, de 6 de Julho de 1850, sanccionada pelo vice-presidente Manoel Sobral Pinto, que governou de 4 de Junho a Novembro desse anno, em substituição ao Presidente José Bento da Cunha e Figueiredo durante a ausencia deste, occupado nos trabalhos legislativos como Deputado pela provincia de Pernambuco, dispoz assim: —«O Governo fica autorisado desde já a dar as precisas providencias para que, com a maior brevidade possivel, sejão realisadas as seguintes obras: § 2.º limpeza do canal da Ponta Grossa». Nota-se bem; limpeza e não mais reparo.

Temos agora o inicio de uma phase nova da qual vai surgir a Levada de Maceió, com plano traçado quanto ao objectivo dessa obra, lembrada e tenazmente affirmada, de anno a anno, como preoccupação das classes dirigentes para um fim de utilidade publica e de grandiosidade para o futuro da capital da Provincia das Alagoas: a ligação da Lagoa

do Norte ao Oceano, por um canal interno, atravessando a cidade de Maceió, em toda a largura.

Na — falla — que dirigiu á Assembléa Provincial, em 5 de Maio de 1850, o Presidente José Bento da Cunha e Figueredo, que foi o administrador mais operoso que a provincia teve e a governou desde 14 de Julho de 1849 até 18 de Abril de 1853, com intermittencias em que, por tres vezes, foi ao Rio de Janeiro tomar parte nos trabalhos legislativos, nessa falla se encontram os seguintes conceitos:

> « He por esta via de communicação das duas grandes lagoas do norte e do sul para esta cidade que entrão todos os generos que abastecem a capital e tambem todos os materiaes de edificação e mesmo não pequeno numero de sacas de algodão e sacos de assucar que vêm dos engenhos situados á margem das mencionadas lagoas. Isto prova exhuberantemente a necessidade urgente de não perderdes de vista o consignardes alguma quantia para o seu melhoramento, no qual dois methodos se tem a seguir: ou cuidar de obstruir o canal, no que pouco mais se gastará de um conto de reis, ou emprehenderdes um outro de melhor proveito, partindo da Lagoa do Norte em linha recta até o brejo por traz da cadeia e d'ahi, fazendo uma pequena inflexão para leste, a apanhar o brejo que fica na direcção do Trapiche da Barra com a bocca de Maceió, onde, fazendo outra inflexão para o mesmo lado, siga a encontrar com o riacho Maceió, e depois ajuntar-se com o Jacarecica, no extremo oriental da cidade. Será esta uma obra mais limpa, mais duradoura, e de uma vantagem immensa para o commercio, do que o triste canal que actualmente existe. A vossas mãos chegarão todos os exames e orçamento a que mandei proceder pelo Engenheiro inspector, afim de poderdes melhor formar o vosso juizo».

Desse trecho da mensagem do Dr. José Bento se conclue a condemnação do canal da Ponta Grossa, a que se re-

ferem as leis desde 1838, assim como a victoria da corrente de opinião que indicava a abertura em outro local para a communicação das lagoas não já para Maceió mas com o Oceano. A opinião triumphante se accentúa no facto de ter o Presidente mandado fazer os estudos e o orçamento que promette enviar á assembléa para resolvel-a a dar preferencia a este, abandonando o canal que existe e que elle qualifica de — triste.

Encontrei em um trabalho publicado na Revista do Instituto, uma nota escripta pelo Dr. Dias Cabral e que explica este ponto da historia da Levada e a razão do abandono definitivo do canal da Ponta Grossa; diz elle:

> « Em 1846 ainda não se achava terminada a obra, vigorando o desejo de prolongar a abertura até a bocca de Maceió, onde se construiria o caes do desembarque. Todas estas esperanças frustou-as a natureza do leito do canal e, em 1852, ja obstruida a levada declarou o engenheiro Marcolino que sem o auxilio de barcas de excavação era impossivel a remoção dos obstaculos. De dia em dia fugiam as aguas, a valla se reduziu a lama, o canal ficou rego e hoje pede a hygiene sejam entulhados os atoleiros para que sobre o solo fixo se estendam os trilhos que liguem a margem da lagoa á praça do mercado ».

Esse canal, a que se referiu o engenheiro Marcolino, cuja historia venho narrando com os documentos citados, começava, de facto, na Ponta Grossa, um kilometro talvez ao poente da actual Levada, no sitio chamado Leão. A topographia do local permitte suppôr que esse fôra preferido por formar ahi a lagôa uma enseada, parecendo ser o ponto mais perto ao fim desejado: vir á cidade. O terreno pantanoso demais e a maior extensão do canal fizeram comprehender que a obra seria mais dispendiosa, tanto mais quando, a partir da extremidade da lagôa, ao nascente, haveria, adeante, os brejos, excavações naturaes de vantagem no serem aproveitados.

Não pude encontrar a indicação do Presidente que ordenou a excavação da Levada, segundo o plano traçado pelo

Presidente José Bento; dos documentos publicos se deduz que, em 1859, a levada estava feita no logar onde existe actualmente e se tratava de a prolongar de accordo com esse plano. Por tradição real sei que ella foi aberta pela Commendador José Rodrigues Leite Pitanga com o pessoal das aldeias dos indios de que elle era Director Geral, nomeado interinamente pelo Dr. José Bento, em 1850 e confirmada a nomeação por decreto do governo imperial de 2 de Julho de 1852.

Parece que a operiosidade desse Presidente, a quem Maceió deve o melhor dos edificios publicos, aproveitou a bôa vontade do Commendador Pitanga, que já accedera ao seu pedido para ir commandar as forças da Provincia em Jacuhype, retirando o Major Pedro Ivo das Mattas e terminando a revolução, para encarregal-o dessa obra, de grande vulto, que precisava da direcção de um homem energico e experimentado.

Ouvi a narrrção de um homem conhecido por João Barão, sendo o seu nome João Ignacio Moreira; é senhor do engenho «S. Paulo», em Agua Preta, Estado de Pernambuco, é alagoano e conhecido em Macció, onde tem filhos de mais de noventa annos, dizendo elle ter cento e vinte, bem aproveitados, porque está forte e bem disposto para o trabalho.

Contou-me elle que não se chamma barão; esse titulo lhe foi dado, de palavra, pelo Presidente José Maria de Alencar, que governou de 30 de Julho de 1866 até 10 de Junho de 1867. Que no tempo de um Pitanga, que era Director Geral dos Indios, elle era Capitão de Indios e pessoa de confiança do director e foi mandado vir com trezentos a quatrocentos indios abrir a levada, o que fizeram, não sabendo quem era o Presidente da Provincia que ordenou o serviço;

Ouvi a mesma referencia de um homem conhecido nesta cidade, que está vivo e pode ser consultado: é um negociante e proprietario na Levada, onde reside desde a infancia; é o Joaquim Gatto, que conserva essa tradição. Elle me contou que foi o Pitanga com os caboclos quem abriu a Levada; viu-o muitas vezes durante o serviço, com elle conversou e dahi datou a sua amisade com o irmão, que era seu freguez, emquanto viveu, para a conducção de assucar do engenho «Mundaú» para Jaraguá, nas carroças delle Gatto.

Que a levada foi aberta pelo homem, não ha duvida; que esse homem foi o Commendador Pitanga, os dois testemunhos de pessoas da epocha e que podem ainda ser ouvidas, me autorisam a registrar o facto, firmando a tradição; os documentos publicos deixam affirmar que, em 1859, ella estava cavada e se tratava de prolongal-a.

A lei n. 348, de 22 de Junho de 1859, sanccionada pelo Presidente Agostinho Luiz da Gama, que tomou posse do governo a 16 de Fevereiro e serviu até 18 de Agosto do mesmo anno, autorisou o Presidente a desapropriar terrenos por necessidade publica; no mesmo anno foi decretada a desapropriação dos terrenos pertencentes a D. Rosa Jacintha de Mello para abertura da Levada nesta cidade.

O decreto deu os limites do terreno: a principiar defronte da casa do finado Pacheco, puxando para o sul, até confrontar com os alicerces do major José Jeronymo. Indaguei dos limites indicados e pude saber que a casa do finado Pacheco ficava á borda de um brejo por traz da Praça do Mercado, abrangendo mais ou menos o terreno onde está a antiga estação de Maceió,—da Alagoas Railway; os alicerces do major José Jeronymo Correia Barbosa ficavam mais ou menos nos terrenos onde estão edificadas as casas que formam a rua da Floresta. Os terrenos confrontavam por um lado com a levada no ponto em que se começou a aterrar, onde ainda se nota a depressão causada pela escavação e, pelo sul, chegavam quasi ao brejo por traz da cadeia. Era a execução do plano traçado pelo Presidente José Bento, em 1850 e se tratava do prolongamento da Levada, já então aberta com projecto anteriormente assentado e executado com vigor.

Para ser a chronica exacta, cumpre dizer que essa desapropriação foi feita por dois contos e quinhentos mil reis e só foi paga a 18 de Janeiro de 1877, em execução á lei n.º 642 de 10 de Abril de 1872, sanccionada pelo Presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, que autorisou o pagamento a D. Rosa Jacintha de Mello, viuva de Antonio Marinho de Mello, do valor do terreno de sua propriedade, de que foi desapropriada para abertura da Levada.

Em 1860 a obra se estava executando; o Imperador D. Pedro II desembarcou em Maceió a 31 de Dezembro de

1859 e, quando deixou a Provincia em 11 de Janeiro de 1860, entre os donativos que destribuiu, destinou a quantia de quatro contos de reis para a obra da Levada.

Consta, da collecção das leis, a de n.º 439, de 10 de Julho de 1864, com a seguinte disposição:

> «A quantia de quatro contos de reis que S. M. o Imperador mandou applicar para melhoramento da levada e que se acha em poder do Barão de Jaraguá, deverá ser recolhida ao cofre provincial para ter a devida applicação, e para que se faça effectiva a entrada dessa quantia, a thezouraria provincial usará dos meios que lhe conferem as leis».

Esta é de sanccão do Dr. Roberto Calheiros de Mello, numa das vezes, das muitas, em que occupou a cadeira de Presidente da Provincia, como vice presidente.

Dahi em diante o projecto de prolongamento da levada não teve seguimento; a politica e as aperturas financeiras da antiga Provincia nem permittiram realisar o projecto modesto de leval-a até o mercado publico.

Consta, de um dos trabalhos sempre apreciados do nosso consocio fallecido, o Dr. Dias Cabral, e publicado no tomo 1.º, pagina 246 da «Revista do Instituto», a apresentação do plano de um novo porto para Maceió, pelo engenheiro Andréas Cernadak, em 1875; o nosso consocio fez acompanhar a indicação das seguintes linhas:

> «Estudando os fundeadouros de Pajussara e Jaraguá, delles não se quiz utilisar, formando outro que estivesse em relação com a navegação interna, trafego da via ferrea, aproveitada tambem a posição do pharol e mais, a facilidade da exportação. Depois da construcção de quebra mares indica a de um trapiche e caes, a canalisação do riacho Maceió, a abertura da levada ao mar, servindo de complemento á taes obras a edificação de casas para a alfandega e capitania do porto, fronteiras ao novo ancoradouro. O orçamento para todas essas obras montava a 7.700 contos de reis. Nada se fez e em

vez de alargar a levada, ella foi aterrada em parte, não se cuidando mais do canal até hoje ».

Depois desta longa exposição é licito formular uma pergunta cuja resposta me encarrego de submetter á apreciação dos alagoanos: Qual a razão, com que fim real se trabalhou durante mais de tres quartos de um seculo para abrir essa levada em que tanto capital se ha despendido? Que justifica essa tenacidade dos nossos antepassados em jogar aos pantanos das margens da Lagôa do Norte o dinheiro dos contribuintes, o esforço de trabalhadores para abrir uma via de communicação abandonada nos ultimos tempos, mas seguida porfiadamente, de anno a anno, como attesta com eloquencia convincente a serie de leis que expuz e que não deixam duvidar da grandeza do empenho em ver executada essa obra?

A resposta decorre dos documentos, natural e convencidamente: a ligação da lagôa com o oceano e a consequencia immediata: o porto de Maceió na Lagôa do Norte.

O bom senso, alliado á experiencia, nos clama que a terra que possue um lago, com dezoito kilometros de comprimento e seis de largura, em aguas abrigadas e tranquillas, em um a dois kilometros de proximidade do oceano com que, aliás, já se communica, não tem necessidade de construir um porto artificial, batido pelas tempestades do sul, arriscando-se a vel-o aterrado por essas areias que já soterraram o lazareto construido no porto do Francez, cobrindo totalmente o predio ahi existente.

Está á vista a Pajussára aterrada, esse ponto da costa onde foi levantado um estaleiro e a 22 de Janeiro de 1821 foi batida a cavilha mestra da corveta — Rainha Carlota que, em Setembro de 1823 se fez ao mar em demanda do Rio de Janeiro, com o nome de Maceió, sob o comando de D. Francisco de Souza Coutinho; onde, por aviso de 3 de Abril de 1827, mandou o governo preparar um brigue, tendo como constructor Francisco Lopes dos Santos, brigue que, terminado, recebeu o nome de Sete de Setembro, por commandante o 2.º tenente Antonio José Lopes da Silva e a 8 de Abril do mesmo anno fez-se de véla para o Rio de Janeiro, levando como passageiros o Presidente, dr. Manoel

Antonio Galvão e o seu secretario, ambos deputados á assembléa geral.

E o estaleiro da Pajussára não se poderá mais levantar. tal o aterro feito pelas areias accumuladas, o que muito é de receiar succeda ao porto que se tem pretendido construir em frente a Jaraguá.

Podemos avaliar o que seria o porto na Lagôa do Norte, abrigado de todos os ventos, marginado por Coqueiro Seco, Norte, de um lado, Fernão Velho, Freixal, Bebedouro, do outro, com o canal em communicação com o oceano e trazendo a vida para todos os povoados do lago que rodeariam o ancoradouro.

Não é uma phantasia este projecto; elle foi ideiado pelos nossos antepassados, estudado e traçado pelo engenheiro Andréas Cernadak, como narrei, e ultimamente em nossos dias, projectado com perfis e orçamento pelos engenheiros Eduardo Wolfe, inglez que foi superintendente da Alagoas Railway e Schnoor, brazileiro de grande nomeada pelos seus trabalhos no Brasil. Os planos e os orçamentos se acham no Rio de Janeiro em mão deste engenheiro e as obras estão orçadas em 9 mil contos.

Esse porto de Maceió, na Lagôa do Norte, eu venho defendendo ha muitos annos, com essa teimosia das minhas convicções, que já me valeu a condemnação ao ostracismo politico que aceitei contente; é a justificação da abertura dessa levada que o esquecimento das tradições e o pouco caso do estudo da historia da nossa terra acabam de aterrar em parte, reduzindo-aá tarefa minima de pequeno mercado, que a falta de conservação está deixando afogar em lama e estará aterrada dentro de pouco tempo se o não acudir a solicitude que a cavou.

Alimentando a crença de que, um dia, em futuro que não verei com certeza, Maceió terá o seu porto como o de Santos e de Porto Alegre, ancoradouro abrigado, cercado de povoados cujo florescimento será facil se o embarque e desembarque das mercadorias trouxerem vida á lagoa, entretendo o commercio e desenvolvendo a riqueza.

Então Alagoas terá o seu porto, o primeiro do norte do Brazil, construido com o aproveitamento da obra da natureza pela intelligencia do homem que o fará preferido a

todos os outros formados anteriormente, mas com artificio e risco de aterramento.

Essa lagôa do norte, thezouro inexgotavel de alimentos para o homem, auxilio ao pobre que alli colhe o necessario á subsistencia e o superfluo para levar á troca de outros productos, fada encantada que, neste tempo da crise actual, abre os seios fecundos para soccorrer ao povo affligido pela carestia que o comprime nas garras aduncas da fome que se não deixa illudir, lago bemdicto onde o idylio é embalsamado pelas auras frescas do terral, a vista se perde no espelho das aguas em noites de luar e as estrellas aproveitam o escuro para fazer negaças ao viajante embalado pelo macio do balouço na canôa á singrar como casca de nóz! Os nossos antepassados bem perceberam que ella podia vir a ser o fundeadouro dos navios, o emporio do commercio do norte do Brazil, como o vehiculo da riqueza do seio fecundo da terra a que dera o nome, levada a todas as partes do mundo pelos barcos que na sua superficie encontrariam a facilidade do transbordo sem os inconvenientes do oceano hiante e perfido.

Cavaram elles a levada na perspéctiva desse futuro risonho á sua alma de patriotas que sabiam quanto enriquece a facilidade do commercio e que um porto abrigado é preferido para centro das permutas que alimentam e instigam a producção, enriquecendo-se e enriquecendo os que o procuram.

Se a falta de previdencia e o esquecimento das tradições mandaram aterrar parte da levada de Maceió, cavada com o intuito de levar as lagoas da terra das Alagoas ao oceano, seja a presente narração lembrança do projecto grandioso dos nossos maiores, ensinando ás gerações posteras que alli está a solução do problema do futuro para o porto de Maceió.

Tenho fé viva em que a Providencia véla por nós com a annulação de todos os projectos, de todas as tentativas para construcção desse porto absurdo, em Jaraguá.

Ella ha de fazer conhecer aos olhos que não querem vêr, aos ouvidos que não querem ouvir, ás intelligencias que não querem comprehender, que o porto de Maceió é a lagoa do norte e o vehiculo para o fazer é essa levada de Maceió

que ahi está, subsiste ainda agora sem que a possam aterrar por mais que façam, por mais que contrariem a obra grandiosa dos ancestraes da villa de Maceió.

Ella se conservará, indestructivel como o bronze «aere perenius», como o principio da ligação das lagoas ao mar; os alagoanos, que já a possuem como logradouro publico, defendam, abriguem-na da destruição, como attestado da energia de outros, ha mais de meio seculo, até que os poderes publicos, com homens tão energicos como os do seculo passado, realisem essa obra bellissima que dotará Alagôas do primeiro porto do norte do Brazil.

* *
*

Continúa no numero seguinte

Leite e Oiticica.

Investigações Historicas

TENTATIVA DE INTRODUCÇÃO DA INDUSTRIA DA SEDA EM MACEIÓ

— 1832 —

A seda é um dos productos mais apreciados da industria, constitue fonte de riqueza para as nações que a exploram; é um daquelles que a natureza concedeo ao homem gratuitamente, exigindo somente que elle o saiba aproveitar para os fins a que o applica.

Sabe-se como a seda é proveniente de um insecto que fabrica o fio, deixando ao homem colhel-o prompto para as applicações da industria; assim como o trigo é fornecido pelo arbusto, deixando ao homem o trabalho de plantar, colher, despolpar e moer para fabricar a farinha, como todos os alimentos dependem de trabalho anterior, dispensando cuidados ao animal, como ao vegetal para adaptal-os ao uso humano, assim tambem a seda exige trabalhos diversos para que o homem possa obter a materia prima e fabrique o producto pela tecelagem.

Certo é que elle se offerece em parte gratuitamente, por um insecto que é quem fabrica o fio, restando ao homem

desdobral-o do casulo.

Ao insecto se chama por isto — o bicho da seda — e este fabrica o fio necessario á sua transformação em borboleta, de que proveio.

Sabe-se que as borboletas do bicho de seda são da classe das borboletas nocturnas ou das phalenas de antennas pectinadas que não têm trompa sensivel e não comem; a côr é do branco sujo ou amarellado. Essas nascem dos casulos que furam de onde sahem para ser fecundadas: dois ou tres dias depois da fecundação, a femea põe de trezentos a quinhentos ovos e o par morre lógo depois dessa postura.

Para obter o fio a tecer, é necessario educar, como dizem os entomologistas, o bicho da seda; a educação é subordinada á plantação e cultura da amoreira, porque as folhas verdes e frescas da arvore constituem a alimentação exclusiva das lagartas; esse trabalho é o mais delicado e exige um cem numero de cuidados até que os ovulos deixem sahir a lagarta, operação sujeita a differentes condicções em que o trabalho e a attenção do homem são postos á prova e não podem ser substituidos por machina.

Obtido o verme, o trabalho consiste em seguir e dirigir o desenvolvimento do bicho da seda, nas maravilhosas transformações porque elle passa desde o dia do nascimento até o da morte para obter o fio, resultado precioso e compensador dos esforços pacientes do cultivador.

E' uma verdadeira arte, a de educar o bicho da seda; é preciso escolher o germem e fazel-o nascer pelo calor; pôr os insectos ao abrigo das intemperies, mantel-o no mais perfeito estado de acceio, no meio de athmosphera muito pura e em temperatura convenientemente graduada e emfim colher os casulos para os desfiar.

A transformação do verme em casulo se faz em tres dias, a metamorphose da chrysallida em borboleta se dá ordinariamente em quinze a vinte dias. E' preciso não deixar o insecto chegar á ultima metamorphose senão para aquelles que são destinados á reprodução; matam-se os outros quando estão ainda em chrysallida e é do casulo que a envolve que se desdobra o fio. A extenção deste é avaliada em 1900 pés e algumas pollegadas no minimo; ordinariamente é continuo, somente se quebrando quando se deixa ir-

romper a borbòleta, nos casulos destinados á reprodução.

A colheita se faz uma só vez no anno; mas, nos climas em que se podem obter dois brotos das folhas da amoreira, em uma estação, fazem-se até sete e oito colheitas, durante o verão, como na China.

A seda obtida é branca e amarella, sendo a primeira a mais preferida, por não ser preciso descoloral-a; o rendimento da industria é avaliado em 10 a 18 %, quer dizer que cem kilogrammas de casulos podem dar 10 a 18 kilos de seda.

A seda está no centro do casulo, como materia fibrosa animal, coberta de uma gomma vegetal que se dissolve parte em agua alcalinisada; essa materia heterogenea, que cobre o casulo e proteje o insecto no interior, deve desapparecer completamente para se obter a seda pura.

A operação de desenrolar o fio se faz por meio de machina; mas não dispensa o trabalho de um operario habil, ordinariamente uma mulher. E' quasi axiona da industria sericicola, diz um escriptor, que a fiadora é tudo e o instrumento pouca cousa é; uma operaria fará melhor com uma machina imperfeita do que uma fiadora mediocre com um girador excellente.

Dependendo, como disse, a producção da seda da cultura da amoreira e sendo esta planta dos climas quentes, não é de admirar que a industria chamasse a attenção de alguem residente em Macció, incitando-o a pretender introduzir a fabricação da seda em nossa terra, com a esperança bem fundada de obter grandes lucros de uma industria que tão grandes vantagens offerece aos cultivadores da Europa, da Asia e até dos Estados Unidos.

Se fiz as ligeiras considerações acima sobre o bicho da seda foi para avivar a memoria do leitor e fazer conhecer porque não deo resultado a tentativa de uns visionarios que, em 1832, pretenderam obter a seda em Maceió, começando com bases seguras, é verdade, mas não calculando os recursos com que se dispunham á tentativa difficultosa e dispendiosa.

Contaram com a iniciativa individual e com os recursos dos que se deixassem seduzir pelo futuro da empreza; mas se aquella era bastante para o inicio, os outros eram por demais

defficientes, sendo certo que deixariam nos primeiros passos os ousados emprehendedores que sonharam futuro venturoso para si e para a pequena villa de Maceió d'aquelle tempo.

O cultivo do bicho da seda desappareceo e, que me conste, ninguem se occupa d'isto, apezar das excellentes condições do nosso clima, da fertilidade do solo, da regularidade das estações, da pequena variedade da temperatura, do desenvolvimento extraordinario que obtem, entre nós, a amoreira, condições essenciaes e de vantagem para a criação do bicho da seda. Ninguem se occupa ou se lembra do desenvolvimento dessa riquissima industria que ahi está a offerecer campo vastissimo ao emprego do capital que não falta a alguns.

Com o fito de despertar a attenção dos capitalistas ou de algum homem emprehendedor, para formar um futuro de riqueza para si e para a nossa terra, resolvi desencavar do archivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, tudo quanto diz respeito a essa tentativa da introducção da industria da seda em Maceió, no anno de 1832, trasladando para as columnas da Revista o que encontrei publicado na collecção do jornal—O Federalista Alagoense,—desse anno.

Pareceo-me interessante e quiçá proveitoso á nossa terra, se alguem achar que os homens d'aquella epocha tinham razão, sendo de lastimar que não tivessem levado avante a empreza e que nunca é tarde para explorar um ramo de industria dos mais ricos, capaz de fazer a fortuna de quem o tentar.

Ha bem pouco tempo o algodão só era explorado, e o foi se arrastando com difficuldade por longos annos, pela fabrica de tecidos de Fernão Velho; hoje conta Alagoas umas poucas de fabricas de tecidos, uma de renda e uma de linhas, todas com lucros respeitaveis.

Não é de admirar que alguem se resolva a explorar o bicho da seda, que se adapta perfeitamente em nossa terra, imitando, com melhores resultados, por contarem com o capital e com a experiencia de outros centros industriaes, os louvaveis intuitos dos homens d'essa longinqua epocha.

Ahi vai a historia do cultivo do bicho da seda, em Maceió, tal como a extrahi da collecção do jornal que pertence ao archivo do Instituto Archeologico e Geographico

Alagoano.

Na edição desse jornal, n.º 15, de 11 de Abril de 1832, se lê o seguinte, sob a epigraphe—Correspondencia —:

> « Snr. Redactor. Como estou persuadido de que a falta de noções sobre a utilidade do bicho da seda é a causa principal de não se ter promovido a sua creação, rogo-lhe queira inserir o paragrapho seguinte d'uma carta extrahido.—«Hontem fui ver a fabrica de seda, estabelecida nesta côrte e me disse o fabricante que já tinha visto a amostra de seda vinda de Maceió, e que era muito boa, e que estava prompto a comprar toda que de lá viesse. Dia 4 de Setembro de 1832.»

Logo abaixo estão as seguintes linhas, sob o titulo — Reflexões.

> « O novo ramo d'industria nacional que offerece a criação do bicho da seda, logo que produz, como consta do contracto acima, um lucro certo; se não fosse pelos prejuizos que se oppõem a todas as innovações uteis, seria para Maceió uma nova fonte de riqueza, principalmente para a classe indigente que, pela venda da seda, se faria um rendimento annual. Esperamos que as mulheres desta villa, imitando as da Europa, se occuparão na creação dos bichos, que, em recompensa de pouco trabalho e cuidado, lhes renderá mais dinheiro de que lucrão na renda e costura, sem que todavia uma cousa empate a outra ».

Como se deduz dos topicos acima, já havia criação do bicho e fabricação da seda em Maceió, nesse anno de 1832, tanto que, do Rio, era noticiado ter sido vista a amostra, propondo-se o dono de uma fabrica de seda a comprar toda quanto houvesse. Quem o cultivava, dil-o o seguinte annuncio que encontrei na edição do mesmo jornal, n.º 6, de 14 de Abril de 1832, sob a rubrica: «Aviso»—Avisa-se ao respeitavel publico que em casa de Manoel Ignacio da Silva,

morador na rua do Poço, achão-se 300 bichos de seda em casulados e 200 em criação; como tambem oviculos, que elle distribuirá gratuitamente, por todas as pessoas que quizerem particularmente criar; e que, para melhor resultado, vai estabelecer-se nesta villa uma sociedade denominada — *Sociedade Industriosa da Criação do Bicho da Seda.*

Tratava-se por emquanto da propaganda para a industria, com prova pratica de que ella era viavel, porque a materia prima alli estava á mostra; preciso era achar quem á criação do bicho da seda se entregasse, offerecendo-se os primeiros para a reprodução e as instrucções para o cultivo, tudo gratuitamente. Não se menciona, por ora, o nome do propagandista da nova industria que, se obtivesse desenvolvimento, seria uma fonte magnifica de renda para a nossa terra.

Parece que ao propagandista faltavam capitaes, pelo que resolveo elle fundar uma sociedade que tomasse a si o desenvolvimento da criação e talvez a fundação da fabrica, de futuro certo e grandioso.

Na edição de 18 de Abril, n.º 10 do jornal, se encontra o seguinte — Aviso — :

> « Todas as pessoas que quizerem concorrer para o estabelecimento da — *Sociedade Industriosa da Criação do Bicho da Seda* — afim de estabelecer-se uma escola onde possão os brazileiros exercitarem-se neste precioso ramo de industria, declarem-se pela typographia, ou dirijão-se ao Padre João Luiz Pereira, socio morador nesta villa, rua da Matriz n.º 19; e logo que hajão 12 socios, se reunirão para adoptarem o methodo que julgarem mais conveniente para o estabelecimento da criação do bicho da seda.

Apparece o nome do fundador da industria que, até então, se conservava modestamente occulto, apenas noticiando a distribuição gratuita dos causulos e as licções praticas para quem se quizesse utilisar dessas. O Padre João Luiz Pereira, parece que portuguez, era o esforçado autor desse melhoramento tão judiciosamente encaminhado.

Sua iniciativa achou apoio; tanto que, na edição de 26 de Abril, se lê o seguinte, sob o titulo — Industria:

> « Installou-se, 2.ª feira, 23 do corrente, a *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional*, nova denominação que adotarão os membros da que foi annunciada no Federalista n.º 16, debaixo do titulo de—*Sociedade Industriosa da creação do bicho da seda*—Mais de 30 socios concorreram para sua formação e na 1.ª sessão foram eleitos os empregados seguintes:
>
> O Revr.do Snr. João Luiz Pereira, Presidente; Adolpho Emilio, Vice Presidente: José do Rego Barros, Secretario supplente; João Baptista Lima, Thezoureiro.
>
> Procedeu-se a nomeação de uma commissão encarregada da redacção dos estatutos e foram nomeados os socios João Pedro Correa Junior, Adolpho Emilio e Felippe Chilque».

A semente boa estava lançada e, com bom fundamento, era de esperar que fosse bem aproveitada, tratando-se de industria nova, com os melhores elementos de resultado.

Succedeo a esse tempo a revolução chamada — a Cabanada — que trouxe perturbação seria da ordem publica; a associação nascente soffreu com o embate desta, tanto que, na edição de 5 de Maio, se lê o seguinte — Aviso —:

> « Por causa dos ultimos acontecimentos, a *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional* nãc se poude reunir; portanto todos os socio ssão prevenidos que haverá reunião no dia segunda feira, 7 de Maio, ás 3 horas e meia da tarde».

Essa reunião se realisou e foi sessão de grande proveito para os fins da sociedade; achão-se as resoluções tomadas na edição de 12 de Maio, com indicios de que a ideia da industria estava bem acceita e acharia realisação.

Sob o titulo de — *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional*, foi publicado o seguinte:

« No dia 7 de Maio, segunda feira, teve lugar a 2.ª sessão da sobre dita Sociedade, cujos estatutos, redigidos por uma commissão de 3 membros, foram lidos e depois de algumas modificações approvados. Um dos assumptos de discussão foi a entrada e quota mensal; resolveo-se que para facilitar a todos os meios de entrar para a Sociedade, aquella constaria da modica somma de 1$000, convidando-se os membros mais abastados a contribuir com uma extra-quantia, visto a necessidade d'um fundo sufficiente para dar principio a tão salutar instituição: a quota mensal foi fixada em 400 reis, somma diminuta, que a ninguem pode fazer falta no decurso d'um mez; foi tambem resolvido, que no caso que alguns socios, depois de convidados pela imprensa, tivessem motivos de auzentar-se elles dessem parte ao Secretario para o fazer constar á Sociedade. A impressão dos estatutos foi approvada; procedeo-se depois a escolha d'um director que recahio sobre o Snr. Felippe Chilque, por ter previamente administrado o jardim botanico de Olinda e por conseguinte ser instruido em botanica; e o Sr. Manoel Ignacio foi encarregado da criação do bicho da seda, por já ter pratica nessa occupação. Teve lugar a leitura do seguinte discurso apresentado pelo Snr. Chilque:

PROPOSTA

Ill.mos Snrs. presidentes e socios. — Fundado na experiencia, venho por meio desta fazer algumas advertencias sobre a localidade d'um terreno para viveiro das plantas de especiaria e outros que se podem naturalisar, assim como dos vegetaes exoticos pertencentes á hortaliça, suas sementes e rebentões, e os meios de os fazer prosperar e multiplicar.

Sendo de alta importancia tomar em consideração o estabelecimento d'um viveiro, lembrarei a Sociedade as seguintes considerações:

1.ª o solo; 2.ª a situação; 3.ª a exposição; 4.ª a qualidade das aguas que sirvão para regar as novas plantas; 5.ª a distribuição propria para as differentes familias de plantas; 6.ª a extensão do terreno; 7.ª a sua fertilidade; 8.ª o modo mais proprio de o cultivar; 9.º a segurança d'um bom cercado, e 10.ª a futura applicação dos productos.

Devo lembrar igualmente aos Ill.mos socios a escolha d'um bom agricultor, capaz de se encarregar da creação de todas as plantas mais mimosas que sejão, e de lhes apresentar uma relação, em que garanta bem, prove o progresso ou prove a inutilidade de qualquer ramo de cultura que a Sociedade tiver em vista; observarei tambem que o Director deve ser robusto, activo e laborioso, tendo ao menos uma instrucção elementar e já tendo se occupado de trabalhos agricolas, desenvolvendo uma propenção para a mesma producção. E' ainda necessario que tenha uma indole propria para dirigir os trabalhadores empregados nos trabalhos mais mimosos, que sua probidade seja reconhecida e que uze da maior paciencia para com as plantas exoticas.

Conformando-se ao exposto, não ha duvida alguma que um viveiro poderá prosperar e em breve offerecer, pelos cuidados e contribuições desta sociedade, á Provincia, um Jardim Botanico, que bem recompensará os sacrificios de seos generosos promotores, fazendo a felicidade de muitos individuos hoje desgraçados, e dando uma nova prova ao mundo da fertilidade desconhecida do clima mais fertil do Universo. *Felippe Chilque*».

Depois dessa leitura nomeou-se uma commissão para observarem um terreno proprio para cultura das plantas exoticas: forão eleitos o Rdo. Snr. João Luiz Pereira, o Sr. Felippe Chilque e o Sr. Major Pedro Correia. A mesma commissão foi encarregada de procurar uma casa com os commodos e proporções proprias para a creação do bicho da seda; e é d'esperar do zelo, conhecimentos,

interesse que a mesma commissão toma pelo progresso da Sociedade, que preencherá satisfactoriamente os fins para que foi nomeada.

O Snr. João Baptista Lima, thezoureiro effectivo, que muito zela nos interesses da Sociedade, convida todos os socios alistados e que ainda houverem de alistar-se hajão de dar-se ao pequeno trabalho de enviar á casa de sua residencia, tanto as quantias de suas entradas, e quotas mensaes, como as demais que lhes sugerir o seu patriotismo e desejo de prosperidade e futuro proveito de tão util instituição ».

Tal é o transumpto dessa notavel reunião da *Sociedade Promotora da Industria Nacional;* infelizmente é a unica publicação do que nós chamariamos hoje — a acta dos trabalhos, theoria e preliminares dos trabalhos praticos a que se deveria entregar.

O discurso do Snr. Felippe Chilque envolve programma muito promissor para o emprehendimento a que a Sociedade se ia entregar; vejamos as noticias que nos traz o jornal de onde extrahimos a narração, nos numeros seguintes.

Na edição do *Federalista Alagoense,* de 30 de Maio, vêm publicados os estatutos da *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional;* não sei explicar porque razão só se começou a publicação do artigo 8.º, titulo 3.º, com a nota de—continuação dos estatutos, deixando de ser dados a publico os primeiros artigos, os mais interessantes que nos deixariam saber quaes os fins da Sociedade.

Os que encontrei se referem aos empregados e suas obrigações, pelo que deixo de os transcrever, por não despertarem interesse algum; o artigo 8.º dispõe que: haverá um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretario e um Supplente, um Thezoureiro, um Fiscal, um Director das plantações e um socio encarregado da criação do bicho da seda, sendo estes dois empregados pagos pela Sociedade e todos serão tirados dentre os mesmos e nomeados em eleições distinctas, á pluralidade de votos dos socios presentes.

O artigo 14 indica as funcções do Director, entre as

quaes merecem registro as dos: § 1.º: escolher um terreno proprio para a cultura das sobremencionadas plantas; mandar preparal-o e pôl-o em estado de receber as varias sementes e rebentões que se poderem obter. § 3.º Responsabilisar-se pelas ferramentas e utensilios que pelo thezoureiro lhe forem entregues, afim de proceder á cultura das plantas e roçado do terreno. § 4.º Ter um livro á custa da Sociedade, rubricado pelo Presidente, intitulado—Jornal do Director das plantações da *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional* — em que lançará a despeza diaria dos trabalhos, a recepção e distribuição das sementes e plantas e assentará suas observações sobre o augmento ou decadencia dos vegetaes por elle cultivados. § 5.º Receber do socio encarregado da criação do bicho da seda, os casulos que se obtiverem e separar, por um procedimento chimico, quaesquer materias hecterogeneas e glutinosas da seda, que deverá apresentar prompta para a venda.

Ha mais o artigo 15: ao socio encarregado da criação do bicho da seda, compete augmentar em quanto puder o numero dos bichos, afim de pôr a criação n'uma escala maior possivel e ser cuidadoso em ajuntar os casulos e entregal-os brutos ao Director.

O artigo 23 dispõe: as funcções dos empregados durarão 3 mezes, podendo todavia ser reeleitos; mas as do Director e do encarregado da criação do bicho da seda serão permanentes.

Ao ler os artigos dos estatutos acima transcriptos, conhece-se ao primeiro exame que a *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional*, com semelhante programma, era inviavel.

A tarefa a que se impoz exigia capital não pequeno e não comportava a organisação que lhe deram; tantos trabalhos ao mesmo tempo pediam a concentração dos serviços em uma só direcção, immediata e constante assiduidade de empregados subordinados e ser bem remunerado o director dos serviços. Uma associação com os estatutos de que demos os artigos acima não poderia ter exito, principalmente com a contribuição dos socios nas modicas proporções de 1$000 de entrada e 400 reis de mensalidade.

O inicio fôra a propagação do bicho da seda e a isto

se deveriam limitar e nunca formular o plano de grandes plantações, o que só poderia ser feito como ampliação do programma; logo em principio da organisação da sociedade, sem capital, contando apenas com a boa vontade dos socios para a obtenção de lucros, não era pratico.

Não obstante, encontrei indicios de que a associação viveu embora a falsa orientação dos seus fundadores.

Na edição de 30 de Junho, está publicado o seguinte officio:

> « Foi-me bastante satisfactoria a noticia da installação dessa *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional,* assim como o honroso convite que se dignou dirigir-me e que, apezar de conhecer a inopia dos meos conhecimentos, não posso deixar de acceder, visto a utilidade de seus objectos e o desejo de concorrer com o meo fraco contigente a todos os fins de interesse publico.
>
> Resta-me deprecar a communicação dos seos estatutos para inteiro conhecimento dos meos deveres e felicitar essa Sociedade pelos seus patrioticos e philantropicos fins. Deus Guarde a V. M. M. Palacio do Governo, 20 de Junho de 1832. »
>
> Snrs. Presidente e Secretario da *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional. Manoel Lobo de Miranda Henriques.*

Não pude saber para que cargo fôra eleito o Presidente da Provincia; provavelmente o nomearam presidente de honra como é de uso actualmente para as altas autoridades.

Ou então, conhecendo a fraqueza das forças para o vasto emprehendimento, a directoria se achegava ao governo para obter auxilio que lhe amparasse a decadencia ou impossibilidade de viver.

E assim parece porque, logo na edição de 5 de Julho, se lê o seguinte—Aviso:

> « O Presidente da *Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional* desta villa, faz scientes os socios em geral, que elle espera e de-

preca sua assistencia no dia 10 do corrente, segunda-feira, ás 3 horas e meia da tarde, e na salla ordinaria de suas sessões, tornando-se urgente a nomeação de novos empregados ».

Não está assignado o aviso e parece que o Presidente é ainda o Padre João Luiz Pereira, que supponho continuar a lutar sosinho na empreza de que fôra fundador; tanto que, na edição de 4 de Agosto fazia inserir este outro — Aviso:

« Roga-se aos Snrs. socios da *Sociedade Promotora da Industira e Agricultura Nacional* queirão, sem falta, acharem-se no dia 6 do corrente, segunda-feira, ás 6 horas da tarde na rua da Boa-Vista, quasi junto a José dos Prazeres, em casa de Felippe Chilque, para se proceder a nomeação dos novos empregados da mesma Sociedade, e juntamente tratar-se de certos negocios, que muito interessão á referida Sociedade. *João Luiz Pereira*, Presidente.

Este aviso está assignado; supponho que a Sociedade ia arrastando vida precaria pelo abandono dos socios. Succedera o que ainda hoje presenciamos com associacões em nossa terra: á administração se confiam todos os poderes e ella administra como lhe é possivel sem que os associados se queiram dar ao encommodo, ao menos, de comparecer ás sessões. Difficuldades supervenientes, providencias que interessam á propria vida da associacão devem ser resolvidas umas, tomadas outras pelos dirigentes; se definha e morre, os socios se não movem, deixando que as cousas corrão sem a menor coparticipacão delles.

Era um appello ainda aos socios para que não deixassem falhar a tentativa que os fundadores sabiam quão util e de reaes vantagens seria para os industriaes da seda e para a propria villa, enrequecida com esse precioso ramo de negocio.

Já era o Presidente quem convocava os socios, não como das outras vezes; parece que esse estava já desanimado e sabia que a empreza estava morta. Se lhe sobrára capital para criar bichos e mesmo fabricar amostra da seda, a

industria exigia campos de cultura, arvores de alimentação do bicho, a separação dos casulos colhidos no tempo proprio, a casa apropriada para a purga dos casulos, como recommendam os entomologistas, as machinas para o desdobramento do fio e as de tecelagem da seda, tudo isto acompanhado do ensino technico e dos operarios experimentados nas diversas operações necessarias, quer á educação dos bichos da seda, quer ao aproveitamento do precioso e delicadissimo fio por elle enrolado ao redor do proprio corpo para o proteger na metamorphose de verme em borboleta; tudo isto que é complicado e dispendioso exigia capitaes que os fundadores não tinham e os socios congregados parece que muito menos. D'ahi se não reunirem nem poder ir a empreza adiante, apezar das convocações para sessões que nunca se realisavam.

O Padre João Luiz Pereira era obstinado; a convicção de que o bicho da seda era uma fonte de riqueza fazia com que elle teimasse na continuação do cultivo do precioso insecto. E muito possivel que essa criação dos bichinhos fosse para elle uma boa distração, ainda quando ninguem quizesse prestar attenção ao seu laborioso entretenimento, convencidos talvez de que aquillo não passava de mania inoffensiva.

Como se tinham desvanecido os seus desejos de dar desenvolvimento á industria por meio dessa malfadada *Sociedade Industriosa da criação do bicho da seda*, transformada com enthusiasmo em—*Sociedade Promotora da Industria e Agricultura Nacional*,—como se valesse pomposo titulo mais do que a tradicção do enthusiasmo de que estavam possuidos os fundadores na memoravel reunião de 23 de Abril de 1832, como ninguem quizesse confiar nas promessas da nova industria, o Padre fez tarefa de cenobita: encerrou-se no seu sitio do Poço e continuou a trabalhar sosinho.

Prova d'isto nos dão os documentos que passo a transcrever, eloquentes, para documentar o que acabo de expor.

Dois annos depois, em 1834, o *Federalista Alagoense*, de 2 de Agosto inseria os seguintes officios:

« Ill.mo e Ex.mo Snr. Constando que nessa Provincia existem os insectos denominados bichos da

seda, e devendo de sua descoberta e propagação rezultar vantagens a industria e commercio do Paiz: a Regencia, em Nome do Imperador, manda remetter-lhe dois casulos dos ditos bichos. Ha por bem que V. Exa. expeça as convenientes Ordens afim de serem ahi procurados iguaes, e envie a esta Secretaria d'Estado uma porção delles, no cazo de apparecerem: cumprindo que apenas apanhados sejão mettidos em agoa a ferver por oito, ou dez minutos, e posto a enchugar; bem como que venhão acompanhados de uma informação a respeito, declarando-se os lugares em que os ha, os arbustos, ou arvores, de cujas folhas se alimentão, e se será facil a sua propagação em casa, mediante alguma gratificação a quem os criar. Deos Guarde a V. Exa. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1834. Camargo ».

Logo a seguir este outro officio:

« Tendo recebido do Exmo. Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio o Aviso, cuja copia remetto a V. Mce. exigindo informações a respeito de existir nesta Provincia o bicho da seda como lhe constava; e remettendo-se dois casulos de taes bixos para serem confrontados com os que por ventura aqui apparecerem, afim de conhecer-se se são semelhantes; eu os remetto a V. Mce. pedindo-lhe queira transmittir-me as informações, que exige o Governo no mencionado Aviso, porque me asseverão que V. Mce. muito curiosamente tem procurado, e possuido taes bichos, criando-os mesmo, e até que amostras de fio de seda tem extraido e patentiado. Todos os esclarecimentos, que V. Mce, houver de dar a semelhante respeito, alem de cumprir uma ordem do Governo serão reputados como mui prestante serviço, feito ao nosso Brazil que tão caro lhe é: e seu nome ficará recommendado ao Governo, e quem sabe se á Posteridade. Deos Guarde a V. Mce. Palacio do

Governo das Alagoas, em Porto de Pedras, 4 de Abril de 1834. *Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo.* Snr Reverendo João Luiz Pereira».

Estes dois officios são eloquentes para o assumpto de que se trata: o Dr. Antonio Pinto Chichorro da Gama fôra Presidente da Provincia, tendo a governado de 26 de Novembro de 1832 até 6 de Julho de 1833; foi o sexto Presidente de Alagoas e morreo com 87 annos de idade em 1887.

Devia portanto conhecer a existencia do bicho da seda e a tentativa do Padre João Luiz Pereira em desenvolver a industria que elle já introduzira com a criação do bicho; é possivel que elle houvesse visitado a plantação das arvores de cujas folhas o bicho se alimentava, assim como os ovulos em que os germens se desenvolviam, recebendo todas as explicações sobre o assumpto. E' provavel que as achasse originaes e houvesse animado o Padre a proseguir nos seus intuitos promettendo auxilio do governo para tão util industria, da maior relevancia para o futuro do paiz.

Sendo Ministro do Imperio e mostrando-lhe alguem os dois casulos, lembrou-se do Padre e da sua paciente mania e expedio aquelle Aviso ao Presidente para demonstrar que já se tratava do desenvolvimento da criação no Brazil.

Podemos avaliar agora, apóz noventa e tres annos passados qual foi a surpreza, quaes as esperanças do Padre João Luiz Pereira ao receber esse officio do Presidente da Provincia e a copia do Aviso do Ministro. A alma do Padre se abriu em justo orgulho por comprehender que seu esforço não estava perdido, tanto que merecera a attenção do Ministro do Imperio em pedir informações sobre aquillo que elle ha longos annos vinha affirmando ser uma industria, fonte de riqueza para o Brazil.

Se ainda actualmente uma lembrança do governo sobre informações de qualquer empreza levanta um mundo de esperanças, quanto mais a'quelle tempo, n'uma quadra de commoções intestinas, em que a attenção do governo da Regencia estava preocupada com a revolução que ameaçava diversos pontos do Imperio, parecendo se alastrar por toda parte, ameaçando a hegemonia do vasto Imperio que se de-

clarara independente de Portugal, tendo deposto o primeiro Imperador, filho desta nação.

O Governo Imperial a pedir informações do bicho da seda, ha tanto tempo criado pelo Padre João Luiz Pereira! O Presidente da Provincia a enaltecer o trabalho do obscuro e perseverante criador, considerando-o «um serviço prestante feito ao Brazil, capaz de levar o nome desse trabalhador á Posteridade!

Não havia motivo senão para se julgar orgulhoso o Padre com tanta honraria, fazendo-o certo de que d'ahi em diante a cultura do bicho da seda estava assegurada e com esta a fortuna da industria, porque o Governo Imperial resolvera tomar a si o seu desenvolvimento.

Havia motivo mais poderoso para alegria desse modesto e paciente trabalhador, como veremos da sua resposta, tambem publicada: os casulos que o ministro mandava como amostra, a ver se os de Maceió lhe eram iguaes e provavelmente por serem de superior qualidade, haviam sido criados por elle Padre, eram producto dos seus viveiros e fora elle quem os remettera para o Rio de Janeiro, de onde voltavam como preciosos e superiores aos que elle tão pacientemente educára. Não podia ser mais completa a victoria e elle traduz o seu triumpho no officio seguinte, que dirigiu ao Presidente:

> Ill.mo e Ex.mo Snr. Remetto a V. Exça. os casulos do bicho da seda; e juntamente a declaração circumstanciada dos lugares aonde o há; e das arvores de cujas folhas se sustentam, como por officio de 4 de Abril me havia ordenado V. Exça., certificando no mesmo tempo, que os dois casulos vindos da côrte d'amostra foram remettidos por mim outr'ora; e offereço-me para promover a creação do mesmo bicho da seda, a fim de ser de alguma maneira util á Patria. Deus guarde a V. Excia. Villa de Maceió 1 de Maio de 1834. Ill.mo e Ex.mo Snr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Provincia. João Luis Pereira. Segue se a seguinte: — Informação circumstanciada acêrca do inseeto denominado bicho

da seda, contendo os lugares onde o ha e as arvores de cujas folhas se sustenta. Nos suburbios da Capital desta Provincia das Alagoas, nos arrabaldes da Villa de Maceió, no sertão do Panema, no lugar da Capella de Santa Anna (?) da mesma Provincia, ha o insecto denominado bicho da seda, da qualidade dos dois casulos, que d'amostra foram me remettidos, em 4 do corrente mez pelo Ex.mo Snr. Presidente desta Provincia das Alagoas, Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, acompanhado da copia do avizo de 25 de Fevereiro de 1834, expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio; e as arvores de cujas folhas se sustentam são as seguintes:— da arvore denominada ariticú do brejo, pela grande abundancia, da arvore burra-leiteira ou pau de leite, pelo muito leite, que em si tem; e esta arvore da burra-leiteira acha-se em abundancia nas margens dos rios, riachos, corregos, grutas, peis de oiteiros desta Provincia. Villa de Maceió 26 de Abril de 1834. *Padre João Luiz Pereira.*

A leitura deste officio e das informações prestadas permitte fazer considerações sobre a cultura do bicho da seda em Maceió, diante da revelação que sugere após os 93 annos de sua publicação.

Vê-se, atravéz das linhas do officio, quanto estava o seu auctor certo de que o Governo Imperial resolvera dar impulfo á iniciativa feita em Maceió; o Padre João Luiz Pereira saz sciente o Ministro de que os casulos remettidos para amostra foram por elle criados e enviados para a Côrte tambem para amostra; elles faziam parte talvez da remessa mandada em 1832, de que trata a carta transcripta no principio desta memoria e publicada no *Federalista Alagoense* de 11 de Abril desse anno, vista na fabrica de seda no Rio de Janeiro, ida de Maceió e julgada muito boa; talvez d,aquelles que, em annuncio do mesmo jornal, de 14 de Abril. havia dois annos passados, estavam, em numero de 300 e mais 200 em criação, na casa de Manoel Ignacio da Silva, para serem distribuidos gratuitamente a quem os quizesse propagar e educar.

Nesses dois annos ninguem tomára a serio a previsão do Padre João Luiz em introduzir no paiz essa riquissima fonte de industria; o homem persistente não havia desanimado com o insuccesso da tentativa e agora era o ministro quem perguntava se seria facil a propagação dos bichos em casa, mediante gratificação a quem os criasse. Era a victoria do sonho do patriota; elle a proclamava, nitida, em officio, de resposta e se offerecia para promover a criação do bicho precioso, para ser util á sua Patria.

Outra consideração resalta da informação prestada: ainda hoje ha a persuasão de que o bicho da seda se alimente exclusivamente das folhas da amoreira; se bem que esta arvore se desenvolva muito bem na terra de Alagoas, e eu tenho bons exemplares no meu pomar, suppõe-se que só a amoreira cria o bicho, parecendo uma dificuldade obter a arvore.

O Padre João Luiz desfaz essa supposição e cita outras arvores que a experiencia lhe provara serem excellentes para a alimentação do verme e criação dos casulos. O ariticú do brejo (corticeira) e a burra-leiteira ha em abundancia nos nos sos brejos, mattas e margens dos rios e riachos; espalham-se pela terra alagoana em profusão;são arvores nossas e geralmente conhecidas, proprias do nosso clima.

Não precisamos de ir buscar a amoreira, convencidos previamente de ser difficil cultiva-la entre nós e adapta-la á temperatura da nossa terra. E' somente transplantal-a ou preparar o campo onde ellas existem e educar os ovulos do bicho da seda que se podem adquirir em Santa Catharina onde se está desenvolvendo a industria ou na Europa.

Preciosa como é esta informação, colhida no anno de 1834, podemos affirmar que a cultura do bicho da seda é relativamente facil em Alagoas, porque temos arvores em abundancia onde elle se pode alimentar sem depender do eexclusivo plantio da amoreira, como geralmente se suppõe.

A investigação historica sobre a cultura do bicho da seda em Maceió, termina aqui; do Governo Imperial não veio solução alguma ao offerecimento do Padre Luiz Pereira. Debalde esperou elle proseguimento ao pedido de informações do Ministro, que não mais deo signal de si e talvez nem mais fosse o mesmo quando chegou ao Rio de Janeiro

a informação enviada pelo Presidente.

Não tenho mais noticia do Padre João Luiz nem dos preciosos casulos por elle educados; a industria morreo em começo e ninguem sabe que existio em Maceió, algum dia.

Devo declarar que, se desenterrei do archivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano estas noticias, não o fiz somente com o fim de trazer a publico uma velharia.

A industria da seda existe em diversos paizes, constituindo para esses fonte de grande riqueza; o paiz que a explora tem nella recursos fartos que muito concorrem para a riqueza publica.

A França dependia da India para a importacão da seda; o genio administrativo de Napoleão 1.º entendeo que sua patria podia ser exportadora dessa preciosa mercadoria. Mandou plantar amoreiras, importou os bichos da seda, os cultivadores destes, as machinas e os tecelões e hoje a França se não arrepende do gesto previdente do seo governante que lhe impoz essa notavel industria da qual ella se enriquece.

Nós temos um frisante exemplo de perseverança n'um ramo de industria congenere á da seda: o algodão.

O 14.º ouvidor, José de Mendonça de Mattos Moreira introduzio em Alagoas o plantio do algodão, quando em exercicio do cargo, de 1779 a 1798; um dos seos descendentes, o Commendador José Antonio de Mendonça, Barão de Jaraguá, montou a fabrica de tecidos em Fernão Velho, para aproveitamento da fibra dessa planta; a fabrica arrastou vida modesta desde 1857 a 1907, justamente meio seculo para tomar novo impulso e chegar á prosperidade de hoje.

Durante 173 annos o algodão veio a se tornar a 2.ª fonte de renda para Alagoas e actualmente se contam seis fabricas de tecidos de algodão no Estado, com capital que excede a dez mil contos de reis.

Se a tentativa do Padre João Luiz Pereira houvesse vingado, podemos affirmar que a seda seria a principal industria de Alagoas, dando lucros apreciaveis ao capital, aos operarios e ao Estado.

O que se não fez a essa epocha pode ser renovado com vantagem, agora, se alguns dos nossos capitalistas ou pequenos capitaes reunidos em sociedade, quizerem se dedi-

car a essa industria nova em nosso paiz, ainda não existente em nosso Estado, mas velhissima no mundo como fonte certa de grande riqueza.

Que o clima e a terra se prestam ao cultivo da materia prima, o exemplo de 1832 é prova eloquente; porque não tentar de novo quando existe um só embaraço ao esforço de outr'ora, causa do sossobro da empreza?

Leite e Oiticica.

ACTAS

das sessões do

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

3.ª SESSÃO ORDINARIA DO ANNO DE 1909.

Presidencia do Snr. Dr. Diégues Junior.

Aos 13 dias do mez de Abril do anno de 1909, pelas sete horas da noite, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Snrs. Diégues Junior, Gouveia, Costa Leite, Joaquim Loureiro, Francisco Aguiar, Virgilio Antonino, Julio Auto, Alvaro Rego, José Avelino e Francisco Isidoro, havendo numero legal, o senhor Presidente declarou aberta a sessão.

Pelo senhor 1.º Secretario, Dr. Costa Leite foi lida a acta da sessão anterior, que, posta em discussão, foi approvada. Em seguida deu conta do seguinte expediente:

OFFERTAS: — Pela Sociedade Nacional de Agricultura, um exemplar do livro *A canna e o assucar nas Antilhas*, por M. A. Santos Dias, editado na Imprensa Nacional, 1909; *O Boletim da mesma Sociedade*, tratando da exposição de flores na Capital Federal, n.º 1, anno 12; Pelo Exmo. Snr. Coronel José Miguel de Vasconcellos, vice-governador do Estado em exercicio, um exemplar do *Atlas dos Estados*

Unidos do Brazil, organisado pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, editado em 1908; Pelas respectivas redações os jornaes, *Gutenberg*, *Tribuna*, *Jornal de Alagôas*, *Correio de Maceió*, *O Monitor* e *A B C*, editados nesta capital, e o *Jornal do Brasil*, *Diario do Commercio* e *a Imprensa*, da Capital Federal e o *Jornal do Recife*, da cidade deste nome, Estado de Pernambuco; Pelo Dr. Costa Leite um exemplar do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, n.º 65, de 6 de Março do corrente anno, contendo um artigo sobre a revolução pernambucana, em 1817.

CORRESPONDENCIA: — Um ofticio do senhor secretario do Interior, Coronel Manoel Laurindo Martins Junior, acompanhando um exemplar do *Atlas dos Estados Unidos do Brazil*, organisado pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, offerta do Snr. Vice-governador do Estado; Pelo Coronel Francisco Domingues da Silva, socio correspondente, accusando o recebimento do officio em que o Instituto agradece as valiosas offertas por elle feitas ao mesmo Instituto; Pelo consocio Dr. Joaquim Goulart de Andrade, uma carta, accusando a remessa de publicações relativas a exposição do Rio de Janeiro, das quaes faz offerta ao Instituto.

Nada havendo a tratar-se na primeira parte da ordem do dia passa-se a 2.ª parte.

PARECERES DE COMMISSÕES: — Foi lido o parecer assignado pelo Snr. Dr. Julio Auto, relator, e Dr Virgilio Antonino, opinando que seja admittida a discussão para ser approvada a proposta dos Snrs. Costa Leite, Joaquim Loureiro e Diegues Junior, para que seja acceito socio effectivo deste Instituto o Dr. Luiz de Mascarenhas, secretario da Junta Commercial e advogado no fôro desta cidade, sendo dispensado de joia em attenção a valiosa offerta do *Diario das Alagôas* de que foi redactor-chefe na sua ultima phase. O parecer foi approvado por unanimidade de votos pelo que foi proclamado socio effectivo do Instituto o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas. Em seguida é lido o parecer da commissão de que foi relator ainda o mesmo consocio Dr. Julio Auto, assignado tambem pelo Dr. Virgilio Antonino, opinando que seja acceita a proposta do senhor 1.º Secretario perpetuo para que sejam elevados á cathegoria de socios honorarios os socios fundadores Conego Antonio Procopio

da Costa e o Commendador Tiburcio Valeriano de Araujo a cujos trabalhos não podem comparecer por sua idade avançada. Foi approvada a proposta requerendo o Snr. Dr. Virgilio Antonino que se inserisse na acta a deliberação do Instituto em homenagem aos relevantes serviços prestados por tão distinctos e venerandos consocios. Foi approvada a indicação, sendo resolvido que os titulos dos socios agraciados fossem uma mensagem a elles dirigido e assignada pela meza, communicando essa resolução; Pelo Snr. Dr. Virgilio Antonino foi lido o seguinte parecer: A commissão abaixo assignada, estudando detidamente a proposta junta do consocio José Avelino Silva, é de parecer que seja acceita, ampliando-se a mesma proposta no sentido da acquisição das producções litterarias de Ignacio de Barros Accioly, Ignacio Passos, Padre Manoel Amancio das Dores Chaves e outros poetas alagoanos, tambem dignos e merecedores de nossas homenagens. Estava assignado pelo relator e pelo consocio Dr. Julio Auto, membros da commissão de publicação da Revista.

Submettido a discussão, declarou o Sr. José Avelino, que já havia algum trabalho no sentido de aproveitar as producções litterarias de alguns dos nossos patrícios, devido ao esforço e dedicação do nosso consocio Moreno Brandão, residente na cidade de Penedo. Foi approvado o parecer, unanimemente.

Foi lido o parecer da commissão encarregada de estudar a proposta do consocio Joaquim Loureiro, para que seja admittido na classe dos socios effectivos o socio correspondente Padre Eloy Brandão, lente de philosophia e historia no seminario episcopal por ter fixado residencia nesta cidade.

Foi approvado por unanimidade, estando o dito parecer assignado pelo Dr. Julio Auto, relator, e Dr. Virgilio Antonino; pelo que foi proclamado socio effectivo o socio correspondente Padre Eloy Brandão. Não havendo nada mais a tratar na 2.ª parte passa-se a 3.ª parte: Leituras de memorias, de documentos e apresentação de trabalhos. O senhor secretario-perpetuo, Dr. Costa Leite, lê uma interessante memoria sobre antropologia, promettendo continuar na sessão seguinte.

Por nada mais haver a tratar levanta-se a sessão, lavrando-se a presente acta. Eu Joaquim Ignacio Loureiro 2.º secretario, a subscrevo.

Approvada em sessão de 27 de Abril de 1909.

4.ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO, EM 27 DE ABRIL DE 1909.

Presidencia do Exmo. Snr. Dr. Diégues Junior.

Aos 27 dias do mez de Abril de 1909, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Cel. Americo Guimarães, Conego João Machado e José Avelino, havendo numero legal, abre-se a sessão.

O senhor 1.º secretario perpetuo declara, que se acha na antesala o consocio novamente eleito o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas, pelo que requereu que, se nomeasse uma commissão para dar ingresso ao novo consocio no recinto das sessões afim de ser recebido na forma do regulamento.

Foi nomeada a commissão sendo composta dos consocios Coronel Americo Guimarães e José Avelino. Ao apresentar-se o novo consocio, o senhor 1.º secretario dirigiu-lhe na forma do regulamento as saudações pela sua merecida eleição, depois do que o novo consocio proferiu brilhante oração em que, manifestando seu reconhecimento pela sua eleição, hypotecando sua vontade no sentido de prestar ao Instituto os serviços compativeis com os seus conhecimentos e sua dedicação. Respondendo ao novo consocio, o Snr. Conego João Machado, pronunciou um eloquente discurso, por se achar fora do exercicio o orador effectivo, o Dr. Joaquim Diégues, por motivo de molestia, e em serviço profissional fora da cidade o seu substituto, Dr. Virgilio Antonino.

Depois de tomar assento o novo consocio foi lida a acta da sessão anterior, a qual foi approvada sem contestação.

O Snr. 1.º Secretario deu conta do seguinte expediente Officio do Dr. Luiz de Mascarenhas communicando estar sciente de sua eleição para socio effectivo deste Instituto e que desejava tomar posse na sessão de hoje. Officio do consocio José Avelino acompanhando a offerta de diversas publicações para a bibliotheca do Instituto. Carta do R.mo Padre Eloy Brandão, accusando o recebimento da communicação de sua eleição para o cargo de socio effectivo desejando tomar posse na sessão de hoje.

OFFERTAS:—Pelo consocio José Avelino Silva as seguintes: *Os Enigmas do Universo, Religião e Evolução, Origem do Homem, A Descoberta do Brazil,* por Faustino da Fonseca; *Camões, Ephoca e Vida,* por Theophilo Braga; *O Nosso Pezame de Irmãos,* discurso proferido pelo Conego Senna Freitas por occasião da sessão da Sociedade de Geographia de Lisbôa em signal de pesar pelo desastre do Aquidabam. Pela referida redação o n. 11, anno 1.º, da *Revista da Associação Commercial de Maranhão,* orgão do commercio industria e lavoura. Pela direcção o n. 33 do volume XIV, anno XIV, da *Revista do Instituto Historico da Bahia.*

Pelo Snr. Major Antonio Murta um exemplar do *Estado do Pará na Exposição de 1908,* organisada pelo General Jacques Ouriques, presidente da commissão Paraense.

Pela meza da Camara dos Deputados estaduaes, os annaes da segunda sessão ordinaria do anno de 1908 — Estado de Alagoas. Pelas redacções os jornaes — *A Imprensa, Jornal do Brazil e Diario do Commercio* da Capital Federal; *Jornal do Recife,* da cidade do Recife; *Jornal de Alagôas, Correio de Maceió, A Tribuna, Gutenberg,* e os periodicos *A B C* e *Axucrim,* todos desta Capital; Pelo Snr. Coronel Francisco Domingues da Silva administrador dos Correios do Pará e socio correspondente deste Instituto, um exemplar do opusculo *A Federação* da cidade de Belem do Pará, estudos e documentos para execução da grande téla historica pintada por Theophilo Braga e encommendada pelo Intendente de Belem do Pará. Passa-se a 1.ª parte da ordem do dia.

O senhor presidente declarou que pensou interpretar o sentimento do Instituto associando-o as justas manifestações

tributadas por toda Nação ao benemerito Barão do Rio Branco, mui justamente reputado um patrimonio nacional e por isso dirigiu a S. Excia., no dia 20, o seguinte telegramma: «*O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, saúda V. Excia. singular exemplo civismo». Foi approvado e acceito. Em seguida declarou, que por motivo justificado deixou de comparecer para tomar posse do cargo de socio effectivo o Snr. Padre Eloy Brandão, bem como teve communicação do Snr. Dr. Virgilio Antonino de que foi por exigencia de sua profissão de advogado ausentara-se da cidade, não podendo assim comparecer a sessão, esperando que o consocio Snr. Conego João Machado o substituiria, no cargo de orador; Pelo Snr. Conego João Machado e Professor Loureiro foi apresentada a proposta do Reverendissimo Padre Manuel Ribeiro Vieira, lente do Lyceu Alagoano, para socio effectivo do Instituto. Na forma do Regimento foi á Commissão especial composta dos consocios Dr. Luiz de Mascarenhas, relator, Coronel Americo Guimarães e José Avelino. Não havendo pareceres de commissão para serem discutidos na 2.ª parte, passa-se a 3.ª

Leituras de memorias, documentos e apresentação de trabalhos. O Snr. Dr. Costa Leite, 1.º secretario-perpetuo, continuou a leitura do seu trabalho sobre antropologia promettendo continuar na sessão seguinte, se os seus affazeres o permittirem.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, lavrando eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, a presente acta.

Approvada em sessão de 11 de Maio de 1909.

5.ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

Presidencia do Exmo. Snr. Dr. A. de Gouveia, 1. vice-presidente

Aos 11 do mez de Maio de 1909, no salão de honra do

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Snrs. Drs. Antonio de Gouveia, Costa Leite, Julio Auto, Francisco Isidoro, Luiz de Mascarenhas, havendo numero legal, abriu-se a sessão occupando o lugar de 2.º secretario o supplente Dr. Julio Auto por não ter podido comparecer por incommodo de saúde o effectivo. Lida a acta da sessão anterior, foi ella approvada sem contestação. O senhor 1.º secretario-perpetuo deu conta do seguinte expediente:

Circular da *Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro* communicando a sua resolução de promover o Primeiro Congresso de Geographia Brazileira e pedindo a adhesão do Instituto.

OFFERTAS — Pela respectiva direcção o *Boletim da Directoria da Agricultura, Industria, Viação e Obras Publicas*, da Capital Federal, um exemplar, contendo os n.os 4 a 6, anno VI, volume XII; Pela respectiva redacção um exemplar da *Revista de Estudos Psychicos*, consagrada ao animismo e espiritismo espirimental, n.os 6, e 7 (Novembro Dezembro) — 4.º anno — 1908; Pela Directoria Geral de Estatistica o *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional* de 1908; Pela respectiva direcção o *Boletim da Propriedade Industrial*, publicação mensal a cargo da Directoria Geral da Industria, n.º XI, Anno II; Pelo auctor, o Senr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, um exemplar do *Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico do Estado de Pernambuco*, no anno de 1908; Pela respectiva Direcção o *Boletim do Museu Commercial do Rio de Janeiro*, n.º 1, anno 1.º; pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, um exemplar dos *Estatutos do Primeiro Gongresso Brasileiro de Geographia;* Pelas respectivas redacções: *Jornal do Brazil*, *Imprensa* e o *Diario do Commercio*, do Rio de Janeiro; *Jornal de Alagôas*, *Gutenberg*, *A Tribuna*, *A B C*, *Lumen*, *O Monitor* e o *Municipio* desta Capital; *Jornal do Recife*, Pernambuco; Pelo consocio Dr. Francisco Isidoro, um exemplar do jornal *São Paulo*, de 9 de Abril de 1907, com um artigo historico relativo á biographia de José Bonifacio, *o velho;* um exemplar d'*O Paiz*, de 4 de Maio de 1900, sobre o 4.º centenario da descoberta do Brazil; um *Almanak da Exposição Brazileira*, boletim concernente ao Brazil perante o mundo

1908 a 1909, por José Antonio de Araujo Vasconcellos; *Breve Noticia* sobre a estação agronomica de Alagôas, 1908; Discurso proferido pelo Dr. José Antonio Duarte no assentamento da 1.ª pedra do *Theatro 16 de Setembro* em 16 de Setembro de 1898; Dois cartões postaes commemorativos ao *1. centenario da franquia Commercial do Brazil* e um vale de 100 rs, *bronze*, da Casa da Moeda de Lisbôa, 6 de Agosto de 1891; *Pax* revista mensal do Gremio litterario Augusto Severo na cidade Natal, Junho de 1908 — Rio Grande do Norte.

PASSA-SE A ORDEM DO DIA

1.ª PARTE

Requerimentos, indicações e propostas. Pelo consocio Dr. Luiz de Mascarenhas foram apresentadas duas propostas para socios deste Instituto — sendo para socio effectivo o Dr. Alfredo de Maia, jornalista e advogado, residente nesta Capital, e para socio correspondente o Sr. Dr. José Accioly Peixoto, medico, residente no Muricy. As duas propostas foram á respectiva commissão para dar parecer.

Passa-se a 2.ª parte.

PARECERES DE COMMISSÕES — O Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas dá parecer no sentido de ser acceito e proclamado socio effectivo deste Instituto o Reverendissimo Padre Manoel Ribeiro Vieira, lente cathedratico do Lyceu Alagoano e senador estadoal. Posto a votos o parecer é approvado, sendo pelo senhor presidente proclamado socio effectivo do Instituto o Snr. Padre Manoel Ribeiro Vieira, a que se farão as respectivas communicações.

Passa-se a 3.ª parte da ordem do dia.

Leituras de memorias, documentos historicos e apresentação de trabalhos. O Snr. Dr. Costa Leite leu um trabalho sobre os ultimos estudos feitos acerca do 13.º movimento da terra. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão as 8 $^1/_2$ da noite. Para constar eu Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, lavrei a presente acta, que assigno

Approvada em sessão de 25 de Maio de 1909.

6.ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO EM 25 DE MAIO DE 1909.

Presidencia do Exmo. Snr. Coronel Americo de Almeida Guimarães.

Aos 25 dias do mez de Maio de 1909, ás 7 horas da noite, no salão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Snrs. Drs. Costa Leite, Luiz de Mascarenhas, Coronel Americo Guimarães, Joaquim Loureiro, José Avelino, Luiz Lavenére, havendo numero legal, abre-se a sessão sob a presidencia do Coronel Americo Guimarães, 2.º vice presidente. Foi convidado para occupar o logar de orador o Dr. Luiz de Mascarenhas por não terem comparecido por incommodo de saúde o effectivo e o seu substituto.

O Senhor 1.º secretario deu conta do seguinte expediente:

Circular da Secretaria do Instituto Historio e Geographico do Rio Grande do Norte communicando a posse da Directoria que tem de gerir o mesmo Instituto do anno social de 1909 a 1910.

OFFERTAS: — Pelas respectivas redacções: *O Lumen*, orgão da Federacão Espirita n.º 3, anno II; *A B C*, periodico litterario, *Gutenberg*, *Jornal de Alagôas*, *Correio de Maceió*, *Tribuna*, desta capital; *Jornal do Brazil*, *A Imprensa*, da Capital Federal; *Jornal do Recife*, de Pernambuco; Pelo Snr. Matheus de Albuquerque seu livro de versos intitulado — *O Visionario;* Pelo consocio Snr. José Avelino as producões litterarias do poeta alagoano Alves Amorim, collecionadas pelo Snr. Paulino Santiago, amigo do finado poeta.

O Senhor 1.º secretario communicou achar-se na antesala o socio effectivo Padre Eloy Brandão e pedio fosse nomeada uma commissão para dar-lhe ingresso no recinto.

O senhor presidente nomeou para desempenhar essa commissão os consocios José Avelino e Luiz Lavenére. Introduzido no recinto o novo consocio e saudado pelo 1.º secretario, pronunciou eloquente discurso em que demons-

trou a importancia dos estudos antropologicos e archeologicos, respondendo ao novo consocio em excellente oração o orador interino Dr. Luiz de Mascarenhas salientando a satisfação do Instituto em receber em seu seio um auxiliar tão valioso pela dedicacão ás lettras. Passa-se a 1.ª parte da ordem do dia:

Requerimentos, indicacões e propostas. Nada havendo a tratar passa-se a 2.ª parte da ordem do dia.

PARECERES DE COMMISSÕES — Não havendo pareceres algum sobre a mesa, passa-se a 3.ª parte: Leituras de memorias, de documentos historicos e apresentação de trabalhos.

O senhor 1.º secretario, Dr. Costa Leite, lê uma memoria sobre as theorias dos terremotos, sendo ouvido com muita attenção. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, ficando marcada a sessão seguinte para o dia 8 de Junho. Eu Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, lavrei a presente acta.

Approvada em sessão de 8 de Junho de 1909.

7.ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO EM 8 DE JUNHO DE 1909

Presidencia interina do Exmo. Sr. Dr. Francisco Isidoro.

Aos 8 dias do mez de Junho de 1909, ás 7 horas da noite, presentes os Senhores Costa Leite, Joaquim Loureiro, Francisco Isidoro, Virgilio Antonino, Eloy Brandão, Conego Machado e Luiz de Mascarenhas, havendo numero legal, abre-se a sessão, occupando a cadeira presidencial o Sr. Dr. Francisco Isidoro, socio mais antigo em idade, e a de orador o adjunto Dr. Virgilio Antonino. Pelo Snr. 1.º Secretario-perpetuo foi lida a acta da sessão anterior, a qual foi approvada. Em seguida deu conta do seguinte expediente:

OFFERTAS — Pelo Snr. Macario Romão, um exemplar

da *Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife*, anno XV — 1907; um exemplar da *Revista Maçonica*, n.º 2, anno 1; um exemplar do *Relatorio da Repartição dos Telegraphos*, apresentado em 1908 ao Ministerio da Viação, pelo Director Euclydes Barroso; um exemplar da *Revista do Brasil*, n.º 14, anno 3.º — publicada na Bahia; Pela papelaria e typographia de José Rodrigues, estabelecido em Bello Horisonte, um exemplar da *Chorographia do Municipio do Rio Pardo*, outro exemplar *Chorographico do Tremedal*, Estado de Minas Geraes, escripto especialmente para o *Album de Minas*, por Antonio da Silva Neves e publicados em 1908; Pelas respectivas directorias um exemplar do *Boletim da Directoria do Ministerio da Viação, Industria e Obras Publicas*, n.º 3 — vol. 13 — anno 8.º; um exemplar do *Relatorio da Directoria da Sociedade Previdencia Alagoana*, apresentado em 1909; Pelas respectivas redacções: *O Gutenberg*, *A Tribuna*, *Jornal de Alagôas* e o *Correio de Maceió*, publicações desta Capital; *A Imprensa*, *Jornal do Brasil*, da Capital Federal; *Correio do Recife*, do Estado de Pernambuco.

Terminando o expediente o Senhor secretario-perpetuo communicou acharem-se presentes o senhor Euclydes Celso da Silva, deputado estadoal, residente no municipio de Maragogy, e o Snr. Carlos de Abreu, jornalista, residente na Capital Federal, e presentemente nesta cidade a serviço do *Jornal do Brasil*, que honra o Instituto com a remessa de suas collecções. O Senhor presidente depois de dirigir aos illustres visitantes palavras de satisfação pela honra de assistirem ás sessões do Instituto nas qualidades de visitantes, convidou-os a tomar assento, em lugar reservado aos visitantes illustres. Passa-se a 1.ª parte da ordem do dia: Requerimentos, indicações e propostas.

O senhor secretario perpetuo apresenta a proposta do Sr. Euclydes Celso da Silva, agricultor residente em Maragogy, para socio correspondente deste Instituto. Na forma dos Estatutos foi a mesma proposta á commissão especia composta dos Srs. Padre Eloy Brandão, relator, Dr. Virgilio Antonino e Conego João Machado de Mello.

Passando-se a 2.ª parte da ordem do dia e não havendo parecer sobre a mesa, passa-se a 3.ª parte: Leitura de me-

morias, de documentos historicos, apresentação de trabalhos.

O Snr. Conego Machado de Mello lê uma memoria sobre a descoberta em Chapelle aux Saints pelos abbades Bonyssonie e Bardone e reproduz trechos da conferencia feita pelo 1.º dos dois sabios mencionados. Faz ainda algumas considerações no sentido de demonstrar não haver antagonismo entre a fé catholica e a verdade scientifica. Ao terminar foi cumprimentado pelos socios presentes. Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão, e para constar, eu Joaquim Ignacio Loureiro, 2.º Secretario, lavrei a presente acta.

Approvada em sessão de 2 de Julho de 1909.

INDICE

O DIA 16 DE SETEMBRO—saudação á Provincia das Alagôas—pelo C.el Pedro Paulino da Fonseca . . . . . pag. 105

O VOCABULO SUMAÚMA—sua origem, sua evolução—por Octavio Brandão . . . . . » 130

MEMORIAL BIOGRAPHICO—do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga—quarto periodo—pelo Dr. Leite e Oiticica . . . . . » 145

INVESTIGAÇÕES HISTORICAS—tentativa da introducção da industria da sêda em Maceió—pelo Dr. Leite e Oiticica . . . . . » 167

ACTAS—das sessões do Instituto . . . . . » 188

981.3005
IN
V.9

VOLUME IX — 1924 — ANNO 52

REVISTA

DO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

(FUNDADO EM 2 DE DEZEMBRO DE 1869)

COMMISSÃO DE REDACÇÃO :

Dr. Orlando Araujo.
Dr. Herminio Barroca.
Craveiro Costa.

São fins do INSTITUTO :

I—Colligir, trasladar e publicar documentos e tradições historicas de Alagoas ;

II—Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os;

III—Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de monumentos e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos ;

IV—Obter e conservar photographias e desenhos de monumentos que possam ter qualquer valor historico ;

V—Estudar a geographia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatistica ; .

VI—Auxiliar pelos meios ao seu alcance publicações litterarias ;

VII—Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se tornem conhecidos a riqueza e o adiantamento do Estado.

TYPOGRAPHIA FERNANDES
RUA DR. ROCHA CAVALCANTI, 57
MACEIÓ—ALAGOAS

Dr. Fernandes Lima

O INSTITUTO, na phase de renascença que iniciou com a sua definitiva installação, não póde, ao reapparecimento de sua Revista, esquecer o cidadão illustre que, no governo do Estado, amparou tutelarmente a aspiração que, por muitos annos, adejou como um sonho sobre as cabeças dos benedictinos que se consagraram a esta associação — accomodar-se condignamente e definitivamente em uma casa propria, onde os thesouros que possue ficassem para sempre resguardados.

A' collaboração assidua e patriotica do Sr. Dr. José Fernandes de Barros Lima, á generosidade de seu governo, deve o INSTITUTO a segurança de sua existencia, e, mercê della, póde agora enfrentar o futuro, certo de resistir as aspezas da jornada.

O INSTITUTO deixa nesta pagina mais um documento da sua gratidão.

VIDA NOVA

Com o reapparecimento desta Revista, cuja publicação se interrompera desde junho de 1916, começa para o *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* uma vida nova.

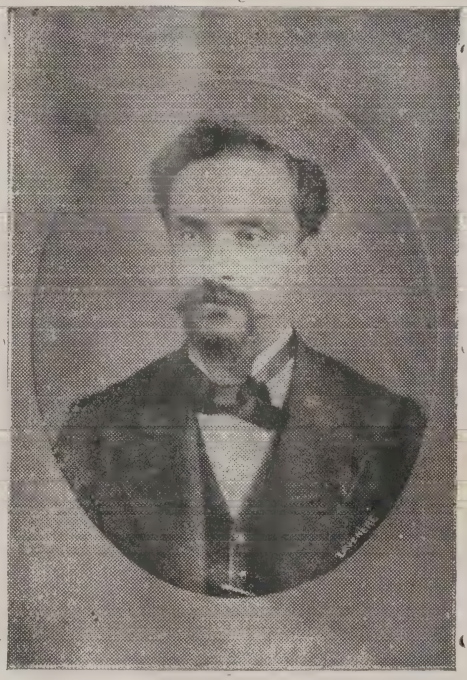
Fundado em 1869, sob os auspicios e por iniciativa do benemerito presidente da ex-provincia, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, que, para esse nobre tentamen, se acercou dos melhores valores mentaes das Alagoas, numa quadra de acceleramento das forças sociaes e dos factores economicos de nossa terra da qual o esclarecido administrador era a figura central, o *Instituto* tem assignalado a sua existencia por factos e gestos que lhe grangearam essa aureola de veneração publica que o cerca.

Tanto quanto tem sido possivel aos seus recursos e á dedicação de seus mais notaveis servidores, antes servidores abnegados da terra natal, o *Instituto* tem preenchido efficientemente a sua finalidade. Nem sempre lhe tem bafejado a fortuna. Ora é um lidador insigne que desapparece, arrastado pela morte, ermando a nossa companhia da sua prestimosa collaboração ; ora é a excassez de recursos pecuniarios que vem difficultar a normalidade dos seus trabalhos ; ora, ainda, é uma rajada mais forte que o faz mudar de casa, levando, ao léo dos fados incertos, as suas collecções preciosas e opulentas, fructo de muitos annos de accumulação paciente — manuscriptos raros, documentos da nossa historia e das nossas tradições, tudo que perpetúa a lembrança dos acontecimentos mais notaveis desenrolados neste trecho da Patria.

Graças, porem, a tenacidade dos que laboram no *Instituto*, ajudada pelo patrocinio do benemerito Sr. Dr. Fernandes Lima, poude, por fim, esta associação, no anno proximo passado, assentar definitivamente a sua tenda e solidificar a sua existencia, installando-se magnificamente no seu actual palacete, que fica sendo para toda a vida a Casa das Alagoas.

E agora que temos um poiso certo e que as nossas preciosidades se acham perfeitamente resguardadas das injurias do tempo — o acervo mais vasto e mais precioso do nosso passado, das nossas tradições, dos nossos costumes, das nossas origens, das nossas gloria s— o *Instituto* renasce, e, resurgindo para a sua existencia de utilidade social, restaura a sua Revista, fechando o hiato que se abrira pelas forças das circumstancias, na sua carreira de nobres afans.

O *Instituto*, pela sua Revista, saúda a todas as corporações congeneres do paiz e do estrangeiro.



Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior

O PATRIARCHA DO INSTITUTO

Sob o governo de José Martins Pereira de Alencastre, que a paixão partidaria tornara odioso, chumbando-o ás chronicas provinciaes como um periodo de desmandos e violencias — de agosto de 1866 a junho de 1867, oito mezes de agitação politica desenfreada — scindiu-se, na Provincia, ronceira no seu desenvolvimento, o partido liberal. Os correligionarios separaram-se com rancor. De um lado, os que apoiavam o presidente combatido encarniçadamente formaram o *partido progressista* ; do outro, os que haviam dissentido da orientação presidencial, o grupo hostilisante, denominando-se *partido historico*, em fusão com o partido conservador para combater com vantagem os correligionarios da vespera.

Na imprensa, em plena capital, dois jornalecos infames documentaram exhaustivamente a exaltação dos espiritos — a LANTERNA, com a sua legenda demolidora — *á lanterna os safados* — sob a responsabilidade do *testa de ferro*, Cambrainha do Imperio, era a trombeta da difamação soprada desesperadamente pelos amigos do presidente, e a VOZ DO POVO, pasquim subsidiado pelos adversarios do governo, disputavam a primasia da virulencia no ataque e da infamação dos homens mais representativos da Provincia.

Alencastre não resistiu á campanha. O governo imperial demittiu-o. E o presidente embarcou sob os dobres funebres dos sinos das egrejas, o ruido da foguetaria sem bomba e os apupos do molecorio pago pela politica *conservadoramente historica*. Seguiu-se um periodo de interinidades e chegaria a administração á acephalia, se o presidente da Camara Municipal, Dr. Thomaz do Bomfim Espindola, lhe não assumisse as redeas por alguns dias.

A Provincia toda agitava-se nas convulsões dessa epilepsia politica, quando o Dr. Antonio Monteiro de Barros, nomeado presidente effectivo, procurou normalisar a vida administrativa e apasiguar a exaltação das facções. Foram oito mezes e poucos dias de governo, durante cujo periodo irrompeu a sedição da villa da Imperatriz, engravecendo a situação politica da Provincia combalida.

Outro presidente, o Dr. Prado Pimentel, passou pela administração apenas 36 dias, seguindo-se a interinidade compressora do Dr. Silverio Jorge.

Era asphyxiante o ambiente politico da Provincia quando, portador da Carta Imperial de 22 de agosto de 1866, chegou a Maceió o presidente Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Pernambucano, como o seu illustre progenitor, que, quinze annos antes, encerrara o cyclo administrativo mais brilhante que já lograra Alagoas, e, como elle, dotado de uma larga visão das necessidades publicas, de uma assombrosa capacidade de trabalho e de um grande poder de realização.

As administrações fugaces que o haviam antecedido, honestamente, com aquella honestidade que era o unico traço vigoroso do governo imperial nas Provincias, haviam accumulado saldos orçamentarios successivos, montantes, em 2 de outubro de 1868, a 270:339$721 em dinheiro e 105:180$993 em diversos valores, saldos que, a 31 de dezembro do mesmo anno, elevavam-se a 546:473$951, sendo 430:685$453 em moeda, a moeda valorisada desse tempo, e o restante em valores.

José Bento, corajosamente, antepoz-se aos partidos que se degladiavam ferozmente, alheiando-se das competições partidarias, para se consagrar exclusivamente aos multiplos problemas que se deparavam á sua visão de estadista.

Maceió era uma aldeia por esse tempo. Alagoas toda era um agglomerado de aldeiolas, vivendo parcamente da agricultura e da pecuaria, sob o trabalho escravo e os remanescentes moraes e physicos do feudalismo dos senhores de engenho preponderantes na politica e no meio ambiente da sociedade alagoana.

José Bento procurou melhorar as condições materiaes da cidade. Fez o calçamento, a. parallelepipedos, da rua do Commercio e da ladeira de palacio ;

construiu a ponte metalica de Jaraguá, para embarque e desembarque, que ainda hoje serve ao nosso porto, e completou esse consideravel melhoramento com o embelezamento da praça fronteira, ajardinando-a, preparando, assim, ao viajante uma impressão mais lisongeira da cidade; construiu a ponte de ferro que liga os dois bairros principaes da capital, sobre o riacho Maceió, por onde hoje transitam os pesados carros da Trilhos Urbanos, e sobre o mesmo riacho uma outra ponte de pedra e madeira, que o tempo destruiu; construiu o edificio do Consulado, onde hoje funcciona a Recebedoria Central; melhorou consideravelmente as condições de serventia publica da canalisação de agua potavel e contractou esse serviço; celebrou um contracto de navegação fluvial a vapor para S. Miguel, Coruripe, Camaragibe e Porto de Pedras; augmentou a subvenção e dilatou o prazo do contracto da navegação a vapor das lagoas Norte e Manguaba; contractou mais: a illuminação da capital o gaz carbonico, a construcção de uma estrada ds ferro da capital á villa de Imperatriz com um percurso de 18 leguas, o estabelecimento de um serviço telegraphico na Provincia, pondo-a em communicação rapida com o resto do paiz e os municipios entre si...

Deve-se ainda ao Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior a installação da Escola Normal, creada desde 1864, a creação de uma Caixa de Beneficencia para orphãos desvalidos, a fundação do *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, que elle inaugurou solemnemente em 2 de dezembro de 1869.

As obras realizadas pelo presidente benemerito exhauriram os cofres provinciaes. Ao deixar o governo. em 28 de agosto de 1871, premia a Provincia uma divida de cerca de cincoenta contos de réis; mas a capital enchera-se de melhoramentos e os contractos de varios serviços, que celebrou, são uma documentação irrecusavel da clarividencia de seu espirito.

Não lhe faltaram accusadores: não podiam faltar, que a paixão politica tolda sempre a serenidade do julgamento. Os adversarios do partido a que pertencia, o conservador, viram nessas obras vultuosas, que quasi todas subsistem, gastos sumptuarios, um louco desperdiçar de dinheiros publicos em prejuiso de commettimentos havidos por mais necessarios. Espindola é desta opinião...

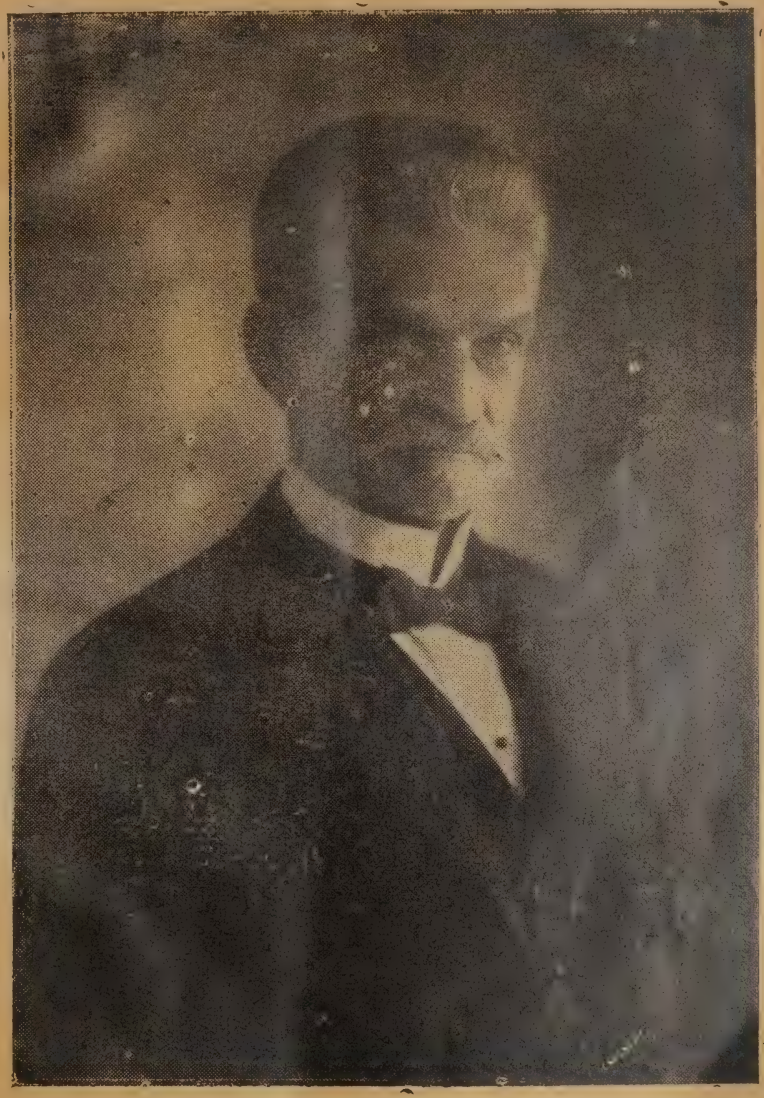
Mas o presidente benemerito não se ateve exclusivamente ás preoccupações administrativas. As agitações partidarias, que convulsionavam a Provincia, mereceram a sua attenção e o seu espirito tolerante logrou o apasiguamento das paixões.

Sob seu governo procederam-se eleições para a Assembléa Geral, no quatrienio de 1869-1872, sendo eleitos lisamente o Commendador Jacintho Paes de Mendonça, Dr. Manoel Joaquim de Mendonça Castello Branco (Barão de Anadia), Dr. Matheus Casado de Araujo Lima Arnaud, Dr. Manoel Sobral Pinto e Dr. Alexandre José de Mello Moraes; para a 18º legislatura provincial no bienio de 1870-1871; e, por morte do senador Dr. Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, a dos tres cidadãos que haviam de compôr a lista triplice para a escolha imperial, recahindo a maioria dos suffragios no commendador Jacintho Paes de Mendonça, Dr. Manoel Sobral Pinto e Dr. Matheus Casado de Lima Arnaud, tendo as preferencias do monarcha escolhido o primeiro.

O partido conservador dominava e a sua dominação prolongada trouxe á Provincia uma faze de arrefecimento das prejudiciaes paixões partidarias em effervecencia á chegada do presidente benemerito.

José Bento da Cunha Figueiredo Junior é a patriarcha do *Instituto*. Relembrando nestas linhas, em traços rapidos, a sua administração brilhante e fecunda, prestamos-lhe uma singela homenagem.

CRAVEIRO COSTA.



DR. DIEGUES JUNIOR

OS LIMITES
DE
ALAGOAS COM PERNAMBUCO

Quando, em agosto de 1919, reuniu-se em Bello Horisonte o Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, porque fosse uma aspiração patriotica a derimencia de todos os litigios de limites existentes entre quasi todos os Estados da União, Alagoas submetteu á consideração daquella douta assembléa a sua velha pendencia com Pernambuco.

Os delegados alagoanos, Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues, saudoso presidente do *Instituto*, e o Dr. Manoel Moreira e Silva, de cuja collaboração prestimosa a morte, prematuramente, privou Alagoas, apresentaram áquelle Congresso os dois trabalhos que seguem, o primeiro uma *Memoria* sobre essa contenda, que elucida perfeitamente a questão e corrobora os direitos de Alagoas, firmados aliás sobre documentos que o Estado de Pernambuco acceita ; o segundo um *Memorial*, lido na conferencia previa do Congresso, que consubstancia os desejos patrioticos do governo do Estado em concorrer para que o Brasil, no centenario de sua independencia estivesse com as suas fronteiras estaduaes perfeitamente definidas, arredados, portanto, os motivos de continuas disputas.

Os documentos a que nos referimos são os seguintes :

MEMORIAL

Os limites de Alagoas pelo lado do sul são formados pelo rio de S. Francisco que, com suas ilhas e accidentes, nos pertence em sua totalidade, conforme a carta de doação em favor de Duarte Coelho, menos as ilhas proximas á margem de Sergipe cedidas a este Estado por Decreto Legislativo de 1 de Fevereiro de 1873.

Pelo lado de oeste são formados pelo rio Moxotó desde sua barra no S. Francisco até a fazenda «Cruz», acima da barra do Manary, como claramente se vê nos limites dados a Cimbres e a Garanhuns.

Estes limites foram dilatados pelo alto S. Francisco, como se verifica em antigos documentos que provam a ligação de Tacaratú e Cabrobó a Penedo e Traipú. Entretanto a creação da Comarca do Sertão em 1810, comprehendendo Tacaratú e Cabrobó, recuou os limites de Alagoas pelo oeste até ao Moxotó, que era o limite entre Tacaratú e Penedo.

Pelo lado do norte os limites com Pernambuco são mais arbitrarios, formados por linhas de rios mais ou menos notaveis, serras, cordões de serras ou quebradas de serras e linhas traçadas entre pontos determinados.

Esses limites, tomando em consideração os ántigos documentos da fundação das freguesias, villas e comarcas até 1819, em que Alagoas, creada Capitania independente por Decreto Regio de 16 de Setembro de 1817, foi installada em 22 de Janeiro de 1819, têm sido constantemente invadidos por Pernambuco, que tem tirado uma larga facha do seu territorio. Nessa facha occupada estão os municipios, ligados a Pernambuco, de Buique, Aguas Bellas, Bom Conselho, Correntes, Canhotinho e Quipapá. Não levamos em conta as arbitrarias disputas que tem havido sobre locaes, como Marianna, Exú a linha do Persinunga, quando, jà realizadas as grandes invasões pela falta de meios para fazer valer nossos direitos estavama cceitos limites que Pernambuco não podia contestar. Essas pendencias porém, forão sempre decididas em favor de Alagoas.

Para conhecer convenientemente a formação dos limites entre Alagoas e Pernambuco, devemos estuda-la em diversos periodos. que esclarecem a questão de modo a não deixar duvidas.

PRIMEIRO PERIODO

(DA COLONISAÇÃO A 1710)

O primeiro periodo é o da origem da colonisação da Capitania de Pernambuco até ao fim do seculo XVII ou antes até 1710.

Não existem nesse periodo senão as villas da região costeira cujos limites se determinavam à beira mar pelos rios. Para o interior não são conhecidos limites, porque provavelmente não eram assignalados, e se estendião para o sertão até onde chegava a colonisação correspondente à região costeira. Esse facto se verifica commummente nas doações dessa epoca, nas quaes se dão limites nas costas com fundos «até ao sertão».

Eram de então,pelo que nos interessa, as villas de Olinda até o rio Una, Porto Calvo até o Santo Antonio Grande e depois até o Sapucahy, por decisão provisoria do Ouvidor Lino Coutinho em 1677, Alagoas até o rio Jequiá e Penedo até o S. Francisco. Olinda, nesses documentos antigos, é denominada—villa ou comarca, ora de Olinda, ora de Pernambuco ; Penedo é denominado — «villa de Penedo», ora «villa de S. Francisco», ora «villa de Penedo do rio de S. Francisco», ora simplesmente «rio de S. Francisco». Cada uma destas villas estendia-se para o interior, na zona correspondente, e Penedo, ia, de um lado para o alto S. Francisco e de outro para o norte. até onde chegavam os estabelecimentos mais proximos de Penedo e muito distantes de Olinda, por ter sido demorada a marcha do povoamento a partir de Olinda para Porto Calvo.

Para o lado do sertão não ha limites determinados, nem tambem nesses sertões são encontrados nucleos notaveis de população.

Os limites costeiros, porém, ficaram certos. Assim, o rio Una foi limite entre Olinda e Porto Calvo. Não conhecemos documentos que nos orientem sobre a extensão do rio Una como divisa ; entretanto, como o povoamento de Olinda veio marchando do Cabo e Escada para o interior, e o de Porto Calvo não se extendeu muito nesse sentido, aquelle atravessou o alto Una e fez recuar nossos limites até o rio Jacuhype e o Taquara, de modo que as freguezias creadas até 1809 tiveram por limites estes dous rios.

Ficaram portanto os limites de Alagoas pelo Una, de sua foz á confluencia do Jacuhype, e dahi ás nascenças do Taquara.

As invasões posteriores nos tiráram o tracto da costa até o rio Persinunga e a parte correspondente até ao Jacuhype. Além disso continuaram a se estabelecer duvidas sobre o leito do Persinunga e a linha deste ao Jacuhype.

SEGUNDO PERIODO

(DE 1710 A 1801)

O segundo periodo vai desde a creação da Comarca de Alagoas até o fim do seculo XVIII, ou antes até 1801, com a creação da villa de Anadia.

Permanecem as circumscripções costeiras cujo povoamento vai crescendo ; a população vai se desenvolvendo para o interior e apparece a necessidade das circumscripções sertanejas.

Existe a Comarca de Olinda, que os documentos officiaes desse tempo tambem chamam de Pernambuco.

Apparecem então a comarca de Alagoas em 1710, pouco depois a freguezia de Traipú, em 1762 as villas de Cimbres, Atalaia e Cabrobó, em 1789 a freguezia de Palmeira e em 1801 a villa de Anadia.

Da comarca de Pernambuco (Olinda) não conhecemos limites no sertão ; da de Alagoas (1710 a 1712), que deviam constar do auto de installação, como acontece com as outras villas e comarcas, tambem não temos, porque nos falta esse documento.

Temos, porem, os limites da villa de Cimbres, a cuja installação, a 3 de Abril de 1762, presidiu o Ouvidor de Alagoas Dr. Manoel de Gouvêa Alvares, por ordem do Governador de Pernambuco.

Esses limites, na parte que nos diz respeito, são os seguintes: «Das cabeceiras do Moxotó e riacho Cupeti vem buscando o sul até a fazenda da Cruz, que é extrema tanto da freguezia de «Taca-

ratú» como do termo da villa do «Penedo», e o julgado de «Cabrobó», seguindo a estrada real, que é a divisão para o rio «S. Francisco» e para a villa de «Cimbres», buscando a parte do sul sobre o dito termo pelo rio Panema abaixo até a barra do riacho Mororó...» Seguem depois limites com o julgado de Garanhuns, villa de Igarassú e Parahyba que não nos interessam.

Nesse documento se verifica bem claramente que a villa de Penedo encontrava a de Cimbres e della se separava «por uma estrada real da fazenda da Cruz, no rio Moxotó, à ribeira do Panema, acima da embocadura do riacho Mororó», mostrando positivamente que Aguas Bellas, então já bem povoada, pertencia a Penedo, o que vemos confirmado em documentos posteriores.

Dahi por deante apparecem os limites da freguezia de Traipú, da villa de Atalaia de 1762 a 1765, da freguezia da Palmeira em 1798. e da villa de Anadia em 1801.

Do trecho que vai das divisas de Cimbres com Penedo às nascenças do Taquara completaremos os limites com o estudo do «terceiro periodo» onde apparece a creação da Comarca do Sertão em 1810, e a installação da villa de Garanhuns em 1813, em cujo auto foram assignados limites positivos que posteriormente não foram alterados legalmente, e que vêm encontrar Penedo, Anadia e Atalaia com as freguezias annexas de Traipú e Palmeira.

TERCEIRO PERIODO

(DE 1810 A 1819)

O terceiro periodo vai até o anno de 1819 em que se installou a Capitania de Alagoas, creada por Alvará de 16 de Setembro de 1817. e confirmada por Alvará de 12 de Janeiro de 1818, os quaes não tratam de limites,sem duvida porque todas as circumscripções visinhas, como temos visto nos periodos antecedentes. e veremos neste, estavam delimitadas.

Nesse periodo temos a villa de Cimbres, cujos limites já conhecemos, a Comarca de Olinda que vai até Cimbres, a de Alagoas cuja jurisdicção, pelo S. Francisco, se extende a Tacaratú, Cabrobó, Rodelas, etc., e para o norte até os limites de Cimbres, como se vê numa certidão da Camara do Penedo ao Ouvidor João Villela do Amaral, em 28 de Dezembro de 1715, na qual se lê o seguinte: «lhe derão (a Penedo) por jurisdicção toda esta Capitania no rio S. Francisco e seus districtos ... e pela beira do mar até a barra do rio S. Francisco e por todo elle acima até as povoações das Rodelas e pelo rio do Panema acima, Comunati, Campos de Buique, Campos de Garanhuns... e nos contão que aos ditos lugares forão sempre os juizes e mais officiaes de justiça desta villa, a ir citar autos de justiça, tirar devassas e fazer inventarios e prizões ... sem haver quem lhe impedisse... e nos consta mais que alguns homens dos referidos lugares servirão nesta republica, como foi servir de Juiz Ordinario Pedro Aranha Pacheco e de vereador o Tenente Ambrozio ...»

Esta certidão está assignada por todos os membros que compunhum o Senado da Camara.

Apparecem nesse periodo a creação da Comarca do Sertão, em 1810, e a installação da villa de Garanhuns, em 1813.

A Comarca do Sertão, desmembrada de Pernambuco (Olinda) por Alvará de 15 de Janeiro de 1810, tendo por séde Cimbres, comprehendia a região sertaneja, que se estendia da comarca de Olinda ou Pernambuco até o rio Carinhanha. O decreto de sua creação uão lhe dá limites, mas cita as villas, julgados, freguezias e povoações que a compunham, entre as quaes não figuram Aguas Bellas e Buique, que estavam na linha ao sul dos limites de Cimbres e eram já muito povoados.

Por esta creação perdeu a Comarca de Alagoas—Tacaratú, Cabrobó e os demais lugares do Alto S. Francisco, ficando seus limites no rio Moxotó até a fazenda da Cruz, no encontro dos limites de Tacaratú, Cimbres e Penedo, limites estes que são conservades na creação da villa de Garanhuns. Perdeu ainda Garanhuns, pelo lado do norte.

A villa de Garanhuns, installada em 23 de Dezembro de 1813, teve limites cla-

ros, marcados no auto de sua installação, os quaes eram,no que nos diz respeito, os seguintes : «...pelos mesmos limites que até agoram erão... quando julgado extincto que vem a ser, pela parte do nascente a Serra do «Mendes»..., para a parte do sul com a villa de Atalaia na Serra «Cavalleiro», subindo pelo riacho Parahyba de uma e outra parte até dividir com a villa de Campos de Anadia na Serra «Carangueijo», que desce para a povoação, da Palmeira e pelo mesmo «Cordão de Serra», indo para o poente até a serra chamada dos «Cavallos», ficando Retiro, Kagado, Inxú, Barra dos Meninos, Serra do Caracol, Serra Nova, Barra do Riacho e Tapera, por este acima até topar na Serra de Santa Maria e dahi virá demarcando com Cimbres para o norte».

Com excepção de Retiro, que fica nos limites traçados posteriormente por Pernambuco a revelia de Alagoas, ainda hoje estão na jurisdicção de Sant'Anna do Ipanema (Alagoas) os lugares — Kagado, Inxú, Barra dos Meninos, Serra do Caracol, Serra Nova e Barra do Riacho, e em 1862 o Sr. Bispo D. João reconheceu que a serra do Carangueijo era limite de Palmeira.

A Capitania de Alagoas foi creada por decreto de 16 de Setembro de 1817 e installada em 22 de Janeiro de 1819. Não se encontram referencias aos respectivos limites nem no decreto da creação, nem no da confirmação de 12 de Janeiro de 1818, nem no auto da installação em 1819. Nem havia necessidade de fixar limites, si elles estavam claramente determinados nos actos anteriores já mencionados no presente trabalho : — «creação da villa «Cimbres» (1762), «Comarca do Sertão» (1810) e «villa de Garanhuns» (1813).

QUARTO PERIODO

(DE 1819 A 1835)

O quarto periodo vai da installação da Capitania, em 1819, á instituição das Assembléas Provinciaes, que começaram a funccionar em 1835.

De 1819 a 1826, em que começou a funccionar a Assembléa Geral Legislativa o Imperio, depois da independencia proclamada em 1822, as circumscripções locaes administrativas e judiciarias dependiam, como dantes, do Rei com audiencia ou proposta da Real Mesa do Desembargo do Paço.

De 1826 a 1835 em que começàram a funccionar as Assembléas Provinciaes, a creação das circumscripções locaes dependia de proposta dos Conselhos Geraes da Provincia e approvação da Assembléa Geral Legislativa do Imperio, que as convertia em lei quando approvadas.

Tanto no primeiro como no segundo caso, sendo actos emanados do poder central, tinham força obrigatoria para as Capitanias e Provincias.

Desse periodo temos em Alagoas a creação das comarcas de MACEIO', ATALAIA e PENEDO, em 1833, em virtude da execução do Codigo de Processo Criminal, e as villas de ASSEMBLE'A e IMPERATRIZ, em 1831.

Essas creações respeitáram os limites estabelecidos.

Em Pernambuco não temos creação nenhuma na região limitrophe, de modo que os antigos limites foram mantidos.

Em representação pouco posterior á fundação da Comarca do Sertão, Villa de Garanhuns e Capitania de Alagoas, firmada pelos membros do Governo de Alagoas, em 18 de Agosto de 1821 e dirigida a seus deputados ás CORTES DE LISBOA, pede-se a fixação dos limites de Alagoas pelo rio UNA até suas nascentes e pelo braço mais oriental do rio MOXOTO', pontos que se approximam poucas leguas e que correspondem aos limites dados ás circumscripções formadas até então. ávivando a idéa de que foi nosso limite septentrional todo o valle do UNA e ao noroeste a estrada real que separava Cimbres do rio S. Francisco, e ainda hoje separa em parte.

QUINTO PERIODO

(DE 1835 ATÉ HOJE)

O quinto periodo vai de 1835, em que começáram a funccionar as Assembléas Provinciaes depois substituidas pelos Congressos Estaduaes com a procla-

mação da Republica em 1889, até nossos dias.

Os actos emanados das Assembléas Provinciaes e dos Congressos Estaduaes só podem obrigar no territorio das respectivas Provincias ou Estados.

Foi nesse periodo que Pernambuco consumou por leis suas as invasões, que até então se vinham fazendo simplesmente por expansão de povoamento.

E' neste periodo que appareceram em Pernambuco as villas de BUIQUE em 1354, AGUAS BELLAS em 1871. BOM CONSELHO em 1860, CORRENTES em 1848, CANHOTINHO em 1890, QUIPAPA' e PALMARES em 1873, AGUA PRETA em 1846 e BARREIROS em 1873.

São deste periodo, em Alagoas, SANT'ANNA DO IPANEMA em 1836, MATTA GRANDE em 1837, QUEBRANGULO em 1856 e S. JOSE' DA LAGE em 1876.

Os actos legislativos de nossas Assembléas Provinciaes relativos á creação dessas circumscripções referem-se sempre aos — «limites com Pernambuco»—, por conseguinte aos limites fixados nos actos legaes, sem reconhecer a procedencia dos actos legislativos irritos e nullos das Assembléas de Pernambuco.

Os actos de Pernambuco, sem respeitar limites claros, bem determinados por actos legaes, exercidos por autoridades competentes, reconhecidos em documentos publicos, tráçam limites arbitrarios, que entram pelo territorio de Alagoas e que não podem ser reconhecidos.

CONCLUSÃO

Limites originarios de Alagoas

NA COSTA

Limitavam as tres villas de Alagoas com Olinda, na costa ; no interior não tinham limites porque a colonisação extendia-se para o Sertão indefinidamente, conforme os termos das doações :

Olinda até o rio Una, sem se dizer se todo o Una ou parte delle, limite antigo, provavelmente da doação de Christovão Lins.

Porto Calvo até o Santo Antonio Grande e depois até o Sapucahy,

Alagoas até o Jiquiá.

Penedo até o S. Froncisco, extendendo-se para alto rio até Tacaratú, Cabrobó, Rodelas etc., e para o norte até Buique, Aguas Bellas e Garanhuns, muito distante do povoamento ou Olinda.

Limites actuaes

NO OESTE

O rio MOXOTO' desde sua foz «até a fazenda da Cruz onde se encontravam os limites de Tacaratú, Cimbres e Penedo» (Creação da villa de Cimbres, 1762, e da Comarca de Sertão, 1810).

NO NORTE

A «estrada real que vai da fazenda da Cruz separando Cimbres do rio S. Francisco» ; esse trecho vai até encontrar os limites antigos da villa de Garanhuns, 1813, do norte da serra de Santa Maria. Creação da villa de Cimbres em 1762). A expansão do povoamento de Pernambuco, Cimbres e Garanhuns para Tacaratú e o alto S. Francisco invadiu nossos limites da fazenda Cruz ao Manary, e tem tentado atravessa-lo occupando Marianna.

Dos limites de Cimbres seguindo «pela serra de Santa Maria e riacho Tapera, deste á serra dos CAVALLOS, dahi pelo Cordão de Sérras às quebradas donde descem as aguas, passando pela Serra do Carangueijo, do Cavalleiro, do Cannivete até encontrar o ponto onde desce a serra do Mendes que limitava Garanhuns com Olinda, nas nascenças do Taquara», (auto da installação da villa de Garanhuns, 1813). Neste trecho foi que se deu a maior invasão e onde se continuáram a manter disputas.

O «Taquara», o «Jacuhype» e o «Una» ; o Taquara e o Jacuhype pela creação de freguezias annexas a Pernambuco até 1809, atravessando o alto Una, uma vez que nas doações primitivas nãe se determinou se o limite de Olinda com Porto Calvo era em todo ou parte do Una. O Una, conforme a limitação primi-

tiva, sem duvida—a doação feita a Christovão Lins.

O Persinunga está ultimamente considerado como limite norte. A confusão de jurisdicção civil e ecclesiastica no trecho entre o Una e o Persinunga deu lugar a que ficasse esse trecho annexo á jurisdicção de Pernambuco.

NO SUL

Todo o rio de S. Francisco de uma e outra margem até a confluencia do riacho Moxotó, (carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho) menos as ilhas proximas á margem de Sergipe, conferidas a esta Provincia, hoje Estado, por decreto da Assembléa Geral Legislativa do Imperio.

Estas invasões de Pernambuco, deante da impossibilidade de defendermos nossos direitos, occupáram o territorio alagoano onde estão Buique, Aguas Bellas, Bom Conselho, Correntes, Canhotinho, Quipapá, Palmares e Barreiros, em maior ou menor extensão.

E' a restituição deste direito que temos de pleitear.

Rio de Janeiro, Agosto de 1919.

———

ACTOS COMPROBATORIOS DOS LIMITES LEGAES DE ALAGOAS

A) — Doação feita em Evora, em 10 de Março de 1534, pelo Rei D. João III a Duarte Coelho Pereira, Donatario de Pernambuco, na qual se declarava que os limites do territorio de sua doação eram o rio de S. Cruz (Iguarassú) até ao de São Francisco, entrando este todo, em vista das seguintes formaes palavras da Carta Regia «...e assim entrará na dita terra, e demarcação della todo o Rio de S. Fradcisco, e a metade do Rio de S. Cruz, pela demarcação sobredita».

B) — Decreto da Assembléa Geral Legislativa do Imperio, de 1º de Fevereiro de 1873 : — «Art. 1º A Provincia de Sergipe se limitará com a das Alagoas pelo Rio São Francisco até a sua foz no oceano ; sendo os limites ecclesiasticos os mesmos que os civis mediante accordo com a Santa Sé.

Art. 2º. As ilhas existentes no leito do rio pertencerão á Provincia de cuja margem mais se approximarem».

C) — Auto de installação da villa de Cimbres em 3 de Abril de 1762. «Os limites que foram assignados ao termo da villa de Cimbres e que constam da acta da installação são os seguintes : Pela parte do poente com as cabeceiras do rio Moxotó e Riacho Cupeti, e fazendo extremo com a ribeira do Pajehú e por esta fórma finda o termo desta nova villa com a do julgado do Cabrobó ; e das ditas cabeceiras do Moxotó e riacho Cupeti vem buscando o sul até a FAZENDA DA CRUZ, que é extremo tanto da freguezia de Tacaratú, como do termo da villa de Penedo, e o julgado de Cabrobó. seguindo a estrada real, que é a divisão para o RIO S. FRANCISCO e para a villa de CIMBRES, buscando a parte do sul sobre o dito termo, pelo rio Panema abaixo até a barra do riacho Mororó ; e para o nascente limita com o riacho Taquara e julgado de Garanhuns e ao norte com o rio Capibaribe fazenda Santa Maria, e demarca com o termo de Iguarassú e o da cidade de Parahyba servindo de divisa o rio Capibaribe ; e para a parte do norte demarca com termo da cidade da Parahyba da serra das Porteiras». (Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, Dicionario Chorographico Historico e Estatistico de Pernambuco, pag, 183).

D) — Alvará ou Decreto Regio de 15 de Janeiro de 1810 : «Haverá uma nova Comarca que se ha de denominar do Sertão de Pernambuco e comprehenderá a VILLA DE CIMBRES ; os julgados de GARANHUNS, de FLORES na ribeira do Pajehú, de TACARATU', de CABROBO' a VILLA DE S. FRANCISCO DAS CHAGAS na Barra do Rio Grande, vulgarmente chamada da Barra ; as povoações de PILÃO ARCADO, CAMPO LARGO e CARINHANHA que hei por bem desmembrar da Comarca de Pernambuco» (Entre os logares citados, neste acto não figuram AGUAS BELLAS e BUIQUE).

E) — Auto da installação da Villa de

Garanhuns em virtude da Carta Regia de 10 de Março de 1811 : «Aos vinte e tres de Dezembro de 1813 nesta villa de Santo Antonio de Garanhuns da nova Comarca do Sertão de Pernambuco... foi dito que elle assignava e declarava por territorio do termo desta Villa a mesma extensão e comprehensão do terreno e pelos mesmos limites que atè agora eram para designar o districto desta Villa quando julgado extincto que vem a ser : pela parte do nascente pela serra do MENDES, para a parte do norte todas as aguas da ribeira de Una, que dividem com a de Ipujuca, termo de Cimbres, para a parte do sul com a villa de Atalaia na serra CAVALLEIRO, subindo pelo riacho Parahyba de uma a outra parte até dividir com a villa de Campos de Anadia na serra CARANGUEIJO que desce para a povoação da Palmeira e pelo mesmo CORDÃO DE SERRA, indo para o poente até a serra chamada dos CAVALLOS, ficando Retiro, Kagado, Inxú, Barra dos Meninos, Serra do Caracol, Serra Nova, Barra do Riacho e TAPERA, por este acima até topar na Serra de SANTA MARIA e dahi virà demarcando com CIMBRES para o norte até vir ás aguas de Ipojuca. Estes sitios até aqui declarados são os termos e limites da referida villa de Sante Antonio de Garanhuns, tudo na fórma que fica declarado. E para constar etc...»

(Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, vol. 10 de Dezembro de 1875, pag. 121).

MEMORIAL

A delegação de Alagoas tem o mais ardente desejo de concorrer quanto estiver ao seu alcance para a realização dos patrioticos intuitos do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia a rennir-se em Bello Horizonte. Faz suas as palavras do exmo. sr. marechal Thaumaturgo, considerando «um desastre que se encerrem os trabalhos da Conferencia sem se ter colhido das reuniões realizadas os fructos esperados», e adopta a proposição sentenciosa do exmo. sr. Bazilio de Magalhães, repetindo ; «será vergonha que o Brasil em 1922 não esteja fraternizado, uno, poderoso e coheso».

Os Delegados de Alagoas deixam aqui expostos os meios empregados para a realização deste fim.

Publicado o addiamento do Congresso, especialmente para que se podesse satisfazer ao patriotico appello do Instituto Historico Brasileiro, da Liga da Defeza Nacional e da Sociedade de Geographia, proporcionando o accordo dos Estados divergentes em questões de limites, procurou o exmo. sr. governador do Estado, dr. Fernandes Lima, nomear uma commissão que estudasse convenientemente a questão e fossem depois os seus membros os Delegados de Alagoas no Congresso de Bello Horizonte.

Feito o estudo e exposto o seu resultado, o governador conferio amplos poderes aos mesmos delegados para resolverem sem delongas a questão, dando assim testemunho de sua franca e sincera adhesão aos fins dignificantes do futuro Congresso de Geographia.

Tão amplos, porém, não foram os poderes do illustre representante de Pernambuco, em quem folgamos de reconhecer uma das mais salientes figuras do magisterio secundario daquelle Estado e um dos mais operosos socios do Instituto Historico Pernambucano.

Em circumstancias taes, apenas podemos firmar o «convenio» offerecido á illustre Mesa da Conferencia, o qual assenta bases para um accordo definitivo e insophismavel, dentro de pequeno prazo.

Para que a Conferencia dos Delegados conheça os termos de nossas reclamações, faremos uma succinta exposição dos nossos direitos, esperando que o grande Estado visinho attenda solicito a tão justas aspirações.

Os limites de Alagoas com Pernambuco são determinados : ao Oeste pelo riacho Moxotó desde sua foz, no rio S. Francisco. até a fazenda Cruz, limite de Tacaratú, Cimbres e Penedo, conforme consta do auto de installação da Villa de Cimbres, que o dr. Sebastião Galvão (Pernambucano transcreveu em seu «Diccionario Chrorographico e Estatisti-

co de Pernambuco», á pag. 183 ; ao Norte, pela estrada que vai da fazenda Cruz ao Panema, acima da foz do riacho Mororó, limite entre Cimbres e Penedo, como se vê no documento citado, encontrando os limites da villa de Garanhuns,

Os limites meridionaes da Villa de Garanhuns representam a linha divisionaria de Alagoas com Pernambuco, desde os limites com Cimbres ao norte da serra Santa Maria, até as nascentes do Taquara. Esses limites são : a serra do Mendes, que vem até as divisas de Garanhuns, Olinda e Atalaia, a serra do Capim ou do Canivete ; a serra do Cavalleiro, a serra do Carangueijo ; e pelo mesmo Cordão de serra indo para o poente até a serra chamada dos Cavallos : pelo riacho Tapera acima, até topar na serra de Santa Maria, indo para o norte onde se encontram os limites de Cimbres com Penedo. Taes limites, constantes dos «autos de installação» das Villas de Cimbres e Garanhuns, documentos authenticos e legaes do governo de Portugal e das autoridades de Pernambuco, não foram alterados por disposição de poder competente.

Ao Nordeste os limites entre Alagoas e Pernambuco são : o Persinunga, até suas nascentes, uma linha recta dahi ao Jacuhype. na confluencia do riacho João Mulato, o mesmo Jacuhype até ao Taquara e este até as suas nascenças.

Estes limites têm sido discutidos por Pernambuco, que por vezes tem levantado duvida sobre o verdadeiro Persinunga. Temos motivo para reclamar como linha divisoria, nesta parte, o rio Una, conforme ficou demonstrado na memoria apresentada ao Congresso de Geographia ; entretanto acceitamos como definitivos os limites pelo Persinunga, Jacuhype e Taquara.

Por expansão do povoamento, Pernambuco dilatou suas fronteiras do Ipanema ao Taquara, creando, por leis de sua Assembléa Provincial, sem a sancção dos poderes centraes, os municipios de Aguas Bellas, Bom Conselho, Correntes, Canhotinho e Quipapá. Fez mais ainda : ultrapassando os limites dos municipios assim creados, as autoridades de Buique occuparam pela força o povoado de MARIANNA, incontestavelmente alagoano, delle expulsando as nossas autoridades e a professora publica. E, cousa notavel ! o mappa official de Pernambuco, ultimamente levantado, traz ahi dous limites : o da primeira occupação, respeitando a jurisdicção de Alagoas sobre Marianna, e o da segunda annexando esta região ao territorio pernambucano, como se se tratasse de um territorio neutro ou uma especie de protectorado.

Contra o direito liquido de Alagoas, Pernambuco depõe um trabalho do dr. Pereira da Costa, intitulado «Em prol da integridade do territorio de Pernambuco»—que nada prova, como passamos a demonstrar.

As citações do trabalho do dr. Pereira da Costa nada provam ou provam a nosso favor ; as conclusões que se podem tirar de tal documento são sempre favoraveis a Alagoas.

Vejamos.

«Os limites da nova Capitania (Alagoas). diz o dr. Pereira da Costa, pagina 98, não podiam ser senão os mesmos que tinha, como comarca sujeita á jurisdicção de Pernambuco», com o que estamos de pleno accordo.

Ora. os limites, bem determinados, nos autos de installação de Cimbres e Garanhuns, no alvará da creação e Comarca do Sertão e os assignados ás villas de Anadia e Atalaia e á freguezia de Palmeira, não foram alterados por acto legal posterior ; bastava simplesmente que as autoridades de Pernambuco os respeitassem.

Cita opiniões desencontradas de varios escriptores que fallaram sobre o assumpto, quando esse desencontro de opiniões vem exclusivamente da falta de estudo ou investigação de documentos que, como mostramos, formam opiniões positivas.

Esses escriptores fallam, por exemplo, de um logar — Ginipapo — á margem do Ipanema. Não existe á margem deste rio lugar algum com este nome ; o Ginipapo que existe nessas immediações

está situado a meia legua sueste de Aguas Bellas, e, aceito como limite, prova muito a nosso favor.

Cita tambem um documento official —Descripção de Pernambuco até 1746,— com alguns documentos até 1758, documento que o dr. Pereira da Costa, chama —«precioso codice», pag. 99. «E' de um documento desta natureza», como diz o dr. Pereira da Costa, pag. 99, que elle consigna o seguinte facto : «A comarca das Alagoas... pelo sertão se separa da comarca de Pernambuco pela serra do Comunati...» pag. 100. Esta serra ainda hoje conserva o mesmo nome e está situada ao Norte de Aguas Bellas, na linha assignada aos limites de Garanhuns, deixando portanto Aguas Bellas no territorio de Alagoas, não tendo havido acto algum posterior que alterasse esses limites.

«A primeira fixação dos limites de Alagoas é de grande importancia pela fé que inspira a fonte originaria, um documento official de subido valor no caso, a citada descripção de Pernambuco diz o dr. Pereira da Costa, pag. 100.

Passa depois a tratar dos limites parciaés de municipios fronteiros. Alonga-se sobre o trecho do Persinunga, Jacuhype e Taquara, com um sem numero de duvidas banaes que não discutimos, porque acceitamos a linha Persinunga-Jacuhipe-Taquara, como está geralmente adoptada.

Tratando do resto dos limites, conhece os da villa de Anadia creada pelo governo de Pernambuco em 1801, quando Alagoas era comarca sujeita á jurisdicção daquelle governo. Conhcce tambem os limites da villa de Garanhuns, em 1813 quando Alagoas era ainda sujeita á dita jurisdicção.

Para apropriar esses limites, aos interesses do seu Estado. deturpa a redacção do auto de installação da villa de Garanhuns, interpretando-o mal e servindo se de uma citação errada do presidente de Pernambuco dr. Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, pag. 106, na qual diz : «pelo cordão da serra chamada dos Cavallos... ao rio Panema na barra do riacho Tapera... até as serras Santa Maria», em vez de dizer como está escripto no auto : «E pelo mesmo cordão da serra (Carangueijo) indo para o poente atê a serra chamada dos Cavallos por este (Tapera) acima até topar na serra de Santa Maria.»

Vejamos agora o absurdo dessa deturpação :

A linha divisoria segue para o poente até a serra dos Cavallos que fica a oeste de Aguas Bellas (vide Mappa de Pernambuco), conforme a citação, pára ahi ou volta até á barra do riacho Tapera, vai por este acima até á serra de Santa Maria que fica a noroeste da dos Cavallos e a oeste do riacho Tapera (vide Mappa de Pernambuco.) Assim a linha que segundo o presidente passa na serra dos Cavallos deixa esta inteiramente fóra dos limites de Alagoas, dentro do territorio de Pernambuco, fazendo um zig-zag como os coriscos, nas tempestades do sertão.

Tomando o limite como está expressamente no auto temos : na serra do Carangueijo, pelo mesmo cordão da serra, indo para o poente até a serra chamada dos Cavallos dahi ao riacho Tapera que passa a oeste, por elle acima até á serra de Santa Maria, que fica a noroeste, fazendo uma linha seguida, muito perfeita e comprehensivel, o que muito bem se vê examinando o mappa topographico de Pernambuco mandado levantar pelo governo desse Estado.

Ainda assim a citação do presidente Camargo, em 1837, prova que nesse tempo a serra de Santa Maria era reconhecida como limite de Alagoas.

Qual foi o acto legal posterior que alterou esses limites para afastal-os desta serra ?

Dahi por deante o dr. Pereira da Costa organisa os limites de Pernambuco pelas leis de suas Assembléas Provinciaes (paginas 106 e 107) em desrespeito aos actos do poder centr l que já os tinha organisado.

Nos limites de Buique nota-se uma singularidade: Diz o dr. Pereira da Costa, pag. 108: «Pelo Rio Moxotó até o Poço da Cruz (onde começam os limites com Tacaratú, do Poço da Cruz até o lugar

Caroá em que o Ribeirão Manary desagua no Moxotó, limite com o municipio de Paulo Affonso, Estado de Alagoas).

Poço da Cruz e Caroá no rio Moxotó. Porque dois pontos na mesma linha seguida, formada por um rio ? Poço da Cruz (onde começam os limites com Tacaratú) o mesmo ponto em que, nos limites de Cimbres, se encontravam Cimbres, Tacaratú e o Rio de S. Francisco. Como foram alterados esses limites ?

Depois cita os municipios de Alagoas visinhos de Pernambuco com os seus respectivos limites, sem ultrapassar o territorio delimitado pelos autos legaes pags. 100 a 111.

Fecha seu trabalho com chave de ouro, confessando ignorancia sobre pontos que reputa de muita importancia para um estudo completo e definitivo sobre o assumpto, que é a parte orographica concernente aos limites dos Estados, pag. 112.

São palavras textuaes a respeito: «Mas a falta quasi absoluta de material para de um modo, sinão satisfactorio, ao menos approximado, abordarmos a materia nos obriga a deixal-a de parte», pag. 112.

Para dar testemunho do nosso desprendimento e do desejo que temos de secundar os esforços do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, abrimos mão de reivindicar quasi todo o terreno occupado, mas é justo que revertam para nós os trechos de Matta Grande, Sant'Anna de Ipanema, Palmeira e Victoria, usurpados pela pretenção de autoridades dos municipios visinhos em Pernambuco, para usufruirem o rendimento dos impostos das povoações ahi situadas.

Rio de Janeiro, Séde da Sociedade de Geographia, Agosto 1919.

Dr. Manoel Moreira e Silva.
Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior.

Ainda sobre a momentosa questão, trasladamos para a nossa Revista, archivando-o, o artigo abaixo, inserto no *Diario Official*, do Estado, em sua edição n. 2.341, de 23 de junho de 1920 :

RECLAMAÇÕES

SOBRE O TERRITORIO CONTESTADO POR PERNAMBUCO

Os limites geraes de Alagoas estão perfeitamente determinados por documentos de valor irrecusavel e são : o auto de limites assignado á villa de Cimbres, 1762, e Alvará de creação da Comarca do Sertão, 1810, o auto de limites da villa de Garanhuns, 1813, os quaes todos se referem positivamente á delimitação sempre respeitada com as villas de Penedo, 1636, Anadia, 1802, e Atalaia, 1762 ; actos todos praticados pelo Governo Geral de Portugal e do Brasil, do tempo em que o territorio de Alagoas não tinha sido elevado á categoria de Capitania independente, 1817 a 1819, e estava sujeita ao Governo de Pernambuco até essa data.

Os limites de Nordeste no municipio de Porto Calvo deviam ter sido determinados no Alvará de concessão a Christovão Lins, documento que desappareceu provavelmente nos incendios da invasão hollandeza. Esses limites deviam ter sido pelo rio Una, pois em documento official de 1746 se vê que a freguezia de Una, assentada em uma e outra margem deste rio, pertencia em parte á villa de Serinhaen em parte á villa de Porto Calvo, sendo esta provavelmente o territorio aquem do Una. A expansão do povoamento de Pernambuco nessa parte foi levando a população até ao rio Taquara, ao rio Jacuhype e ao rio Persinunga, onde se fixaram as creações de freguezias até 1809, fazendo limites que se tornáram definitivos.

Pernambuco estendeu seu povoamento pelo territorio alagoano e quando teve suas Assembléas Provinciaes determinou limites a esses territorios usurpados, Buique, Aguas Bellas, Bom Conselho, Quipapá, e estão nesse caso, occupando territorio alagoano em maior ou menor extensão nos municipios de Matta Grande ou Paulo Affonso, Sant'Anna do Ipanema, Palmeira, Victoria e São José da Lage.

Dahi reclamações que vamos discutir por partes.

MATTA GRANDE

E' neste municipio onde tem havido mais serias questões, porque além da expansão do povoamento, que produziu uma usurpação astuciosa de territorio, deu-se mais a «invasão» á mão armada das autoridades de Buique.

Matta Grande ou Paulo Affonso fez parte do territorio da primitiva villa de Penedo. A lei provincial de Alagoas, de 18 de Março de 1837 erigiu-a em freguezia e villa ao mesmo tempo, dando-lhe por limite, a *leste* o riacho das *Cabaças* e o *Capiá* até onde encontrasse os limites de Pernambuco, e do outro lado o riacho Moxotó de sua foz no Francisco até ao Espirito Santo na margem esquerda do Riacho Manary affluente do Moxotó.

A lei não deu a linha de limites com Pernambuco.

Essa linha, tendo em conta os actos legaes anteriores, devia ser do riacho *Capiá* á serra de Santa Maria, d'ahi até encontrar a estrada que deu limites a *Cimbres* e por esta estrada para o poente até o Rio Moxotó na fazenda da Cruz, ao norte do Manary, conforme os limites de Garanhuns, 1813, e Cimbres, 1762.

Entretanto a expansão do povoamento do lado de Aguas Bellas deu logar que ao limite da villa de Garanhuns, que, vindo da serra do Carangueijo para a dos Cavallos, devia passar no Olho d'Agua do Genipapo a meia legua de Aguas Bellas, e na serra do Cumanaty citada como limite em documento official de 1746, a que se refere o Dr. Pereira da Costa. fosse desviado para a barra do riacho Tapera no Ipanema, em um Genipapo que não existe nem nunca existiu ahi, e levado pelo Tapera acima fosse á serra de Santa Maria, como ainda em 1836 cita o Dr. Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente de Pernambuco.

Ainda a expansão de povoamento do lado de Buique, onde na linha de limites entre Cimbres e o rio de São Francisco se fundou o importante povoado de Gamelleira, que é o segundo districto do Municipio de Buique, foi entrando no territorio antigo de Penedo e parou nas margens do Manary que ficou reputado como limite.

Convem notar que o Dr. Candido Mendes, em seu Atlas do Brasil, dá para Alagoas, como limite, uma linha que vai do Taquara ao Genipapo, na foz do Tapera, e desde Genipapo ao Manary.

Si se collocar o Genipapo em seu verdadeiro logar, a sueste de Aguas Bellas, vê-se que essa linha, com pequena differença do lado do Moxotó, é a linha dos limites assegurados dos actos legaes já referidos.

Entretanto, as autoridades de Gamelleira não deixaram de tentar exercer jurisdicção nos povoados de Páo Ferro, Exú, Marianna e Espirito Santo alagoano, ao sul do Manary.

Até 1819, emquanto Alagoas foi comarca da Capitania de Pernambuco, Buique continuou na parte judiciaria annexa á comarca de Alagoas, tanto assim que, quando em 1810 se creou a comarca do Sertão, em cujo Alvará foram citados villas, freguezias, julgados, povoações que deviam constituir a nova comarca, não vem designado Buique, já freguezia desde 1793 e Aguas Bellas desde 1766.

Ligados a Pernambuco os habitantes de Buique pelo parentesco de origem e pela dependencia na parte civil e administrativa, uma vez que Alagôas era comarca da Capitania de Pernambuco, foram-se furtando á jurisdicção da nova Capitania de Alagoas, installada em 1810, amparados pelo periodo de agitações, que seguiu á revolução de 1817 e continuou na campanha da independencia e nas luctas politicas até á promulgação do acto addicional em 1834.

Creadas as Assembléas Provinciaes, que começaram a funccionar em 1835, este ramo do poder provincial, que nos primeiros tempos se arvorou de alta competencia até a Lei da interpretação em 1841, confirmou a pretenção dos habitantes limitrophes e consumou a usurpação do territorio com a lei de 1854 que creou a villa de Buique e annexou-lhe a freguezia de Aguas Bellas, quando já por lei Provincial de Alagoas, de 18 de Março de 1837, tinham sido creadas a freguezia e villa de Matta Grande, com limites até aos limites do Pernambuco,

que não podiam ser outros senão os dados pela creação da villa de Cimbres em 1762, comarca do Sertão, 1810, e villa de Garanhuns, em 1813 ; actos qne não foram revogados por actos legaes posteriores, como se pode verificar na collecção de Leis do Reino de Portugal.

Uma vez libertado Buique da jurisdicção de Alagoas, as autoridades desse municipio começaram a fazer tentativas de jurisdicção sobre nosso territorio, tentativas que, não sendo energicamente combatidas pelo Governo de Alagoas, foram se tornando cada vez mais pressivas, a ponto de ser Marianna occupada pela força armada de Gamelleira, que expulsou nossas autoridades e até a propria professora !...

A villa do Penedo, uma das tres que formaram o territorio de Alagoas, estendeu sua jurisdicção pelo sertão tanto para o alto São Francisco, como para o norte, seguindo os rios affluentes do baixo São Francisco. especialmente o Ipanema e o Moxotó, o que se vê no quadro junto extrahido do 281 volume dos Annaes da Bibliotheca Nacional—Rio de Janeiro, publicação de documentos extrahidos dos archivos reaes de Lisbôa.

Seu territorio constitue actualmente na região limitrophe as villas de Matta Grande e Sant'Anna do Ipanema e constituiu outr'ora a freguezia de Traipú, donde sahiram as novas circumscripções civis e ecclesiasticas da região do São Francisco.

INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

1749

Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 28

Cidades e Villas—Pag. 4...

Cidade — Olinda — Cabeça de Governo.

Villas — Santo Antonio do Recife : Iguarassú ; Goyana ; Serinhãen ; Porto Calvo ; Alagoas e Penedo.

Comarca de Alagoas — Pag. 463.

A comarca de Alagoas tem Capital a villa deste nome e por termo as villas de Porto Calvo e Penedo ; tem seu principio pela parte do Norte em o Rio Persinunga... pelo sertão se separa da comarca de Pernambuco em a serra do Communaty.

ALDÊAS

sujeitas á junta das Missões deste Bispado. Villa do Penedo ; São Braz ; Cariris ; Progés da lingua geral, Alagoa Comprida ; Carapatós ; Pão de Assucar ; Chocós da lingua geral; Alagoa da serra do Communaty (Aguas Bellas) Carijós da lingua geral.

Actos de jurisdicção civil e administrativa

Em 2 de Março de 1877 o Presidente de Alagoas fez ao de Pernambuco uma reclamação sobre invasão de autoridades de Buique no municipio de Matta Grande. Documento n. 1.

Em 27 de Fevereiro de 1880 o Inspector do Thesouro de Alagoas reclamou ao Presidente da Provincia providencias, para evitar a invasão de autoridades de Pernambuco sobre Marianna e Páo Ferro. Documento n. 2.

Em 24 de Março de 1880 o Presidente de Alagoas, Dr. Cincinato Pinto da Silva, reclamou perante o Ministro do Imperio e da Agricultura, o Conselheiro Sinimbú, alagoano, sobre invasão de autoridades de Pernambuco em Marianna e logares visinhos, remettendo a reclamação do Inspector do Thesouro, de 28 de Fevereiro de 1880, e officiou ao Presidente de Pernambuco. Documento n. 4.

O Ministro da Agricultura, em officio de 7 de Abril de 1880, submetteu o caso ao parecer do Barão Homem de Mello e, por officio de 9 de Abril, ao Dr. Joaquim Norberto, encarregado de estudar os casos de limites das Provincias. Documento n. 4.

Em 5 de Junho de 1882. Joaquim Norberto deu parecer que nos é favoravel. Documento n. 5.

Em 22 de Agosto de 1882, Jezuino Trindade deu parecer tambem favora-

vel, apezar de ter tomado limites inferiores aos legaes. Documento n. 6.

Em 6 de Novembro de 1889 o chefe de Policia do Alagoas, Dr. Joaquim José Gomes, respondendo á reclamação do Chefe de Policia de Pernambuco, em officio de 21 de Setembro de 1889, mostrou que Marianna, Exú e Espirito Santo, pertenciam a Alagoas. Documento n. 7.

De 1637 a 1887 Buique invadiu por vezes Marianna.

Em 1887, á requisição do Presidente de Alagoas, o de Pernambuco reconheceu o direito desta e recommendou ás autoridades de Buique abstenção de hostilidades. Documento n. 8.

O Bispo de Olinda resolveu do mesmo modo quanto ao ecclesiastico. Documento n. 9.

De 1387 a 1883 cessam as invasões.

Em 1883 as autoridades da Gamelleira invadiram Marianna á força armamada. Documento n. 10.

Em 4 de Maio de 1894, o Governador de Pernambuco, Major Alexandre José Barbosa Lima, reclamou ao de Alagoas contra a invasão de autoridade de Matta Grande em Marianna. Documento n. 11.

Juntando : Officio do Juiz do 2º districto de Buique ao Juiz de Direito em 28 de Novembro de 1894. Documento n. 12

Officio do Juiz de Direito de Buique ao Questor de Pernambuco, em 30 de Março de 1894, Documento n. 13.

Officio do Prefeito de Buique ao Governador de Pernambuco, em 3 de Março de 1894. Documento n. 14.

Representação dos moradores de Marianna. Documento n. 15.

Officio do Questor de Pernambuco ao Governador do mesmo Estado, em 9 de Abril de 1894. Documento n. 16.

Em 9 de Maio de 1894 o Governador de Alagoas concordou com o Governador de Pernambuco, para determinar os limites por meio de uma commissão. Documento n. 17.

Em 30 de Maio de 1894 o Governador de Alagoas responde ao officio de 4 de Maio ao Governador de Pernambuco, confirmando o direito de Alagoas, avisando invasões em Mariana e reiterando o convite para resolver amigavelmente a questão de limites. Documento n. 18.

Em 9 de Novembro de 1894 o intendente (chefe do executivo municipal) de Paulo Affonso, reclama do Governo de Alagoas contra a intervenção das autoridades de Gamelleira em Marianna. Documento n. 19.

Em 14 de Dezembro de 1894 o Governador de Alagoas reclama de Pernambuco, conforme representação do Intendente de Paulo Affonso em 9 de Novembro de 1894 (doc. n. 19) e renova o convite de 9 de Maio de 1894 (doc. n. 17) para resolver a questão de limites por uma commissão. Documento n. 20.

Em 18 de Janeiro de 1895 o Governador de Pernambuco, pela Secretaria da Industria, respondeu que esperava do Congresso meios para resolver a questão de limites por meio de uma commissão. Documenfo n. 21.

Em 31 de Julho de 1895 o Congresso de Alagoas autorizou as despezas para a demarcação de limites com Pernambuco. Documento n. 22.

Em 1º de Setembro de 1896 o Concelho Municipal de Paulo Affonso representou ao Governo de Alagoas, pedindo a fixação de limites.

Em 1887 o Governador de Pernambuco e o Bispo de Olinda reconheceram o direito das autoridades civis e religiosas de Matta Grande sobre Marianna.

As autoridades civis de Buique tempos depois (1893) desrespeitaram essas decisões. Documento n. 23.

Em 1º de Maio de 1897 uma Lei do Congresso de Pernambuco autorizou a demarcação dos limites com Alagoas, conforme communicou o Governador de Pernambuco, em officio de 17 de Fevereiro de 1898. Documento n. 24.

Em 26 de Fevereiro de 1903, representação do Intendente de Paulo Affonso. Documento n. 25.

Em 23 de Junho de 1914 o mesmo assumpto. Documento n. 26.

Em 28 de Julho de 1914 o Coronel Pedro Rodrigues dirige ao Governador Coronel Clodoaldo da Fonseca uma carta sobre limites, referindo-se a uma publicação do Ministerio da Agricultura. Documento n. 27.

Em 1º de Agosto de 1915 os moradores de Marianna dirigiram uma representação ao Senador Estadual de Alagoas, Coronel Pedro Rodrigues. Documento n. 28.

Um mappa do Dr. Guilherme Lane, chefe da commissão de trabalhos sobre as seccas do Nordeste, traçando limites a partir do verdadeiro Genipapo em Aguas Bellas. Documento n. 29.

Actos de jurisdicção ecclesiastica

Lei de 18 de Março de 1837. Crêa a freguezia de Matta Grande e dá-lhe limites. Documento *A*.

14 de Abril de 1844. Provisão do Bispado para erigir a Capella do Exú. Documento *B*.

1848. Actos religiosos praticados no Espirito Santo. Documento *C*.

1855. Actos religiosos praticados em Marianna pelo Padre Diogo de Jesus. Documento *D*.

6 de Dezembro de 1888. Decisão do Governador do Bispado aos vigarios de Buique e Matta Grande em favor deste. Documento *E*.

22 de Junho de 1889. Reclamação do Vigario de Matta Grande. Documento *F*.

10 de Agosto de 1889. Resposta do Governador do Bispado decidindo que Exú e Marianna pertencem á Matta Grande. Documento *G*.

1888. Lista de baptismos e casamentos no Exú, Marianna e Espirito. Documento *H*.

Dissolvido o Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, Alagoas, por seu representante, deputado Costa Rego, e Pernambuco, representado pelo Dr. Gonçalves Maia, ha pouco fallecido, ambos devidamente habilitados e representantes dos dois Estados na Conferencia de Limites Estaduaes, que se reuniu no Rio de Janeiro, em junho de 1920, accordaram submetter a questão a arbitramento, tendo a escolha do arbitro recahido no eminente jurista Dr. Prudente de Moraes Filho, lavrando-se desse ajuste o seguinte documento :

Compromisso para arbitramento na questão de limites entre Alagoas e Pernambuco

CLAUSULA 1ª

Os Estados de Alagoas e Pernambuco, pelos seus representantes na Conferencia de Limites Estaduaes, inaugurada no Rio de Janeiro em 1º de Junho de 1920, o primeiro pelo Sr. Pedro da Costa Rego, e segundo pelo Dr. José Gonçalves Maia, competentemente habilitados, tendo de accordar sobre os limites definitivos na parte contestada, ajustam, por proposta do representante de Alagoas, resolver por arbitramento a mesma questão.

CLAUSULA 2ª

O Dr. Prudente de Moraes Filho será o arbitro unico acceito e decidirá sobre os respectivos limites em vista das provas apresentadas por ambas as partes, ou por outras provas e documentos por elle colhidos livremente, de modo a dar uma decisão baseada no direito e na geographia, fundamentando todas as suas conclusões, podendo, caso julgar necessario, designar profissional habilitado, e de sua confiança, para estudos e levantamentos topographicos na região litigiosa, correndo as respectivas despezas por conta dos Estados interessados, que terão o direito de nomear representantes seus junto á pessoa designada pelo arbitro.

CLAUSULA 3ª

Fica entendido que na determinação dos limites, na parte contestada *deverá prevalecer o criterio da linha divisoria fundada em titulo legal e onde não haja titulo a linha se fará observando, tanto quanto possivel, as raias da posse, ou, ainda, os accidentes naturaes e geographicos do terreno.*

CLAUSULA 4ª.

O praso para o laudo arbitral será de seis mezes da data da assignatura deste, descontado do mesmo o espaço de tempo necessario aos estudos e levantamentos topographicos na região litigiosa na hypothese prevista na ultima parte da clausula 2ª.

CLAUSULA 5ª.

O laudo será «ad referendum» dos Congressos dos dois Estados, na forma das suas Constituições.

E, por terem assim ajustado, lavram o presente, que vae assignado pelo arbitro, Dr. Prudente de Moraes Filho, e pelo dois representantes dos Estados de Alagoas e Pernambuco, em copias.

Rio de Janeiro, 12 de Julho de 1920.

Prudente de Moraes Filho, Pedro da Costa Rego, J. Gonçalves Maia.

Dados e esclarecimentos sobre a Carta Chorographica do Estado de Alagoas, organisada pela Commissão de Propaganda de Immigração e Colonisação, de ordem de seu chefe o Exmo. Governador Major Dr. Gabino Besouro, em 1893.

Esta carta foi levantada pelo Dr. Manoel Rodrigues Baptista, engenheiro que não era de Alagoas, nem tinha interesse na questão de limites que então não se agitava, havendo uma tregua desde 1887.

Elle não consultou nem o engenheiro das obras publicas do Estado, que exercendo esta e outras funcções no Estado ha mais de 20 annos conhecia muito bem a chorographia delle; nem consultou tambem o Lente de Geographia do Lyceu de Maceió, que devia presumir-se entendido no assumpto. Nella se achão erros palpaveis. O rio «Gravatá», por exemplo, ao norte de Paulo Affonso, tomado como o «Manary» ao sul de Marianna, quando o «Manary» passa ao norte deste povoado e o «Gravatá» está no caminho de Paulo Affonso ou Matta Grande para o Espirito Santo; a serra de Santa Maria que passa ao norte de Marianna, collocada ao sul deste povoado, correcção que se verifica comparando a carta do Dr. Baptista com o mappa de Pernambuco do Dr. Guilherme Lane.

Entretanto, elle teve conhecimento do terreno litigioso e se não fosse o erro de um supposto Genipapo á margem do «Panema», que não existe nem existiu nunca nesse logar, elle teria traçado a linha dos verdadeiros limites.

Levante-se a linha do terreno litigioso consignada na carta do Dr. Baptista para a serra do «Communaty», ao norte de Aguas Bellas e que tanto o Dr. Pereira da Costa como o Dr. Gonçalves Maia reconhecem como limites entre os dous Estados, segundo documentos authenticos, ella irá direita á serra dos «Cavallos», como se vê na carta do Dr. Lane, deixando «Correntes», «Bom Conselho», como estão na carta do Dr. Baptista e mais Aguas Bellas, dentro do terreno litigioso. Essa linha passa ao norte de Aguas Bellas, proxima ao povoado do «Genipapo», existente nessa região e que antigamente foi tido como ponto limitrophe, antes que Pernambuco tivesse dilatado o limite para a barra do riacho «Tapera». D'ah talvez a confusão desse Genipapo no «Panema».

Na carta do Dr. Baptista, o rio que está com o nome de «Manary» é o «Gravatá»; ao norte deste fica Marianna, e ao norte deste povoado, o rio «Manary» que vem da serra da Santa Maria,—serra que corre ainda para o norte. Compare-se com a carta do Dr. Lane.

Este «Genipapo», que vem na carta do Dr. Candido Mendes e do Dr. Baptista nunca existiu, nem existe no «Panema» ou «Ipanema»; é povoado antigo no olho d'agua do ribeiro «Genipapo», que corre para o riacho «Dous Riachos» affluente do «Panema» e entra no «Dous Riachos», antes dos limites actuaes contestados.

E para prova de que esse territorio era reputado alagoano, o Dr. Mario Mello

em sua obra—«Rios de Pernambuco»—á pagina 49-50 diz: «Genipapo» tributario dos «Dous Riachos», affluente do «Ipanema» nos limites de «Alagoas com Pernambuco». Dada a linha actual de limites, o ribeiro «Genipapo» está inteiramente no terreno reclamado por Pernambuco. Só uma reminiscencia do passado explica semelhante asserção.

(Do «Diario Official do Estado n. 2.373 de 3 de Agosto de 1920).

Apreciação de uma carta dirigida aos Drs. Diegues Junior, Democrito Gracindo e Costa Leite.

Recebemos a seguinte carta:

«Maceió, 14 de Agosto de 1920. — Exmo. Snrs. Drs. Diégues Junior, Democrito Gracindo e Costa Leite. Saudações. — Nada entendo destas questões de limites, mas ouço dizer que nossa questão com Pernambuco vai muito mal, não só porque a carta de nosso Estado está errada, como porque nossos representantes abandonaram por completo a questão da posse que favorece Pernambuco. Peço que os illustres patricios tomem uma providencia sobre isto, pois o que estou escrevendo é a expressão da verdade.— *Um Velho Alagoano.*»

Uma vez que se trata de uma noticia que tem curso é preciso orientar convenientemente a opinião publica.

Não precisamos para solução da questão de limites a nosso favor sinão da opinião manifestada pelo illustre Delegado de Pernambuco em uma entrevista que deu a — *Noite*, — publicada nesse jornal no n. 16 de Junho p. passado.

Não queremos outros limites sinão os que elle estabelece: a serra de Santa Maria, a serra dos Cavallos, a serra do Comunati, a do Carangueijo e a do Cavalleiro; além destes só precisamos liquidar o do extremo Noroeste que está no auto de limites da villa de Cimbres — constante do titulo — Cimbres — no Diccionario do Dr. Sebastião Galvão; e do extremo Nordeste que está convencionalmente estabelecido pelo Persinunga, Jacuhype e Taquara.

Estes mesmos limites são confirmados pelo Dr. Pereira da Costa no trabalho que elle publicou para defeza do direito de Pernambuco contra Bahia e Alagoas.

Não queremos nada mais do que isto !...

Não nos consta que se tenha allegado a posse como titulo acquisitivo em favor de Pernambuco.

Pelo contrario: no convenio firmado em 12 de Julho deste anno na conferencia especial convocada pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, se estipulou que só valeria a posse em falta de titulo legal, clausula 3ª.

Nossa carta corographica publicada em 1893 pela Commissão de Propaganda de Colonisação e Immigração, não foi uma carta levantada com intuitos juridicos nem mesmo geographicos; pois na confecção della não collaborou nem o engenheiro das obras publicas de então, o dr. Manoel Candido Rocha de Andrade, muito versado na chorographia do Estado, nem o lente de Geographia que se devia suppor habilitado.

E' assim que nella o rio Gravatá é chamado Manary, mas ainda assim vê-se que o limite do Estado passa ao norte desse rio, isto é, do Manary. Nella se consigna um terreno litigioso, que abrange Bom Conselho e Correntes; mas a linha de limites vai a um falso Genipapo, que não existe nem nunca existiu na margem do rio Ipanema; si se levar a linha á serra do Comunati e á dos Cavallos passará proximo do verdadeiro logar Genipapo a leste de Aguas Bellas tido como ponto limitrophe. (Diccionario do Dr. Sebastião Galvão, palavra Genipapo). E então essa linha posta no verdadeiro Genipapo collocará no terreno litigioso não só Correntes e Bom Conselho, como tambem Aguas Bellas.

Já se vê que nossa carta não é tambem favoravel a Pernambuco, como se propala.

Outro argumento que se levanta é que os Delegados de Alagoas no Congresso de Bello Horizonte, numa segunda Memoria, restringiram a extensão do territorio contestado.

Não houve tal.

Os Delegados de Alagoas apresentaram uma Memoria mostrando clara e positivamente a formação perfeita dos limites de Alagoas com Pernambuco até 1813 ; e depois da exposição positiva de seu direito, terminaram dizendo:

E' a restituição deste direito que temos de pleitear.

No correr da discussão na conferencia previa do Rio de Janeiro na séde da Sociedade de Geographia ; alli. devido ao appello dos que julgavam — «um desastre que se encerrassem os trabalhos da Conferencia sem ter colhido das reuniões realizadas os fructos esperados ; — dos que julgavam — uma vergonha que o Brasil em 1922 não estivesse fraternizado, uno, poderoso e coheso» ; — considerando que para um accordo é necessario a cessão de direito de parte a parte, os Delegados de Alagoas se propuzeram em uma conferencia a abrir mão de parte do terreno occupado, comtanto que voltasse para a Alagoas a parte—«uzurpada por violencia das autoridades dos municipios visinhos em Pernambuco para usufruirem o rendimento dos impostos das povoações ahi situadas».

Tal proposta, porém, não foi acceita. Ficou, portanto, prevalecendo o direito liquido provado com a formação regular e legal de nossos limites.

Não foram restringidos os direitos, foi cedida uma parte delles.

Os limites entre Alagoas e Pernambuco foram a principio indecisos, como era de presumir em uma pequena população espalhada em um territorio enorme. Ficaram, porém, determinados os limites costeiros que se fizeram pelos rios mais notaveis. A jurisdicção para o interior se fazia conforme a maior proximidade dos centros principaes que na região de que se trata eram Olinda, Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

Assim permanecem até á creação da Comarca de Alagoas em 1711 que não teve ainda limites certos. Por isso em 1715, quando o Ouvidor teve de fazer correição na villa de Penedo, foi necessario que a Camara informasse quaes eram os lugares de sua jurisdicção, porque não havia limites certos.

E' o que se vê da certidão da Camara Municipal de Penedo, em Dezembro de 1745.

Quando, porém, a população foi augmentando, fez-se a necessidade de circumscripções no interior as quaes foram mandadas installar por ordem do Governo.

Assim entre 1762 e 1813 appareceram as villas de Cimbres 1762, Tacaratú 1762, Cabrobó 1762, Atalaia 1765, o julgado 1767, depois villa do Garanhuns 1813, a villa de Anadia 1801, todas com limites demarcados ; além da Comarca do Sertão 1810, que não tendo limites assignalados por ter sido feita de circumscripções já limitadas, todavia teve a indicação das villas, julgados e povoações que a compunham, ficando bem visivel quaes as villas e povoações que não faziam parte della.

Assim, conforme consta do acto da creação da Comarca do Sertão em 1810, ficaram fóra de sua jurisdicção Aguas Bellas e Buique que continuaram na jurisdicção de Alagoas.

Quando em 1813 se assignalaram os limites da villa de Garanhuns, os limites da Comarca de Alagoas ficaram perfeitamente determinados e foram a oeste do rio Moxotó até á Cruz limite entre Tacaratú, Cimbres e Penedo (vide o auto de Cimbres) ; ao norte a estrada do Sertão limite entre Cimbres e Penedo (vide auto de Cimbres) até encontrar os limites de Garanhuns (vide auto de limites de Garanhuns) ; depois a serra de Santa Maria, o Tapera, a serra dos Cavallos, a do Carangueijo, a do Cavalleiro, a do Mendes até ás nascenças do Taquara, conforme consta do auto de Garanhuns.

Estas circumscripções abrangiam o territorio da foz do Moxotó por esse acima atè ao poço da Cruz e d'ahi pela linha do Norte até as nascenças do Taquara.

A linha das nascenças do Taquara até ao mar, posto que nunca determinada de um modo positivo, ficou entretanto regularisada pela creação de freguezias

annexas aos municipios de Pernambuco até 1809, com excepção do tracto entre o Una e o Persinunga, onde estava a freguezia de Una que pertencia em parte a Serinhaem e em parte a Porto Calvo, como se vê em documento citado em 1748. Depois de disputas, em que as autoridades visinhas em Pernambuco allegavam até a existencia de varios Persinungas, que hoje se reconhece ser um só, fixou-se a linha de Persinunga ao Jacuhipe, por este até a foz do Taquara e por este até sua nascença.

Tudo isso resalta da exposição feita à vista dos documentos authenticos nas differentes memorias offerecidas pelos Delegados de Alagoas.

Os limites de Alagoas estão, portanto, determinados no auto de limites da villa de Cimbres, 1762, no decreto da creação da Comarca do Sertão, 1810, no auto de limites da villa de Garanhuns, 1813, na creação das freguezias annexas a Pernambuco até 1809, a nordeste, na determinação dos limites de Atalaia, 1765, e de Anadia 1801, aos quaes se refere positivamente o auto de limites de Garanhuns.

Provocamos a quem quer que seja que nos mostre um acto authentico, emanado de autoridade competente que altere esses limites.

Na formação de Capitania installada em 1819, sem determinação de limites, porque elles estavam feitos, houve um periodo de confusão, mantido pelas consequencias da revolução de 1817 e pelo advento da guerra da independencia e originado da ignorancia dos documentos que formaram esses limites.

Dahi resultou a população visinha da linha de limites furtar-se á autoridade de Alagoas, muito naturalmente porque antes da creação da Capitania de Alagoas estavam como as villas de Alagoas, sujeitas á jurisdicção civil de Pernambuco.

Por isso a Junta Governativa em 1821 dirigiu uma representação, pedindo que esses limites fossem fixados precisamente.

Dahi até 1835, em que se installaram as Assembléas Provinciaes que pelo —Acto Addicional tinham competencia para formar a divisão civil, administrativa, judiciaria e ecclesiastica das provincias, as circumcripções formadas pelo Governo Central referiram-se sempre aos limites com Pernambuco, que não podiam ser outros sinão os fixados em lei ou em actos legaes de autoridade competente. São deste numero a villa de Assembléa, hoje Viçosa, e a de Imperatriz, hoje União, fundadas em 1831.

De 1835 em diante, sob o regimen das Assembléas Provinciaes, Pernambuco começou a formar villas com limites arbitrarios, invadindo o territorio alagoano, depois de formados os limites dos municipios de Alagoas.

Dous unicos municipios de Alagoas têm esses limites dubios : o de Matta Grande ou Paulo Affonso que do lado do Capiá diz :— «até encontrar os limites de Pernambuco e do lado Moxotó, diz : — até ao Espirito Santo, — isto é, até a foz do Manary ; e o de Victoria ou Quebrangulo que se refere positivamente aos limites com — Papacaça — ou Bom Conselho. Entretanto Papacaça ou Bom Conselho e Correntes começaram a ser povoados em 1824 e 1826, e foram feitos municipios em 1860 e 1848 quando já estavam constituidos os municipios fronteiros de Palmeira (1835) e Viçosa ou Assembléa (1831), todos sahidos do primitivo municipio de Atalaia que é claramente citado nos limites assignalados a Garanhuns no respectivo auto, em 1815.

São municipios fronteiros do lado de Pernambuco, Buique 1854, Aguas Bellas 1871, Bom Conselho ou Papacaça 1860, Correntes 1848, do lado de Alagoas, Paulo Affonso ou Matta Grande 1837, Sant'Anna do Panema 1836, Palmeira 1835, Viçosa ou Assembléa 1831, União ou Imperatriz 1831 e Victoria ou Quebrangulo 1871, que foi freguezia em 1856 «antes que Bom Conselho ou Papacaça fosse municipio em 1860», tendo sido Quebrangulo ou Victoria tirado de Assembléa ou Viçosa villa desde 1831 antes que Bom Conselho fosse freguezia e portanto todas as creações de Pernambuco

tinham que respeitar os limites assignalados no auto de Garanhuns 1813.

Deste demonstrativo se vê que na formação dos municipios de Alagoas não se reconheceu o direito de Pernambuco a territorio alagoano ; antes em razão da dubiedade sobre esses limites por falta de conhecimento dos actos legaes que os fixaram, Alagoas se refere genericamente aos limites de Pernambuco, não podendo deixar de ser aos limites legaes formados por autoridade competente.

Depois dos actos arbitrarios das Assembléas Provinciaes de Pernambuco, formando limites sem fundamento legal, ainda temos invasões violentas de autoridades fiscaes de Pernambuco para cobrança de impostos.

Dahi resultam duas especies de territorio litigioso : UMA formada por expansão de povoamento que vinha de Pernambuco e furtou-se a autoridade da nova Capitania ; OUTRA de invasão arbitraria das Assembléas Provinciaes e das autoridades civis e religiosas de Pernambuco.

Os limites assignalados na Carta topographica do Dr. Coêlho Brandão são evidentemente parciaes sem fundamento juridico. Onde elle assenta a posse de Marianna tomada violentamente de assalto pelas autoridades de Gamelleira em 1893? Como elle explica a posse do territorio de Palmeira e Quebrangulo cedido pelos respectivos vigarios ao de Bom Conselho e posteriormente occupado pelos agentes fiscaes de Pernambuco ? Como elle cede a Pernambuco o territorio entre a serra do Capim e a do Canivete quando o Dr. Pereira da Costa em sua Chorographia de Pernambuco dá a serra do Capim como limite entre os dous Estados ?

O Dr. Coelho Brandão formou os limites imaginarios levado unicamente pelas informações das autoridades de Pernambuco.

Duvidamos que elle seja capaz de fundamentar em actos legaes os limites que estabelece em sua informação.

15—dezembro—1920.

(*Diario Official* de Alagoas, n. 2.486, de 31 de Dezembro de 1920.

Resumo da questão de limites, reduzida aos tres documentos essenciaes que provam exhuberantemente o direito de Alagoas.

RESUMO

Para que o publico avalie as condições da questão de limites entre Alagoas e Pernambuco, damos em resumo os tres documentos em que se basea nosso direito e que são o fundamento de nossa reclamação. Bastam-nos simplesmente esses tres documentos irrecusaveis.

I

Auto de limites da villa de Cimbres, em 3 de Abril de 1762.

Nelle se lê : «...até a fazenda da Cruz, que é extrema tanto da freguezia de Tacaratú, como do termo da villa do Penedo... seguindo a estrada real que é a divisa para o rio de S. Francisco e para a villa de Cimbres...»

Ahi estão limites entre Cimbres e Penedo. No documento de Garanhuns ver-se-á que os limites de Garanhuns encontram os de Cimbres.

Este documento de Cimbres consta do Diccionario do Dr. Sebastião Galvão, pag. 181-183, que é insuspeito para Pernambuco.

Depois, quando Pernambuco quiz dilatar seu territorio á custa do Municipio de Paulo Affonso ou Matta Grande, já formado em 1836, aproveitando-se da ignorancia dos verdadeiros limites por parte de Alagoas, ampliou os seus do Poço da Cruz até Caroá, onde o ribeirão Manary desagua em Moxotó, e deixando a estrada do sertão, que vae ao Ipanema acima da foz do Manary até ao Exú para apanhar Marianna, não se contentando com a antiga linha da foz do Manary á do Tapera, com a qual Marianna ficava em territorio alagoano, como esteve até 1893, em que foi occupada pela força de Gamelleira em Buique. (Dicc. do Dr. Sebastião Galvão, pela via Buique, 127, columna n. 2).

E' por isso que no Mappa de Pernambuco, publicado á requisição do

Governo do Estado, vêem-se ahi duas linhas de limites.

II

Creação da Comarca do Sertão em 15 de Janeiro de 1810, que se acha na collecção de Leis Brasileiras colligidas pelo Conselheiro José Paulo de Figuerôa Nabuco de Araujo, desde o anno de 1808, pag. 216-217, e vem igualmente no Atlas de Candido Mendes.

Cita villas, julgados, povoações que fazem parte da comarca, não estando, porém, Buique e Aguas Bellas que são citadas na «Informação da Capitania de Pernambuco»—1749—volume 28, dos Annaes da Bibliotheca Nacional e eram já freguezias em 1810. Vide Dicc. Dr. Sebastião Galvão.

Não fallou em Bom Conselho e Correntes, que só começaram a existir em 1824 e 1826, como se vê no Diccionario do Dr. Sebastião Galvão.

III

Limites da villa de Garanhuns, assignalados no auto de 23 de Dezembro de 1813.

Vem citado em toda a parte por Pernambucanos e Alagoanos e até no *Jornal do Commercio*, do Recife, de 11 de Agosto de 1920, como documento de alta valia para Pernambuco.

Esse documento diz:

«Pela parte do nascente pela serra do Mendes... para a parte do sul com a villa de Campos de Anadia na serra do Carangueijo que desce para a povoação de Palmeira e pelo mesmo cordão da serra, indo para o poente até á serra dos Cavallos... por este (riacho Tapera) acima até topar na serra de Santa Maria e dahi virá demarcando com Cimbres.

Aqui estão os limites de Garanhuns com Atalaia, Anadia e Penedo.

Estes tres documentos irrecusaveis mostram os nossos limites entre Cimbres e Garanhuns do lado de Pernambuco e Penedo (Rio de S. Francisco) Anadia e Atalaia, no lado de Alagoas, circumscripções unicas que existiam naquelle tempo, até 1813, e das quaes se derivaram todas as que existem actualmente.

Não se comprehende a região de Porto Calvo que fórma a linha Persinunga, Jacuhype e Taquara.

Agora vejamos que os representantes de Pernambuco estão de accordo com esses limites.

Entrevista do Dr. Gonçalves Maia á *Noite*, jornal do Rio de Janeiro, de 16 de Junho de 1920... Entretanto esses limites existem porque na «Informação Geral» estão claros... limita-se com Pernambuco pelo Persinunga, termina pela parte do sul com o Rio S. Francisco e separa-se de Pernambuco no sertão pela serra do *Communaty*. Continúa a entrevista:

«A Carta Régia de 10 de Março de 1811, seis annos antes da elevação de Alagoas a Capitania, creava a Comarca de Garanhuns e fixava os limites desta ultima Comarca pelo sul com a villa de Atalaia na serra do Cavalleiro, serra do Carangueijo, serra dos Cavallos, serra do Carocol, Nova Barra do Riacho, Tapera, por este acima até topar na serra de Santa Maria e d'ahi demarcando-se com Cimbres».

Esta limitação concorda bem com a nossa, fazendo as devidas correcções, porque evidentemente ella não diz o que está no auto de limites.

A Carta Régia de 10 de Março de 1811 creou a villa e não a Comarca de Garanhuns. Quem determinou os limites citados foi o auto de demarcação dos limites de Garanhuns, de 23 de Dezembro de 1813, muito conhecido, muito citado e publicado pelo «Jornal do Commercio» do Recife.

Elle diz:

«...até dividir com a villa de Campos de Anadia, na serra Carangueijo, que desce para a povoação da Palmeira, e pelo mesmo cordão da serra, indo para o poente até a serra chamada dos Cavallos. ficando Retiro, Kágado, Barra dos Meninos, Inxú, Serra do Caracol, Serra Nova, Barra do Riacho e Tapera, por este acima até topar na Serra de Santa Maria e d'ahi virá demarcando com Cimbres».

Vê-se ahi que os limites vão da Serra do Carangueijo e pelo mesmo cordão de Serra para o poente até a Serra dos Cavallos, ficando Retiro, Kágado etc. e

não passando em Retiro, Kàgado etc., como parece na entrevista. Na Serra dos Cavallos encontra o riacho Tapera e vai por este acima até a Serra de Santa Maria e d'ahi até os limites de Cimbres.

Agora vejamos.

Si os limites forem da barra do Tapera e por este acima até tópar na Serra de Santa Maria, não passarão na Serra dos Cavallos e muito menos na do Communaty.

Si, porém, forem da Serra do Carangueijo, que desce para a povoação da Palmeira pelo mesmo cordão de Serra até a Serra dos Cavallos, passarão impreterivelmente na Serra do Communaty.

Si o limite fôr ainda, como diz a entrevista e não como diz o auto, pela Serra do Carangueijo, Serra dos Cavallos, Serra do Caracol, Barra do Riacho e Tapera : da Serra do Carangueijo á dos Cavallos não poderá formar um cordão de Serra porque as duas ficaram juntas.

Veja-se no Mappa de Pernambuco e no Diccionario do Dr. Sebastião Galvão que não ha nessa região dos limites sinão uma serra dos Cavallos a NO. de Aguas Bellas e não antes da Barra do Tapera.

Não se confunda serra dos Cavallos com Lagoa dos Cavallos que fica ao sul, em territorio alagoano.

Em todo caso, de qualquer modo que se leia a entrevista, nosso limite vai á Serra de Santa Maria.

Compare-se tudo o que está dito com o mappa de Pernambuco levantado pelo Dr. Lane e ver-se-á a verdade dessas affirmações.

Esses autos não foram revogados nem alterados por acto legal algum até a installação da Capitania, em 1819. Esta, portanto, formou-se com esses limites que as divisões legaes posteriores não alteraram, como se vê nas Memorias apresentadas.

Provoco solemnemente a quem me apresente a mais leve alteração desses limites por acto authentico emanado de autoridade competente.

Confrontemos tambem o que diz o Dr. Sebastião Galvão em seu Diccionario de Pernambuco e ver-se-á a confirmação de nosso direito e da veracidade desses autos.

Cavalleiro—serra—no municipio de Correntes, corre na direcção N. S. E.— pag. 172. Não cita outra do mesmo nome.

Carangueijo — serra — fica situada no municipio de Bom Conselho, limite deste com o Estado de Alagoas, pag. 159. Só cita outra em Bonito, muito longe.

Cavallos — serra — a N. N. O. da cidade de Aguas Bellas, tem em seu ponto culminante, chamado Cabeça de Jacú, uma elevação de 825 metros, pag. 173. Cita outra no municipio de Caruarú, muito longe.

Communaty — serra — situada ao norte da cidade de Aguas Bellas na distancia de 6 kilometros, pag. 197. Não cita outra.

A serra do Communaty, freguezia e municipio de Aguas Bellas, ao norte da séde, a dos Meninos ao sul, a Santa Maria ao N. O. e a dos Cavallos ao N., pag. 283—2º volume.

Dessa epoca em deante até 1835 em que começaram a funccionar as Assembléas Provinciaes, todas as circumscripções formadas na região limitrophe referiram-se sempre aos limites com Pernambuco ; portanto aos limites legaes.

Na formação de Assembléa, hoje Viçosa, 1831, Imperatriz, hoje União, 1831, Paulo Affonso ou Matta Grande, 1837, Sant'Anna do Panema, 1836, Palmeira 1835 e Quebrangulo, freguezia em 1856 e villa em 1871, na ignorancia dos verdadeiros limites que não foram demarcados, sempre se fez referencia aos limites com Pernambuco.

Pernambuco, porém, apenas teve suas Assembléas Provinciaes começou a formar limites arbitrarios, invadindo o territorio alagoano.

Assim foram formados : Buique, 1854, depois de Paulo Affonso ou Matta Grande, 1836; Aguas Bellas, 1871, depois de Sant'Anna do Ipanema 1836; Bom Conselho, 1860, depois de Palmeira, 1835; Correntes, 1848, depois de Viçosa ou Assembléa, 1831.

Do exposto vê-se que no territorio contestado ha duas faxas de terreno : uma occupada por expansão de povoamento de Pernambuco ; outra por inva-

são violenta das autoridades limitrophes e actos arbitrarios das Assembléas Provinciaes Pernambucanas contra populações genuinamente alagoanas.

(*Diario Official* — Alagoas — 1 abril 1921).

Documento offerecido ao INSTITUTO pelo tabellião Sr. Annibal Lima

«Escritura de compra e venda que fasem a vendedora Maria da Penha de Godois e o comprador Jozé Corrêa Paes de uma sorte de terras na fasenda do Poço termo da Villa de Granhuns pela quantia de 65$ rs. D. a f. 220.

Saibão quantos este publico instrumento de Escritura de compra e venda virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e seis aos dous dias do mes de Novembro do dito anno nesta villa de Maceió da Comarca e Provincia das Alagoas em casa de Francisco Ignacio de Godois onde eu fui vindo ahi perante mim comparecerão partes contratadas, justas, e convencionadas de uma como Vendedora Maria da Penha de Godois moradora no Poço suburbios desta Villa, e de outra como Comprador Jozé Corrêa Paes morador no Olho d'Agua termo da Villa de Granhuns ambos reconhecidos de mim pelos proprios de que faço mensão e pela Vendedora dita Maria da Penha de Godois me foi dito em prezença das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que hera senhora e possuidora de uma sorte de terras que comprehende a metade da fasenda do Poço que a houve por herança de seos Paes as quaes terras as vendia como de facto vendidas as tinha de hoje para sempre ao comprador dito Jozé Correia Paes pelo preço e quantia de cecenta e cinco mil reis cuja quantia havia recebido ao passar desta em dinheiro de contado moeda corrente deste Imperio e lhe sedia toda a posse e dominio que na ditta terra havia t do até o prezente e da agora para sempre ficaria o dito comprador possuindo as ditas terras como suas que ficão sendo e são sem embaraço algum da mesma forma que ella vendedora as possuia, e sem que ella e nem seus decendentes em tempo algum possão allegar e nem vir com embargos e nem contradição alguma a esta venda pois a fasia de sua livre vontade sem constrangimento de pessôa alguma, e que a dita venda hera com todas as arvores, arvoredos e fruteras que nas ditas terras tenha. E logo pelo dito comprador me foi ditto aceitavá esta escriptura na forma que nella se declara. E de como assim o disserão me pedirão feito este instrumento nesta notta. E eu Tabellião como pessoa publica o aceitei em nome do ausente a que tocar possa e por me ser destribuido fls. o prezente nesta notta por me constar haver se pago a competente ciza como consta do bilhete de pago do teor seguinte : «Certifico que a folhas 39 do L.º competetente se axa o termo de carga de ciza do teor seguinte : Aos dous dias do mes de Novembro do anno de mil oitocentos e vinte seis nesta Villa de Maceió da Comarca e Provincia das Alagoas em meu Escriptorio carrego sobre o actual Thezoureiro Antonio Jozé Vieira a quantia de seis mil e quinhentos réis de ciza que paga Jozé Corrêa Paes pela compra que fes a Maria da Penha de Godois de huma sorte de terras na fasenda do Poço termo da Villa de Granhuns pela quantia de cecenta e cinco mil reis e de como recebeu dito Thezoureiro assignou commigo Escrivão. Vicente Henrique de Miranda, Antonio Jozê Vieira. E mais se não continha em ditto termo de que passo a prezente certidão. Villa de Maceió, dous de Novembro de mil oitocentos e vinte seis. Em fé da verdade Vicente Henrique de Miranda.» E nada mais se continha em ditto bilhete acima lançado : sendo a tudo prezente por testemunhas Jozé Francisco Teixeira, e Antonio d'Almeida Braga que com o comprador assignarão e pela vendedora não saber escrever a seu rogo assignou seu filho Domingos Antonio de Godois tudo depois de lido por mim perante todos. Eu, Jozé Alexandre Passos, Tabelião que escrevi. A rogo de Minha Mai Domingos Antonio de Godois. Jozé Correia Pais. Antonio de Almeida

Braga. Jozé Francisco Teixeira.» (Escriptura lavrada ás folhas 57 verso a 59 verso do livro n. 2 do cartorio do 2º officio desta Capital.)

Outro documento importante para a nossa questão de limites

«Auto de poce que dou a Manoel da Cruz Vilella do Sitio chamado Nossa Senhora do Disterro campos de Garanhuns e mais confrontasons. Saibam quantos este publico instrumento de auto de poce deste dia para sempre virem que no anno do Nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e dose annos aos trinta e hum dias do mez de oitubro do dito anno neste Sitio de Nosa Senhora do Disterro destrito da villa do Penedo Rio de San Francisco Capitania de Pernambuco aonde eu Tabellião ao diante nomeado fui junto com o Juis ordinario o Alferes Pedro Dantas de Barros e sendo ahi perante mim e o dito Juis apariseu Manoel da Crus Vilella morador no dito sitio CAMPOS DE GARANHUNS TERMO DA VILLA DO PENEDO RIO DE SAM FRANCISCO capitania de Pernambuco pesoa de min reconhecida pela propria de que se trata e por elle me foi dito em prezensa de huma Escritura publica pasada pelo Tabelião Antonio de Oliveira Barbudo morador na cidade da Bahia que eu reconheso ser o signal publico ao pé della do dito Tabellião a qual me apresentou diante das testemunhas ao diante nomeadas e asignadas requerendo ao dito Juis e a mim Tabelião lhe delle poce do dito sitio e mais confrontasoens actual de sismaria pello aver comprado ao capitam Jeronimo de Burgos de Souza. Essa como administrador e curúdor de sua mulher Donna Elena de Oliva e Mello como Testamenteiro e herdeiro e cabesa de cazal de seu tio o Doutor Christovam de Burgos e de tudo mais ao dito Sitio pertencente por bem de que eu Tabelião saptisfazendo ao seu requerimento e mandado do dito Juis em comprimento da dita Escritura e sismaria estando no dito sitio e o dito Juis e Manoel da Crus Vilella em prezensa das testemunhas pasiou pello dito sitio o qual eu Tabelião tomei pella mão pello dito sitio xamado Nosa Senhora do Disterro e de huma parte para outra pondo sinais em arvores cavando com huma ixada botando terra para o ar e arancando arvores e aplantando outras de espinhos e pondo huma crus pregada no braso em meyo com pregos de ferro e eu Tabelião dice por muitas vezes em altas e intelegiveis vozes se avia alguma pesoa que tivese embargos a poce que dava a Manoel da Crus Vilella do sitio de Nosa Senhora do Disterro e dos mais que lhe avia dado poce das confrontasoens e de sua Escritura e Titulo de Sismaria viese perante mim alegar e do dito Juis que estava prezente para o receber e pellos nam aver nem outros por nenhum empedimento e eu Tabelião lhe dei a dita poce e o dito Juis do dito sitio e mais confrontasoens na forma que lhe pertence para cujo efeito antepos o dito Juis sua authoridade e decreto Judicial que elle aseitou e lhe deu real e actual civil e natural e ouve por emposado do dito sitio e mais confrontasoens tanto quanto em direito poso e por razão de meo oficio e sou obrigado a qual elle aseitou asim e da maneira que neste se contem em fé de que fis este instrumento e auto de poce em que asinou o dito Juis e o dito Manoel da Crus Vilella sendo prezentes por testemunhas Antonio de São Mahia, Lino de Araujo Passos, Mathias Ferreira Luis, José de São Domingos, Alvares Ferreira, Antonio Vieira Barboza, Salvador Pinto de Lemos que com elles asignaram. E eu Manoel Justo Santiago Escrivam e Tabelião publico do Judicial e notas da VILLA DO PENEDO e seu termo por Sua Magestade que Deos goarde o Escrevi. Pedro Dantas de Barros, Manoel da Crus Vilella, Antonio de São Mahia, Lino de Araujo Pasos, Mathias Ferreira Luis, José de São Domingos, Alvares Ferreira, Antonio Vieira Barboza, Salvador Pinto de Lemos. E nam continha mais no dito auto de poce que eu Manoel Justo Santiago Escrivam da Camera Orfaons e Notas Tabelião do publico Judicial e notas nesta VILLA DO PENEDO RIO DE SAM FRANCISCO e seu termo por Sua Magestade que Deos goarde tresladei bem e fielmente de meu livro de notas

em que tomei a que me reporto em todo e por todo com o qual este conferi subscrevi e asignei e conferi com o oficial abaixo asignado de meus signais publicos e rasos seguintes aos trinta e hum dias do mes de oitubro de mil setecentos e doze annos. Em testemunho de verdade Manoel Justo Santiago. Concertado por min Tabelião Manoel Justo Santiago. E commigo Escrivam da vara do Meirinho do Campo Lino de Araujo Pasos. Lansada no livro de Notas a folhas duzentos e setenta e nove verso. Garanhuns trinta e hum de oitubro de mil setecentos e doze annos. O Tabellião Manoel Justo Santiago.»

O uti-possidetis nas questões de limites estaduaes

Maceió, 6 de Janeiro de 1921.

Meu caro dr. Diegues Junior. Saudações. — Julgo não haver motivo que justifique a preocupação, aliás louvavel e patriotica, de alguns conterraneos, a respeito da applicação, por parte do juiz artitro, do *uti-possidetis* no litigio de limites que mantemos com o glorioso e prospero Estado de Pernambuco. O illustre patrono do visinho Estado do norte, o dr. Gonçalves Maia, de certo, não recorreu a esse meio de defeza, pois, além de esmerado cultor das letras juridicas, é habilissimo advogado, e não procuraria ferir-se com as proprias armas. Allegar Pernambuco contra nós o *uti-possidetis*, ou seja o usucapião, seria fazer cessão á Bahia do territorio que tão injustamente lhe foi arrebatado em 1824 para diminuir-lhe os impetos liberaes. E' certo que a nossa diplomacia para resolução de nossas questões internacionaes de limites, sempre procurou apoio no *uti-possidetis* e nas disposições de tratados entre Portugal e Hespanha na parte em que não contrariavam ellas os factos da possessão, como já affirmava o eminente estadista brazileiro sr. Visconde do Rio Branco ao plenipotenciario paraguayo dr. José Bergers, e por força do principio invocado contou o Brazil alguns triumphos em suas pendencias de limites. Mas, na hypothese, tratando-se de regular as fronteiras de nações soberanas, tinham de ser precisamente applicadas as regras de Direito Publico Internacional, e dahi o valôr do principio invocado e consequentemente o triumpho.

O caso occurrente, porém, é um litigio de limites entre dois Estados da Federação e não póde ser resolvido segundo os preceitos do Direito Internacional Publico, e sim de accordo com as normas do Direito Publico Interno, que não auctorisam a applicação do *uti-possidetis* no julgamento de questões de limites interestadoaes.

Assim tem decidido o Supremo Tribunal Federal com apoio das opiniões dos nossos maiores jurisconsultos. O proprio sr. presidente da Republica, dr. Epitacio Pessôa, que tanto se interessa na actualidade para acabar de vez com estas ridiculas questões entre Estados irmãos, já escreveu : «Em face do nosso direito interno a posse é absolutamente impotente para alterar a área territorial dos Estados.»

«O principio (*uti-possidetis*) em que se apoia o Estado do Pará é um principio de direito internacional publico.» (Fronteira Oriental do Amazonas, pag. 308).

Em Accordam de 24 de Dezembro de 1909 (Revista de Direito vol. 21) decidindo o conflicto entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, o Supremo Tribunal Federal tornou victoriosa a alludida doutrina : «Não há no direito publico das nações modernas preceito que consagre a prescripção acquisitiva ou usucapião, como meio de modificar limites entre circumscripções politicas e administrativas. Pelo contrario, a jurisprudencia da Suprema Côrte Federal da America do Norte, de accordo com os principios geralmente admittidos, affirma que a posse durante um seculo é insufficiente para fixar limites definitivamente entre dois Estados Federaes, (Digesto Americano, vol. 2, pag. 1.140.)» Pelo exposto é claro que o usucapião, aliás admittido em nosso Direito Civil como meio de acquisição da propriedade, não é applicavel quando se trata de regular limites de Estados da Republica que devem

ser estabelecidos pelas normas do Direito Publico Interno. Em Accordam proferido no litigio entre Ceará e Rio Grande do Norte pelo referido Tribunal é mantida a jurisprudencia firmada anteriormente. Vid. Rev. de Direito, vol. 43, pag. 275. Em resumo, meu caro amigo, no nosso Direito Publico não há preceito que auctorise o usucapião como forma modificadora de limites entre os Estados, e é de accordo com os seus principios que a nossa questão de limites com Pernambuco tem de ser julgada.

Para afastar qualquer duvida sobre o que venho de affirmar, basta o conhecimento da sentença proferida pelo Tribanal Arbitral na pendencla de limites entre os Estados de Minas e Santa Catharina, da qual foi relator o proprio dr. Prudente de Moraes Filho, juiz arbitro em nosso conflicto com Pernambuco. Na alludida sentença doutrinou o erudito brazileiro :—«Assim como não seria as normas do direito civil ou do direito internacional que o julgador de pendencias de divisas interestadoaes recorreria para decidil-as, mas sim as de direito publico interno não admitte a prescripção entre Estados Federados.»

Creio, por isto, firmemente, que o laudo tão anciosamente esperado do dr. Prudente de Moraes Filho não se afastará, neste particular, da doutrina victoriosa e por elle mesmo sustentada. Creia-me sempre amigo e discipulo.

Democrito Gracindo.

AS RECEPÇÕES DO "INSTITUTO"

A 14 de julho de 1921 o INSTITUTO recebeu festivamente o dr. Castro Azevedo, seu actual 2º Secretario.

O illustre recependiario pronunciou então o seguinte discurso :

«Exmo. Sr. Governador do Estado. Minhas Senhoras. Meus Senhores. Senhores do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. — A' força de fascinação da vossa generosidade devo a honra de entrar nesta casa que guarda — á luz esbatida dos symbolos do nosso passado — as tradições e feitos da nossa terra.

E' pois, como uma liberalidade de graça, u'a manifestação dessa bondade captivante que tenho o vosso gesto associando-me a esta communhão preclara.

Muitas vezes meus olhares se alongaram até aqui ; mas era para ver-vos e admirar-vos nos trabalhos a que vos entregaveis ; a obra memoravel de nossa continuidade historica pelo zelo e defeza das nossas glorias.

Nunca me perturbou, nesse culto votivo e espontaneo, pela belleza soberba da vossa tarefa ingente, outra idéa senão a do enthusiasmo e da fé mais fervorosa nos sagrados e inviolaveis destinos confiados á vossa intelligencia e devotamento.

Dahi a surpreza com que recebi a communicação de que me havieis eleito vosso companheiro.

Quizestes, assim, com esse acto de penhorante e immensuravel significação que um novo cyclo se abrisse á minha pobre existencia, envolta até hoje na penumbra esfumada de consciente obscuridade e me destes os votos que me trazem a este cenaculo, que me admittem no vosso seio, que me elevam á vossa altura.

Galgando, agora, a eminencia a que me ascendestes por bem de tantos sentimentos magnanimos, o meu dever e unico nos vossos estatutos é recordar, fixando o perfil historico, a individualidade a quem venho succeder neste igrejario pagão.

E para desobriga desse dever que me dá a alegria de consciencia tranquilla e então exaltada pela paixão de resgatar compromissos havidos com a invencivel constancia de honral-os, puz todo o meu coração e todo o meu pensamento nas palavras que escrevi e venho entregar-vos nestas horas de tão rudes emoções para a minha sensibilidade.

De emoções sobretudo, minhas e vossas tambem !

E de enleio que não sei — de mim — como possa vencel-o no desempenho desta missão superior ao esforço de perseverança da minha vontade : e de vós — por certo, vendo nesta solemnidade uma cerimonia em homenagem, exclusivamente, ao espirito formoso do companheiro extincto, Conego João Machado de Mello.

E no rememorar a sua figura — hontem comvosco, honrando-vos — hoje, maior ainda, integrado ao patrimonio moral desta casa — não vos torneis apprehensivos porque de mim eu cuide em fallar-vos, pois, já vos disse que o meu coração e o meu pensamento estão com a vossa generosidade e o vosso preito, cujo fogo me cabe alimentar.

Senhores do Instituto.

O Conego João Machado de Mello era filho de Bello-Monte, onde nasceu a 14 de Agosto de 1868.

Da sua meninice, que devera ser trefega, como testemunhou toda a sua vida, sabe-se apenas que fez os primeiros estudos no Collegio S. João, dirigido por Jacome Calheiros, um nome que a gratidão do povo de Penedo esculpiu, como legenda, no bronze de uma placa numa das principaes ruas daquella cidade.

Fez exames no nosso lyceu e, cedendo talvez a rogativas paternas, internou-se no seminario de Olinda.

O estudante desabrochou para logo numa affirmação definitiva de intelligencia, salientando-se sempre de modo a ser mestre numa idade em que, geralmente, nos contentamos em ser discipulos.

Terminado o curso e por motivo de

luto na diocese teve que ir á Bahia receber as ordens sacras.

Isto em 1891.

Regressando a Pernambuco, foi secretario do bispado, passando depois a reger a freguezia de S. José do Recife.

Data dessa época, senhores, a sua triumphal carreira de homem de letras, construindo da tribuna sagrada, de que fez a mais bella e efficiente acção do seu ministerio, o throno de sua magestosa eloquencia e donde a sua palavra fluia «como um rio largo e sonoro» na phrase de admiração de Aristheu de Andrade.

E' que o Conego João Machado, cujos talentos fulgiram em todas as modalidades de suas manifestações, foi sobretudo um orador—na eclosão e no tumulto da imaginação alada—no vigor da expressão em que a mystica suavidade da idéa se fundia no classico rebuscamento da phrase attica, palpitando como tonalidades de vozes transfiguradas.

Foi assim que elle passou pelos nossos pulpitos como uma luminosa rajada de fé, desdobrando-se e convencendo ; foi assim que elle fez com a magia e os cambiantes de tão aprimorados dons—adoradores e proselytos : e foi assim, envolto na fama e no enthusiasmo de quantos tiveram a fortuna de ouvil-o, que o seu nome constellou na primeira linha dos oradores do norte, onde nasceu e onde ficou pairando, possante, como aguia de azas abertas sobre o ninho amado.

Não reuniu, porém, da opulencia omnimoda dessas qualidades eminentes os seus aureos fructos ; não enfeixou numa obra que ficaria para a perennidade do nosso culto os seus lapidares sermões e discursos.

Preferiu confial-os á alma dos que os ouviram e applaudiram, para que vivessem como impressões que se recolhem em extase !

O genio dispersivo que o caracterisou e predominou em toda a sua vida, tinha a rebeldia innata de uma predestinação.

Surgindo numa grande época em que a nossa nacionalidade soffria os embates das correntes liberaes que empolgavam e dynamisavam, enlaçando, as energias mais dispares—o abolicionismo e a Republica — duas espadas formidaveis, como ameaças de deuses sobre o paiz, eram as correntes que turbilhonavam os espiritos —o seminarista de então, na ancia inquieta de uma mocidade estuante, tendo apenas como horisonte, do claustro onde vivia, a remançosa enseada que abrigara, um dia, as naves de Duarte Coelho, tornou-se, apezar da tradição e do meio ambiente, um correligionario desses ideaes.

Num discurso que pronunciou na Camara dos Deputados, quando eleito pela primeira vez em 1901, em defeza de um projecto que havia apresentado determinando que os seminarios passassem a pertencer-às respectivas matrizes e accusado de que o projecto feria a Constituição, o Conego João Machado, numa oração que foi um hymno ás suas crenças de moço, relembrou que aos dezenove annos, alumno de um seminario, já era republicano.

E' que o padre nunca sobrepujou ou annullou o homem.

O espirito conservador que disciplina um — viveu sempre desassociado do outro.

Não era desfervor, nem falta de fé.

Padre e homem — caminharam juntos — mas nunca tiveram a identificação que integraliza a individualidade, que faz a unidade do espirito..,

A diversidade das estradas que palmilhou, inflectindo por umas e outras, empolgado, talvez, pelo tedio da continuidade, ou pela volupia dos scenarios, denotava-lhe o feitio.

Muitas vezes enleiaram-no o movimento das agitações, o tumulto, o desordenado das emoções.

Outras. o rythmo da paz, a harmonia do socego,

Com as glorias que havia alcançado no Recife, onde os triumphos que conquistou teriam sido para outros estimulo e incitamento á perfeição, tudo recolheu e fez-se de regresso para o interior do nosso Estado, e foi ser vigario, primeiro de Palmeira dos Indios e depois de Porto Calvo.

Surgia novamente o professor.

E com o mestre o politico reapparecia.

Transportando-se para esta Capital, lente da Escola Normal, cura da Sé, um novo campo ia abrir-se á sua actividade.

Ia recomeçar a lucta da palavra que tanto o havia distinguido no Recife.

Não sei, senhores, se com os mesmos ardores, o inflammado da mocidade. porque já o conheci arredado da tribuna.

Quero crer, porém, que elle houvesse mantido a mesma plasticidade olympica, o aprumo inconfundivel daquella suggestiva eloquencia que lhe havia tornado o nome memoravel no grande meio intellectual em que estreou.

Porque das mãos tão faceis podem escapar trophéos que se conquistam : mas o que nasceu e brotou com a gente, permanece na vida de nossa vida.

Vadeiando a politica — escola dos martyres — voltou á Camara em 1912.

Depois fundou o *Semeador*, que foi durante a sua direcção um vivo espelho, um lucido reflexo de sua alma combativa e onde se destacou como polemista adestrado cheio de peccados e de incontinencias.

E já nos dias da descida da montanha da vida — o homem era o mesmo e padre tambem.

Mais uma vez cedia a fatalidade que lhe creou e deu o pouso incerto.

E deixando os encargos religiosos, fundou o Collegio S. João, repartindo com as suas funcções na Escola Normal o tempo de sua existencia.

Fôra, porem, um engano, mais do seu espirito do que daquelles que o conheciam.

E assim vemol-o na Camara em 1917 e na legislatura seguinte.

Atravessamos um grave e momentoso instante. agitado pela tempestade das paixões. dos doestos irreprimiveis, das offensas irrefreiaveis e creio que, pela vez primeira, o padre se sentiu deslocado.

A não ser um discurso em defeza pessoal, o grande orador da matriz de S. José limitou-se a fazer na sala das conferencias a obra de harmonia de ajuntar-nos em torno de si, sem distincção de cor politica e onde a sua alma se abria, prendendo-nos á sua palavra de conversador apurado e brilhante.

Aquietados das refrégas de momentos antes, abancavamos para ouvil-o e o tom faceto de que revestia as suas palavras tinha o encanto das cousas desejadas.

E sem a coacção dos tympanos e o incentivo das galerias mais apaixonadas do que os deputados, o Conego João Machado mantinha a ordem, disciplinava as attitudes com o prestigio das suas anedoctas.

E no silencio perfeito, depois de reparar se algum extranho por alli passava, profanando, com a sua bisbilhotice, a paz do seu imperio e do qual era soberano absoluto, não havia anedocta, dito ou uma dessas mil e uma pilherias que circulam anonymamente na bocca do povo ou entre os reclames das folhinhas e almanacks, que elle não soubesse ou não nos contasse, imprimindo-lhe um novo sentimento.

Quantas elle não criou!

Um dia—um dos collegas entendeu de empunhar tambem o sceptro.

E mal esboçou o exordio, o padre arrebatou-lhe a palavra, com os applausos de todos.

E começou : era um casal que tinha uma filha unica, rosto de fazer perder a paciencia e uns olhos que não eram pretos como a aza da grauna, nem azues, nem cor de turqueza.

Tinham ao certo a cor das cousas vagas, mysteriosas.

Negocio inadiavel obrigava o casal a ausentar-se, o que seriamente o preocupava, visto a filha ter um namorado, que perto residia e duma feita surrupiara um beijo, isto por occasião da ultima farinhada.

Homem de palavra — havia de cumprir o trato.

A um mudo, cria de casa, confiou o seu thesouro.

Por gestos, explicou-lhe a delicadeza do encargo.

Regressa o casal.

O mudo assume o papel principal da comedia.

E repetindo, em movimentos incertos, o que se passou, desde a chegada do namorado, a partida para a casa de farinha, o seu supplicio entre as bananeiras e depois a separação dos amantes — o namorado na pressa de um acto mal feito — a moça enrolando a ponta do casaco como quem está fazendo um exame de consciencia, rematou o mudo, relanceando em redor o olhar triste, como que a pedir que reparassem no seu estado de guardador de... moças.

Da exhuberancia do seu humorismo prompto, opportuno, palpitando como azas de ouro, sem irreverencias, sem mordacidade, limpido como um veio crystallino, fez sempre o Conego Machado o florão de sua *causerie* inedicta e faiscante,

Muitas vezes a meledicencia e a inveja tentaram roçar-lhe a alma que foi pura na fé que defendeu com talento e fortaleza, pois, se o homem viveu continuadamente irreconciliavel com o padre — um nunca prejudicou o outro.

E por mais que quizessem convenienças e preconceitos, elle permaneceu indifferente a essa voz falha e claudicante que traçaconductas, delinéa gestos, gisa destinos e que chamamos zelo social, e que outra cousa não é senão e felizmente freios para os outros.

No fluxo e refluxo das situações em que se encontrou durante toda a sua existencia, nos dias de luz e de glorias — nos dias de conforto e asperas pelejas — dominado sempre pela vertigem do seu signo fatal — a todas ellas deu o apreço do momento.

Mas a singularidade de uma vida assim merece a uncção de um culto.

E é neste culto que elle viverá e ha de permanecer como um symbolo indecifravel.

Humberto de Campos, no elogio historico de Emilio de Menezes, a quem substituiu na Academia Brasileira de Letras, recordando que o bohemio extraordinario punha os cachorros acima dos homens, evocou, fechando a sua magna oração, um curioso episodio dos dias de Paris, por occasião da guerra de 1870.

Humberto temia que o espirito de Emilio, talvez, se revoltasse se com outras figuras da especie, fizesse as suas despedidas naquelle momento.

E apezar de sentir o mesmo temor que invadia a alma do poeta, não resistiu como elle, á suggestão da imagem.

«No cerco de Paris, em 1870, a fome tormentava a população.

Os cavallos foram comidos um a um.

Os gatos desappareceram dos telhados, os cães desertaram das ruas e os ratos, mesmo, foram caçados nos exgotos.

Por esse tempo, Charles Monselet que então escrevia no «Figaro», correu ás trincheiras, incorporando-se com o seu «loulou». o «Azor», em um batalhão de voluntarios.

Durante vinte dias supportou Monselot heroicamente o regimen do batalhão, comendo ratos e gatos, cujos ossos o cão, depois, triturava nos dentes.

Um dia faltaram os felinos e os roedores, e o jornalista resolveu um sacrificio perfido : comer o cachorro.

A' noite, em uma casa visinha ás trincheiras, foi o cão abatido, esfolado, posto a ferver com especiarias estimulantes e transformado, por milagre da cassarola, no mais saboroso dos guisados militares.

Terminado o jantar Monselet reuniu em um prato os ossos da victima e gemeu, enxugando os olhos ;

Pobre «Azor» ! Que jantar perdeste hoje».

Como a Humberto de Campos, é esta a exclamação que me cabe agora :

Ah ! Conego Machado ! Que attitude terias, neste momento, se estivesses presente a esta cerimonia que é tua e em tua honra e saudade feita !

Discurso pronunciado pelo Dr. Guedes Lins, em saudação ao recipendario:

Exmo. Dr. Governador, Exmas. Senhoras, Meus Senhores, Illustres confrades do Instituto:

Bem chegado seja o romeiro que em esplanadas matizadas de sóes implantára a sua Fé.

Bem haja o viadante que supportára, sereno, as regiões calcinadas.

A ardentia de caminhos escalvados lhe não esgotára as energias esplendentes de Vida.

Entrevendo claridades a perpetuarem, atravez dos longos fugitivos da sua phantasia creadora, o suave refugio, onde as melodias do amor pelo Passado revivem as subtilezas das horas florescentes, que a memoria dos povos esculpira no bronze e fixára no marmore, veio-nos o conspicuo viajor imprimir nesta ambiencia de tabernaculo os fulgores do seu apostolado e a nobreza da sua crença.

A' magestade desta ruidosa iniciação, como que se vincula, perennal a saudade da minha timida genuflexão, sem preludios, no atrio desta evocativa morada.

Peregrinei, embora com a incerteza dos incipientes, pelas vastas ruinarias egypcias, rememorando hyeroglypho, alando-me nas pontas finissimas das inspiradoras azas de Isis e aos tremores fagulhentos de Osiris, relembrando os symbolos eternos de deuzes mortos e os ultimos echos de dynastias soterradas, para impetrar, alfim, aos guardadores deste cenaculo, como um visitante de imperios decahidos, o alento das suas convicções modernas.

E o que neste momento reverencioso se enfileira ao cerimonial historico desta instituição, encetando-se na guarda das nossas inconfundiveis tradições, jornadeára, de cabeça ao sol, sem tremores e sem vacillações, sobraçando com ufania, o evangelho em que as letras d'oiro se tauxiam as primicias do seu credo e o amethystico do seu idêal.

Aqui, illustre itinerante, não existe, é certo, uma luz que rebrilhe ao tom argenteo da planura em que viveis; scintilla, porem, a idéa pomposa de eternisar-se a primavera do espirito

Encontrareis neste recondito de superiores lidas, a par da meticulosidade do estudo pre-historico, a regia disciplina dos acontecimentos contemporaneos e o filão dourado que entrelaça os pensamentos e maravilha as gerações

Juntae as scintillas do vosso espirito mais esfusiantes, e a porção das vossas forças, a melhor, ao vibrante som que se condensa no astro dos nossos sentidos poetas e no vigor fuzilante dos nossos famosos oradores.

Não se quebra aqui o crystal das idéas altanadas, nem se amortece o fervor das grandes attitudes.

No desempenho de cada mandato predomina a firmeza do compromisso, reluz a pureza dos principios, aperfeiçôase o instinto de ordem.

E chegastes, para orgulho dos vossos confrades, já fiel ás disposições legaes, desdobrando, como um largo frouxel de amor e confraternisação, a acção amplamente intellectiva e vibrantemente social do nosso saudoso consocio, o conego João Machado de Mello, em quem prevalecera, dominador e forte, o pendor para a eloquencia que é o privilegio divino da palavra na sua expressão mais fina, mais natural, mais bella, segundo affirmára o principe da intellectualidade nacional, o immenso Ruy Barbosa.

A analyse resumida e segura, com que traçastes a figura politicamente republicana e liberalmente religiosa do vosso antecessor nesta Casa, sentindo-a ao frescor dos alamos e ao perfume dos incensorios, imperturbada e sem exaggeros, engasta-se na delicada contextura de refulgente estylo litterario, resalta, abundante, de franquezas lampejantes, e recresce de viveza quando esmalta a concisão da phrase e a casticidade da forma que animaram os torneios espirituaes do querido alagoano.

Descortinastes um scenario propicio e fecundo em que se casa com a belleza

hellenica das musas a delicia do humor facetado : alcançastes u'a nave em que ás côres singelas do mysticismo se mistura a graça natural dos epigrammas ; pintastes uma tela em que se confundem aos tons merencoreos de uma saudade os scintillamentos de uma alegria cavatinante.

Ao resumirdes assim uma preciosa e inquieta vida de estudos e de alacridades permanentes, soubestes vitalisar-lhe as tonalidades multiplas e as vocações irreprimiveis, mostral-a a olhos ennevoados pela dor ainda soberba de juventude e de graças, entoando as dulias sagradas do seu mysterio e os carmes inviolaveis do seu culto.

Revivestel-a, palpitante e ardorosa, atravez da exaltada imaginação christã, quando reproduzia os supplicios da redempção.

Emquanto nol-o aureolastes com a magia exhuberante do seu espirito sadio, religioso e irrequieto, espargistes tambem no quadro multicôr da sua vida as filigranas anedocticas que lhe condimentaram a nota cadenciada e communicativa da alma exultante e translucida.

E, ao finalizardes o canto elegiaco ou a tertulia melodiada com lhanura de tracto e nitidez de côres, cabe-me um retorno fugaz á formação da vossa intelligencia que resplandecera desde os primordios da phase academica e os radiosos ensaios da imprensa regional, ao tempo loução e cambiante em que contaveis doudejantes e floridos 15 annos abertos ás expansões do mundo, ao fado agasalhoso da fortuna sonhada e ao contacto penetrante de ternuras e enlevos.

Ereis uma energia que aflorava aos anceios de perspectivas fulgurantes ; ereis um surto que abrazava a sementeira dos ideaes ; ereis uma promessa que se renovava nas magnificencias da natureza.

E quem nessa idade não abrolha das realidades prementes para a doçura das ficções ? Quem não troca o desespero das luctas menos atrozes pela suavidade de uma aspiração por mais incerta ?

O joven recipiendario, senhores do Instituto, estava sob o poder mirifico dessa influencia ideologica, inda calçando esporins prateados, vestindo alares e cingindo elmos, para se inebriar com a polychromia dos panoramas que lhe adelgaçavam os albores do espirito.

Conheci-o na madrugada das scismas, sorrindo para as decepções da vida, ironisando o poente amortalhador das illusões e embebendo-se no diluculo luminoso das confortadoras esperanças.

Lembro-me ao vivo. Fôra no meiado do anno de 1906.

O comboio tardo, poeirento e transbordante da Companhia Ingleza conduzia desta cidade, cuja modorra se dissipára, para a agitação creadora da Faculdade de Direito do Recife, uma turma alacre, descuidosa e vivaz de estudantes sequiosos talvez de sabença juridica.

Chammejava-lhes n'almas voluptuosas e tenazes o anceio incontido de torneiarem, em breve, a encosta colorida e auspiciosa das supremas ascensões, illusoriamente banhada pelo sol flammivomo das rutilantes miragens e das soberbas transfigurações.

O trautear aligero de camponios pela estrada marginante, o chilreio estridente de aves que latejavam ao calor da luz esmaltando relvas, o alvoroço do amor animal sonorisando devezas, a sensibilidade vegetal fertilisando a terra, a poesia reflexiva dos ares faiscando ao esplendor tropical, a vibração ondulante de toda natureza na plenitude selvagem dos seus rebentos e a fecundidade do solo a florejar canteiros confundiam-se com o vozear animado do rapazio buliçoso e com o silvo constante da locomotiva prestes.

A mocidade garrula prendia-se, n'uma expontaneidade incomparavel, aos triumphos que rolavam instinctivamente nas solidões agrestes, transformando sonhos e germinando pomos.

E no meio bulhento e trefego d'aquella ardente juvenilidade que parecia levar comsigo as explosões redolentes dos campos em flor, ousava o nosso recem-vindo, confiadamente, atirar uma

phrase, motejar um assumpto, proferir um voto.

Predicavam, então, os veteranos, arrogantes e impiedosos, «que para o calouro não havia direito ; as affeições não se fizeram para elle.»

Era a sabia e antiquaria repetição academica a esmorecer a subida de mais um que galgava os primeiros degráos da montanha hispida, cujo pincaro assombra e attrahe.

Quando o estudante, absorvendo, como ia, as paginas quentes e cruelmente instructivas do «Gustavo, o bohemio», de Paulo de Kock, insistia em rematar um conceito ou clarear um aphorismo, mais um gemido, uma opinião».

Investiam mais impetuosos si o diletante arrojava uma figura indeterminada de rethorico ou tartamudeava uma comparação imprecisa e rebuscada.

E' que o destino já os transportava a meio da escadaria de marmore ou lhes indicava o monte verdejante por onde cascateam chimeras e desejos.

Nem um olhar demorado pelas planicies longinquas, nem um longo extase para consolação do espirito a desassociar-se n'aquella comburencia de amena e graciosa hostilidade, seria permittido ao que inda tacteava, confuso, á clareira indistincta dos primeiros atalhos.

Risotas e clamores perturbavam, por vezes, os gestos comedidos e a quietude dolorosa do iniciante, entre os rigorosos arestos de um tribunal faceto e indisciplinado.

«Que o silencio era a attitude reservada para os que iam soletrar o abecedario juridico», affirmavam os collegas, sentenciosamente, sem a visão de que, em torno d'aquella cabeça, volitavam azas irisadas, irradiavam fluidos protectores e se estendiam numes divinos.

Procurando auscultar as impulsões instinctivas daquelle sêr que se obstinava em isolar-se da tumultuosa athmosphera de bohemios que estridulavam aos lances de belleza das paysagens proximas, advinhei-lhe as minucias do entendimento e vaticinei-lhe o prodigio da argucia.

Na atordoante e, quiçá, verdadeira «republica», onde se concretisam os mais serios principios doutrinarios e se defendem as mais arrojadas theses constitucionaes, erguia-se sempre impetuoso, para gaudio da convulsionada colonia, o recente investigador dos postulados romanos e das normas philipinas, recitando com emphase tropos de discursos alheios e trechos incendidos de rebeldia politica, ouvidos placidamente da bocca desamorosa dos oradores vermelhos ou lidos nas prophecias civicas dos escriptores fragorosos.

Começou dest'arte a attrahir, armando ao effeito e procurando sombrear os revezes insolitos da primeira serie escolastica.

Era o milagre da astucia com que o vivido iniciador das perlengas justinianas ou o novo folheador das bolorentas ordenações suggestionava a turba hilariante dos prazenteiros ouvintes.

Não conseguira, porém, conjurar a porfiosa crise dos «trotes», que se lhe antolhára, incisiva, em todo o periodo ascensional das supremas realizações, apezar do gume finissimo da sua ironia envolvente.

Sentia-se-lhe, ao de longe, resistencia disfarçada ás chulices vaporosas e instantaneas que lhe não deslustravam os brazões de intellectual, mas lhe annuviavam os ouropeis do bacharelando

Apezar do improductivo esforço para manter o lustro ephemero do proximo doutoramento e se libertar da confrangente submissão tão somente creada para os timidos cultores do 1º anno, instava em temperar as suas opiniões com satyras leves e refinar as suas palestras com ditos chistosos ou allusões picarescas.

E assim venceu, gradativamente, o restrugir das chocotas, sem poder derimil-as ; avivou sempre com as suas opportunas facecias as rodas fulgidas dos estudantes de todos os matizes ; enlevou-se nos circulos em que se declamavam

estrophes dolentes, melopéas febricitantes, lavrores literarios e predominavam observações sobre arte e requinte de esthesia.

No jornal iniciou-se, cheio de candente doutrinarismo e crente do seu milagre civilisador, implumando-se radiosamente para vibrar nas espiraes esvoaçantes dos folhetins libertadores e tracejar com o escopro tingido de tons roseos a bondade repetida dos que lhe entravam n'alma e apurar em todos os cadinhos demagogicos as suggestões esmorecidas ou fulminantes dos que lhe não entreteciam as credenciaes partidarias.

Fez do jornalismo, onde exerce perspicaz hegemonia politica, a sua primacial area de trabalho, obediente ás impulsões do temperamento combativo.

Entrementes, não se detiveram ahi os surtos da sua intelligencia, os papeios da sua imaginação e a extensibilidade da sua memoria.

N'um cargo de judicatura em logarejo desolado deste Estado, do qual, ao certo, o arredára prenuncio de limpido horisonte que se desdobrava para o lado de terras mais prodigas, obtivera o admiravel recurso de discorrer, sem ajuda de formularios e vademecuns, a qualquer momento, todo um processado-crime, ditando-lhe, sabiamente, desde a autuação até á sentença condemnatoria ou absolutoria, todos os actos solemnisados pela hermeneutica processual moderna.

E' a tendencia de jurista para a especialidade de Carrara e Lombroso, abeberando-se reverente, a escolas, que o senso evoluido do direito tem produzido na variada e incerta codificação de principios reguladores.

Seria demasiado, aprazivel o ouvirdes, como eu já o sentira, repassar com lyrica soberbia o esplendor dos valles ouriçados de verdura, dos feitos que electrisam as paginas da Hellenia rediviva, da Italia renascente e da França tradicionalista, sustentando o valor do genio latino e a pujança da raça sentimental.

Que deleite maior o vêrdes, fluente e persuasivo, fallar da surprehendente fertilidade do Nilo, da immensidade adusta do Sahara, do pittoresco arrebatante das ilhas encantadas, da singeleza continental da Australia, dos relevos expressivos das peninsulas que elam paizes meridionaes e septentrionaes da inexhaurivel Europa, da independencia contemporanea dos paizes insulares da America Central, da redolencia phantasiosa das nações orientaes, dos mares que fazem a poesia dos golphos e dos oceanos que requintam a formosura dos mares.

Mas, Senhores, não é exclusivamente de que brota da penna, resôa do vocabulo, murmureja do verso, resurge da historia, pulsa do cerebro, que o Instituto afere o merito dos destinados a lhe sagrarem o nome, conservarem a forma, zelarem a honra do passado, o brilho do presente e a grandeza do futuro.

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano tambem coteja o viço moral dos actos, a fortaleza do civismo, a confiança na lei, para consentir, então, que se lhe penetre a pontifical estancia, como inflexivel vigia da sua cultura, reverenciando-se mumias, revocando-se obeliscos e abrangendo-se assumptos, que a complexidade dos conhecimentos humanos generalisa, minudêa e lima.

Deste molde talhado, senhores, o espirito do novo confrade, competeria ao Instituto, onde se esquadrinham attitudes e se revolvem eras eclypsadas pelo delirio das civilisações, buscal-o, como o fez, para que, sem mais o frenesi peculiar á mocidade ansiosa e ainda sem a placidez retardante da velhice cançada, viesse assumir o bello compromisso de guardar desta Casa a prevalencia historica do seu destino.

E á semelhança do delicioso preludiante da «Terra Encantada», calcando pela vez primeira o bemdito solo da Etruria, cujos deslumbramentos o ennastraram nas orlas douradas das exaltações romanticas, vem o doutor José de Castro Azevedo, sem a exhaustão da romagem por entre asperas penedias e faustosas silhuetas, occupar nesta instituição o solio estemmado de quem, em vida, estylisára a propria alma com os arroubos da

Fé que alumia intelligencias, ennobrece seitas e santifica corações.

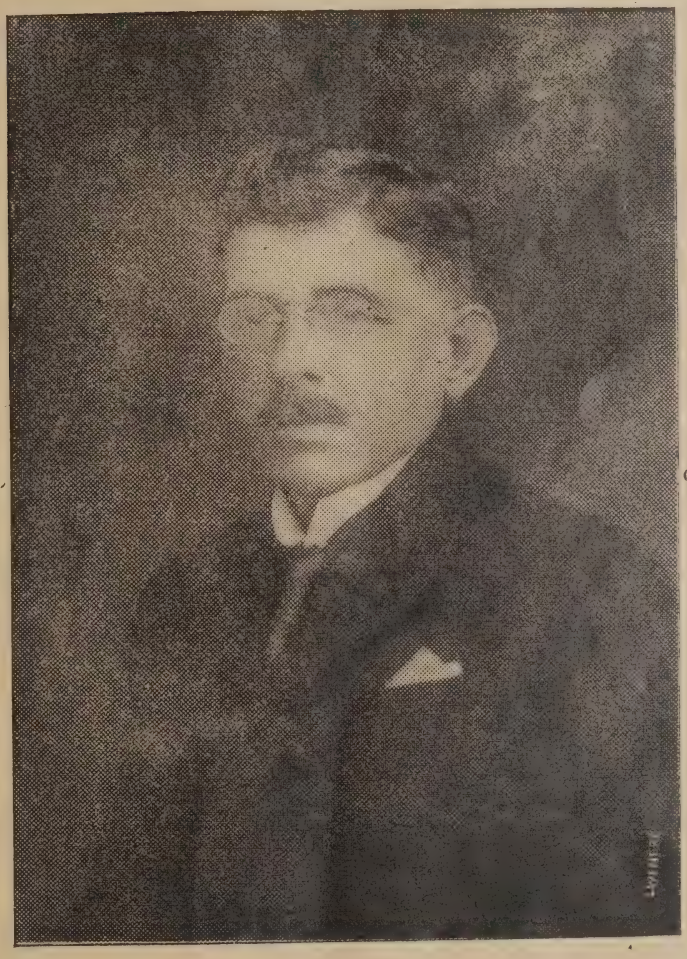
Referindo-se ao rumo seguro das naturaes tendencias, bem assertára o talentoso consocio que ora nos chega tão protegido pelos deuses e pelos homens «que das mãos faceis podem escapar trophéos que se conquistam ; mas o que nasceu e brotou com a gente permanece na vida da nossa vida !»

Reponta do atticismo desta imaginosa preceituação uma verdade coruscante, experimental, impressionante e sempiterna.

E, com ella, o que scindira o ether, procurando o regaço immensuravel de Deus, e o que ficára, eternisando-lhe as harmonias da palavra e as flammas das linhas, se tocam, espiritualmente envoltos pela poeira sagrada dos mesmos enleios.

Entrae, Sr. Dr. Castro Azevedo, porque aqui encontrareis tambem um logar em que se exalcem vantajosamente os vossos pendores, se norteiem os vossos almos planos e se objectivam os vossos patrioticos intuitos.

Entrae, fortalecido pela seara verdejante das vossas utopias e cantae comnosco, nesta hora, homem publico sois, o hymnario da marselhesa pacifica que, de preferencia, réintegra um povo na magnitude das suas prerogativas, incrustando na estuante alma universal, como a revolucionaria de 89, os suggestivos signos que diamantisaram, na sua immortal grandeza, os lidimos direitos do homem.



DR. EUTHIQUIO GAMA

A 12 de outubro do mesmo anno o INSTITUTO recebeu o nosso consocio, desembargador Eutiquio Carlos de Carvalho Gama, que, no acto de sua posse, pronunciou o seguinte discurso :

Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. Sr. Presidente e demais membros do Instituto. Exmas. Senhoras. Meus Senhores. — Quando Victor Hugo regressou a Paris de volta do seu desterro em «Guernesey», onde escreveu o «Les Chatiments», livro de odio e de vingança, que o immortal autor dos «Miseraveis» devia ter recitado para as ondas nas suas horas amargas de solidão, reuniu os seus amigos, e lhes communicou a grande nova :

«E' agora que vou começar a minha vida mental.»

A edade do eminente escriptor, por esse tempo, orçava pelo declive crepuscular da velhice, por volta dos 70 annos.

Ao transpor os vossos humbraes, para a hospitalidade generosa com que me agasalhou o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, eu me recordo das palavras de Victor Hugo, e as repito, repassado da commoção do momento :

«E' agora que vou começar a minha vida mental.»

E, em bôa hora o faço, por volta dos 56 annos, imbuido de experiencia que orienta o homem, saturando-o dessa nobre serenidade com que os annos dominam os desvarios, para desenrolar-lhe aos olhos o panorama melancholico da realidade.

A vida social é uma responsabilidade permanente e complexa, expressa em deveres, que todos se julgam com direito de exigir.

E' um erro grave desdenhal-os, fugindo-lhes ao cumprimento restricto, nessa trama complicada de «interesses», de «convenções» e de «hypocrisias» com que a sociedade se entretece e se desdobra.

Ao vosso chamado carinhoso e amigo, aqui estou, como apostolo humilde, nesta ceia larga, em que juntos vamos repartir o trigo sagrado da communhão espiritual.

E' verdade que, desde a minha sahida da Academia. venho exercendo funcções de magistratura, que, bem o sabeis, têm uma vasta influencia na cosmogonia social.

Sou o antigo viajor dessa immensa Provincia, percorrida por Hermann Post, em cuja capital pontificam no Brasil : Clovis Bevilaqua, Lacerda de Almeida, Ruy Barbosa, a mais alta expressão da mentalidade nacional e pontificou o luminoso espirito de Pedro Lessa, a quem a morte arrebatou num golpe formidavel, que abateu a Nação.

Sou um peregrino dessa opulenta Provincia do maravilhoso paiz — que é a Sociologia — o Direito, «ars boni et œqui» de Celsus ; «condição de existencia dos povos», no conceito de Tobias Barreto, o sergipano de genio que estabeleceu as bases da philosophia de Yhering do alto da sua cathedra, na Faculdade do Recife, dessedentando o espirito avido da mocidade nas fontes modernas da sabedoria germanica.

Lá fóra, cultuei o passado historico de que o Direito é um producto espontaneo, crescendo, naturalmente, como uma planta, como uma vida, conforme á escola de Savigny ; e foi, assim, que aprendi a amar as bellezas que nos vieram de velhas civilisações, as attitudes de heroismo, a sabedoria, a clarividencia, o descortinio facil das cousas e a percepção intuitiva dos phenomenos.

Através do Direito, visitei todas as maravilhas da cultura classica, as origens veneraveis das disciplinas, que regulamentaram os interesses em choque da vida actual.

Não sou, portanto, um inadaptavel ao vosso meio, um estranho ás vossas aspirações de pesquisas, de analyses e de investigações.

Ao contrario, apraz-me a convivencia, o contacto directo com essas alfaias, com essas reliquias que falam uma linguagem morta, que os profanos não per-

cebem, porque somente vós a ouvis e a entendeis, do mesmo modo que o poeta, no verso de Bilac, é o unico que tem «ouvido capaz de ouvir e de entender estrellas».

Demais, o lugar que me destinastes, me impõe sem detença,retrogradar ao passado, para, inspirando-me na severidade dos seus varões, poder-vos falar da personalidade do Commendador Tiburcio Valeriano de Araujo.

Este nasceu no dia 11 de Agosto de 1832 na legendaria cidade das Alagoas.

Na sua adolescencia, tendo-se transportado para esta Capital, matriculou-se no Lyceu Alagoano, onde cursou humanidades.

Os lentes, e, especialmente, os condiscipulos que quasi sempre são juizes mais severos, reconheciam os seus meritos, e, entre todos, gozava não só de sympathia e acatamento, mas tambem de prematura autoridade, e, por isso, consideravam-no um predestinado para o exercicio de altas funcções nos grandes circulos da vida social.

Realizado esse prognostico, foi elle, effectivamente, antes de tudo, um severo.

E o foi em todas as manifestações de sua existencia de romano.

Se Plutarcho tivesse existido, no seu seculo, e o conhecesse de perto, não deixaria de incluil-o em os seus «Varões Illustres».

E certo, estes não excederiam ao venerando alagoano em virtude, em rectidão, em nobreza d'alma, em excellencia de caracter de rija tempera antiga, e que, no seu tempo, occupava, nesta casa, como um dos seus fundadores, logar de inconfundivel destaque ao lado de Dias Cabral e Adriano Jorge.

Foi, sem duvida, essa austeridade que o levou ao estudo da formosa lingua do Lacio, cujas proclamadas difficuldades desbravou e venceu, tornando-se um latinista eximio, a ponto de familiarizar-se com os classicos, em cuja leitura assimilou a severidade do caracter romano.

E de todos os classicos, escolheu a Tacito, o mais recto dos escriptores do povo-rei.

Nas paginas fortes do publicista preferido, retemperou-se para a nobilitante acção, que exerceu na familia, na administração e nas letras burocraticas, projectando-a em cheio no meio social em que se agitou tranquillo e confiante em seus proprios esforços.

A Republica encontrou-o, servindo á Monarchia ; e, porque o serventuario do regimen decahido era, sem favores, um honrado, o Marechal Deodoro da Fonseca collocou-lhe ás mãos o cargo de governador provisorio de Alagoas.

O monarchista não recusou a honraria, porque entendeu que acima dos contra-tempos e reviravoltas dos regimens politicos o da morphologia variavel de Estado pairava a sua dedicação desinteressada á terra querida, onde nascera.

No Imperio, exerceu o logar de 1º official da Secretaria do Governo, tendo sido, por esse tempo, eleito deputado pelo partido canservador a que pertencia, mandato que se renovou por mais dois biennios.

Jornalista combativo, defendia com vantagem pelo orgão do seu partido as idéas e os interesses deste, usando sempre contra os ataques dos adversarios linguagem commedida : e, dessa arte, lhes conquistara a estima e consideração.

Nomeado por accesso official maior da Secretaria do Governo, logar que pela sua nova organização passou a denominar-se Director, nelle se aposentou.

Exerceu, por mais de uma vez, o cargo de Secretario interino da ex-Provincia, desempenhando-o com habilidade e competencia, mercê dos grandes conhecimentos que tinha da legislação geral, provincial e fontes subsidiarias.

Cada vez que deixava esse cargo por tel-o assumido o Secretario effectivo, recebia do presidente da Provincia mere-

cidos elogios, justo galardão á sua proficiencia de perfeito burocrata.

Difficuldades sem conta surgiam, quando se apresentava a occasião de resolver de momento certos negocios administrativos, uma vez que a legislação, nesse tempo, o permittia, por achar-se esparsa nos archivos da Secretaria do Governo e Thesouraria Provincial.

A busca tornava-se penosa, tamanho era o numero de instrucções, contractos, decisões, um sem numero de actos legislativos e administrativos que se confundiam ; e tudo isso sem obedecer a um certo methodo de coordenação.

Com o intuito de sanar essas difficuldades, o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, presidente da ex-Provincia, aproveitou a capacidade burocratica do Commendador Tiburcio, lavrando com elle e o Bacharel Olympio Eusebio de Arroxellas Galvão um contracto, com o fim de ser por ambos compilada a legislação peculiar á ex-Provincia, que abrangesse os annos anteriores a 1835 (epoca em que não havia assembléas provinciaes) a Fevereiro de 1871.

Ao serem enviados os autographos, para a devida publicidade, o Presidente endereçou ao Commendador Tiburcio e ao seu companheiro de compilação um officio, elogiando o grande merito do trabalho, não só pela relevancia de methodo adoptado, como pelo mui acurado zelo que nelle se notava.

E do modo por que o Commendador Tiburcio serviu ao Imperio, dignamente, tendo para attestar-lhe a correcção e a lealdade, a graça de uma commenda do Officialato da Ordem da Rosa que o Instituto recolheu ao seu patrimonio de glorias,por offerta do seu illustre consocio Dr. Orlando de Araujo, digno filho de tão preclaro cidadão, serviu ao novo regimen á cuja organização se dedicou, concorrendo com uma somma prestimosa de valores, para o implante da democracia nascente.

Governador provisorio, senador á Constituinte Estadual, occupando a presidencia do senado, por espaço de dous annos, e depois eleito seu vice-presidente : candidato a vice-governador do Estado pela Concentração Republicana, com o Dr. Miguel Soares Palmeira, para governador, o Commendador Tiburcio não se esqueceu nunca de que era alagoano : dahi a relevancia dos serviços inestimaveis á causa provincial de Alagoas.

E' que nas vacillações e nas duvidas assaltantes, nas incertezas e nas contingencias de toda a hora, nas marchas e contra marchas caracteristicas do momento historico, reclamava-se, antes de tudo, o caracter.

E foi pelo caracter illibado, pela energia de vontade, pela disciplina da intelligencia que elle se impoz aos seus concidadãos em todos os actos de sua vida publica

Dotado tambem de sentimentos philantropicos, tivera a elevada concepção de ser um dos mais persistentes fundadores da Sociedade Previdencia Alagoana, que, até hoje, tem sido o amparo valoroso de muitas viuvas e orphãos.

A' Sociedade Montepio dos Artistas prestou serviços de alta monta, o que lhe valeu o titulo de socio honorario.

Na maçonaria, em que se filiara á «Loja Virtude e Bondade», chegara a ser um dos seus dignitarios, occupando, em diversas epocas, a cadeira de veneravel : e, nella, com a habilidade e elegancia com que manejava o malhete, realçava, cada vez mais, a sua acção energica e disciplinadora, tal era o seu aspecto varonil.

No lar, pode dizer-se que estava sempre paramentado, como os antigos patriarchas, para a celebração das cerimonias do culto domestico.

Viveu a exercer graves funcções de sacerdote na religião intima e carinhosa dos seus, prodigalizando-lhes com a doce candura das affecções o amor paterno, fomentado, cada vez mais, pela dulcificante ternura de sua extremosa esposa, que, assim, santificava o vinculo conjugal, sacrario de virtudes torrenciaes.

Dois fortes sentimentos dynamisaram a alma grande do Commendador : o amor da familia e o amor da patria.

Contam que, ao morrer-lhe um filho, se lhe abalou o espirito, numa tão grande commoção que lhe sobreveio certa enfermidade, consequencia da magua immensa, que, por muitos annos, lhe minara o coração.

Foi um sincero patriota o Commendador Tiburcio, mas o seu patriotismo se revigorava á medida que se restringia.

Amava o Brasil, acreditando como Lamartine, na pequena patria, amando-a do mesmo modo que as creanças pelos vinculos inquebrantaveis, que unem os homens, as aves, todos os animaes ao sitio onde nasceram.

Dahi, não ter nunca o Commendador deixado de pisar, um dia se quer, o sólo de Alagoas, em cujas camadas mergulhou, profundamente, as raizes do seu affecto, como que para tirar as condições da vida, nesse contacto carinhoso do homem com a terra mater.

Sabe-se que elle proclamava não acceitar nenhum cargo, por mais vantajoso que fosse, fóra do seu Estado.

Dir-se-ia um Prometheu agrilhoado, expontaneamente, a gléba do seu nascimento.

Fôra, de mais a mais, um cidadão altivo e independente.

Ao empossar-se o Commendador Tiburcio na cargo de governador provisorio, o senador Jacintho de Mendonça, chefe do partido conservador a cujas fileiras aquelle pertencia apresentara-lhe uma lista de funccionarios publicos do interior e desta Capital, afim de serem demittidos e substituidos por outros á escolha do velho politico do extincto regimen monarchico.

Contrapoz-se-lhe o Commendador Tiburcio, fazendo-lhe vêr que o regimen republicano que acabava de surgir, em nosso paiz, não comportava semelhantes violencias aos direitos pessoaes, e que, emquanto se não provasse a falta de idoneidade dos funccionarios, cuja demissão o seu chefe e prezado amigo exigia, deixava de annuir ao que se lhe pedia.

A imprensa da epoca, sabedora desse gesto de tão elevada independencia, cobriu-o de calorosos elogios.

Apresentado ao senado um projecto, augmentando, «desde já», o subsidio dos senadores, o Commendador Tiburcio foi o unico senador que contra elle votou, declarando que esse augmento só era permittido de uma legislatura para a seguinte · no caso contrario era ferir-se o dispositivo, constitucional, cujo cumprimento devia estar acima de todo e qualquer interesse, revelando-se, assim, um abnegado.

Constituiu-se tambem um defensor da justiça contra o assalto da violencia.

Quando. em tempos que se foram, o chefe do poder executivo, mancommunado com a camara e o senado, ao revês da licção constitucional de Montesquieu, que firmou o principio incontrastavel da harmonia e independencia dos tres poderes, como condição funccional do Estado moderno, enveredou pelas tortuosidades da autocracia resolvendo aposentar, discricionariamente, diversos desembargadores e um Juiz de Direito, grão duque, a espesinhar a nossa democracia incipiente, o Commendador Tiburcio deixou de comparecer ás sessões legislativas com o intuito de impedir o massacre ao poder judiciario.

Debalde lhe pediam os amigos e correligionarios que modificasse os seus propositos, uma vez que sem a sua presença deixava de haver numero para a abertura das sessões ; irreductivel, aguardou as iras do governo, que mais tarde se desencadeiaram contra as suas prerogativas legaes.

O gesto exprime, por si só, um caracter, dignificando-o.

E por isso, não o pouparam.

Os interesses malsãos de politicagem não respeitaram aquella sensibilidade, e feriram-na, cruelmente.

Chegaram ao cumulo da offensa brutal aos seus direitos patrimoniaes, levando o velho serventuario das nossas instituições, nos dois regimens, á penosa situação de sacrificio.

Nessas refrégas do partidarismo impenitente, não se lhe entibiou, porem, o animo sempre varonil, nem se lhe enfraqueceu a tempera das nobres resistencias.

O malho do despotismo não lhe amolgou o caracter, batendo, fortemente, na fórja das violencias.

Com a magnificencia expansiva da sua grande alma supportou os golpes, estoicamente, sem uma imprecação, confiado na legitimidade dos seus direitos, posteriormente restabelecidos.

E' que, na phrase de Cicero, a consciencia de uma vontade recta é maxima consolação da adversidade. «Conscientia rectos voluntatis maxima consolatio est rerum incommodarum.»

Os seus ultimos annos foram de desillusão e de amargura pelo esquecimento ingrato dos seus coevos, vivendo-os na communhão serena da familia, em cujo conchego agasalhara sua alma batida de descrença.

Enlevado por esse doce encanto, procurava olvidar as magoas, que a malevolencia dos seus inimigos lhe occasionara.

E foi ungido desse oleo santo com que as mãos dos filhos e da esposa nos embalsamam o coração, no momento supremo da morte, que elle cerrou as palpebras á luz da vida, no dia 18 de Outubro de 1918, com 86 annos, idade com que morrem os destinados a dar aos homens do seu tempo exemplo de valor, de energia, de rectidão e de nobreza.

Meus Senhores.

E' tempo de concluir, que fatigada deve estar a vossa attenção.

E' facil ao pintor recolher para a téla a alma nostalgica da paysagem, ou bosquejar um fim triste de tarde, um pedaço de luz moribunda: ê facil ao esculptor precisar as linhas physionomicas de um justo ou de um heroe, de Jesus ou de Napoleão, prendendo no marmore e no bronze, na contracção de um musculo, o sentimento da occasião.

Desaffeito que sou ao diuturno convivio seductor das bellas letras, devotado ao estudo do Direito, á investigação e á analyse dos autos: pouco versado em psychologia e em assumptos congeneres, desconfio que os meritos do Commendador Tiburcio Valeriano de Araujo ficaram em penumbra, como um astro surprehendido pela madrugada, em razão da inopia do meu elogio.

E' que, ao contrario do poeta, me não ajudaram «engenho e arte» para e tarefa de descrever um cidadão que vive ainda comvosco, que comvosco discute e delibera, interessado nos problemas que constituem o vosso patrimonio intellectual.

O pae revive nas lições e nos exemplos, que o filho assimilou.

Se vos não satisfez, como é de suppor, o meu panegyrico, eu resumo todo elle em uma phrase:

O filho é a imagem do pae, isto é, no vosso joven consocio Dr. Orlando de Araujo, podeis vêr a continuidade do preclaro varão a quem eu não substituo, porque, apenas, succedo, nessa marcha infinita e mysteriosa do tempo para o futuro.

Discurso de recepção do socio Desembargador Euthiquio Carlos de Carvalho Gama proferido pelo Dr. Luiz de Mascarenhas, na sessão de 12 de Outubro proximo findo

Sr. Desembargador Euthiquio Gama:

Nos tempos da fina flôr da fidalguia lusitana, quando o novo cavalleiro garboso «recebia na sala de armas dos castellos a solemne investidura, com que se

habilitava a defender o solo querido da Patria, contra o castelhano ou o mouro, ou em regiões afastadas ia buscar a gloria ou a morte», era do ritual que o iniciado promettesse ao fidalgo de quem recebia as insignias, qual o uso que devia fazer de suas armas.

O Instituto, na imponencia desta solemnidade, acaba de receber o vosso juramento... E com que simplicidade, concisão e graça fizestes das palavras do genio francez o delicado offertorio das messes doiradas do vosso talento !

—«E' agora, aos 56 annos de idade, que vou começar a minha vida mental», dissestes, n'um formoso galanteio, ao Instituto, que se rejubila e ufana com a promessa dessa ceifa, em plena sazão.

Na vida, este é o periodo que a poesia de Gœthe chamou do equilibrio e da belleza.

E' «o meio dia da intelligencia esplendendo ao sol da vida» : é o outono do espirito «que como o tempo tem as suas estações» ; é a epocha da colheita ; e a vossa oração bem mostra o viço e a abundancia dos fructos promettidos !

Apercebido de força e de coragem sahistes da academia para a judicatura e dessa iniciação viestes com a consciencia tão levantada e feliz, que não foi preciso occultar as vossas insignias para chegar até o nosso convivio.

No Instituto tambem fazemos o grande julgamento das éras e dos homens que já se foram. Lá fóra as vossas decisões obrigam, apenas, ás partes litigantes, aqui vindes collaborar na grande jurisprudencia da historia, cujas sentenças são apregoadas pela extenção incommensuravel dos seculos !

O vosso discurso, evocando uma éra de nossa vida politica para reviver e julgar a individualidade austéra d'este varão de Plutarcho, que a saudade do Instituto relembra e commemora na vossa chegada, ha de figurar nos nossos archivos como um aresto memoravel que repara uma injustiça, friamente praticada pela imperdoavel indifferença dos que lá fóra esquecem os que em vida opulentaram o nosso patrimonio moral. E o Instituto começa assim a ter a paga da vossa acolhida. A historia, na sua vigilancia indormida, não conhece a prescripção para tolher sua judicatura solemne.

A poeira dos seculos lhe não ensombra a contemplação do passado. Não ha noite fechada para os seus olhos sem palpebras.

E' a ceifeira incançavel, sempre colhendo e enthesoirando para a formação destas enseadas bemdictas, onde o espirito humano encontra os elementos necessarios á restauração das éras mortas.

Não sois, diz, com muito acerto, a vossa oração, um estranho ao Instituto.

—«Là fóra, cultuei o passado historico de que o Direito é um producto expontaneo, crescendo naturalmente, como uma planta, como uma vida, conforme a escola de Savigny ; e foi assim que aprendi a amar as bellezas, que nos vieram das velhas civilisaçôes, as attitudes de heroismo, a sabedoria, a clarividencia, o descortino facil das cousas e a percepção intuitiva dos phenomenos».

—Para os que assim pensam, muito vale este thesoiro accumulado pela previdencia dos que nos precederam e que o Instituto hoje offerece á vossa curiosidade scientifica.

A historia e archeologia deram ao direito «um mundo inexplorado e cheio de ensinamentos, desenterrando imperios ignorados, fornecendo como base de comparação, até as fontes de poesia e os repositorios mythologicos, derramando, emfim, sobre o seu velho organismo nova luz». E' a vida juridica nas suas varias manifestações.

Um hymno, portanto, de inspiração magnifica, devia ser este discurso para dizer pallidamente do direito o muito que ha accumulado na gratidão das raças... Reliquias vindas de longe, desbotadas pela successão dos tempos, denunciam o prestigio da vossa sciencia no passado, ou o desenvolvimento dos seus ramos nos diversos periodos da historia.

Do costume á jurisprudencia, da jurisprudencia á lei, temos os tres estadios

percorridos pelo direito, como norma concreta na direcção racional e social.

«Seja qual for, porém, o rumo desta marcha atravez dos tempos, a legislação de qualquer povo é uma resultante de seus precedentes historicos, illuminados pelas concepções geraes dominantes no fundo da sociedade, interpretados e formulados pelos homens intellectual e moralmente dirigentes». Sei que o juiz moderno a quem incumbe applicar a lei, não deve participar em sua formação, mas tambem não deixa de ser verdade que a chamada «theoria da jurisprudencia» é o melhor e o mais positivo instrumento da evolução do direito. O juiz muitas vezes tem de adelgaçar a lei para abraçar a especie com o texto, pois, é de sua funcção não poder deixar de julgar por falta de lei expressa.

Esta intervenção do magistrado na lei não deve ser arbitraria, não pode ser dogmatica, sem a observação conscienciosa dos precedentes historicos, dos costumes que a sociedade elabora. Ao juiz, portanto, não desdoira a poeira dos nossos archivos. Considero-vos, sem favor, uma das culminancias da nossa magistratura local, extractificae, pois, dessas éras mortas os elementos formadores da sciencia juridica, para brilho de vosso nome e honra de vossa judicatura.

Estudando a individualidade do vosso honrado antecessor, destacastes, com rara galhardia, ornamentando aquelle caracter invejavel, o respeito á lei, a contenção natural diante da injustiça.

Deixae, caro confrade, que escolha para os meus louvores esta afinidade que vos liga ao grande varão, cuja cadeira viestes occupar.

Distribuindo a justiça tambem sois, como elle,um servo obediente do direito e é quanto basta para considerar-vos um benemerito da humanidade. Para as collectividades não conheço bem maior, não sei o que mais se poderá almejar para a felicidade de um povo.

Os explendores d'estas organizações privilegiadas, d'onde germinam as Nações modelares — florações requintadas da cultura humana, têm dois grandes obreiros : — a instrucção e a justiça.

Ensine-se ao cidadão conhecer os seus direitos, implantando-se-lhe na consciencia a certeza de que estes mesmos direitos constituem um patrimonio inviolavel, sob a guarda de uma magistratura incorruptivel e não haverá povo amofinado, não haverá Nação que não seja grandiosa. «No direito da força não ha senão um criterio de legitimidade : — a vantagem physica de quem a maneja». A verdadeira disciplina não se mantem senão pela força do direito, que é a expressão mesma da justiça. E a mais leve injustiça feita ao individuo é como uma martellada certeira na consciencia juridica da collectividade a que elle pertence. Surprehendei o homem sem lei e sem juiz, é a féra entregue aos proprios instinctos ! Vislumbrae, porém, a caverna onde o mais velho do grupo profere a sentença, e vede no respeito a esta decisão a estabilidade d'aquella sociedade em miniatura. E' a regra juridica positivando-se nos julgados pela palavra do mais experiente, são os primeiros clarões de uma madrugada de explendores, é a gestação laboriosa das grandes civilisações, é o direito vencendo a força, redimindo o bruto, formando o homem...

Esta é a verdadeira genese d'este ser privilegiado que mais tarde dictou leis ao amor para organizar a familia; conteve o interesse para crear a propriedade : venceu o egoismo para proteger o fraco. E assim, de milagre em milagre, vae substituindo o terror das batalhas pelas Cortes de Justiça, para decidir os conflictos entre as Nações. E quando os clarins annunciadores d'esta alvorada bemdicta acordaram o mundo, o direito será a religião da humanidade. Meu caro confrade ! Ao virarmos a ultima pagina da grande guerra que acaba de solapar o mundo, já começamos a experimentar a necessidade de canonisar os apostolos da magna religião.

São nomes que aprendemos agradecidos para ensinal-os aos nossos filhos.

E' Alberto I, o rei varonil que fez de Liége a Thermopylas da civilisação européa, ensinando-nos que, em respeito

a um principio inerte de direito, um povo heroico desdenha o mais doloroso dos sacrificios !

E' Wilson pregando os quatorze mandamentos da paz universal, em substituição ao imperio dos canhões !

E' Ruy Barboza, o grande, o extraordinario, o novo Messias que, por um milagre da palavra, transformou a Faculdade de Direito de Buenos Ayres numa cathedral, para dictar ao Mundo extasiado o novo Evangelho ! E' Ruy Barboza — a maior dadiva que recebemos de Deus, convencendo a humanidade que «a guerra não merece o reconhecimento do genero humano nem mesmo pelas acções heroicas e virtudes sublimes, de que são theatros os seus campos.»

São deste feitio as conquistas da vossa sciencia !

Cavalleiro do Direito ! eu vos saúdo,abrindo-vos a porta do Instituto, onde a musa da historia acolhe o enviado de Themis !

Trabalhae pelo direito,praticando a justiça.

Trabalhae soffregamente, porque o tempo semelha a agua do rio—sempre a a correr, sem jamais voltar ás nascentes.

Sede bem vindo.

A PSYCHOLOGIA DOS SYMBOLOS

CONFERENCIA

Illustres confrades do INSTITUTO.

Meus senhores.

O espirito operoso, que orienta a cultura do grande Passado neste recinto de amôr ás legendas heroicas e immarcessiveis, déra-me a responsabilidade de algo dizer sobre a «Psychologia dos Symbolos» — responsabilidade que mal comprehendi e senti.

Presinto a estolidez da critica apegada á accepção etymologica do vocabulo — psychologia — ou agarrada estreitamente ás theorias philosophicas que estudam os dous objectivos: as faculdades e a natureza ou substancia da alma, vendo-se a psychologia atravez dos desdobramentos complexos dos phenomenos, como uma sciencia experimental e racional.

Não me afoito a contestar os psychologos na observação rapida ou demorada dos principios que lhes esteiam e abastecem os conhecimentos sobre a materia preferencial dos seus apuros, internando-me com elles nas doutrinarias concepções de subjectivismo e objectivismo, nem me recuso a incluil-a na 1ª parte da ordem chronologica de estudos philosophicos, como querem alguns.

Observo, porém, que essa methodologia provem de indagações introspectivas e claramente denunciadoras de sentimentos, tendencias e influições geraes, singulares e collectivas.

A coordenação dos factos impõe reflexões penetrantes e analyticas, exige explicações que apurem a sua valia social, politica, moral e artistica ou religiosa.

O facundo escriptor francez Paul Bourget fez os seus ensaios de psychologia contemporanea, evidenciando a acção intellectual dos insignes literatos do seculo XIX e verificando a influencia, profundamente moral, causada pelos diversos trabalhos daquella epocha

O preclaro observador Gustavo Le Bon esmerilhou as multidões, acompanhou-lhes as exaltações e os arrefecimentos, dissecou-lhes as avançadas e os recúos, poliu-lhes os effeitos do contagio e das pressões, tracejou-lhes a *psychologia.*

E a mim cabe dar interpretação verdadeira á these que exprime com eloquencia e pureza a transição de um poder magnificente e emanado imperceptivelmente dos intersticios e das porosidades das Coisas que tambem teem espiritualidade, embora tenue, exquisita e original, quando se agitam, se refazem, se alteam e se gravam...

E' o competente Oliveira Martins que, no seu primoroso «Hellenismo», discorrendo abundantemente sobre o caracter grego, immergindo-se nas questões das origens, das escolas, dos systemas, e avivando a fórma modelar e synthetica do typo guerreiro e valoroso, delinea a essencialidade da mythologia hellenica com «a intervenção da moral como interprete da Natureza».

O eminente escriptor percebe que a introducção da Moral na organisação d'aquella mythologia, a principio *dubia, aerea, indeterminada*, dá logar ao monotheismo, depois da explanação que faz da subordinação de todas as forças á influencia immutavel, absoluta...

Aclarando e definindo a fórma do seu entendimento no assumpto, admitte que *«o caracter da mythologia grega é ser ella psychologica».*

A perquisição historica fal-o extender-se admiravelmente na demonstração *de que a theologia é immanente na my-*

thologia, chegando a deducções e a differenciações comparativas, como a existente entre o Deus dorico e o Deus de Homero.

Aquelle é de feição espiritual toda una, especial, pezar das suas faculdades naturalistas e do seu caracter psychologico, conforme as analyses transcendentaes a que se entrega vantajosamente o moderno auctor que firma a convicção de que *a mythologia épica prega a liberdade e a acção; a psychologia transcendente prega a Ordem dentro da Natureza.*

E' a exposição do culto grego antes do seculo V.

E' a investigação de que a religiosidade, com os ritos e os cerimoniaes talhados á usança antiga para limpidez e fervor das crenças doricas e jonicas, se reveste de um nitido traço que a espiritualisa na preceituação dos seus dogmas e das suas affirmações.

E' a deducção de uma religião psychologica de dentro dos elementos vivos do naturalismo aryano; e, como tal, trazendo comsigo desde logo a affirmação da liberdade humana.

São as superficialidades existentes do mythismo, actuando na atmosphera rumorosa em que fuzilaram as intelligencias primévas.

Os symbolos, que são figuras convencionaes e originadoras de mysticos transportes e de apparatos ritualescos, teem a sua psychologia, a sua vida de impressões historicas e reveladoras de uma época.

Certo é que a creação delles, tingida pela poeira doirada e phantasiosa das fabulas, das ficções, das legendas e dos mythos, serve para traduzir *as bellezas, os mysterios, as incontinencias do Mundo.*

O homem procurou concentrar as suas desordens, os seus terrores, as suas explosões e as suas idéas em effigies significativas.

Os symbolos reflorem, coloram, vivificam o animo das Coisas, exprimindo, pois, a sua psychologia, o reflexo dos cultos naturaes, humanos, sociaes e religiosos, em cada phase de vida evolutiva dos povos e traduzindo-se na acção delles sobre os tempos em que exerceram particular funcção e sublime hegemonia.

E' da irradiação do seu influxo na phantasia e na realidade que emanam a refulgencia de uma éra historica, a ostentação de um reinado heroico, a quintessencia de uma esthesia dominadora.

O thema da palestra nos conduz a bronzeados atalhos e nos dá a idéa da actuação perfeita dos numes que presidiram e presidem ao decorrer aligero dos seculos, ao entrelaçamento atordoante dos episodios, que as lendas reservam, os cultos destinam, as legendas repetem, os mosteiros relembram e a extensão das civilisações define.

Paira dominadora a fórma das representações, que o marmore entalha e o bronze borda, nos periodos marciaes e pacificos que culminaram a antiguidade, estremeceram a arrogancia medieval, intensificaram as expansões modernas e sacudiram o poder mago do homem contemporaneo sobre a terra cançada, conturbante e dissorada!

A dispersão dos symbolos que consubstanciam as iras dos deuses malvados e os esplendores dos deuses benignos, é tão complicada, variada e empolgante, que não ha evocações, por soberbas que sejam, á guisa de Plutarcho fazendo a do tradicionalismo fulgido de Sparta heroica, que preencham o fim historico e real para que elles se houvessem formado.

A proposição do Instituto implica um exame subtil e longo, profundo e critico, philosophico e ameno, translucido e artistico, da expressão isolada e simultanea das allegorias, cujas lições a sciencia repassa, remontando methodicamente aos tempos da expressividade pulchra e classica, em que a arte se despia dos asperos elementos de barbaria e abrolhava da magnitude pagã e ondeante das suas divindades.

A energia suave da alma volatil das tradições se confunde com as harmo-

nias imperturbaveis dos quadros em que se projecta a fertilidade das humanas creações.

Diffundem-se os symbolos — esses marcos serenos dos ápologos e dos heroes coroados — ao mavioso plectro dos esparsos descendentes de nacionalidades incaracteristicas e confusas.

Elles surdem imperantes no refluxo das formações nacionaes ; resaltam dos factores ethnicos que constituiram a religião assyrio-chaldéa ; disseminam-se pela phantasmagoria da raça turaniana embrenhada nos maleficios de um culto vicioso.

O elemento semitico, aperfeiçoando-se na astronomia e saturando-se da crença solar revivescente, contrapõe-se ao regimen fetichtico do contingente turaniano.

A desegualdade dos principios fundamentaes e dos regimens organisadores das seitas, deixando que os espiritos se immiscuissem nos primordios grotescos da civilisação chaldaico-assyria, realisou, por intermedio do polytheismo que se accentuára, a unificação dos cultos fixados, posteriormente, no *pantheon mixto dos chaldeus.*

O mythologismo desse povo baseado na doutrina solar, astronomica, tem a sua efflorescencia psychologica na attribuição primeira de Zi — espirito alentador do polytheismo sobrevivente — e, depois, no symbolismo das formulas representativas.

Ana, Bilus e Ea abrangem o cyclo dos deuses chaldeus que se distinguem por seus attributos symbolicos.

A figura de Ea (a terra), fluctuando no grande mar, e a adoração a Sin (o deus-lua), a Shamash (o deus-sol) e ao ar (Ramanú), synthetisam a vocação dos babylonios, perpetuando-lhes a tradição na veneração ás forças latentes da Natureza.

Os phenicios adoptam, como todo semita, o culto ao Sol — *essa hostia de flammas* — no dizer elegante da poetisa, o qual absorve sacerdòtes no mysterio ingenito e luminoso dos templos erguidos pela força chammejante e oriental do povo de Sargon.

A variabilidade do feitio especioso dos cultos denota a approximação nos typos revelados.

Astartéa, na cidade da purpura e dos mestres da navegação, animava a prostituição, emquanto Moloch deificava o sacrificio dos innocentes na comburencia sagrada das fogueiras.

A scentelha divina de Baal acariciava a veneração dos phenicios aos rios e ás montanhas, sendo objecto de oração as pedras e os aerolithos, como pouso de deus.

A par com o erotismo cruciante e terrifico da religião mythica de Melcarth, symbolo da preponderancia maritima, a Phenicia exprimia a sua existencia psychologica atravez dos symbolos de sua imponencia physica — caracter primacial e limpido do atavismo semitico.

A fecundidade em Belit e em Astartéa, plenificadas da exhuberancia maxima de vida reproductora, tem analogia com o typo invejavel de Venus que se destacava da hierarchia florida dos deuses.

As manifestações polyformes das trindades regedoras são peculiares a diversas mythologias alicerçadas na anthropomorphia pristina.

A triade da antiga civilisação egypcia, composta de Osoris, Iris e Horus, põe em relevo a imaginativa febril e colorida dos orientaes, inspira ao sacerdocio transfigurado pelas roupagens diaphanas e franjadas, purifica os manes estendidos sobre a universalidade deliriante dos fieis.

Os filhos da gleba omnipotente dos pharaoes e de Cambyses, genuflexavam-se diante do boi, da cegonha, do crocodilo, fazendo renascer nesses pedaços disformes de magia prehistorica a superstição originadora dos sêres imaginarios.

A necromancia radica nas almas populares e nas consciencias collectivas, sentimentos rebeldes e crenças morbidas ; mas, produz na Chaldéa, na Phenicia e no Egypto os symptomas psychologicos de uma éra que se define.

A deusa Pasht provoca molestias e os judeus dispoem de magnetismos para ulceramento do corpo dos inimigos.

O vernaculo auctor da «Nova Floresta» e da «Luz e Calor», padre Manoel Bernardes, escrevendo, com a clareza bizarra que lhe modéla os rastros de luz racional, sobre «Agouros e Superstições Antigas», exordiou «que um agoureiro, tendo consultado a Catão que successo ou prodigio significaria haver achado os seus calções roidos das doninhas, aquelle lhe respondera : Até ahi não tem muito que adivinhar : — quando as doninhas forem roidas dos calções, então me consultareis».

A ironia vergastante de Catão é um formidavel assenso ás criticas demolidoras dos vestigios idolatras que sobreviveram para os infaustos designios.

As ondulações das differentes épochas de retorno e de progresso, por que vae passando a humanidade, perturbam e inquietam.

Nas espheras augustas, dentro na consciencia transcendental das gerações surgidas para a cultura dos magestosos influxos da Natureza triumphante e enigmatica, nos departamentos amplissimos das inventivas a que povo algum poude escapar, nos lineamentos primitivos das condições existenciaes, dominára a divagadora romagem de heroes e de deuses, rebrilhando e confundindo com as famosas corôas de myrthos, rosas e eloendros, e com os florentes torneios de celebradas bravuras.

E' verdadeiramente psychologica a expressão delicada e suavissima dos symbolos que espargiram luzes nas planuras opulentas do Oriente, da Roma libertaria e da Grecia gloriosa e fecunda.

O systema conhecido das religiosidades orientaes revela a idéa de dualismo, oppondo-se desta maneira as causas que governam o racionalismo e a viveza da sentimentalidade naturalista dos gregos, segundo se collige da exposição profunda do brilhante auctor do «Hellenismo e Civilisação Christã».

A reforma religiosa de Zarathusta, cuja personalidade é contestada, relegando-se-a para o plano das ficções, tangendo-se-a com a varinha ineffavel das attribuições legendarias, caracterisa-se por seu feitio altamente instructivo e vigorosamente moral.

O fundamento é dualista, por excellencia, entrechocando-se os principios que robustecem o *mazdeismo : o da Vida e o da Felicidade, o da Desgraça e o do Infortunio,* incorporados em *Ormazd* e *Ahriman.*

Annunciou-se entre os Medas e derramou-se entre os Persas, persistindo na India, essa religião do propheta Zoroastro, cujas formulas e doutos ensinamentos aconselham o trabalho como dever sobrepujante a quaesquer outros encargos.

Os seus preceitos, que edificam, ennobrecem e confraternisam, foram consignados no Zend Avesta que elucida a penha da sua legislação.

Os iranianos contaminaram-se dos costumes supersticiosos, devido á deturpação da theoria mazdeista, aliaz colhida da idolatria ao Fôgo que se instituira o ponto principal do fervor aryano.

A efficacia, que a moralidade dimanada desse feixe dogmatico de convencionalismo religioso, produziu no sectarismo de Zarathusta — o predicador reformista — fôra tão nobilitante que o doutrinarismo novo muito se approximára da concepção monotheista.

Por ser o livro «Zend Avesta», em que se inscrevem os elevados conceitos da effervescente crença, a base das normas reguladoras e da superioridade social d'aquelle povo, não se póde desconhecer o valor actuante dos seus symbolos maravilhosamente rigidos pelo Ideal que encerram.

E como o hellenismo tenha «uma expressão psychologica mais profunda, obtida do prophetismo judaico, e uma nota sentimental mais viva», no entender de Oliveira Martins, encontraremos, alternativamente, nos arcanos das letras, das artes e dos cultos predominantes na Grecia emotiva e palpitante, os persuasivos e demasiados subsidios para a dissertação amenissima do suggestivo assumpto.

O espirito humano se culturára, mergulhando na vastidão simultanea das geneses e dos transportes asiaticos e occidentaes.

O ponto convergente das adorações era a Natureza, operando o seu desenvolvimento e a sua fecundante transformação, por intermedio dos gentios, cégos de paixão ardente pelas ideas suggeridas na estridencia das ficções.

Nasceram os symbolos de um principio de ordem sociologica, momentanea, inesperada.

Elles representam e fixam pensares de homens que se debruçaram nas lyras, reverdeceram sonhos na primavera das horas mudas e impalpaveis ; crystalisam a macula de muitos gritos de dôr ; exaltam a Vida palpitando nas corollas das flôres matisadas, na velludez dos estames, na maciez das frondes, na brandura dos arbustos, na belleza dos mysterios, na caricia dos thalamos, na harmonia de labios feitos para o amor, na virgindade da terra, na aspereza dos desertos, na germinação da grande Natureza criadora.

Elles consubstanciam a pompa das Coisas, o extase dos suppliciados, a pureza do ar, o segredo dos sacrarios, a esplendidez do Amôr que se multiplica nas tonalidades e nos sons, na sacledade e na dispersão.

Em todo o esplendor das idades e do Universo, os symbolos edificam, definem, alcançam um fim e collimam um idéal.

Mais do que no pantheismo oriental, é, com effeito, na Grecia, onde melhormente se encontra o effeito do polimento esthetico e da sentimentalidade envolvente dos symbolos, cuja psychologia se esboça nas estancias encantadas em que haja um brado, uma cithara, um velario, um oraculo, uma clamyde e uma institnição.

O reino faiscante dos deuses, o auspicioso Olympo, impunha a elegancia dos seus symbolos á Terra que sustinha a omnipotencla de Jupiter, os desvarios das hetairas, as esplendencias de Homero, a sabedoria de Lycurgo e os mysterios de Eleusis.

Na Hellade artistica e guerreira foi onde se reflectiu mais intensificada a espitualidade do mythismo, porque era elle o centro de nacionalidades diversas e aonde brotou pujante a cultura composta «de dous elementos fundamentaes, um a herança do seu primitivo lar ethnologica e as ulteriores influencias dos povos arianos ou semiticos, e o outro o lavor proprio, activo, energico, incessante, exercido pelo espirito da Grecia sobre este capitulo da civllisação», segundo o fulgurante escriptor portuguez, Latino Coelho.

Os primordios da religião e da politica na Grecia procedem de Pelasgo, o nobre descendente da terra primitiva de Paleichton, cercando-se de uma faixa tremulante de claridade que envolvera os primaciaes contingentes d'aquella brilhante esphera de amôres e de deuses

Haverá interpretação que se ajuste mais á elevação psychologica de um symbolo do que a desse imaginado factor de uma communhão centralisadora de energias tão vivas como a Hellenia ?

O famosissimo instituidor das criações mythicas na prosperante Athenas e o vehiculo primoroso das relações entre athenienses e egypcios — *Cécrops* — é um modelo reflexivo de movimentação intellectual symbolicamente operada.

O citado autor da *Civilisação da Grecia*, ao expôr o vinculo permanente entre varios povos nos seus multiplos aspe-

ctos e sob o reinado de deuses incruentos ou grandiosos, delinêa com brilho o typo de Cadmo que,«personificando as influencias phenicias na Beocia, á semelhança do inflexivel Minos que symbolisa a communicação dos phenicios e dos gregos na ilha de Creta, facilita a estes o alphabeto phenicio, as letras *cadmeas*, encontradas por Herodoto no templo de Appollo Ismenio, dá começo a edade de bronze na Hellada e consorcia-se com Harmonia, a virgem de olhos *bovinos*, na phrase do lyrico beocio».

Demonstra, em seguida, que essa esposa de Cadmo «é a ordem, a paz, a legislação, a vida culta, social, policiada».

Que formoso enlace pagão !

Cadmo instrue, esparge letras que tauxiam columnas de templo ou debrúam santuarios, e freme nos arrebatamentos poeticos de um noivado tecido a canticos de Musas, espalhados em «Thebas, na cidade de heptopila, ou de sete portas».

E, assim, observando-se as civilisações e alhanando-se o rumo das literaturas nascentes e das legislações tutelares, os symbolos resumem a vida dos povos e o brilho dos episodios.

Milhares de vezes revelam as especulações fundamentaes da historia e reproduzem o poder embryonario do pantheismo enlevador.

Comprava-o a actividade geradora de Kronos que, semeando o cháos dentro de si mesmo, une a vitalidade cosmica ao rithmo dos planetas.

A imagem typica dos Centauros, corporisando as guerrilhas entre agricultores, e a de Ceres, o patrocinio da agricultura, á qual tambem se attribue o ensinamento do uso do pão, evidenciam a existencia occulta e engenhosa de entes maleficos e beneficos.

O fetichismo, as immolações,o predominio das sagas remotas, o enlaçamento das tradições egypcias e phenicias com as gregas, apezar das distincções por vezes notadas nas relações preestabelecidas e ulteriormente assignaladas, mostram o traço approximativo das lendas.

Toda a genealogia das divindades greco-romanas obedece a phenomenos ligados complexa e intimamente, occasionando dias muito claros e noites muito indecisas, psalmodiados pelos poetas no fulgôr das elegias e consagrações.

Ella é de enumeração muito copiosa e allia profusamente deuses tão ineffi-cazes quão proficuos, tentadores quão formosos, brigadores quão heroicos.

Denuncia vigorosamente os vicios, as erronias, o classicismo primévo, a pujunça dos vates, o coroamento singelo e consagrativo dos guerreiros, o prodigio e as honrarias dos semi-deuses.

Os perfumes evolados das carnes brancas e audazes das Phrynéas, das Lais, de envolta com a myrrha espiralante, vieram impregnar-nos o senso e as cellulas nestes periodos ruidosos, tirando-nos dos harens para os vergeis embalsamados ; das aras, em que a prostituição ennobrecia, para as naves silenciosas ; do florescimento attico dos ambientes nevados para os encantamentos dos muzeus de hoje.

E, dest'arte, bem fundo penetrado dos threnos e das confusões estonteantes, diviso a linhagem sobrenatural de vultos que se adensaram no enliço complicado das aventuras e das celebridades.

A rutilante phalange, diante de cujos delubros se avergavam os habitantes das regiões soberanamente vencidas pela allucinação transfigurante e intangivel da Arte, revive para a eternisação dos genios seculares.

Desfila o cortejo esfusiante, cadenciando com Orpheu que arrebata as fontes murmuras, as arvores quietas ; convulsionando nos arremessos prepotentes de Jupiter ; estremecendo, altivo e senhoril, com Juno ; brotando luz e rindo aos éstros com Apollo ; amando voluvelmente á flôr verde das espumas com a esculptural Venus ; estirilisando-se com a immaculabilidade de Vesta ; mergulhando no alvoroto das ondas com Neptuno ; queimando com Plutão ; levantando o

véo dos corações tranquillos com Cupido ; guerreando, destemeroso, com Marte ; rejuvenescendo ao contacto do nectario com Hebe ; emocionando com a immortalidade e encantos de Psyché ; enflorando-se com a mulher de Zephyro, a Flora engrinaldada ; prophetisando com as maravilhas de Glauco ; solfejando endeixas doridas e desesperadas com as Sereias ; bebendo com o Bacho estridulante e bohemio : integralisando-se com Phenix ; caçando, enramado e trescalante, com Diana.

Que se incruste na crepitosa alma hellenica, como um éco prolongadamente nervoso e vibrante, o periodo épico, que o bardo nomada e cégo urdira, entrançando a Illiada e a Odysséa que se formaram dos assomos cavalheirescos de Troya e das temeridades de Ulysses.

São os esparsos lances passionaes de Helena que, no enlevo do romancista, «é a alma grega no que ella teve de mais subtil e de mais poderoso,... de mais nobre e de mais alto... de mais bello portanto... dispersando-se pelo mundo, por toda a parte, n'essa herança de belleza em que todos nôs a reconhecemos».

E' a palpitação de azas espalmadas em torno da cabeça polychromisada de Calypsos e debaixo da colera fuzilante dos deuses, purificando-se na coragem de Ulysses e na fidelidade de Penelope.

Repetem-se, fascinantes e implumadas, essas symbolisações das singraduras maritimas, destacando-se a *expedição dos Argonautas* com os insofregaveis anseios de conquista do *vello de ouro* que significa, quiçá, o poder commercial dos gregos.

O destino, Moira, era o governo hyper-supremo dos pagãos.

O fado ou essa previdencia de pythonisa, o accaso ou essa determinação de oraculo, estrepitou na tragedia de Sophocles, dramatisando a inconsciencia criminosa de Edipo que estertorára, cruciante, furibundo e livido.

«Na estrada de Thebas, Edipo encontrou a Esfinge que lhe propoz um enigma tremendo. Se o não decifrasse, fôra devorado como os outros.

Decifrou-o, e foi o mais desgraçado dos homens»...

Em derredor deste texto, o Dr. Afranio Peixoto fez epocha com o magnifico romance—a «Esfinge», applicando o conceito psychologico do symbolo que travestia as infortunadas aspirações de Edipo.

O artista, deslumbrado e extensivo, na plenitude da adolescencia activa e impaciente, estirava-se insensivelmente para a vertiginosidade do abysmo. que as suas emoções voluptuosas cercavam de papoulas e enchiam de jasmins.

Aplacada a fome do amor torturante, o esculptor se abandonou ás convulsões hystericas do seu maravilhoso Sonho conquistado, ficando a pobre arte á mingua de caricias que lhe alinhassem a harmonia dos contornos.

Era a queda da Arte pela eclosão que desfibrava os tecidos brandos de uma organisação psychica.

O artista, logo que decifrou o enigma que lhe atenazava as sensações, entorpeceu-se para o vislumbre em que se inflammava o seu ideal de Gloria.

As legendas incitam a alma dos sêres e das coisas, abrangendo votos, aspirações e heroismos.

Ellas reflectem atravez dos seculos os differentes aspectos da alma da humanidade, registando os seus delirios e fazendo de alguma sorte a metaphysica do Destino humano, accorde com o pensamento notavel de Michaud d'Humiac que entrevê o caracter das legendas da India primitiva na luxuriosa bordadura selvagem em que ellas esplenderam.

Fala sobre as oito grandes legendas, recontando os rumores das multidões, os fremitos dos palacios, as guirlandas rosadas que se ergueram á chegada de Rama que «se faz amar» e que representa os peregrinos attributos de Justiça e Valor, para vêr o principe, após os acontecimentos que ingratamente o exi-

laram, radioso e triumphador, no seu throno de Justiça e junto da sua inebriante Sita, a exaltar parobolas evasnecentes e a proferir dythrambolos de amor sereno e confiante.

Discorre o fio perlongado da sua *reverie* candente pelas florestas troncadas em que dominaram augustamente os anachoretas, chefiados pelo Vasichta transparente e visionario, encharcandonos da doçura virginal de Devanaki e da paixão languente de Kansa — o consulente avido do Brahma que lhe vaticinou ao brilho da estrella guiadora o desastrado fim.

Na castidade de Devanaki de quem nascera, n'um requinte de fulgores cegantes, o sagrado Krisna — regenerador sublimado da humanidade opprimida — n'uma cidade luxuosa da India oriental, incendida de feiticismos, opulentada de abluções, retoucada de silencios invocadores, incrustou-se «o fluido puro emanado da grande alma universal», plasmou-se a divindade modelar das redempções, refugiou-se o sentimento immortal das liberdades e concentrou-se a paz secreta da Justiça revelada.

A legenda do previdente titão da enerme familia que povoou a Asia Menor e a Grecia imponente, mencionada pela Theogonia de Hesiodo instruido «pelas nove Irmães junto de Helicon para a feitura das genealogias mythicas», concentra u'a multidão de symbolos, como o do destino tragico que fere todos os bemfeitores, na exposição intelligente de Humiac.

O raio cortante da ira de Zeus sobre o genero humano possuido do Fôgo espirante e flammivomo, que Prometheu — o angustiado filho de Clymène, subtrahiu ao Olympo, eternisou os martyrologios, acorrentando pelos braços e pelas pernas a um rochedo aquelle genio symbolisador das torturas agudas e eversivas.

O coração do martyr, a espatifar-se nos bicos aduncos da aguia de Zeus, explica que os insufladores de uma Idéa nobre se amortalham sempre, para que a Verdade pompeie bem alto, regia e vencedora.

O suppliciado exorou, como se qnizesse embutir nas fimbrias dos céos e nos refólhos verdes das florestas, para a secularisação da legenda, o gemido isochrono das suas entranhas : — O' minha mãe, augusta divindade e tu. Ether, que fazes rolar sobre o mundo a flamma da luz, vêde os dous os meus tormentos injustos !

A preferencia de Psyché pelo invisivel Eros diminuiu com a impulsão egoistica das irmães perfidas que entreviram, esmorecentes, o adejo pressuroso da Ventura nas fulgurações da morada harpejante em que se escondera o dom aspersivo do deus.

Aphrodite, refluente e invejosa, incrustou-se espiritualmente nas alfaias do alcaçar opalescente, nos frisos dos tanques doirados, nas fibras das ramas verdoengas, nas tibias resonantes que suspiravam incognitas sobre o leito avelludado de Psyché e Cupido, para desenlaçar as ardentes fórmas da silhueta alada do filho que pasmára diante da estatua animada da filha tremente e lacrimosa do rei.

A fabula de Psiché se perpetua no intangivel laço que alinda o eterno connubio do nosso espirito com o Idéal, suspendendo-nos a ansia, reprimindo-nos o vexame, alvorotando-nos os desejos e resumindo em nós «a legenda da alma humana».

Merlin, com a sua harpa de melodias transbordantes, rolava melopéas profusas e tremulas pelo amago ateado dos ramos unidos, extasiando a Vivianna que emergira das aguas sonorisadas para ouvir a voz esbraseada e lyrica do bardo.

O dulçuroso propheta da Bretanha teve um extase fatidico, um espasmo demorado, a syncope de um estonteamento inedito, ao preludio de beijos aljofrados pela Fada bucolica.

Sobrevivem desta legenda muitos symbolos — o da Caricia enganadora, o

da Scisma enervante e tormentosa, sentimentalisando-se na lagrima attractiva e conquistadora de Vivianna e na symphonia nostalgica e amargurante de Merlin.

Da alacridade electrisante da legenda, como um chilreio que ferisse agudo o espaço, sentimos a acuidade musical de Vivianna, levando na concha das mãos aos labios do menestrel a agua da fonte inspirativa : — «Bebe, Merlin, o esquecimento, bebe a agua que te adormecerá em meu amôr, e desce commigo ao fundo desta fonte para onde já atirei tua harpa».

Na vigilia persistente das horas, entalado nos caminhos pedregosos e infindos, avulta-se o perfil errante de Isaac Lacquedem, ao peso formidando da Maldição prophetisada pela bocca melliflua do Nazareno : — «Caminha, caminha» — legenda que aponta, como um aresto implacavel, á impiedade sarcastica dos rebeldes, a via inexgotavel de robles queimantes.

A philosophia teutonica de Gœthe alargou a legenda de Fausto, fazendo irradiar a flagiciosa mutação da velhice extenuante para a juvenilidade exaltada, aos ternos papeios de Helena ou Margarida — flôr aspirante e rorejada — que pende desabrolhante para o tonteiamento e a ebriez dos instinctos.

Accommoda-se a legenda, com as facetas variadas pelos dramacistas, á extincção da vaidade e á attração de insolita miragem.

E' o Sonho forjado na aspereza de incontidos anseios !

Dos lampejos flexuosos dessas figuras doudejantes que gravam ritualidades entoadas com langor nos varandins e nas trovas dos menestreis calçados d'esporas côr de prata e vestidos de arminho, persiste, atravez dos vaporosos tempos, mais fino e refinado, o D. Juan Tenorio de Sevilha, cuja legenda se espalhou nos torvelinhos das dramatisações revoltas.

O conde de Marama se extenuára na vereda das seducções, recolhendo-se, um dia, dos tregeitos usuaes de basbaque impenitente e da irrequietude perigosa de voluptuoso, ao mutismo conventual, arrependido e crente.

O legitimo D. Juan legendario, que as imaginações dilataram á feição dos seus ardores, como o symbolo confuso da Seducção e da Blasphemia, firmou, mais tarde, a clamação profunda e infinita, sahida de dentro do sacrilegio exasperante para o Ideal que vive no Deus unico.

E esse Deus é o consagrado pelo proselytismo christão.

Entre os hebreus accentuou-se a crença monotheista, implumando-se instituições remodeladas.

A serpente hebraica que estancia no paraiso genesiaco para enrodilhar a alma e açorar o corpo innocente de Eva, ondêa sorrateira e atarantada como a incarnação da malignidade e o germen do Peccado-original.

Commenta-se que «o homem é peccador, não por ter comido o fructo prohibido, mas sim pela idéa contida nesse symbolo : pela idéa da sua impureza, limo terrestre, parcella do cáos».

Desde as camadas em formações autochtonas que as consciencias relegeram a serpente, valendo a Claude Tillier, quando vergasta o despotismo dos reis, no seu livro «Meu Tio Benjamin», a asseveração : «Si as serpentes, de que os poetas dizem tanto mal, tivessem uma literatura, fariam dos reis o symbolo da ingratidão».

E, a proposito do idyllio paradisiaco, bebendo com Raul Pompeia no Atheneu que é uma das mais extasiantes paginas da literatura nacional «a embriaguez dos capitulos como o canto profundo das cathedraes», ouço tambem com elle, «suspirar a Crença, o idyllio do Eden, o amôr primitivo do Genesis», e vejo, na minha equidistancia subjectiva, «Adão vergonhoso, vestindo as parras de suaprimeira pruderie, Eva a envolver a nudez joven de lyrios na tunica de ouro das madeixas, cobrindo com as mãos o ven-

tre, obscenidade das mães stigmatisada pela maldição de Deus».

Uma das maiores notabilidades deificas da terra que parece ter nascido de ondas de harmonias interminas e sob um fosco chuveiro de ouro em pó, para mergulhar, depois, nas dobras coloridas dos poemas homericos, é o Hercules de mixto feitio que esmagou serpentes.

O catholicismo apresenta a Virgem-Mãe subjugando-a como o symbolo da Graça que escapou ás voltas maliciosas do redemoinhante ophidio.

Radiquem-se nos atomos dos organismos das nações todos esses debuxos de allegorias ; mas o verdadeiro christianismo é o véo perolado que veio substituir os cerrados reposteiros dos santuarios pagãos, obscureceu o luzimento dos holocaustos e derruiu as seitas anthropomorphicas.

A base do apostolicismo catholico, como fôra a das theogonias, consiste nas symbolisações personalisantes de virtudes e obras que honraram varões e fizeram virgens.

Vêem nisso literatos, criticos e historiadores, o resurgimento do polytheismo vetusto.

Na trindade — alicerce em que, primeiramente, repousaram todas as convicções religiosas, ha um secreto principio de metaphysica, um alto designio, um emblema psychologico de suavidade indefinivel, de innocencia inenarravel.

Confundido na philosophia dessa trilogia uniforme, deslumbro-me ante a Cruz — symbolo do resgate — rociada de sangue e encimada de espinhos.

A' sombra de cyprestaes esguios, sobre uma tumba em que emmurchece uma saudade ou um lyrio eucharistico, ergue-se a Cruz precursora da Redempção.

Que o arrabil de Alexandre Herculano a exalce na soidão da sua quinta de Valle de Lobos :

Amo-te, oh Cruz, no vertice firmada
De esplendidas igrejas ;
Amo-te quando á noite, sobre a campa
Junto ao cipreste alvejas.

A Fé se resume, indestructivel, na Cruz.

As theologaes, os mysterios, os sacramentos, as leis moraes e as preces do catholicismo teem a sua causa psychologica na acção reflectora e exegetica dos seos symbolos.

A Dôr Moral se estratifica na lagrima estrellante da Virgem, de cujo regaço «nasceu o mundo moral, ensinando-nos o prodigio da creação physica e mostrando-nos o universo a formar-se no seio do amôr celeste«, como se vê no Genio do Christianismo de Chateaubriand.

Os filamentos rubros que escorriam pelo rosto do evangelisador na hora lugubre em que marchava para o Golgotha embaciaram as pupillas divinamente inflammadas de Maria, como um symbolo de entrelaçamento da Dor Physica com a Dor Moral, uma amparando-se na outra para a purificação conversiva da humana gente !

Da revoltada alma franceza que creou, na affirmação do admiravel Eça de Queiroz nas «Cartas Familiares e Bilhetes de Paris», o culto da Mulher; Rainha da Graça, no culto da Virgem, transpira o prestigio da humilde pastorinha de Lorena que desbastou os inglezes invasores, ao toque de claridades vindas dó Céo.

As fagulhas que crestaram a libertadora do reino de França, vieram polir, annos depois, o estemma com que a Igreja arrependida e o patriotismo imprevidente cingiram a fronte loirejante da brava aldeã.

Ella transfloreja n'um immensuravel e intraduzivel symbolo, empunhando o gladio que lhe sublimára a raça, por meio do espirito vigiante de Deus.

Por onde redobre o calor de uma Fé, farfalhe uma Crença, ha o esgarçamento de um anseio, á passagem de caminheiros que se não fatigam, tão imaginaria é a peregrinação.

Buscou Graça Aranha no seu terso

livro «A Chanaan», illuminar o symbolo etherisante da Utopia, fazendo o esquisso psychologico da soffreguidão. com que se trahe a si mesma a desventurada personalidade dos sêres.

Na mulher esqualida se operou uma transfiguração ligeira—afago da Chimera—enriquecendo-a de côres e de fremitos, para logo. na varzea que bruxoleára, perto, a tristeza de martyr tornear-lhe o corpo da realidade em que se transmudára.

Permanecem indecifraveis, muita vez, a interjeição de uma phrase, o extase de um sorriso.

Irradia nos pontilhamentos que a enigmatisam, n'um bello contraste de mutismo compassivo e zombador, a Gioconda velada pelo férvido pincel de Leonardo de Vinci.

Acepilha-lhe os lances a penna nervosa e scintillante do nosso consocio Guedes Miranda, divisando em Mona Lisa beijos «na bocca que chora, nos olhos que riem, nas mãos — victoria final da linha curva—, nimbando-lhe «as pupillas mais enigmaticas que o mar» e melodiando-lhe «as scismas mais profundas que o céo».

O chronista despeje preferencialmente «as suas rosas vermelhas» sobre o quadro que insculpe a cabelleira alvacenta, os olhares indagadores e a bocca que tambem, como a de Gioconda, se dobra, pezar de mais leve, n'um sorriso superiormente ironisante, do Pintor que lhe engrandecera a alma para o fanatismo de uma genuflexão.

Das linhas que se abraçam, impalpavelmente. esboçando a incomprehensibilidade de um sorriso, irrompe um halito quente de carnes em explosão, como o symbolo incomparavel do consorcio da Arte com a Belleza.

Nem os soldados de Hamilcar, nem os pudores de Salambô, evitariam que na tenda do desvairado Mathô — se penumbrasse a adolescencia mystica d'aquella allucinante mulher, cuja virgindade punica Flaubert symbolisa n'um cadeado de oiro que della enrolava a perna estuante e de marfim impeccavel, acarinhada pelo animalismo sóffrego do sacrilego roubador do zaimph da deusa Tanit.

As correntes brunidas que enfeitavam a plastica lactescente da Sacerdotisa glacial e taciturna que se adereçava de estrellas nas noites das impulsões, dos desdobramentos e dos alaridos, compunham a epopéa social da prisão organica em que se estirilisa a Mulher para a Grandeza inattingivel da sua perfeição moral.

Cançar-me-ia, si n'uma conferencia tivesse de escancarar bibliothecas para vos mostrar á saciedade as effloreseencias e os desejos que ornamentam o conjuncto de symbolos que reflectem regatos, vagas modorrando nos litoraes, céos repontando nos mares, salgueiraes de que pendem lyras, platanos em que soluçam theorbas, vôos que conduzem aspirações, ansiedades que revigoram torsos, aguas que brotam versos.

Sinto-os e vejo-os, mais accentuados nas flôres e nas côres que nascem latejantes e morrem desconfortadas.

O annel esponsalicio é a ligação physio-psychologica de temperamentos, de vontades e de anhelos.

O doge, para celebrar o seu matrimonio com as correntes marinhas, joga ás ondas o seu annel de nupcias.

E'o enlaçamento perpetuante dos desejos que se embutem nas seivas, que se redobram nas germinações, que frondejam nas arvores e que palpitam nos gommos.

Tudo se reduz a symbolos que ondulam em todos os movimentos da Vida e se conjugam em todos os transes da Morte.

A psychologia delles, isto é, a sua grandeza reveladora no espaço e no tempo, a sua tradução dentro nas sociedades e no intimo das naturas, a sua magestade e transcendencia na historia. existe, brilha e vibra por toda parte.

Os symbolos formaram-se do ascetismo das idiosincrasias, das sombras dos monumentos, das rebeldias do paganismo, dos canticos dos aédas, do sensualismo e do mysticismo de Dyonisos, da etherisação de Eros, «de cujos sorrisos nasceram os sagrados deuses», do embevecimento astrologico dos semitas, da luminosidade do Olympo, dos hymnos das guerras, dos tremores serenos da flauta de Appollo e dos solfejos eroticos da lyra de Pan. das vehemencias da Roma rediviva, das exhuberancias da Grecia sentimental, do pantheismo dos aryanos, do lyrismo dos rapsodes, da fugacidade dos medievos, das inspirações do Occidente, da magnificencia do christianismo e das fremencias da civilisação contemporanea.

Melhor se erguem e se juntam elles neste solar que investiga os phenomenos da Historia, sentinella os objectos da Archeologia, erra pelos confins adensados da Prehistoria e pelos Paizes onde os desthronamentos se succederam, as nações prosperaram, a Renascença mirificou e as revoluções estalaram, denegrindo o estendal dos acontecimentos ou proclamando a «Declaração dos Direitos do Homem». como a de França que arrasou, a 14 de Julho de 1789, a terrifica Bastilha considerada o symbolo da tyrannia e do absolutismo real», onde se comprimiram, em algum tempo, os adejos ostentosos de Voltaire, de Fouquet, do Duque d'Orléans e d'Armagnac.

Dessa rajada popular que estrondeou, bravia e solerte, rebentando os ferros que trancavam a notavel prisão de Estado, jorrou, abundante e irreprimivel, a sementeira rubescente que estilhaçou as almas attribuladas de Luiz XVI, de Maria Antonietta, de Madame Roland e, mais longe, que reverso do destino! as de Marat, Danton, Robespierre e Desmoulins.

Ruiu, para a interminavel rememoração do dia de hoje, a caruncho sa fortaleza da porta de Santo Antonio, repercutindo os impetos do povo, como reservas de synergia civica, nas estrepitosas flammas do genio de Rouger de l'Isle a cantar a Marselheza — symbolo ideologico da Liberdade — deusa de cujos flancos irromperam, translucidos, os filetes da glorificante signa da França universalmente reivindicadora.

A rebellião franceza de 89 a 93, fulgindo como almenára assecuratoria da egualdade juridica, dardejou queixumes crebos que inda espiralam da nevoa feerico de estylos e poemas.

E assim é que duas mulheres se entalharam na urdidura dessa estardalhaçante phase da historia franceza, de linhagem e meios de acção differentes.

Uma—Maria Antonietta—cujo collo opalino os esthetas salpicaram de aljofares, engrinaldando-lhe de açucenas e lilazes a cabeça espamodica e languida por entre as ramagens tenras do seu *Petit Trianon*, embranquecida e borbulhante nas mãos da canalha ululante de Paris.

As recordações threnorosas de Montalvão immortalisaram a esbelteza austriaca da fulva «Rainha do Poeta», conclamando, desalentado : —«Que fez germinar o teu sangue ? Que avançou o mundo com a tua morte ? Que bem ou que progresso resultou para a humanidade desse crime ? Não continúam os descendentes dessa plebe, a quem os que te condemnaram, prometteram a egualdade e a liberdade, a ter fome, a arrastar a mesma miseria de escravos e a aspirar sempre, como outr'ora, pela eterna mentira das Revoluções ?

A outra — mais angelical e mais simples, — irisa musas e alaudes, debrúa tragedias, como a de Ponsard, impressiona a coloristas, lampejando o rastilho que ardeu as cortinas da burguezia pacata e da nobreza esguia.

Foi a flammivoma campezina Carlota Corday que, presa á palavra cortante dos girondinos fugitivos, marchetára a lamina de um punhal com o sangue que fluia escachoante no peito esquerdo de Marat.

Nas faces talvez ainda não beijadas da sonhadora Corday, — joven aquecida pelo sol agreste,—ritinira, impudente,

a bofetada ultrajante do carrasco, qual o soido tenebroso de um fragor desmoronante.

Estão ambas circumdadas de uma esquisita luz de symbolos : são discos de sóes que banharam o parque aristocratico, onde as musicas das aguas, as vozes das nymphas distantes, os arquejos das fontes cercadas de marmores brancos, ateavam as plangencias de Maria Antonietta ; são discos da lua inviolada, que esbatiam, de surpreza, a relva vicejante e as sebes marginosas de Champeaux, onde preludiava mais forte a aria da liberdade na bocca de Carlota Corday.

E' a apotheotica, cavatinante e ardentissima musicalidade que resôa pelos seculos afóra...

Animado e vivaz, este sodalicio regio drapeje a flammula nacional, ao som dos hymnarios todos que festejar queiram e possam a tomada fugaz da Bastilha inda reinante e de repetidas ignominias.

Quebremol-a nós outros — os super-civilisados — tocados do resto de fôgo que faz arder a raça a engelhar-se, a encolher-se dentro no pavor dos desarmados, a minguar-se dentro na incerteza do successo.

Sintamo-nos levantados pelas filigranosas pontas da bandeira brazileira em que se baralham, inconfusos, o verde das montanhas que serão as nossas fortalezas, o azul dos céos que estrellarão os nossos escudos e o amarello dos areaes que guardarão intangiveis os nossos desesperos.

Toquemos os labios, contrictos, na impeccabilidade desse frouxel rithmico que applaca as nossas chammas de meridionaes, que ferve a nossa enlevação de latinos, que explode na vitalidade da nossa Fé, que esfusia na opala do nosso civismo, que volita na celeridade do nosso çredo, que delira na convulsão da nossa mocidade, que repete a ode imperecivel dos nossos triumphos, que resuscita a coragem dos nossos spartanos, que entôa a magia da nossa tradição, que consagra, imponderavel, o valor de Floriano, que engasta, tremula, a palavra de Ruy Barbosa, que resume o SYMBOLO DA PSYCHOLOGIA NACIONAL.

14 de Julho de 1916.

Guedes Lins.

(Instituto Archeologico e Geographico Alagoano).

INFLUENCIAS MESOLOGICAS

REGENERAÇÃO DO MEIO PHYSICO

CONFERENCIA PRONUNCIADA NO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, EM 15 DE MARÇO DE 1921, PELO DR. ALFREDO DE ARAUJO REGO :: ::

Snr. Presidente. Senhores do Instituto. Meus Senhores, minhas Senhoras.

Ao occupar a tribuna trago apprehensões de quem presente o dissabor do insuccesso e prevê o desgosto que vae causar a um illustrado auditorio. Espero, porem, senhores, da vossa complacencia, ser-me-ão relevados os senões e lacunas do meu desataviado e despretencioso trabalho e perdoados os momentos de tedio que vou causar, attentas as razões que me fazem vir a vossa presença.

Honrado desde muitos annos com o titulo de membro effectivo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, reservou-me a sorte a feliz opportunidade de ver entrar para o seio da nossa aggremiação uma pleiade de moços opulentos de muita cultura, ricos de sentimentos, de alevantada nobreza. Pois bem senhores, occorreu a estes moços, na sua carinhosa preoccupação de exaltarem os velhos companheiros, commetterem-lhes tarefas, talvez superiores as forças de alguns delles já vencidos pelas canceiras da vida.

Eis a rasão porque, sahindo da minha obscuridade e voluntario retrahimento, me vêdes hoje occupando a vossa attenção.

Ha distinções que muito honram, honras que muito ennobrecem e que por isto mesmo não si as solicita; distincções e honras que, embora creando situações de embaraço a quem dellas não é merecedor por um justo titulo, não podem, no entretanto, deixar de ser acceitas, taes são as gentilezas no modo porque são conferidas.

Os moços do Instituto, pois fazem um appello a velha guarda, pedem um esforço nosso.

Appellar para a *velha guarda!* Pedir ao inverno que se mude em primavera! Pretender da cinza levantar o lume! Despertar energias já extinctas pela acção anniquiladora do tempo! Mas, senhores, já que assim o querem os moços do Instituto, não ha que resistir as injuncções de cordialidade e nós os da *velha guarda* esforçar-nos-emos, em demonstrar, por gestos de aventurosa temeridade, embora, que para servir aos interesses do Instituto, saberemos galvanisar as nossas forças, que como reservas dessa legião de combatentes novos que, com o brilho do seu talento, vão illustrando os factos desta douta instituição, não nos quedamos em censuravel apathia e que, na liça pelo bem commum as nossas armas não estão propriamente depostas, temol-as apenas ensarilhadas. Do fracasso, porem, do nosso arrojado tentamen cabe inteira culpa aos moços do Instituto.

Passamos agora a nos occupar do assumpto principal da nossa palestra, que dividimos em dois capitulos subordinados ás epigraphes: *Influencias mesologicas. Regeneração do meio physico.*

Influencias Mesologicas

REGENERAÇÃO DO MEIO PHYSICO

O meio physico actuando sobre o homem como uma determinante das condições que lhe são impostas pela natureza para o desenvolvimento das suas aptidões vitaes, releva de importancia o estudo das qualidades que caracterisam aquelle em que vivemos.

As differenças no modo de agir, dos agentes meteoricos, suggeriu a idéa de dividir em zonas as regiões da terra em que as suas influencias se fazem sentir sobre o homem e os outros seres com as mesmas variantes.

Dahi a repartição, em climas, de limitadas extensões da terra.

Não obstante a preoccupação de uniformisar esta distribuição, circumstancias varias, imprimindo certos desvios ao typo ideal, caracteristico de cada um clima, têm tornado impossivel attingir-se a um completo desideratum e que satisfaça a verdadeira concepção do clima; sendo

assim mais ou menos arbitrarias as diversas classificações. Obedecem ellas ao ponto de vista em que é tomada a questão.

A temperatura do ar, sendo o principal factor do clima, serve, em geral, este elemento de base á classificação dos climas, embora soffra este agente a acção modificadora dos outros elementos que actuam sobre o meio physico, dando muitas vezes modalidades diversas ao clima de uma mesma localidade, como adiante veremos.

Como quer que seja é a velha divisão em climas — *quente ou tropical, temperado e frio,* que nós adoptaremos para os nossos estudos, admittindo mais a subdivisão proposta por Henri Morige, quando se refere ao Brazil.

Occupando o nosso paiz uma grande extensão territorial, não se acham certas regiões brasileiras situadas precisamente no centro da zona torrida ; e a incidencia dos raios solares deixando de ter a perpendicularidade que apresenta na linha equatorial, á proporção que se afastam desta linha as terras brazileiras, é obvio que a sua thermalidade se vá attenuando de modo a dar feições differentes ao clima do Brazil. Assim a zona territorial occupada pelo Estado de Alagoas, ficando a 10° do equador, bem pode ser contemplada na zona subtropical creada por Morige.

Outro-sim se tomarmos em consideração, não só a extensão territorial, mais ainda circumstancias outras ligadas a sua situação e configuração geographicas novas subdivisões ficarão justificadas, sendo admissivel ainda para o nosso paiz — um *clima temperado,* um *clima marinho,* um *clima continental,* um *clima de altitude,* um *clima humido,* um *clima sêcco.*

Vejamos agora quaes as causas que, fazendo variar a temperatura, *ipso-facto,* fazem varias o clima de um logar.

A esphericidade da terra influindo sobre a incidencia dos raios solares, é a *latitude* um dos modificadores da temperatura, como acabamos de ver.

Além da latitude lembraremos outros : a *altitude,* as *correntes oceanicas,* os *ventos,* o *regimen das chuvas,* a *visinhança do mar,* a *proximidade das florestas,* a *visinhança das montanhas* e a *natureza do solo.*

E' de tal modo notavel a influencia da altitude que em uma mesma zona o clima pode experimentar grande modificação. Assim, por exemplo, no Chile, paiz situado na zona torrida, os cumes da cordilheira dos Andes acham-se sempre cobertos de neves. E' sabido que quando se faz ascensões em uma montanha, sente-se um abaixamento gradual da temperatura do ar.

A acção modificadora das *montanhas* estende-se tambem a seccura do ar e á decompressão da columna barometrica. Além do mais, as montanhas servem de anteparo contra as correntes de ventos frios ou quentes e concorrem para a condensação do vapor d'agua, transformando-os em chuva. E' em virtude dos beneficios trazidos pela existencia das terras altas que, mesmo no nosso clima quente, se gosa, em certas localidades, da amenidade dos climas saudaveis, tal como se verifica nas terras elevadas dos sertões de Alagoas e outros Estados do norte do Brazil.

As *correntes occeanicas,* acarretando calor ou frio, conforme procedam de regiões quentes ou frias, modificam o clima de outros logares. A *corrente brasileira,* ramo da *grande corrente equatorial,* passando a certa distancia das costas do paiz, não deixa de influir na thermalidade do nosso meio.

Os *ventos,* podendo se apresentar seccos ou carregados de humidade, taes sejam as suas origens, são pelo seu regimen um grande modificador da temperatura local, e portanto do clima. As correntes aerias dominantes em cada localidade, dão-lhe caracter especial no que diz respeito ás chuvas e condições de salubridade. Favorecendo a evaporação e vehiculando a humidade, influem no regimen das chuvas, ao mesmo tempo que por sua agitação suavisam os effeitos do

calor. Dilinindo ou diffundindo as impurezas contidas na atmosphera, as torna assim inoffensivas. Concorrendo, outrosim, para a desseccação das superficies humedecidas do solo, as incompatibilisa com a vida dos micro-seres e parasitas.

Differenças de aquecimento e pressão nas varias camadas da atmosphera dão origem aos *ventos*, que podem ser — *constantes, periodicos* e *variaveis.*

Os *constantes* ou *aliseos* são os que sopram com regularidade durante o anno e que neste Estado têm as direcções S. E. e S. S. E pelo inverno e pelo verão tomam os rumos N. E. e E. N. E. São estes os ventos dominantes observados entre nós nas duas principaes estações do anno, inclinando-se, todavia, para o rumo de E. nas epochas de transição de uma estação para outra.

Os ventos periodicos são os chamados *monções* e *brizas.* As *monções* sopram regularmente, seis mezes com uma direcção, e os outros seis mezes em direcção opposta. *Brizas* são correntes aerias vindas do mar para terra e vice-versa, conforme a superficie da terra esteja mais ou menos aquecida, relativamente á superficie do mar.

Uns e outros, *brizas* e *monções*, imprimindo certos desvios nas correntes dos ventos constantes, perturbam de certo modo a sua regularidade.

A *briza* é tambem conhecida com a denominação de *terral*, quando sopra da terra para o mar e de *viração* quando, ao contrario, se dirige do mar para á terra.

As *brizas*, substituindo os ventos geraes, quando estes não se fazem sentir e manifesfando-se com frequencia nas costas do nosso Estade é para nós um phenomeno providencial, pois que mantendo em constante agitação a atmosphera permitte-nos supportar, sem grande incommodo, a acção do calor, mesmo nos dias mais quentes.

Os ventos aqui nunca se revestem do caracter de violencia, tendo os de inverno a sua maior intensidade de Junho a Agosto e os de verão, de Dezembro a Fevereiro.

São completamente extranhos ao nosso meio os *ventos variaveis*, que dotados de extrema violencia, tomam os nomes de *tufão* nos mares da China, *cyclone* nos da India e das Antilhas e provocam nessas regiões terriveis tempestades.

O *Simun* ou vento quente do grande deserto africano, os *pampeiros* e *suestadas*, que sopram violentamente nas Republicas Argentina e do Uruguay, entram no numero dos ventos variaveis e nunca nos attingiram.

A *chuva*, além de contribuir para o abaixamento da temperatura, exerce a sua acção de agente modificador do clima, purificando a Atmosphera que ella desembaraça dos gazes estranhos, poeiras nocivas e microorganismos. No entretanto, se por um lado ella traz estes beneficios ao ar, pode por outra tornar-se a causa da polluição do solo, facilitando as fermentações, a proliferação de agentes morbigenos, a procreação de insectos transmissores de molestias, se por um prompto escoamento não se procura evitar as estagnações, como se observa nas cidades sem esgoto e não beneficiadas por processos outros de hydrographia sanitaria, tal como succede na capital e outras cidades do nosso Estado.

O occeano e as extensas superficies de evaporação que offerecem as abundantes collecções liquidas de que é farto o nosso systema hydrographico; os ventos carregados de humidade, e favorecidos pela existencia dos relevos do solo e da alta folhagem de uma luxuriante vegetação, explicam a abundancia das chuvas neste Estado. A regularidade das correntes aerias, dão o regimen das chuvas que possuimos.

A porção oriental do Estado, em virtude de disposições especiaes do systema orographico, bem como quase toda a costa oriental da America são regiões muito chuvosas.

Além das chuvas de estações propriamente ditas, mais abundantes nos mezes de Maio a Agosto, ainda é o nosso solo regado com frequencia por outras, nos demais mezes do anno.

Apezar de copiosas e cahirem por vezes durante dias seguidos. as chuvas neste Estado nunca produzem cheias, transvasamentos de rios ou outros accidentes que tragam serios prejuizos á população.

A *visinhança do mar* é uma circumstancia muito favoravel ao clima, pois que torna mais igual e uniforme a temperatura de um logar. A benefica influencia das brizas, sobretudo a pureza do ar vindo do acceano, e seu papel de regulador da producção do acido carbonico, concorrem para tornar mais ameno o clima das regiões littoraneas. Alagoas participa das vantagens advindas desta circumstancia. As modificações que lhe imprime a visinhança do occeano, muito approximam o clima de seu littoral da superioridade dos climas marinhos.

A acção modificadora das *florestas* se faz sentir sobre o clima das regiões que lhe ficam proximas, por mais de um modo. A funcção chlorophyliano da sua abundante folhagem contribue para tornar mais rico em oxygenio e portanto mais vitalisante o ar que occupa os espaços visinhos, protegendo a terra contra os ardores do sol, facilitando a condensação dos vapores d'agua conduzidos pelos ventos, transformando-os em chuvas; poupando contra os excessos da evaporação os rios e riachos, impedindo-os assim de seccarem pelo verão.

Como as florestas, as *terras altas* entram como factor na modificação do clima, facilitando a condensação dos ventos humidos, dando logar a formação das chuvas.

O *solo* intervem na modificação dos climas pela quantidade de calorico que absorvem e conservam. Os terrenos arenosos e pedregosos se aquecem mais que os outros.

As propriedades physicas da atmosphera, dando por suas modalidades o cunho particular do clima de cada localidade, resta-nos apurar como age no nosso meio o factor predonderante — a *temperatura* e mais alguns outros elementos cosmicos de actuação directa sobre a vida dos seres.

Pelo resumo das nossas observações meteoroligas relativas ao anno de 1894 e pelos dados colhidos de outros observadores, em differentes annos, se verifica que só excepcionalmente, a temperatura maxima se eleva a mais de 31° e que, mesmo esta indicação não é frequente e duradoura, correspondendo a temperatura minima a, mais ou menos, 20°.

Vê-se tambem que não ha excessos de temperatura, nem para mais nem para menos, que as variações destas se fazem entre nós, sem alterações bruscas, sem surprezas ; não possuindo, portanto, este elemento meteorico na nossa região valor etiologico que apresenta em outras. Effectivamente não se conhece aqui a insolação, nem o frio.

Não ha molestias proprias do calor, a não ser por accidente ; e se perturbações physiologicas se notam em certas occasiões nas funcções da pelle, do apparelho digestivo e nas da nutrição em geral, são estas desordens devidas, antes á imprudencias, a desvios de regimen, que simples cautelas hygienicas bastam quase sempre para debellar.

O grau de relatividade hygrometrica do nosso meio aereo, sendo, na verdade um pouco accentuado, não se traduz, comtudo, por indicações extremas como soe acontecer em outras cidades do norte do Brasil, nas quaes a atmosphera muitas vezes se mostra saturada de humidade. Concebe-se, no entretanto, que com o desapparecimento dos pantanos existentes nos immediações da capital, a atmosphera urbana alliviada da abundante evaporação realizada a custa destas superficies liquidas, experimentará sensiveis modificações.

Neste particular ainda se observa que a inferioridade de ar não é effeito de clima, decorre dos males do solo.

As *pressões barometricas*, não se

mostrando com a extensão das amplitudes e as variações bruscas tão prejudiciaes á tensão sanguinea, exerce apenas no nosso meio uma influencia indirecta nas trocas gazozas entre o solo e ar exterior.

A luminosidade e transparencia da atmosphera em dias de verão deixam quase sempre inteiramente descoberto o azul do céo. Apenas, nos campos se vê pela manhã alguma neblina, que logo se dissipa aos primeiros raios do sol.

Por vezes pequenas e ligeiras nuvens (cumulus, cirrus ou cirrus-cumulus) se apresentam, sem, comtudo, toldarem a pureza do céo.

A's inconveniencias do excesso de luz na atmosphera, que podem, na ausencia de certas precauções, ser a causa de perturbações visuaes e prejudicar a brancura dos tegumentos, se sobrepõem as virtudes baetericidas da luz solar directa, que actuando sobre a superficie dos corpos por seus raios chimicos, exerce as funcções de um energico antiseptico.

Os *phenomenos electricos* raras vezes são observados aqui e nunca se fazem acompanhar das impressionantes scenas de violentos trovões e scintillantes faiscas. Todavia, nas terras altas dos sertões elles se apresentam com um pouco mais de intensidade.

Do exposto se deduz que o clima do Estado de Alagoas não tem o caracter de nocividade que injustamente se lhe attribue ; que os seus elementos constituintes se manifestam em circumstancias taes, que da sua actuação sobre o organismo humano nenhum damno serio resulta. Outras são as causas da insalubridade do meio, sobresahindo entre ellas o abandono do solo, onde vivem e proliferam germens de varias molestias.

As malevolas e pessimistas insinuações relativas a má qualidade do nosso clima, ruirão por terra desde que dispensemos ao solo os cuidados hygienicos que elle está desde muito a exigir.

São de origem tellurica, directa ou indirectamenta, as molestias endemicas que mais nos fazem soffrer. Admittida a doutrina havaneza sobre a transmissão do impaludismo pelo mosquito e sabendo-se ter esse damninho diptero o seu *habitat* favorito nas aguas estagnadas existentes nas depressões do solo ou em recipientes sobre os quaes repousam, é dahi que elles se levantam para inocular no homem o germen do mal.

A filariose tem a mesma origem, pois a sua transmissão se opera pelo mesmo processo.

Outro-sim, é no solo polluido pelos dejectos humanos que evoluem os parasitas causadores das verminoses.

As nossas endemias vêm, pois, do solo. E' este o grande responsavel pela nossa insalubridade, pela insegurança sanitaria em que vivemos.

Não se justifica a insalubridade do nosso solo por defeitos inherentes a sua natureza ou constituição geologica, mas por causas accidentaes supervenientes, relativamente faceis de remover.

Sendo talvez a nossa capital, pezanos dizer, a localidade mais insalubre do Estado, a ella nos referiremos aqui em particular.

Não ha uniformidade na constituição do solo em que assenta esta cidade. Na sua maior extensão é elle formado de terrenos apresentando a superioridade hygienica da permeabilidade e a parte privada desta qualidade, a parte impermeavel, portanto, é, por uma feliz circumstancia, a que corresponde a porção mais elevada, onde não ha estagnações, em razão de se fazer ahi o escoamento das aguas, muito natural e facilmente pela encosta da collina.

Vê-se assim que a natureza tudo dispoz em nosso favor, dotando-nos em parte de terras porosas e compensando os inconvenientes apresentados pela outra parte com a configuração geographica, o que nos induz a crer que não serão grandes os obices a vencer na solução do problema da benificiação do solo.

Varias são as causas accidentaes

que têm concorrido para a insalubridade do solo da Capital, determinando, umas as collecções liquidas em estagnação designadas pelo nome de pantanos ; outras, as estagnações das aguas residuarias das habitações, que se estendem em lamaçáes nas vias publicas ou sob a forma de liquidos fermenteciveis nas vallas e sargetas das ruas ; outras ainda a polluição dos lençóes d'agua subterranea pelo uso de fossas destinadas a servirem de receptaculo aos dejectos humanos ; outras mais, os depositos de toda especie de immundicies, resultantes do accumulo sobre superficies expostas do lixo retirado das habitações.

As collecções liquidas constituindo os pantanos ou brejos e existentes em diversos pontos da cidade, tendo por causa um rebaixamento de nivel no terreno, se mostram permanentes nos locaes em que as differenças de nivel não lhes permitte o necessario escoameato e são além disto entretida pelas aguas do primeiro lençol d'agua subterraneo, que nos pontos mais deprimidos do solo vem a sua superficie, mormente na estação das chuvas. As aguas pluviaes se colléccionam nestas depressões, ahi ficam detidas e dão logar a fermentações e proporcionam elementos de vida aos seres nocivos á saude do homem.

As aguas da lagôa proxima invadindo as suas margens e adjacencias, formadas de terras de alluvião humosas ou arenosas e repousando sobre camadas fundamentaes compactas e impermeaveis, formam nesses pontos vastos lamaçaes, onde os mesmos phenomenos bischimicos se reproduzem.

Eis em synthese os defeitos do solo da Capital—que por si bastam para explicar a insalubridade do meio, sem interferencia directa de qualquer dos elementos meteoricos, factores do clima.

Não obstante gozarmos de um clima beneficamente modificado pelas circumstancias já apontadas, é deploravel o estado sanitario da Capital.

As aguas em estagnação por toda a parte encontradas, os liquidos carregados de residuos organicos evacuados para as valetas das ruas, onde o escoamento é quase nullo, constituem temiveis focos de infecção e de infestação e bem assim fontes de emanações fetidas que corrompem a pureza do ar.

Além das endemias reinantes, oriundas da polluição do solo, são na Capital observados outros males,em cuja etiologia de modo algum se fazem sentir as condições climaticas locaes. São estados morbidos decorrentes de causas outras, destacando-se dentre ellas a inferioridade das aguas do abastecimento publico, suspeitas de contaminação por defeitos de captação e distribuição; a má qualidade dos generos alimenticios, dados á consumo sem o conveniente policiamento ; o imperfeito systema de construcção das habitações, na qual a méra preoccupação decorativa sobrepuja os interesses da hygiene, emfim certas praticas grosseiras ainda adoptadas por pessoas do povo na ignorancia das mais rudimentares noções sobre hygiene individual ou collectiva.

Quanto as demais localidades do Estado, sendo embora o clima quasi o mesmo, com pequenas variantes, algumas modificações, comtudo, são notadas nas suas condições sanitarias.

As populações que occupam o littoral são, em geral, sugeitas ás infecções palustres sendo que estas, porém, não apresentam s gravidade de que se revestem na Capital.

A zona da matta, comquanto usufruindo as vantagens de um ar mais oxygenado, não deixa de apresentar, nos locaes em que a vegetação é mais densa os inconvenientes de um indice hygrometrico mais elevado.

E' notoria a amenidade do clima dos sertões do norte, estendendo-se este justo conceito a zona sertaneja do nosso Estado. As regiões mais elevadas, principalmente, onde não ha estagnações liquidas, nem superficies humedecidas, por não o permittirem uma franca ventilação e integral irradiação, o ar é secco e puro, distinguindo-se das outras zonas por um

conjuncto de providenciaes circumstancias que muito a approxima da superioridade caracteristica dos climas seccos.

E' verdade que nas zonas ruraes do Estado, como nas de todo o paiz as infestações verminosas imperam como uma devastadora endemia. Completamente estranho ás injuncções do clima, essa endemia é verdadeiramente um mal da terra contaminada.

Eis, pois, positivada com a apreciação criteriosa dos factos a improcedencia das injustas accusações ao nosso clima.

Não se contesta que o clima do Estado, por seus elementos predominantes — *calor* e *humidade*, — favorece a vida dos parasitas e microorganismos pathogenicos, dada a existencia de um meio physico corrompido por incuria do homem.

A hygiene com a efficiencia dos recursos de que dispõe hoje, consegue obviar estes males nascidos dos nossos descuidos.

A concepção do mau clima não tem razão de ser diante dos poderosos meios com que age a hygiene moderna para collocar o homem ao abrigo das possibilidades pathogenicas em quelquer attitude.

Não ha propriamente molestias do clima, nem inferioridade de raças ou de individuos por effeito de climas depressivos.

E' licito affirmar-se que a hygiene nivelando todos os climas, tornou o homem cosmopolita.

Não ha precisamente influencias mesologicas, pois que, mediante a observancia de cautellas hygienicas, o homem se adapta a qualquer clima. Assim os inglezes, filhos de regiões temperadas, vivem bem nas Indias e na Africa. Como elles, muitos outros homens ha que supportam, sem prejuizos para a saude, climas inferiores ao dos logares em que nasceram.

Não escapam mais a ninguem as causas da proverbial indolencia dos brazileiros habitantes das zonas ruraes.

E' hoje materia vencida a etiologia das molestias endemicas causadoras dessa *indolencia*, *desse cansaço* ; essa endemia (queremos nos referir as verminoscs), que não é unicamente alagoana, pois que está generalisada por todo o paiz, é perfeitamente evitavel, simplesmente curavel.

Os *caboclos do norte*, como são chamados os naturaes das nossas zonas ruraes, ao contrario do que se tem dito, não constituem uma *raça* de homens physicamente inferiorisados pelo clima. Fóra da influencia do mal endemico, são fortes e destemidos. Dá um formal desmentido ás falsas asserções com que se tem pretendido difamar os nossos homens, a resistencia heroica e prolongada que offereceram ás forças legaes, os sertanejos bahianos por occasião da guerra de Canudos, Eram desta mesma *raça — caboclo do norte.* os milhares de bravos que expuzeram as suas vidas em defeza dos brios nacionaes, na longa campanha travada nas inhospitas terras paraguayas, contra as hostes aguerridas do dictador Solano Lopez.

O exercito e a armada brasileiras formam ainda hoje a maioria dos seus effectivos com os *caboclos do norte.*

E' fóra de duvida que uma vez integrados em sua saúde, fóra da acção anemiante e deprimente dos helminthos, voltarão a esses homens a robustez e capacidade de trabalho,

O exemplo muito conhecido da regeneração physica dos cubanos apóz os grandes trabalhos de saneamento realizados pela commissão americana, é uma prova de que, não o clima, mas as endemias ligadas a causas locaes remediaveis, dão origem a decadencia do homem, e que uma vez removidas essas causas, restauradas ficam todas as suas aptidões physicas.

Tanto é possivel ao homem adquirir robustez physica em um meio qualquer, como viver doente em local de clima bom.

As proprias montanhas da Suissa, tão decantadas pela excellencia de seu

clima, não dão immunidade para a tuberculose ; tendo affirmado Schroter, em 1888, que naquelle paiz a tuberculose é endemica, comquanto as curas ou melhoras desta molestia sejam alli mais frequentes.

Sendo o nosso grande mal as endemias, de origem já bem conhecidas, não temos que nos preoccupar com questões de clima, bastando para erradical-as do nosso meio atacar o mal nas suas fontes.

A medida a impor-se, para attingir este desideratum, é o saneamento, e em particular o saneamento do solo.

Das endemias que assolam o nosso Estado—*impaludismo*, *filariose* e *verminose*—é a primeira a que maiores damnos nos causam por sua extensão, intensificação e lethalidade. A *filariose*, embora sem a gravidade do *impaludismo*, o vae secundando na sua nefasta obra.

A *verminose*, endemia propria das zonas ruraes, estende-se aos nossos suburbios e mesmo á Capital.

Poucos são os casos de *leishmaniose* observados na Capital e esses mesmos em individuos vindos do interior, segundo estamos informados.

Não nos consta a existencia, no Estado, do *trachoma* e do *trypanosomiase* ou *doença de Chagas*, terrivel e incuravel mal endemico que tantos prejuizos tem causado já ás populações sertanejas de Minas, Goyaz, Matto Grosso, Piauhy, Maranhão, Bahia e as de alguns municipios de S. Paulo.

Da rica fauna entomologica do Estado procedem os nossos maiores inimigos. Os mosquitos *culicideos — stegomyas*, *anophelinas* e *culex*, respectivamente, vectores da febre amarella, impaludismo e filariose, são os responsaveis pela propagação destas molestias.

O *stegomya fasciata* ou *stegomia calopus* é, como acaba de ser dito, o culicideo transmissor da febre amarella.

A debatida questão sobre a existencia do *mal de Sião* neste Estado impõe-nos o dever de fazer-lhe aqui algumas referencias.

Considerada a nossa terra como um dos ultimos reductos da febre amarella no norte do Brasil e circulando boatos sobre o apparecimento de casos desta molestia na Capital, teve em certa epocha o Governador Dr. Baptista Accioly que consultar a classe medica sobre o assumpto, ouvindo da grande maioria dos clinicos parecer negativo relativamente a existencia entre nós da alludida entidade morbida. Nós mesmos seguimos a opinião destes collegas.

Seria offensivo aos brios dos membros do corpo medico desta Capital, pôr em duvida a bôa fé e lealdade com que se conduziram ao responderem á consulta do Sr. Governador, firmando o seu juizo nos dados fornecidos pela observação clinica orientada pelas idéas então correntes sobre o assumpto e pelos meios communs de diagnostico.

Não se contesta que taes meios podem peccar por insufficiencia, quer se trate de sustentar, ou de negar a existencia de uma molestia, cuja symptomatologia tão facilmente se confunde com outros estados morbidos frequentes nestas regiões, taes como a febre remittente biliosa, ictericias graves e segundo pensa o professor Petit, até com a espirochetose-ictero-hemorrhagica ou molestia japoneza.

O criterio seguro para a precisão de um diagnostico — a pesquiza bacteriologica, não era naquelle tempo um recurso conhecido, pois que só muito recentemente, por esforços do sabio japonez, o professor Noguchi, é que se conseguio isolar o agente causal da febre amarella — o *leptospera*.

E' opportuno registrar aqui que os medicos que se manifestaram contra a existencia da febre amarella neste Estado, não cogitaram, nem tiveram a intenção de crear embaraços á pratica de medidas de hygiene preventiva contra o mesmo mal ; porquanto era natural que lhes tivesse occorrido a possibilidade de surgir elle de momento nesta cidade, onde têm sido encontrados os mosquitos transmissores e as suas larvas.

Claro é, pois, que,com o apparecimento do stegomya infectado e dos individuos, com a conveniente receptividade, focos de infecção se irão estabelecendo.

Assim, as providencias prophylácticas adoptadas no sentido de evitar o mal levantino, são mais que necessarias, são indispensaveis.

Está, portanto, no interesse de toda a população secundar de bôa vontade os esforços da humanitaria commissão Rockfeller, agindo actualmente nesta cidadc sob a zelosa e criteriosa direcção do illustrado e competente Sr. Dr. Alvaro de Carvalho.

Encerrado o parentheses sobre a febre amarella, vamos proseguir no estudo dos *culicideos.*

A *anophelina*, o nosso hospede mais importuno e nocivo, precisa de ser bem conhecido por todos, nos seus modos de viver, de reproduzir-se, na sua funcção hematophaga, nos seus habitos e no seu papel de transmissor do impaludismo.

As noções, já muito vulgarisadas sobre a vida dos mosquitos, são de grande utilidade para a realização das medidas prophylacticas contra a infecção palustre.

A *anophelina* é um insecto domiciliario, vivendo no interior das habitações ou nas suas immediações, onde de ordinario se occulta pelo dia em logares menos esclarecidos e de preferencia humidos, para sahirem á meia luz do crepusculo, afim de procurarem alimento.

Das *anaphelinas*, só as femeas são hematophagas, isto é, sugadoras do sangue, que lhes é indispensavel para a procreação.

Depositam ellas os seus ovos na superficie das aguas paradas que encontram nos respectivos reservotorios, valletas, rigolos, vasilhas, folhas de vegetaes, depressões do solo, etc.

O cyclo da vida deste insecto, bem como dos demais culicideos, comporta tres phases: do ovo, da larva e da nympha. Do ovo á nympha, passa a sua vida no meio liquido, onde encontra o alimento. Realizada a ultima metamorphose,—de nympha a mosquito adulto—deixa elle o liquido para viver no meio aerio. As *anophelinas* morrem apóz a postura.

As agitações atmosphericas lhe são antipathicas, agarrando-se ás paredes e ás hastes dos vegetaes nas occasiões em que o vento sopra mais forte.

Têm ellas o vôo curto, não attingindo, siquer, a distancia de 300 metros

As *anophelinas* quasi nunca atacam o homem durante o dia.

Se as distingue do *culex* e do *stegomya* por terem as azas manchadas, os palpos do comprimento da tromba e por apresentarem, quando em repouso, o eixo do corpo formando uma linha recta, quasi perpendicular á superficie em que estão pousados, de onde lhes vem o nome de *mosquito prego.*

Differentemente do que se dá com as larvas do *stegom a*, as larvas das *anophelinas* preferem viver nas aguas paradas, mesmo que não sejam limpas; fluctuam, como que deitadas, na superficie dessas aguas e não de cabeça para baixo, como as do *culex* e do *stegomya.* Quando provocadas, nadam para traz, mergulham, escondem-se e se fingem mortas.

O hematozoario de Laveran,— o agente activo da infecção palustre,—vae a *anophelina* retira-lo por sua funcção hematophaga, do sangue do homem impaludado, para, em seguida, transmittil-o ao homem são, inoculando o germem da infecção.

A doutrina havaneza sobre a transmissão do impaludismo e da febre amarella. já de ha muito que fez a sua ultima e decisiva prova, não se admittindo mais outra forma de transporte do principio morbigeno. A inexistencia, no meio exterior, do plasmodio em qualquer das suas especies (*p. malariæ, p. vivax. p. falciparum*) é questão solucionada. E', pois, difinitivamente, o mosquito infectante o unico culpado da propagação do mal.

A installação no systema circulatorio das varias formas do *hematozoario* é o ponto de partida dos multiplos desequilibrios physiologicos experimentados pelo organismo humano e que se traduzem por modálidades clinicas, que vão das simples febres intermittentes, até ás gravissimas manifestações perniciosas da mais alta lethalidade.

Solo eminentemente malarial pelo abandono hygienico em que sempre esteve, o impaludismo reina desde longos annos na Capital com o caracter de verdadeira endemia, sem que, no entretanto, as suas manifestações se mostrassem outr'ora com a frequente gravidade de hoje. Eram as chamadas *sezões* ou *malheitas* a modalidade mais commum, atacando de preferencia as creanças ; e tão fraca resistencia apresentavam então os agentes infecciosos que, não raro, a infecção era debellada pela simples therapeutica de *chá de mangerioba* ou infusões outras consideradas virtuosas pelas psssoas do povo, para a cura das malheitas.

A *quinina*, medicamento especifico, não nos era conhecida naquelles tempos, e só depois é que nos appareceu, como sua predecessora, a *agua amarga*, cujo insupportavel sabor bem trahia a natureza da sua composição : era a *quinina* em solução aquosa. Das creanças daquella epocha, os que ainda hoje sobrevivem, conservam bem a amarga recordação da intragavel beberagem !

A quinina em natureza veio depois.

A relativa benignidade da endemia palustre de então poder-se-á attribuir talvez, a fraca virulencia das especies de plasmodio então em actividade ou a incapacidade funccional dos mosquitos transmissores, que naquelles tempos não nos traziam serias preoccupações. O mal paludico vinha dos effluvios dos pantanos, era a concepção da epocha, e os mosquitos, por seu pequeno numero não nos importunavam com as suas picadas e zumbidos, Não se fazia uso dos mosquiteiros e nas casas de familia de melhor tratamento, apenas, como adorno dos leitos se adoptava o cortinado de rendas.

O crescimento da população da Capital, o augmento proporcional dos materiaes residuarios, a polluirem, cada vez mais o solo, têm aggravado sobremodo o estado de insalubridade da Capital, mormente no que concerne ás molestias endemicas de germens vehiculados pelos mosquitos e em particular o *impaludismo*.

Os mosquitos transmissores, em proporção já assombrosa, sentindo-se á vontade em um meio physico em que encontram os mais propicios elementos de vida, proliferam espantosamente e proseguem triumphantes na sua funesta obra.

As infecções e reinfecções palustres trazem de continno em desassocego o lar da familia maceioense, contribuindo com uma elevada taxa de mortalidade para o obituario da Capital.

Rara é a familia aqui domiciliada que não tem a lamentar a perda de vidas preciosas, entre os que lhe são mais caras.

Sabe-se que pessoas estranhas ao nosso meio olham com terror a perspectiva de se verem forçados a viver entre nós, tal a situação de insegurança sanitaria em que se vêm collocar.

Muitas vezes a therapeutica a mais racional e criteriosamente empregada pelos clinicos, mostra-se completamente improficua. A efficacia dos saes de quinino, como meio prophylactico ou curativo, dá em muitos casos resultado negativo. As manifestações de fundo palustre determinadas pela fórma do hematozoario, conhecidas sob a denominação de *quinino-resistentes*, não são raras aqui.

Surtos epidemicos da infecção malarial apparecem uma vez por outra no interior do Estado.

Eis, senhores, em resumo o que tem sido a endemia palustre entre nós, e a sua marcha sob a influencia de um meio physico que se torna cada vez mais favoravel ao seu desenvolvimento e a sua aggravação.

Na hypothese de não virem de prompto salvadoras providencias, além de termos a lamentar maiores males, o descredito em que já cahimos em materia de garantias hygienicas, subirá de ponto a ser esta bella cidade considerada a mais insalubre das capitaes do paiz, se já não o é.

A *filariose*, mal tambem endemico entre nós e cuja transmissão é operada por um outro diptero hematophago, o *culex*, entra com uma larga contribuição para o mau estado sanitario do nosso meio. Mal deformante e contra o qual não se conhece ainda um agente therapeutico de comprovada efficiencia, campeia impune neste Estado e sobretudo na Capital, onde avulta o numero das suas victimas.

E' desolador o quadro que se assiste na Capital, vendo-se a todo o momento entre os transeuntes, pessoas de differentes idades e sexos, arrastando, penosamente, pernas enormemente edemaciadas.

Se bem que classificada entre as endemias ruraes, a *verminose* não deixa de ser para nós ao mesmo tempo uma endemia urbana, pois que ella tem os seus arraiaes assentados nos suburbios da Capital e até mesmo no centro da cidade. E' que aqui, como nas zonas ruraes, ha muito quem pratique o lançamento das fezes sobre a superficie do solo, sirva-se de aguas impuras, ande descalço e incorra em desrespeito ás regras de hygiene das mais rudimentares.

A *helminthose*, sendo um mal da terra, muito se approxima, sob o ponto de vista da fonte de onde emana, das duas outras endemias reinantes — *impaludismo* e *fitariose*, reclamando em commum, como medida principal para a sua debellação, o saneamento do solo.

Tres são os grupos principaes dos vermes que produzem a helminthiase intestinal : os *trematoideos*, os *cestoideos* e os *nomatoideos*.

Multiplas são as desordens provocadas no organismo humano pelos parasitas intestinaes, alguns dos quaes determinam estados pathologicos de real gravidade.

Haurindo da mucosa intestinal os elementos da sua nutrição, deprimem o organismo de que se fazem hospedes por uma forte espoliação, ao mesmo tempo que exercem sobre elle uma acção toxica, inoculando-lhe a toxina que secretam.

Na sua singular migração atravez do corpo do homem podem occasionar, além de traumatismos, verdadeiros estudos morbidos.

Os vermes nematoideos, conhecidos por *ascarides lumbricoides*, *oxynros*, *tricocephalos*, *ancylostomo duodenal*, *necator americano*, sós ou associados a vermes de outros grupos, são os agentes *causaes* das infestações observadas no Estado.

Por interessantes aqui damos algumas noções, ainda que rudimentares, sobre o modo de viver e reprodução desses seres e males por elles causados ao homem.

Os *vermes lumbricoides*, muito communs, são oviparos, pondo cada verme uma quantidade consideravel de ovos, que pode attingir ao numero de mil em um anno.

Estes nematoideos installam-se no intestino delgado do homem e ahi vivem habitualmente. Os seus ovos, porem, são expulsos com as fezes para o exterior, onde em contacto com a agua ou terra humida, realizam o seu desenvolvimento embryonario.

Os ovos embryonados, chegando ao intestino do homem por via buccal, quando este ingere aguas impuras e alimentos vegetaes crús, sem as precauções de uma lavagem previa, produzem a *ascaridiose* ou infestação pelos ascarides.

Ordinariamente elles são encontrados no intestino em pequeno numero, 5 a 6; mas, por vezes, elles se tornam muito numerosos, indo de 500 a 1000.

Na maioria dos casos a infestação pelos ascarides nenhuma perturbação seria produz, limitando-se as suas manifestações a um prurido nasal, modificação do appetite, pallidez, halito fetido e insomnia ; no entretanto elles podem occasionar desordens graves, attribuidas á acção de uma substancia toxica que secretam, ao seu numero e a sua singular migração por certos orgãos. Assim é que se tem assignalado casos de ascaridiose tomando fórma typhica, dysenterica, de appendicites, crises epileptiformes, accidentes meningiticos, paralysias etc.

Blocos formados por agglomeração de ascarides, por vezes, provocam occlusões intestinaes. Nas suas migrações, quasi sempre provocadas pela febre ou outra causa qualquer, succede penetrarem no estomago, no esophago, no pharynge, nas fossas nasaes, nos canaes biliares etc. Introduzindo-se nas vias respiratorias, podem determinar a asphyxia.

Em casos anormaes a sua expulsão se faz pela bocca, pelo nariz e o que é mais extraordinario, atè pelo ouvido, depois de terem atravessado a trompa de Eustaquio.

Observa-se o seu caminho pelo canal larcrymal, para chegarem a salientar-se no angulo do olho.

E em casos mais raros elles transpõem a cavidade abdominal, dando lugar a uma peritonite, e se escapam pela parede abdominal.

Não obstante o aspecto de gravidade de que se revestem alguns destes accidentes, o prognostico é em geral benigno. O exame das fezes, revelando a natureza do mal, dá a indicação da therapeutica conveniente, que, quasi sempre, realiza a cura.

Os oxyuros são tambem encontrados com muita frequencia no intestino, vivendo de preferencia nas ultimas porções do grosso intestino, onde põem os seus ovos, cujo numero se eleva a muitos milhares. A postura se realiza na visinhança do recto.

São vermes filiformes, medindo de 3 a 6 millimetros de comprimento.

As aguas, quando não filtradas ou fervidas, os legumes e as fructas não lavados fazem chegar ao intestino do homem os ovos embryonados do verme, dando logar a infestação.

Os ovos dos *oxyuros* só excepcionalmente são vistos no exame das fezes, o que traz certo embaraço ao diagnostico da *oxyurose*. Não raro, porem, acontece serem os proprios vermes surprehendidos a se movimentarem em derredor do anus, nas creanças.

A oxyurose que, por vezes, passa despercebida, é de ordinario revelada por um prurido anal mais ou menos intenso, sobrevindo em geral á noite e produzindo a insomnia e um estado de insoffrivel nervosidade.

Se bem que seja esta verminose, de commum, uma affecção benigna, a migração dos *oxyuros* pode determinar accidentes de alguma gravidade. Brumpt affirma que este verme é o que mais frequentemente provoca a appendicite, sobretudo nas creanças.

Além destes, muitos outros vermes concorrem para a helminthose intestinal, mas, para evitar prolixidade, occupar-nos-emos apenas dos dois outros nematoideos que são merecedores de especial attenção pelos grandes males que nos causam. São o *ancylostomo duodenal* e o *necator americano*.

O ancylostomo é um verme nematoideo cylindrico, de cor branca ou rosea, com 8 a 10 millimetros de comprimento, sendo que as femeas têm a forma mais alongada. Possuem quatro dentes recurvados em gancho, dispostos dois a dois e dorsalmente mais dois pequenos dentes salientes. Os adultos se installam preferentemente no duodeno, em numero menor ou maior, podendo ir a muitas centenas. As femeas são sempre em numero mais crescido. Estes vermes são facilmente vistos a olhos desarmados.

Reproduzem-se por meio de ovos, eque a femea deita diariameute até 3.000, sendo expellidos com as fezes. O individuo infestado expulsa com as fezes de mil a um milhão de ovos por dia.

Os ovos não evoluem no intestino e o seu desenvolvimento embryonario se opera no meio exterior, no solo humido, corrompido pela presença de dejectos humanos.

E' sob a fórma de larva infectante ou strongyloide que ella penetra no organismo do homem.

A ingestão de fructas e legumes crus e não lavados, de aguas polluidas ou alimentos contaminados por mãos sujas de terra dão entrada a larva no apparelho digestivo ; mas a sua penetração pela pelle é havida hoje como o processo mais commum.

Em sua caprichosa migração atravez dos orgãos e tecidos, as larvas do ancylostomo partem da pelle, quasi sempre do pé e percorrendo um longo trajecto, vão até o duodeno, onde se tranformam em adultos.

(Insinuando-se pelos folliculos pilosos, ou mesmo por um ponto fragil qualquer da epiderme, ellas se dirigem d'ahi, por intermedio dos vasos lymphaticos e sanguineos, até o coração direito e a pequena circulação, passando atravez dos capillares do pulmão para os alveolos pulmonares. Chegadas ás vias respiratorias, sobem ao longo da trachéa, penetram no esophago e chegam finalmente ao intestino).

Quando mesmo introduzidas no organismo humano pela bocca, não vão directamente deste orgão para o intestino. Uma vez ingeridas, atravessam a parede esophagiana e fazem uma peregrinação semelhante a que executam quando a penetração é feita pela pelle, até alcançarem o duodeno.

São estas, pelo menos, as noções que se tem hoje acerca da penetração dos ancylostomos e de que nos dá *testemunho* a palavra autorisada de sabios observadores.

E' no intestino do homem que o parasita vae encontrar os seus elementos de vida, haurindo-os da mucosa intestinal.

Alimentando-se das substancias assimilaveis destinadas á nutrição da sua victima e intoxicando-lhe o sangue com os principios virulentos que produz, determina esse estado morbido de graves consequencias conhecidas sob varias denominações : *ancylostomiase, opilação, eansaço, lypohenia intertropical, mal da terra* etc.

Só ou associado a outros vermes o ancylostomo taes estragos faz no organismo que reduz o homem a um ser inutil, annullando-lhe as energias vitaes.

O homem, ainda que forte, não resiste á acção aniquiladora da infestação, tornando-se logo um anemiado, um intoxicado, um deprimido.

O quadro symptomatico da infestação pelo ancylostomo apresenta-se em geral com as seguintes manifestações : anemia mais ou menos profunda, edemas, perturbações gastro intestinaes, tumefacção da face, languidez, cansaço, palpitações, vertigens e perversão do appetite, desordens estas que a marcha da molestia conduz á expressão clinica de uma profunda decadencia physica, a par de uma accentuada apathia moral.

Estados morbidos outros, gerados pela migração do parasita, podem surgir com a symptomatologia que lhes é propria, trazendo em alguns casos graves complicações.

O *necator americano* muito se assemelha ao *ancylostomo* nos seus habitos de vida, evolução, processos de penetração no organismo humano e nas suas manifestações pathologicas. Não nos deteremos sobre o assumpto.

A *ancylostomiase* tem se constituido n'um verdadeiro flagello para as populações ruraes, subindo a cifra das infestadas a assombrosa porcentagem de 70 °|₀ em todo o Brasil, sendo que em Alagoas a media desta verminose (é incrivel !) ascende á 98 °|₀, segundo informações ministradas pela Commissão Rochefeller.

A atterradora significação destes algarismos põe em evidencia que uma

grande maioria dos nossos patricios, está ou estará, por effeito da depressão physica e *degradação* moral, oriundas da avassaladora endemia, fóra da communhão dos homens uteis, annullada a sua capacidade de trabalho, aniquilladas as suas forças productoras.

Deve ser dito de passagem que é impressionante e desolador o quadro nosologico dos males que devastam o territorio brasileiro. Se considerarmos que ha no Brasil 70 °|o de *opilados*, 40 °|o de *impaludados*, 15 °|o de sacrificados pelo *mal de Chagas*, um crescido numero de *tuberculosos*, e em menores proporções, casos de *leiskimaniose*, de *trachoma*, de *lepra* e mais ainda a *siphilis*, a *gounoccia* e varias affecções do apparelho intestinal, seremos levados a concluir com o Dr. Miguel Pereira «que o Brasil é um vasto hospital».

Felizmente o grito de alarme dado por este illustrado medico echoou profundamente na alma nacional e o problema do saneamento geral, encarado sob o ponto de vista hygienico e social, tornou-se a questão do momento.

Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belizario Penna, Monteiro Lobato e alguns outros mais têm sido os grandes pioneiros da humanitaria campanha em prol do saneamento.

. . . . . .

Voltemos porem, ao que mais particularmente se refere aos interesses sanitarios da nossa Capital, tão carecedora de cuidados hygienicos, venham elles do governo, do individuo ou da collectividade.

Demonstrada a inocuidade do clima, impõe-se a regeneração do meio physico.

O que é indispensavel é a hygienisação do nosso meio.

A premente questão do saneamento da Capital está a exigir uma solução prompta e efficiente.

No plano de uma campanha de saneamento da nossa Capital, pensamos dever occupar o primeiro logar o serviço de esgotos e o desapparecimento dos pantanos.

Dadas as conhecidas condições de viabilidade destas obras na nossa Capital,parece-nos não serão grandes os obices a vencer na sua execução, na hypothese de serem confiadas ditas obras á mãos habeis.

Ao espirito pessimista dos que enchergam no solo da Capital defeitos insanaveis, pode-se oppor o argumento de que a technica da moderna engenharia sanitaria não conhece embaraços em casos taes.

Ou se tenha de luctar contra a nullidade das inclinações, ou contra o impecilho creado pela camada fundamental impermeavel, aliás em alguns pontos de fraca espessura, ou outros obstaculos quaesquer, estamos certos de que com a drainagem, o auxilio de machinas elevadoras, o atterramento, a cultura de arvores absorventes, a irrigação, os poços ou outro processo, empregado só, ou sabiamente combinado, ficarão solucionados os casos mais difficeis. E' apenas uma questão de technica e nada mais.

Tanta confiança nos inspira a efficiencia dos actuaes e multiplos recursos de que está enriquecida a engenharia sanitaria, que não hesitamos em dizer, por exemplo, que, com algum dinheiro e bons technicos, seria possivel transformar em pouco tempo o vasto pantanal que se estende da Levada ao Bebedouro em uma bella avenida *Beira Lago* !

E' lamentavel que em um Estado em que o progresso já é apreciado sob varios aspectos, se conserve a sua Capital no estado de insalubridade que ainda apresenta.

Cidade incontestavelmente linda pela perspectiva das suas praças, pelo conjuncto gracioso das suas edificações em mais de um plano, bem digna é a nossa Capital do carinho dos seus filhos.

Nas sociedades bem organizadas, a solicitude e o desvello com que são tra-

tados os assumptos attinentes á saude publica, dão bem a medida da nitida comprehensão, por parte dos dirigentes e dirigidos, dos mais lidimos e vitaes interesses da communhão; e nenhum titulo de benemerencia recommenda melhor uma administração publica á gratidão de um povo que o ter cuidado com zelosa previdencia de preparar-lhe um meio physico capaz de assegurar-lhe o bem estar.

A cultura e o progresso de um povo são julgados hoje pelas suas organizações sanitarias, pela sua educação hygienica.

E' ás suas organizações sanitarias que os povos mais adiantados devem o seu progresso, o seu prestigio e a sua força.

Sustenta Disraele que a saude publica é a base sobre a qual repousa a felicidade do povo e a força do Estado.

Não ha progresso possivel sem a saude.

Visando, pois, tão elevado objectivo, é de esperar que o governo e o povo do nosso Estado, em uma acção conjuncta, cohesos e solidarios na mesma aspiração, se empenhem, sem mais delongas, na humanitaria e patriotica tarefa de hygienisar o nosso meio.

Não é mais opportuna a affirmativa de ser a hygiene a medicina do futuro, pois que já vae ella sendo a medicina do presente.

São fructos sazonados de seus modernos avanços as assombrosas conquistas realizadas pela sciencia,no que concerne principalmente á prophylaxia, ao tratamento de grande numero de molestias consideradas inevitaveis e incuraveis e que constituiam outr'ora verdadeiros flagellos da humanidade, taes como o *cholera*, a *peste bubonica*, o *typho*, a *variola* e outros males epidemicos, cujas rapidas propagações e intensa lethalidade, com a furia sinistra de um sopro mortifero, despoavam cidades, devastavam os campos, enchendo de profundo terror as indefezas populações.

A datar da maravilhosa descoberta dos germens, uma revolução scientifica se operou na esphera de acção das sciencias medicas.

Não mais a hygiene primitiva das ablucões, traduzidas em praticas religiosas com as leis de Moysés, Zoroastro e Mahomet; não mais a hygiene rudimentar das thermas romanas; não mais a hygiene empirica das emanações e dos effluvios; porem a hygiene verdadeiramente scientifica, sahida da experimentação, do laboratorio, e apparelhada dos meios racionaes e seguros para dar combate aos agentes perturbadores da nossa saude; a hygiene da antisepsia, das vaccinas, dos soros, a hygiene de Pasteur, emfim, desse espirito genial, que descobrindo um mundo novo — o dos infinitamente pequenos, engrandeceu e avigorou o outro mundo — o da humanidade!

O elemento causal dos grandes males que affligiam o homem — a *bacteria*, não é mais um *quid* mysterioso a desferir funestos golpes no grupo dos humanos, protegido pela sombra impenetravel da invisibilidade. O microscopio providencial do benemerito e grande sabio o surprehendeu na sua funesta obra e estudou a sua actuação sobre o organismo humano. A sciencia sabe hoje desviar-lhe os golpes, sabe dominal-o. E o que é mais extraordinario ainda: aprendemos com o inspirado mestre a servirmo-nos das proprias armas de ataque como meio de defeza. Cura-se o mal com o mesmo mal!

Uma numerosa phalange de outros sabios bemfeitores da humanidade, abeberando-se das doutrinas do mestre, tem alargado o dominio das suas grandiosas descobertas. Dentre outros, Roux, Kock, Metchnikoff, Eberth, Klebs, Yersin, Oswaldo Cruz, formam essa constellação de rutilantes astros,que derramando torrentes de luz nova sobre os problemas mais *obscuros* dos scenarios medicos vão desvendando ao homem novos horisontes as suas aspirações de bem estar physico e social.

Não é mais licito hoje a um povo que aspira collocar-se por sua grandeza moral, por sua cultura, por sua força, na

vanguarda da civilisação, quedar-se indifferente diante do momentoso problema do saneamento.

Urge, pois, que nós, o povo do prospero Estado de Alagoas, nos aprestemos para sahir dessa condição de inferioridade, que tanto nos abate perante os nossos irmãos do norte e do sul.

Urge sanear a nossa capital, afastar do meio physico as causas da insalubridade que nos amesquinha o corpo e o espirito, que nos desvalorisa e desacredita.

Que se empenhem todos os bons alagoanos, medicos, jornalistas, oradores. scientistas, homens de lettras, emfim, n'uma ardorosa e vasta propaganda em prol do saneamento da nossa Capital e o estabelecimento de uma util organização sanitaria.

A beneficiação do solo com as suas principaes medidas — o serviço de esgotos e dessecação dos pantanos ; uma organização sanitaria na altura das nossas necessidades ; e a educação hygienica do povo, bastam, assim pensamos, para resolver o problema do saneamento.

E' ponto capital a construcção da rede de esgotos.

Eriçada embora de difficuldades, a effectividade desta providencia é imprescindivel, della dependendo a efficacia das demais, ainda que concebido de modo o mais perfeito e completo um plano qualquer de saneamento.

Sem esgotos é inteiramente impossivel hygienisar-se uma cidade.

O custo da obra è realmente para amedrontar timidos financistas, mas a gravidade do assumpto, a urgente execução da medida estão a desafiar o zelo dos poderes publicos.

Prodigios de bôa vontade, golpes de tenacidade são precisos, talvez, para levar a effeito o indispensavel emprehendimento.

Quaesquer que sejam, porem, os sacrificios que elle exija do erario publico, plenamente justificados ficarão e bem compensados pelos beneficios a auferir da sua realização.

Esta providencia é para nós uma questão de vida e morte, pensamos não exagerar em dizel-o. Assim sendo, a installação da rêde de esgotos é uma obra que não supporta mais adiamentos — deve ser feita.

A funcção governamental, exercendo-se em materia de hygiene por meio de leis e regulamentos, consentaneos com as reaes necessidades deste ramo da administração e com os interesses publicos, devem ser elaborados de maneira a só conterem preceitos exequiveis e confiada a sua execução a quem saiba e queira executal-os.

A' acção governamental cabe a iniciativa dos emprehendimentos sanitarios. A collaboração, porem, do individuo e da collectividads é elemento de grande valia para o bom exito dos mesmos.

Consciente do seu verdadeiro papel de membro de uma sociedade civilisada, nenhum individuo tem o direito de furtar-se a esta collaboração.

Afim de que possa cada um bem se compenetrar desta funcção social e prestar á causa da saude publica uma intelligente e util coadjuvação, cumpre fazer-se a educação sanitaria do povo.

Esta tem por fim despertar no individuo o interesse por tudo quanto se relacione com as questões de hygiene, ministrando-lhe por todos os meios, (ensino nas escolas, conferencias, folhetos illustrados de propaganda, publicações pela imprensa etc), uteis noções sobre os meios de se acautellar contra a invasão das molestias transmissiveis, mostrando-lhe as vantagens destes recursos e ensinando-lhe a secundar os esforços da autoridade sanitaria na pratica das providencias adoptadas para o bem publico.

A educação sanitaria fructificará logo que, como diz o Dr. Belizario Pereira, «saiba o individuo constituir habitações hygienicas, aprenda a beber agua limpa e a destruir ou afastar do meio em

que vive os insectos, parasitas e microseres causadores das molestias provocadas ou propagadas por elles.»

A instrucção sanitaria faz nascer, no modo de pensar dos norte-americanos, um *sexto sentido—o da saude.*

Meus senhores, apezar de tanto termos abusado da vossa attenção e benevolencia, bem reconhecemos a deficiencia do nosso trabalho sobre assumpto de tanta relevancia. Que sirva, ao menos, o exemplo do meu audacioso gesto de estimulo aos que possuindo melhores cabedaes scientificos, possam produzir obra melhor e mais completa.

Fica-nos, no entretanto, a satisfação de, correspondendo ao appello dos moços do INSTITUTO, haver contribuido com o nosso modesto subsidio para a propaganda em favor da regeneração do nosso meio physico e do avigoramento do homem alagoano.

. . . . . .

Seja-nos permittido, antes de terminar, dirigir, em breves palavras, um appello ás senhoras presentes, particularmente áquellas que aqui representam a mulher mãe, a mulher esposa.

Minhas senhoras, deixae que eu vos lembre primeiramente que a vida é cheia de contrastes e que o mal nos reserva crueis surprezas. Ao lado da odorosa flor está muitas vezes o espinho; sob a petala mais mimosa se occulta, o ferrão do damninho insecto ; por entre a verde folhagem que ensombra o crystalino regato serpeia a peçonhenta vibora; nas mais ricas alcatifas, nas dobras do custoso reposteiro, no pavimento da habitação a mais confortavel, por traz dos moveis os mais finos, nas alcovas mais perfumadas e onde a luz do sol não penetra, ha de misturas com as poeiras, germens das mais terriveis molestias. Nos reservatorios d'agua, nas bacias de artisticos repuxos, nas vasilhas protectoras das plantas de jardim, proliferam, reproduzem-se aos milhares perigosos insectos mensageiros da morte.

O lar, senhoras, é o sacrario onde cultuaes as vossas mais puras affeições E' ahi que creaes esse ambiente de felicidade, divinisado pelas ternuras do amor de mãe, dulcificado pelas meiguices do amor de esposa. Nesse remanso de paz se aconchegam em doce e santo convivio os fructos do vosso enlace. São creanças nedias, sadias, risonhas ; são moças fortes, alegres, abrigando em seus ingenuos corações sonhos de ventura ; são moços robustos, intelligentes, esperançosos, acalentando aspirações de gloria, posição, fortuna. E' ahi, nessa abençoada mansão, que, alheia aos males do mundo e em deleitoso enleio, se enebria de gozos supremos a alma da mulher mãe.

Mas, senhoras, os inimigos da nossa saude nos espreitam por todos os lados. Uma negligencia, um descuido basta para que elles entrem em acção e com a brutalidade do imprevisto transformem em afflicção, dores e prantos todas as doçuras do lar. Ora, é a innocente e debil creança que em meio aos seus folgares é assaltado por uma *infecção palustre*, e se a verá dentro em pouco desfigurada, delirante, tendo na pelle a gelidez de um *acceso pernicioso*, sempre de alta gravidade ; ora é a moça gentil e graciosa que vê sacrificadas pele resto da vida a harmonia e correcção das suas fórmas, tornadas em aleijão pela impiedosa e deformante *filariose* ; ora o robusto e esperanço joven que aos poucos emmagrece, definha e se consome nas garras do maior inimigo da mocidade — a *tuberculose.*

Porem, senhoras, attentae bem, muitos desses males são evitaveis ; assim o affirma a palavra autorisada de respeitaveis mestres, assim o attestam os factos da observação. Desde que assim é, evitaveis serão tambem as vossas amarguras. A hygiene põe ao alcance das vossas mãos os meios de poupar-vos a muitos destes desgostos.

Em todo o tempo fostes com justiça consagrada a soberana do lar ; pois bem, senhoras, enriquecei o vosso diadema de rainha com uma joia mais de alto valor, a que chamaremos de — *previdencia hygienica.*

Procurae instruir-vos nas noções muito uteis e bastante vulgarisadas já sobre a prophylaxia das molestias evitaveis.

Sêde a guarda avançada da policia sanitaria da vossa habitação.

Velae assiduamente, solicitamente pela hygienisação do vosso lar.

Assim agindo, assegurareis a vossa tranquillidade e prestareis valiosa collaboração á humanitaria e patriotica campanha em prol do saneamento do nosso Estado e do seu engrandecimento moral e economico.

DR. LEITE E OITICICA

PRESIDENTE DO INSTITUTO

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO DR. LEITE E OITICICA, NA SESSÃO MAGNA DE 16 DE SETEMBRO DE 1923.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

Sejam as minhas primeiras palavras n'esta festa, um preito de saudade, homenagem aos queridos consocios que desta vida se partiram e que, por estranha coincidencia do destino, eram tres membros da directoria da nossa instituição : o presidente, dr. Diégues Junior, o secretario perpetuo, dr. Costa Leite e o thesoureiro, conego Machado de Mello. Não vos parece notavel, senhores, que, ao inaugurar o edificio de nossa séde, reconstruido e adaptado aos fins a que o destinamos, estejamos privados da coparticipação dos nossos principaes amigos, renovada a directoria desta casa nas suas primeiras figuras? Não vos parece esquisito que esses fervorosos adeptos da reconstrucção do nosso edificio social, que tanto anciavam ver o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano instalado na sua séde definitiva, fossem privados, pela mesma e mais grave das causas, de comparecer a esta festa, por se terem fechado para elles as portas da vida e aberto as da eternidade para onde se alaram os bellissimos espiritos n'elles incarnados ? A convivencia que, por tantos annos nos ajuntou nas salas do velho edificio, cessou ao nos reunirmos n'este resurgido e, nas cadeiras em que se sentam os substitutos, não nos podemos affazer a ver sentados outros, affirmando, com á presença, a perda enorme por que passamos. A mim, senhores, é duplamente sensivel a impressão d'esta contingencia da sorte, porque me cabe, pela vossa extrema generosidade, preencher o lugar de um e dobrar-me ao sentimento profundo da privação da companhia intima e irmã que me era o segundo.

Vós todos que os conheceis, bem podeis avaliar quanto nos é doloroso não os ter entre nós n'este momento, a elles que foram grandes propulsores da obra cuja realisação celebramos e animadores das nossas energias, tanto e tão porfiadamente empregadas no edificio que podemos, n'este dia, offerecer ao vosso apreço.

Repouso a esses inesqueciveis companheiros da luta ; guardemos, honrando-as, as tradições que nos deixaram da sua operosidade, da grandeza incomparavel da sua alma, dos esplendores de bondade dos seus corações. Não faz mal que o inicio d'esta festa seja marcado por uma lagrima á sua memoria ; é o conforto á dor profunda de sua perda.

Permitti que, passando adiante, meus caros consocios, eu me congratule comvosco, por termos vencido ; vencemos, senhores e senhoras que nos honrais com a vossa presença ; a campanha da reconstrucção do nosso edificio social está ganha e do modo mais completo e honroso para os nossos esforços. Foi um golpe de audacia a iniciativa da derrubada das velhas paredes e da coberta do velho edificio ; foi uma temeridade feliz o emprehendimento de, sobre os escombros da casa arrazada, erguer este abrigo seguro á preciosidade do nosso archiva, armazenando com carinho e bôa vontade, as riquezas accumuladas pelos que nos antecederam em mais de meio seculo de dedicação e de esforço.

Andamos, por annos, a procurar terreno onde assentassemos a nossa tenda definitiva de trabalho ; os que encontravamos não nas serviam ; os que nos serviam nos eram negados.

Em uma das sessões em que o assumpto voltava as nossas cogitações, lembrei aos meus caros consocios que um predio tinhamos nós e muito mais facil nos seria levantar o novo edificio sobre os alicerces do que estava em ruinas, a procurar um terreno, preparar-lhe novas fundações, pondo á margem o recurso

que o que era nosso, nos offerecia. Após duas horas de discussão e vacillação, uma resolução energica resolve o primeiro passo : conservo ainda na minha pasta o rascunho do officio que redigi, communicando ao governador do Estado que o Instituto havia resolvido começar a reconstrucção do predio e solicitar o auxilio do Estado para essa obra. Sabiamos, srs., que ella nos exigiria quantia superior a cem contos de réis e nós apenas contavamos no patrimonio social, pouco mais de vinte contos ; era um principio ; o mais viria depois.

Da leitura e discussão sobre o conteúdo do officio resultou a deliberação de mandarmos uma commissão ao governador, expondo-lhe a situação em que nos achavamos, o receio de ver abater-se o predio sobre as nossas cabeças e solicitar o auxilio do Estado para a empreza que tomaramos aos hombros.

Não foi difficil, diante da bôa vontade com que fomos recebidos, convencer a s. excia. de que as velharias que constituem a nossa riqueza, não são nossas ; de nenhum de nós em particular como de todos em colectividade ; tudo quanto se tem acolhido n'esta casa durante mais de cincoenta annos de trabalho, pertence ao Estado de Alagoas, nossa terra querida para a qual trabalhamos desinteressadamente e com amor.

Nós somos apenas os guardas apaixonados, os sacerdotes deste templo sagrado que nos une em solidariedade que não tem desfalecimentos, em amor que não conhece ciumes nem competições.

Se, por fatalidade, esta instituição se visse privada dos ultimos Abercerrages fieis ao culto, como os velhos sacerdotes do Dhali Semma, que guardam os livros sagrados de Zoroastro, o Zend-Avesta, onde está escripta a historia do genero humano desde seis mil annos antes da nossa era, ao Estado de Alagoas caberá substituil-os e assumir administração desse patrimonio que só em deposito nos pertence.

O grande merito do sr. governador do Estado, e eu, á frente de todos, sou o primeiro a proclamal-o de publico, está em nos ter comprehendido e nos ter dado mão forte, augmentando a pobreza do fundo com que pretendiamos abrigar as nossas riquezas ; a sequencia dos factos prova que tinhamos razão e, dos escombros do edificio que nos entrestecia pela quasi miseria das suas paredes a ameaçar ruir, fizemos erguer o edificio que contemplais e as colecções preciosissimas que devem ter causado a vossa admiração. A nós mesmos, os mais audazes e melhores defensores desta essa, surprehendeu que, nos velhos caixões e moveis obsoletos, apinhados em acanhadissimos quartos da casa construida para habitação de familia, com que a munificencia do governador, o sr. dr. Euclides Malta nos presenteou, hajam surgido, como em passe de magica, as colecções que ahi estão e, com felicidade que consideramos de bom augurio, mereceram a primeira consagração, pela attenção e pelos louvores qus receberam, antes de estarem de todo instaladas, da notavel espirito portuguez que ha pouco nos visitou : o escriptor Julio Dantas que não sabemos por qual informação, desde bordo do navio que o trouxe ás nossas plagas, manifestou a deliberação de visitar o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Foi o primeiro motivo de satisfação para nós pelo dever cumprido.

Ahi tendes o que fizemos com o auxilio do Estado e do Congresso Nacional, por iniciativa dos nossos representantes, que nos deram, em partes quasi equivalentes, a somma precisa, accrescida de parte do nosso fundo social ; vêdes srs. o millagre que realisamos, compensando a dedicação dos nossos consocios que se encarregaram do soerguimento do edificio, da instalação das colecções e da bibliotheca, do que devo confessar com franqueza e verdade, pessoalmente, parte alguma me cabe.

Não faltará, sem duvida, snrs. quem olhe com olhos esquerdos tanta dedicação, tanto esforço, tantos recursos despendidos para uma obra de arrecadação de cousas velhas, arcabouço de gerações mortas, mudas testemunhas de eras idas, da humanidade que desappareceo, impres-

taveis restos de corpos humanos e de animaes, desconhecidos uns e lançados todos ao olvido do tempo.

Não nos desfallece a energia ante a injustiça desses conceitos ; as reliquias do passado serão sempre a affirmação do presente e as testemunhas para o futuro.

Aqui apresentamos o que foi a humanidade que se extinguio, contemplamos, com os olhos bem fitos nos exemplares que se nos apresentam, fallando a linguagem muda dos esqueletos, o que seremos, quando a mão do tempo houver passado sobre as nossas cabeças, desfeitos os corpos e resequidos os ossos.

No torvelinho da vida que corre veloz e nos arrasta para a morte e aniquilamento, o homem tem vantagem em se lhe estar a repetir, aos ouvidos e aos olhos, a contingencia fallaz da vida e a certeza impiedosa da morte.

Não é outra a intenção do — «Mémento homo» — com que a Egreja repete, annualmente, ao homem que é pó e em pó se ha de tornar.

A intelligencia, que encara o problema e o estuda com animo varonil, ha de sentir-se reconfortada ao saber que a lei fatal do nascer, do viver e do morrer, preoccupará as gerações futuras que, como a nossa, hão de morrer, tal como nós.

Se a incognita do problema da vida é a morte, se a contingencia finita do saber humano chega apenas até verificar que, nos resquicios que nos é dado ver e tocar, houve a vida, passou e extinguiose, no final de uma certeza que não admitte duvida, a contemplação e o estudo do que foi hão de ser conforto para os que da vida universal fazem parte.

Ninguem pode desconhecer que ha de deixar o mundo, um dia, como ninguem deve esperar que se perpetue a vida senão pelos meios naturaes que o destino, a sorte, a fatalidade ou Deus, como lhe queiram chamar, concedeo aos que ao mundo chegam e do mundo hão de sahir : pelos decendentes, por aquelles a quem deram a vida e devem preparar para os assistir na morte, quando a sua vez chegar de partir aos paramos desconhecidos de onde se não volta mais.

Longe de ser essa apreciação nota funebre que nos cause pavor, deve lançar no animo de cada um a necessidade imperiosa de formar o espirito e o caracter dos que lhe hão de succeder, imprimindo n'elles os bons principios que os levem ao aperfeiçoamento da especie e á nobilitação da raça.

Os exemplares que nos museos, estão alinhados hão de contribuir sempre para que, meditando sobre o que foram ontros, trabalhemos para ser melhores que elles, esses destroços que attestam a passagem pelo mundo e affirmam o que elles foram.

O aniquilamento, fatal a todos os homens, deve ser a preoccupação para a vida de perfeição a que a humanidade aspira e deve formar o seu orgulho de viver.

A verdadeira demonstração desta these, é, senhores, a especie de agitação febril que n'este principio do seculo XX se está apossando dos homens da sciencia, pelo desenvolvimento da archeologia, parecendo que o seculo será o das descobertas prehistoricas.

Ha verdadeira sêde de conhecer os primordios da vida do homem ; não se trata apenas de uma ou de outra tentativa para o conhecimento da humanidade que existiu ; é uma especie de cruzada que se organisa em expedições diversas para descobrir o que foi a vida prehistorica de dois, de tres ou de vinte mil annos passados, E' a investigação de como viveram as gerações primitivas, no afan de resolver esse outro problema que ha longos annos preoccupa a humanidade intelligente : o achado do homem primeiro da especie, o conhecimento positivo e evidente de que a formação deste foi como affirma a lenda christã o amassar do barro vil a que o Todo Poderoso imprimio a forma e insuflou o sôpro divino

ou se fez como proclama o materialismo : a evolução lenta do genero animal, a partir do plasma, a gerar, espontanea e naturalmente, o primeiro degrão da animalidade, a se aperfeiçoar de etapa em etapa até o antropoide, ponto de ligação entre o irracional e o homem pensador, raciocinador, coordenador dos elementos, investigador das leis da criação para a adaptação ao progresso e ao desenvolvimento da industria, a serviço da sciencia.

E' á archeologia que se pede a solução desse problema, cuja incognita está envolvida nas mais desarrazoadas hypothezes. Emquanto notaveis scientistas affirmam com os mais desenvolvidos argumentos que o homem nasceo tal qual é, com a admiravel conformação do corpo e com o principio vital, unico entre todos os da criação, tendo a faculdade de pensar, apprehender, deduzir, coordenar, e concluir, outros procuram provar que a materia é o principio básico da vida, reunida em moleculas que se ajustam, confundem, desenvolvem e aperfeiçoam, apurando e, por assim dizer, destilando as celulas do pensar, do concluir e do produzir, agindo na cosmogonia, de uns para outros, transformando-se nas gerações que se succedem, os elementos, apurados das animalidades que se transmittem os musculos e o pensamento.

Emquanto as duas escolas debatem as razões de observação e de logica em affirmações theoricas que nada adiantam de positivo, uma parte dos que se dedicam a esse enigma, eterno até agora, se atira em expedições aos cantos do mundo onde a vida se desdobrou desde os milhares de annos de idade do planeta que habitamos, a excavar, a desenterrar, a descobrir os monumentos que serão os testemunhos da vida prehistorica e ao mesmo tempo o attestado da superioridade do homem na criação.

Sois os julgadores do nosso esforço. da nossa dedicação ; a cada um de nós fica a satisfação intima de haver dotado a nossa Instituição de um predio condigno ás riquezas que agasalha ; ao Instituto cabe orgulhar-se dos esplendores que podem facilitar o exame dos que o visitarem; ao Estado de Alagoos toca o maior quinhão : possuir um museu onde estão recolhidas as reliquias do passado, acondicionados elementos de estudo, uma casa onde pode apresentar aos irmãos da federação brasileira um Instituto Archelogico que será visitado sem lhe causar dezar.

Nas congratulações que, por falsa modestia, não nos queremos poupar, uns aos outros dos consocios do Instituto, as de todos nós convergem para o Sr. Governador do Estado que nos prestou mão forte, quando davamos o primeiro passo para a obra de honra e de orgulho para a nossa terra amada, que nos foi alento para a audacia do emprehendimento e, digamol-o com verdade, para justificativa solicitação ao Congresso Nacional, pelos nossos representantes na Camara dos Deputados e no Senado da Republica.

Em nome do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, rejuvenescido após cincoenta annos e mais de vida, uma especie do milagre do Fausto, de Goethe, sem que tenhamos vendido a nossa alma a Mephistopheles, eu agradeço a confiança depositada e os bons auxilios que nos deram forças para chegar contentes, ao dia de hoje.

As descobertas americanas

A Universidade da Pensilvania mantem quatro expedições em effectivo trabalho : uma no valle dos Reis, outra em Memphis, a mais antiga capital do Egypto, a terceira na Palestina e a ultima na Babylonia.

Não foram esses os berços conhecidos da humanidade ?

Deveriam ser ahi encontrados os resquicios do homem que passou, deixando assignalados os caracteristicos da vida que levou e que podiam ser mostrados ao mundo espectante, após tres, quatro mil annos antes da era que prevalece no mundo inteiro.

Em Babylonia, a expedição americana, juntamente com a do museo Britannico, foi descobrir um antigo templo que se acredita ter sido construido tres mil annos antes de Christo; inscripções indicam que o rei Nabuchodonosor levara a effeito varios concertos no edificio, cerca de seis seculos antes da era christã, prova de que, de muitos annos antes, datava elle e certificado authentico é da existencia desse rei que nos é transmittida pela tradicção.

Nas escavações onde foi Thebas, a celebre das cem portas, descobriram-se varios tumulos, saqueados já pelos ladrões, o que prova a vetustez da industria do roubo, que apenas deixaram jarros, inscripções e papyros diversos, sem valor para elles, mas inestimavel para a sciencia. Entre esses foi achado um cilindro de ceramica, contendo varios rolos de papyros em perfeito estado, tendo cada um, pela parte de fóra, uma especie de rotulo, em grego antigo; datam, segundo exame minucioso, de 318 annos antes de Christo, documentos de contractos e provas de transacções commerciaes de uma familia.

Que é que isto prova, em conclusão real, completa, inconfundivel senão que, ao mesmo tempo desses monumentos, um dos modos de escrever, da historia, havia commercio, direito de propriedade, relações sociaes e commerciaes, uma civilisação adiantada em summa?

A expedição de Memphis, quatorze milhas acima do Cairo, descobrio o palacio de Muramptath enorme edificio que cobria uma area collossal e envolvia numerosos pateos: o pavimento estava a 25 pés abaixo da superficie do solo sobre o qual se erguiam grossas paredes, a galeria e parte das columnatas.

Ahi foi encontrada uma cabeça em tamanho natural, da estatua de Aknaton, o sogro de Tuntankamen, de quem terei de falar adiante.

Os traços do rosto são de rara perfeição, admiravelmente modelados, emprestando aspecto de vida á figura do rei, o que prova adiantamento, na arte da estatuaria. A sala do throno do palacio de Muramptah apresenta trabalhos de esculptura e perfeita aplicação na harmonia das côres, com ornatos, inscripções hieroglificas nas columnas, ornamentos imbutidos de faiança azul na cantaria das portadas.

A historia nos conta, Srs., que Memphis foi a capital do Egypo desde os primeiros tempos até aproximadamente dois mil annos antes de Christo; a esse tempo os Pharáos resolveram trasladar a capital para Thebas, por começar esta cidade a se tornar o centro de grande esplendor, em todo o Egypto. Herodoto faz notaveis referencias ás cem portas de Thebas, que permaneceo como séde do reinado até que Alexandre, o Grande, resolveo fundar a nova capital, Alexandria.

Antes de Alexandre e por pouco tempo, Thebas perdeo a sua posição: o rei Aknstou construiu a cidade de Tell-Al-Amarna, com o proposito de iniciar um movimento reformista no Egypto, abrangendo a religião, as artes, a architectura e o governo.

Durou essa tentativa apenas uma geração; o novo rei restaurou a velha religião dos egypcios, transformou a politica e mudou até o proprio nome de Tutanphaton para Tutankamen, em manifestação symbolica do fracasso das reformas tentadas por seo sogro. Thebas voltou então a ser a capital do Egypto até Alexandre. Depois de Tutankamen reinou, de 1225 até 1215 antes de Christo Murenptah, considerado por todas as autoridades egyptologas, o Pharáo do exodo. E' essa a tradicção que a archeologia veio confirmar pela exhumação dos monumentos que a terra guardava sobre a vida da humanidade que morreo e que a humanidade viva veio resuscitar ao estudo dos excavadores de ruinas.

Detenhamo-nos um momento n'estas revivescencias historicas, senhores, para meditar sobre a humanidade antiga em comparação com a contemporanea: serão os monumentos, que affirmam a vida de quatro mil annos passados, inferiores aos que se ostentam no seculo actual, com pompa, nas grandes capitaes?

Differem por ventura os usos e habitos antigos, do orgulho dos reis e dos potentados, o despotismo dos que mandam, a obediencia dos que servem, d'aquelles que a historia registrará dos humanos actuaes quando se contarem quarenta seculos desde a epocha em que vivemos?

Ninguem quererá negar que a historia reproduz em retrospectiva, noticias que muito familiares são aos substitutos d'essa humanidade cuja noticia estava soterrada como os monumentos que nol-a fazem rediviva ; a historia do planeta affirma o circulo vicioso do inicio da florescencia, da grandeza e da decadencia dos povos; parece confirmar ser a mesma, dos mesmos individuos, com as mesmas virtudes, defeitos e sentimentos na éra prehistorica, na historica e na contemporanea. Continuemos a narração com que me permitto abusar, prodigamente, da vossa attenção.

A terra que foi o berço de Abrahão

Conheceis bem quem foi esse patriarcha do inicio da vida dos hebreos que se chamavam o povo de Deus, como a China se chama ainda o Imperio do Céo. As excavações que estão sendo feitas na outr'ora cidade de Ur, babylonica, séde do templo do Deus da Lua e considerada o berço de Abrahão, da lenda biblica, deverá trazer luz sobre a historia obscura do velho mundo, ha cinco mil annos antes de Christo.

A expedição conjucta mandada á Mesopotania pela Universidade de Pensylvania e pelo museo Britanico, apresentou este anno o seu relatorio sobre as excavações feitas em Ur.

Sir Frederic Henyau, director do Museo Britanico já declarou que é muito possivel que estejamos a caminho de valiosas descobertas que terão grande importancia sobre a historia da civilisação antiga. Na Mesopotamia já foram descobertos muitos documentos escriptos em cilindros ou em taboas e espera-se que sejam conseguidos inestimaveis apontamentos sobre a historia da civilisação primitiva, bem como sobre a religião do povo e suas artes, ceramica, joalheria e esculptura.

Vêde como a attenção dos scientistas se dirige a rumo certo : saber a vida dos povos de remotissima existencia, perdida na profundeza da noite dos tempos e, dos monumentos, obras d'arte e manuscripos encontrados, investigar se a vida se passou exatamente como a tradição narra, se eram tão adiantadas as suas obras de arte ou se vegetavam no centro das algas, florestas colossaes, demonstrando a evolução que se operava desde o começo da formação da materia cosmica, ao tempo dos ichthyosaurus e megatherios de que a poleontologia, de posse de alguns exemplares, tem organisada a galeria ; eram monstros predecessores desse outro animal muito mais fraco, muitissimo menos selvagem e feroz, que predominou sobre todos e se apresentou triumphante sobre os elementos.

Sabe-se, diz sir Frediric, que a primitiva adoração religiosa dos babylonios era a divindade de natuteza distincta das divindades animaes dos egypcios ; por este motivo têm grande importancia as excavações de Ur, que visam a exhumação das paredes de um grande templo que se diz ser o de Deus da Lua, provavelmente construido tres mil annos antes de Christo.

Os escavadores ainda recentemente, conseguiram descobrir os nomes de varios dos antigos reis, apanhando informações preciosas até aos meiados do terceiro millenio, isto é, 2.600 annos antes da era christã. Isto contribuirá para a avaliação exacta da data da construcção do templo do Deus da Lua.

O Director do Museo Britanico diz que ficou devidamente comprovado que as lendas da criação do mundo e do diluvio eram correntes em Ninive, no nono seculo antes de Christo e foi verificado que o templo do Deus da Lua, em Ur, ficara em ruinas e não fôra mais utilisado, do anno 1.500 ou 1.600 antes de Christo

para cá ; a descoberta das taboas será de grande importancia como novo elemento de verificação sobre o passado e provavelmente contribuirà para completar a documentação das inscripções do mesmo genero encontradas em grande quantidade em Nipur, antes da guerra.

Recentemente, prosegue sir Frederic, ninguem sabe dizer se a civilisação que existio entre o Tigre e o Euphrates tem qualquer ligação com a do Nilo, ou ainda se qualquer dellas procede da outra. Está assentado que o rei Nabuchodonosor, que se acreditou um caracter profundamente religioso, concertou e reconstruiu parcialmente o famoso templo de Ur, cerca de mil annos depois de haver elle sido abandonado.

Como Ninive se faria notar pelo seu templo da deusa Ishtar, tambem Ur se notabilisara pelo seu templo a El-Nanna, o Deus da Lua.

Vede, srs., como o trabalho intelligente do homem moderno procura investigar o que foram as passadas gerações e como a tradição oral que nos foi transmittida, vae sendo confirmada por esse modo mais seguro da revellação dos tempos idos, os monumentos erguidos em argamassa e pedras a guardar a tradição escripta «ore perennius» mais duradora que o bronze. Vamos proseguindo nesta narração das descobertas archeologicas mantidas para o desenterro do passado no seculo que se está immortalisando pela reconstrucção historica dos mais remotos factos transmittidos pela tradição.

Um pulpito de Christo

A sociedade archeologica de Jerusalem annuncia a exhumação das pedras da Synagoga de Capharnaum, onde ha certamente 1900 annos passados, Christo pregou aos homens a bôa nova e doutrinou os principios sociaes que revolucionaram o Mundo. Essas excavações tiveram mais a vantagem de permitir a explicação (até então mysteriosa) dessa cidade um dia florescente ; parece ter ella, de facto, desapparecido em consequencia de um terremoto. E logo a imaginação deixa suppôr que esse foi o movimento sismico de que nos falla o Evangelho, que mergulhou em trevas um lugar onde uma cruz matava a Jesus e carregou com a cidade onde o Homem-Deus abençoára e ensinara com milagres.

Conhecia-se que o lugar onde se suppunha ter existido Capharnaum, não passava de lenda ; a verdadeira Capharnaum se acharia, como se suspeitava, nos altos de Eell-Humm ;—lá estão sendo feitas as excavações e lá foi descoberta a velha Synagoga que tende definitivamente a desapparecer por um plano de irrigação de toda a Palestina, tornando o mar de Galiléa um immenso reservatorio, elevando para esse fim o nivel de 15 metros.

Seis metros d'agua mergulharão o lugar de Capharnaum ; o mundo moderno não respeita nem mais o berço que acalentou aquillo que, durante trinta seculo, tem sido a sua fé, conclue o noticiarista dessa descoberta.

JERUSALEM

O estudo unico das religiões, especialmente do credo dos hebreos e do seu desenvolvimento, vem sendo feito desde longo tempo por mrs. Longyear ; interessado no assumpto foi tambem seu fallecido marido, John Mnero Longyear durante muitos annos antes de morrer.

Entendiam elles que a chave de alguns dos mysterios apparentes do passado, relativamente aos hebreos, dever-se-hia achar no Egypto e nos seus monumentos, bem como nas terras além do mar Vermelho e do Jordão, do Tigre e do Caucaso. Para resolvel-os, organisou-se uma grande expedição para a descoberta dos manuscriptos perdidos no pó dos tempos e que poderiam ser de grande importancia para a historia da religião dos hebreos ; a expedição será custeada, inteiramente ou em parte por mrs. Abby Beecher Longyear, de Brooklein, Massa-

chusset, nos Estados Unidos, que para isto depositou determinada somma. A fundação Longyear está custeando as pesquizas da Escola americana de Archeologia de Jerusalem, além da sustentada pela Diou Besearch Fondation, para a procura de manuscriptos originaes no deserto lybico do Egypto e no lugar do antigo mosteiro do Monte Sinaí, onde o professor Francis Helsey, da Universidade de Michingan, já descobrio valiosos papyros.

A fundação é dirigida por tres «trusts :» mrs Jonhn Longear (a principal doadora) Frederic B urral e James Sorr.

Um dos propositos da Fundação é o de colher livros e documentos em lingua estrangeira qne tratem dos assumptos ligadas á Sagrada Escriptura, traduzil-os para o inglez de facilitar a traducção para o inglez, e de todas as inscripções e documentos deixados pelos primeiros sacerdotes christãos. Ha cerca de dois annos fôra firmado um accordo com sir Ernest Wallis Budge, director da secção das antiguidades egypcias e as syrias do Museo Britanico, cuja cooperação e saber eram de grande valor para assistir com suas luzes aos representantes da Fundação, na criação e instalação de uma bibliotheca de peças originaes que serviram na elaboração das Escripturas.

Ruinas prehistoricas existentes no Continente Americano

O museo nacional dos Estados Unidos encarregou ao Snr. Neil Judd, curador de Archeologia dos Estados Unidos, que tambem está encarregado das explorações da Sociedade Nacional de Geographia no Estado do Novo Mexico, de proceder a explorações sobre as ruinas prehistoricas, existentes no continente americano. Neil Judd communicou que iniciou os trabalhos para descobrir vestigios da data em que foram erigidas as habitações dos pincaros (cliff-deve ling) no continente americano. Essa data è determinada pelo corte das arvores, examinando os anneis que, em series diversas, revellam proporçõcs identicas com um numero semelhante de anneis outras arvores que crescem no mesmo tempo em condições semelhantes. Os peritos compararam os anneis de arvores sepultadas que encontrarem, com os das arvores vivas e madeiras e assim estabelecerão o numero de annos decorrido após a destruição das mysteriosas moradas precolombianas. O dr. Manoel Ganbio, director de archeologia do Mexico, empregará as igrejas em vez das arvores, para descobrir a idade da architectura dos aztecas é anteriores existentes no valle Theotihuacan, no Mexico.

O dr. Ganbio espera cavar perto das paredes d'essas até a base e medir a profundidade da terra depositada pela sedimentação natural no decurso dos ultimos 400 annos. Dividindo a distancia entre o nivel actual e a base dos monumentos prehistoricos por essas grossura de 400 annos, que é a da construcção sabida no seculo XVI, poder-se-ha calcular a data approximada dos antigos edificios. Este methodo da verificação da idade dos edificios pelos anneis das arvores, foi sugerido pela relação entre a louça de barro e outro material cultural do oeste dos Estados Unidos e do Mexico com o calendario dos Mayas, da America Central.

Com a descoberta de exemplares de louça de barro typicos entre a de tribus distantes, espera-se ligar as raças menos adiantadas, com as civilisações mais adiantadas, que se desenvolveram no continente americano antes da chegada dos brancos.

A raça Maya criou uma civilisação no continente Occidental que era, em certos sentidos, superior á dos antigos egypcios. Possuiam um systema exacto de registrar o tempo e seus calculos astronomicos eram muito mais preciososdo que qualquer cousa conhecida no Egypto antigo.

Na instituição Carnegie, em Washington, foi decifrado o calendario Maya e mandou-se uma expedição para

Yucatan e Guatemala para aprehender mais alguma cousasobre esses americanos primitivos. Têm grande esperança de encontrar manuscriptos historicos na escrptura ideographica dos Mayas : os unicos livros escriptos são meros horoscopos feitos pelos sacerdotes astronomicos e estão nos museos europeos. Poderá acontecer que tenham sido conservados alguns documentos historicos ; acredita-se que, para o interior das florestas tropicaes da Guatemala Septentrional e do Yucatun Meridional, existam restos de outras cidades grandes como as que têm sido descobertas n'estes ultimos annos.

O TUMULO DE TUTANKAMEN

A mais portentosa descoberta do archeologia foi realisada ainda este anno, no Valle dos reis, ruinas de Tebas. Ha 30 annos um egyptologo ingley Howarol Carter, apenas com 18 annos de idade, dirigia uma expedição para a descoberta de tumulos que revellassem a historia do Egypto, com séde do berço da humanidade.

Pauperrimo, obtivera o auxilio do milionario americano Pierpont Mongan ; em 1913 para 14 esse auxilio foi retirado e elle teria sido vencido pela falta de recurso se um rico inglez, Lord Carnavon não houvesse mandado proseguirem, a sua custa, todas as obras das excavações. Afinal os trabalhos obtiveram exito feliz : descobriu-se, no mesmo alinhamento do tumulo de Ramsés V I, já explorarado, a escadaria de pedra talhada na rocha que conduz ao sarcophago. Lord Carnavon, que já trabalhára pessoalmente nas pesquisas, fazendo parte da commissão anterior, é prevenido e accorre.

Encontra-se a porta que fecha o accesso e esta é deslocada, deixando penetrar na primeira camara onde, á luz vacillante de uma véla, o archeologista emerito lobriga scintillamentos de objectos de ouro. Conta uma das testemunhas da descoberta que, quando os olhos se habituaram ao claro escuro da caverna, Lord Carnavon destinguiu duas estatuas do rei, um leito, carriolas, vasos maravilhosos de alabastro e o throno dos reis, tudo encrustado de pedras preciosas.

Na segunda peça se accumulavam, á altura de muitos metros e na maior desordem, cadeiras, leitos, estatuas, cofresinhos e um lote de objectos heteroclitos ; somente aos objectos mobiliarios se limitaram, na occasião, as investigações do archeologo. As mumias do rei e da rainha não foram descobertas. Muralhas protegem a entrada da caverna ; havia uma porta de ferro á entrada do tumulo, uma plataforma de approximação e afinal o tumulo com a innumeravel quantidade de objectos os mais diversos e exquisitos que se poderiam imaginar d'essa civilisação de 300 annos antes da nossa éra, perto de cinco mil para a vida do planeta que habitamos. Justamente quando auxiliava os ultimos trabalhos da remoção de varias peças do sarcophago, o dedicado archeologo soffre a contaminação de um insecto maligno que lhe tocou a mão e executou a vingança que a lenda egypicia previo como fatal, a todos os violadores do tumulos sagrados confiados á guarda das divindades poderosas e invisiveis.

«Que morra rapidamente a pessoa que me desenrolar e que seus ossos jamais possam ser enterrados»

Era a inscripção em uma mumia encontrada no Egypto por um filho de Sir William Ingram ; pouco tempo depois, quando o rapaz caçava na Somalia, foi atacado por um bufalo ; seus amigos deixaram-lhe o corpo n'uma pequena depressão do terreno para dar-lhe sepultura depois. Era um curso d'agua, choveo e o corpo foi arrastado pela enxurrada ; nunca mais poude ser encontrado.

Superstições, coincidencias a penas, dizem os incredulos ; mas os factos se reproduzem de modo uniforme e notavel.

Houve uma mumia, transportada para o British Museum, conta Sir Conan Doyle, o famoso escriptor inglez tão

nhecido, pelos seus romances impressionantes, que se tornou celebre devido ás desgraças que causou a todos quantos tiveram que lidar com ella ; os excavadores, os que a carregaram ao subir as escadas do edificio, os proprios photographos que lhe tiraram o aspecto, todos soffreram as consequencias funestas da mumia fatidica.

Esse mysterioso contacto existe entre os vivos após tres mil annos e os mortos sepultados ha tantos seculos ? Será possivel que a influencia do espirito que n'esses corpos habitou, possa vir se reflectir sobre os responsaveis pela violação dos tumulos após essa serie de annos, incalculavel para quem lhe mede as distancias ?

Certo é que Lord Carnavon foi victima da febre archeologica, justamente o principal responsavel pela violação ; se não fossem os recursos pecuniarios por elle proporcionados, as excavações de Howard Carter não teriam proseguido e o tumulo do rei não teria sido profanado antes mesmo de serem abertos os 35 cofres de sicomoro que lá estão ; n'esses os archeologos contavam encontrar papyros ou manuscriptos reveladores da vida e do seculo d'esse rei, dando-os á publicidade dos curiosos e indifferentes, tres mil annos depois. E a morte de Lord Carnavon produzio tal pavor que se resolveu fechar a caverna, com todas as reliquias preciosas que n'ellas se contem.

Poderão dizer, Snrs., que essas investigações se dirigirem á descoberta dos monumentos antigos para esclarecimento da historia da humanidade, sem que visem a procura do homem pre-historico ou do ante-homem, laço de ligação entre o homem primitivo e o seu ancestral mais proximo na evolução do planeta ; tal não ha, entretanto. O homem alimenta a febre do saber ; diante dos problemas que se lhe apresentam á imaginação, provocados pela percepção externa, e que não sabe ou não pode explicar com a intelligencia limitada de que é dotado, atira-se ás pesquizas do além, nutrindo a esperança de achar, no mundo visivel, a prova da aspiração que o atormenta sobre o incognoscivel e inexplicavel. Eu vos posso dar provas immediatas da perseguição ao homem primitivo, a ver se descobrem o typo da humanidade, do inicio da criação, na Terra.

Caveiras Fosseis na America

A descoberta de caveiras humanas fosseis na America do Sul, especialmente na Patagonia e na ilha de Jersey, diz uma noticia de Londres, despertou verdadeiro interesse sobre as pesquizas em torno da idade do homem ; os calculos relativos á antiguidade da raça humana têm variado entre dez mil e um milhão de annos.

Vêde como os calculos penetram pelos seculos além n'uma probabilidade que não sei se alguma descoberta autorisa.

Para esta mandaram o Dr. Wolf fazer investigações na Patagonia e elle communicou que havia descoberto uma caveira fossil humana, do periodo terciario ; este facto vem nullificar todos os calculos anteriores sobre o assumpto e autorisa muito justamente a pôr em duvida as supposições dos scientistas sobre a data approximada da origem da raça humana.

O Dr. A. Smith Woodwart, director da Repartição Geologica do Museo Britanico faz observações interessantes sobre as ultimas descobertas n'este sentido :

> De momento, diz elle, o publico parece inclinado a crêr que descobrimos, afinal, o primeiro homem que viveu sobre a face da terra. Todavia, essas conjecturas são destituidas de fundamentos. Desde que se disse que a caveira de Jersey havia sido encontrada perto de uma camara mortuaria da éra neolitica, verificou-se que se tratava de um vestigio muito mais proximo do nosso periodo, do que d'aquelles que mostram grande semelhança entre o homem do seu tempo e os seus ancestraes parecidos com macacos.

E conclue que a caveira descoberta pelo Dr. Woolf não poderá despertar grande interesse entre os antropologistos; o primeiro homem que viveu sobre a terra, ainda não poude ser descoberto, muito embora tenha razões para dizer que se sabe onde elle primeiramente apareceu.

O eminente geologo britanico diz que nada foi descoberto sobre os habitos e a vida da especie de mono, de craneo desenvolvido, descoberto em tempos remotissimos, que se destinava a ser o precursor do homem, provavelmente na Asia Central,

Um grupo de naturalistas americanos está agora trabalhando em certas localidades da Mongolia, com o fim de esclarecer este ponto obscurissimo.

O homem de Nedenthat, informa o dr. Woodward, cuja idade os geologos suecos calculam em 12 mil annos, era definitivamente um homem. Viveu nas cavernas das quaes sahia para caçar animaes como o mamouth, o rhinoceronte, o bisão e outros que abundavam na Europa e, cousa notavel, já podemos verificar que esses sêres humanos primitivos já acreditavam na vida futura, o que é uma prova das qualidades de intelligencia ; enterravam os mortos e, com esses restos, encontramos instrumentos de pedra e ossos de animaes enterrados ainda com carne, prova de que era costume inhumar os seus com os necessarios alimentos para que os espiritos desertados da vida não soffressem os horrores da fome.

Eu poderia citar-vos, srs., os desaterros de Pompéa, feitos de modo scientifico para poderem ser reconstruidos, taes quaes eram, as ruas, jardins e monumentos da cidade soterrada pelas lavas do Vesuvio, ha mais de 1800 annos. As excavações têm encontrado provas de que no dia da catastrophe a cidade estava em festa, em vida intensa e a população corria agitada pelas proclamações eleitoraes, pelas declarações de amor pelas saudações de amisade, phrases de bom humor, caricaturas de personagem que exprimem as paixões da epoca e as occupações quotidianas do povo que desappareceu.

«C. Julium Polibium decemvirum Specha rogat», recommendava uma mulher para a eleição de Julio Polibio para decemviro.

«Hic primus cari duo nos uma file sodales» está impresso, em um hexametro de nobre forma, o sentimento da amisade tão apreciado pelos antigos.

«Nada dura no tempo, para a eternidade,» vê-se em outra inscripção. «A lua que resplandecia ainda ha pouco, decresce.

«O Sol que acabava de se levantar deita-se no oceano».

E logo abaixo desta lyrica inscripção, outro passante, pessimista e sem illusões amorosas, affirma tambem que nada subsiste, á excepção da crueldade das mulheres :

«Venenum tamen feritas fit durabilis».

Poderia narrar as investigações sobre a hypothetica Atlantide, as excavações nos terrenos terciarios de Ipswich, na Inglaterra, em busca da resolução do eterno enigma que a sciencia se esforça por decifrar sobre a idade attribuida á terra : vinte mil annos ou vinte mil seculos.

Não me sobra tempo para vos fallar da Ilha da Paschoa, engulida pelo Oceano Pacifico, no principio deste anno, a que este anno, a que estavam ligados problemas de caracter unico, no campo da ethnologia e da arte primitiva ; descoberta pelo hollandez Raggersen em 1722 e visitada mais tarde pelo inglez Cook e pelo francez La Perouse. Deixai-me sempre dizer-vos que ahi foram os visitantes sorprehendidos por monumentos que pertenciam á architectura cyclopica : um muro paralello á praia, da altura de cinco metros, era composto de blocos aos quaes se havia dado a forma de—piroga.

De um lado, o que estava voltado para o mar, com leve declive era do comprimento de setenta a oitenta metros, com

espessura de tres metros na parte central onde ostentava uma fila de estatuas cuja altura variava de dois a dez metros.

Grande espaço de terreno á roda do monumento havia sido desobstrnido e sobre elle fôra traçada uma avenida de accesso cuidadosamente lageada. Havia mais de duzentos desses monumentos, sobre os maiores dos quaes se erguiam até quinze estatuas ; a maior destas media vinte metros de comprimento, trabalhada a pedra por enormes escopros, tambem de pedra.

Passo por alto a indagação dos processos de que se serviram esses homens pars movimentar as estatuas, elevando-as acima dos muros onde estavam assentes. Um terremoto destruiu a Ilha da Paschoa e o oceano tudo subverteu.

Conclusões

Tenho abusado demais da vossa attenção, srs., e devo terminar. De tudo quanto tenho exposto, que é que se deve concluir ? Que o homem conserva, como caracteristico da sua intelligencia, a duvida e a negação — «Credo quia absurdum» — Elle tem diante de si o mundo visivel, papalvel, mas rodeado de uns poucos de phenomenos mysteriosos cuja realidade sente e não pode explicar : a transmissão do pensamento, os variados sentimentos que a cada um affectam, o phenomeno prodigioso da memoria com a associação das idéas e tantos outros que ahi estão a cercal-o, a atormental-o diariamente, segundo a segundo, momento a momento.

A percepção externa lhe proporciona as magnificencias da natureza vivida, luxuriante, a inebriar-lhe os olhos com os esplendores maravilhados da criação, a saturar-lhe as narinas com o perfume subtilissimo das arvores e das flores, que elle apprehende mas não comprehende como lhe vêm ferir a retina, como se desprendem para lhe despertar o olfato, No ar, na amplidão infinita do céo azul, o olhar se perde a contemplar os astros resplandecentes que, elle o sabe, povoam o espaço impossivel de ser medido e affrontam a comprehensão das leis que os sustentam no vacuo, mantidos, a gyrar em vertiginosa velocidade, uns ao redor dos outros, pelas leis eternas da gravitação, sem que possa o homem decifrar o — porque — e o — para que — da existencia dos systema planetarios na infinidade dos seculos.

Parte a interrogação muda da imaginação andosa e incontida, n'uma aspiração de saber que se queda insaciada, não obstante os poderosos e aperfeiçoados instrumentos da visão que o engenho humano fabrica, com admiravel intuição.

Da terra fria e inerte surge, da semente sem vida aparente que se lhe confiou, a plantinha em broto minusculo de folhasinhas que vão a crescer, a subir, a avolumar-se em ramos e em folhas aos milhares, formando tronco de magestosa fronde que dá sombra e fructos, a depender de algumas raizes que alimentam o todo, ao fluxo e refluxo da seiva fertilisante. Milhões de phenomenos outros se passam aos seus olhos, que elle vê, conhece, estuda como se produzem, mas é impotente para lhes penetrar a natureza intima das maravilhas que o deslumbram nos effeitos sem que possa explicar-lhes a essencia, cujas manifestações experimenta com uma passividade que é a desmoralisação completa do seu orgulho ! O fogo consome e transforma em cinzas, a agua corre perennemente das fontes sem que as esgote, o ar se satura da electricidade que a intelligencia humana explica mas não penetra o intimo da formação e dos effeitos no trovão, a voz eloquente dos elementos, no raio, a força insuperavel a todas as resistencias, no furacão tudo arrebata, tudo devora, na vontade inquebrantavel que tudo affronta, no mysterio do amor que prende, une, irmana, confunde duas almas gemeas que se encontram na perigrinação da vida, para a propagação da especie.

Como não pode explicar, penetrar, aprofundar os phenomenos mysteriosos que se impõem ás cogitações mais profundas do espirito investigador, que

escapam á intelligencia finita, limitada, o dom mais precioso, o mais admiravel, não obstante, com que foi agraciado na vida do planeta que habita, notai a contradição, srs., o homem não crê, nega, e não se curva, investiga, quer saber e atira-se á noitc dos tempos, á procura da origem do corpo mortal, a vêr se penetra a essencia do mysterio insondavel da criação, na esperança de lobrigar de oude partiu e para onde segue essa centelha que o eleva acima de todas as criaturas vivas, nos diversos reinos que elle descobriu, estudou, catagolou ao impulso da outra parte da vida que n'elle se traduz !

As gerações se suecedem n'esses milhares de seculos que as excavações affirmam com provas positivas ou nos milhões de annos que a fantasia formula sempre a negar, sem nunca se submetter á acção rresistivel de um ente supremo, causa intelligente das maravilhas que os Céos narram em hymno perenne e a terra confirma na harmonia do conjuncto. Vive a formular these sobre these, hypotheses para solucionar hypotheses, n'uma ancia insaciada de saber, todas destruidas uniformemente pela morte implacavel que a todos arrebata, no mais profundo das cogitações sobre a causa primaria e a causa final da existencia no mundiculo em que vegeta, sem nada penetrar da vida provavel, senão certa, n'esses milhares de milhões de astros, cuja grandeza lhe não é dado conhecer, mas que gyram em orbitas inflexivelmente determinadas, em movimento, um para todos, na amplidão do espaço.

E os tempos mudam, a humanidade se reproduz, as gerações se succedem no enygma eterno da descendencia uns dos outros, uma lei só para os milhares de bilhões de homens que figuram no scenario da terra, passivamente a soffrer as phases da vida, a contingencia da materia, a aspiração da alma : nascer, viver e morrer, a que nada se subtrahe, inclusive o homem !

Sobre tudo, sobre todos, como verdade completa, perfeita, absoluta, paira o principio da existencia que não tem fim, a vontade soberana, imperecivel, a cuja obediencia ninguem se poude furtar nem se poderá esquivar, o ser eterno que domina o mundo, os mares, os espaços, os astros e o infinito, que todas as religiões proclamam e o mundo visivel affirma ser a sabedoria eterna e inenarravel, incomprehensivel mas dominadora de todas as consciencias que o reconhecem, admiram e adoram :—Deus !

Seja esta, minhas senhoras e meus senhores, a ultima palavra da saudação que vos envio n'esta festa.

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano vos agradece a presença á nauguração da sua séde definitiva e eu, pessoalmente, vos peço perdão do tempo precioso que vos roubei.

DR. DEMOCRITO GRACINDO

1º Vice-Presidente do Instituto

Entre os fortes na porfia da peleja, de que repontou a brilhante victoria da nossa Companhia com a reconstrucção do seu esplendido palacete —A Casa das Alagoas,—com o retorno aos seus labores indicantes da sua expressão de finalidade e dynamia dos seus valores,que lhe aformoseam e intensificam a vida de cada dia, cabe o primado, com soberana Justiça, a Democrito Gracindo, que é um dos participantes da culminancia mental do Brasil e um dos mais eminentes alagoanos. Nas filigranas desta pequenina homenagem se reflicta a grandeza da sua benemerencia.

GALERIA ILLUSTRE

Com a inauguração do seu palacête fez tambem o Instituto a da sua *Galeria Illustre*, na sala da Secretaria, appondo os retratos dos alagoanos cujos nomes se seguem :

Commendador Miguel Soares Palmeira
Dr. Francisco Menezes
Coronel Pedro Paulino da Fonseca
Aureliano Candido de Tavares Bastos
Prof. José Alexandre Passos
Iguacio de Barros Accioly
Visconde de Sinimbú
Prof. Adriano Jorge
Barão de Maceió
Dr. Jacintho Paes de Mendonça
Dr. Thomaz de Bomfim Espindola
Dr. Roberto Calheiros de Mello
Dr. Theophilo dos Santos
Cyridião Durval
Dr. José Duarte
Padre Amancio das Dores Chaves
Ricardo Brennand
Dr. Mello de Moraes
Barão de Jaraguá
Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros
D. Rosa M. Paulina da Fonseca
Dr. Costa Leite
General Hermes Ernesto da Fonseca
Comm. José Rodrigues Leite Pitanga
Marechal Deodoro da Fonseca
Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão
Carlos Leão Xavier
Morechal Floriano Peixoto

Ha outros alagoanos que deixam de figurar na Galeria por já terem os seus retratos no salão nobre do Instituto, como sejam : Drs. Dias Cabral, Diégues Junior, Ladislau Netto, Commendador Tiburcio Valeriano de Araujo, Rosalvo Ribeiro e D. Antonio Brandão.

A inclusão do Barão de Jaraguà entre os homens illustres alagoanos, exprime uma homenagem de agradecimento de Alagoas aos beneficios que lhe prestou o nobre varão da grande terra lusa.

MONOGRAPHIA

DO

MUNICIPIO DE PÃO DE ASSUCAR

PELO

Professor Moreno Brandão

NOTICIA HISTORICA

Este Municipio teve primitivamente o nome de Jacyobá (Espelho da Lua), que lhe foi dado pelos *Urumarys*, seus primeiros incolas.

Segundo a *Razão do Estado do Brazil*, Jacyobá ou Jasseobá, consoante escreveu o autor do trabalho citado, começou a provar-se em 1611, com gente branca e indios da serra de Aracaré, lado de Sergipe,

Por carta de sesmaria passada a 7 de Novembro de 1660 a favor de Lourenço de Brito Correia (1), foram-lhe concedidas 2 leguas em quadro adquiridas por compra a Christovam da Rocha, proprietario da Ilha Grande (Penêdo) e um dos povoados do S. Francisco. Dessas terras se achava Christovam da Rocha pacificamente empossado desde 1634. Na carta de sesmaria foram concedidas a Lourenço de Brito mais 2 leguas a começar do monte Obutura Coconha, cuja situação topographica não é facil identificar.

Com o correr do tempo parte do territorio de Pão de Assucar, da serra homonyma para o occidente, veiu a pertencer á Casa da Torre (Bahia). Não consta que os proprietarios tivessem assignalado, por qualquer meio, o seu dominio, tanto que, em principios do seculo XIX, os *Urumarys* obtiveram do rei D. João VI uma data de terras á margem do S. Francisco, desde a serra de Pão de Assucar, pelo lado do poente, até o morro do Aranha, pelo do nascente, com 4 e 1|2 leguas de fundo até a serra do Chitroá. Semilhante doação suscitou a inveja dos *Chocós*, residentes na ilha sergipana de S. Pedro. Após renhida pugna, em que foram vencidos pelos invasores, mudaram-se os *Urumarys* para um lugar fronteiro (Sergipe), ao qual deram o nome da antiga patria. Este lugar chama-se hoje Jassubá, corruptella de Jacyobá.

Foram então as terras pão-d'assucarenses postas em hasta publica, sendo arrematadas pelo Capitão-mór João de Souza Vieira, que as cedeu a seu amigo Antonio Rodrigues Delgado. Este se empenhou fortemente na exploração das terras uberrimas de Pão de Assucar, edificando, ao poente, um sobradinho, que ainda existia em 1906, e uma rua, que ainda hoje conserva o nome de rua da Senzala, porque ahi estavam erigidas as vivendas dos escravos.

Pão de Assucar pertenceu primitivamente a Penêdo, depois a Paulo Affonso de que era termo judiciario (Lei n. 233 de 3 de Março de 1854).

A installação do mesmo termo se verificou a 7 de Agosto do anno predito quando tambem foi installada a villa.

A elevação a cidade, da séde do municipio, data de 18 de Junho de 1877

LIMITES

Pão de Assucar limita-se ao N. com Sant'Anna do Ipanema ; a W. com Piranhas ; a L. com Bello Monte e Traipú, e ao S. com o rio S. Francisco.

Pontos extremos

Ao N. a serra do Ouricury ; ao S. o rio S. Francisco ; a W., a barra do riacho dos Cabaços (Manary) ; a L, a povoação de Limoeiro.

Superficie

1.430 klms. E' o 4º Municipio do Estado em extensão territorial, sendo maiores do que elle apenas Sant'Anna do Ipanema, Paulo Affonso, Palmeira dos Indios.

Dimensões

O Municipio mede, de N. a S., 12 leguas, de L. a W., 9. Dista : da Barra de S. Francisco — 104 1|2 milhas nauticas ; do Pontal—103 ; de Villa Nova—84 ; do Penêdo—82 ; de Propriá—61 ; de Collegio—59 ; de S. Braz—54 ; de Traipú—39 ;

(1) Seria este Lourenço de Britto Correia o mesmo que, exercendo, na cidade do Salvador, as funcções de provedor-mór da fazenda, fez parte de uma junta governativa, quando foi deposto o Marquez de Montalvão ?

de Ilha do Ouro—18 ; de Gararú—33 ; de Bello Monte—15 : de Limoeiro—12, pelo rio. De Sant'Anna do Ipanema dista 60 kilometros.

Littoral

De Limoeiro até o morro do Faria o littoral do municipio è orlado de montes hispidos e pedregosos ; do morro do Faria até o Cavallete se transforma numa planicie alvacenta de areia, inadequada a qualquer vegetação. Do Cavallete até a barra do Riacho dos Cabaços reapparecem, como debrum de rochedos negros, os morros, que apenas deixam, quando se recurvam em amphitheatros, lugar ao estabelecimento de fazendas marginaes ao S. Francisco.

Portos

Os melhores portos são o de Pão de Assucar, que è o principal pelo seu grande trafico mercantil, e o de Limoeiro. Existem tambem os de Jacarezinho e Ilha do Ferro.

Lagôas

As mais notaveis são : Santiago, Espinhos, Abaity (detraz da qual fica a lagôa do Prato), Itororó, Fonseca, Porta (que os compendios de corographia denominam sempre Porto), Ilha do Ferro, Páu-ferro, Redonda, S. Maria, Cabeça do Cavallo, Jurema, Junco, Secca, dos Patos.

Ilhas

A de José Capitão, que nas enchentes do S. Francisco fica completamente coberta pelas aguas ; a de Jesus Maria José, em frente ao Limoeiro, e a de S. Maria. Todas essas ilhas ficam no S. Francisco.

Peninsulas

Banhado pelo S. Francisco ao S. e cercado de lagôas ao N., a L. e a W., Pão de Assucar seria, em certas epocas, uma ilha, sinão fôra o isthmo artificial da Tapaginha, feito em 1877 por iniciativa do missionario franciscano Frei Cassiano de Comacchio.

Orographia

As principaes serras do municipio de Pão de Assucar são : João Leite, Chitroá, de Pão de Assucar, Taborda, (abundante em cedro), Bandeira, Cabeça do Cavallo, onde se presume estarem enterrados fabulosos thesouros hollandezes.

Os morros, que em sua generalidade pertencem á Penedia de Paulo Affonso, são os seguintes : Marupira ; Faria ; Cavallette, (que por sua conformação conica deu o nome a Pão de Assucar) Humaytá, no centro da cidade ; Papagaio ; Boqueirão ; Vermelho ; Capim-assú ; Aranha.

Potamographia

O principal rio de Pão de Assucar é o S. Francisco. Tem este entre o municipio e o Estado de Sergipe a largura de 2 kilometros, sendo ahi sua profundidade maxima de 15 metros. Fórma o mesmo rio varias corredeiras conhecidas geralmente por correntezas, nos seguintes lugares Faria, Marupira, Boqueirão, etc. Até o ponto da cidade de Pão de Assucar o rio, sendo mais ou menos raso, tem varios baixios, notadamente em Limoeiro ; do morro do Marupira até a foz do riacho dos Cabaços a navegação se torna eminentemente embaraçosa, principalmente no lugar denominado Sacco, onde, além de serem os ventos contrarios e notar-se uma grande curva no rio que ahi é cheio de rochedos hiulcos onde bandos de garças têm os seus ninhaes e floresce uma vegetação melancolica de calumbys, a corrente do rio se torna muito forçosa.

Neste municipio são affluentes do S. Francisco :

A) Farias
B Parugé
C) Pau-ferro
D) Boqueirão
E) Lages
F) Grande
G) do Bonito
H) Pedrão
I) d'Agua
J) Canôa
K) Carcará
L) Jacaré

M) dos Cabaços, que é um dos maiores affluentes do Baixo S. Francisco. Nasce no municipio de Paulo Affonso e desagua no mesmo rio ao oriente da povoação de Entre Montes. O leito deste riacho é muito pedregoso, sendo enorme a differenca de nivel existente entre as suas nascenças e o respectivo desaguadouro. Secca durante as estiagens e é innavegavel, exhibindo panoramas selvaticamente grandiosos. A montante do Riacho Grande fica o mesquinho riacho de Capim—assú.

Aspecto physico

O municipio offerece uma configuração horizontal muito accidentada de serras de altitude média e de planicies imperfeitas. O ponto mais plano é justamente a séde, estando posta entre esta e o rio um estendal enorme de areias, que se erigem formando comoros movediços. Em redor da cidade alteiam-se montes pedregosos ornados de vegetação meimengra de cactaceas.

Clima e salubridade

Não ha differenciação perfeita das estações neste municipio onde a epoca das chuvas se prolonga de Março a Agosto, quando começa a estiagem, interrompida nos mezes de Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, por trovoadas muito fortes, que trazem frequentes coriscos. Um desses, em..., arruinou muito a igrejinha do Bomfim e produziu outros maleficios.

As seccas se fazem sentir tragicamente em Pão de Assucar, sendo de mais damnosos effeitos as que se verificaram em 1824 1825, 1835—1837, 1844—1845, 1877—1879, 1889—1890, 1898—1899, 1907—1908, 1916—1917.

A temperatura média é na cidade e pontos marginaes ao S. Francisco de 26º ; na serra do Pão de Assucar, coberta de neblina mesmo no auge dos verões mais inclementes, reina uma temperatura de 20º, no maximo. No centro as noites são sempre frescas, tornando-se ás vezes frigidissimas, quando se accentúa o que entre os camponios é chamado—*cruviana*

A principal direcção dos ventos é a de suéste, que muda durante pouco tempo nas vesperas das enchentes do S. Francisco, passando a soprar o vento refrigerante do nordeste, chamado pelo povo — *vento de cima*, precursor das trovoadas.

Em Pão de Assucar são muito frequentes os redemoinhos, sendo nos turbilhões de um desses que, a 13 de Janeiro de 1917 foi envolvida a chata *Moxotó*, que sossobrou, causando numerosas mortes.

Em geral, durante os dias reina na cidade de Pão de Assucar, na vigencia do verão, calor asphyxiante, tornado ainda mais inaturavel quando sopra o vento ardente do suéste, que levanta nuvens suffocantes de um pó subtilissimo.

Quanto á salubridade, Pão de Assucar que, á excepção dos pontos jacentes ás margens das lagôas e lesirias, é isento de impaludismo, paga doloroso tributo á tuberculose, que alli dizima successivamente familias inteiras. São tambem muito frequentes os casos de hysteria e loucura. Ao contrario do que era licito prever, no municipio não se manifestam casos de ophthalmias, nem de outras molestias dos orgãos visuaes.

A variola, que pouco se propaga, tem feito varias incursões no municipio, onde produziu um numero incalculavel de mortes durante a secca de 1877—1879.

A *cholera-morbus* reinou, causando tremendas assolações, em 1855 e em 1862—1863. As dysenterias são frequentes na entrada da estação chuvosa e especialmente depois das seccas prolongadas e na vigencia destas.

A influenza reinou alli em 1918, matando perto de 200 pessôas domiciliadas no municipio e muitos adventicios.

A febre amarella tem feito diversas incursões em Pão de Assucar.

A febre typhoide domina, com alguma frequencia, em diversas ribeiras, principalmente na do Riacho Grande.

Geologia

O terreno de Pão de Assucar conta pela maior parte de gneiss schistoso

passando a micachisto geralmente com granadas, segundo a opinião do Dr. Orville A. Derby.

Neste municipio tem havido alguns tremores de terra, sendo o mais sensivel, apezar de insignificante, o que occorreu a 24 de Janeiro de 1921 na Serra de Pão de Assucar, o qual produziu apavorante estampido.

Na fazenda Pachyderme têm-se encontrado muitos fosseis de animaes antidiluvianos aos quaes depois de previo estudo do Museu Nacional foi attribuida por Agassiz a idade de 5 mil annos.

Producções

No reino mineral encontram-se : ferro, mica, crystal de rocha e marmore. Presume-se que haja outros mineraes, cuja existencia ainda não foi devidamente averiguada.

No reino vegetal encontram-se, em *caatingas* rálas e devastadas, onde predominam as cactaceas : caatingueiras, carahybeiras, coração de negro, mandacarú, chique-chique, palmatoria, corôa de frade, facheiras, baraúnas, angicos, capitães, quixabeiras, joazeiros, juremas, paineiras, ouricurys, cedros, ingazeiras, genipapeiros.

Entre as arvores fructiferas acham-se magnificas pinheiras de fructo delicioso, goiabeiras, mamoeiros, bananeiras, etc.

Os rios e lagôas superabundam em pescados, dos quaes se salientam os saborosos e conhecidissimos mandins, além de surubins, trahyras, pacamões, pernas de moça, piranhas, corvinas. Grande é tambem a quantidade de camarões, que se encontram no municipio.

População

Pelo ultimo recenseamento (1920) a população de Pão de Assucar attinge a 21.812 habitantes, cujo typo ainda não está perfeitamente unificado. notando-se na maioria dos habitantes do municipio a predominancia dos caracteristicos dos caboclos. Em 1890 Pão de Assucar contava —11.848 habitantes, e em 1900—14.334.

Religião

O pão d'assucarense é muito propenso ás investigações referentes a assumptos religiosos. Apesar de nesse segmento do Estado caber a preeminencia á religião catholica, nota-se ahi um forte nucleo de protestantes, que começaram a se revelar mais ou menos em 1884, e de espiritistas, que se anteciparam aos de varios lugares de Alagôas.

A freguezia de Pão de Assucar que tem por orago o S. S. Coração de Jesus foi creada em 11 de Junho de 1855. A mesma frequezia pertence ao Bispado de Penêdo.

Ha no municipio as seguintes igrejas e capellas: Na cidade: a matriz. E' um templo modesto e destituido de belleza architectonica. Foi erecto em substituição a uma capella que existia no mesmo local, a qual foi construida por iniciativa popular suscitada por Manoel Antonio das Dores. Posteriormente, sob a direcção do padre Placido Antonio de Souza, de Ingazeira, Parahyba, emigrado de sua parochia na vigencia da *secca* de 1846, foi completamente remodelada, tomando maiores proporções. Comtudo a matriz de Pão de Assucar só revestiu a sua feição actual em 1877. quando o missionario capuchinho Frei Cassiano de Comacchio a ampliou, erigindo-lhe as torres e pondo-lhe um côro. A ella posteriormente foi accrescentado o corredor do lado do nascente. A ornamentação do interior do templo é pobre e consiste em tres altares, que contem alguns oratorios. No centro, no altar-mór, depara-se o S.S. Coração de Jesus, ladeado por N.S. do Soccorro e N.S. do Rosario. Entre as columnas estão os nichos do Espirito Santo (lado do evangelho), e S. Sebastião (lado da epistola). Dos altares lateraes um é destinado a S. Antonio e a N. S. da Conceição, e o outro a N. S. das Dores e ao Senhor dos Passos. Não existe no interior da igreja obra alguma de valor artistico, sendo o conspecto do tempo indicio da grande pobreza da população do municipio,

—Capella do Senhor do Bomfim. Fica tambem na cidade, datando a sua erecção de 1903.

—Santa Cruz. Um pouco affastada da cidade, no rumo do norte.

—Capella de Jesus Maria José. Erecta na povoação de Limoeiro.

—Capella de N. S. da Luz. Sita na povoação de Campo Alegre e construida por iniciativa do frade portuguez Frei José de S. Jeronymo.

—S. Cruz do Aleijado. Construida sobre a sepultura de um mendigo assassinado por um bandido, que visava o intuito de lhe roubar 3$000. Fica no sitio denominado Carcará e é centro de convergencia de frequentes romarias.

—S. Antonio. Fica na povoação de Jacaré dos Homens.

Na cidade de Pão de Assucar foi levantado o mais bello e o mais vasto dos templos protestantes existentes em Alagôas.

Divisão administrativa

O municipio de Pão de Assucar comprehende a cidade homonyma, que é a séde, e as povoações de Limoeiro, Ilha do Ferro (á margem do S. Francisco), Campo Alegre, antigo Meirús, Impueiras ou Ipueiras, Jacaré dos Homens. Estes tres ultimos povoados ficam no interior.

Governo

O municipio tem não só um intendente e um vice-intendente, como tambem 7 conselheiros municipaes.

Fórma um municipio judiciario (comarca), tendo para a administração da justiça juiz de direito, juiz substituto e promotor publico.

Conta um batalhão de Guarda Nacional e é séde do Tiro de Guerra n. 656.

Tem 3 secções eleitoraes, com um total de 438 eleitores.

A séde do municipio

Ankylosada numa inercia que lhe tolheu os surtos, como a ave das lendas indianas, que não podia voar, máu grado as cem azas de que era dotada, Pão de Assucar, depois de exhibir tendencias progressivas, não tem evolucionado ultimamente. Mesmo assim, nada perdeu de seu primitivo aspecto pinturesco. Pelo contrario. E' uma das mais lindas cidades do Estado. O seu solo é geralmente plano e quasi sem ondulações. Quem ahi desembarca, em primeiro lugar, contempla um plano extenso formado por interminavel areial, que, embora uma vez affastado mediante um trabalho que não teve seu natural complemento, vai occupando a area edificada e submergindo as casas. Depois se segue uma avenida de... metros de largura, extensa, bem arborizada de tamarineiros melancolicos e frondosos, displicentes gamelleiros e *flamboyants* que blazonam côres vivazes. Ao centro da avenida que tem o nome de Braulio Cavalcanti, fica a igreja matriz. No termino da predita e vastissima arteria fica, a W., a cadeia inaugurada a 7 de Janeiro de 1911 na administração do Dr. Euclides Malta. Este edificio rememora a calamitosa estiagem de 1877, quando, para soccorrer os immigrados vindos de varios pontos do sertão dos Estados limitrophes, o juiz de direito, Dr. Alfredo Cesor Montezuma, teve a feliz lembrança de aproveitar as sommas enviadas para a sustentação dos flagellados iniciando a construcção do citado edificio provincial. Paralyzadas, por muito tempo, as obras dessa cadeia, quando na vigencia da Republica, sobreveiu nova *secca*, tiveram ellas, no governo do Coronel Pedro Paulino da Fonseca, o pequeno impulso que lhes poderia provir da insignificante verba de 2:500$000 destinados por aquelle governador a attenuar o tremendo infortunio collectivo. Seguindo sempre para o occidente, encontra-se, posta sobre a barra da lagôa da Porta. uma ponte que foi erigida em 1877 sob o benigno influxo do inesquecivel e tantas vezes citado Frei Cassiano de Commacchio.

Alem da ponte, para os lados do N. W., num valle soturno e umbroso, fica o Cemiterio Publico, para o qual a munificencia do Imperador, quando foi de sua passagem em Pão de Assucar em 1859, destinou a quantia de 700$000 rs. Este proprio municipal foi construido, passados muitos annos depois da generosa doação imperial, em terreno doado pelo

Major Manoel Caetano de Aguiar Brandão.

Ao oriente e alem da lagôa da Porta, insurge-se do solo o morro de Humaytá, vasto amontoado de pedronços brancacentos, um dos quaes, a *Pedra da Paciencia*, é um verdadeiro logradouro publico. Alli, todas as tardes, se reunem, em grande numero, varios passeiantes, que abrangem, com a vista, toda a magnificencia panoramica de uma cidade singular e bizarra. Daqnelle pincaro de altitude mesquinha comtempla-se ao longe na praça do Bomfim, a modesta e elegante ermida dedicada ao patrono que deu o nome á mesma praça. A' rua D. Antonio Brandão divisa-se o *Polytheama Goulart de Andrade* theatrinho quasi miniaturesco, inaugurado em 1910.

Emfim toda cidade, com suas largas ruas symetricas, é alcançada do alto do Humaytá, causando sempre reconfortante impressão. E', porem, nas epocas das enchentes do S. Francisco que o panorama de Pão de Assucar se torna mais golpeiante por offerecer novas perspectivas. Transforma-se então a cidade numa peninsula, cujo isthmo, é, como já dissemor, a Tapaginha.

Afora a *Pedra da Paciencia* e os pontos já citados, tem a cidade um morro de forma conica, onde se erigiu o cruzeiro commemorativo da transição do seculo XIX para o seculo XX. Este cruzeiro foi arrebatado pela violencia de um furacão, sendo reposto em 1919.

Na cidade ainda existe regular Paço da Intendencia Municipal e um predio onde funcciona o açougue publico.

Limoeiro

E' uma povoação insignificante, que fica na enfesta de uma collina visinha ao S. Francisco, donde o mesquinho villarejo aufere milhentos proveitos, pela agricultura e pela industria da pesca. Além de uma capellinha e de um cemiterio, Limoeiro tem 110 casas em 3 ruas de pauperrima construcção e outras casas dispersas. Tem uma agencia do correio e uma escola mixta. Ahi tambem ha machinismos de descaroçar algodão. E' lugar acabrunhado e displicente. Fica a L. de Pão de Assucar.

Ilha do Ferro

A julgar pela sua denominação, parece que este lugarejo só ha poucos annos passou a fazer parte do Continente. E' insignificante, não passando de uma agglomeração de casas em numero do 50 ou 60. O governo municipal mantem neste povoado uma escola primaria mixta. Ilha do Ferro fica a W. da metropole do municipio.

Meirús ou Campo Alegre

Este povoado foi construido nas faldas da serra de Pão de Assucar. O seu nome primitivo, que prevalece sobre sua designação official de Campo Alegre, foi o de Meirús derivado de uma planta (Guatteria scabiosa), ahi muito abundánte. Campo Alegre tem cerca de 500 habitantes, que se dedicam á agricultura e á zootechnia.

Jacaré dos Homens

E' uma das povoações mais florescentes do municipio de Pão de Assucar e constitue valiosa e excellente região cotoneira. Tem escola publica, commercio prospero, machinas de descaroçar algodão. Tem cerca de 1500 habitantes.

Ipueiras

E' um lugarejo situado, como a povoação de Campo Alegre, ao sopé da Serra do Pão de Assucar, de cuja espantosa fertilidade se locupletam os moradores do mesmo. Não dispõe ainda do menor recurso indispensavel á gente civilizada e é habitado por uma familia, que tem todos os caracteristicos physicos dos indios.

Instrucção publica.--Cultura espiritual

Por decreto de 6 de Julho de 1839

foi creada a primeira escola primaria em Pão de Assucar, que hoje conta : na séde do municipio — 4 escolas, sendo 2 para cada sexo ; em Jacaré dos Homeno — 1 escola mixta (municipal) ; em Limoeiro— 1 escola mixta ; em Campo Alegre—1 escola subvencionada ; na Ilha do Ferro— 1 cadeira mixta (municipal). Não ha estabelecimentos de ensino secundario, nem bibliothecas. Destas, as que tem se procurado crear, acabam sendo incorporadas ao acervo de livros de particulares.

O povoé muito intelligente e amigo das letras, consoante o demonstra o facto de ter tido imprensa antes da maioria dos municipios do Estado. Foram os seguintes os orgãos de publicidade edictados na metropole de municipio «Jornal de Pão de Assucar», Pão de Assucar ; «Paulo Affonso» ; «O Horizonte» (1880) : «O Trabalho« (1882 ; «A Palavra» (1889); «O Juvenil» (1892) ; «A Verdade» (1893); «O Sertanejo» (1895) ; «O Espião» (1896) ; «Microcosmo» (1896) ; «O Social» (1897) ; «A Voz do Sertão» (1906) ; «A Ideia» (1910) ; «O Popular» (1912) ; «O Relampago» ; «A Estrella» ; «A Patria» ( ).

Agricultura

O solo do municipio flagellado pelas assolações da *secca* e banhado pelo S. Francisco em largas extensões, offerece contrastes singulares de espantosa fertilidade e consternadora aridez. Nos terrenos que o Mediterraneo brazileiro irriga,—praias, varzeas, lagôas e lesirias, é grande a uberdade e florescem, a par do feijão e do milho, extensos arrozaes. No centro onde a *caatinga* rala e devastada pelo machado e pela foice do lenhador, bem como pelas *queimadas*, somente em épocas muito propicias em que as chuvas copiosas cahem no tempo certo, é que as roças se mostram vicejantes e asseguram grandes rendimentos aos agricultores. Ha, porem, uma zona que a altitude preserva das inclemencias da estiagem : é a serra de Pão de Assucar. Alli, mesmo no fastigio dos verões mais ardentes e prolongados, notam-se as opulencias de uma flora magnifica e viçam esplendentes seáras envoltas durante as horas matinaes pelo capuz de neblina, que branqueia a cumiada da serra.

Nas lagôas, margens e depressões contiguas ao rio começa-se em Abril o plantio do arroz, formando-se extensas leiras, donde é retirada a planta, cujo producto se colhe de Agosto para Setembro. Embora seja o arroz a lavra mais typica de Pão de Assucar que della aufere avultosos lucros, os agricultores não se affastaram, em relação á mesma, da estrada coimbrã trilhada e retrilhada pelos seus maiores. Agindo assim, qnando as cheias do S. Francisco se mostram insufficientes, enormes tractos de terra ficam em forçado pousio, gretados pelos raios do sol causticante, quando poderiam ser aproveitados, si os lavradores seguissem a pratica das irrigações secularmente adoptadas em varios paizes. No plantio, na colheita e no beneficiamento verificam-se outras demonstrações de penoso tradicionalismo em virtude do qual só para a ultima dessas operações se adoptaram machinas. Na serra de Pão de Assucar cultivam-se com bom exito : feijão, fava. milho, mandioca, algodão e mamona.

Nas outras secções do municipio, onde é mais accentuada a aridez e a flora de cactaceas delata a pobreza do terreno, apenas se planta mandioca, feijão, fava, milho (bases da alimentação popular), mamona e algodão. Esta malvacea, qne encontra em Pão de Assucar o solo mais adequado para a sua cultura no Brasil, ahi realiza mais depressa do que em qualquer outro ponto o seu cyclo vegetativo.

Na fazenda S. Luiz foi montada, por iniciativa do encarregado do Serviço do Algodão em Alagoas Dr. Djalma Eloy Hess, uma estação experimental, que tem produzido surprehendentes resultados desde o anno de sua installação.

Quasi que uão ha cultura de tabaco

A silvicultura ainda não foi ensaiada, dando-se, pelo contrario, a destruição barbara das riquezas vegetaes, que o municipio encerrava outr'ora. Dessas algumas ou já desappareceram ou estão

em vesperas de desapparecer. Ha, entre tanto, lugares como o Riacho d'Agua e a serra do Taborda, abundantissimos em cedro, os quaes se prestariam para nellas se fazerem magnificos ensaios de reflorestação, que tambem poderia ser levada a effeito, em larga escala, em muitos outros pontos com tanto maior urgencia quanto ha muitos segmentos do municipio completamente orphãos de qualquer vegetação.

A fructicultura de que apenas existe um esboço muito rudimentar, poderia trazer a Pão de Assucar quantiosos lucros. Não só nos lugares directamente banhados pelas aguas sanfranciscanas como em todo perimetro urbano da pinturesca Jacyobá daria compensação, mais do que satisfactoria, o plantio de vinhedos, bananeiras, laranjeiras, figueiras, cajueiros, goiabeiras. pinheiras, limeiras, mamoeiros, araçazeiros, etc. Muitos desses especimens vegetaes são ahi nativos, salientando-se as pinheiras, que dão fructos delicadissimos e de sabor incomparavel.

Outros, como os umbuzeiros, desde que recebessem cuidados culturaes serios e persistentes, poderiam peder o que tem de silvestre desenvolvendo, ao mesmo tempo, as qualidades, que os tornam tão apreciaveis. O tamarineiro adapta-se maravilhosamente ao solo de Pão de Assucar. Entretanto, além da serventia que tem como arvore de sombra, apenas de seu fructo se prepara uma excellente bebida refrigerante, quando poderia ter, como na India, outras inestimaveis applicações. Para um lugar de clima sahariano em quasi toda sua extensão, a tamareira seria de grande utilidade. Ensaios de sua cultura foram ahi coroados de exito surprehendente.

A horticultura é pouco praticada em Pão de Assucar, não obstante haver terrenos excellentes para o largo e franco plantio de hortas. Nos timidos ensaios até hoje feitos se tem a comprovação de quanto poderia lucrar a alimentação do povo, dado o caso de a tornarem mais variada com as hortaliças. Couve, alface, gerimun, tomate, maxixe, quiabo, coentro, cebola, alho, bredo são os unicos productos expostos no mercado, sendo muitos delles meramente espontaneos.

Desmedra igualmente a floricultura.

A industria pastoril, ramo da agricultura, embora exercitada em larga escala em numerosas fazendas, não deixou os apeguilhos de tradições erroneas. Pelo influxo poderoso destas tradições as raças bovinas, cavallares, muares, caprinas e ovinas estão definhando a olhos vistos.

O porte do gado vaccum torna-se dia a dia mais exiguo, sendo a producção lactifero de escassez lamentavel.

Os cavallos, de descendencia arabe, e possuidores de grande resistencia e notoria sobriedade estão agora mostrando apenas exemplares avinagrados, por culpa dos criadores, que nem siquer tratam das pastagens. Em Pão de Assucar existiam em 1920 : 16.892 animaes bovinos ; 1.242 equinos ; 246 asuinos e muares ; 6.158 ovinos ; 9.249 caprinos ; 552 suinos.

O municipio produz annualmente 15.000 saccos de algodão ; 7.000 saccos de arroz ; 4.000 de farinha de mandioca ; 7.000 de feijão ; 6.000 de milho.

Industria

Além das industrias agricolas e pastoris, o municipio pratica as extractivas, a da pesca, a dos oleos vegetaes e animaes (oleo de peixe), as de tecidos e rendas, as de cortumes, as de construcções navaes, marcenaria, tamancaria, sapataria, correaria, etc.

São das mais damnosas as operações da industria extractiva realizadas neste municipio, cujas *caatingas* tem sido devastadas pelo machado e a foice do lenhador inclemente, desejoso de obter renditos com o sacrificio dos interesses vitaes das gerações presentes e' sobretudo, das futuras.

Emquanto elle assim procede, vai rareando a vegetação em torno dos lugares povoados, em cujas morrarias se vêm largos sulcos por onde escorregam os madeiros derrubados. Taes sulcos se chamam *tombadores* e as madeiras têm a designação de *toneladas*, porque são vendidas nas fabricas de Penedo em quantidades equivalentes a mil kilogrammos. Alem dessas devastações com

que o Municipio se empobrece, enriquecendo a metropole do S. Francisco, a industria do cortume determina o desmudamento dos angicos, cujas cascas servem de cortim, e a combustão de varias arvores com que se prepara a cinza destinada ás operações preliminares do fabrico de solla.

Para o preparo dos tamancos destróem-se as imburanas tão perfumosas e com tantos prestimos medicinaes.

A industria da pesca representa um factor economico de minguado alcance e não deixa de ser destructiva, visto como apprehende todos os peixes indistinctamente, qualquer que seja o seu tamanho. Destinados apenas ao consumo local, os peixes colhidos ora superabundam no mercado, ora totalmente escasseiam, tudo por causa da falta de discernimento com que se fazem as pescarias. De varios modos são estas executadas : ora pelos meios rudimentares (rêdes, tarrafas, cóvos, linha. anzol, groseira, etc), ora em tapagens nas fozes das lagôas e dos riachos, quando, pelas vasantes, começa o refluxo das aguas.

O preparo de oleos em virtude de ser abundante a materia prima) já foi de vantagem para este Municipio que folgadamente a explorou. Della apenas existe a sobrevivencia de uma tradição, assignalada por meio de prensas, que raramente funccionam, preparando, mediante processos atrazados, o conhecido oleo de ricino, etc.

Mais embryonaria do que a industria dos oleos vegetaes é a dos tecidos, que são feitos em velhissimos teares por um ou outro individuo que ainda se occupa em preparar rêdes, saccos, lençóes, toalhas de mesa, etc., notaveis pela sua assombrosa durabilidade,

As rendas feitas em fatigantes serões são perfeitos lavores artisticos, que emulam com os mais bem preparados de outros centros mais famosos. Representando labores prolongados e cansativos não acarretam para as pessôas que as fazem, a desejavel compensação.

Os que se empregam na industria do cortume seguem com afinco deploravel a estrada coimbrã palmilhada por successivas gerações e não se affastam do emprego de meios retrogrados no preparo da solla e das pelles.

São deficientes os elementos de que dispõem os que se empregam nas construcções navaes para darem a sua industria, consistente no fabrico de canôas grandes e pequenas e na remonta das mesmas, a amplitude que ella comporta.

No municipio ha muitos marcineiros peritos, que fazem copioso emprego das madeiras da terra.

Tambem existem muitos tanoeiros, que, no preparo de pipas, quintos, quartolas, etc., tem substituido a faia pela parnahyba, colhendo de suas tentativas os resultados mais satisfactorios.

Uma das pequenas industrias verdadeiramente typicas de Pão de Assucar é a tamancaria. Alli se preparam excellentes sóccos, merecendo menção, entre estes, os tamancos-sapatos, conhecidos pela denominação de tamancos assapatados. E' um artefacto de creação meramente pão-d'assucarense.

A sapataria, a correiaria e outros objectos de couros curtidos são de valor, especializando-se as cadeiras de sola, que revelam os artistas excellentes que as modelam.

Commercio

Assim como a Grecia domina, pelos seus veleiros, o commercio do Mar Mediterraneo, Pão de Assucar domina, pelas suas grandes canôas, o pequeno commercio do S. Francisco. São conhecidos, pela sua actividade, os commerciantes pão-d'assucarenses que, nas feiras dos municipios ribeirinhos e mesmos dos centraes açambarcam todos os generos expostos á venda. Tão activos são esses dardanarios que os reconhecem todos os sanfranciscanos pela antonomasia de *lagartas do Pão de Assucar.*

Na séde do municipio ha uma feira semanal, que se reúne ás segundas feiras

e dura de 5 ás 15 horas. Alli são expostas á venda as seguintes mercadorias: pelles, couros, tamancos, sapatos, redeas, sellas, botas, botinas, chicotes e rebenques, cordas de coroá, embira e sedenho, objectos toscos de ceramica, taboas, camas, obras de funilaria, sincerros, sabões negros (sabão da terra), quinquilharias, carnes, animaes silvestres e domesticos, cereaes, legumes, hortaliças, fructas, refrescos de tamarindo, peixes frescos e salgados, plantas medicinaes, etc. Esta feira foi primitivamente estabelecida nos sabbados.

A importação consiste em fazendas, vidros, louças, quinquilharias, ferragens, xarque, cereaes, legumes, etc.

O municipio exporta: couros, pelles, caroá, tamancos, arroz, madeiras, animaes vivos, casca de angico, tijollos, etc.

O commercio pão-d'assucarense se abastecia primitivamente nas praças da Bahia e de Penêdo. Agora, porém, se abastece nas do Recife e Maceió. Pão de Assucar, que já é um entreposto importante para outros municipios centraes limitrophes, ainda não soube aproveitar convenientemente esta vantagem.

Economia e finanças

Reina geral pobreza neste municipio, o que é determinado não só pelas reiteradas *seccas* de que é flagellado como tambem pela desprotecção a que o governo o relegou. As rendas estaduaes orçam em Pão de Assucar por mais de 20 contos, elevando-se as municipaes a quantia superior a 15 contos.

Estradas

Até hoje Pão de Assucar não mereceu ser ligado a outros municipios por uma estrada de rodagem. Os seus melhores caminhos vicinaes são: o que liga a séde do municipio a Sant'Anna do Ipanema, passando por diversos lugares.

Navegação

O municipio de Pão de Assucar, que é banhado, na extensão de cincoenta e cinco kilometros, pelo S. Francisco. tem seus portos frequentados pelas embarcações da Empreza Fluvial e por grande numero de canôas das quaes muitas se distinguem pelas suas extraordinarias proporções.

Correios

Pão de Assucar tem uma agencia do correio creada em 1858. Em Limoeiro ha outra agencia do correio.

Telegraphos

Funccciona na cidade uma estação telegraphica creada em 1890 ou 1891.

Açudagem

O numero de açudes existentes é exiguo para as necessidades locaes e são quasi todos feitos por particulares. O Estado apenas mandou abrir

Homens illustres

Braulio Guatimozim Cavalcanti, morto em Março de 1912, em Maceió, nos motins politicos havidos naquella epoca. Era poeta, dramaturgo, orador, contista, romancista e escriptor de jornaes.

Josè de Freitas Machado. Botanico. Lente da Escola Superior de Agricultura.

João Vieira Damasceno. Pintor e poeta.

Padre Themistocles Machado. Orador sacro e poeta, morto prematuramente.

Dr. João Francisco de Novaes Paes Barretto. Jornalista de pulso, que se salientou muito na propaganda republicana.

Argemiro Augusto da Silva Grande mechanico e descobridor da illuminação por meio da electricidade.

Manoel Bezerra Lima. Musico de raros dotes, apezar de cego.

PAGINAS DE SAUDADES

PROFESSOR JOAQUIM IGNACIO LOUREIRO

E' com o mais sincero pesar que traçamos estas linhas, expressivas das nossas saudosas homenagens á memoria sempre querida e respeitada desse illustrado consocio, que se finou a 28 de Outubro de 1920, ás 11,30, nesta capital.

Deve-lhe o Instituto, de que era socio fundador, relevantes serviços, mercê da sua assistencia constante, reveladora do amor que sempre dedicou a esta instituição, a cujas deliberações raro eram faltarem os conselhos do seu bem formado espirito, a paz da sua provada esperiencia.

Era de ver, ainda nos fins dos seus dias, como attestação do seu devotamento á nossa obra, a figura veneranda do illustre varão, entre a mocidade gloriosa desse templo do saber conterraneo, depois de galgar com sacrificio a sua escadaria, contanto que lhe assistisse ás sessões, embora melhor fôra á sua velhice já tão adiantada em annos, a placidez bucolica do seu lar, no Trapiche da Barra.

Militou na imprensa com as honras de um centurião: a sua linguagem simples, desataviada de artificios, moldada, porem, numa logica invulneravel, dava-lhe um destaque de rara feição, que somente aos verdadeiros jornalistas é dado conferir.

Grande, senão a maior parte da sua vida dedicou-a ao magisterio, concorrendo com o seu saber para a formação mental de muitas gerações.

O Professor Joaquim Loureiro nasceu na velha cidade de Alagoas, aos 31 de Outubro de 1846, no sitio Campo Grande, daquella parochia, sendo seus paes Joaquim Ignacio Loureiro e D. Francisca Ignacia Loureiro,

Apenas com 16 annos, foi nomeado professor de primeiras letras do sexo masculino na então povoação de Matriz de Camaragibe, iniciando assim a sua carreira publica. Successivamente professor em Barra de S. Miguel, Pôço (arrabalde desta capital), Alagôas, Pilar e Passo de Camaragibe, foi, proclamada a Republica, designado para leccionar novamente em Alagôas, donde, em 1891, voltou Capital, para dirigir a cadeira do sexo masculino do Pedagogium.

Por acto de 21 de Dezembro de 1892 foi nomeado lente da cadeira de latim do Lyceu Alagoano, em cujas funcções se jubilou, a 20 de Novembro de 1896. Não findou ainda a sua actividade publica, porquanto, desde 20 de Julho de 1914, até a data do seu fallecimento, vinha exercendo o cargo de Director do 1º Grupo Escolar.

Era socio fundador do Instituto Archeologico, da Previdencia Alagoana, da Santa Casa de Misericordia e da Auxiliadora dos Christãos.

O Instituto, num recolhimento de fervorosa prece, curva-se reverente diante do tumulo, onde o preclaro extincto descança de uma vida util aos seus e á sua terra.

Morreu Costa Leite !...

Esta pequena expressão encerra um grande infortunio.

Não sabemos de medida que, com acerto, possa determinar a enormidade da perda que Alagôas chora.

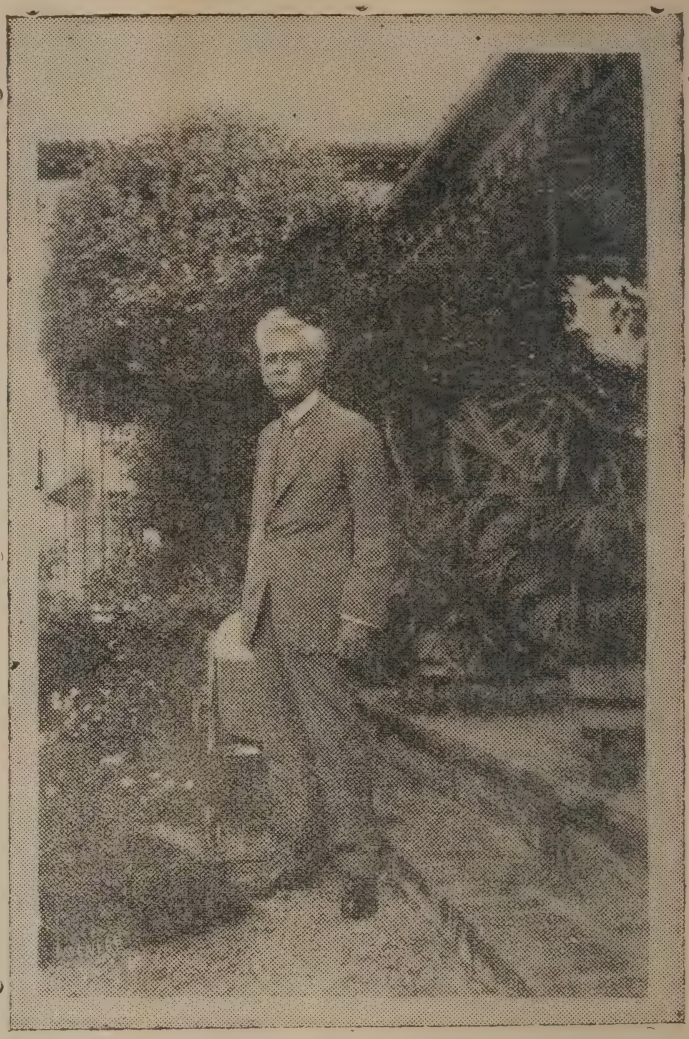
Mas, onde, excepção feita dos queridos entes presos a Costa Leite pelos liames mais fortes do sangue, o finamento do Grande Cidadão repercutiu com a maior dolencia, foi nesses veneraveis muramentos da «Casa das Alagôas», de onde elle se abeirava cheio de dedicação e que delle recolheu e as guardas inviolaveis, as suas ultimas energias.

O seu trabalho afervorado, em que andava uma firme za de animo benedictina, de primorosos resultados, de uma execellencia de effeitos tão beneficos ao INSTITUTO, só o deixou de prestar quando se apagou o brilho da sua poderosa mentalidade.

O seu aprumo moral, a suavidade encantadora que vinha do seu coração e se reflectia no seu trato fascinante, a sua mentalidade do melhor quilate, nunca tiveram quebrado o rhythmo de nobreza que os revestia — broquel scintillante e invulneravel dos lidadores tão grandemente fortes quão serenos nas justas maiores—com que, presto, accorria o famoso Varão, aos que, ricos ou pobres, necessitavam do medico devotado e caridoso, aos que careciam da mão vigorosa do amigo, aos reclamos da sua terra, quando ella precisava de conquistar triumphos, mercê do valor dos seus filhos, não só pelo saber como pelas suas virtudes diplomaticas.

Entretanto, ironico destino ! os seus talentos e as suas virtudes não foram aproveitados para as altas investiduras, que merecia e bem lhe cabiam.

E' que a sua grandeza excedeu sempre ao circulo pequeno donde surgiam as deliberações partidarias.



Dr. Costa Leite

Como Secretario Perpetuo do Instituto desde 1885, os relatorios que, por força do alludido cargo, elle apresentava e lia annualmente, nas sessões solemnes de 2 de Dezembro, eram, como bem disse o brilhante orador da Academia de Letras de Alagoas, Dr. Guedes de Miranda, no seu adeus eterno a Costa Leite, «trabalhos escriptos com uma concisão lapidaria que lembra Alexandre Herculano, com uma pureza classifica que recorda Frei Luiz de Souza».

Quem conheceu Costa Leite, com elle privou, nunca mais esquece os encantos

brotados da sua convivencia, nunca mais esquece a excelsitude de sua alma, atravez do raio de luz da sua bondade a illuminar a quem delle se acercava.

Costa Leite o medico, o intellectual, o tribuno, o scientista. o amigo, o desvelado pela familia, o enternecido pelas cousas da sua patria, especialmente pelas da sua adorada Alagôas, para realce de sua jornada terrena e glorificação do seu nome, não se fechou na campa indicada pela lapide funerarea como o lugar da sua morada final ; porque vive e viverá, tempo a dentro, «na fé que o alentou, no sacrificio que o engrandeceu», no apostolado civico, no apostolado de amor, de sciencia, de caridade, — apostolado onde se enramavam lindas rosas providas de agudos espinhos...

Que o exemplo de tanta bravura moral, de tanta grandeza, sirva de santelmo aos desejosos de bom rumo e de enseiadas bem seguras

A memoria de Costa Leite terá sempre o adorno das nossas saudades.

Que Deus acolha as nossas preces fervorosas, concedendo-lhe a graça de tel-o debaixo da sua infinita bondade.

O fallecimento do Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite foi a 6 de Junho de 1923.

Havia nascido o preclaro alagoano aos 4 de Maio de 1864.

Foram seus paes : Luiz Joaquim da Costa, official-maior da Secretaria da Assembléa Provincial e D. Thereza Cherubina Leite da Costa.

O cadaver foi sepultado na capella da Usina Pau Amarello, onde estão tambem recolhidos os preciosos despojos de sua idolatrada esposa e dos seus dignos paes.

Grandes foram as homenagens prestadas merecidamente ao eminente alagoano.

Ainda maiores as merecia elle.

No momento de baixar a terra a urna funerarea deram a Costa Leite o seu eterno adeus a Academia Alagoana de Letras, a Classe Medica e o Instituto Archeologico, interpretando-lhes os seus sentires, respectivamente, os Drs. Guedes de Miranda, Zacharias de Azevedo e Luiz de Mascarenhas.

Damos adiante o magnifico discurso do orador do Instituto, que melhor diz de Costa Leite e do nosso profundo pezar.

Para que se tenha uma impressão das homenagens funebres feitas ao Grande Cidadão, transcrevemos do *Diario da Manhan* o artigo que vae no fim da presente noticia.

Eis o

DISCURSO

do Dr. Luiz de Mascarenhas, na capella da Usina Pau Amarello, fazendo a Costa Leite a commovente despedida da «Casa das Alagoas» :

Senhores :

Fazendo minhas as palavras de Coelho Netto, eu digo como o brilhante escriptor patricio : — d'esta tenebrosa tribuna, a cavalleiro do abysmo, falla-se a Deus e esta oração fe-la o sacerdote, fala-se ao tempo — e deste recado me incumbiu o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

Mas o atordoamento da grande dôr não atinou, na escolha, com o verdadeiro interprete desta homenagem de saudade e justiça, para que o adeus de teus irmãos de letras, morto querido ! tivesse a expressão representativa da magoa que nos estrangula a alma «enlutada na noite de sua tristeza.»

E, assim, nem a dôr que se crystalisa nesta saudade immensa, nem o justo pregão de teus meritos terá a sua verdadeira expressão na tristeza commovedora desta cerimonia.

Para compensar, porem, o descolorido de minha palavra aqui está a eloquente mudez desta consagração expontanea.

Ha benemeritos que não precisam das azas do reclamo, não teem pregoeiros para os seus feitos, vivem na gratidão silenciosa das cidades, são as alfaias que opulentam o seu patrimonio moral.

Nem toda gente os conhece pessoalmente, mas a Cidade inteira os estima e traz no coração os seus nomes agradecida.

São os que cuidam de sua pobreza, os que vivem nos bairros pobres, nas choupanas arruinadas, enxugando lagrimas, consolando a dôr alheia.

Passam a vida semeando o bem, esquecidos das compensações e, somente quando lhe sentimos a falta é que se vê a grandeza da obra feita, o valor do nome chorado. Costa Leite foi um d'estes benemeritos.

E a cidade lhe prestou carinhosamente o culto merecido, trazendo-lhe o caixão doirado até aqui, n'uma onda de amor e de saudade.

Este é o verdadeiro culto ao homem, ao bemfeitor e ao intellectual, ao qual eu junto o adeus do Instituto com o juramento de que a terra jamais amortalhará o nome d'este perdulario do talento.

Alma feita de delidezas subtis, retrahindo-se a cada momento ao contacto grosseiro das ambições, Costa Leite, o grande medico, o orador formoso, o intellectual acatado, não foi um triumphador.

D'elle se poderá dizer que «atravessou a vida com o mesmo descuido de si, com que a cigarra atravessa o verão radioso».

Viveu a passos lentos, dissipando indifferente o seu talento, gastando, sem proveito proprio, as suas energias valiosas.

Foi assim que elle viveu, ironisando a vida, sem ansias de glorias, sem conhecer o afogadilho das ambições, para morrer deixando a terra em que viveu como um nostalgico pelo céo que foi a conquista doirada de sua excelsa bondade.

Mas, se o tumulo é a grande noite da vida, as sintillações deste espirito privilegiado serão a madrugada clara desta noite fechada.

Adeus, morto querido! O teu nome viverá eternisado na nossa saudade, para que os vindouros o repitam cheios desta veneração immorredoura que é a immortalidade dos predestinados; e o teu nobre exemplo multiplicará corações para cruzada do bem, aureolando a tua memoria com os explendores de uma resurreição! Adeus, morto querido! Sobre o teu esquife ficam as lagrimas dos teus companheiros do Instituto, que é a oblata de nossa saudade, juntas com a corôa de loiro, que é o começo de tua consagração.

Adeus!

"LUTO

Está de luto este jornal; a amizade que nos prendeu a esse homem que hontem desappareceu no tumulo, nos não permitte, ainda hoje, outras phrases que não sejam o culto de sua memoria, as endeixas tristes de uma solidariedade que se quebrou. Elle estava irmanado comnosco por uma affeição que nunca teve estremecimentos, lealdade que nunca soffreu um deliquio, unidade de sentimentos que nunca foram perturbados por dissenção alguma; taes foram os sentimentos que uniram um ao outro que nunca, por menor que fosse o momento, deixaram de vibrar as nossas almas, na alegria como no pesar, na prosperidade como na adversidade, não permittindo que, alguma vez, a desconfiança entravasse os nossos sentimentos e fallasse mais alto o interesse nas grandes lutas da nossa existencia commum.

O Dr. Costa Leite era uma alma sã, boa e amiga sem igual. Quando nossas opiniões divergiam, e isto se não dava somente comnosco, mas com todos a quem dedicava amisade, a exposição sincera do seu pensamento se manifestava clara e vibrante, de modo a convencer ou ser convencido, sem uma palavra que denotasse má vontade, sem um gesto que pudesse significar offensa ou menosprezo. Nobre e altivo, por indole, quando presentia deslise em alguem a quem suppunha amigo, silenciava e se retrahia sem exigir explicações que podessem degenerar em polemica offensiva. Dedicadissimo aos deveres da medicina, não distinguia o rico do pobre para o cumprimento de deveres que, para elle, eram

sacerdocio e não se lhe ouviam censuras á ingratidão com que correspondiam aos seus gestos de benevolencia.

Não praticava assim apenas como medico : no Instituto Archeologico não poupou esforços em bem da sua querida associação ; na Sociedade Nacional de Agricultura, onde occupou, por mezes, o cargo de Secretario Geral, sob a presidencia do Dr. Miguel Calmon, actual Ministro da Agricultura, não se negou a ir representar a Sociedade no Rio Grande do Sul e em Santa Catharina, quando todos se recusavam a acceitar essa commissão. Do seu desempenho cabal e honrosissimo deu testemunho a Sociedade, na volta do espinhoso encargo.

Todos os nossos conterraneos sabem como sua finissima educação fazia trazer, nos gestos e nos labios, um sorriso de bonhomia, uma alegria communicativa, como uma lição de amabilidade sempre bem aceita e nunca levada a mal.

Com o desapparecimento desse bello espirito perdeu a sociedade alagoana o typo da austeridade nos costumes, alliada á verve delicada de um conversador finissimo ; e as amizades solidas que formou, sempre tiveram o amigo até o sacrificio.

Foi esse o homem que se finou hontem ; o vacuo que ao redor de nós se abriu não deixa meio de preenchel-o senão com a saudade e o culto á sua memoria ; é tamanho que nos faz esquecer que estamos presos ao dever de jornalistas para volver toda nossa attenção a esse outro dever penoso de chorar o amigo que perdemos.

No luto que nos cobre ha somente a amisade que não esqueçe nem alem tumulo; na magua que nos compunge vai o que de mais intimo pode espargir em lagrimas a dôr pela perda que nunca mais recuperaremos.

Dobremos a pagina da vida que se extinguiu ; plantemos o marco no caminho onde o amigo tombou e, sobre o seu tumulo, deixemos cahir a saudade que nunca mais abandonará o coração que o amou durante uma vida inteira nem o esquecerá nunca, até o momento de, por nossa vez, seguir ao além, incognoscivel para onde todos marchamos fatalmente.

Paz á sua alma, resignação aos que ficam.

—

Extraordinarias, excepcionaes, porem, muito justas, foram as homenagens prestadas á memoria do morto de hontem.

Desde que foi conhecido o fatal acontecimento, occorrido ás 12 e 32, a residencia do inexquecivel conterraneo, começou a affluir compacta multidão de amigos e admiradores, demonstrando o mais profundo pezar por essa perda irreparavel.

Representantes de todas as classes sociaes, irmanados no mesmo sentimento de pezar e dôr, prestaram as mais excelsas homenagens ao extincto até que o seu corpo repousasse no campo santo.

A's primeiras horas da manhã de hontem, depois da ceremonia religiosa da encommendação do corpo, feita pelo illustre conego Valente, vigario da Sé, foi o mesmo conduzido á mão para a estação Central da Great Western, acompanhado por extraordinaria concurrencia de personalidades de maior destaque no nosso meio social.

Representante do sr. governador do Estado, secretario da fazenda, membros de diversas instituições scientificas e literarias, da magistratura, do Congresso federal e estadual, do clero ; amigos e admiradores do grande morto, acompanharam até o ultimo jazigo aquelle que jamais será esquecido.

Na modesta capella da Usina Páo Amarello, onde jazem os despojos da sua idolatrada esposa e de seus extremosos paes, foram tambem descançar os restos mortaes do inolvidavel alagoano.

Chegado que foi o cortejo funebre a essa mansão de paz, foram celebradas missas de corpo presente, pelos respectivos sacerdotes conego Antonio Tobias da Costa, representando o Cura da Sé conego Antonio Valente, e padre Amando de Gusmão, capellão da usina «Brasileiro», terminadas as quaes foi entoado solennemente o «libera-me».

Prosternados ainda todos os crentes, ao terminarem essas commoventes cerimonias, captivaram a attenção da assistencia as orações empolgantes, justas, leaes, sinceras e verdadeiras de conceitos, respeito á vida exemplar de Costa Leite, pronunciadas pelos nossos eminentes patricios dr. Luiz de Mascarenhas, em nome do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, dr. Guedes de Miranda, por parte da Academia de Letras e dr. Zacharias de Azevedo, pela Classe Medica.

Orações estas, que damos a seguir :

Profundamente commovido, com a voz sentida e tremula soou no templo, junto ao caixão, a palavra : «Senhores!»

Era o dr. Luiz de Mascarenhas que iniciava o seu discurso, trazendo ao morto o ultimo adeus por parte da corporação que elle maior devotamento tributara.

Proseguiu o orador : (*)

—

Foi o seguinte, em resumo, o discurso do dr. Guedes de Miranda :

«Costa Leite—Junto á cova que se escancara, para arrebatar-te, envolvendo-te na noite polar da morte, eu venho trazer-te o ultimo adeus que te mandam os companheiros da Academia.

Dolorosa missão a minha.

Quando se diz adeus, sempre se têm os olhos rasos de pranto, e a voz estrangulada na garganta ; e quando o adeus é para sempre, a alguem que parte para não mais voltar, despedaça-se-nos o coração dentro da arca do peito.

Conheci Costa Leite na familiaridade carinhosa do Instituto. Foi ahi onde me embeveci na contemplação da paysagem serena de su'alma de artista.

Foi ahi onde comecei a acreditar na fama de seus talentos, lendo os relatorios que apresentava na qualidade de secretario perpetuo.

Esses trabalhos eram escriptos com uma conscisão lapidaria que lembra Alexandre Herculano, com uma pureza classica que recorda frei Luiz de Sôuza.

Costa Leite foi um espirito lyrico, apaixonado e cheio de fé.

De uma feita, em sua residencia, os amigos festejavam-lhe o natalicio. Estimulado por Miguel Palmeira e Arestides Calheiros, brindei-o. Costa Leite não respondeu. Fiz outro brinde, provocando-o. Emocionado, faz o elogio da bohemia, deslumbrando os convivas com o panegyrico do violão.

Quando a esposa lhe morreu nos braços, como uma canção de amor, que expira. como uma flor que se estiola, fechou o coração a outro amor, viuvo inconsolavel de sua paixão, e se dedicou á doce affeição dos filhos que lhe ameigaram a viuvez.

Ninguem, mais do que elle, amava a terra querida de Alagoas.

Um dia, encontrei-o no Grande Ponto com um chapéo de ouricury na cabeça.

Interpellado sobre a extravagancia, respondeu-me serio :

—Não sou janota, uso a industria da minha terra.

Costa Leite teve sempre um nobre desdem pela politica.

O seu lidimo talento e as suas qualidades de romano, não o alcandoraram ao fastigio das posições.

Era, porem, um convicto de que estas não honravam mais a ninguem. Para a escalada dos pinaculos não era mister a aza poderosa da aguia.

O caramujo tambem attingia ás cuspides, arrastando-se paciente pelas encostas.

Grandes foram as excellencias do seu coração de facultativo. Ninguem consolava as alheias desgraças e os anonymos padecimentos com maior dedicação e bonhomia, diluindo-se como uma emoção na alma soffredora dos humildes.

Dorme, Costa Leite.

O teu somno será tranquillo, porque o teu espirito nunca se agitou no precipitado das ambições, nem se requeimou no lume vivo do odio, mas reflorio, luarisando-se de uma bondade infinita.

Dorme, poeta.»

(*) O discurso vai publicado linhas atraz.

Falou, por fim, o Dr. Zacharias de Azevedo.

A oração do dr. Zacharias de Azevedo, foi uma recapitulação tocante da vida de sacerdocio do morto chorado, no desempenho da sua profissão de devotado clinico, enxugando as lagrimas dos desalentados, levando risos onde imperava a tristeza, proporcionando o conforto onde campeiava a fome.

Esquecido das ambições e do amanhã, elle distribuia a caridade a todos que della necessitavam e que buscavam o seu amparo, com fervor sublime de um apostolado.

Não conhecia o odio, morrendo sem deixar um só desaffecto. E por isso ali estava em nome de toda a classe medica para, dando-lhe o ultimo adeus, depositar na sua campa uma farta messe de saudades !...

As ultimas palavras do dr. Zacharias de Azevedo desceu ao jazigo adrede preparado o corpo do eminente morto ; eram 11 horas.

Não foram essas somente as homenagens prestadas ao saudoso alagoano.

As que o Governo do Estado, o Congresso, as Associações scientificas e literarias lhe dispensaram já são conhecidas.

Resta-nos as riquissimas corôas, que foram depositadas em seu ataúde e que não foram em maior numero, porquanto sua familia e os seus intimos amigos sabiam do desejo, que, a cada momento, manifestava o extincto de que adornassem seus despojos com flores, muitas flores, mas todas ellas naturaes, viçosas, nada de artificios—o que repugnava ao seu espirito franco, rigorosamente verdadeiro e sincero.

Não foi no entretanto possivel que sua familia impedisse essa fórma exterior das homenagens prestadas a Luiz Joaquim da Costa Leite.

Tanto assim que notamos riquissimas coroas de amigos e enorme profusão de flores naturaes em «bouquets», palmas, rosas desfolhadas e dispersas, tantas que seu corpo ficou completamente coberto de rosas, o seu caixão no tumulo por flores escondido e o seu jazigo, de, pois da inhumação, todo um viçoso rosal sendo assim plenamente satisfeito o ansiado desejo do grande cidadão que se finou.

ACOMPANHAMENTO

«Dentre os muitos cavalheiros que acompanharam o corpo á Capella da Uzina Páo Amarello, podemos colher os nomes dos seguintes :

Teneute Manoel Silva, ajudante de ordens do Governador ; dr. Castro Azevedo, Secretario da Fazenda; dr. Zacharias Azevedo, dr. João Eulalio, dr. José Carneiro, dr. Alfredo Rego, dr. Ignacio Calmon, dr. Manoel Brandão, dr. Manoel Oiticica, dr. Alvaro Oiticica, dr. Julio Auto, dr Guedes de Miranda, dr. Guedes Lins, dr. Oiticica Filho, dr. Izidro F. Vasconcellos, dr. José Leão, dr. Tertuliano da Silva, dr. João Firmino, pharmaceutico Alexandre Reis, dr. Aldrico Goulart, coronel Octaviano Lima, coronel Antonio Silva Carvalho, coronel Arsenio Fortes, coronel Luiz Calheiros, dr. Alfredo Oiticica, desembargador Benjamin Pereira do Carmo, dr. José Pedro Carneiro da Cunha, coronel Francisco Joviniano, Casemiro Affonso da Silva, por si e pelo dr. Porto Junior, coronel Joventino Cravo, José F. Lins, mecanico Leonardo Oiticica, engenheiro Horminio Costa, Izaac V. Peixoto, engenheiro Gusmão Leão, Simplicio Cardoso, dr. Quintella Cavalcante, José Lyra, Pedro da Silva Lima, José de Carvalho, prof. J. F. Roschild, dr. João Lopes Vieira, Arthur de Araujo Mello, João Soares Palmeira, por si e pela familia Palmeira ; coronel Julio Calheiros, José Gomes Moreira, coronel João Gualberto Pereira do Carmo, estudante Antonio Teixeira de Aguiar Junior, por seu pae dr. Antonio Aguiar ; dr. Armando Silva, dr. Raul do Prado.

COROAS

Junto ao tumulo tivemos ensejo de ler os dizeres seguintes das coroas de «biscuit» offerecidas :

«Ao seu dedicado Secretario perpetuo o Instituto Archeologico.»

«Saudades dos seus companheiros da Academia de Letras».

«Ao bom amigo e collega Costa Leite, saudades de João Carlos e familia.»

«Ao querido amigo, ultima lembrança de Maninho, Elzie e Dulciza.»

«Ao grande amigo, homenagem da familia Leão.»

«Ao seu bom amigo Costa Leite, homenagem da familia Zagallo »

«Ao velho Costa Leite, saudade e gratidão de Alfredo Oiticica e familia.»

FLORES

«No percurso da viagem, ao passar o trem especial com o corpo por Utinga foi entregue por parte da Familia Leão um grande cesto com lindas flores naturaes.

Em Rio Largo foram tambem offerecidas muitas flores naturaes pelo coronel Julio Calheiros, Presidente do Conselho Municipal de Santa Luzia do Norte e na estação de Cachoeira enviou profusas flores naturaes o Dr. Armando Silva e sua Exma. Familia, o mesmo succedendo em Lourenço de Albuquerque, em tal quantidade que nos não foi possivel tomar o nome dos offertantes.»

Dr. Zacharias Azevedo de Araujo

Os sentimentos que ditam estas linhas ultrapassam a simples expressão de um dever protocollar.

Ha no fundo destas palavras alguma cousa mais do que a significação imperiosa dos nossos preceitos estatuarios: esta homenagem põe á mostra a alma toda do Instituto, presa de amarissimas saudades diante do tumulo de um dos mais dignos dos seus consocios.

Bem cedo golpeou a esta instituição o rudissimo traspasse, porque poucos annos fazia que no douto cenaculo tivera ingresso o morto illustre, mercê do mais alto triumpho verbal.

Guardamos ainda os que assistimos a essa festividade—e foi a mais culta sociedade maceioense — a memoria desses instantes inapagaveis, de fina arte e suaves emoções, em que a palavra do recipiendario, maleavel e soberba, empolgava o selecto auditorio, a um tempo maravilhado e sorpreso. Era que, excessivamente modesto, Zacharias Azevedo guardava até então, com uma avaresa

verdadeiramente semitica, as opulencias do seu espirito de escól.

Sem jamais fazer alarde dos seus meritos reaes, antes furtando-os a quem lh'os inqueria, não lhe era dado, entretanto, evitar que tivessem o mais decidido apreço no meio social onde exercera a sua actividade.

Mestre, deu á mocidade de sua terra, a mancheias, os cabedaes do seu saber, que era de superior quilate.

Medico, fez da sua maior profissão um verdadeiro sacerdocio, curando noite e dia da saude de quantos lhe batiam á porta, ricos ou pobres.

Eis porque a sua morte foi de todos sentida e chorada, tanto quanto a dos maiores filhos desta terra. A consciencia popular sagrou-o com os mais justos titulos de benemerencta.

E, com fazel-o, lhe não prestou favores, que antes os havia elle com sacrificios conquistado...

O Dr. Zacharias Azevedo de Araujo nasceu nesta cidade a 5 de Março de 1885, sendo seus paes o Coronel Pedro Bezerra de Araujo Guedes e D. Thereza Azevedo de Araujo. Fez seus estudos primarios sob os cuidados de suas primas D. D. Anna Prado e Marianna Montenegro, no educandario de que eram directoras.

Já então se lhe revelavam superiores dotes intellectuaes, para enlevo de sua extremosa mãe, que a morte, quando ainda na infancia, lhe roubara seu honrado genitor.

Sempre estudioso, no anceio de illustrar mais e mais seu vivido espirito, cursou os estudos secundarios sob os auspicios dos professores Manoel Gomes de Almeida Leite e Adriano Jorge, tendo prestado seus exames finaes em Dezembro de 1899.

Em Fevereiro de 1900 iniciou o curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia, onde em Dezembro de 1905 obteve o grau de doutor mediante a these *Edema agudo do pulmão*, defendida brilhantemente em 13 de Dezembro do mesmo anno.

Regressando á sua terra, pouco aqui se demorou, rumando ao Pará e ao Amazonas, onde se entregou á clinica, revelando-se logo como um profissional dos mais distinctos e acatados.

No primeiro Estado foi escolhido para missão de destaque no serviço de hygiene publica.

Não foi longa essa ausencia; a nostalgia o invadira, fazendo que voltasse ás Alagoas em 1909, donde não mais se afastou.

Em 6 de Setembro de 1910 casou-se com a exma. d. Armenia Coelho de Azevedo, filha legitima do conceituado commerciante da nossa praça Coronel Antonio Bento da Silva Coelho e de sua digna consorte D. Maria Coelho. Do seu consorcio apenas sobrevive uma interessante filhinha, Maria Berthilde, que fôra todo o seu enlevo.

Era lente de inglez do Lyceu Alagoano e chefe de clinica medica da Santa Casa de Misericordia, e um dos membros mais proeminentes da Associação Medica de Alagoas.

Occupava no Instituto Archeologico a cadeira do fallecido consocio Dr. Gomes Calaça.

Nesta instituição foi recebido mediante elogio do antecessor da sua cadeira, em sessão solemne de 13 de Maio de 1921, proferindo então magnifico discurso.

O fallecimento do Dr. Zacharias Azevedo occorreu de surpresa em 9 de Outubro de 1923, em S. Paulo, para onde fazia pouco seguira, acompanhado de sua esposa e filhinha, em viagem de recreio, quiçá de repouso para o illustre clinico.

O cadaver embalsamado chegou aqui pelo «Itaquatiá» na manhã de 24 daquelle mês, sendo conduzido para o salão nobre do Instituto Archeologico, convertido em camara ardente

Velavam o cadaver commissões do Instituto e da classe medica, emquanto

toda a cidade em romaria alli accorria, a levar seu ultimo adeus ao querido morto.

Era geral a consternação. Todos os jornaes desta Capital estamparam o retrato do Dr. Zacharias e em sentidos necrologios realçaram sua magnifica personalidade.

Durante o dia hastearam a bandeira nacional em funeral o Instituto Archeologico, o Lyceu Alagoano e a Escola Modelo. O Hospital de S. Vicente e Azylo de Mendicidade conservaram a meio pau a bandeira da Cruz Vermelha.

A' tarde effectuou-se o enterramento em jazigo perpetuo, sendo o feretro puxado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e seus Secretarios, por uma commissão do Instituto e outra da Classe Medica, trajando casaca. Antes, porem, o nosso consocio e companheiro de redacção Dr. Orlando Araujo, em nome da «Casa das Alagoas», da tribuna do seu salão nobre transformado em Camara ardente, disse o adeus de despedida ao grande companheiro.

Publicamos adiante a alludida peça oratoria. O itinerario foi feito a pé, tamanha era a concorrencia. No cemiterio oraram o Dr. Egas Duarte em nome da Santa Casa, o Dr. Ezequyas Rocha pelo corpo medico, Mendonça Braga pela mocidade estudantesca, João Palmeira pela Academia dos Dez Unidos, e Luiz Carvalho Costa pela Escola Santa Joanna d'Arc.

As ceremonias religiosas constaram do Libera, celebrado no Instituto pelo venerando Arcebispo cercado do clero da capital, e da absolvição final dada pelo revdm. Cura da Sé.

O Exmo. Governador do Estado e seus Secretarios, Intendente da Capital e outras autoridades assistiram ás ceremonias.

O Instituto Archeologico, valendo-se da opportunidade, presta, modestamente embora, esta homenagem ao espirito eleito de Zacharias Azevedo, cuja ausencia lamenta atravez das suas immorredouras saudades.

Foi este o

DISCURSO

DO DR. ORLANDO ARAUJO, EM NOME DO INSTITUTO, ANTES DE SAHIR O CADAVER PARA O CAMPO SANTO:

Que hora! Que momento de extase, de excruciação!

Embora flammeje o sol, cante nos crystaes das alegrias a graça em festa de toda a natureza, a alma fria mergulha nas trevas do infortunio.

E não ha belleza de harmonia que não teça a trama violacea de um epicedio.

E' a eterna sentença do soffrimento a pezar sobre os homens, ainda que se seja Christo antes de arrebentar a lage de sepulchro.

Ha de haver menos de três annos, que entre justas expansões de gratos sentires, num ambiente de jubilo e de afortunada emoção, aqui ingressára um novo companheiro de excellencias raras.

E fora eu, senhores, quem se proclamando feliz, muito feliz, e apanhando ás portas deste templo de sciencia o pó das suas sandalias para amostra da sua rutila jornada. quem lhe déra as saudações de bôas vindas, por mandamento do Instituto.

Disse eu então: Avé Pallas! O mensageiro da vossa casa sagrada acaba de transpor em paz o limiar dos nossos veneraveis muramentos.

E findei assim a saudação: Passastes o limiar deste templo com a galhardia dos peoneiros de brilhante jornada —Sêde bem vindo

Salvé novo operario do nosso porvir!

Possuisse eu o dom prophetico de rasgar o destino e teria com o poeta ajuntado:

Jubilo intenso que hoje em mim borbulha!
Chama fugace! Rapida fagulha!

Que o Senhor não conceda nunca esse dom a humanidade, porque seria

retorcel-a numa eterna desventura, embora cada desventurado podesse ter comsigo a infinita ternura de uma Antigona da tragedia de Sophocles.

Mal sabia que o agror da minha sorte me reservava a desgraça de dar a elle, ai de mim! o adeus da nossa despedida, quando transpuzesse de sahida e para sempre, o limiar dos nossos muramentos.

Que dizer agora?! Seria melhor deixar que a magoa na sua reticencia de lagrimas, fizesse a synthese maravilhosa da sua expressão.

E si é verdade que os humanos de excepção têm o seu eterno somno de olhos e ouvidos abertos, o nosso querido Zacharias, está a ver e ouvir como a sua separação doeu nalma da cidade inteira.

A dor não tem scintillações, senão quando reponta na lagrima—Ave-Maria de minguado lenitivo ás sobras da amargura.

E é singela a palavra de dolente despedida, á cabeça do grande morto, que tardamudeio pelo Instituto Archeologico de Alagoas, nos transportes da sua consternação, no lanceamento da sua saudade—neblina dalma que o Rei da luz não desfaz.

O acontecimento fatal que te arrebatou, meu querido Zacharias, nos surtos da sua brutalidade, para logo trouxe a toda gente desta terra o agudo senso da certeza da perda.

No mundo social se fez, como eu vi, como eu ouvi, como eu senti, um ambiente de desolação, de enternecidos queixumes de tristeza, de intima perduração.

E' que Alagoas perde com Zacharias de Azevedo, um dos expoentes da sua nobreza moral e da sua mentalidade.

E o senso da realidade sequente ao desordenamento do espirito, ha como apropositada ao eminente companheiro a phrase de Henrique III, ao deante do cadaver de Duque de Guize: morto pareces maior do que vivo.

E' que vivo, emquanto te deleitavas na satisfação de fazer o bem, como homem de sciencia e largo coração, tudo envidavas para manter titulos tão brilhantes sob a custodia de primores da tua modestia, o que se pode chamar ao mesmo tempo de delicadeza e fortaleza moral, que é tambem profundo respeito e amor aos preceitos traçados pelo Sublime Pregador do evangelho, é tambem disciplina—«virtude superior do homem livre».

E se não pode bem medir a tua grandeza; se como sacerdote da sciencia, se como amigo, se como pae, filho ou esposo, porque foste sobre todos estes aspectos, um perdulario de sacrificios, um perdulario de lealdade e desinteresse, um perdulario de extremoso affecto e de carinho eucharistico.

O padre Antonio Vieira, numa das suas rajadas geniaes, disse que a natureza produz maiores quilates de formosura em baixo, que em cima da terra.

As flores, formosura breve, criam-se na superficie; as pedras preciosas, formosura permanente, no centro.

E remata: enterrou-se a flor para se congelar diamante, desfez-se em cinzas para se formar em estrellas.

Flor ou cinza, o brilho da estrella ou do diamante, trabalhado na mysteriosa officina da natureza, ha de ser o enamorado do fulgor que deixaste na terra, oh! grande morto!

E da terra partiste para a eterna paz da divina misericordia-estancia luminosa dos justos que tiveram sempre o coração «aberto ao riso em flor dos sentimentos puros».

Partiste para Deus, porque até Elle te ha de levar a uncção apostolar com que exerceste o teu sublime ministerio.

E partiste quando a aguada benta do teu affecto era tão necessaria ao broto florido do teu amor; quando o coração gemeo do teu, palpitante de alacridade, por ver-te em busca de novas energias para a sublime conquista de

novos triumphos, tinha a alma nos longos da estrada, onde haviam ambos de chegar como um rumor de festa, cada um cobrindo a neve do outro de uma primavera encantada de felizes recordações ; quando precisavas de beijar a velhice da tua mãe para encher-lhe o coração de mocidade—a doce alegria do seu viver. Que tempo ha de resguardar essas almas da nostalgia de uma preciosa ventura de hontem, evanescente hoje ao rigor do destino de dobradas agruras, que arranca dos labios o riso para deixar no coração o crivo do desespero.

Ainda hoje os jovens citharedos de Samos, de onde em onde, repetem sublimes estrophes—escrinio das suas tradições—para que seja sempre virídente a florida palma de gratidão glorificativa do seu maior bardo.

E não é de mais, que pelos tempos adiante, e de quando em quando, para exemplo e lembrança de gratidão permanentes, avivemos o lume da ardua e rutila jornada do grande morto que, sendo humano, se santificava pela bondade.

Vae passar ao diante de vós o corpo de um dos maiores filhos desta formosa terra das lindas lagoas que elle adorava.

Inclinae-vos cheios dessa contricção magnifica com que se roga a Deus pelo eterno descanso dos que foram exemplo de como se póde manter o rythmo das virtudes.

Eu tambem me inclino reverente, tendo Deus dentro d'alma e uma prece a cahir dos labios, para beijar a memoria de Zacharias, na hora de fel em que lhe dou o adeus de despedida do Instituto.

Adeus, querido companheiro !

Adeus, querido Zacharias ! Adeus !

«Dr. Zacharias Azevedo de Araujo.—O campo santo acaba de recolher o corpo inanimado do eminente alagoano, Dr. Zacharias Azevedo de Araujo, ao som plangencioso dos sinos que, ao certo, acompanharão as nenias saudosas de amor e as sublimes evocações dos crentes na hora melancholica em que o poente amortalha as ultimas scintillações do sol.

As estrias de luz clarearão as solemnidades ultimas que a Familia, a Classe Medica, o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano e os amigos do inolvidavel e estimadissimo extincto lhe prestam, como tributo de veneração e sandade, porque Elle fôra um dos mais formosos elementos de Alagoas moral e intellectual.

Para grande ventura desta terra nasceu o querido facultativo, no dia 5 de Março de 1885, do ditoso casal — Pedro Bezerra de Araujo Guedes e Thereza Azevedo de Araujo—, cursando os estudos primarios no pequeno educandario criteriosamente dirigido pelas suas primas, D. D. Anna Prado e Marianna Montenegro, e dando, desde tenra idade, as mais fulgidas provas de sua intelligencia, dedicação ao estudo e exemplarissima conducta.

Não teve, porem, Alagoas a continuação dessa grande felicidade — a de vêr, até a quadra em que as illusões bruxoleam e os cabellos se polvilham de brancura infinda, a figura attrahente e communicativa d'aquelle que lhe honrara a tradição e o nome.

E assim padecera o torrão natal do Dr. Zacharias Azevedo de Araujo, vendo penumbrar-se para todo o sempre o seu querido filho, o humanitario cidadão, o espirito de elite, o medico caridoso e o amigo devotadissimo e prestimoso, no dia 9 de outubro corrente, por entre flammas de dor e prolongados gemidos de saudades infinitas.

Apezar de não ter conhecido o seu pae, cujo nome o inesquecivel morto proferia sempre com ternura, veneração e grande saudade, seguiu Elle, destemeroso e vivaz, a trajectoria que o destino lhe traçára, mercê da corajosa acção social de sua dilecta Mãe, D. Thereza Azevedo de Araujo, um bello exemplo de heroismo e de extremoso affetcto.

Frequentou, com assiduidade notavel e brilhante gosto, os cursos secundarios dos professores Manoel Gomes de Albuquerque Leite e Adriano Jorge, que sempre lhe consagraram especial estima.

Os seus exames foram feitos no Lyceu Alagoano e concluidos em Dezembro de 1899.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em Fevereiro de 1900, obtendo o gráo respectivo em Dezembro de 1905, com a apresentação da these — EDEMA AGUDO DO PULMÃO — a qual fôra pelo joven medico defendida brilhantemente no dia 13 de Dezembro do referido anno de 1905.

N'uma pagina de bemditosa e feliz recordação, o distincto esculapio escrevera, emocionadamente, dedicando a these : —«A' memoria immarcescida e abençoada de meu Pae o puritano da castidade e da honra do lar onde aprendi, na evangelica bondade de minha Mãe, a manter o culto vivo de sua saudade. Lembrança extremosa do Zacharias.»

Viera da Faculdade de Medicina, cheio de ardorosa fé e com um scintillante tirocinio academico, trabalhar, luctar, vencer e morrer, quando ainda explendiam as suas illusões.

Nós Estados do Pará e do Amazonas exerceu a clinica, revelando supremo amor pefa ardua e afanosa profissão adoptada.

No primeiro dos Estados referidos o talentoso medico occupou logar de merecido destaque no departamento da hygiene publica, a que, como sempre procedia, dedicara o melhor dos seus applicados estudos.

Regressando para a terra ditosa no anno de 1909, fôra acolhido fidalgamente, sendo a sua intelligencia aproveitada para os misteres do professorado.

Era lente de Inglês do Lycêo Alagoano e Chefe de Clinica Medica da Santa Casa de Misericordia.

Exercia o desditoso patricio, com brilhantismo raro, a clinica, sendo consideravel o numero de pessôas de todas as classes que o procuravam, com afinco e confiança.

Uma das mais notaveis modalidades de caracter de Dr. Zacharias de Azevedo era a proverbial e extremosissima dedicação com que tratava os doentes entregues aos seus desvelos e criterio scientificos.

Não deixava nunca de attender ricos e pobres, comtanto que a sciencia fosse rigorosa e proveitosamente applicada.

Era de uma bondade profunda e de intuitos superiores.

Pertencia á associação medica organisada nesta cidade e ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

Nessa ultima aggremiação occupava a cadeira do fallecido consocio, engenheiro Gomes Calaça, cujo panegyrico biographico traçara com mestria na sessão solemnissima de 13 de Maio de 1921, em que fôra recepcionado, fazendo-lhe o discurso de saudação o Dr. Orlando Valeriano de Araujo, um dos seus melhores e mais dedicados amigos, e que é o mesmo escolhido para o ADEUS de eterna despedida.

E' profundissima a magoa de Alagoas, sendo illimitada a que alanceia o coração meigo da exemplarissima e heroica genitora e cruciante e desalentadora a daquella que, desde o dia 6 de Setembro de 1910, lhe ennobrecera o lar e lhe honrára a vida.

Era casada, pois, com a exma. d. Armenia Coelho de Azevedo, filha legitima do honrado commerciante desta praça, coronel Antonio Bento da Silva Coelho e de sua digna consorte, D. Maria Coelho.

Para grande amparo na dôr e conforto do enervado coração, deixou o idolatrado patricio á sua joven esposa uma interessante e adoravel filhinha, Maria Berthilde.

Desappareceu materialmente o illustrado Dr. Zacharias Azedo de Araujo;

mas os seus feitos nobilissimos ficaram gravados no coração de Alagoas estremecida.

O Instituto Archeologico e a Classe Medica prestam. conjunctamente com a digna familia do dilecto alagoano justas homenagens funebres, que ficarão indelevelmente na alma alanceada da mocidade fulgurante desta Terra.»

(D'*A Noite*).

«Dr. Zacharias de Azevedo.—Difficil torna-se-nos dar uma noticia perfeita das grandes demonstrações de pezar que a cidade inteira prestou ao Dr. Zacharias de Azevedo, tão cêdo roubado á vida, quando mais necessaria ella se tornava, não só a sua desolada familia, como tambem á Patria estremecida.

Desde as primeiras horas da manhã, quando se effectuou o desemharque do corpo do inesquecivel extincto se notava grande consternação em todos os presenfes, dôr profunda.

Na ponte de desembarque encontravam-se todas as autoridades civis, militares e ecclesiasticas, merecendo destaque o exmo. dr. Fernandes Lima, governador do Estado, juntamente com os seus secretarios e assistente militar, dr Ernandi Basto, intendente da capital, Tenente Marinho dos Santos, pelo 20° Batalhão de Caçadores, commandante Vieira Lima, pela Escola de Aprendizes Marinheiros, uma commissão medica, jornalistas, estudantes, commerciantes, amigos do extincto e grande numero de populares.

Seguiu o corpo para o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, onde no salão de honra, transformado em camara ardente, o reverendissimo conego Antonio Valente, celebrou, ás 9 horas, missa de corpo presente que teve uma grande comparencia.

As grinaldas depositadas no rico caixão eram em numero de 53 e tinham as seguintes inscripções :

Ao filho querido, immorredouras saudades de sua desolada mãe Thereza Azevedo Araujo.

Ao nosso idolatrado Zeca, eterna saudade de seus sogros, Antonio Bento e Marocas.

Ao seu querido companheiro, Dr. Zacharias Azevedo, expressão dc grande saudade do Instituto Archeologico Alagoano.

A Zacharias de Azevedo, ultimo adeus de seus collegas de Alagoas

Saudades infindas da Directoria da Previdencia Alagoana, ao companheiro de hontem, amigo de sempre, Dr. Zacharias de Azevedo.

Homenagem de Eduardo Tobler e familia.

Ao Zacharias, homenagem de Arthur Machado e senhora.

Ao mestre querido que viverá na nossa saudade, lembrança affectuosa da mocidade estudiosa.

Dr. Zacharias de Azevedo, saudade eterna de Olympio Costa e familia.

Dr. Zacharias de Azevedo, nesta dolorosa homenagem patenteamos o nosso reconhecimento e a nossa saudade — Amerino e Annita.

Ao Zeca, immorredouras saudades. Luiza Souza e seus filhos.

Ao bom e muito querido irmão Zeca, as lagrimas eternas de Nanette e Arthur,

Ao primo Zacharias, tributo de grande saudade do Guedes Lins e Sinhá.

Ao seu grande amigo Zacharias, homenagem de muitas saudades de Orlando Araujo e familia.

Ao Dr. Zacharias de Azevedo, saudoso tributo tributo de reconhecimento dos Paes e Irmãos de Nadir Falcão Lima.

Ao querido primo e amigo Dr. Zacharias de Azevedo, eternas saudades de João e Mariazinha Coelho.

Ao prezado irmão Dr. Zacharias de Azevedo, tributo de homenagem da Santa Casa de Misericordia de Maceió.

Ao adorado primo e bonissimo amigo Zeca, eternas saudades do Juca, Aurea, Hirbermanu e Nazareth.

Ao bom amigo e compadre Zacharias de Azevedo, saudades de João Carlos, Méa e da afilhada Eudocia.

Ao Dr. Zacharias de Azevedo, gratidão e amisade de Jonas Montenegro e familia.

Ao querido chefe e amigo, Dr. Zacharias de Azevedo, saudades dos empregados da Santa Casa de Misericordia de Maceió.—Anna Pessoa, Suzana Lucena, Amalia de Paula, Anna Bomfim, Ernesta Prazeres, Senhorinha Gomes, Georgina Feitosa, Isaura da Conceição, Manoel Antonio e Cesario Thompson.

Ao Dr. Zacharias de Azevedo, recordação eterna dos collegas do Lyceu.

Ao querido padrinho Zacharias, preito de reconhecimento e eterna saudade do Cardovan.

Ao amigo Zacharias, lembrança de Maria e Affonso Zonotti.

Ao dedicado amigo Zeca, infinita gratidão e pungente saudade de Alvaro e Zarele.

Ao bom compadre Zacharias, saudade de Evangelina e Filhos.

Ao prezado amigo Zacharias, eternas recordações de Pacheco Ramalho e familia.

Ao Titio Zéca, muito querido, saudosas caricias do Luiz, Maria, Thereza e Angelica.

Ao prezado Zéca, eternas saudades de Augusta Brasileiro.

Ao saudoso amigo Zacharias, tributo de estima e gratidão de Barbosa Junior e Mocinha.

Deus : acolhei o Zacharias, e lenitivae a nossa dor—Manoel Rodrigues O. Lima e familia.

Ao nosso inesquecivel Priminho e parente, Dr. Zacharias, eternas saudades de Antonio Ignacio da Costa e familia

Ao bom collega e amigo Zacharias, amizade e gratidão de Armando, Adelaide, Raphael e Maria Candida.

Ao amigo Dr. Zacharias de Azevedo, homenagem de Euclides Malta

Ao Dr. Zacharias de Azevedo, gratidão da familia Costa Leite.

Ao Dr. Zacharias, saudade do Polito e familia.

Homenagem de gratidão dos empregados da familia Leão ao seu distincto medico Dr. Zacharias de Azevedo,

Uma grande saudade da familia Claudinho.

Dr. Zacharias de Azevedo, homenagem da familia Oiticica.

Dr. Zacharias, recordação e saudade da familia Leão.

Ao amigo e collega Zacharias, saudades de Arthur Lopes.

Immorredouras saudades de Valente e Olga.

Ao inesquecivel compadre e amigo Zacharias, saudades infindas de Ahia e Sampaio Marques.

Ao Zacharias, eternas lagrimas de seus compadres Justino, Anna e familia,

Ao Zeca, saudades de Firmino, Zézé e Dandy,

Que o papae Zéca abençôe sempre a Berthilde.

Ao Zeca, o esposo adorado, ultimo beijo da tua Armenia.

Ao Zeca, eterna saudade dos cunhados Carlomano e Georges.

Ao Zeca, intensas saudades de Gabriel e Lucilla.

Ao prezado amigo Dr. Zacharias de Azevedo, saudades de Alvaro Octacilio e familia.

Ao bom amigo Dr. Zacharias Azevedo—saudades sinceras de Waldemar Lima e familia.

Uma artistica e grande grinalda de flores naturaes — lembrança de Yayá e Loló Leão.

Uma grinalda de flores naturaes,— lembrança de Alexandre Reis, Ignacio Calmon e Francisco Freire Ribeiro.

Pelas 15 horas, mais ou menos, o exmo. d. Santinho Coutinho, nosso prezado arcebispo, acolytado por diversos sacerdotes, fez a solemne encommendação do cadaver, acompanhado pela *escola cantorum* do Seminario

Seguiu-se o adeus do Instituto ao seu saudoso consocio, feito pelo Dr. Orlando Araujo, que produziu uma tocante oração, arrancando lagrimas dos que lá estavam.

O feretro, que era conduzido num auto-caminhão, transformado em coche funebre, teve um enorme acompanhamento, talvez nunca visto em nossa capital, tendo pegado nas fitas de velludo pendentes do esquife, o exmo. dr. governador do Estado, uma commissão do Instituto, composta dos drs. Leite e Oiticica, Orlando Araujo, Democrito Gracindo, Guedes Lins, Herminio Barroca, Luiz Mascarenhas e Bernardino Ribeiro ; o corpo medico representado pelos drs. Egas Duarte e Sampaio Costa, que trajavam casaca.

Nas ruas por onde passava o cortejo funebre choravam mulheres, homens e creanças, especialmente no Hospital de S. Vicente, onde presenciámos um lugente espectaculo, pois soluçavam todos os empregados e internados n'aquella casa.

Abriu o cortejo o conego Valente, cura da Sé.

Nas solemnidades que, no cemiterio, foram prestadas ao Dr. Zacharias de Azevedo, o exmo. rvmo. d. Santino Coutinho fez-se representar pelo conego Luiz Barbosa.

A musica da Policia acompanhou-o executando marchas funebres.

No Cemiterio Publico, que se achava completamente cheio, antes de descer o corpo ao jazigo perpetuo, discursaram os drs. Egas Duarte e Ezechias Rocha, respectivamente pelo Hospital de S. Vicente e a classe medica de Alagoas

Falou, em seguida, o nosso companheiro João Palmeira, em nome da Academia dos «Dez Unidos».

Seguiu-se com a palavra o intelligente e esperançoso intellectual Mendonça Braga, que em nome dos seus collegas, estudantes de humanidade, pronunciou o commovente discurso que transcrevemos abaixo :

«Mestre !

Escuta a voz da mocidade, desta mocidade a que tanto amaste e que hoje deposita no teu cadaver lagrimas immorredouras, que são as perolas do rosario da saudade.

Dolorosa, altamente dolorosa, é esta árdua missão que os meus collegas, por um acto impensado, collocaram-me aos hombros, o que eu pelo compromisso assumido, estou desempenhando embora pallidamente.

Dizer-te o ultimo adeus, esta palavra lugente que os labios balbuciam e e que só o coração sabe traduzir.

Preferia conservar-me calado e chorar com a massa anonyma do povo a tua morte, a tua perda irreparavel.

Porém elles não quizeram assim e depois da palavra electrisante dos oradores que aqui se ouvir fizeram, a minha sem elegancia, sem as bellezas que ornam como por encantamento a lingua portuguêsa, vai ser ouvida nesta tarde, que pode ser chamada a tarde do luto e da tristeza.

Não quero fazer um estudo circumstanciado em torno da tua personalidade,

porque o que foste neste mundo de desenganos e dissabores, todos nós o sabemos.

Eu quero simplesmente dizer da grande magua, da magua profunda, que alanceia a alma da mocidade.

A noticia do teu brusco passamento soou aos nossos ouvidos como um dobre de sinos que se vai perder, lacrimosamente, ao longo nas nossas florestas esmeraldinas.

E nos sentimos, então, como um barco sem leme, em pleno mar revolto da desventura, proejando por entre os cachopos da dor e os syrtes da infelicidade.

E' que eras summamente querido no seio dos teus discipulos, pelo teu trato fino e cavalheiresco e pelas luzes da tua intelligencia apollinea, que accendia em nossas almas extranhos fulgôres, como os raios coruscantes do sol transformam mysteriosamente em diamantes as pequeninas gottas de orvalho que a madrugada derrama pelos caminhos.

Como foi tragica, Mestre, como foi tragica a viagem que fizeste ao sul do paiz !...

Quando nós, os humildes estudantes de preparatorios aguardavamos a tua chegada triumphal, antes do inicio dos exames, eis que a mão traiçoeira da morte corta a tua vida em flor, e a unica consolação que nos resta é que o teu corpo vai dormir o somno da grande noite sem alvorada, nas terras das Alagoas, desta Alagoas que te serviu de berço, que te embalou os primeiros ideaes e onde recebeste os doces beijos da tua velha e inconsolavel mãe.

Alagoas, nestes ultimos tempos tem soffrido golpes cruentos.

Não ha muitos dias, ella se cobriu de luto com o desapparecimento de Costa Leite—o espirito pulchro e a alma caritativa.

E foi a tua voz entrecortada de soluços, e foram as tuas palavras cheias de emoção, que lhe deram a despedida da illustre classe medica de Alagoas da qual fazias parte como estrella de primeira grandesa.

E agora, quando ainda não estava bem cicatrisada a ferida profunda que nos causara o passamento daquella alma de eleito, o telegrapho, talvez gemendo de horror, tras-nos a noticia pungente de que em S. Paulo havias fechado tambem os olhos ás illuminares da vida.

Para que dizer, aqui, que os nossos olhos choraram ?

Não. A tristeza já é tal que a propropria natureza na sua linguagem muda, parece-nos contar que soffre tambem.

Vamos, é preciso que surja em cada um de nós uma fonte de consolação ; elle morreu, é bem certo ; porem o exemplo da sua sabedoria, do seu criterio, da sua intelligencia, ficará como um lenitivo a dor que nos causou.

Vamos collegas, vamos irmãos pelo sentir, e nas horas adversas, não nos esqueçamos de evocar o nome aureolado de Zacharias Azevedo,que elle dar-nos-á a fé que consola e a esperança que salva.

Agora, Mestre, ouve lá do ceu onde estás a oração da tristeza que os estudantes de Alagoas te mandam pela minha bocca.

Nós não te esqueceremos jamais, e pedimos ajoelhados ante o teu corpo, que vai ser entregue á acção destruidora da terra, para derramares sobre nós um pouco da tua intelligencia, e eu posso affirmar-te que hás de viver em nossos corações, emquanto a saudade existir no mundo.

Adeus, Mestre ! Adeus !»

O *Diario da Manhan* estampando o retrato do saudoso conterraneo Dr. Zacharias de Azevedo, renova á sua honrada familia a expressão verdadeira do seu profundo pezar.»

(Do *Diario da Manhan*).

ACTAS

Nota Declaratoria do dia 22 de Junho de 1909

Presidencia do Sr. José Avelino Silva

Aos 22 dias do mez de Junho do anno de 1909, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Snrs. Costa Leite, 1º Secretario Perpetuo ; Joaquim Loureiro, 2º Secretario ; José Avelino, e Eloy Brandão, assumio a cadeira de Presidente o consocio José Avelino da Silva, socio mais antigo, na falta do Presidente e seus substitutos. Não havendo numero legal, deixou de haver sessão, ficando marcada a seguinte reunião para o dia 6 de Julho. —Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2º Secretario, lavrei a presente nota declaratoria.

Approvada em sessão de 20 de Julho de 1909.

Nota Declaratoria da reunião de 6 de Julho de 1909

Presidencia do consocio José Avelino da Silva

Aos 6 dias do mez de Julho de 1909, pelas 7 horas da noite, no salão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Srs. Costa Leite, Joaquim Loureiro, Josè Avelino, Eloy Brandão e Luiz Marcarenhas, assumiu a Presidencia, na qualidade de socio mais antigo, o Sr. José Avelino da Silva, e não havendo numero legal para funccionar, deixou de haver sessão, ficando marcada a seguinte reunião para o dia 20 do corrente, á hora e no logar do costume. Para constar lavrei a presente nota declaratoria, eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2º Secretario.

Approvada em sessão de 20 de Julho de 1909.

Acta da 8ª sessão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

Presidencia do Sr. Antonio de Gouveia

Aos 20 dias do mez de Julho do anno de 1909, pelas 7 horas da noite, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Srs. Antonio de Gouveia, Costa Leite, Joaquim Loureiro, Virgilio Antonino, Julio Auto e Luiz Mascarenhas, havendo numero legal, abre-se a sessão. Pelo Sr. 1º Secretario foram lidas a acta da sessão de 8 de Junho e as notas declaratorias de 22 do mesmo mez e de 6 do corrente, que foram approvadas sem observação.

Em seguida deu conta do seguinte expediente :

Um cartão do consocio Sr. Joaquim da Silva Costa, acompanhando diversas offertas ao Instituto.

Offertas — Pelo Sr. Joaquim da Silva Costa, socio deste Instituto, um par de urnas, artisticamente lavradas, que serviram na primeira loja maçonica fundada neste Estado : um exemplar da obra «Exposição», por Paes Barreto, um outro do poema «Colombo», pelo Barão de Santo Angelo, Manoel de Araujo, Porto Alegre ; um exemplar da — «Regiões Amazonas», pelo Barão de Marajó e um Atlas da Costa do Brazil, obra de Vital de Oliveira. Pelas respectivas redacções : um exemplar do Boletim do Museu Goeldi, n. 2—1908, Boletim da Propriedade Industrial, n. 12, anno 2, Prefeitura do Districto Federal, noticia do desenvolvimento da industria fabril e sua situação economica, obra publicada para a Exposição Nacional de 1908 ; «A Lavoura», n. 19, Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, anno 12 ; Boletim Commercial do Rio de Janeiro e os jornaes e periodicos ; Lumen, Gutemberg, Tribuna, Correio de Maceió e Jornal de Alagoas, desta capital ; Jornal do Brasil e Imprensa da Capital Federal e Jornal do Recife, do Estado de Pernambuco. Terminada a leitura, o Sr. Presidente declarou que as offertas são recebidas com especial agrado. Passa-se á primeira parte da ordem do dia : Indicações, requerimentos e propostas.

O Sr. Joaquim Ignacio Loureiro, 2.

Secretario, propõe para socio correspondente o Sr. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, pernambucano, auctor do Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco. Na fórma dos estatutos foi a proposta á commissão composta dos Srs. Julio Auto, Virgilio Antonino, e Luiz Mascarenhas. Foi lida uma representação do consocio José Avelino, lembrando a renovação da intervenção do Instituto diante do Governo Federal para não serem sacrificadas aos interesses da industria as bellezas naturaes da Cachoeira Paulo Affonso. Resolveu o Instituto adiar o assumpto; pois que nada havia de positivo, constando apenas ter sido a Cachoeira visitada por uma commissão scientifica estrangeira, de cujos trabalhos não tem ainda conhecimento o Instituto. Pelo Sr. Dr. 1' Secretario foram lidas tres propostas do consocio Sr. Dr. Francisco Isidoro, que por incommodo de saude não poude comparecer, segundo participou; as quaes deixou de apresentar na sessão anterior por não ter havido numero legal; 1ª—Que seja nomeada uma commissão de tres membros do Instituto para proseguir no trabalho do notavel alagoano Dr. Olympio Eusebio de Arroxellas Galvão — «Memorial Alagoano»— Reminiscencia Historica e Chronologica de Alagoas, trabalho lido e approvado em sessão de 25 de Julho de 1882, e que só attinge a 1875, tendo fallecido o seu auctor em 1882, devendo a commissão dividir entre os seus membros as epocas a descrever. 2' — Que seja nomeada commissão especial para estudar e indicar o melhor meio pratico de reorganizar o importante trabalho legado pelo benemerito alagoano Dr. Thomaz do Bomfim Espindola, «Geographia Alagoana», corregindo os enganos que melhor se possa encontrar e fazendo as alterações devidas aos acontecimentos politicos e administrativos desde 1871. 3' — Que se lavre na acta um voto do mais profundo pezar pelo prematuro fallecimento do Sr. Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, Presidente da Republica e que a resolução do Instituto seja transmittida á familia do illustre finado. Discutidas as propostas foram approvadas, reservando-se a nomeação das commissões para a sessão seguinte. Pelo Dr. 1' Secretario foi proposto que se lançasse na acta um voto do mais profundo pezar pelo passamento do General de Brigada Honorario Commendador José Rodrigues Leite Pitanga, que prestou ao Estado os mais relevantes serviços nas epocas as mais difficeis, sendo Commandante em chefe das forças revolucionarias de 1844 contra o governo da Provincia.

Por proposta do Dr. Virgilio Antonino, foi approvado que, além do voto de pezar, dirigisse o Instituto uma mensagem á illustre familia do finado, a ultima reliquia da geração de patriotas que pelo seu altruismo nos deixou tão bellas lições de civismo. Pelo Sr. Presidente foi o mesmo Sr. Dr. Virgilio, encarregado de redigir a mensagem. que será submettida á approvação do Instituto na sessão seguinte.

Na segunda parte da ordem do dia foi lido o parecer da commissão assignado pelos Srs. Virgilio Antonino e Julio Auto no sentido de ser approvada a proposta do Dr. Alfredo de Maia, para socio do Instituto. Posta a votos, foi approvada, sendo pelo Sr. Presidente, proclamado socio effectivo o Sr. Dr. Alfredo de Maia, alagoano, advogado e residente nesta cidade, a quem se fará a devida communicação.

Passando-se á 3ª parte da ordem do dia, o Sr. Dr. Virgilio Antonino, leu dois documentos do governo colonial, pedindo e sendo approvado, que sejam elles publicados na «Revista do Instituto». Em seguida o Sr. Dr. Costa Leite, leu uma memoria sobre astronomia, sendo resolvido, que seja ella publicada. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, ficando a seguinte reunião para o dia tres de Agosto. Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2º Secretario, lavrei a presente acta.

Approvada em sessão de de Agosto de 1909.

Acta da sessão ordinaria do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em 7 de Setembro de 1909

Presidencia effectiva do Sr. Dr. Diegues Junior

Aos 7 dias do mez de Setembro de 1909, ás 7 horas da noite. no salão de Honra do Instituto, presentes os Srs. Diegues Junior, Costa Leite, Joaquim Loureiro, A. de Gouveia, Alvaro Rego, Conego Machado, Padre Eloy Brandão, José Avelino, Socrates Cabral, Luiz Mascarenhas e Julio Auto, havendo numero legal, foi aberta a sessão. O Sr. Dr. 1º Secretario Perpetuo lê a acta da sessão de 20 de julho e as notas declaratorias de 3 e 17 de Agosto ultimos, sendo approvadas as suas redacções. O mesmo Sr. Secretario dá conta do seguinte expediente: Circular do Director de Estatistica, agradecendo ao Instituto a attenção com que acolheu o pedido da Directoria, enviando as informações solicitadas e pedindo outras. Circular da Sociedade Fraternidade e Instrucção dos Caixeiros do Pilar, communicando a posse da Directoria que tem de dirigir os negocios sociaes no anno administrativo de 1909 e 1910.

OFFERTAS—Pelas respectivas direcções, um exemplar da Revista do Instituto Archeologico Pernambucano, contendo em um volume os numeros 71 a 74, publicação do anno de 1908; um exemplar do Boletim da officina internacional das Republicas Americanas, relativo ao mez de Junho de 1908; um exemplar da Revista da Associação Commercial do Maranhão, n. 1, 2ª anno; um Boletim da Propriedade Industrial, n. 2, 3º anno; um da Lavoura, boletim da S. Nacional de Agricultura, n. 12; um de La Hacienda, revista de interesses industriaes e e agricolas, publicada em portuguez, em Bufalo, Estados Unidos, n. 10, volume 6; dous exemplares do Boletim do corpo de engenheiros de Minas, no Perú, ns. 68, 69. Pelo consocio Luiz Lavenere, uma photographia das casas demolidas na praça dos Martyrios para a construcção do Palacete Municipal, no corrente anno. Pelo consocio Sr. Moreno Brandão, um exemplar da sua obra — «Historia de Alagoas». Pelo Sr. Dr. Governador do Estado, um exemplar do album do Estado do Rio de Janeiro. Pelo consocio Dr. A. de Gouveia, 3 photographias do Lazareto Francez e uma da lancha Oswaldo Cruz, empregada no serviço de saude publica no porto desta cidade. Pelas respectivas redacções, os jornaes—«Gutemberg», «Tribuna» «Jornal de Alagoas», «Correio de Maceió», «Lumen» e Perseverança, desta cidade; «A Imprensa» e «Jornal do Brasil», da Capital Federal; «Correio do Recife», da cidade deste nome. O Sr. Presidente declara receber o Instituto essas offertas com a maxima satisfação.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente declara acharem-se na ante-sala os Srs. Dr. Arthur Muniz, orador do Instituto Archeologico e Geographico Pernambuco, presentemente nesta cidade, em viagem de recreio, e o novo consocio Sr. Dr. Alfredo de Maia, eleito em sessão de 20 de Julho do corrente anno. Pelo que nomeara uma commissão composta dos Srs. A. de Gouveia, Socrates Cabral, Alfredo Rego, Luiz de Mascarenhas e Julio Auto, para dar ingresso ao illustre visitante e ao novo consocio. Acompanhados ao recinto, observadas as formalidades dos costume, foi o novo consocio convidado a occupar a sua cadeira, sendo reservado ao visitante Sr. Dr. Arthur Muniz. uma cadeira á direita do 1º Secretario. Em seguida leu o Sr. Presidente uma saudação ao illustre representante do Instituto Pernambucano, que tão relevantes serviços tem prestado á historia patria, pedindo, guardasse o original como lembrança de sua visita ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. O illustre visitante agradeceu emocionado ás manifestações de agrado de que era alvo, declarando guardar com todo carinho o original da saudação que foi dirigida. Esse documento achava-se assignado em nome do Instituto pelos Srs. Presidente, 1º e 2º Secretarios.

Em seguida teve a palavra o novo consocio, Sr. Dr. Alfredo de Maia, que em

eloquente discurso manifestou o seu reconhecimento por sua eleição para membro deste Instituto, promettendo todo o concurso de sua actividade para cooperar na obra patriotica para que foi elle instituido. Respondeu ao novo consocio em nome do Instituto, o consocio Sr. Dr. Luiz de Mascarenhas, a convite do do Sr. Presidente, por não ter podido comparecer á sessão o orador em exercicio Sr. Dr. Virgilio Antonino. Tem ainda a palavra o Sr. Dr. Arthur Muniz, que dissertou sobre a importancia do estudo da historia, especialmente a historia patria, e encarecendo os serviços prestados pelos diversos Institutos, mostrou que todos concorrem para registrar os factos da historia patria. Ao terminarem os discursos foram saudados os oradores pelos membros do Instituto e applaudidos pelos espectadores que occupavam as galerias. O Sr. Presidente, em extremo reconhecido pela presença de tantos cavalheiros da mais elevada posição social, de muitas familias e pessoas gradas, declarou-se ainda penhorado aos illustres consocios que se dignaram comparecer á presente sessão, notavel pela data e pela visita de um dos mais distinctos membros do Instituto Pernambucano. Declarou em seguida, que na actual sessão não se trataria dos demais assumptos que deviam constituir a ordem do dia, ficando esta para a sessão seguinte. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão; e para constar, eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2º Secretario, lavro a presente acta.

Approvada em sessão de 21 de Setembro de 1909.

Acta da 10 sessão ordinaria do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em 21 de Setembro de 1909

Presidencia effectiva do Dr. Diegues Junior

Aos 21 dias do mez de Setembro do anno de 1909, nesta cidade de Maceió, no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Srs. Diegues Junior, Costa Leite, Joaquim Loureiro, Virgilio Antonino, Antonio de Gouveia e Eloy Brandão, havendo numero legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão. O Sr. Dr. Costa Leite, 1º Secretario Perpetuo, declara não haver expediente.

OFFERTAS—Pelo Sr. Engenheiro Civil Antonio Joaquim de Souza Carneiro, lente cathedratico de Mineralogia systematica, Geologia e Paleontologia, na Escola Polytechnica da Bahia, um exemplar de seu trabalho—«Riquezas Mineraes do Estado da Bahia», apresentado ao Instituto Polytechnico da Bahia—1908. Pela respectiva direcção, a «Revista da Associação Commercial do Maranhão», anno 2º, ns. 1 e 2. Por suas redacções os seguintes jornaes—«Gutemberg», «Tribuna», «Jornal de Alagoas», «Correio de Maceió», desta cidade e a «Imprensa» e «Jornal do Brasil», da Capital Federal, bem como «La Hacienda», revista Americana de interesses agricolas, publicada em portuguez, em Bufalo. O Sr. Presidente declara recebidas com especial agrado as referidas offertas. Passa-se á 1ª parte da ordem do dia. — Requerimentos, indicações e propostas. Pelos Srs. Diegues Junior e Costa Leite, foram propostos: Para socio honorario deste Instituto, o Sr. Dr. João Baptista Rigueira Costa, Presidente do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, e para socio correspondente o Sr. Dr. Arthur Muniz, orador daquelle Instituto. As propostas foram a uma commissão especial composta dos Srs. Dr. Virgilio Antonino, Dr. Antonio de Gouveia e Padre Eloy Brandão, sendo relator o 1º. Pelo Sr. Dr. Virgilio Antonino, na qualidade de orador, foi declarado que a commissão encarregada de assistir as exequias e apresentar as condolencias do Instituto á illustre familia do finado consocio Dr. Joaquim Pontes de Miranda, fallecido em 30 de Julho do corrente. desempenhou-se do mandato que lhe foi confiado pelo Sr. Presidente em exercicio, não só comparecendo ás exequias que tiveram logar na Igreja dos Martyrios, no 7º dia, bem como apresentado as condolencias do Instituto á veneranda viuva do illustre consocio, D. Fernandina Pontes de

Miranda, a seus filhos Drs. Francisco Pontes, nosso consocio, Manoel Pontes e agrimensor Luiz Pontes de Miranda, que se achavam nesta cidade, deixando de apresentar os pezames ao Dr. Raymundo Pontes de Miranda, que se achava na Capital Federal. O Sr. Dr. Antonio de Gouveia, 1° Vice-Presidente, declarou que, estando em exercicio por occasião do fallecimento do consocio Dr. Joaquim Pontes de Miranda, compareceu aos funeraes, apresentou as condolencias á familia do illustre finado, sendo representado o Instituto por muitos de seus membros.

Depois, não tendo havido numero para a sessão seguinte, em que o Instituto tomaria conhecimento do passamento do distincto consocio, nomeou uma commissão composta dos Srs. Dr Virgilio Antonino, na qualidade de orador, Dr. Socrates Cabral e Dr. Julio Auto, afim de representarem o mesmo Instituto nas exequias de 7° dia ; e esta commissão desempenhou-se do seu encargo, conforme acaba de participar o consocio Dr. Virgilio Antonino. Concluindo, requer o mesmo Sr. 1° Vice-Presidente, que se lançasse na acta da sessão de hoje um voto de profundo pezar pelo passamento de tão venerando alagoano e tão illustre membro deste Instituto.

A proposta foi approvada unanimemente. O Sr. Dr. Diegues Junior, Presidente effectivo, declarou que na sessão anterior o Instituto não tomou conhecimento de tão lamentavel perda em razão de ser a sessão distinada á recepção do consocio Dr. Alfredo de Maia, e a visita do Dr. Arthur Muniz, orador do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, ficando consignado na acta da referida sessão, que não se trataria de outro assumpto que não fosse a recepção e visita mencionadas. Passa-se a segunda parte da ordem do dia : *pareceres da commissão.* Não havendo parecer por não ter comparecido o relator da commissão nomeada na sesssão de 20 de Julho para dar parecer sobre a proposta do Snr. Dr. Sebastião Galvão, auctor do Diccionario Corographico Pernambucano, para socio correspondente do Instituto. passa-se a — 3ª parte—Leitura de munuscriptos, memoriaes, documentos e trabalhos historicos.

Tem a palavra o Snr. 1° Secretario, Dr. Costa Leite, que leu uma interessantissima memoria sobre geologia, trazendo ao conhecimento do Instituto as theorias mais adiantadas, nesse genero de sciencia. O orador foi cumprimentado pelos consocios presentes, sendo resolvido, que o seu trabalho faça parte da colleção do Instituto para ser publicado. Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão, sendo marcada a seguinte reunião para o dia 5 de Outubro. Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2.° Secretario, lavrei a presente acta.

Approvada em sessão de 5 de Outubro de 1909

Acta da 11.ª sessão ordinaria do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano em 5 de de Outubro de 1909

Presidencia effectiva do Snr. Dr. Diegues Junior

Aos 5 dias do mez de Outubro do anno de 1909 nesta cidade de Maceió, ás 7 horas da noite no salão de honra do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Snrs. Diegues Junior, Costa Leite, Joaquim Loureiro, Antonio de Gouveia, Almeida Guimarães, Virgilio Antonino, Alvaro Rego, Francisco Izidoro, Eloy Brandão e Alfredo Maia, havendo numero legal, é declarada aberta a sessão. O Snr. 1. Secretario Dr. Costa Leite, lê a acta da sessão anterior, que é approvada, e dá conta do seguinte espediente : Circular do Redactor do Boletim.—Carta de Congressistas, conferida a este Instituto pelo 1. Congresso de Geographia do Rio de Janeiro.

OFFERTAS—Pela respectiva direcção , um exemplar da *La Hacienda,* revista de interesses agricolas publicada em Bufalo, Estados Unidos do Norte. Pelo Snr. pharmaceutico Joaquim Pinto da Motta Lima, residente em Viçosa, um exemplar de suas conferencias—«A Mulher»—«A Agua»—«A Luz». Pelo intendente de Viçosa, neste Estado, o Snr.

Cel. Sebastião Ramos de Vasconcellos, oito exemplares da leis fixando a receita e despeza do Municipio de 1885 a 1899 e de 1901 a 1904. Pelos Snrs. Barão Homem de Mello, Dr. Francisco Homem de Mello e F. Briguiet & Companhia, auctores e editores do «Atlas do Brasil,» um exemplar da mencionada obra.—Pelas respectivas redacções os jornaes—Gutemberg, Tribuna, Jornal de Alagoas, Perseverança e Lumem, desta cidade, Cruzeiro, de Penedo, Correio do Recife, da cidade deste nome, Jornal do Brasil e Imprensa, da Capital Federal.—Passa-se a segunda parte da ordem do dia : Requerimentos, indicações e propostas :— Pelos Snrs. Conego Machado, professor Loureiro e Dr. Costa Leite, foi proposto para socio correspondente do Instituto o Snr. padre Durval Goes, vigario da cidade de Viçoza.—Na forma dos estatutos foi a proposta a uma commissão especial composta dos Snrs. José Avelino, Alvaro Rego e Virgilio Antonino, sendo relator o Dr. Alvaro Rego.—Passa-se a 2.ª parte da ordem do dia : Pareceres de commissões. Não havendo assumpto a tratar passa-se a 3.ª parte :

Leitura de manuscriptos, memorias, documentos e trabalhos.— E como não houvesse materia para discussão levanta-se a sessão, ficando marcada a seguinte para o dia 9 de Novembro, em que se deve proceder a eleição da nova directoria e das respectivas commissões.— Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2., secretario, lavrei a presente acta.

Approvada em sessão de 9 de Novembro de 1909.

Acta da sessão de Assemblea Geral em 16 de Novembro de 1909, para eleição da directoria e commissões que hão de servir em 1910

Presidencia do Snr. Dr. Diegues Junior

Aos 16 dias do mez de Novembro do anno de 1909, no salão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás 7 horas da noite, presentes os Snrs. Diegues Junior, Costa Leite, Joaquim Loureiro, Almeida Guimarães, Virgilio Antonino, Francisco Pontes, Leite Pindahyba, João Machado, Eloy Brandão, Luiz de Mascarenhas, Alvaro Rego, Francisco Isidoro, Luiz Lavenere e José Avelino, havendo numero legal para ter logar a assembléa geral por ser esta reunião a segunda convocada para a eleição da meza administrativa e commissões permanentes que hão de servir de dous de Dezembro do corrente anno a egual data do anno de 1910, o Snr. presidente declarou aberta a sessão de Assembléa Geral. Feita a leitura da nota declaratoria da reunião anterior, foi esta approvada. Não houve expediente. Annunciada a eleição, foram recolhidas á urna 14 cedulas, contendo os nomes dos membros da Directoria e feita a apuração deu o seguinte resultado : *Para Presidente* : Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior 13 votos, Dr. Antonio Francisco Leite Pindahyba, 1 voto, para *1º. Vice-Presidente* : Dr. Antonio Francisco de Gouveia, 12 votos, conego João Machado do de Mello, 1 voto ; coronel Americo de Almeida Guimarães , 1 voto, para *2.º Vice-Presidente*-coronel Americo de Almeida Guimarães, 10 votos ; Dr. Antonio Francisco Leite Pindabyba, 1 voto, conego João Machado de Mello, 1 voto , professor Joaquim Ignacio Loureiro, 1 voto, Dr. Autonio Francisco de Gouveia, 1 voto, para *2.º Secretario* : Dr. Alvaro Rego, 6 votos, padre Eloy Brandão, 4 votos, professor Joaquim Ignacio Loureiro, 3 votos, Dr. Virgilio Antonio de Carvalho, 1 voto, Dr. Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, 1 voto, para *Orador* : Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues, 11 votos, Dr. Virgilio Antonio de Carvalho, 3 votos; para *vice-orador* : Dr. Virgilio Antonio de Carvalho, 9 votos, Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues, 2 votos, Dr. Alfredo de Maia, 1 voto; para *Thesoureiro* : Dr. Francisco Pontes de Miranda, 12 votos, conego João Machado de Mello, 1 voto, coronel Americo de Almeida Guimarães, 1 voto. para *supplente do secretario* : padre Eloy Brandão,7 votos, José Avelino da Silva, 6 votos, Dr. Luiz de Mascarenhas, 5 votos, Dr. Julio Auto Cruz Oliveira, 4 votos, Dr. Alvaro da Silva Rego, 3 votos, Dr. Joaquim Goulart de Andrade, 2 votos, professor Luiz Lavenere, 2

votos. Pelo que foram declarados eleitos: *Presidente*—Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior, (reeleito); *1' Vice-Presidente*—Dr. Antonio Francisco de Gouveia, (reeleito); *2' Vice-Presidente*—Coronel Americo de Almeida Guimarães (reeleito); *2' Secretario*—Dr. Alvaro da Silva Rego; *Orador*—Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues Junior (reeleito); *Vice-Orador*—Dr. Virgilio Antonino de Carvalho, (reeleito); *Thesoureiro* — Dr. Francisco Pontes de Miranda (reeleito): *Supplentes dos Secretarios*—Padre Eloy Brandão e José Avelino da Silva, além de outros menos votados. Em seguida passou-se á eleição das commissões permanentes, cujo resultado foi o seguinte: 1ª Commissão — *Finanças*: Professor Joaquim Ignacio Loureiro, José Avelino da Silva. Dr. Alfredo de Araujo Rego. 2ª Commissão — *Estatutos, Redacção da Revista, Revisão de Livros e Jornaes, de Manuscriptos, Autographos e Documentos*: Dr. Francisco Leite Pindahyba, Conego João Machado de Mello, Dr. Alfredo de Maya e Dr. Luiz de Mascarenhas. 3ª Commissão — *Geographia, Historia, Ethnographia, Estatistica, Scenographia, Topographia, Geodesia, Paleontologia, Historia Natural e Lingua dos Indigenas*: Francisco Izidoro Rodrigues da Costa, Professor Joaquim Ignacio Loureiro e Luiz Lavenere. 4ª Commissão *Philatelia Numismatica, Ceramica, Inscripções Nacionaes ou Indigenas, Objectos de uso e costumes dos Indigenas, Objectos que tenham pertencido a homens notaveis*: Dezembargador Esperidião Tenorio de Albuquerque, Dr. Socrates de Moraes Cabral e Dr. Rosalvo Alexandrino de Caldas Ribeiro. 5ª Commissão — *Mappas, Cartas Geographicas, Plantas, Retratos, Biographias de Homens Celebres e Manuscriptos Historicos*: Dr. Joaquim Goulart de Andrade, Engenheiro Francisco José Gomes Calaça e Joaquim da Silva Costa. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, ficando marcada a seguinte reunião para o dia dois de Dezembro, em que será empossada a nova Directoria.—Eu, Joaquim Ignacio Loureiro, 2º Secretario, lavrei a presente acta. Approvada em sessão de 2 de Dezembro de 1909.

Acta da sessão solemne de posse da nova Directoria, em 2 de Dezembro de 1909

Presidencia da Dr. Diegues Junior

Aos dois de Dezembro de mil novecentos e nove, no salão nobre do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, ás oito horas da noite, sob a presidencia do Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior, estando presentes os socios Professor Joaquim Ignacio Loureiro, Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite, Dr. Antonio Francisco Leite Pindahyba, Dr. Francisco Izidoro, Dr. Virgilio Antonino de Carvalho. Dr. Alfredo de Araujo Rego, José Avelino da Silva, Dr. Francisco Pontes de Miranda, Dr. Alvaro da Silva Rego, Conego João Machado, Dr. Julio Auto, Dr. Luiz de Mascarenhas, Dr. Alfredo de Maya, Padre Eloy Brandão e com a distincta presença dos Exmos. Srs. Dr. Euclides Vieira Malta, Governador do Estado e D. Antonio Brandão, Bispo Diocesano e mais a assistencia de pessoas gradas, foi aberta a sessão.

O Sr. Presidente inicia a solemnidade, lendo substancioso discurso, em que expandiu, alêm de noticias da vida annual do Instituto, uma extensa dissertação acerca dos acontecimentos historicos, geographicos, scientificos e archeologicos universaes. Teve logar logo após a posse da nova Directoria eleita para o anno de mil novecentos e dez, indo occupar a cadeira de 2º Secretario, para a qual fôra eleito, o Dr. Alvaro Rego, em substituição ao professor Joaquim Ignacio Loureiro. O Dr. Luiz da Costa Leite, Secretario Perpetuo, fez em elevado estylo extensa exposição de todos acontecimentos que se passaram durante o decorrer do anno no Instituto. Terminou por uma brilhante peroração em que significava o valor real da continuidade harmoniosa entre o homem do gabinete e o operario, os quaes conjunctamente concorrem com as suas energias nas investigações e trabalho para manter o rythmo funccional da vida social. Terminou a solemnidade da sessão uma enthusiastica saudação erguida pelo Bacharel Virgilio Antonino de Carvalho

que tambem relata as principaes descobertas scientificas do anno, por uma evocação em homenagem de respeito e agradecimento pelo seu apreço ás Instituições scientificas do Brasil á memoria de sua Magestade, o Senhor D. Pedro de Alcantara. Assim, não havendo nada a tratar, foi encerrada a sessão.

Approvada em sessão de 22 de Março de 1910.

Acta da sessão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em 24 de Maio de 1910

Presidencia effectiva do Dr. Diegues Junior

Aos 24 de Maio de 1910, na séde do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, realizou-se a sessão ordinaria deste anno, sob a presidencia do Sr. Dr. Manoel B. P. Diegues Junior. O Sr. Presidente, ás 7 1|2 da noite, declarou aberta a sessão, tendo-se verificado o comparecimento dos socios effectivos—Dr. Costa Leite, Dr. Antonio de Gouveia, Dr. Virgilio Antonino, Padre Eloy Brandão, Professor Joaquim I. Loureiro, Conego João Machado, Dr. Alfredo Rego, José Avelino da Silva e o socio correspondente Professor Moreno Brandão. Dignaram-se tambem de comparecer, por convite feito na imprensa pela Directoria, diversos cavalheiros do nosso meio intellectual e litterario, entre os quaes o Dr. Democrito Gracindo, Intendente da Capital, Dr. Altredo Oiticica, Deputado Estadual, representantes da imprensa, etc.

O Sr. Secretario perpetuo leu o expediente que constou de officios e offertas recebidos pelo Instituto, de diversas revistas e jornaes do paiz e estrangeiro.

Deixou de ser lida a acta da sessão passada por não ter sido organizada pelo Secretario que se acha ausente, Dr. Alvaro Rego. Lido o expediente, veio a mesa uma proposta assignada pelo Padre Eloy Brandão, em que apresentava para socios do Instituto o Dr. Democrito Gracindo e o Dr. Anisio Jubim. O Sr. Presidente mandou tal proposta á respectiva commissão. Logo após foi concedida a palavra ao consocio Moreno Brandão que procedeu a leitura de seu trabalho sobre Historia de Alagoas, abordando assumptos—Guerra Hollandeza e Republica dos Palmares. No primeiro dos capitulos lidos se occupou o orador da ultima phase da guerra Hollandeza, descrevendo circumstanciadamente o ataque feito ao forte—Mauricio, em Penedo, pelos luzos e Brasileiros colligados ; no segundo historiou por miudo a celebre rebellião e acontamento de negros, conhecidos na historia pelo nome de «Palmares». O conferencista vê na Republica dos Palmares prodromos do espirito de liberdade innato no coração do homem ; descreve em linguagem fluente e por vezes poetica,as aldeas e mansardas dos quilombolas, a legislação, ainda que grosseira e rudimentar dos negros fugidos ; o seu rapto de mulheres, os seus meios de defeza, os fracassos de varias expedições que se organisaram para extinguir taes reductos e emfim a sua extincção. Por ultimo disse que consta de documentos ulteriormente achados que o chefe da «Republica Palmarina» não se suicidou, como é versão geral, atirando-se de um despenhadeiro, mas, sim que elle foi atraiçoado por um dos seus co-refugiados e entregue ao chefe das tropas legaes, o qual mandou decapital-o, recebendo, por isso, do governo da metropole, o premio de 50$000. Terminando o consocio a leitura de seu trabalho, o Sr. Presidente exalçou o merito daquelles que, como o professor Moreno Brandão, dedicam paciente labor e intelligencia, a pesquizar factos da nossa historia ; dirigindo-se depois a todos os presentes, socios e não socios, falou sobre a conveniencia de se estudar afim de esclarecel-os, factos da historia de Alagoas, inda, infelizmente, mal envolvidos na densa penumbra de lendas e de narrativas improvadas e, por vezes, inveridicas ; o Sr. Presidente concitou a esse nobre empenho o patriotismo dos Alagoanos, declarando que o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, recebe, com aprazimento especial, qualquer communicação ou memoria que lhe seja trazida tocante á historia e critica historica de Alagoas ; por fim agradeceu, em nome do Instituto, o

comparecimento dos cavalheiros presentes e deu por encerrada a sessão, annunciando a seguinte para o dia 7 de Junho. Do que, para constar, eu, Padre Eloy Brandão, Secretario Adjuncto, lavrei a presente acta.—Padre Eloy Brandão, Secretario Adjuncto.

Approvada em sessão de 7 de Junho de 1910.

Acta da sessão ordinaria de 7 de Junho de 1910

Presidencia do Professor Joaquim Loureiro

Aos 7 de Junho de 1910, na sala das sessões, procedeu-se a terceira sessão quinzenal desta Associação. Compareceram os socios Dr. Leite e Oiticica, Costa Leite, Virgilio Antonino, Alfredo Brandão, Padre Eloy Brandão, Professor Loureiro, José Avelino e Professor Moreno Brandão e algumas outras pessoas gradas alheias ao Instituto. Por não ter comparecido o Dr. Diegues Junior, assumio a Presidencia o Professor Loureiro, socio mais antigo dos presentes. Foi lida a acta e approvada sem debates. O Sr. Secretario Perpetuo,leu o expediente. Depois o Sr. Presidente tomou a palavra e salientou a presença em sessão do antigo e illustrado consocio Dr. Francisco de P. Leite e Oiticica, que não só durante o tempo de sua residencia neste Estado como depois, na Capital Federal,prestou os mais relevantes serviços. Em seguida o Dr. Leite e Oiticica, falou, e, agradecendo as palavras de consideração que lhe dirigia o Instituto representado pelo seu Presidente ; disse que realmente o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano occupou sempre logar distincto no seu pensamento, mas não se dava por aposentado na missão de lhe prestar serviços, e, embora distante da terra do seu berço, continuaria a trabalhar em prol de tão util quão proveitosa Instituição. Terminando o Dr, Leite e Oiticica, o Sr. Presidente deu a palavra ao consocio Moreno Brandão, para continuar a leitura de seu trabalho sobre Historia de Alagoas. Leu o conferencista dois capitulos —Revolução Praieira e os Irmãos Moraes. Em linguagem fluente e concisa o historiador patenteou no 1º dos capitulos lidos—Irmãos Moraes—um conhecimento perfeito do até aqui ainda mal estudado ponto de nossa Historia—Irmãos Moraes. No 2º—Revolução Praeira elle estudou a repercussão em Alagoas desse levante da então Provincia de Pernambuco, em 1848, acompanhando o seu trabalho de documentos historicos e enriquecendo-o de episodios interessantes Terminando, o Sr. Presidente tem para o confrade palavras de animação, louvando o empenho em que está de nos dar uma Historia de Alagoas completa, e, ao mesmo tempo expurgada de lendas inverosimeis. O Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de pessoas albeias ao Instituto e annunciou que a proxima sessão se realizará em 21 de junho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. —Padre Eloy Brandão, Secretario Adjuncto.

Approvadada em sessão de 21 de Junho de 1910.

Acta da 5ª sessão ordinaria do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em 21 de Junho de 1910

Presidencia do Sr. Dr. Diegues Junior

Aos 21 de junho de 1910, ás 7 horas da noite, na respectiva séde social, reuniu-se o Instituto Archeologico e Geographico de Alagoas. Verificando-se numero legal de socios, foi aberta a sessão pelo Presidente Dr. Diegues Junior,

Compareceram ás chamadas os confrades : Dr. Costa Leite, Dr. Virgilio Antonino, Padre Eloy, Conego Machado, Professor Loureiro, Dr. Gouveia e Professor Moreno Brandão ; foi lida a acta e approvada sem debates. O expediente registrou além de varias offertas, jornaes e revistas, um officio do confrade Conego Machado. offerecendo ao Instituto a cruz peitoral do fallecido Bispo de

Olinda, D. Manoel de Medeiros, exhumada com os restos mortaes desse pranteado Antistite de seu jazigo na capella mór da Cathedral, ultimamente aberto para receber os despojos do 1º Bispo de Alagoas, Sr. D. Antonio Brandão. O Instituto recebeu com especial carinho essa offerta preciosa que veio acommodada em pequena vitrine adredemente adquirida para tal fim. Entrando-se na 2ª parte da ordem do dia, pediu a palavra o Dr. Costa Leite, que justificou um parecer no sentido de o Instituto se dirigir ao Sr. Ministro da Fazenda pedindo-lhe permissão para que possa fazer no Archivo da Alfandega desta Capital uma investigação minuciosa de documentos que alli existem alguns dos quaes contém importantes subsidios para a historia de Alagoas. Alvitrou que podia se encarregar dessa missão especial perante aquelle Titular da Pasta da Fazenda o consocio Dr. Leite e Oiticica, residente no Rio de Janeiro, mas presentemente de passagem por este Estado. O Sr. Presidente submetteu á deliberação da casa a proposta do Sr. Secretario Perpetuo, a qual foi unanimemente approvada. Passando-se á 3 parte da ordem do dia, foi concedido a palavra ao consocio Moreno Brandão, que leu mais dois capitulos de sua Historia de Alagoas a saber— Assembléas Legislativas e Presidencias de Alagoas no 1º Imperio. O digno confrade occupou a attenção dos assistentes por mais de meia hora, revelando-se no minucioso narrar dos factos que se desenrolaram no scenario da politica e administração de Alagoas nos primordios de sua vida autonoma, um observador arguto, um investigador intelligente e um historiador criterioso e imparcial. Nos ultimos topicos de sua leitura, chamou a attenção do auditorio um que o historiador narra de que o Padre José Vicente de Macedo, vigario de Atalaia, conseguira eleger-se a si, ao seu coadjuctor e até ao sacristão, Deputados Geraes. Travou-se então interessante palestra sobre o caso da qual resultou ficar patente por affirmação clara e positiva dos confrades Presidente e Professor Loureiro, baseados em dados historicos incontestes que não fora o sacristão da Matriz de Atalaia eleito deputado geral, mas sim o Major Francisco Remigio, influencia politica e homem muito conceituado nesses tempos, o qual, como fosse tambem um catholico piedoso e assiduo frequentador dos templos, a facção partidaria opposta á situação politica quiz fazer passar por sacristão. Esclarecido este ponto e encerrada a discussão, pediu a palavra o consocio Dr. Virgillo Antonino, e declarou que está de viagem para o Rio de Janeiro e alli offerece os seus serviços ao Instituto. O Sr. Presidente agradeceu e disse que opportunamente o Instituto se utilisaria do espontaneo obsequio e do valioso prestimo de seu digno Vice-orador. E nada mais havendo a tratar, deu-se por finda a sessão da qual, eu, Padre Eloy Brandão, Secretario Adjuncto, lavrei a presente acta.

Acta da 6ª sessão ordinaria quinzenal do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

Presidencia do Dr. Diegues Junior

Aos 12 dias do mez de julho de 1910, na respectiva séde social, reuniu-se em sessão ordinaria e publica o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Compareceram os socios Diegues Junior, Costa Leite, A. de Gouveia, Padre Eloy, Professor Loureiro, Julio Auto, José Avelino, Alfredo de Maya, o correspondente Alfredo Brandão, além de outras pessoas gradas, representantes da imprensa, etc. Assumio a presidencia o Dr. Diegues Junior, que declarou aberta a sessão e mandou que se procedesse a leitura da acta que foi approvada sem debates. Não houve expediente. Registraram-se as offertas recebidas de jornaes e revistas scientificas e litterarias do Estado, do Paiz e do Estrangeiro. Na 2 parte da ordem do dia veio á mesa o parecer da commissão de propostas de novos socios, opinando pela acceitação, como socio correspondente do Coronel Euclides Celso, deputado estadual e proprietario em Maragogy. O Sr. Presidente submetteu á apreciação da casa o parecer da commissão, o qual foi approvado.

Depois usou da palavra o Dr. Alfredo de Maya, e pediu ao Snr. Presidente lhe relevasse a falta de não ter trazido á meza o parecer da respectiva commissão sobre a admissão de mais 2 socios correspondentes, commissão da qual é relator. Foi-lhe relevada a falta, sendo o consocio aprazado para a seguinte sessão. Passando-se a 3ª parte da ordem do dia o Snr. Presidente concedeu a palavra ao socio correspondente Dr. A. Brandão, para lêr a sua memoria annunciada com o tituto de—Vestigios de raças prehistoricas e Inscripções de pedras, no municipio de Viçosa. O Dr. Alfredo Brandão, occupou a attenção do audictorio por espaço de 40 minutos. A sua memoria baseia-se nas observações que pessoalmente fez de restos de ceramica e inscripções de rochedos no sitio-*Chã de cacos*—propriedade *Paredões* pertencente ao Snr. Cel. José Aprigio dos Passos Villela, no municipio de Viçosa, a 2 leguas da Cidade.

Apoz uma longa e minuciosa discripção do que viu o observou nos referidos logares, o conferencista, demonstrando que taes inscripções nas rochas não podiam ser obra, nem dos Aborigenes, nem dos Palmares, nem dos Bandeirantes exploradores, nem dos habitanies de Viçosa, no periodo historico, aventa a hypothese de que taes riscos nas pedras são indicios de um systema graphico que, embora rudimentar, revela, entretanto, uma intelligencia muito mais desenvolvida do que a das raças indigenas encontradas pelos Portuguezes, na epoca do descobrimento do Brasil. Terminou o Dr. Brandão, fazendo bella apologia ao Instituto Archeologico e Geographico de Alagoas, a quem, disse, communicava o resultado de suas investigações para que esta douta e nobre Instituição volte as suas vistas para esta como estação Pre-historica onde com trabalho intelligente e acurado poderá talvez encontrar um verdadeiro thezouro archeologico. Finda a leitura e depois de uma breve pausa, tomou a palavra o Snr. Presidente e disse, dirigindo-se ao Dr. Brandão, que com elle se congratulava pela sua importante memoria ; que o Instituto agradece a cooperação que lhe vem de prestar o illustre consocio na ardua tarefa de estudar as nossas antiguidades, que o seu trabalho deve de servir como incentivo aos demais socios ; e finalmente falando aos jornalistas presentes, lembrou que á imprensa compete fazer a propaganda desse nobre e patriotico empenho de estudar a Pre-historia Alagoana, visto que faz parte de sua missão defender e propagar todos as grandes ideaes.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Acta da sessão ordinaria do dia 19 de Novembro de 1912

Presidencia do Dr. Diegues Junior

Aos dezenove (19) dias do mez de Novembro de mil novecentos e doze (1912), na séde social, reuniu-se em sessão ordinaria e publica o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Presentes os socios: Diegues Junior, Conego Mochado, Dr. Leite e Oiticica, Dr. Sampaio Marques, Professor Loureiro, Dr. Julio Auto e Dr. Luiz de Mascarenhas, assumio a Presidencia o Dr. Diegues Junior, convidando para 1° Secretario o socio Dr. Julio Anto, e para 2° Secretario o socio Dr. Luiz de Mascarenhas e declarou aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior e não havendo expediente, teve logar a 2ª ordem do dia. Pedindo e obtendo a palavra o Sr. Conego Machado, propoz : que fosse considerado socio effectivo deste Instituto o socio correspondente Moreno Brandão, visto haver mudado para esta capital a sua residencia *ex-vi* dos nossos estatutos. Posta em discussão e approvação, foi approvada, por unanimidade de votos, sem debates. Passando-se a 3ª parte da ordem do dia e nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrou-se a presente acta que eu, Luiz de Mascarenhas, secretario interino, a escrevi e subscrevo.—O Secretario interino, Luiz de Mascarenhas.—Americo de Almeida Guimarães, Costa Leite, Secretario Perpetuo. Luiz de Mascarenhas.

Acta da sessão de Assembléa Geral, em 26 de Novembro de 1912, para a eleição da Directoria e Commissões que têm de servir em 1913.

Presidencia do Snr. Cel. Americo de Almeida Guimarães

Aos vinte e seis (26) do mez de Novembro do anno de mil novecentos e doze (1912), na respectiva séde social, ás 7 horas

da noite, presentes os socios : Americo de Almeida Guimarães, Costa Leite, Leite e Oiticica, Sampaio Marques, Moreno Brandão, J. Ignacio Loureiro e Luiz de Mascarenhas, havendo numero legal para a Assembléa Geral, por ser esta a segunda convocação para se proceder a eleição da meza administrativa e commissões permanentes que têm de servir de 2 de Dezembro do corrente anno a 2 de Dezembro de 1913, assumio a Presidencia o 2.º Vice-Presidente Cel. Americo de Afmeida Guimarães, e convidando para 2.º secretario o 1.º Supplente Luiz de Mascarenhas, declarou aberta a sessão. Feita a leitura da acta da sessão anterior foi esta approvada por unanimidade de votos, sem discussão. Não havendo expediente, foi annunciada a eleição sendo recolhidas á urna (7) sete cedulas contendo os nomes dos membros da Directoria e feita a apuração deu o seguinte resultado : *Para Presidente* : Dr. Diegues Junior, 7 votos ; *para 1º. Vice-Presidente* : Dr. Antonio Francisco de Gouveia, 7 votos ; *para 2º. Vice Presidente* : Cel. Americo de Almeida Guimarães, 6 votos, Dr. Alfredo Maia, 1 voto ; *para 2.º Secretario* : Prof. Francisco Moreno Brandão 6 votos, Dr. Alfredo de Maya, 1 voto ; *para 1º. Supplente*: José Avelino, 7 votos ; *para 2º. Supplente* : Dr. Julio Auto, 7 votos ; *para Thesoureiro* : Conego João Machado, 7 votos , *para Orador* ; Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues 7 votos : *para Vice-Orador* : Dr. Luiz de Mascarenhas, 6 votos, Dr. Alfredo de Maya, 1 voto ; pelo que foram declarados eleitos : *Presidente* : Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior (reeleito). *1. Vice-Presidente* : Dr. Antonio Francisco de Gouveia, *2. Vice Presidente* : Coronel Americo de Almeida Guimarães, *2. Secretario* : Prof. Francisco Moreno Brandão, *1. Supplente* : José Avelino, *2. Supplente* Dr. Julio Auto da Cruz Oliveira, *Thesoureiro*: Conego João Machado : *Orador* : Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues, *Vice Orador* : Dr. Luiz de Mascarenhas. Em seguida teve logar a eleição das commissões permanentes, cujo resultado foi o seguinte : *Primeira Commissão* (*Finanças*) : Dr. Alfredo de Araujo Rego, Prof. J. Ignacio Loureiro e Dr. Bernardino Ribeiro. *Segunda Commissão* (*Estatutos, Redacção da Revista, Revisão de livros e jornaes, de manuscriptos, autographos e documentos* : Drs. Francisco de Paula Leite e Oiticica, Alfredo de Maya e Luiz de Mascarenhas. *Terceira Commissão*---(*Geographia, Historia, Ethnographia, Estatistica-Scenographia, Geodesia, Archeologia, Paleontologia, Historia Natural e Lingua dos Indigenas*)—Drs. Antonio Leite Pindahyba, Prof. Luiz Lavenere e Conego João Machado.—*Quarta Commissão* (*Philatelia, Numismatica, Ceramica, Inscripções nacionaes ou indigenas e Objectos que tenham pertencido a homens notaveis*) : Drs. Antonio Francisco de Gouveia, Rosalvo Caldas Ribeiro, e Manoel de Sampaio Marques.—*Quinta Commissão*—(*Mappas, Cartas geographicas, a plantas, retratos biographias de homens celebres e manuscriptos historicos*): Josè Avelino, Dr. Rosalvo de Caldas Ribeiro e Prof. J. Ignacio Loureiro.

Nada mais havendo a tratar se levantou a sessão, ficando marcada a seguinte reunião, para o dia 2 de Dezembro, em a qual será empossada a nova Directoria.

E, eu Luiz de Mascarenhas. 1.º Supplente de Secretario, lavrei a presente acta que vae por mim assignada.

Americo de Almeida Guimarães, Costa Leite, Secretario Perpetuo. Luiz de Mascarenhas.

Acta da Sessão de Posse em 2 de Dezembro de 1912

Presidencia do Dr. Diegues Junior

Aos 2 de Dezembro de 1912, ás 8 horas da noite, no salão nobre do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, presentes os Snrs. Dr. Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior, Cel. Americo de Almeida Guimarães, Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite, Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, Dr. Manoel de Sampaio Marques, Dr. Luiz de Mascarenhas, Conego João Machado de Mello, e Prof. Joaquim Ignacio Loureiro e Francisco Henrique Moreno Brandão, o Snr. Presidente declara aberta a sessão.

Procedida a leitura da acta da anterior sessão de Assembleia Geral foi approvada por unanimidade de votos e sem discussão. Em seguida o Snr. Presidente agradecendo a fineza dos socios do Instituto que ainda uma vez o reelegeram para o alto posto de

director dos destinos desta Associação, convidou a mesa eleita para cooperar comsigo no exercicio de 1912-1913 a se empossar, o que immediatamente se realisou. Obtendo a palavra o illustre consocio Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite, Secretario Perpetuo, disse que, onerado de multiplos e penosos affazeres, não lhe fora possivel elaborar o relatorio da movimentação do Instituto durante o anno de 1912, estando, porem, certo de que seus consocios encontrariam no desvelo e na affeição que sempre revelou por este gremio fundamentos para excusal-o plenamente. As suas palavras foram recebidas com signaes de applauso e assentimento.

E nada mais havendo a tratar, o Snr. Presidente encerrou a sessão.

E eu, Francisco Henrique Moreno Brandão, 2.º Secretario, lavrei a presente acta que vae por mim assignada.

Nota Declaratoria da Sessão de 4 de Março de 1913

Aos 4 dias do mez de Março de 1913, presentes os Srns. Dr. Diegues Junior, Leite e Oiticica, Luis de Mascarenhas, Conego Machado, Prof. Moreno Brandão, deixou de haver a sessão convocada para o dia alludido, de que, para constar, lavrei a presente nota declaratoria.

Maceió 4 de Março de 1913, Francisco Moreno Brandão, 2.º Secretario.

Nota Declaratoría da Sessão de 18 de Março de 1913

Aos 18 dias do mez de Março de 1913, presentes o Dr. Luiz de Mascarenhas e o Snr. Moreno Brandão, deixou de haver a sessão convocada para o dia predito, do que, para constar, lavrei a presente nota declaratoria.

Maceió 18 de Março de 1913, Francisco Moreno Brandão, 2.º Secretario.

Nota Declaratoria da Sessão de 8 de Abril de 1913

Aos 8 dias do mez de Abril de 1913, presentes os Snrs. Drs. Francisco de Paula Leite e Oiticica, Luiz Joaquim da Costa Leite, Luiz de Mascarenhas e Prof. Francisco Moreno Brandão. deixou de haver a sessão convocada para o dia alludido por falta de numero, do que para constar lavrei a presente nota declaratoria.

Maceió, 8 de Abril de 1913, Francisco Moreno Brandão, 2.º Secretario.

INDICE

	PAG.
Dr. Fernandes Lima.	5
Vida Nova	6
O Patriarcha do Instituto (Craveiro Costa)	9
Os Limites de Alagoas com Pernambuco	13
As Recepções do Instituto	38
A Psychologia dos Symbolos (Dr. Guedes Lins). . .	57
Influencias Mesologicas. Regeneração do Meio Physico (Dr. Alfredo Rêgo)	71
Discurso pronunciado pelo Dr. Leite e Oiticica .	93
Dr. Democrito Gracindo.	107
Galeria Illustre	109
Monographia do Municipio de Pão de Assucar (Professor Moreno Brandão)	111
Paginas de Saudades	123
Actas das Sessões do Instituto	143

EMENDAS

No discurso do Dr. Guedes Lins, de paginas 42 a 46, são feitas as correcções seguintes :

Viandante, em logar de *viadante.*
Hyerogryphos, em logar de *hyeroglyho.*
A letras d'oiro, em logar de *as letras.*
As mais esfusiantes, em logar de *mais...*
Estro, em logar de *astro.*
Mostral-o, em logar de *mostral-a.*
Soberbo, em logar de *soberba.*
Revivestel-o, em logar de *revivestel-a.*
Ardoroso, em logar de *ardorosa.*
Rethorica, em logar de *rethorico.*
Justinianeas, em logar de *justinianas.*
Que sois, em logar de *sois.*

Outros erros são facilmente corrigidos pelo leitor

981.3025
IN
v.10

VOLUME X — 1925 — ANNO 53

REVISTA

— DO —

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

(FUNDADO EM 2 DE DEZEMBRO DE 1869)

COMMISSÃO DE REDACÇÃO:

Professor Moreno Brandão
Craveiro Costa
Dr. Amphilophio Mello

SUMMARIO

A Confederação do Equador e a Provincia das Alagoas . . . . . *CRAVEIRO COSTA*
O Primeiro Centenario de D. Pedro II. . . . . . *LUIZ ACCIOLY*
A eleição senatorial de 1817 . . . . . *VISCONDE DE TAUNAY*
Floriano Peixoto . . . . . *MORENO BRANDÃO*
A autonomia politica de Alagoas e seus factores . . . . . *BARBOSA JUNIOR*
Cidade do Parahyba. A Capella da Conceição . . . . . .
A 1ª Assembléa Provincial . . . . . *CRAVEIRO COSTA*
Os inqueritos censitarios em Alagoas . . . . . *C. C.*
D. Pedro II . . . . . *CRAVEIRO COSTA*
Discurso . . . . . *LEITE E OITICICA*
Tavares Bastos — Novas revelações scientificas do professor Schwennhagen
Expediente e Notas e Documentos.

Offs. da LIVRARIA MACHADO

VOLUME X 1925 ANNO 53

REVISTA

— DO —

Instituto Archeologico e Geographico Alagoano

(Fundado em 2 de Dezembro de 1869)

COMMISSÃO DE REDACÇÃO:

Professor Moreno Brandão

Craveiro Costa

Dr. Amphilophio Mello.

São fins do INSTITUTO:

I—Colligir, trasladar e publicar documentos e tradições historicas de Alagoas.

II—Descrever os monumentos antigos e esforçar-se por conserval-os;

III—Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de monumentos e inscripções que perpetuem a lembrança dos factos ahi acontecidos;

IV—Obter e conservar photographias e desenhos de monumentos que possam ter qualquer valor historico;

V—Estudar a geographia do Estado, procurando accumular e classificando mesmo os dados fundamentaes de uma estatistica;

VI—Auxiliar pelos meios ao seu alcance publicações litterarias;

VII—Procurar crear um museu de productos naturaes e artisticos, afim de que se tornem conhecidos a riqueza e o adiantamento do Estado.

A Confederação do Equador e a Provincia das Alagôas

Coube a Arruda Camara, eminente scientista do seu tempo, nascido em territorio alagoano, segundo o dr. Saldanha da Gama, iniciar em Pernambuco a campanha democratica, atravez das associações secretas que, para isso, fundou e floresceram na capitania, reunindo esses cenaculos os mais alcandorados espiritos da epoca. Os principios revolucionarios triunfantes, decorrentes da independencia das colonias inglezas, em 1776, e da revolução franceza de 1789, que o sabio brasileiro assimilara no Velho Mundo, constituiam o evangelho politico que Arruda Camara, illuminado pelo seu grande sonho de liberdade, entrou a apostolar entre os homens mais cultos e mais evidentes de Pernambuco, que se congregavão nas chamadas academias.

Em pouco tempo a mentalidade pernambucana que o sabio refizera, firmando-a nas bazes de um sentimento politico nativista, em franco antagonismo com as idéas e processos administrativos da metropole; em pouco tempo essa nova mentalidade interessou-se profundamente pela independencia da colonia, em caminho franco da maioridade, já sentindo no seu escól intellectual e nas suas classes productoras de riqueza, a dureza do regimen que impedia os surtos de seu desenvolvimento economico e de suas aspirações liberaes.

Pernambuco com a sua invejavel situação geografica, primeiro porto que se deparava na colonia aos navios europeos, recebendo por isso, as primeiras das idéas que revolucionavam o mundo, tornou-se o centro dessas novas correntes idealistas, irradiando a luz da redempção politica por todo o nordeste.

A revolução de 1817, que a trêda justiça d'el-rei afogou em sangue, para salvar a integridade territorial da colonia, embora ficasse circunscripta a cinco provincias do nordeste, foi uma explosão natural dessas legitimas aspirações, já, então, mais derramadas, visando levantar aquella ansia de autonomia que andava no ambiente colonial. E se não abarcou, conflagrando, o sul do paiz, alheiado do norte pelas difficuldades de communicações, tornou-se, por isso, um movimento accentuadamente republicano e positivamente separatista.

Sete annos depois a Confederação do Equador pronunciou-se com o mesmo caracter. Motivou esse movimento, em suas origens, as luctas locaes provocadas por Francisco Paes Barreto, que era, na provincia, a encarnação da politica reaccionaria seguida então por Pedro I e que culminou na dissolução da

Constituinte. Entre o Morgado do Cabo, a figura dominante da Junta Provisoria, eleita em 23 de setembro de 1823, e os elementos que haviam promovido a deposição da Junta Democratica Independente, formou-se um antagonismo radical. De um lado o absolutismo, na pessoa de Paes Barreto; do outro aquellas nobres aspirações democraticas, que sempre viveram no coração pernambucano e agora vibravam á emoção causada pela violencia brutal do Imperador. Manoel Carvalho Paes de Andrade foi, no momento, o maior expoente dessas aspirações.

Detalhemos os factos. Dominando na Junta, Barreto, de parceria com o capitão Pedro da Silva Pedrozo, accidentalmente no commando das armas, intentou jugular os adversarios. A reacção operou-se decisiva e as escancaras. Ante as proporções dos acontecimentos hostis que se desenrolaram, Barreto sentiu-se impotente, e, comprehendendo a situação que elle proprio creara, teve um gesto de nobre desprendimento: convocou o Grande Conselho da provincia e, perante elle, pela voz autorisada de seu secretario, demittiu-se, allegando ser *um dever sagrado do Governo fazer cessar as calamidades publicas, poupando assim o sangue patriotico.* O Conselho acceitou a renuncia e, invocando a carta de lei de 20 de outubro do mesmo anno, elegeu nova Junta, da qual foi presidente Manoel Carvalho Paes de Andrade, figura popularissima e de grande poder de fascinação. O collegio eleitoral, em 8 de janeiro de 1824, elegeu o Governo Provisorio da provincia, sendo Carvalho chefe desse governo.

A dissolução da Constituinte agravara a situação, exacerbando o espirito publico. O governo imperial negou approvação a esses acontecimentos e nomeou Francisco Paes Barreto presidente de Pernambuco, oppondo-se assim ao apasiguamento das paixões locaes e ás manifestações calorosas que, atravez das constantes seguranças de fidelidade, irrompiam dos pronunciamentos da população de Pernambuco.

A nomeação de Barreto foi repellida altivamente pelas camaras municipaes e pelo Grande Conselho, que contra ella representaram ao Imperador.

Mas Barreto, sentindo-se agora seguramente apoiado pelo governo imperial, procurou, desde logo, alliciar a guarnição da provincia em seu favor. Houve defecções numerosas. As tropas entraram a desertar os quarteis, tomando rumos diversos. O esquadrão de cavallaria de 1.ª linha, escandalosamente, bandeou-se, levando comsigo *os cavallos, espadagões e mais apparelhos, arrombando para esse fim o Armazem da rezerva, e fazendo um delles fogo ao official de Estado, por pretender embaraçar o arrombamento.* Alguns desses desertores vieram ter ás Alagoas. Começa desde esse momento o pronunciamento

da nossa provincia nos acontecimentos que se vinham desenrolando em Pernambuco.

A Junta Governativa das Alagoas, quando as praças desertoras se lhe apresentaram, apressou-se em communicar o facto ao governo visinho. E fel-o nestes termos textuaes:

> «Participamos a V. E. que ontem xegarão a esta capital vinte e tres soldados, e hum cabo de tropa de Cavallaria da 1.ª Linha, pedindo-nos que os encorporassemos a tropa da 1.ª Linha desta Provincia, ou os deixassemos continuar a sua derrota, certificando-nos igualmente, que ja mais voltarião para Pernambuco. Foram pois encorporados á tropa de Cassadores, e lhes mandamos dar o seu competente soldo, em quanto participamos a V. E. a fim de que dêm as providencias para o regresso destes Soldados para o seu Corpo, e Provincia; e julgamos melhor vir huma embarcação buscal-os, visto ser preciza huma grande escolta para os conduzir por terra. Estes Soldados estão porsuidos da grande terror, e dizem ser fuzilados tornando para Pernambuco. Nos lhe temos prometido nossa proteção; e pedimos a V. E., que a tanto não xegue o seu castigo, nem seja assas rigorozo, visto elles dezertarem com proteção de seu Commandante Francisco José Martins, pois trocerão huma Carta do mesmo Commandante para o Tenente Coronel Jacinto Pais de Mendonça, que nos foi remetida, na qual certificava, que estes Soldados se retiravão; porque Pernambuco estava a proclamar o sistema democratico, ao que não podemos dar de modo algum credito, e estamos certos, que V. E., e essa Provincia seguem a Monarquia Constitucional, e são subditos de Sua Magestade Imperial Constitucional. Deos guarde V. E. muitos annos. Palacio do Governo da Cidade das Alagoas 24 de Janeiro de 1824, 3.º da Independencia do Imperio. Illustrissimo e Excellentissimo Snr. Prezidente do Governo de Pernambuco. *Francisco de Assis Barboza*, Prezidente; *José Vicente de Macedo*, Secretario; *Francisco de Serqueira e Silva; Manoel Joaquim Pereira da Roza, Tertuliano de Almeida Lins.*»

Officio identico foi dirigido ao commandante das armas. Esse officio documenta a orientação politica do governo das Alagoas: no dissidio seguia elle rumo differente do de Pernambuco.

Ao separar-se a comarca das Alagoas da jurisdição pernambucana, consequencia politica do movimento republicano de 1817, cuja repercussão mais intensa foi obstada pela acção energica do ouvidor Batalha e pela fuga de Borges da Fonseca,

para constituir uma nova provincia, o mesmo Decreto que a desmembrou nomeou governador Sebastião Francisco de Mello Povoas, que da sua consanguinidade com o Marquez de Pombal herdara qualidades que o tornavam um politico atilado e um administrador seguro nos seus designios. No governo da nova provincia não foi somente um administrador esclarecido, inteirando-se, de um golpe de vista, das necessidades locaes e cuidando seriamente dellas; foi, principalmente, um perfeito conductor de homens, interferindo com os seus conselhos na direcção politica que era mistér imprimir á circunscripção que ensaiava a sua autonomia administrativa, e que outra não era senão a que reunisse os homens locaes mais representativos, por isso, mentores directos das massas, em torno da legalidade. E a legalidade, ao tempo de Povoas, era a metropole.

Ao romper o movimento republicano de 1817, havia na comarca, dominando os espiritos mais esclarecidos, o anseio por sua autonomia. E embora essa autonomia se houvesse de dar, mais cedo ou mais tarde, em virtude do desenvolvimento economico a que attingira o territorio alagoano, a attitude de Batalha veio apressal-a. Homens notaveis na comarca haviam adherido á revolução democratica, arrastados pelos mesmos sentimentos que tumultuavam no coração pernambucano; mas ao desenhar-se a possibilidade da precipitação do facto culminante da nossa historia politica, quasi todos aquelles constructores do nosso passado, que haviam bebido as licções de Mello Povoas, recuaram. Conservar, pois, essa autonomia, essa faculdade de governar-se por si mesma, foi a directriz politica da provincia, nas attitudes mais accentuadas de seus pro-homens. E dada a feição social da epoca, que as conveniencias actuaes dos governantes restauraram, o meio pratico, o processo legal para essa conservação, era viverem os responsaveis pelo governo da provincia achegados do poder central, fieis á metropole, que os livrara da tutela pernambucana, para investil-os da dignidade politica ambicionada.

Francisco de Assis Barboza, sacerdote, ex-deputado ás Côrtes Portuguezas com Francisco Manoel Martins Ramos e Manoel Marques Grangeiro, onde, senão brilhou pelo temperamento combativo e pelas expansões rethoricas da reacção contra as absurdas pretenções da assembléa, lá deixou traços de sua firmeza moral e do seu amor á terra natal, era o presidente da Junta Governativa, quando irromperam os acontecimentos de Pernambuco, que originaram a Confederação do Equador. Não lhe cumpria intervir na lucta, de começo com caracter meramente local; somente por occasião da chegada dos desertores do esquadrão de cavallaria, a Junta, lealmente, se entendeu

com o governo de Pernambuco. O seu officio a Paes de Andrade é symptomatico: revela nitidamente o seu espirito conservador e a mesma orientação dominante nos homens que dirigiam o pensamento politico da provincia, a orientação inflexivel que visava a conservação da autonomia de sua terra, apegando-se cada vez mais ao poder central. O poder central agora era o imperador. Por isso, Barboza e seus companheiros de governo pasmavam de assombro, sincera ou calculadamente, ao saberem que *Pernambuco estava a proclamar o sistema democratico.* Aos governantes das Alagoas não convinha a indagação de que essa monarchia se desmandara no absolutismo, com a dissolução da Constituinte; bastava-lhes a promessa do Imperador de que, quanto antes, ao paiz seria dada uma Constituição Politica liberal, o que effectivamente se realisou — mais liberal do que o projecto elaborado por José Bonifacio. Quanto ao mais, os acontecimentos pernambucanos, desenrolados á revelia das Alagoas, eram negocios peculiares á vida interna dessa província. Nelles não intervieram os governantes da provincia pequena e ainda timorata, que precisava de tranquilidade para prosperar á sombra de sua autonomia nascente.

Paes Barreto, parece, penetrara avisadamente essa orientação. Presidente de Pernambuco, nomeado pelo Imperador, disposto a fazer valer a sua autoridade contra o poder administrativo e o prestigio politico de Paes de Andrade, bem podia ter nos governantes da provincia visinha alliados indirectos dos seus planos. De certo contra elle, depositario da confiança imperial, não iriam os homens conservadores que faziam o governo das Alagoas.

A defecção de parte da soldadesca do esquadrão de cavallaria para Alagoas deve ter sido plano do Morgado do Cabo. Recommendados ao tenente-coronel Jacintho Paes de Mendonça, pelo proprio commandante do esquadrão, comparsa de Barreto, a Junta Governativa das Alagoas por certo os acolheria sem hostilidades. E, de facto, os acolheu, incorporando-os a um batalhão de caçadores, mandando pagar-lhes o soldo respectivo e pedindo a benevolencia do governo de Pernambuco para elles. Mas os entregaria a Pernambuco. Era leal.

Paes Barreto, ligado aos Mendonças, (e essa ligação deprehende-se dos proprios acontecimentos) poderosos em Porto Calvo, desde o ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira, que fundara alli um verdadeiro feudo, começou a reunir os elementos que lhe chegavam em Barra Grande, do dominio dessa familia. Elle proprio, Paes Barreto, mais tarde, retirou-se para aquelle lugarejo, donde começou a dirigir a sua acção repressiva da situação que se creara em Pernambuco. E Barra Grande entrou

assim nessa faze historica. Foi o quartel general do movimento que passou a se chamar *causa da integridade nacional.*

A attitude do governo das Alagoas, pois, foi de complacencia. Elle consentiu, primeiramente, que Paes Barreto, invadindo as fronteiras da provincia, reunisse os seus elementos em Barra Grande e, mais tarde, quando o governo imperial se dispoz a atacar vigorosamente a revolução democratica, que, victoriosa, seria a desintegração do Imperio, ajudou, efficientemente, com tropa, armas, munições e dinheiro, ao exercito imperial. E consentiu porque, consoante a sua orientação, Paes Barreto, presidente nomeado pelo Imperador, era o representante da ordem legal contra o espirito de rebelião, que se alastrara á Parahyba, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará e ao proprio territorio alagoano.

Claro, essa attitude não podia agradar a Paes de Andrade. A sua reprovação ao procedimento da Junta das Alagoas, foi formal e violenta. Alagoas foi declarada, pelo voto de Frei Caneca, approvado pelo Grande Conselho, inimiga de Pernambuco. Para esse julgamento, Carvalho convocou aquella assembléa, submetendo a sua deliberação a attitude da Junta das Alagoas. O Conselho precisava resolver sobre se Pernambuco devia invadir o territorio alagoano, continuando na perseguição da tropa desertora e arrancar Paes Barreto á hospitalidades do Mendonças.

> «A tropa, que os seguia—expunha ao Conselho Paes de Andrade—fez alto antes de romper a linha divizoria das duas Provincias. Os dezertores mandarão seos Emiçarios ao Governo daquela Provincia pedindo lhe proteção. Aquele Governo procedeo a ouvir um grande Conselho, no qual, segundo nos dizem, foi deliberado, que a Provincia das Alagoas prestaria couto aos Emigrados; mas que não os deixaria ganhar forças com que podessem vír acometer-nos; que elles alagoences garanterião aos dois Corpos de tropas de quem, e d'alem o ficarem estacionados, e em inação, esperando as deliberaçoens de S. M. I.; e que se officiasse ao Governo desta Provincia a esse respeito. Com tudo athe o prezente, não veio participação alguma official do Governo das Alagoas; mas antes nos tem constado, que os dezertores tem aumentado de forças. Da parte dellas veio uma patrulha a cometer uma nossa guarda avançada dentro de nossos limites, e forão feridos dois dos nossos Soldados, e fizerão dois prizioneiros. Estas noticias me obrigarão, e ao Governo das Armas a mandar marchar um reforço de tropas, a fim de que, achando-nos sempre superiores em forças, tiremos

aos dezertores a esperança de entrarem em lide, porque todo o nosso fim é evitar a efuzão de sangue, e esperarmos as decizoens de S. M. I.

Apezar destas medidas podemos entrar em duvidas sobre qual será a politica dos Governos das Alagoas, visto a omição da participação da deliberação do seu Conselho alem disto nam sabemos que socorros poderam alcançar os dezertores d'alguma outra parte; tambem nam sabemos que uzo elles farám de qualquer socorro que possam obter. É por isso que eu tive a honra de convocar V. S. a fim de me auxiliarem com suas luzes; pois que sendo um objecto tão delicädo; e de tanta monta nam podia, nem devia deliberar por mim só. He pois a questam e materia de deliberaçam saber: 1.º no cazo de verem os comandos da nossa tropa, que a dos dezertores vai aumentando de força, que devem os nossos fazer? 2.º no cazo de que o Governo das Alagoas se torne surdo, ou indiferente as reclamoçoens de nossos commandantes, que se acham nas fronteiras; que deveram elles fazer? 3.º no cazo de que os nossos commandantes vejão preparativos para serem atacados, e nam tendo tempo para reclamar ao Governo das Alagoas, que deverão obrar elles?»

O Grande Conselho ia, pois, deliberar sobre taes quesitos.

É curioso o voto de Frei Caneca. Alongando-se em razões especiosas, atravez de sua exaltação demagogica e das subtilezas de sua copiosa erudição, talvez a maior da sua provincia em seu tempo, a gloriosa victima da repressão legal foi terminantemente, pela invasão do territorio alagoano. Não só pela invasão, que já era um commetimento de extrema imprudencia e temeridade; foi mais longe o patriota: queria a deposição da Junta Governativa das Alagoas. Para elle não havia meio termo. A seu ver:

«a seguransa, defeza, e precausão, e dignidade desta Provincia (Pernambuco), e mesmo Independencia, e integridade, e Liberdade do Brazil correm evidente, e eminente perigo com a continuasão dos facciozos dezertores e rebeldes da Provincia das Alagoas, e como é da eterna verdade a propozisão de Bruto á Colatino *Que não se deve sofrer na Republica, aquilo, donde pode sobrevir perigo á Liberdade* (Livio lib 2) *Non ferendum in Republica, unde periculum sit libertati* devem as Forsas Constitucionaes deixar as margens daquem Persinunga, atravesalo, entrar na Provincia das Alagoas, disolver os rebeldes, e fazer-lhes a mais ostil perseguisão, sem que ja mais sirva de obice estarem elas na Provincia diversa da de Pernambuco.»

Depois desta opinião, demonstrativa da exaltação patriotica do democrata infortunado, entra o frade a analysar as attitudes das Alagoas, em relação a Pernambuco:

> «Esta Provincia, antiga parte de Pernambuco, e com ele unida em relaçoens de porentesco, depois de sua separasão politica, sempre fez com ele uma cauza comum nos negocios geraes. Seos governos sempre em boa inteligencia com o deste ja mais se derão motivos de escandalo. No tempo da Junta Provisoria do Morgado, quando entraram á chocar-se o Governo Temporario de Porto Calvo com o Provisorio das Alagoas, tremendo com o boato, que correo de irem Tropas daqui a favorecer o das Alagoas officiarão a Junta Provisoria, rogando suspensão da marcha das Tropas, em atensão a paz, e tranquilidade dos povos daquela Provincia. Depois da sua nova Junta Provisoria actual abrirão uma comunicasão regular com o noso Governo, protestando amizade, união, e identidade de opinioens, e forsas para a defeza da Cauza da nosa regenerasão Politica; mas o tempo tem feito ver, que taes protestos não passavão de palavras, e que a tranquilidade dos povos, aquele Governo nem para os seos requer.»

O facto era que Paes Barreto e os elementos que o seguiam, perseguidos pelas forças de Paes de Andrade, atravessaram o Persinunga, embrenharam-se nas florestas alagoanas, rumo de Porto Calvo, onde os Mendonças os acolheram, prestando-lhes todos os favores da hospedagem e, mais do que isso, o prestigio de sua solidariedade politica.

Ora, a Junta Provisoria das Alagoas era, de certo modo, reconhecida ao Morgado do Cabo, pois, segundo o proprio depoimento de Frei Caneca, elle sustara a marcha de tropas para a provincia, quando do Governo Temporario de Porto Calvo, a que não fôra estranho a familia Mendonça. Por outro lado, acolhido Paes Barreto por essa familia, escorraçal-o, tangel-o do territorio alagoano, entregal-o ás forças que o perseguiam, seria levantar contra o governo provincial as iras dos Mendonças; seria provocar a guerra civil, porque Porto Calvo não consentiria de braços crusados esse ataque á hospitalidade dada ao fugitivo — e a hospitalidade naquele tempo era um ponto de honra inatacavel; — seria collocar-se a Junta contra o governo imperial, de cuja confiança Paes Barreto era depositario, atrahindo sobre as Alagoas as medidas bellicas que já se estavam tomando, para ensanguental-a, opprimil-a, castigar-lhe a rebeldia, por um dissidio politico para que não concorrera. Essas consequencias não pesaram no animo de Frei

Caneca, ao redigir o seu formidavel libello. A Junta, pois, agia cautelosamente, no interesse da Provincia. Tanto assim era que, solicitada a permissão, pelos commandantes das tropas, para que estas penetrassem no territorio alagoano, para que fosse effectuada a prisão dos numerosos desertores e a captura de Paes Barreto, a Junta solicitou o addiamento da invasão, até que, directamente, se entendesse a respeito com o governo de Pernambuco, mandando a sua presença um emissario, que seria o juiz de fóra de Penedo, Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja.

Porque esse emissario se demorasse, ou mesmo porque tivesse sido proposito da Junta ganhar tempo, até que chegasse a solução do conflicto, pedida pelas camaras municipaes de Pernambuco ao monarcha, ou se positivassem as medidas de repressão que se ensaiavam, a paciencia revolucionaria esgotou-se.

Parece inveridica a affirmativa de Frei Caneca, relativamente a qualquer comprometimento da Junta das Alagoas com o governo de Paes de Andrade. Deve ter claudicado a victima gloriosa do primeiro Imperador, quando, em seu voto, se refere a protestos de *identidade de opinioens, e forsas para a defeza da Cauza da nosa regenerasão politica,* por parte daquela Junta. Quer no recente trabalho do illustre Snr. Dr. Ulysses Brandão, sobre o episodio historico de 1824, exhaustivamente documentado, quer no volume XXI das Publicações do Archivo Nacional, todo elle consagrado á documentação da Confederação do Equador, nada se encontra a esse respeito. Certamente a exaltação de Frei Caneca fel-o exagerar nos termos accusatorios de seu violento libello, apresentando a Junta das Alagoas sob mais uma feição antipathica, a da traição, talvez para impressionar o Grande Conselho, inclinando-o á conformidade de seu voto... Depõe ainda Frei Caneca:

> «Tem-se esperado ate oje pela misão de seu Deputado, e nada tem avido, e aparecido da parte daquele governo; e quando se entendia, que elle devia pelas reclamaçoens, que lhe fizeram os mesmos comandantes das Forsas á margem do Persinunga, sobre o ajuntamento, que se fazia na Barra grande, aparece o auxilio, e protecsão mais descarada daquele Governo, prestada ao Morgado, e aos seos sequazes rebeldes. Não só consentem na reformasão daquele *Catucá,* como que lhe mandão 50 cassadores, e duas pesas de Artilharia, com suas respectivas goarniçõe; consentem, que se reclutem Milicias, que os rebeldes passando as raias daquela Provincia venhão a invadir o territorio desta; e unidos com os Mendonsas, e sua cambada Marinheira, planizam bater os Constitucionaes, e queirão cortar-lhes a rectagoarda pelos Barreiros; e sobre tudo

isto ouvem, consentem, e porventura estimulão ao Morgado para proclamar a *União com a antiga Familia Portugueza.*»

Já então a Junta das Alagoas obedecia as injunções superiores da ordem publica, invocadas pelo chefe do bloqueio da costa de Pernambuco, João Taylor, e medidas outras de caracter militar que o governo imperial mandara tomar, no proprio territorio alagoano.

Prosegue Frei Caneca o seu libello contra Alagoas nestes termos de extrema violencia e absolutamente inveridicos:

«Este mesmo Governo é aquele, que em odio da Sagrada Cauza da nosa Regenerasão Politica, tem aberto a mais crua perseguisão á todos os Cidadaons onrados daquela Provincia, que mais zelozos erão da nosa Independencia e Liberdade, consentindo, e deixando impunes, e mesmo talvez mandando, mortes, roubos, desolasões de propriedades, e quantas monstruosidades tem vindo as cabesas dos loucos mais furiozos; o que tem feito andarem derramados por outras Provincias, mormente por esta muitos Oficiaes da primeira, e segunda linhas, proprietarios de grandes fundos, e outras pessoas de consideração, reduzindo aquela Provincia à cazas desamparadas, familias desoladas: e tudo lagrimas, e tudo clamores, e pranto. E um territorio de um tal Governo é que se deve respeitar, para nele se não ir disolver o *Catucá* do Morgado?»

E o frade, depois desta terrivel catilinaria, resume assim seu voto:

«É por todas estas razones, que o meu voto é, que ja, e ja se invada o territorio das Alagoas, não só para prender o Morgado, e seos satelites; mas tambem para destronar aquele Governo Rebelde, e fazer que os povos daquela Provincia elejão outro, que seja amante, e defensor da Independencia do Imperio, e sua Constitucionalidade: que acabe com as desgrasas que asolão aquela Provincia, e estabelesa a ordem, e tranquilidade publica, para o que nos chama não só a umanidade, e fraternidade; mas tambem o exemplo, que nos oferecem as Sagradas Paginas, no interese, que tomarão todas as tribus de Jacob pela afronta feita ao Levita, reunindo-se todos para a extinsão da Tribu de Benjamim, donde sairão os auctores do atentado, sem que ja mais possamos por iso incorrer em crime de injustas agresões.»

Eis a opinião do sacerdote: a guerra civil!... Vejamos agora como opinavam os militares:

> «O cazo em questão é inteiramente melindrozo, e muito superior aos meus conhecimentos, e por iso mesmo que somente os meios prudentes são, os de que me lembro para qualquer dos artigos. É inegavel que por meio de uma Deputasão se participou a S. M. I. e C. os sucesos que servem de cauza a estes efeitos: é por iso mesmo, que o meu parecer é, que, a excesão de pôr a Provincia em defeza, se não deve atacar, apezar de ver aumentar as forsas na parte oposta da mesma Provincia: quanto ao 2.º artigo sigo o mesmo que aquele Governo se torne surdo, nem por iso se deve atacar pelos mesmos principios; o mesmo suponho quanto ao 3.º porque os preparativos naquelas Tropas devem cauzar igual abalo á estas, que o destas áquelas, e por iso insuficiente motivo para atacalas, e desta maneira suponho evitado o grande mal, que decerto trará comsigo a guerra de Irmaons contra Irmaons. Sou comtudo de parecer, que se aquelas Tropas atacarem a estas se defendão, porque a defeza é natural, e isto depois de esgotados todos os meios, e os os precizos protestos em similhantes cazos.»

Era assim o voto do coronel José Ignacio Alvares Ferreira, adotado pelo major Francisco José de Menezes Amorim e capitães João Manoel Pereira de Abreu, Francisco José de Oliveira e Bernardino Pereira de Brito, com assento no Grande Conselho.

Transmudavam-se os papeis: a roupeta do frade acenava a Pernambuco a guerra civil, emquanto que a espada dos soldados, prudentemente, pendia para a paz...

Os representantes da Camara de Olinda foram tambem contra a guerra á provincia irmã, votando elles na conformidade das instrucções que acompanharam as suas credenciaes. Essas instrucções foram dadas nos seguintes termos:

> «1.º Que o Conselho escreva ao Governo das Alagoas para fazer, que a Tropa junta por Francisco Paes Barreto seja expargida, e recolhida á seus Quarteis, visto que consta d'um Officio, que o Commandante da Fragata *Niteroy* enviou ao mesmo Paes Barreto, que assim lhe determinava, e que se recolhesse ao Bloqueio como pois não se axe isto posto em execusão, o Governo das Alagoas, em cujo territorio está aquela Forsa deve cooperar para que assim se observe. 2.º No cazo de que o Governo das Alagoas se torne surdo ás reclamasoens, os

> Commandantes da nosa Tropa devem-se pôr em estado de defeza, sem comtudo atacar. 3.º No cazo de que os nosos Commandantes vejão preparativos para serem atacados, tendo antes feito toda a diligencia para evitar derramamento de sangue, negociando com o Commandante daquela Forsa a suspensão d'armas, até a decisão da Provincia, o que novamente se axa afeto á S. M. I. C., nese cazo ataque com todas as forsas como inimigos.»

Esses votos aconselhados pela prudencia, não prevaleceram. O Grande Conselho, por 47 votos contra 11, resolveu que Alagoas fosse atacada sem demora. O Conselho assim deliberou em 6 de maio. Paes Barreto já se acha, de facto, com todos os seus adeptos em armas, em Porto Calvo, e Barra Grande era o seu reducto. Para a Junta Provisoria das Alagoas, desde meiados de fevereiro Paes Barreto era a autoridade administrativa legal de Pernambuco, tendo envidado todos os meios de assumir o exercicio de suas funcções, depois da prisão de Paes de Andrade, em 20 de março. Relaxada a prisão pela propria guarnição da fortaleza do Brum, onde se achava custodiado, Paes de Andrade reassumiu triunfalmente o governo. Seguiram-se providencias rigorosas tendentes á segurança de seu poder, agora imposto ao Imperador, que nomeara o Morgado.

Eminentemente conservadora, a Junta das Alagoas não podia deixar de ver em Paes Barreto uma autoridade legal, impedida do exercicio de suas funcções pela violencia. Assim, quando Barreto, acompanhado de Lamenha Lins e Seara, seguido de muitos outros amigos fieis á sua causa, passou o Persinunga para refugiar-se na provincia, valendo-se da amisade dos Mendonças, a Junta acolheu-o amigavelmente e, desde então, prestou-lhe todo o apoio material, no sentido da organisação de forças contra Paes de Andrade.

Barra Grande tornou-se o quartel general da reacção. Para lá se dirigiram os desertores do esquadrão de cavallaria e grande parte dos batalhões de caçadores ns. 1 e 3, do commando de Lamenha e Seara.

O governo imperial mandou que o capitão de mar e guerra João Taylor, promovesse os meios de fazer acatada a autoridade de Paes Barreto e as providencias tomadas pelo chefe da divisão naval, surta no porto do Recife, foram desatendidas formalmente pelo Grande Conselho, a quem Paes de Andrade affectara a solução do conflito. Todavia o governo imperial procurou um meio termo conciliador, nomeando para presidente de Pernambuco José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, sendo obstada a sua posse.

Todos esses successos foram agravados pela questão constitucional, descordando Paes de Andrade e todos os elementos que o acompanhavam do ponto de vista do governo imperial. Agora o conflicto tomava outro aspecto: o Imperador era declarado traidor á nação. Foi proclamada, em 2 de julho, a Confederação do Equador, para cuja implantação já Paes de Andrade trabalhava activamente, enviando emissarios ás provincias visinhas. Parece que, antes do fracasso da missão de João Guilherme Ractcliff as Alagoas, foi mandado o padre Francisco Muniz Tavares, ex-deputado á Constituinte, figura notavel na revolução de 1817. Somos levados a essa opinião em vista do documento que se nos depara no volume XXI, pag. 363, das Publicações do Archivo Nacional, a respeito desse illustre brasileiro. O general Francisco de Lima e Silva recommendou o padre á benevolencia official, e nestes termos:

> «Arrependido de suas loucuras, e consio de que se havia desgarrado do verdadeiro caminho de fiel subdito de S. M. I., *na volta de sua missão ás Alagoas;* cooperou muito para acceitação do Projecto de Constituição e rompimento do dia 20: foi perseguido e fugio para o Rio de Janeiro.»

Proclamada a Confederação do Equador, de caracter francamente republicano e separatista, Paes de Andrade procurou proselytos na provincia das Alagoas. Já não governava a Junta presidida pelo venerando e energico padre Francisco de Assis Barboza. Desde o dia 1.º de julho o governo era exercido por D. Nuno Eugenio de Locio Seiblitz, 1.º presidente constitucional das Alagoas.

Ao povo da provincia, Paes de Andrade dirigiu a seguinte proclamação:

> «Alagoenses! O estrondo das armas, que a tempos trôa em vossos ouvidos, talvez vos tenha assustado acerca da pureza das intenções que tem levado tropas pernambucanas sobre vosso territorio. Nada, Alagoences, nada se dirige contra vós, que, fazendo a pouco parte desta provincia, sois ligados comnosco por uma natural e mutua sympatia; o vosso governo só, vós bem sabeis, tem provocado tantas despezas, tantos encommodos e tanto sangue. Elle fez de vosso territorio um couto de desertores e rebeldes; elle acolheu os primeiros trinta e dois insubordinados da cavallaria, e não contente com isso, elle abrigou, não digo bem, elle favoreceu, protegeu e ajudou esses bandidos, que agora são a causa e a origem dos vossos e dos nossos trabalhos. Eu perfeitamente

penetrava no futuro de todos males de uma guerra entre irmãos, e os prejuisos de uma invasão e violação de vosso territorio; eu requisitei de vosso governo a entrega dos rebeldes, eu lhe pedi que, ou os expulsasse para cá, ou desse licença para ir lá prendel-os. E qual tem sido o resultado de tanta condescendencia? o terem ganhado tempo para se fortificarem com a proteção e auxilio desse mesmo governo. Perfido e atraiçoado, elle tem quebrado todos os laços que deviam ligar autoridades constituidas em a mesma nação; elle tem feito que o primeiro máo exemplo contaminasse a parte ainda sã da briosa tropa desta provincia; elle tem occasionado a impunidade, não, a autorisação do crime; elle tem excitado o justo resentimento dos pernambucanos e do seu presidente; elle tem provocado uma guerra, que a posteridade incorrupta e imparcial não pode deixar de imputar-lhe. Era, pois, do meu dever perseguir os criminosos que queria punir; e era a esse fim que se encaminhavam as nossas armas. Agora, Alagoenses, que esse governo já não existe, é só contra os desertores estacionados em Barra Grande que nós marchamos, até que sejam extinctos. Estai tranquilos e não tomeis parte em seus crimes; não vos associeis com elles, não consintaes que vosso actual presidente vos comprometta, e nossas armas respeitarão vossos campos, vossas casas, vossos bens e vossas familias; nós faremos tudo para adoçar os males que já tendes soffrido; do contrario, bem que a pezar nosso, tereis a soffrer todos os males, todos os flagellos de uma guerra em vosso territorio: a razão nos assiste; nós não hesitaremos e o mundo imparcial julgará a nossa causa. *Manoel de Carvalho Paes de Andrade,* Presidente.»

Para Barra Grande, como segundo commandante do brigue de guerra *Constituição ou Morte*, foi enviado João Guilherme Ratcliff, que trazia poderes de Paes de Andrade para negociar com D. Nuno Eugenio de Locio Seiblitz um accordo. Era primeiro commandante desse navio o 2.º tenente João Metrovich. A escuna *Goyana,* sob o commando de Joaquim da Silva Loureiro, o acompanhava, trazendo forças, dinheiro e munições de guerra, para a divisão constitucional do sul, e grande copia da proclamação acima transcripta.

Ao chegar no Rio de Janeiro a noticia da subversão da ordem constitucional em Pernambuco, com a proclamação da Confederação do Equador, o governo imperial mandou suspender as disposições do § 8.º do art. 179 da Constituição para todo o territorio de Pernambuco, justificando as rasões desse acto

de maneira brutal. Esse decreto, que tem a data de 25 de julho, foi logo seguido de outro, mandando processar summariamente, em commissão militar, *os chefes e cabeças da facção de Manoel de Carvalho Paes de Andrade.* O brigadeiro Francisco de Lima e Silva foi nomeado commandante geral das forças que iam cooperar contra os republicanos e presidente da commissão militar.

A esse tempo Barra Grande era um reducto poderoso, capaz de grande resistencia. Alem das tropas que haviam acompanhado a Paes Barreto, das que em Alagoas se lhes incorporaram, a familia Mendonça trouxe-lhes grandes contingentes. Jacintho Paes de Mendonça, tenente-coronel das milicias de Porto Calvo, reuniu o seu batalhão, levando-o á Barra Grande; Bernardo Antonio de Mendonça, tenente-coronel aggregado das mesmas milicias, levantou tropas em Jacuhype, *que muito concorreram para a derrota dos rebeldes no interior,* quando pretenderam atacar os legalistas pela rectaguarda; José de Mendonça de Alarcão Ayalla, capitão de milicias, levou a sua companhia para Barra Grande. E não foram só os Mendonças. O capitão de guerrilhas de Porto Calvo, Luiz José de Almeida Lins *sendo de sessenta annos de edade, esteve em Barra Grande algum tempo com a sua guerrilha, que defendia as trincheiras, em as quaes passava a mór parte das noites;* Christovam Dias, commandante dos indios de Jacuhype, «levantou-se com os seus selvicolas contra os rebeldes do interior, bateu-os completamente no Engenho Camarão, onde estavam entrincheirados, e portou-se com muita bravura no ataque de 17 de julho, cortando a rectaguarda do exercito rebelde pelo districto de Una, bateu-os e destroçou-os no Engenho Ilhetas, matando ahi o celebre Pitanga.»

O major Miguel Velloso da Silveira Nobrega e Vasconcellos, a quem coube o commando geral de todas as forças que operavam em Alagoas, mereceu do general em chefe elogiosas referencias, pela relevancia dos serviços que prestou. De Maceió veio tambem um contingente para Barra Grande, onde Taylor fez desembarcar cerca de mil homens de segunda linha, vindo para a lucta nas corvetas *Niteroy* e *Piranga.* Approximadamente dois mil homens formavam nas trincheiras de Barra Grande.

O reducto foi atacado nos dias 6, 7 e 8 de junho, pela divisão constitucional, sendo repellida com 22 homens mortos, 79 feridos e 17 extraviados. Novos assaltos foram dados em 8 e 17 de julho, com insuccesso e perdas consideraveis.

Ao brigue *Bahia*, que defendia os ataques á Barra Grande, juntou-se o *Constituição ou Morte,* com 30 praças de artilharia, o resto do 2.º e 3.º batalhões de caçadores e muitos voluntarios. Na escuna *Maria da Gloria* seguiram do Recife mais praças de

artilharia. Metrovich e Loureiro commandavam a esquadrilha constitucional, que disponha de 22 boccas de fogo.

Á Ractcliff coube uma missão mais delicada, como já referimos: *concordar com o commandante da divisão constitucional, sobre o modo de fazer negociações com o governo das Alagoas, afim de pôr termo ás hostilidades por meio da convenção.* Raccliff destacou-se da divisão para dar desempenho a sua missão. A 22, o mallogrado confederalista estava em Porto de Pedras, onde foi recebido á bala, rendendo-se no dia seguinte á esquadra imperial, composta da corveta *Maria da Gloria* e do brigue *Guarany*. Prisioneiro de guerra, foi conduzido á Bahia, e depois para o Rio de Janeiro, onde foi processado e julgado summariamente com os seus infelizes companheiros de aventura. Fracassara, pois, a embaixada de Ractcliff ao presidente das Alagoas.

Em terra, entretanto, a lucta tomava grandes proporções, soffrendo os confederados serios revezes, a ponto de serem obrigados á retirada, que se operou em condições difficilimas, atravez da matta bruta, abrindo a soldadesca, a machado, o trilho por onde era necessario passar.

Foi depois dessa memoravel retirada, que a esquadra imperial, do commando de Cockrane, aportou em Jaraguá, em 16 de agosto, della desembarcando o general Francisco de Lima e Silva, com 1200 homens, que, reunidos ás tropas de Barra Grande, formaram o Exercito Cooperador da Boa Ordem. Dahi em diante foram de derrota para os confederados os successos que se seguiram, até o final anniquilamento do grande sonho republicano de Paes de Andrade.

Entretanto, em Alagoas a revolução encontrou adeptos enthusiastas, que pegaram em armas e luctaram até o fim.

O espirito profundamente liberal do capitão Manoel Vieira Dantas, o typo mais suggestivo de revolucionario em nossa terra, que, anteriormente, tanto pelejara pela causa republicana de 1817, pôz-se, de corpo e alma, ao lado da Confederação do Equador.

Gosando de immenso prestigio na provincia, chefe de uma familia numerosa e das mais illustres, da qual sahiu para o grande scenario da vida nacional o Visconde de Sinimbú, Dantas, ao lado de seus filhos, Francisco Frederico Vieira da Rocha e Manoel Duarte Ferreira Ferro, depois Barão de Jequiá, reuniu os elementos mais proximos de seu feudo de S. Miguel de Campos e partiu, resoluto, para a lucta. Falharam, porem, os planos do bello caudilho: alem de Anadia, nenhum outro povoado lhe prestou adhesão. Não desanimou e não recuou. Era um caracter inteiriço forjado no aço da resistencia moral, capaz dos maiores sacrificios na defeza de seus principios politicos.

Em Anadia, aos 24 de maio, antes mesmo da proclamação revolucionaria de Paes de Andrade, era constituida uma Junta Provisoria, em antagonismo a da capital. Compunham-na Antonio de Barros de Macedo Leite, presidente; José Joaquim Bastos, secretario; padre Lourenço Pereira de Carvalho e Manoel Ferreira de Sá e Andrade, vogaes. Esta Junta procurou a solidariedade de Penedo. A Camara da cidade sanfranciscana negou-lhe o apoio solicitado, *porque não devia Penedo discrepar da norma de proceder dos demais lugares, para secundar um poder illegitimo fundado a força das armas em Pernambuco.*

A recusa da solidariedade não desalentou os confederalistas alagoanos. Cerca de 800 homens, dos que obedeciam a orientação politica de Vieira Dantas, foram mobilisados. Ao encontro dos confederados foram enviadas tropas abundantes. Travaram-se renhidos combates em Palmeira dos Indios, Cruz das Almas e S. Miguel de Campos.

Pernambuco não os abandonou na dolorosa conjunctura; enviou-lhes soccorros, que acamparam no Engenho Kagado, por não poderem atravessar o rio Parahyba, em cuja margem opposta estavam os imperialistas. Derrotados em S. Miguel, os confederados debandaram. Vieira Dantas e seu filho Frederico foram presos, participando da sorte dos prisioneiros sua veneranda esposa D. Anna Lins em companhia de seu filho João Lins Vieira Cansanção de Sininbú. Ferreira Ferro consegiu evadir-se.

Conduzidos para o Recife, recolhidos, primeiramente, ao convento do Carmo e depois para a fortaleza do Brum, foram os prisioneiros submettidos a processo summarissimo e condemnados á morte pela commissão militar. Mais tarde a sentença militar foi commutada em degredo para o rio Negro na provincia do Amazonas. Mas Ferreira Ferro, transportando-se á capital pernambucana, achou meios de dar evasão a seu pae e a seu irmão, conduzindo-os ás Alagoas, pondo-os ao abrigo das perseguições que se desenrolavam por toda parte. As chronicas não referem como Ferreira Ferro conseguiu esse prodigio; o facto, porem, tem-se como veridico e Thomaz Espindola, amicissimo do fallecido Barão de Jequiá, o registra em sua Geografia Alagoana.

Condemnados á morte e justiçados implacavelmente em Recife foram Frei Caneca, Lazaro dos Santos, Antonio de Moraes, Agostinho Bezerra, Antonio do Monte, Nicolau Martins, Jones Heides Rodgers e Francisco Antonio Fragozo; no Rio de Janeiro Joaquim Loureiro, João Metrovich e João Guilherme Ratcliff; no Ceará João de Andrade Pessoa, Francisco Miguel Pereira, Luiz Ignacio de Azevedo, Feliciano José da Silva e o padre Gonçalo Mororó.

Manoel de Carvalho Paes de Andrade, recolheu-se a bordo da fragata ingleza *Tweed*, que o deixou na provincia do Pará, donde passou á Guyana Ingleza.

A munificencia imperial para com os que defenderam o trono em contraste com a sua crueldade para com aquelles que tentaram derrubal-o, foi notavel em Alagoas. Jacintho Paes de Mendonça foi promovido a coronel e agraciado com o officialato do Cruzeiro; Bernardo de Mendonça tambem galgou o posto de coronel e foi feito cavalheiro do Cruzeiro; José de Mendonça teve igual distinção honorifica; Luiz José de Almeida Lins recebeu o gráo de cavalheiro de Christo, que tambem foi dado a Christovam Dias e José Joaquim Cardoso Lins, juiz ordinario de Porto de Pedras; Bento José da Costa foi agraciado com a commenda da Ordem de Christo, e o padre Francisco de Assis Barboza foi condecorado Dignatario do Cruzeiro.

Coube a D. Nuno Eugenio de Locio Seiblitz reparar os estragos que a guerra civil fizera na provincia, como lhe coubera a collaboração com as forças imperiaes na debellação das desordens sangrentas resultantes do tragico episodio historico. E houve-se nessa missão restauradora das finanças, da vida economica e da paz alagoanas com solicitude e imparcialidade. E quando os animos serenaram e a ordem foi restabelecida, fez a eleição para deputados geraes, na legislatura de 1826 a 1829, recahindo a escolha popular em Francisco de Assis Barboza, João da Costa e Silva, José de Souza Mello e padre Luiz José de Barros Leite.

Feita a eleição senatorial, foi o presidente das Alagoas escolhido pelo Imperador, com o Marquez de Barbacena. Ao retirar-se do governo, entregou a provincia inteiramente pacificada ao vice-presidente Tertuliano de Almeida Lins.

No desenrolar dos acontecimentos que motivaram a Confederação do Equador, a attitude do governo das Alagoas, quer a Junta presidida pela experiencia e patriotismo do padre Assis Barboza, quer sob a acção administrativa de D. Nuno Seiblitz, foi norteada pelos interesses da ordem publica e por interesses ainda maiores, os da conservação da integridade territorial. Essa conservação, determinando muitas vezes medidas governamentaes de extrema dureza, é a obra mais notavel dos homens do primeiro Imperio e dos grandes estadistas do periodo regencial, dentre os quaes Feijó foi um dos maiores e mais insignes. Porque foi dominando o espirito de separação, que caracterisaram os dois grandes movimentos republicanos de Pernambuco, e resistindo bravamente á anarchia que as paixões politicas desencadeiavam no paiz até á antecipação da maioridade de D. Pedro II, que o Brasil

chegou até nós sem lezões no seu territorio, tal qual o deixou o primeiro Imperador. E a victoria da Confederação do Equador seria, fatalmente, o desmembramento.

Em todos esses pronunciamentos separatistas, ultima *razão* de ideal republicano, no norte sem o apoio do sul, mesmo sem o apoio popular, porque a concepção de regimen, nas suas vantagens politicas, era privilegio de poucos que emergiam dentre as turbas ignorantes e analphabetas; em todos esses movimentos, a provincia das Alagoas collaborou efficazmente na obra dessa conservação, pelo seu governo e pelos seus homens mais em evidencia. Se em seu solo não se ergueram as forças para a repressão inclemente do ideal republicano, na jornada tragica da Confederação do Equador, é que lhe valeram a orientação politica e a clarividencia administrativa de seus homens notaveis, com responsabilidade no governo, encaminhando-a para o regimen da ordem e da legalidade.

Assim, nesse episodio da historia nacional, a acção do illustre Assis Barboza, esteve de accordo com os interesses do paiz. E se não lhe illuminam a memoria os esplendores do martyrologio republicano, o seu nome nos veio como o de um servidor leal da sua provincia e do seu paiz, fora do tumulto desordenado das aspirações politicas, absurdas umas, insolitas outras, inopportunas quasi todas...

Craveiro Costa.

O PRIMEIRO CENTENARIO DE D. PEDRO II

O tempo—o mais poderoso e paciente reconstructor da consciencia historica dos povos e das nacionalidades, para o julgamento do valor moral e mental dos seus grandes homens, vai encerrar na inolvidavel consagração de um seculo, a magestade serena de um vulto que, no relevo augusto das suas prerogativas, foi alèm do seu destino privilegiado de soberano de um vasto Imperio, para culminar no sabio, no philosopho que esculpiu a moral de uma grande nação e educou um grande povo na projecção continental do seu culto ao direito e á justiça.

E a consciencia da maioria da nação brasileira está definida noncepção maravilhosa desse conceito; está encaminhada para a defeza do seu pátrimonio historico, inspirada por um intrepido sentimento de acatamento e justiça, que, seguramente, repellirá o scepticismo dos iconoclastas, até onde se faça sentir inutil a incoherencia desse sopro de mentalidade desvairada, que está ameaçando com um passivo aterrador o senso estethico do caracter nacional.

E' forçoso reconhecer que seria impossivel perceber e valorizar a acção de um povo joven, empenhado na obra da sua formação social e politica, si na tarefa da consummação do seus designios naturaes, podesse desintegrar as suas faculdades realizadoras, a perigosa fascinação desses lamentaveis factores de desorganização social.

Felizmente, nos momentos em que se encerram os cyclos que enfeixam as directrizes do nosso destino historico, como este em que commemoramos o primeiro centenario do nascimento de D. Pedro II, o que realça, sobretudo, da nossa cultura, dos pendores magnificos do sentimento nacional, è a feição grandiosa e seductora desse idealismo limpo de sombrios egoismos, no vibrante dynamismo constructor do monumento de força moral e politica, accentuadamente pacifista, com que fazemos reflectir o individualismo da nossa actuação politica na America Latina.

E essa actuação não tem sido uma obra de ficção, panteada apenas na theoria de meras expressões de cortezia internacional. Ella tem sido, principalmente, uma expressão homogenea da nossa consciencia juridica, do espirito de ordem e de harmonia que modelou o sentimento da nossa nacionalidade, na desambição das conquistas immoraes contra

o direito, inspirando, rigorosamente, a comprehenção dos nossos deveres e da nossa honra, no culto sereno da coragem e da bravura, sem as suggestões abominaveis dos pendores bellicosos.

E tudo isso é digno, è nobre evocar da consciencia de um povo que não renunciou ingloriamente o seu passado, que não apostatou das suas tradições ; á consciencia de um povo que está erigindo um monumento de cultura civica para commemorar o primeiro centenario do fundador da sua nacionalidade, do sabio modelador da sua feição moral , á consciencia de um povo que se exalta numa edificante sinceridade para affirmar, poderosamente, que existe pelo seu passado, magnifica sobrevivencia a todos os erros da Republica, ao contraste duma certa demagogia dissolvente que não logrou obumbrar o espirito de ordem constructora, de accentuada evangelização idealizadora, que esclareceram, á luz da razão e do direito, a sabia politica de Pedro II.

Certo, em nenhum outro momento como este, em que os povos mais representativos de uma velha civilizacão, requintados na cultura de um direito caduco, numa falsa comprehensão dos seus deveres internacionaes, afogam o remorso das suas consciencias delinquentes nas cinzas dos incendios infernaes da ultima guerra, o Brasil fundamentaria com uma expressão mais dignificadora a pujança dos seus ideaes pacifistas, pelo pensamento generoso e promissor dos cultores magnos do seu direito e do seu sacerdocio pela justiça, na Liga das Nações, no Congresso da Paz e dos entendimentos internacionaes.

E tudo isso está luminosamente gravado na limpidez da consciencia nacional, como um reflexo do passado, como uma conquista valorizada por cincoenta annos da actuação do reinado magnanimo de D. Pedro de Bragança sobre os destinos gloriosos do Brasil e outro tanto que as raizes da grande arvore solitaria consumiram para se aprofundarem, symbolicamente, no tempo e na immortalidade.

Foi, pois, nessas ambiencia salutar, á sombra augusta dessa arvore symbolica, que se formaram as correntes de força estactica accumuladora das nossas tradições ; que se estylizaram os contornos da nossa nacionalidade, no relevo forte dessa civilização que os definiu na hegemonia continental de inspiradores da sabia politica de harmonia e congraçamento dos povos latino-americanos.

Mas á Nação Brasileira não deve ser grato somente evocar, no centenario do nascimento de Pedro II, a sua obra de actuação pacifica, consummada sem a mascara as-

sombradora da guerra e das conquistas insolitas. Devemos, sobretudo, delle exaltar o que não escapou aos rythmos sóbrios da justiça da Historia, ao sentimento da nossa fé nos destinos da Patria, da sua poderosa contribuição moral formadora do caracter da raça, do altivo esplendor da nacionalidade, definido nos magnificos pendores da sua comprehensão da honra e dos brios nacionaes.

E o Monarcha não podia revelar uma sabedoria mais profunda, do que encaminhando as tendencias da Nação Brasileira para esse surto de idealismo em que se aprimorou a sua formação politica, ao mesmo tempo que se aprimoravam, em esplendidas realidades, as nobres attitudes do Imperador, em defeza da dignidade e dos brios de seu povo.

Neste ponto, o Brasil, na decorrencia do aureo periodo da politica do segundo Imperio não só teve o destaque de uma formidavel potencia moral, como foi um projector maximo de altivez e de hombridade, ingressando, para logo, no conceito internacional, ainda na adolescencia da sua soberania, como reflexo de uma mentalidade que se ensaiava para o dominio singular da sua autoridade, que, fatalmente, havia de se projectar prenunciadora da sua finalidade victoriosa.

A historia do segundo Imperio, mesmo discutida pelos elementos mais antagonicos à politica de Pedro II, não se desatavia da belleza documentadora de uma época em que a democracia, como expressão genuina das forças politicas, justificava o apreço á inolvidavel figura do Monarcha, sem fanatismos percebiveis nas adorações de um povo de fetichistas.

Foi assim que se esculpiram as normas magistraes da nossa soberania, com os relevos inconfundiveis de uma moral austera para os nossos entendimentos domesticos e o amplo monumento da nossa cultura juridica, delineado na rectidão dos nossos designios, na limpidez da nossa consciencia encaminhada para os nobres e generosos ideaes que nos difiniram no conceito das nossas relações internacionaes.

E sò assim sobreviveria intacto o legado desse magnifico passado, immenso na gratidão da alma nacional, desmedido na dynamização dos seus valores disseminados pelo tempo, continuador infatigavel da obra omnipotente do ultimo Veda, que na vastidão de um mundo novo, plantou a arvore de uma civilização que abrangerá, no futuro, com a sua sombra promissora, a mais estupenda agglomeração humana, dignificada pela bonança da maravilhosa seara da paz e do trabalho.

E o instincto de um povo o encaminha, assim, para a posse segura do seu destino historico, quando á sua maioridade precedeu o trabalho originario da sua formação, a lucta do direito contra as tendencias naturaes da força divergente, o clarão da justiça, illuminando o cháos das consciencias rebeldes ainda à estatica da ordem, à disciplina formadora da harmonia e do rythmo da dynamica social.

E D. Pedro II foi esse encaminhador imperturbavel das correntes formadoras da estructura da nossa nacionalidade, imprimindo-lhe o espirito da disciplina, educando-lhe o sentimento no culto do direito e aprimorando-lhe a sensibilidade na concepção esthetica da Patria—expressão sentimental do affecto e reflexo poderoso da dignidade ; projecção da moral politica de cada povo no monumento da sua cultura e da sabia orientação das suas relações de interesse e de cordialidade com outros povos.

E toda essa obra é grato evocar às nossas reminiscencias historicas. Ella é uma synthese e um symbolo magnifico que exalta a memoria daquelle grande espirito, que, transpondo um dia as fronteiras do joven Imperio, já illuminadas pelos albores da civilização que hoje nos envaidece, foi revelar a sua vastissima cultura ás metropoles da força e do pensamento, sagrado no conceito do maior poeta da raça latina, como si á visão julgadora de Victor Hugo se desmedisse a figura augusta de um patricio da antiga Roma, no perfil seductor de um neto de Marco Aurelio.

O Imperador, na sua primeira viagem à Europa, viagem unicamente de interesse ás investigações do sabio e do philosopho, o que elle foi procurar nos grandes centros de irradiação mental, foi uma amplitude mais vasta e mais requintada do seu retiro de pensador no Palacio de S. Christovam.

Foi assim que, na sua permanencia em Paris, como si fôra apenas um simples cidadão de uma grande democracia na America, elle sentiu, mais poderosa, a emoção do seu primeiro encontro com o grande evangelizador dos Miseraveis, do que lhe teria envaidecido a honra insigne de presidir a uma sessão da Sorbonne, como de passagem na Hespanha, a recepção excepcional com que o distinguiram na Universidade de Salamanca.

Tudo isso se reflecte no estuario sereno da historia do grande Soberano, que é a historia da Patria, o commentario de uma época brilhante em que o Brasil sentia vibrar nas suas fronteiras a repercussão do respeito e do acatamento das mais poderosas potencias do mundo, unanimes em re-

conhecer o prestigio das nossas instituições, a actuação moral do representante maximo da nossa cultura politica e da nossa soberania.

Certo, diante do magestoso scenario dessa solemnidade nacional, onde fulguram as homenagens do Brasil inteiro á memoria do seu segundo Imperador, não exaltamos uma obra de ficção historica, o fetichismo de um culto pelo direito divino das realezas.

O que o povo brasileiro exalta do grandioso sentimento das suas evocações, é o patrimonio do seu passado, rememorando um periodo grandioso da sua evolução, quando, ao Brasil, o senso juridico das expressões mais representativas do mundo culto, outhorgava a primazia de fôro magno para as decisões definitivas do tribunal sereno e egregio da consciencia de Pedro II.

Releva lembrar aqui um facto culminante da Historia do Brasil, no segundo Imperio.

Na America do Norte, um verdadeiro cataclysmo social cavara um abysmo, separando a grande Republica em duas polaridades oppostas : as provincias do norte divergentes, num desentendimento irreconciliavel, das do Sul, e, como epilogo à lamentavel discordia, o tragico horror da maior guerra civil que já envolveu os destinos de uma grande nacionalidade.

O mundo civilizado não podia ser o espectador indifferente dessa lucta fratrecida, resaltante no contraste da sua finalidade, porque, de um lado, a luz da verdade e da justiça dignificava um ideal, quando, do lado contrario, a affirmação negativa de um direito iniquo, apenas justificava o eclypse das consciencias desviadas da moral e da razão,

Foi quando algumas potencias europèas pretenderam intervir no grande conflicto. de modo que cessassem os seus effeitos sobre os interesses mercantis dos paizes commercialmente ligados ao vasto emporio dos Estados Unidos.

Mas, a poderosa Republica quiz consagrar do outro lado da vastidão do mundo novo, o Brasil, no esplendor da sua democracia encarnada na magna figura do Imperador, revelando ao mundo pelo espirito liberal de Lincoln, o seu inolvidavel Presidente, o intuito de acceitar, na hypothese de uma intervenção amiga, a mediação do Brasil.

Ficou, então, registada na immortalidade da consciencia nacional, aquella carta insigne em que Pedro II desvendou em 1864, não só ao liberalismo de Lincoln, mas ao mundo americano, o que o destino lhe podia reservar de mais grandioso e de mais solemne, na imparcialidade da justiça e da historia, como o modelador da expressão valiosa

desse padrão suggestivo de uma nacionalidade, que foi, desde a sua adolescencia, pelo prestigio fascinante do seu modelador, «a voz da verdadeira liberdade através do mundo».

E a clemencia do inolvidavel Soberano, do philosopho, do sabio, vibrou nesse documento memoravel, «pelos amigos da humanidade, em todas as nações», porque a sua voz era «a voz da verdadeira liberdade através do mundo». Exaltou, ardente de fé e de confiança nos destinos futuros da Patria, «os principios brasileiros, os ensinamentos brasileiros» como «os sagrados principios da humanidade».

Quando em 1874, D. Pedro II affirmou ao espirito liberal de Lincoln, a sua alta autoridade para proclamar o generoso sacrificio dos Estados que se batiam em nome da Justiça pela liberdade dos escravos na America do Norte, fallaram pela voz do vidente, as vozes singulares das esphynges que guardam o segredo do nosso destino.

Fallou a voz do genio da America livre, evangelizando para o futuro, o que outro dispersador de ineditismos, constructores das novas correntes sociaes, repetiria, pela voz de Wilson, em 1817, pedindo ao Congresso Americano a decretação do estado de guerra para combater a tyrannia da força contra os sagrados direito da humanidade.

E' assim que da alta politica externa do segundo Imperio, espanejante de gloria no brilho da sua diplomacia, realçante na magestade de D. Pedro de Bragança, nas homenagens do mundo inteiro aos seus talentos,—politica honesta — altiva, cheia de nobreza desataviada dos processos ridiculos do cabotinismo, sem alardes de rastaquerismo, podemos ingressar na vida interna do Imperio, uma verdadeira escola de estadistas, de assignalados valores ao serviço de uma Patria que era a projecção poderosa do sabio e virtuoso Monarcha que dirigia os seus destinos

As nações, os povos, como as grandes arvores, vivem das raizes profundas das suas origens, da evocação remota das suas tradições, no embevecimento dos echos solemnes do seu passado.

O Brasil, neste particular, tem razão de se envaidecer da *prata de casa*, toda brazonada e de valor authentico...

E D. Pedro II foi bem o artifice paciente, o cinzelador impeccavel, accumulando todo esse thesouro que a sua magnanimidade e o seu espirito dispersaram como a obra eterna de um tempo que o povo brasileiro rememorará com o carinho e o apreço de um reconhecimento unanime.

O que elle menos quiz ser foi o Imperador, no exclusivismo magestatico das suas prerogativas, para fulgurar na

aristocratica naturalidade de seus habitos simples, indifferente a todas as solemnidades inuteis, inconfundivel, porèm, na solemnidade unica do seu culto á honra, á grandeza sem deslises de uma Patria que elle soube presar, no culminante fervor da mais ardente das venerações.

E todas essas virtudes excelsas formaram o vasto, o profundo manancial que ficou guardando serenamente o acervo moral dessa nobre existencia, desdobrada na philanthropia dos mais transcendentes ensinamentos, até a hora tragica do exilio que o condemnou na velhice, elle, o senhor de um Imperio, a se afundar com as sombras melancolicas do seu outomno, na amargura de esmolar o ultimo agasalho do infortunio e da humilhação em terra estranha.

Nesse manancial, os criticos, os historiadores pódem mergulhar as mãos, á vontade.

Não queremos, porem, apreciar a personalidade egregia de D. Pedro II, emprestando-lhe qualidades excepcionaes a uma divindade, excluindo-o do cyclo precario dos destinos humanos. Queremos aprecial-o, como na realidade elle existiu, pensou e agiu.

Inegavelmente, elle viveu, peusou e agiu, como convinha pensar e agir, creando elle proprio, á semelhança de seu genio, o genio da raça, o pendor da nação brasileira para as suas gloriosas finalidades.

E não podia ser differente da sua educação, nas brilhaturas das suas directrizes, o povo que se formou ao influxo do espirito de um Monarcha, que transpunha as fronteiras da Patria para conviver com os sabios, os artistas e os poetas, pontificando nas Universidades, levando ás Nações curiosas das suas attitudes, não o exotismo a pparatoso de uma realeza na livre America, mas a impressionante realidade da expressão fascinadora de uma democracia projectada sobre o monumento historico de um paiz joven e forte, com as fórmas lapidares de uma monarchia liberal.

E não podia ser outra a evolução da nossa cultura, aprimorada, assim, na emulação de um sabio que, «si não fôra o Imperador do Brasil, almejaria ser o simples professor de uma cadeira no Collegio Pedro II.»

Do mesmo modo, não podia ser outra a indole do povo brasileiro, deste povo que trabalha sorrindo a obra da sua civilisação, offerecendo o espectaculo da sua actuação collectiva, no esforço do «homem sem ambições desmarcadas, que ama a harmonia, respeita a vida humana, abomina a bellicosidade, que è bom e amavel atè o exagero», «fazendo,

porém,questão de saber, como o que mais o saiba, defender-se bravamente.»

E porque haviamos de ser differentes? Nos tempos do Imperio, o Brasil teve em D. Pedro de Alcantara, o exemplo edificante do maior cultor do sentimento da intrepidez e do senso objectivo da coragem, praticasse, embora. a clemencia e exercesse a tolerancia, como armas poderosas contra os inimigos mais encarniçados do seu throno.

Entre os innumeros episodios que ficaram relembrando o gesto da magnanimidade do Imperador, dois excellem na fidelidade evocadora dos desprendimentos pessoaes do Soberano, em proveito dos interesses da Nação.

Havia terminado a guerra do Paraguay e, como era natural, o paiz atravesava uma phase de tremenda depressão financeira.

Foi quando pelas columnas ineditoriaes de um grande diario carioca, começou alguem, que se assignava com o pseudonymo de Veritas, a escrever uma serie de notaveis artigos sobre Economia Politica, revelando a competencia do seu autor no magno assumpto.

O Imperador, immediatamente, ordenou ao Presidente do Conselho de Ministros, que procurasse, a todo custo, descobrir o illustre anonymo e o convidasse para dirigir a pasta da Fazenda.

Na primeira reunião do Ministerio, Sua Magestade apressando-se em interrogar o Chefe do Gabinete sobre o resultado da incumbencia, logo comprehendeu, às primeiras indecisões daquelle titular, que se tratava de um dos muitos disseminadores de tempestades em torno do throno imperial.

De facto, tratava-se do dr. Joaquim de Salles Torres Homem, o autor do «Timandro», livro violento, onde a Familia Imperial era tratada com a rudeza de linguagem do temivel pamphletario.

Mas o Imperador não vacillou um momento: «Basta: Já sei... Bem vejo que me não conhecem. Olhe, sr. Presidente do Conselho, quando lhe confiei a delicada missão, eu já sabia de quem se tratava, mas eu não posso collocar os meus sentimentos pessoaes ácima dos interesses do meu povo».

E o revolucionario republicano foi o Ministro da Fazenda, salvou as finanças do Imperio, ficando celebre a sua phrase: «Senhor, para os grandes crimes, as grandes expiações».

D. Pedro II só não permittiu ao, depois Visconde de Inhomeirim e Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario em uma das mais brilhantes côrtes européas, a satis-

fação do desejo manifestado à Sua Magestade, de beijar a mão da Imperatriz.

Outro episodio, que relembra um rasgo de commovente generosidade do filho de Pedro I, desdobrou-se, segundo a narrativa de um commentador, em torno da pessoa de Salvador de Mendonça, então Director de uma folha republicana na Corte, em 1877.

Narra o historiador que, tendo um dia fallecido a esposa do intrepido propagandista republicano, encontrára-se este nas aperturas de uma emergencia em que, ao luto e à dôr, juntavam-se sérias difficuldades de dinheiro para os funeraes.

Mas, ao chegar ao conhecimento do Imperador, este ordenára ao seu mordomo que fizesse chegar, sob o maior sigillo, ás mãos do jornalista, o bastante em dinheiro, para as despezas dos funeraes e do luto da familia.

Affirma ainda o chronista que, por muito tempo, ficara Salvador de Mendonça na ignorancia da origem do acto munificente, continuando a atacar a politica do Imperio.

O tempo, porèm, encarregou-se de desvendar o mysterio e um dia, o jornalista correu à Quinta de S. Christovam, confessando reconhecer na sublimidade do acto generoso a grandeza moral do seu autor.

Contam que convidado Salvador de Mendonça, pelo Imperador, «para pôr o seu talento ao serviço do Paiz,» acceitára o cargo de Consul Privativo do Brasil em Baltimore, nos Estados Unidos, cargo no qual o Monarcha, numa piada desafogante, disse esperar que o joven diplomata «prestasse tão bons serviços ao Imperio na Republica para onde seguia, quantos prestára à *Republica* no Imperio do Brasil»

Da munificencia desse Mecenas coroado, difficil seria dar dimensão ás proporções do seu desdobramento, taes as feições imprevistas que, por vezes, o desmediam na orbita das possibilidades da benemerencia humana.

Pedro II foi um predestinado. Elevado ao poder pelo golpe politico que forçou a sua maioridade, dentro dum momento historico dos mais difficeis para o paiz, este facto deveria vencer todos os obstaculos, pois era o inicio auspicioso do segundo reinado, inaugurado a 23 de julho de 1840.

Ao Brasil urgia encaminhar as directrizes da sua finalidade historica, encerrar o cyclo de agitação das correntes revolucionarias, emmudecer o grito de revolta de tantos incontentados e a todos integrar na consciencia das suas responsabilidades diante dos anseios do povo para uma nova èra de trabalho, de estabilidade e de progresso.

Não queremos, todavia, isolar a figura do Imperador nesse scenario maravilhoso, como factor unico da obra do grandioso monumento que encerra a historia do segundo imperio.

Elle foi, não ha duvida, a figura central, a estructura singular que se desenhou desmedidamente nos admiraveis e formosos capitéis daquelle monumento, mas, em torno da sua acção creadora, gyraram figuras notaveis de estadistas que ás nossas reminiscencias envaidecidas è grato evocar.

Houve muito quem jogasse, como arma de opposição, com a *politica pessoal* do Imperador, o *arriée pensée* de sua Magestade, quando, com as liberalidades de certos gestos e os desafogos da sua benemerencia ia, muitas vezes, ao encontro de encarniçados inimigos do seu throno.

Mas, si o Imperador exercia assim a suave vingança dos seus desabafos pessoaes, desnorteando os seus adversarios com verdadeiros rasgos de uma generosidade *punidora*, não se justificou jamais do seu poder magestatico, a intenção evidente de usurpar o merito e o acorto dos brilhantes collaboradores da sua obra collossal.

Do que, porém, ninguem póde destituil-o è do privilegio dos seus dons magnificos, que o definiram na rectidão serena do poder constructor da sua vontade, senhor de um thesouro immenso de virtudes que desequivaleram, no seu merecimento, das prerogativas de uma magestade que não fôra mais do que um realce de exterioridade aristocratica, embellezando a simplicidade de um mundo de triumphante democracia.

Não fôra assim, resultaria do mesmo modo que no primeiro Imperio, improductiva, a acção dos seus auxiliares e o segundo reinado ter-se-ia afundado nos mesmos desvarios que caracterizaram a figura voluvel do Imperador bohemio, que fôra D. Pedro I, ou quando não, se desgarraria para o abysmo duma tyrannia a que não seriam extranhos o sangue e o atavismo da Casa de Bragança.

Por fortuna do Brasil, tal não aconteceu. Ao alvorecer do segundo reinado, D. Pedro logo se revelou uma garantia da ordem, descortinando as tendencias do seu espirito e os pendores do seu coração, para uma politica de clemencia, verificada na solução pacifica com que harmonizou todos os elementos desencadeados da guerra civil, restabelecendo-se a paz de norte a sul do paiz.

Teve, á altura do seu destino de joven Imperador, homens de Estado como Eusebio de Queiroz, Paranà, Bom Retiro e outras figuras primaciaes que sabiamente alliaram

a experiencia e o descortino a todos os problemas sociaes em fóco, que constituiam a Genese da nova patria.

A primeira flexa de luz que illuminaria a consciencia nacional, foi despedida em 1850, num protesto contra a escravidão, supprimindo o trafico africano Uma iniciativa das mais nobres e liberaes encaminharia o povo para a cultura do sentimento, para a noção da sua soberania: animando as artes, enaltecendo a religião do Bello e promovendo a amplitude dos direitos populares, com as eleições por Provincia, o que não deixara de estabilizar e reforçar o culto da unidade nacional, com prejuizo das enthronizações locaes que acarretavam a autocracia prejudicial à acção centralizadora da organização politico-liberal do paiz. Do mesmo modo que outros estimulos e medidas patrioticas orientavam os rumos novos do problema do ensino.

Tudo isso enaltece a obra excellente daquelles estadistas.

E as decadas foram se succedendo, cada qual mais promissora, verdadeiros relevos que iam marcando a evolução segura da iniciativa nacional.

De 1840 a 1851, a transformação é grande: o Rio de Janeiro já não é o ponto culminante de intermediação dos interesses da Metropole Portugueza com a grande colonia da America do Sul; é a capital do Imperio; inauguram-se as primeiras communicações a vapor com a Europa, delineam-se os planos e é construida, sob a iniciativa de Mauá, a nossa primeira via ferrea.

Em 1861, Pedro II constitúe a expressão genuina do sonho de uma Patria grande na sua extensão e na estructura da sua civilisação. Nesse glorioso periodo da nossa Historia, o Brasil firma-se magestoso no padrão da sua soberania.

Dois episodios notaveis fazem transbordar de brio a alma nacional: a questão Christie e a guerra contra o Paraguay.

No primeiro, que teve o seu epilogo na nossa fronteira, por occasião da guerra contra o Paraguay, o Imperador não podia ter encarnado mais solemnemente a honra nacional, principalmente naquelle momento historico em que, escutando pela voz do representante de uma grande potencia, o que este lhe exprimira dos desejos da Rainha da Inglaterra para reatar as suas relações com o Brasil, Sua Magestade frizara, com uma fria polidez, o quanto significava alli o nosso Exercito, em pé de guerra, do valor em que tinha o povo brasileiro a sua honra e a sua soberania.

De não menos solemnidade se revestira o segundo, com a presença do Imperador-soldado no theatro da guerra, parti-

lhando com as tropas a rudeza dos mesmos sacrificios e que valera por um estimulo á gloria das nossas armas, por um protesto do liberalismo do Monarcha contra o despotismo barbaro do ultimo tyranno na America do Sul.

Serenado o ambiente que fôra agitado pelo tufão desses dois acontecimentos historicos, um outro problema de estupendo alcance social começára a trabalhar o animo do Imperador— a abolição dos escravos.

Em 1871, cinco annos depois, ao Gabinete presidido pelo Conselheiro Paranhos, devia caber a incumbencia de encaminhar gloriosamente a marcha triumphal da abolição.

Foi da falla do throno em maio de 1871 o seguinte trecho memoravel:

> «Considerações de maior importancia aconselham que a reforma da legislação sobre o estado servil não continúe a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta. E' tempo de resolver esta questão e vossa esclarecida prudencia saberá conciliar o respeito á propriedade existente com esse melhoramento social que requerem nossa civilisação e até os interesses dos proprietarios.»

Coube, emfim, ao Visconde do Rio Branco, o vencedor de tantas batalhas notaveis no campo da diplomacia brasileira, na Monarchia, apresentar á Camara, na ausencia do Imperador em viagem pela Europa, a proposta do governo.

Segundo o juizo de Joaquim Nabuco, «nada existe na Historia das instituições monarchicas e na chronica parlamentar do Brasil, que possa ser equiparado ao trabalho de Rio Branco para fazer vingar o projecto emancipador».

De facto, nunca a voz augusta do Direito e da Razão, falou mais solemnemente pela bôcca dos nossos estadistas. Os echos desse passado ficaram exaltando a prophecia de Rio Branco, a sua videncia vislumbradora dos futuros destinos da Patria Brasileira. A intrepidez do seu genio politico, com a dos seus companheiros na jornada historica, Theodoro Machado, Nabuco de Araujo, Torres Homem, Duque de Caxias, S. Vicente e muitos outros, synthetisou todos os anseios da alma nacional, em todas as replicas fulgurantes de uma eloquencia de fogo, ao pensamento da corrente contraria representada, entre muitos outros, por Ferreira Vianna, Perdigão Malheiro, Paulino de Souza e Zacharias, sendo este, injustificadamente, um dos mais ardentes impugnadores do projecto.

Afinal, a 27 de setembro, na sessão de approvação definitiva da lei, é consummada a aspiração magna do Imperador,

pela vontade triumphante do seu primeiro ministro, o Visconde do Rio Branco, que, acclamado pelo povo que enchia o recinto coberto de flôres, pôde affirmar victorioso pela voz de Nabuco: «Na terra de Santa Cruz, ninguem mais nasce escravo».

Mais tarde, pouco mais de uma decada, a solução definitiva do problema da escravidão no Brasil consummára-se ao acto inolvidavel assignado a 13 de maio de 1888, pela Princeza Imperial, na regencia do throno, e que seria tambem o ultimo acto do drama historico da Monarchia no Brasil, encerrando-se a obra de D. Pedro de Alcantara e Bragança.

E tudo quanto affirmamos dos rythmos serenos dessa nobre existencia, já não pertence ao juizo dos homens; é um patrimonio augusto da historia, é a essencia da Patria na justiça desta hora de consagração, particula do tempo, exaltação evocadora de um gyro da eternidade na vastidão immensa de um seculo.

E o tempo, impenetravel, infinito como o mar inabrangivel, parece parar um instante na sua rota eterna, para descortinar á nossa fé, ao enygma do nosso destino, á nossa consciencia da Patria, á consciencia do Brasil inteiro, o que realmente sobrevive de nós, da raça, da nacionalidade, da grandeza desse symbolo imperescivel—a memoria de Dom Pedro II.

LUIZ ACCIOLY

A ELEIÇÃO SENATORIAL DE 1871

No excellente livro "Reminiscencias", do Visconde de Taunay, encontramos os trechos que seguem, referentes á eleição senatorial das Alagoas, de 1871, e escolha do respectivo senador:

«Em meiados do anno de 1868 tornou-se Salles Torres Homem causa da grande e tão fallada insersão politica, que então se deu no Imperio.

Havendo, a poder de grandes esforços do partido conservador da provincia do Rio Grande do Norte, conseguindo occupar o terceiro lugar da lista triplice apresentada á escolha do Imperador, foi elle o preferido para preencher a vaga senatorial, com preterição de um dos dous candidatos liberaes mais votados. O gabinete Zacharias, que punha em duvida até a legitimidade da posse desse terceiro lugar, a vista de protestos de não poucas mesas eleitoraes, deu-se por offendido, vendo no acto da corôa signal de formal desconfiança e inaturavel accinte.

Disseram então, que D. Pedro II, procurando arredar qualquer motivo de descontentamento por parte do marquez de Caxias, o qual, nos campos do Paraguay e ainda em Tuyuty, defronte de Humaytá, ás claras se mostrava desgostoso com a direcção dada pelo governo ás cousas da guerra, aproveitara habilmente aquelle ensejo aberto em favor de politico como era, sem duvida Salles Torres Homem, fazendo por isso questão da sua regalia constitucional da plena liberdade de escolha, regalia reconhecida incontestavel por varios publicistas de nota, mas por outros fortemente atacada.

Cahiu, pois, a situação liberal, inaugurada em 1865, pelo marquez de Olinda.

. . . . . .

Em todo o caso, foi com Salles Torres Homem que o Imperador exerceu, pela ultima vez, o seu direito exclusivo e intangivel de escolha, entre os tres nomes que compuzeram a lista senatorial.

Dahi por deante attendeu sempre á conveniencia partidaria do momento e ao voto do ministerio, o qual timbrava por seu lado, quando esses tres nomes eram de correligionarios, em nada objectar a indicação do monarcha.

E ainda assim, uma occasião houve em que o Imperador julgou dever recuar de decisão tomada, bem que parecesse ter sido no assumpto dada a palavra ultima e irrevogavel.

Foi em começos de 1871, após a apresentação da

relação trinominal, para preenchimento de uma vaga de senador pela provincia das Alagoas.

—Escolho o Sobral, disse ao Visconde do Rio Branco, o segundo da lista; caso não seja do desagrado do gabinete.

E o presidente do conselho de ministros concordou, não vendo nisso inconveniente de maior vulto.

O conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, porem, na pasta dos negocios do imperio, levado por considerações de peso, em vespera da operosa questão servil na camara dos deputados—e ahi os seus serviços foram muitos, inolvidaveis a sua energia e influencia em animar e conter a pequena maioria de que poude, afinal, dispor o gabinete 7 de Março—João Alfredo julgou dever contrariar o accordo proposto e acceito e já de alguns sabido, pediu a substituição do nome preferido pelo de Jacintho Paes de Mendonça e consegiu, aliás sem difficuldade, fosse escolhido, a 27 de Abril daquelle anno de 1871, esse politico, fallecido depois de proclamada a Republica, segundo cremos, sem grande segurança, entretanto.

Com certeza o outro não pertence mais ao numero dos vivos, Sobral Pinto, bom e modesto velhinho, deputado geral tambem, apaixonado por musica, melomaniaco até. A dissidencia conservadora, uma vez travada a terrivel lucta com a proposta da lei do ventre livre, buscou por todos os meios chamal-o a si, explorando aquelle facto; mas, depois de verificar a inutilidade dos seus esforços e a lealdade com que elle se conservava superior ao despeito e ao resentimento, ridicularisou-o quanto possivel, intitulando-o *maestro Sobrali* e contando a seu respeito anedoctas chocarreiras.

Hoje, passados tantos annos e accidentalmente experimentamos sincero prazer em prestar homenagem ao caracter daquelle homem, que se portou, em melindroso periodo, com a maior correcção e hombridade, vendo embora escapar o ensejo unico da suprema investidura politica no passado regimen.

Quantos, em contraposição, não obedeceram nos estimulos de legitimo furor, que, não raro, chegou a exasperação, e não representaram bem triste papel, enxergando, depois, em todos os actos do soberano desfeitas directas á sua pessoa, demonstrações até de inveja e odios individuaes?

Seja nestas linhas relembrado com honra, o nome do despretencioso e fiel Sobral Pinto.»

FLORIANO PEIXOTO

É esta, por certo, de todas as personalidades vindas á tona dos acontecimentos na vida republicana, a mais complexa, a mais endeusada e, ao mesmo tempo, a mais recriminada.

Uns a enaltecem e apotheosam com um enthusiasmo que confina com a idolatria; outros a increpam com uma violencia e uma acerbidade, que transcedem as raias da injustiça mais ferrenha.

Entretanto ainda não se fez, apezar do muito que se tem escripto sobre Floriano Peixoto, um estudo que dê uma idéa cabal de sua individualidade, cujas feições, entre nós, são por demais invulgares.

Um ligeiro resumo de sua biographia antes de assumir elle os altos postos a que se viu elevado, servirá de embasamento ao estudo e á critica dessa existencia, em que muito devem meditar os homens publicos deste paiz.

A 30 de Abril de 1839, nasceu na villa de Ipioca, Floriano Peixoto. Era seu pae o modesto agricultor Manoel Vieira de Araujo Peixoto.

Iniciou os seus estudos no Rio de Janeiro, no Collegio S. Pedro de Alcantara, dirigido pelo padre José Mendes de Paiva.

No dia 1.º de Maio de 1857 assentou praça voluntariamente no 1.º batalhão de artilharia a pé, matriculando-se depois na Escola Militar.

Percorreu os postos militares, desde cabo de esquadra até os mais elevados, datando a sua promoção a 2.º tenente de 2 de Dezembro de 1861. A 30 de Dezembro de 1863 foi promovido a 1.º tenente.

Em 1865, marchou commissionado no posto de Capitão, para a guerra do Paraguay, onde foi servir no 1.º Corpo de *Voluntarios da Patria*.

Escolhido para o commando da esquadrilha formada pelos vapores *Garibaldi*, *S. João* e *Uruguay*, embarcou neste ultimo e, operando de Itaqui para Uruguayana, impediu as communicações entre as duas columnas invasoras de paraguayos, prejudicando immensamente o inimigo, ao qual tomou duas chatas, munições de guerra, etc., fazendo calar a sua artilharia. A 22 de Janeiro de 1866 foi confirmado no posto de capitão. No combate de Estero Bellaco (13 de Abril) tomou uma parte conspicua, como o fez igualmente na batalha de 22 e no combate de 28 do mesmo mez.

A 3 e a 24 de Maio bateu-se com inexcedivel galhardia.

Fez parte do combate de 14 de Novembro, empenhado pelas forças ao mando do General Menna Barreto.

Salientou-se no reconhecimento de Lameles, e foi então, nomeado major em commissão (posto em que se tornou lendario) a 26 de Julho; em 26 de Agosto foi nomeado commandante do 44 de *Voluntarios da Patria*, tomando, á frente delle, parte na passagem de Itóroró; luctou em Avahy e Lomas Valentinas: foi confirmado no posto de major a 20 de Fevereiro de 1869; em 21 de Maio atacou e perseguiu uma columna inimiga até Campo Grande, fazendo-lhe muitos damnos.

Em Agosto do mesmo anno combateu em Pirebebuhy, a 12; em Campo Grande, a 16, e na picada de Conguipurú, a 18.

Em Janeiro de 1870 bateu o inimigo em Itacuruhy, para onde marchára, impellindo-o até a villa de S. Pedro e tomando-lhe ahi armas e trophéos bem como artigos bellicos, obtendo ainda outras vantagens sobre elle.

Assistiu como um dos protagonistas á derradeira victoria dos brasileiros, ás margens do Aquidaban, onde para sempre baqueou fulminada a tyrania lopesca.

Foi em seguida promovido a tenente-coronel, desempenhando ainda algumas commissões no solo extrangeiro, como tambem na patria, para onde regressou com o bravo e dizimado exercito após a vingança das affrontas que nos foram irrogadas.

Nessa altura soffreu a sua carreira militar uma larga pausa sobre a qual pouco ou nada se tem dito.

O facto culminante da existencia de Floriano Peixoto — a debellação da revolta da Armada — impediu que esse homem a quem Euclides da Cunha cognominou de *esphinge* e a admiração popular alcunhou de *Marechal de Ferro,* fosse devidamente contemplado na penumbra dos episodios modestos, que antecederam a sua ascensão á presidencia da Republica.

Hoje nem mesmo os seus proprios feitos na guerra do Paraguay enthusiasmam os panegyristas do bravo soldado. Estes o encaram exclusivamente na attitude heroica de defensor das instituições republicanas gravemente comprometidas pela irreflexão de Custodio José de Mello.

Quem, entretanto, quizer fazer um estudo completo sobre Floriano ha de encaral-o tambem em muitas peripecias de sua vida, que ainda não foram historiadas.

Dessas peripecias uma das mais interessantes é justamente aquella em que o glorioso soldado apparece feito agricultor em Alagoas, onde, depois de finda a campanha contra o esmaniado Lopez, permaneceu, com ligeiros interregnos, durante quasi tres lustros.

O seu primeiro regresso coincidiu com o seu casamento, depois do qual voltou para a Republica do Paraguay, onde ainda se achava a divisão a qual pertencia.

Em 1874, achou-se elle de novo em Alagoas, trazendo provavelmente a intenção de aqui se fixar definitivamente.

Ás pessoas de sua intimidade não era extranho o seu designio, claramente enunciado, de reformar-se no posto em que se achava.

Demoveram-no dessa intenção, reiterados conselhos de amigos mais dedicados.

Entretanto, ia-se demorando na antiga provincia e aproveitando o parentheses aberto em sua carreira militar para constituir, a custo de um trabalho insano, as bases de sua modesta independencia.

Simplesmente como official do exercito ser-lhe-ia impossivel formar um pequeno patrimonio para sua familia que, apezar de sua apparente frieza, idolatrava.

Appellou então para o cultivo do solo, como tinha feito a grande maioria de seus parentes.

Si a lucta com os homens, na enscenação dantesca de um campo de batalha, o attrahia, não o empolgava menos a lucta com a terra — Berecynthia enganosa, que nos desvenda no fausto de sua vegetação ás magnificencias de seus thesouros e, convidativa nos chama ao trabalho graças ao que lourejam as seáras e reina a abundancia sobre o planeta.

Mas, para que sejam copiosas as mésses, é preciso que o agricultor se entregue a uma actividade indefessa, a sacrificios terriveis e cruentos.

Não obstante, o combate contra a natureza enrija os musculos, avigora o caracter e faz as enfibraturas possantes dos vencedores serenos.

Por isso aquelle que nascera para vencer, deveria sentir-se bem enfrentando as hostilidades ambientes, annullando-as com a tenacidade inequebrantavel de seu animo.

Encetando com resolução a vida de fazendeiro, Floriano Peixoto compenetrou-se tanto de sua nova funcção que, pouco tempo depois, não parecia mais o lendario e galhardo major dos tempos épicos da campanha do Paraguay.

Transformou-o completamente o seu engenho Itamaracá.

A exploração da terra o fascinava, não pelo que ella pudesse ter de bucolico e pinturesco, mas pelos resultados praticos decorrentes da profissão de agricultor.

Apezar de ser vastissimo o seu engenho, Floriano comprou uma outra propriedade denominada *Duarte* proxima á povoação de Branquinha.

Nos emprehendimentos em que se mettera, dizem que entrava não só com os imprescindiveis dispendios, como tambem (o que vale, em paiz de indolentes, por um exemplo edificante,

merecedor de carinhoso registro) com o seu trabalho pessoal.

Este, frequentemente, ia além dos simples misteres de administração.

Conta-se que, entregando-se o futuro primeiro magistrado da á faina de dirigir o córte de madeiras para suas fabricas, muitas vezes estimulava os proletarios a seu serviço, a pernoitarem nas mattas, afim de que, sem delongas, podessem aproveitar nos labores do dia seguinte as primeiras horas da manhã.

E, para que não pudessem recriminal-o, tambem o imperterrito soldado passava ao lado delles longas noitadas em florestas insalubres, onde o repouso é quasi impossivel por causa das myriades de insectos damninhos ahi existentes, e devido ás intemperies.

De nem uma innovação util no systema das plantações deixou o *Marechal de Ferro* o menor traço em qualquer uma de suas propriedades, que cultivava de accordo com a rotina ainda hoje subsistente.

Mas foi trabalhando por esse modo aqui narrado que o novo emulo de Cincinato pôde, obtendo compensações em suas fainas agricolas, amealhar as pequenas reservas que legou á sua familia.

Do tempo transcorrido nas exhaustivas tarefas da vida rural, que saudades não teria elle quando se via perturbado pelas complexas e terriveis questões que tanto difficultaram o seu governo!

Entretanto, mesmo quando se mantinha no sympathico papel de Cincinato, teve o bravo soldado merecidas promoções e commissões muito honrosas, conforme iremos mostrando no curso desta biographia.

Em 1872 foi nomeado membro adjuncto da commissão de melhomentos do material do exercito.

No mesmo anno de 1872 bacharelou-se em sciencias physicas e mathematicas; em 1874 foi promovido a coronel por merecimento; em 1878 foi nomeado director do Arsenal de Guerra de Pernambuco; em 1881 inspeccionou os depositos de artigos bellicos de algumas provincias do norte, incluindo a sua estremecida Alagoas.

No anno de 1883 verificou-se sua promoção a brigadeiro, sendo depois commandante das armas em Pernambuco, Alagoas e Matto Grosso.

Dessa ultima provincia foi presidente.

Em Janeiro de 1889 assumiu o commando da 2.ª brigada do exercito.

Em Junho foi nomeado interinamente ajudante-general; a 10 de Julho foi promovido a marechal de campo.

Aqui, em conformidade com a sua fé de officio e com os

dados que fielmente copiámos de seus biographos, termina a parte mais obscura, porem não apagada e sem brilhos de sua vida. A outra feição mais notavel do seu tirocinio existencial ha-se accentuar com o advento da Republica para a qual, diga-se a verdade, concorreu por uma forma que se pode qualificar de pouco positiva, pois se limitou, como ajudante-general do exercito, a não ir de encontro aos seus camaradas sublevados, assistindo impassivel ao esboroar do throno, que em verdade deveria defender.

E o déveria fazer com tanto maior ardor quanto era preciso a todo transe evitar que delle se dissesse na imprensa, procurando-se acoimal-o de desleal, que se propoz á guarda da pessoa do monarcha, por quem certamente mantinha sentimentos de dedicação e depois o abandonou ingratamente na hora terrivel do perigo.

Em seu manifesto o Visconde de Ouro Preto, que o censura indirectamente, com alguma acerbidade, incluiu um bilhete em que, em termos imprecisos e dubios, Floriano Peixoto nas vesperas de 15 de Novembro dava a entender que *tramavam algo por ahi alem*.

Tal bilhete escripto nas proximidades da revolução republicana, é um documento de altissimo valor psychologico: não equivale a uma delação, mostra apenas as incertesas de um homem creado sob um regimen a que serviu e ao qual desejava manter-se fiel, vendo-se ao mesmo arrastado por forças irresistiveis para o campo dos que constituiam a legião dos adversarios.

Digam o que disserem, os que superficialmente encaram homens e eventos, naquella memoravel jornada o sentimento que mais fortemente accentuou no espirito de Floriano Peixoto, monarchista por educação e talvez por indole, foi o seu amor á tranquilidade, seu temperamento refractario á lucta, na qual devia depois revelar-se de uma obstinação e de um tino excepcionaes.

Do *Marechal de Ferro* pode-se dizer que era um desses homens que amam o silencio, a quietação, a doçura da paz domestica, porem que, uma vez atirados ás lidas, mantêm-se nellas briosamente, despertando energias latentes e adormecidas, que ninguem suppunha existissem.

Se o exercito não se revolucionasse, pelo exemplo de outros chefes, elle tambem não o revolucionaria; iria subindo em postos, serenamente, com aquella altivez que não permitte desdenhal-os, quando elles representam a paga de grandes serviços. Revoltaram-se os soldados?...

Elle não os quiz combater, porque acima de tudo era soldado tambem e nelle predominava fortemente o espirito de classe.

Uma demonstração do que affirmamos está na seguinte carta escripta por Floriano Peixoto e publicada, a alguns annos por Tobias Monteiro em seu livro *Pesquisas e depoimentos para a historia:* «10 de de Julho de 1889.

João Neiva — Com a tua ultima recebi a cautela da Cruz. Continuo cá pelo interior tratando de restabelecer as finanças, que, como sabes, encontrei em pessimo estado. A saúde vae na mesma, sinto-me doente mas não tenho tempo de cural-a seriamente.

Vi a solução da questão da classe, excedeu sem duvida a espectativa de todos. Facto unico, que prova exhuberantemente a podridão que vae por este pobre paiz e portanto a necessidade da dictadura militar *para expurgal-a. Como liberal que sou, não posso querer para meu paiz o governo da espada; mas não ha quem desconheça e ahi estão os exemplos de que é elle o que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está* corrompido.

O que pensou a respeito? Os meus saúdam affectuosamente a toda tua exma. familia. Adeus, sempre o amigo velho obro. — FLORIANO PEIXOTO.»

Essa carta não photographa com a maxima fidelidade o pensamento do Marechal Floriano a quem o país deve o se ter feito uma revolução que apenas contou o episodio sangrento em que esteve envolvido o Barão de Ladario?

As novas instituições não deram logo um posto de alta responsabilidade a Floriano Peixoto, o qual só um pouco tardeamente foi chamado á direcção da pasta da guerra.

Mas aquelle que, segundo o dizer do visconde de Ouro Preto, era *persona grata* ao exercito, em breve se tornou gratissima a grande numero de politicos que, oppondo-se, na constituinte, a Deodoro da Fonseca, pareciam contar com o seu tacito incitamento.

A sua eleição á Vice-presidente da Republica prova á sacidade, que elle era mais popular no momento da escolha dos membros do primeiro governo constitucional, do que Deodoro, seu velho amigo e companheiro e tambem seu emulo, porque, em regra geral, quando dois homens que se estimam seguem a mesma carreira, estimar-se-ão sempre, porem, mantendo entre si certa dose de emulação.

Respeitando entretando os compromissos de sua amizade sincera de conterraneo e velho camarada e devido ao retrahimento natural de sua indole, Floriano Peixoto não tomou parte saliente nas manifestações de antagonismo promovidas contra o Presidente da Republica.

Ha quem affirme que antes deste assumir a odiosa responsabilidade de dissolver o congresso, onde reinava um forte espirito de demagogia, procurou ouvir a opinião de seu antigo companheiro de armas, e encontrou nelle um apoio muito franco. Este facto merecia ser averiguado.

Após o golpe de estado, de que acabamos de falar, veio a reacção promovida por alguns patriotas á frente dos quaes se achava Custodio de Mello, a quem Deodoro, renunciando ao poder sem luctas, infligiu tremenda e cruel decepção.

Em virtude do abandono do poder pelo generoso Marechal Fonseca, assumiu Floriano Peixoto a presidencia da Republica. Começaram em seguida as deposições dos governadores dos Estados, os quaes, excepção feita de Lauro Sodré, haviam apoiado a proclamação da dictadura.

Assim um governo que surgia das reinvidicações da Constituição postergada, não trepidava em solemnemente violar a Constituição! O primeiro governador deposto foi o dr. Manoel de Araujo Góes, de Alagoas; o segundo, o de Sergipe; em seguida foram todos os outros, um por um, alijados do poder. Na Bahia davam-se luctuosas scenas de sangue e estabelecia-se um verdadeiro enigma indecifravel, e em Pernambuco, pessoa que assumia o poder a pedido do Marechal Floriano, e para manter a ordem, era deposta pela guarnição militar poucas horas depois. No Ceará as respostas dubias do Marechal permittiam que a Escola Militar, depois de renhido tiroteio, derribasse o general Clarindo de Queiroz.

Assim todo o paiz se conflagrara.

Justo, portanto, era que não se fizesse esperar a reacção que veio promptamente.

O seu primeiro signal foi a revolta da Fortaleza de S. Cruz, capitaneada pelo sargento Silvino de Macedo, rapaz dotado de uma coragem louca e temeraria.

Foi a 19 de Janeiro de 1892 que começou a revolta naquella fortaleza. Ao que se diz tinha ella ramificação no Rio de Janeiro, onde se achava o maior grupo de descontentes contra o Marechal Floriano Peixoto, pelo facto de ter este obstado a uns tantos decretos, que não escapariam jamais ás justas increpações da historia e attingiriam gravemente a honorabilidade do governo.

A revolta foi promptamente abafada, graças as energicas providencias tomadas pelo *Marechal de Ferro*, que teve a coragem homerica de dar ao paiz o exemplo da resistencia por parte da auctoridade, o que então não era commum no Brasil.

Bastaram para reprimir, num momento, o reprovavel motim dois batalhões de linha, o 7.º e o 10.º, e a attitude dos navios

de guerra que se formaram em linha de batalha. Poucas horas depois estava terminada a revolta e os sediciosos começavam a ser rudemente castigados. Não serenaram, porem, os animos com a repressão imposta aos amotinados da fortaleza de S. Cruz. Dia a dia a imprensa tornava mais impopularisado o supremo detentor do poder, ao qual mezes depois era dirigido o celebre manifesto em que treze generaes quasi o intimava a mandar proceder á eleição presidencial.

Tal documento, que tinha o fecho de 31 de Março de 1892, só viu a luz da publicidade a 6 de Abril do mesmo anno.

Por esse tempo a opposição, representada no jornalismo pelo escol de nossos homens de imprensa, Patrocinio, Pardal Mallet, Luiz Murat e outros, e no parlamento por Seabra, na camara, Ruy Barbosa, no senado, e muitos outros, fazia uma propaganda tenacissima para arrancar ao governo o menor vislumbre de prestigio.

O resultado dessa campanha foi a 10 de Abril estoirar nas ruas do Rio de Janeiro uma revolta, que se mascarava com o rotulo de manifestação de apreço ao ex-presidente Marechal Deodoro.

Este, entretanto, estava gravemente enfermo e necessitava de absoluto repouso, sendo-lhe prejudiciaes as commoções decorrentes de tal manifestação.

Chamado pelo telephone, da estação da Piedade, onde se achava, Floriano Peixoto, veiu encontrar-se com os revoltosos na praça da Republica.

E a sua presença, unicamente, conteve a espumejante colera dos sediciosos, os quaes no dia 11 foram presos, sendo no dia 12 publicado o decreto pelo qual era estabelecido, por 72 horas, o *estado de sitio* para a capital do país. No dia 13 os proceres da sedição eram enviados ao exilio em territorio brasileiro.

Eram elles: Marechal Clarindo de Queiroz, tenentes-coroneis Menna Barretto e Thaumaturgo de Azevedo, Antonio Joaquim Bandeira Junior, José Elysio dos Reis, José Joaquim Ferreira Junior, barão Muniz de Aragão, Corrêa Carneiro, para S. Joaquim; marechal Almeida Barretto, coronel Jacques Ouriques, major Sebastião Bandeira, capitão Raymundo de Carvalho, capitão-tenente José Gonsalves Leite, capitão Gentil Eloy de Figueiredo, dr. José Joaquim Seabra, José do Patrocinio, Placido de Abreu, Manoel Lavrador, dr. Campos da Paz, conde de Leopoldina, para Cucuhy; alferes Alfredo Martins Pereira, Eduardo Wandenkolk, capitão Felisberto Piá de Andrade, José Carlos de Carvalho, coronel Piragibe, Pardal Mallet, alferes Carlos Jansen Junior, Sabino Nogueira da Gama, para Tabatinga.

Muitos outros foram detidos nas diversas fortalezas

circumjacentes á Capital Federal. Todos os sediciosos foram, mezes depois, amnistiados pelo Congresso Nacional e o país entraria em uma phase normal, se não fosse a desvairada aventura do *Jupiter*, tendo á frente o almirante Eduardo Wandenkolk e a revolta de 6 de Setembro, capitaneada pelo contra-almirante Custodio José de Mello.

Essa revolta merece ser estudada desde sua genese até seu anniquilamento completo, não em cada uma de suas minuciosidades, mas em suas acções principaes.

Já dissemos que o almirante Mello não encarou com bons olhos a investidura de Floriano Peixoto no cargo de presidente da Republica, porquanto a abnegação de Deodoro, cedendo o poder sem lucta, lhe transtornara os planos ambiciosos de poderio.

Acceitou, entretanto, a pasta da marinha, onde, ao contrario de todos os ministros, agiu liberrimamente embora procurasse fazer proselytos na Armada, os seus actos o indespunham a cada passo com os companheiros d'armas aggremiados em torno da figura sympathica de Eduardo Wandenkolk.

Temerario e imprevidente este se inutilisou logo na esmaniada expedição do *Jupiter*. Custodio de Mello pensou então em rehabilitar-se perante a marinha, e dahi aquella sua carta espectaculosa ao Marechal Floriano, quando foi da sua retirada do ministerio, de parceria com S. Corrêa que, no Ceará, confessou mais tarde o seu grande erro.

Ora, Custodio de Mello tinha praticado grandes faltas, determinara o sangrento episodio da deposição do dr. José Gonsalves na Bahia, puzera-se em antagonismo franco ás ordens do vice-presidente da Republica, quando, por mando deste, o general Bernardo Vasques auxiliara a reposição de Julio de Castilho, ao passo que o capitão-tenente Lara, hostilizando o chefe gaucho, bombardeara a cidade de Porto Alegre, por determinação do ministro da marinha; e mais ainda, fora solidario com todas as medidas repressivas praticadas pelo *Marechal de Ferro*.

Como vinha então increpar ao valoroso caboclo do norte por actos de que era responsavel?

Muito pode a ambição do mando, a sêde do poderio, que cega, allucina e desvaira!

A seu respeito outro qualquer, que não tivesse a argucia de Floriano Peixoto, poderia se enganar.

O Marechal, porem, sentiu-se forte perante seus manejos, deixou-o conspirar francamente e quando Custodio de Mello pensava surprehendel-o sahindo do Theatro Lyrico para ir para bordo do *Aquidaban*, não sabia que o vice-presidente da Republica

sentia-se apto a resistir-lhe á intimação vaidosa e pueril de abandonar o governo.

Conta Raul Pompéa que no dia subsequente á rebellião da Armada foi elle com um grupo numeroso de patriotas ao pé da estatua de José Bonifacio, e, grande naquelle transe angustioso da vida da patria, concitou o povo a se declarar solidario com o mais alto representante do poder constituido. Prorompeu a multidão em delirantes ovações, marchando para o Itamaraty, onde os ecos do clamor popular chegavam, como gritos tremendos de revolta.

Floriano que ainda não estava apparelhado de todo para a resistencia, acreditou que o povo tinha se sublevado. E, quando sentiu a multidão approximar-se do palacio presidencial, mandou-lhe escancarar uma por uma as portas do Itamaraty.

No meio de um grupo numeroso de palacianos, amedrontados e tremulos, com um pallor mortal no rosto, Floriano Peixoto se destacava pela inquebrantavel serenidade.

Nem um musculo da face lhe tremia. A multidão entrou, fez-lhe os seus protestos de solidariedade, que o Presidente da Republica acceitou desvanecido e jubiloso. Com essas e outras demonstrações de que o pais anceiava pela ordem, avolumou-se o numero das adesões á legalidade, não recuando Floriano, que teve então o cognome de *Marechal de Ferro,* diante de medida alguma, por mais grave que fosse, desde as prisões em massa até a circulação de papel-moeda já recolhido, ou a resistencia ás indiscreções dos elementos estrangeiros em demasia importunos

Emquanto assim procedia as naves rebelladas entregavam-se a uma inercia lastimosa; especie de collapsos, que, a quando e quando, eram interrompidos por um bombardeio estupido e selvagem.

Em todo o decurso desta lucta, foram os revoltosos favoneados pela disfarçada cumplicidade das esquadras estrangeiras, acompanhadas pelo corpo diplomatico, que se revelou de uma parcialidade pouco louvavel até o momento em que, vibrante como o mais patriotico dos protestos, lhe resoou aos ouvidos, em resposta a uma consulta sobre desembarque de tropas forasteiras para exercer no pais funcções de policia, aquella phrase lendaria, que tão bem vinga os nossos creditos:

A' bala!

Nova phrase da revolta, que andava por seus agentes, mundo em fóra, mendigando o reconhecimento da belligerancia, estadeou os meritos de um verdadeiro lobo do mar—Saldanha da Gama.

Houve d'ahi por deante mais calor de acção, mais impetuosidade nos ataques, mais vigor, finalmente.

Tudo, entretanto, redundou em pura perda.

O sentimento nacional havia condemnado a sedição naval que jamais encontraria echo no coração dos brasileiros.

A revolta do Rio Grande do Sul, capitaneada por homens de raros meritos militares, fora circunscripta aos limites com a Banda Oriental do Uruguay, não dando resultados a travessia penosa e heroica de Gumercindo Saraiva através largas extensões dos Estados do sul em demanda do Rio de Janeiro.

Assim outro remedio não houve senão a capitulação, que effectivamente se realisou a 13 de Março de 1893, partindo os rebeldes em navios portuguezes em demanda do sul, donde, na Republica Argentina, muitos se evadiram em procura dos pampas em cujo seio gelido encontrou-se morto Saldanha da Gama.

Pequenos incidentes puzeram remate á lide, de cujos escombros se levantava, imperterrita e gloriosa, a figura immortal de Floriano Peixoto, que, entretanto, combatida pelos tremendos choques recebidos na vigencia da rebellião, ia depois agonisar na *Divisa*, lacerada pelas rivalidades que lhe appareceram ao deixar o governo.

Daquella estação remetteu elle aos seus amigos, que eram verdadeiros idolatras, as ultimas palavras de commando encerradas, numa ardorosa mensagem que é conhecida por *testamento politico* do egregio varão.

Merece ser conhecido esse manifesto, onde os sentimentos democraticos de Floriano Peixoto extraordinariamente se accentuaram. Eil-o:

> *«Meus amigos — Recebo com especial agrado a sincera manifestação do vosso apreço. Ella tem para mim um valor inestimavel, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações; ella me enche a alma de um prazer immenso, porque vejo nella um tributo da vossa gratidão a um velho servidor da Patria, que lhe consagrou de coração, o melhor de sua vida e da Republica, por amor da qual sacrificou o resto da saúde e vigor, que lhe deixou a penosa campanha do Paraguay.*
>
> *Hoje, como vêdes, vivo longe do lar a, procurar em varios climas a reparação das forças perdidas nas luctas pela Patria e pelas novas instituições.*
>
> *N'esta perigrinação alimento a esperança de alcançar do Creador a mercê de viver mais algum tempo para prover a educação dos filhos orphãos, ha cinco annos, dos cuidados paternos; e tambem para lograr o prazer de contemplar a joven Republica, livre dos embaraços, que ora lhe estorvam os passos, a marchar desassombrada e feliz, ao lado das nações mais adiantadas do velho e do novo mundo.*

A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Patria e da Republica, a vós, corre o dever de amparal-a e defendel-a dos ataques insidiosos dos inimigos.

Diz-se e repete-se que ella está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis n'isso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma acção lenta, mas continua e surda.

Alerta, pois.

A mim me chamaes o consolidador da Republica.

Consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro, são o exercito nacional e uma parte da Armada, que á Lei e ás instituições conservaram-se fieis.

Consolidador da Republica, é a Guarda Nacional, são os corpos de policia da capital e do Estado do Rio, batendo-se com inexcedivel heroismo e sellando com o seu sangue as instituições proclamadas pela revolução de 15 de Novembro.

Consolidador da Republica, é a mocidade das escolas civis e militares, derramando o seu sangue generoso para com elle escrever a pagina mais brilhante na historia das nossas luctas.

Consolidador da Republica, finalmente, é o grande e glorioso partido republicano, que, tomando a forma de batalhões patrioticos, taes e tantos feitos de bravura praticou, que serão ouvidos sempre com veneração e respeito pelas gerações futuras.

São esses os heróes para os quaes a Patria deve volver os seus olhos agradecida.

A' frente de elementos tão calorosos não duvidei, um momento siquer, do nosso triumpho; e pedindo conselhos á inspiração e e á experiencia, e procurando amparo no sentimento da grande responsabilidade que trazia sobre os hombros, tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da victoria.

Foi esse o meu papel; e, se merito existe nelle, não almejo outra recompensa, sinão a prosperidade da Republica e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

Vou terminar: as prescripções medicas não me permittem o mais leve trabalho mental; mas, para corresponder a vossa gentileza não duvidei em infringir os conselhos da Sciencia e escrever estas linhas que vos entrego, como penhor e testemunho da minha gratidão.

Divisa, Junho de 1895

FLORIANO PEIXOTO.»

Esse documento simples e modesto como o estadista que o traçou, foi guardado carinhosamente pela legião formidavel

d'aquelles que, depois de vencida a revolta da esquadra, ficaram votando a Floriano Peixoto uma dedicação que orçava pelo fanatismo. Em virtude dessa dedicação pode-se muito bem dizer que poucos homens despuzeram entre nós de popularidade igual a que lhe foi consagrada.

E, se o prosaismo da idade em que vivemos não permittiu que elle fosse incluido no numero dos semi-deuses, não houve, comtudo, partidario seu que se recusasse a andar exhibindo, num culto ostensivo a effigie do grande Marechal.

Ella, no periodo sombrio da guerra de Canudos, se tornou uma especie de talisman para quantos iam para o tremendo sorvedouro de vidas.

Todo o ambiente do paiz andava cheio, naquelle tempo, de reminiscencias florianescas. Phrases alheias, que o debellador da revolta se comprazia em repetir, eram-lhe attribuidas, não havendo hoje quem as refira aos verdadeiros creadores.

Entre essas o celebre *confiar desconfiando*, pertence a um dos raros moralistas que tem tido o Brasil — o marquez de Maricá, que falleceu com 75 annos de idade, em 1848, deixando 6 volumes de MAXIMAS, PENSAMENTOS e REFLEXÕES.

Na sua integra a maxima, que corresponde ao numero 89 na seriação dos gnomas e sentenças de Marianno José Pereira da Fonseca, é a seguinte; *confiar desconfiando é uma regra salutar da prudencia humana.*

Como essa phrase, uma outra que se encontrou annotando uma conta de dispendios feitos no tempo da revolta e é celeberrima — *A' bala!* andam nos labios de todos os brasileiros, que se desvanecem contando episodios da vida de seu idolo. E qualquer que fosse a sua esquerdesa, elle permittiu que o apanhassem em situações, attitudes e peripecias que, deixando entrever bem o seu caracter complexo, são recontadas a cada passo em todos os meios nacionaes.

Assim quando se quer alludir á sua dissimulação, relembra-se immediatamente o facto occorrido durante a revolta, numa humilde casa de pasto de um portuguez: fallar muito contra si proprio sem de modo nenhum se trahir, o que tanto espantou ao general Cunha Junior, seu grande amigo que tão bem o conhecia e naquelle momento o acompanhava.

E dessa dissimulação que o tornava impenetravel, ainda ha uma outra prova na seguinte anedocta recentemente divulgada na imprensa:

Nos primeiros dias da sedição naval, alem das difficuldades inherentes ao desapparelhamento em que se achava o governo para resistir aos revoltosos, havia ainda mais a hostilidade de

uma determinada corrente civil que ia até a espionagem organisada sobre os actos e providencias governamentaes.

E, para cumulo de infortunio, duas fortalezas — Willegaignon e Ilha das Cobras — se tinham declarado neutras. Um dia, logo em Setembro, espalhou-se nas rodas militares, apezar de segredo determinado para o facto, que o Marechal Floriano resolvera arrebatar das mãos de Saldanha da Gama e occupar militarmente a Ilha das Cobras, separada do Arsenal de Marinha por um canal angusto... Em verdade, numerosas forças se movimentaram tão cautelosamente quanto era possivel, o Arsenal foi occupado por grandes reforços, baleões fundeados dentro da doca da Alfandega se encheram de tropas...

Mas a espionagem fizera em tempo o seu serviço, os navios revoltosos tomaram posições em torno da Ilha, collocando-se o Aquidaban em frente ao canal.

Varios tiros de canhão foram disparados para o ponto da concentração das forças, um dos quaes, errando o caminho, jogou em baixo a torre da igreja da Lapa dos Mercadores. Em summa, a alardeada occupação fracassou.

Os ajudantes de ordens do Marechal Floriano Peixoto, que acompanharam a expedição, voltaram immensamente contristados para o Itamaraty, onde narraram o acabrunhante insuccesso.

O Marechal não fez o menor gesto de impaciencia, colera ou despeito, ouvindo a narrativa do ataque; e, quando o seu auxiliar de confiança acabou a narração, na qual verberava indignado a acção dos espias de terra, o inquebrantavel soldado respondeu serenamente:

— Não faz mal; as minhas munições já passaram para S. Cruz.

A occupação militar da Ilha das Cobras, contra-indicada estrategicamente na situação do momento fora um *bluff*, pregado com o concurso da alviçareira sympathica á revolta; emquanto os navios refluiam para a Ilha e se preocupavam com ella, o Marechal Floriano fazia passar por fora da barra, partindo da Praia Vermelha para a Praia de Fora, os batelões carregados de munições de guerra e de bocca, destinados á Santa Cruz e de que aquella fortaleza fiel se achava desprovida, apanhada, como fora, de surpresa pelo movimento de 6 de Setembro de 1893.

Os proprios chefes que commandavam a expedição da Ilha das Cobras desconheciam esse plano.

Essa anecdota copiada quasi textualmente de uma chronica da *Selecta*, prova a astucia de Floriano Peixoto, a qual é posta em relevo por Alcindo Guanabara e Euclides da Cunha, alem de outros.

A essa qualidade alliava Floriano Peixoto grande inquebran-

tabilidade de animo, como o provou, durante a revolta da Armada.

De seu temperamento assim disfarçadamente ferrenho á perfeito testemunho um facto que se pode colher na tradição oral e em livros de historia politica da actualidade.

Eil-o:

Apenas tiveram os amigos do Marechal conhecimento pleno dos desastrosos e algo irrisorios acontecimentos de 10 de Abril acorreram presurosos ao Itamaraty. Ia-se decretar o *estado de sitio,* tendo-se dado ordem de prisão contra os revoltosos de maior notoriedade.

Houve, entretanto, quem suscitasse uma objecção á legalidade daquellas prisões antes de surgir o dia seguinte, quando o *Diario Official* publicaria o decreto do *sitio* que só então teria vigor.

Alguem contradictava essa objecção, Floriano, que ia atravessando a sala em que tal discussão se travava, perguntou qual o assumpto da mesma e quando delle foi inteirado, disse:

Bom. Vão discutindo que eu vou mandando prender.

Essas peripecias da vida accidentada do Marechal Floriano, mostram-n'o tal qual elle era: o verdadeiro typo do filho deste Estado, apathico, valente, tenaz, desconfiado, astuto, muitas vezes tyrannico e prepotente.

Floriano reproduz, com fidelidade photographica a ethnopsychologia alagoana.

Elle era a mais genuina, a mais pura, a mais perfeita expressão individual do povo desta terra.

Todo o conjuncto notavel de suas qualidades egregias constituiam a mais perfeita reproducção das qualidades que formam a trama de nosso caracter.

Na guerra do Paraguay é o mais alto expoente de nossa bravura tradicional que perturbou em movimentos indefinidos os prodomos da colonisação e depois adquirindo uma razão de ser e collimando um escopo, trouxe o valioso contingente de seu esforço homerico para a expulsão dos batavos. A efficiencia desse concurso foi por certo das mais estimaveis, muito embora os nossos habitos notorios de desprendimento jamais nos houvessem levado a reinvindicar a parcella de glorias que nos cabe na debellação do poderio hollandez no Brasil.

Tal como procederam os nossos remotos antepassados naquelles dias de que nos vamos distanciando com o transcurso do tempo, assim procedeu Floriano Peixoto heroico e intimorato no meio das pelejas, nobilitando-se por actos de valor que não têm sido devidamente memorados, tornando-se lendario em varios feitos, e procurando depois de tantos sacrificios cruentos, insignes, grandiosos como os doze trabalhos de Hercules, a

penumbra modesta de uma propriedade rural, onde desejaria terminar o periplo luminoso de sua vida.

Vem depois a jornada de 15 de Novembro e o soldado famoso que outr'ora se batera indomito, contra os inimigos da patria apresentou aos designios da monarchia moribunda a resistencia passiva que fez da transformação institucional do pais uma alvorada de paz e de amor sem estrias de sangue e sem lagrimas de desespero.

Nesse momento elle não ouvia um sentimento que é o fiel companheiro da força — o sentimento viril da tolerancia, accentuando em traços indeleveis a magnanimidade do coração das Alagoas que pulsava simultaneamente nos peitos de Deodoro e de Floriano.

Volvem-se os tempos e o poder lhe chega ás mãos, mediante a renuncia do primeiro Presidente. A reacção contra o supremo representante do governo do pais se faz por um modo desabrido, inusitado, violento e aspero. Mas, emquanto, a tormenta ruge sinistra e o mar das paixões revoltas eleva-se em ondas furiosas, Floriano Peixoto erige-se sobre o pincaro de sua tenacidade, alentando as almas timidas que tiritavam de angustia deante da possibilidade do sossobro da Republica. Todo o pais velava-se da nuvem amarellenta do pavor. Mas o Marechal Floriano Peixoto, symbolo vivo da nossa constancia e da nossa pertinacia na lucta, abafava todos os surtos da anarchia e, com o maximo destemor, enfrentava a sedição abrigada no bojo das mais possantes machinas de guerra que possuiamos.

A lucta era formidavel e titanea.

Capitaneada por Custodio José de Mello, tornava-se assustadora deante da tradição de valor do destemido contralmirante, que não devemos amesquinhar, porque a sua fé de officio é um padrão de orgulho para os fastos de nossa Marinha de Guerra.

Chefiada posteriormente por Saldanha da Gama, tomou a revolta da Armada uma nova feição mais pavorosa.

Saldanha era um paladino medieval sobrevivente á derrocada lenta e ineluctavel das tradições de fidalguia. Elle, entretanto, contituava a ser um fidalgo em qualquer um dos mais reconditos aspectos de sua vida, realçada por meritos incontrastaveis e por acções nobilissimas. Era, portanto, um competidor formidavel apparelhado por elementos terriveis de resistencia. Mas o *Marechal de Ferro*, serenamente, impassivelmente, nullificou os effeitos daquella bravura, forçando Saldanha a uma capitulação que elle sentiu ser digna do resgate que o mesmo almirante lhe deu no scenario avermelhado de Campo-Osorio.

E ao passo que vencia esses inimigos nas aguas de Guanabara destruia outros no Paraná, em S. Catharina e no Rio Grande do Sul, onde homens do porte aquilino de Gumercindo Saraiva sentiam, ao longe embora, o influxo do emulo que tinham a combater. Por todos esses titulos Floriano não era simplesmente um soldado; era uma epoca. E como elle concretisa a summula das aspirações, das tendencias e das idéas dominantes em seu tempo, é tambem o centro em redor do qual brilhantemente gravitam as mais collossaes figuras do systema republicano; desde Julio de Castilho, o apostolo de uma philosophia que restringe os pendores tradicionaes da anarchia latina, até Gustavo Sampaio, alma de adolescente, alumbrada nas sombras da morte, no epicismo de um combate, em que sua memoria ainda orvalhada pelos borrifos de sangue, foi o *In hoc signo vinces* — que alentou os seus companheiros de peleja.

Mas não são somente essas as figuras esculpturaes que se erigem na historia d'aquelles tempos á semelhança de grandiosas cariátides, sustentando o edificio majestoso da democracia.

Quem não se lembrará, porventura do General Telles, lendario pelo heroismo tantas vezes demonstrado, ou do General Gomes Carneiro, sacrificado na defesa intemente da cidade da Lapa?

Homem que tem sob suas ordens vultos como os que serviam ao *Marechal de Ferro;* que teve por inimigos, individualidades de tão alto renome, não é uma vulgaridade.

MORENO BRANDÃO

A AUTONOMIA POLITICA DE ALAGOAS E SEUS FACTORES

(Conferencia realisada no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em 16 de Setembro de 1924)

Exmas. Senhoras,

Meus senhores.

Sinistros, fragorosos, lugubres, os ultimos estertores do seculo 17.º

As doutrinas demolidoras dos sabios da Encyclopédia abriram brecha, dos alicerces ás cimalhas, nos mais vetustos monumentos sociaes. As velhas instituições, abordoadas ás suas existencias millenarias, aluiam sob os sacarmos de Voltaire.

A's rajadas das novas ideias, a Europa toda era um crepitar de incendios, um rugir de canhões.

Não havia deter a vaga humana, que transbordava, impavida e soberba: era a canalha heroica de 89, que desertava a nave dos templos, emmudecendo para as litanias sagradas, e vinha para a rua, vencer ou morrer, cantando a Marselhesa!

E assim se preparava, a um tempo tragedia e apotheose, o scenario formidavel e precursor do famigerado sargento corso, que mais tarde, vencedor de cem batalhas, o mundo encarcerou, mas não venceu, nas escarpas de Santa Helena.

Tal fôra, a largos traços, o ambiente politico-social que presidira á formação da nossa nacionalidade, mercê da repercussão desses acontecimentos na economia do Brasil colonial.

A alma indigena estremecera de jubilos e responde ao destemeroso appello, nuncio das deliberações libertarias dos irmãos de alem-mar, em nome da solidariedade humana.

Ainda que de tão longe nos viesse o grandioso reclamo, elle achara no animo da nossa *gens* seguro abrigo, como se nos não pudessemos furtar ás determinações de um destino ainda imperecebido, mas que desde então nos integrara na convicção de povo forte e altivo, capaz de realisar, num futuro não remoto, uma das mais pujantes e opulentas nacionalidades.

Ainda bem que assim foi, para fortalesa da nossa consciencia de nação sem par pela riqueza do nosso subsolo, pelo esplendor da nossa naturesa, pelas modalidades fulgurantes da nossa intelligencia. O Brasil colonia foi, com os mais justos titulos de orgulho nosso, a expressão imperativa da nossa

finalidade no concerto do mundo e na sociedade das nações que têm historia, qualquer que seja o factor — ethnico, cultural, religioso, ou economico — pelo qual se o encare.

Bemdigamos, senhores, os numes tutelares que, em meio das maiores vicissitudes, por nós sempre velaram, assentando em alicerces indestructiveis esse gigantesco monolitho, que é a unidade da nossa terra e da nossa gente.

***

Estudemos os acontecimentos que actuaram sem descontinuidade no nosso evolvimento historico, e veremos que entre os factores primaciaes dessa trajectoria figuram de primeiro plano as causas economicas.

É a applicação precipua no conceito de Achille Lorio, vencedor em toda a evidencia.

O Brasil colonia, opulento e farto, estendendo-se em proporções geographicas deveras magestosas, pois que elle só valia por um continente, offerecendo pouso feliz a quantos delle se acercassem — era presa riquissima á cobiça das nações fortes.

Detinha-o Portugal, graças a um accidente dos grandes surtos dos seus navegadores, preso mais pelos laços das tradições, que se não afrouxavam, que por sentimentos affectivos, que, em summa, não haviam logar.

Portugal dava-nos pouco, muito pouco, em paga do que a man-cheias lhe prodigalisavamos.

As pompas e galas da sua corte, atraves dos ocios felizes da sua nobresa, tinham ao revés disso, no scenario inquieto e sombrio da colonia, os maiores veixames, mercê de exigentes tributos e acerbas compressões. O ouro de Villa Rica sahia aos borbotões das suas montanhas, escavadas, pelos suarentos bandeirantes.

A opulencia aurifera da America provinha, por mais da metade, das entranhas do nosso subsolo.

Minas Geraes, só por si, entre 1700 a 1800, fundiu para mais de 550 milhões de ouro. E note-se a que somma fabulosa não attingiria, si se lhe accrescesse o valor dos diamantes e pedras preciosas!

A estatistica do commercio exterior, ahi por 1816 e 1817, dava á Bahia uma situação de esplendor e riquesa muito acima do Rio de Janeiro, e mais ainda de S. Paulo.

As provincias do Norte, em conjuncto, concorriam para as rendas do país na relação de dois terços.

O iniquo imposto do quinto desviou ouro e mais ouro, aos montões, que attestavam as arcas do thesouro portuguez, tantas quantas vezes nol-o extorquiam.

Um grande acontecimento, porem, veiu, com um alcance deveras fatal, mudar a face das cousas. A expansão, cada vez mais alargada, dos interesses economicos das nações coetaneas da metropole, impunha inevitavelmente a liberdade do commercio, com proveito ás especulações internacionaes.

Quero referir-me á medida inspirada pelo genio do visconde de Cairú, o tratado de 1810, pelo qual o Brasil colonial abria seus portos ás bandeiras de todas as nações.

Desde então novos e mais rasgados horisontes se alargaram á vida economica da colonia, com irrecusavel influencia para seu evolvimento politico, facto mais tarde enxergado pelas cortes portuguezas, segundo seu manifesto de 1807, que ao tratado qualificava de desastroso. Os factos vieram provar que o tratado de 1810, visando intuitos economicos, fôra o factor inconsciente da nossa independencia politica. O feito do Ipiranga foi um fenomeno reflexa: creou-o a convicção da sociedade colonial de que as nações estrangeiras dariam braço forte ás nossas aspirações de liberdade, uma vez que se não resignariam ao fechamento dos nossos portos ás suas expansões commerciaes.

A doutrina de Lorio não falhara.

***

Faz 107 annos.

Era esse o ambiente moral em que respirava o nosso povo e em que se ia operando, pouco e pouco, a formação da nossa nacionalidade.

Era forçoso admittir que já nesse tempo havia, de feição ostensiva, u'a mentalidade nacional.

Vejamos os factos, perquerindo-os, quanto possivel, na sua sequencia historica.

Os acontecimentos da guerra hollandesa, num ciclo de 30 annos a fio, offerecem farta copia do nosso acerto,

Ahi está o arraial do Bom Jesus, em 1631, theatro inicial da nossa resistencia sobrehumana ás armas hollandesas.

Em S. Luzia do Norte a coragem spartana do capitão de milicias Antonio Lopes Filgueira oppõe ao invasor inimigo o mais terrivel dos revezes, em que aquelle heroi, coberto de mortaes feridas, sacrificado ao pundonor nacional, encarna a bravura alagoana.

Porto Calvo foi scenario dantesco dessa lucta formidavel.

Ao mando de Mathias de Albuquerque, em 12 de Julho de 1635, alli foi travado mortifero prelio, em que o denodo dos nossos patricios obrou rasgos de alta galhardia para as nossas armas victoriosas. O combate de 6 de Janeiro de 1636, si marca um dia nefasto para as nossas armas, e uma victoria sem louros para os guerreiros bátavos, assignala o valor de Francisco Rebello e Antonio Camarão, enchendo de brios as nossas hostes para uma retirada honrosa.

Sob o governo de Mauricio de Nassau, ainda em Porto Calvo, aos 18 de Fevereiro de 1637, travou-se renhida peleja, em que o valor, tantas vezes experimentado, de Henrique Dias e Francisco Rebello, teve mais uma vez o fulgor de uma epopeia.

A resistencia de Miguel Gilberton é uma pagina de honra para o civismo portocalvense.

Que dizer das incriveis incursões de Francisco Rebello, devastando o que topava á sua frente, até 5 leguas aquem do Recife, façanha coroada com o desastre do Una ás tropas vingadoras de Sigismundo wan Schkoppe?

Qem esquecerá a indomita coragem de Camarão e Henrique Dias, aquelle vencendo a Artischofsky, este levando suas correrias a uma legua propinqua do Recife, e ambos commandando as guerrilhas, que por 4 mezes flagellaram o inimigo, ao mesmo passo que foram o resguardo a tres mil victimas dos invasores?

E Vidal de Negreiros, Rebello, Sebastião do Souto, parceiros daquelles em acções de igual renome?

A lucta prosegue, já agora prestes ao seu fim com o declinio das hostes neerlandesas diante dos incansaveis arremetidos dos nossos patricios. Ainda em Porto Calvo o ardoroso patriotismo de Christovão Lins de Vasconcellos e Vasco Marinho Falcão consegue armar para a defesa do solo alagoano um pouco de bravos, que desde Julho de 1645 inicia a offensiva, rematada com o melhor exito, ao mesmo tempo que Valentim da Rocha Pitta e Nicolau Aranha libertam Penedo, com a restauração do S. Francisco.

Entrementes, surge um vulto profundamente impressionante indefinido na nossa historia, a quem a versatilidade dos nossos chronistas atira ora boldões, ora louvores.

Domingos Fernandes Calabar é ainda uma individualidade controvertida nas paginas da nossa vida colonial; a sua acção ao lado dos hollandeses é um problema que desafia as inquerições dos investigadores desses dias angustiosos.

Heroi, ou scelerado, o celebre mameluco foi um bravo dessa campanha de gigantes.

Vão lá saber como a historia faz os seus herois, mas o certo é que o erro de Calabar foi o ter sido vencido. Ainda hoje, com ou sem razão, atiram-lhe o labéu de traidor, mas a Sebastião do Souto, que tambem servira aos hollandeses, tecem-lhe louvores...

Bem se vê que a historia é obra do feitio humano. Consideremos esse lanço dos fastos alagoanos, dominado pelo animo varonil de D. Clara Camarão, á frente de suas amazonas, de espada em punho, a despertar os brios aos companheiros do seu esposo, supplantando dest'arte o denodo de antigas heroinas; ou D. Maria de Souza, cuja nobre estirpe tem os seus melhores brasões na abnegação com que, alem do seu genro, Antonio Lopes Filgueiras, o grande heroi sacrificado á defesa de S. Luzia do Norte, manda para a lucta, á noticia da morte do seu filho Estevão Velho, os dois que lhe restavam, ainda no verdor dos annos, dizendo-lhes estas palavras memoraveis: *Tomae já e já a espada e ide dar a vida com a mesma honra, que vossos irmãos, por Deus, pelo Rei e pela Patria.*

Pois, meus senhores, eil-as para ahi esquecidas da gratidão da posteridade essas duas figuras lendarias da nossa historia, para quem a nossa terra ainda não teve honrarias a dar, mesmo que sejam dessas que se esbanjam todos os dias: um nome numa rua, um busto numa praça...

Emquanto os nossos conterraneos pellejam sem treguas por sacudirem o jugo hollandez, nas encostas da serra da Barriga se preparava, desde mais de meio seculo, o scenario condigno de um dos mais imponentes dramas da nossa historia.

No principio errantes e isolados, foragidos nos antros e furnas de invias paragens; depois em familia, aos grupos, em busca de segura pousada; mais tarde aos bandos, em estado gregario, sob a orientação patriarchal de um chefe; já agora definitivamente installados numa cidadella fortificada naquelle tracto de terra banhado pelo Mundahú e o Jundiá.

Era o *quilombo dos Palmares*, para mais de 20 mil homens, congregados pelas mesmas esperanças, irmanados pelos mesmos infortunios, escapos ao azorrague do feitor, á disciplina das senzallas. Naquelle ajuntamento de milhares d'homens havia estupendo protesto contra o aviltamento da liberdade.

O *quilombo dos Palmares* foi a antevisão ruda e bronca, desde mais de 250 annos preteritos, das nossas conquistas democraticas de agora. Dentro na sua estacada abrigadora palpitavam, mais de 60 annos a fio, os preludios da nossa autonomia.

A republica dos escravos de Zumbi fôra, por assim dizer, a mãe primipara dos cidadãos de Deodoro. E Zumbi,

meus senhores, posto que humilde e obscuro, foi um precursor do nosso martyrologio republicano.

O que caracterisa esse passo da nossa historia colonial é a expressão que elle encerra das nossas convicções de liberdade.

Essas convicções, passada a hecatombe dos Palmares, se vão accentuando com Alagoas comarca, desde 1711, estado em que o nosso povo soube manter a integridade daquelles attributos que acabariam por instituil-o em povo independente.

Ahi está, como subsidio bastante a tal asserto, o empenho das comarcas de Penedo, Alagôas e Porto Calvo perante D. João 6.º, no sentido de serem providas de Juises de Fóra e juises lettrados, documentação perempta do quanto, já nesse tempo, valia a intuição juridica do nosso povo em proveito da sua autonomia.

Era esse, em rapido escorso, o animo da nossa gente, quando, em Março de 1817 rebenta a revolução pernambucana. E com ella, meus senhores, attingimos ao ponto culminante da nossa these, motivo deste desbrilhante discurso.

* * *

Ainda que não tenhamos historiadores, senão simples relatos de chronistas tacteantes e medrosos de praticarem a critica e a philosophia da historia, sendo entretanto, de bom aviso lamentar que a morte nos roubasse a fortalesa herculea de Adriano Jorge, capaz de nos dar trabalho de valor; malgrado nosso, seja-nos permettido descordar de opiniões correntes, que attribuem á simples vontade de D. João 6.º o acto expressivo da nossa autonomia.

Assim é que se affirma categoricamente que o decreto de 16 de Setembro de 1817 teve por intuito enfraquecer Pernambuco, desde que lhe diminuia o territorio, e premiar os serviços emanados de Alagoas na jugulação do movimento pernambucano.

Não pensamos assim: a emancipação politica de Alagoas foi feita em Alagoas e por Alagoas.

Vejamos.

Vimos de relance como os ensinamentos dos enciclopedistas e a revolução franceza influiram, como factores extrinsecos, nos primordios da nossa nacionalidade, de par com uma causa superveniente — a internacionalisação do nosso commercio.

Como factores internos, tivemos por via da metropole uma organisação economico-administrativa que, por iniqua e absorvente, ia mais e mais estimulando as reacções da colonia.

Coube a Alagoas, no ciclo regional dessas luctas, um papel saliente, em que a nossa terra poz em altiloquente evidencia o valor da sua gente dentro na extensão do seu territorio.

Alagoas não podera ser indifferente a esse movimento, como parcellas de decididas tendencias autonomas. Alagoas não pudera furtar-se á irradiação desses factores, que se vinham infiltrando na economia da nação: cabia-lhe uma postura distincta no conjuncto das forças actuantes na realisação dos nossos sonhos de liberdade.

Alagoas tinha uma feição inconfudivel, uma phisionomia propria no concerto das unidades que concorriam para a elaboração do caracter nacional.

Alagoas se affirmara no transcurso desses factos como uma entidade politica despeiada de vontades estranhas e de influencias subalternas.

A guerra hollandesa, o *quilombo dos Palmares,* as demontrações do nosso querer emquanto fomos comarca, são elementos incontestes e capazes de affirmarem que Alagoas possuia nitidamente a consciencia da sua individualidade politica.

A revolução pernambucana de 1817 veio por fim patentear factos que reaffirmam a independencia de feitos do povo alagoano.

A missão de Abreu e Lima não logra applausos dos nossos patricios: Alagoas desliga-se do governo de Pernambuco e, mediante um governo provisorio, passa á dependencia da administração da Bahia. Alagoas faz mais: arregimenta patriotas, arma-os e atira-os contra a capitania rebellada.

Este procedimento altaneiro de Alagoas é bem significativo, pois testifica que a comarca estava virtualmente separada da capitania. O vinculo de obediencia e sujeição estava francamente roto. Alagoas, por um movimento imperativo de sua vontade, engrandecida pelo prestigio dos seus herois, celebrada pelo lustre dos seus actos, já se havia libertado á tutella de Pernambuco.

A par dos seus dias felizes, os houve, e em maior conta, sombrios e nefastos. Si tivera enternecimentos de mãe carinhosa quando em seu regaço acolhera mais de 8.000 fugitivos de Pernambuco, padecera, ao reverso, longas e angustiosas horas de acerbos infortunios, que soube soffrer sem consolos nem affagos, antes d'animo sereno e resignado, porque nelles mais e mais se retemperaram suas energias para victorias de maior valia.

As crudellissimas perseguições que soffreram padecendo seus desavisados filhos em pós de abafada a revolução de 1817,

dizem bem alto do martirologio dos nossos patricios nas vesperas do acontecimento que concelebramos.

Desarrazoado, pois, esse criterio que pretende esplicar a nossa emancipação politica como um acto de munificencia das cortes portuguezas.

Não! 16 de Setembro de 1817 não foi uma surpresa, antes e sobretudo uma fatalidade.

16 de Setembro de 1817 nada mais é na nossa historia que um accidente na extensão immensurada do tempo, u'a mera expressão chronologica.

D. João 6.º foi um mandatario da opinião politica dos alagoanos, nunca jamais um instrumento de represalias e acintes contra os insurrectos pernambucanos!

O gesto real foi simples relatificação dos nossos designios, jamais deve ser deturpado sob sentimentos subalternos.

Si não fosse naquella data, seria mais tarde, pouco depois; mas seria, inevitavelmente!

Os proprios termos do decreto confirmam o nosso pensar. Este documento resa assim:

> «Convindo muito ao bom regimen deste reino do Brasil e á prosperidade a que me proponho eleval-o que a provincia das Alagoas seja desmembrada da capitania de Pernambuco, e tenha um governo proprio que desveladamente se empregue na applicação dos meios mais convenientes para della se conseguirem as vantagens que o seu territorio e situação podem offerecer, em beneficio geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda sou servido isental-o absolutamente da sujeição em que até agora esteve, do governo da capitania de Pernambuco.»

Não escapara á perspicacia do Rei a verdadeira situação da provincia e as suas relações para com a colonia, desde quando tão somente inspira o seu acto na conveniencia do *bom regimen* do nosso Reino e *á sua prosperidade.*

Está claro que foi o bom regimen da politica brasileira, conjugado á prosperidade das suas instituições, a causa preponderante na expedição do regio decreto. Cumpre attentar ainda nos desejos do Rei, de que se consigam de Alagoas as vantagens que o seu territorio e situação *podem offerecer.* Veja-se bem que o augusto reinante ja considerava Alagoas com a capacidade economica precisa ás responsabilidades da sua vida autonoma, uma vez que se refere ás vantagens que o seu territorio e situação *podem offerecer;* e tanto vale para nós uma situação de riqueza e prosperidade não mais condicional, porem definida e consolidada.

Si considerarmos, em abono do nosso ponto de vista, um dos indices mais valiosos do nosso progresso economico, veremos que Alagoas já contava nos tempos immediatos á sua autonomia notaveis fontes de renda, como fossem: mais de 300 fazendas de criação, mais de 220 engenhos e fartas lavouras de algodão em Penedo, Porto da Folha, Aguas Bellas, Atalaia, Alagôas com S. Luzia do Norte e Pioca.

O córte de madeiras, a extração do oleo de ricino, da ipecacuanha preta, a cultura do fumo, concorriam com rendas de alto vulto. Nos seus estaleiros havia trabalho e progresso.

É indubitavel, pois, que a nossa emancipação politica conquistou-a Alagoas por si mesma, que não pela real magnanimidade de D. João 6.º

***

Estamos nós, porem, perfeitamente emancipados?

Temos razões bastantes para nos convencermos de que somos um povo consciente da sua independencia?

Podemos nós proclamar a nossa autonomia sem temer restricções?

Não, meus senhores, ainda não!

Libertamos o homem, sim; mas precisamos libertar a terra.

A nossa autonomia não é um facto inteiramente consumado.

Alagoas carece, desde muito, de ser integrada na sua capacidade geographica.

Os nossos limites com o visinho Estado ao norte, no seu aspecto litigioso, são um remanescente da nossa antiga situação de subalternidade á Capitania de Duarte Coelho Pereira.

É como que o cordão umbelical, que ainda nos prende a um passado vivido entre duros revezes, através do periodo tumultuoso, consecutivo á revolução de 1817, com a campanha da independencia, até ao desfecho das luctas politicas em 1834.

Desde o periodo colonial que o nosso *facies* geographico, para o norte, está bem traçado; entretanto se vêm operando invasões de immenso tracto de terra, que é, sem contestação, nossa pertença.

Lento e lento o trabalho vivaz, a nos despojar, contra protestos, que parecem deter o esbulho, taes as razões a que nos abastonamos, enfrentando a cautelosa esquivança, que tem sido a caracteristica do contendor.

Não malsinamos: dos nossos esforços no sentido de por termo airoso á secular pendencia, resalta, precipite e inconcusso, o recuo do invasor, por mingua de direito.

A invasão de limites começa mais ostensivamente desde 1835, com a sancção arbitraria das Assembleas Provinciaes pernambucanas, de modo que, na extensão que vae do Ipanema ao Taquara, o visinho Estado encrusta, em plena terra alagoana, os municipios de Buique, Aguas Bellas, Correntes, Bom Conselho, Canhotinho e Quipapá, em detrimento, pois, das areas de Paulo Affonso, S. Anna do Ipanema, Palmeira dos Indios e Victoria, limitrophes do nosso e o Estado convisinho.

A occupação á mão armada, de Marianna, em 1893, foi a ultima façanha usurpadora do nosso septentrião, aliás permettida pela inercia da nossa politica administrativa. Ainda desta vez, por nossa parte, a mesma reacção platonica, mercê de protestos mais ou menos energicos e cheios de gatafunhos complicados.

Depois... a mesma hibernação, sob o beneplacito da santa providencia.

Eis que em 1919 se reune em Bello Horizonte o 6.º Congresso Brasileiro de Geographia, expressão do appello da Liga da Defesa Nacional, do Instituto Historico Brasileiro e da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, no intuito patriotico de celebrarmos, os brasileiros, o Centenario da Independencia de um Brasil uno e coheso, derimidas as questões de limites interestadoaes.

Sob tão promissores auspicios, Alagoas e Pernambuco commetteram a delegados especiaes os trabalhos preliminares, sendo nossos representantes os saudosos e illustrados conterraneos Drs. Diegues Junior e Manoel Moreira, a quem devemos precioso cabedal no assumto. Assentadas as bases do convenio especial, datado do Rio de Janeiro, aos 23 de Agosto de 1919, entre os nossos representantes e o de Pernambuco, Dr. Pedro Celso Uchoa Cavalcante, o exmo. presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessoa, segundo a clausula 1.ª daquelle accordo, e por acto de 6 de Dezembro daquelle anno, designou o engenheiro Guilherme Lane para fazer o levantamento da carta topographica da região contestada. Baldados ainda desta feita tão decididos intuitos: o engenheiro achou de melhor aviso cavar açudes no Ceará.

E aqui não poz pé.

Por fim, se reune em 1920, no Rio de Janeiro, a Conferencia de Limites Estaduaes, perante a qual, em 12 de Julho, os representantes deste e do Estado de Pernambuco, o Snr. Pedro da Costa Rego e Dr. José Gonçalves Maia, ajustam arbitramento como solução do caso, escolhido arbitro o Dr. Prudente de Moraes Filho.

Uma divergencia, aliás creada pelo delegado pernambucano, foi causa do fracasso destas negociações.

Uma feliz coincidencia, porem, se nos depara com estar presidindo ao governo de Alagoas, nesta hora, aquelle mesmo illustre e operoso representante nosso na Conferencia de Limites em 1920, o Exmo. Snr. Costa Rego.

Façamos um appello, que não seja desouvido, aos seus sentimentos de patriotismo, causa mais principal da sua descrepancia com o representante pernambucano, e que da sua acção pressurosa e pertinaz, Alagoas seja integrada com a reinvidicação do seu territorio.

Dando largas ao nosso desprendimento, deixemos aos nossos valorosos visinhos do norte a mór parte do que nos tomaram, pois nos podemos contentar com a linha que tem por base o auto de limites da villa de Cimbres, proseguindo pelas serras de Santa Maria, dos Cavallos, do Cumunati, do Carangueijo e a do Cavalleiro, a encontrar, no nordeste, com o Persinunga, Jacuhype e Taquara.

Feito isto, poderemos dizer que dormem em paz o seu ultimo somno os herois da nossa emancipação politica, sob a terra que elles conquistaram com a fortalesa da sua fé e o valor da sua coragem — ao peito a cruz, na mão a espada!

J. BARBOSA JUNIOR

ASPECTO DESAPPARECIDO

A CAPELLA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO PARAHYBA

segundo uma vista photographica de Dezembro de 1915.

CIDADE DO PARAHYBA

A CAPELLA DA CONCEIÇÃO

O "Jornal de Alagoas" em seu n.º de 31 de Julho de 1920 publicou na secção "Jornal dos Municipios" as seguintes linhas, enviadas do Parahyba, em data de 28 do mesmo mez:

«Já não existe a Bolandeira, o velho e feioso casarão da rua Progresso que com o seu typo de engenho de animaes era uma curiosa sobrevivencia do processo colonial do beneficiamento do algodão.

Adquirido pela intendencia acaba em boa hora de ser demolido para em seu lugar se construir um grupo escolar.

Mais alguns dias e terá igualmente desapparecido todo o vestigio da antiga capella de Nossa Senhora da Conceição, erecta em matriz da parochia no acto de seu estabelecimento em 1912.

Iniciada a demolição em 21 de Maio de anno passado, poucos dias depois de assentada a pedra fundamental da nova igreja matriz, ficou sustada em Agosto para conservação temporaria da sacristia. Esta parte acaba tambem de desapparecer, existindo no seu lugar apenas os escombros que estão sendo removidos.

Edificio o mais antigo e o mais historico da localidade, pois que originou-lhe a velha denominação ainda acceita pelo vulgo, a capella ora destruida é assim mais uma tradição que desapparece...

Fora de proposito não será, portanto, relembrar aqui o seu passado, quasi duas vezes secular.

A absoluta falta de documentos impede-nos a positivação do anno em que se iniciou a factura do templosinho, presumindo-se entretanto, que o fora na primeira metade do seculo 18.º, proximidade de 1750.

Em alguns tijolos das paredes encontraram-se toscamente abertos alguns nomes, mas sem nenhuma significação para o caso, simples curiosidade dos obreiros em garatujar o proprio onomastico. É pena que não tivessem a lembrança de exarar a data em que escreviam.

Uma moeda colonial de 1729, (*) encontrada na parede do lado sul da capella, veiu apenas corroborar a convicção de que o edificio é de maior antiguidade.

Dados positivos só existem a partir de 1813 num deteriorado livro que o ouvidor Batalha abrira para os autos de prestação de contas do administrador.

Até 1839 nenhum registo importante se depara. Nesse anno, porem, aos 18 de Maio, o administrador Manuel da Rocha Barros prestando suas contas, que abrangiam o espaço de 1828 a 1829, inscrevia valiosos serviços prestados á conservação da capella, segundo se lê no auto exarado pelo escrivão da provedoria Pedro Manuel da Costa Junior, occulta, no entanto, a data precisa do melhoramento:

Declarou mais o ditto administrador ter feito de despeza com a igreja da mesma Senhora que fez toda de Novo a frente Portas principal e mais ferragem (?) duzentos e vinte mil reis com que Sai fora... 220$000.

Declarou mais ter feito o fronte Espicio (sic) da mesma Igreja no qual serviço gastou a quantia de sento e noventa e hum mil oito sentos e oitenta reis com se sai fora...191$880.

Em 1855 o visitador Hollanda Chacon em um termo de visita datado de 19 de Maio lembrava a necessidade de se reparar a ruina que ia apparecendo na frente da capella e a 10 de Dezembro o juiz provedor Silverio Jorge determinava que se reedificasse a mesma capella, de pedra e cal e se fizessem os mais reparos que fossem precisos, com o producto da venda de todo o gado do patrimonio, que não servisse para a reproducção e do saldo existente.

Do auto de prestação de contas do administrador Domingos Soriano de Lyra Castro, em 3 de Outubro de 1859 se verifica haver se despendido com as obras ordenadas a importancia de 896$540 até o ultimo de Agosto de 1858, ficando o edificio augmentado uns doze palmos de frente, espaço em que se facturou o côro.

Este ultimo melhoramento, as tres janellas que ahi se abriram e mais serviços complementares fizeram-se depois daquella data, entre 1859 a 1860 sob a mesma direcção e importaram na somma de 171$280.

(*) É de cobre, valor de vinte réis, 35 milimetros de diametros e 2 1|2 de grossura. Tem na face direita desenhada a corôa portuguesa, os algarismos romanos X X, a data *1729* e em circulo a inscripção JOANNES V. D C P. ET BRASIL REX. No verso: as armas portuguezas circuladas pela phrase PECVNIA TOTVM CIRCVMIT ORBEM.

De 22 de Janeiro a 21 de Junho de 1887 effectuaram-se sob a iniciativa do coronel José Francisco de Almeida, importantes melhoramentos que de modo sensivel alteraram o aspecto exterior do edificio.

Assim modificou-se a fachada, substituida a forma espiralada do frontão por um triangulo rectilinio, accrescentou-se á mesma fachada o pedestal do sino, construiu-se a escada que dava para este e para o côro e fizeram-se as amplas calçadas de dous lanços, na frente, e a simples que rodeava a igreja. No apice do frontespicio collocou-se uma cruz de ferro em lugar da antiga que era de madeira.

As despezas com todas essas obras sommaram em 1:802$520, producto não só das rendas do patrimonio (1:499$720) mas tambem de uma subscripção (363$800) e de uma loteria provincial (45$000).

Em Novembro de 1916 a intendencia municipal de accordo com o vigario, demoliu o lanço inferior da calçada, substituindo-o por uns degraus em forma semi-circular.

Pouco antes havia sido retirado para o cemiterio publico o magnifico cruzeiro que junto a ella se erguia, ao centro, defronte a porta principal: fôra assentado em 1880 em substituição de um outro que em 1851 erigira frei Henrique do Castello de S. Pedro.»

Eram as seguintes as dimensões da velha igreja:
Frente: 7 metros e 15 centimetros.
Fundo: 17 m. 70 centim. não incluindo a capella mor.
Capella mor: 4 m. 75 cms. por 7 m. 48 cm. (fundos).
Sacristia: 3 m. 77 cm. por 7 m. 88 cm. (fundo).

A 1.ª ASSEMBLÉA PROVINCIAL

Ao Moreno Brandão

A Constituição Politica de 1824, no que concernia á intervenção popular na vida administrativa das Provincias, era mais avançada do que o projecto elaborado pelos Andradas, submettido á Constituinte, que Pedro I dissolveu num arranco brutal de despotismo.

O espirito andradino, da mais áspera autocracia, peiava as Provincias, demasiadamente, no circulo de ferro da centralisação, visando, talvez, a cohesão das unidades vacillantes que formavam o Imperio nascente, livrando-o de fragmentações, que seriam, fatalmente, o anniquilamento da nação que ensaiava a sua existencia autonoma. Porque, acima da politica autoritaria com que os Andradas jugularam as aspirações liberaes do povo brasileiro, pairava, redimindo-os da vilta de absolutismo que lhes maculou a acção vigorosa de estadistas, o anseio de uma organisação politica capaz de, pela solidez de sua construcção, resistir ás tormentas do caudilhismo que ensanguentavam as Republicas recem-formadas no continente.

Alem da vida municipal, que se esboçava na letra rigida do projecto, atravez de um mecanismo administrativo de funccionamento complicado, havia em cada Provincia um *Conselho Presidial*, emergente do voto popular, é certo, mas simples aparelho ornamental, circumscripto ao papel secundario de auxillar da presidencia.

A Constituição jurada em 25 de março de 1824, porem, foi mais liberal. Fizeram-na homens de educação politica menos autocratica, mais em contacto com o sentimento nacional, e, por isso, mais inclinados á intromissão popular nos negocios publicos. Entre os que elaboraram o projecto desse monumento politico, estavam Mariano José Pereira da Fonseca, o famoso marquez de Maricá, Francisco Villela Barbosa e José Joaquim Carneiro de Campos, tres grandes figuras do primeiro Imperio, que ainda resistem á poeira do esquecimento. A Carta Fundamental, pois, reconhecia e garantia o *direito de intervir todo cidadão nos negocios de sua Provincia, e que são immediatamente relativos a seus interesses peculiares* (art. 71). E a intervenção fazia-se pelas Camaras de districtos e pelos Conselhos Geraes, a estes somente vedado immiscuirem-se nos assumptos de interesse geral da nação. No mais, era ampla a esfera dos Conselhos.

No tumultuar das paixões que se desencadeiavam, impellindo

o espirito politico para o campo das competições pessoaes, a reforma constitucional do Imperio veio engravecer a situação, que tomara aspecto alarmante desde as eleições geraes, para o quatriennio de 1834—1837, dividindo a *gente limpa e de verdadeira geração*, os caudilhos politicos que dirigiam as massas eleitoraes e conduziam ás urnas as turbas feudatarias, sem a comprehensão do regimen, na sua belleza representativa, e que caminhavam submissas para os pleitos, sob a vara pastoral do senhor de engenho.

A eleição dos primeiros 28 deputados provinciaes annunciou-se sombria. As eleições geraes haviam deixado no ambiente o pezadume das paixões exarcebadas. O presidente Figueiredo Camargo, allegando enfermidade, ou realmente enfermo, apressou-se em chamar á presidencia o seu substituto legal, padre José de Souza Machado, vigario de Poxim. A doença providencial descartara o presidente das difficuldades que o caudilhismo eleitoral creara á administração. Ao padre Machado pois, *caboclo da aldeia*, coube presidir a eleição da primeira Assembléa Provincial.

Ao pleito, realisado a 13 de outubro, accorreu pressurosa a aristocracia provinciana, tangendo ás urnas a gente dos feudos ruraes e a população dos povoados florescentes, que formavam os collegios eleitoraes. E tudo correu serenamente. Mas, já nesse tempo, tão distante de nós, e tão dos nossos dias, pelos processos politicos, a fraude eleitoral lográra os fóros de instituição nacional, tornando a verdade dos pleitos a rude ficção que todos sabemos. A verdade eleitoral eram as actas, e as actas forgicavam-nas, de portas fechadas a sete chaves, os elementos de preponderancia eventual, que, no jogo politico, davam as cartas e jogavam de mão... De forma que os conciliabulos da capital, de parceria com a astucia do padre Vicente de Macedo, vigario de Atalaia, deputado geral eleito e terrivel guerrilheiro de campanhas eleitoraes, engendraram os eleitos a seu sabôr, adulterando a expressão victoriosa das urnas.

O mal é antigo...

A fraude escandalisante veio acirrar ainda mais as paixões. O presidente interno consentira em tudo ou não podera evitar o esbulho. Alagôas e Atalaia, codilhando o resto da Provincia, fizeram a quasi totalidade dos representantes.

Camargo, passada a borrasca, reassumiu o governo num ambiente de rancores. Reassume para deixal-o, seis dias depois, livrando-se, em tempo, da prebenda, transferido para a Provincia da Parahyba.

O governo, de léo em léo, foi parar ás mãos de Manoel Simões da Costa, escrivão de orfãos de Atalaia e trunfo do

vigario Macedo. O vigario de Poxim, escarmentado, recusou o poder, preferindo a sacristia.

Mas, nesse tempo, os mandões eleitoraes não tinham a docilidade que veio, mais tarde, distinguir os chefes politicos. Combativos e rispidos, enfeudados nos latifundios ruraes, eram, de facto, senhores em seus dominios — barões feudaes em pleno regimen representativo. E uma eleição para elles, do ponto de vista do prestigio de cada um, se não era, na expressão dogmatica da democracia, um principio inatacavel da soberania popular, tomava as proporções de um pleito de honra, que se defendia a tiro de mosquete.

Esbulhados pela falcatrua dos conciliabulos, viram em Manoel Simões da Costa a personificação do poder despotico triunfante do vigario Macedo. E á força victoriosa da fraude oppuzeram a força decisiva do bacamarte.

Em Atalaia, o juiz de direito, dr. Antonio Joaquim Monteiro de Sampaio, mancomunado com o tenente-coronel José Gomes da Rocha, amotinou seus apaniguados e pôz nas ruas da villa patriarcal a mashorca. A rebellião visava o vigario, cujo poderio se desmandara, e foi o padre intimado a abandonar o feudo, onde ministrava os beneficios moraes da religião e assanhava com o seu prestigio formidavel as paixões politicas. E, deputado geral eleito, colhido de surpreza pela bernarda, já senhora dos melhores elementos, pôz-se Macedo, tranquillamente, caminho da Côrte. Ao sahir do povoado, ao trote pacifico de sua montaria, um tiro rebôa, de tocaia, prostando-o morto. Os adversarios tiravam da liça, assim covardemente, o caudilho temivel e poderoso.

Ao mesmo tempo, na capital, um ardil do juiz de direito, dr. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, surprehende Simões da Costa. A vida pachorrenta da cidade, no dia 16 de novembro, perturbava-se, de subito, por um motim popular em regra. O magistrado, abandonando os autos e as Ordenações do Reino, fazia a invasão da capital por grupos armados, vindos de São Miguel circumvisinhanças — gente mobilisada e tangida á rebellião pelos senhores de engenhos da redondeza.

Simões, acobardado, entre as forças de que dispunha para uma reacção, talvez, efficiente, ou espavorido pelo assasinato do vigario Macedo, acceitou a deposição, que lhe foi imposta, sem discutil-a ou attenual-a, e á presidencia foi chamado João Camillo de Araujo.

Rabula intelligente e sagaz, achou Camillo, na sua chicana, meios de cohonestar a annulação do pleito e designou o dia 5 de janeiro para a nova eleição.

Escorraçados pela violencia do golpe, que de improviso, subvertera a ordem legal, os adversarios deixaram o pleito á revelia. Os sediciosos, dominando todas as posições, faziam agora a sua Assembléa.

Camillo de Araujo livrou-se da responsabilidade, inteirando lealmente o Governo Geral dos acontecimentos desenrolados na Provincia. Elle que decidisse. Era honesto. E os *augustos e dignissimos senhores representantes da nação,* a quem o poder executivo affectara o caso, lavaram as mãos: era um conflicto meramente local; que a propria Assembléa resolvesse o dissidio... Era o facto consumado, porque a Assembléa, parte interessada na pendencia, resolveu, naturalmente, a seu favor. E tudo acabou bem...

Essa Assembléa compôz-se das grandes figuras da Provincia. Nella tomaram parte nove padres — os padres eram a *elite* intellectual do tempo e os chefes politicos mais poderosos: — Antonio de Andrade Luna, que tambem era doutor em canones, exercia o cargo de inspector da thesouraria geral e fôra cabecilha da sedição; José Henrique de Amorim, que fizera parte do primeiro Conselho Geral; Lourenço Wanderley Cannavarro, do famigerado governo temporario de 1823; Francisco de Assis Ribeiro; Manoel Teixeira da Silva; José Tavares da Cunha Uchôa; José Tavares de Mendonça Sarmento, José de Souza Machado, que presidira a eleição annulada; e o venerando vigario de Pioca, Francisco de Assis Barbosa, que fôra deputado ás Côrtes Portuguezas e deputado geral no quatriennio de 1826 — 1829. Este declinou das honras do mandato popular.

Sete tinham diplomas academicos: Antonio Luiz Dantas de Barros Leite; José Candido de Pontes Visgueiro; Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, chefe da sedição de Alagoas; Manoel Sobral Pinto; Firmino Antonio de Mendonça; Antonio Joaquim Monteiro de Sampaio, cabeça da bernarda de Atalaia; e Joaquim Serapião de Carvalho.

As milicias, a aristocracia rural e o valimento do proprio merito figuravam na Assembléa nas pessoas do coronel Francisco Manoel Martins Ramos, ex-deputado ás Côrtes Portuguezas e um nome tradicional na antiga burocracia alagoana; major Manoel Velloso da Silveira Nobrega de Vasconcellos, presidente do 2.º Conselho Geral e figura primacial nos grandes successos politicos dessa epoca; tenente-coronel Domingos da Costa Agra; major Salvador Pires da Rosa e Silva; tenente Francisco Frederico da Rocha Vieira, irmão de Sinimbú e bello typo revolucionario com seu pae, o capitão Manoel Vieira Dantas; tenente-coronel José Gomes da Rocha, da sedição de Atalaia;

advogados João Camillo de Araujo, que presidira o pleito, e Francisco da Silva Belem e Andrade; Francisco Elias Pereira; Floriano Vieira Delgado da Costa Perdigão, ex-deputado geral de 1830 a 1835, nome sempre em evidencia em todos os acontecimentos desse tempo, desde Mello Povoas; Silvestre Domingues da Silva e Ignacio Joaquim Passos *(senior)*.

Eram de facto, figuras notabillissimas de Alagoas, em 1834. A Assembléa, assim organisada, honrava a mentalidade e as forças politicas da Provincia.

Destes, alguns sahiram do estreito scenario da vida politica provincial: Barros Leite foi deputado geral na legistura de 1838 e 1841 e estava eleito para a seguinte quando foi escolhido senador do Imperio, na vaga de D. Eugenio Nuno de Locio Seiblitz (1843—1870); Pontes Visgueiro, deputado geral em 1838-1841, trocou a politica pela desembargatoria, na Relação do Maranhão, onde acabou tragicamente; Sobral Pinto foi deputado geral de 1853 a 1856; Gomes Ribeiro tambem exerceu igual mandato em 1838—1841.

A 15 de março de 1835 a 1.ª Assembléa Provincial iniciou a sua legislatura, estando na presidencia da Provincia o tenente-coronel de engenheiros José Joaquim Machado de Oliveira que fez a *fala* de abertura, expondo nuamente, as condições e as necessidades de Alagoas.

Tempos idos... Tempos que se sumiram com o senhorio feudal dos engenhos e com a queda da escravaria, que era o nervo do regimen.

CRAVEIRO COSTA

OS INQUERITOS CENSITARIOS
EM ALAGOAS

Parece que o primeiro inquerito censitario, officialmente feito em Alagoas, é anterior á emancipação. Remonta a 1817 e fel-o o ouvidor Antonio José Ferreira Batalha, que tão proeminente papel, no anno seguinte, havia de desempenhar nos acontecimentos que determinaram a constituição autonomica da provincia. Os mappas que o ouvidor organisou, naturalmente baseado em listas parciaes de factura das autoridades judiciarias, policiaes e ecclesiasticas da comarca, e remetteu ao Desembargo do Paço registraram 89.589 habitantes. A comarca era vasta e a população se ia adensando, nascida no proprio solo, nos povoados florescentes.

O total dos mappas censitarios do ouvidor, aquella cifra assim exacta — 89.589 — denota o escrupulo que presidiu á verificação. Mas a affirmativa categorica da autoridade não deve ser tida por uma verdade absoluta. Se ainda hoje, com uma mentalidade popular mais esclarecida e processos estatisticos mais perfeitos, os recenseamentos encontram empecilhos de toda ordem, a cada momento, raia pela impossibilidade de exactidão o total censitario do ouvidor.

Todavia o seu caracter official impõe-lhe a acceitação.

Em 1819, já creada a provincia e á frente de sua administração o illustre Mello Povoas, o conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, em cumprimento da resolução regia daquelle anno, pesquisou acuradamente, pelos escassos elementos ao seu alcance em tempo tão recuado, a população de todo o Brasil. Portugal queria saber, ao certo, o numero de seus colonos no continente americano.

Esse trabalho tornou-se classico e foi, por muito tempo, a fonte subsidiaria de investigações semelhantes que se lhe seguiram. Velloso computou em 111.973 os habitantes da nova provincia. Desses, eram livres 42.879 e escravos 69.094. A cifra da população escrava, sobre a qual recaía o peso formidavel da formação economica da provincia, parece-nos hoje desconcertante; naquelle tempo, porem, representava um factor importante de riqueza, de riqueza particular e de riqueza publica. Mas deve haver exagero no computo, porque nunca mais, nas fazes de maior prosperidade que se seguiram á epoca desse inquerito, a população escrava de Alagoas attingiu aquella cifra.

Segundo a investigação de Velloso de Oliveira, a população de Alagoas avantajava-se a das seguintes provincias: Amazonas, Espirito Santo, Goyaz, Matto Grosso, Parahyba, Paraná, Piauhy, Rio Grande do Norte, Santa Catharina, Rio Grande do Sul.

As previsões de SAINT-HILAIRE, annos depois, reduziram as cifras anteriores: 100.000 almas; mas MALTE-BRUN, em 1830, elevou-as a 257.000.

Tacteava-se o vacuo...

O governo, parece, por muito tempo, desinteressou-se dessa indagação. Porem, em 1842, pensou-se seriamente na contagem da população: a Lei n.º 387, de 19 de agosto, mandou que, de oito em oito annos, se procedesse ao censo da população do paiz.

Governando a provincia o Dr. Campos Mello, fez-se em Alagoas um recenseamento: 207.294 habitantes, sendo: 167.619 livres e 39.675 escravos. Cahira a estatistica de MALTE-BRUN — 50.000 almas para menos; elevara-se, porem, o nivel da população livre — 30.000 escravos para menos dos calculos de Velloso.

Na presidencia de Nunes de Aguiar nova apuração confirmou o inquerito anterior: 167.976 pessoas livres e 39.790 escravos; 101.408 homens e 106.358 mulheres.

O presidente José Antonio Saraiva pretendeu dar execução a circular de 23 de outubro de 1854, que mandava recensear a população das provincias. Mas o interior estava em polvorosa e os mandões politicos, detentores das posições eleitoraes, senhores de braço e cutelo nas suas propriedades ruraes, entraram a explorar a lei censitaria, manobrando o povo ignorantissimo, sempre avesso a essa ordem de serviço, ao sabor de suas paixões e de seus interesses, attribuindo ao desejo official os fins mais vexatorios, os intuitos mais oppressivos. O esforço do presidente, attinente ao cumprimento da determinação ministerial, fracassou.

A circular visava a execução da lei de 1851 e essa lei, que levantara uma celeuma immensa no paiz, principalmente no norte, ficou conhecida por *lei do captiveiro*. Diziam que ella pretendia a escravisação dos homens de côr. E contra ella levantou-se a ignorancia popular insuflada pelas paixões pessoaes em ebulição. A grita contra o inquerito não era somente em Alagoas; estendia-se a Pernambuco, ao Ceará, á Parahyba e Sergipe. Principalmente em Alagoas. Comtudo fez-se alguma coisa e em 1856 o Ministerio do Imperio divulgou os elementos colligidos no inquerito. Para a nossa Provincia 204.200 habitantes.

O presidente conselheiro Sá e Albuquerque encarregou o Dr. Thomaz do Bomfim Espindola da organisação de um novo recenseamento provincial. O trabalho do illustre geografo alagoano só foi publicado em 1860, quando governava a provincia o Dr. Pedro Leão Velloso. Espindola chegou as seguintes conclusões:

População livre	205.296
População escrava	44.418
Total	249.714

Os processos de Espindola pouco haviam avançado do systema censitario do tempo do ouvidor Batalha. Todo o exito desses trabalhos dependia da boa vontade de uma multidão de autoridades subalternas que não primavam pela comprehensão da utilidade do serviço.

Espindola, annos depois, avaliara a população da provincia em 310.585, descordando dos calculos contemporaneos de José Alexandre Passos, o filologo, e do dr. José Alexandrino Dias de Moura. Segundo aquelle, 327.530; segundo este, 320.000.

Porto de Pedras, nos mappas de Espindola, era a freguezia que contava maior numero de habitantes — 22.109, seguida de perto por Passo de Camaragibe — 21.712.

Sete annos depois do primeiro trabalho censitario de Thomaz Espindola, no quadro da população geral do Brasil, organisado para a exposição universal de Paris, Alagoas figurou com 250.000 habitantes livres e 50.000 escravos.

Só em 1871 fez-se no paiz um recenseamento mais ou menos regular. O inquerito foi designado para o dia 1.º de agosto. E nesse dia, pela primeira vez, foi assim, regularmente, recenseada a população de Alagoas. O resultado, divulgado no anno seguinte, foi o seguinte, para a nossa provincia: 312.268 habitantes livres e 35.741 escravos; 173.497 homens e 174.512 mulheres; sabiam ler e escrever 41.913 e eram analfabetos 306.096; eram brasileiros 344.291 e estrangeiros 3.718.

De 1872 á proclamação da Republica pararam os inqueritos censitarios. A Republica, porem, logo ao nascer, quiz saber o numero de habitantes do paiz e estabeleceu que, de dez em dez annos, far-se-ia um recenseamento geral.

A primeira contagem fez-se em 1890. O trabalho correu moroso, mancando entre mil impecilhos, que lhe atravancavam a marcha regular e a exactidão dos inqueritos estadoaes. O povo recebia com desconfiança os encarregados do serviço. Dizia-se que seu fim era um recrutamento em massa para as fileiras do exercito, ballela que os adversarios do regimen

exploraram fartamente por toda parte. Só em 1898 foi publicada uma synopse desse recenseamento e nella Alagoas figura com 511.440 habitantes.

Como, segundo o dispositivo constitucional, o recenseamento devia ser decennal, em 1900 fez-se o segundo inquerito. Em Alagoas as cifras foram as seguintes:

Homens	333.141
Mulheres	316.132
	649.273
Solteiros	452.779
Casados	166.911
Viuvos	29.583
	649.273
Brasileiros	645.865
Estrangeiros	3.408
	649.273
Sabiam ler e escrever . . .	129.563
Eram analfabetos	519.710
	649.273

Não se fez o terceiro inquerito censitario; mas fez-se o quarto, em 1920, o mais perfeito dos trabalhos que no genero, se fizeram no Brasil. Esse recenseamento deu ao Estado de Alagoas 978.748 habitantes, população superior a dos Estados seguintes: Amazonas, Espirito Santo, Goyaz, Maranhão, Matto Grosso, Parahyba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catharina e Sergipe.

Relativamente á densidade, dando para Alagoas 50.000 k2. o Estado conta uma população de 20 habitantes por k2, cifra igual a de S. Paulo, só lhe ficando á vanguarda o Estado do Rio de Janeiro.

Convem archivar na *REVISTA DO INSTITUTO* as minudencias desse inquerito:

Quanto aos sexos:	
Masculino	479.303
Feminino	499.445
Quanto á nacionalidade:	
Brasileiros	977.718
Estrangeiros	693
Ignorada	337

Quanto á instrucção:

Alfabetos	144.535
Analfabetos	834.213

Quanto ao estado civil:

Solteiros	676.798
Casados	250.213
Viuvos	49.003
Ignorado	2.734

Ha ainda esclarescimentos muito interessantes que valem consignar. Dos 834.213 individuos que em Alagoas não sabem ler e escrever, 193.730 contam de 7 a 14 annos, idade escolar, sendo 98.911 do sexo masculino e 94.819 do sexo feminino. 193.722 são brasileiros, 5 estrangeiros e 3 de nacionalidade desconhecida. Mais: na idade em que toda criança de 7 a 14 annos deve frequentar a escola primaria, apenas 25.017 por ella passaram, das quaes 12.354 meninos e 12.563 meninas; 24.992 eram brasileiras, 18 estrangeiras e 7 de nacionalidade ignorada. Ainda este informe suggestivo: na totalidade dos analfabetos foram contados 402.436 homens e 431.777 mulheres.

As cifras que aqui deixamos são desoladoras! Mas é assim em todos os Estados. Ha Estados que ainda estão abaixo de Alagoas!

Archivemos mais esta informação: havia, em 1920, no Estado, 1240 cegos e 362 surdos-mudos.

Os 978.748 habitantes de Alagoas estavam assim distribuidos pelos municipios, em ordem decrescente:

Maceió	74.166
Atalaia	64.035
União	57.394
Viçosa	55.790
Anadia	51.150
S. José da Lage	47.729
S. Anna do Ipanema	40.234
Palmeira dos Indios	39.271
Muricy	38.458
Victoria	34.317
S. Miguel	30.141
Parahyba	28.758
Limoeiro	28.555
S. Luiz	25.069
Penedo	25.060
Leopoldina	24.945
Camaragibe	24.757
Santa Luzia	23.413
Porto Calvo	23.220

Pão de Assucar	21.812
Paulo Affonso	21.516
Agua Branca	20.361
Traipú	20.355
Alagôas	18.816
Porto de Pedras	18.802
Triumpho	16.958
Pilar	15.763
Maragogy	16.593
Coruripe	15.625
S. Braz	13.922
Porto Real do Collegio	12.762
Junqueiro	10.093
Bello Monte	8.117
Piassabussú	7.315
Piranhas	3.476

A população da capital foi de 74.166, sendo 33.209 homens e 40.452 mulheres; 73.661 brasileiros, 473 estrangeiros e 32 de nacionalidade ignorada; casados 19.570, solteiros 49.172, viuvos 5.355, estado civil ignorado 69; sabiam ler e escrever 34.133 e eram analfabetos 40.043.

É notavel o numero de estrangeiros existentes no Estado, segundo as cifras officiaes do censo de 1920 — apenas 1.030, inclusive 337 de nacionalidade ignorada. E sempre foi insignificante o numero de estrangeiros em Alagoas. O que possuimos é, portanto, obra do trabalho alagoano. E não possuimos pouco.

No Estado foram recenseados 8.840 estabelecimentos ruraes, com 1.348.241 hectares, no valor de 127.950:162$000. Os nossos rebanhos foram avaliados em 69.659:523$000, descriminadamente:

Bovinos	44.662:665$000
Equinos	11.047:740$000
Asinino e muar	2.825:000$000
Ovino	1.970:520$000
Caprino	3.943:458$000
Suino	5.212:140$000

A nossa riqueza agricola era superior a do Amazonas, Maranhão, Piauhy, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em 50 annos registramos um augmento de 200 % em nossa população e em nossa riqueza, sem o concurso da immigração.

C. C.

D. PEDRO II

Discurso pronunciado pelo Snr. CRAVEIRO COSTA, na sessão do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, commemorativa do 1.º centenario do nascimento do grande Brasileiro

Não tardou, senhores, o pronunciamento da Justiça sobre o grande Imperador. O julgamento da nação, mesmo no sentenceiar da intransigencia dos mais hostis ao regimen monarchico, dos que systematicamente se conservaram arredados da realeza, é pela benemerencia do egregio Varão, a quem devemos a consolidação da nacionalidade brasileira e que durante cincoenta annos presidiu a evolução politica e mental do nosso paiz.

Figura magnifica essa, de monarca e de homem, que cada vez mais se eleva, se difunde e se envolve nas rutilancias da gloria, á medida que o tempo passa e os fastos politicos desses trinta e seis annos de democracia não supportam confronto com o liberalismo constructor do segundo reinado.

Quando, ha cem annos, nasceu D. Pedro II a nação surgia ainda, indecisa e tropega, das aglomerações politicamente cahoticas formadas durante o periodo colonial, esparsas pelo Brasil immenso, sem que as unisse, soldasse e solidificasse o sentimento integral da patria, na lidima expressão sociologica, o ideal definido da unidade politica, a estender-se, abarcando o territorio que Portugal levara trezentos annos a dilatar, lançando os lineamentos de um vasto imperio americano, pelos marcos de posse que a aventura das explorações da terra fincara vagamente por toda parte.

Não bastara á homogeneidade, o systema administrativo da colonia; á cohesão pretendida por esse aparelhamento de governo se oppunham factores geograficos, operando contrariamente, no sentido da dispersão das aglomerações sociaes. A desintegração social e politica era uma consequencia da immensurabilidade das distancias entre as capitanias, tão separadas que cada qual como que tinha vida á parte, lances historicos que se não enleiavam na urdidura da solidariedade commum, ideaes que se não confundiam, dispersando-se no proprio ambiente donde emergiam.

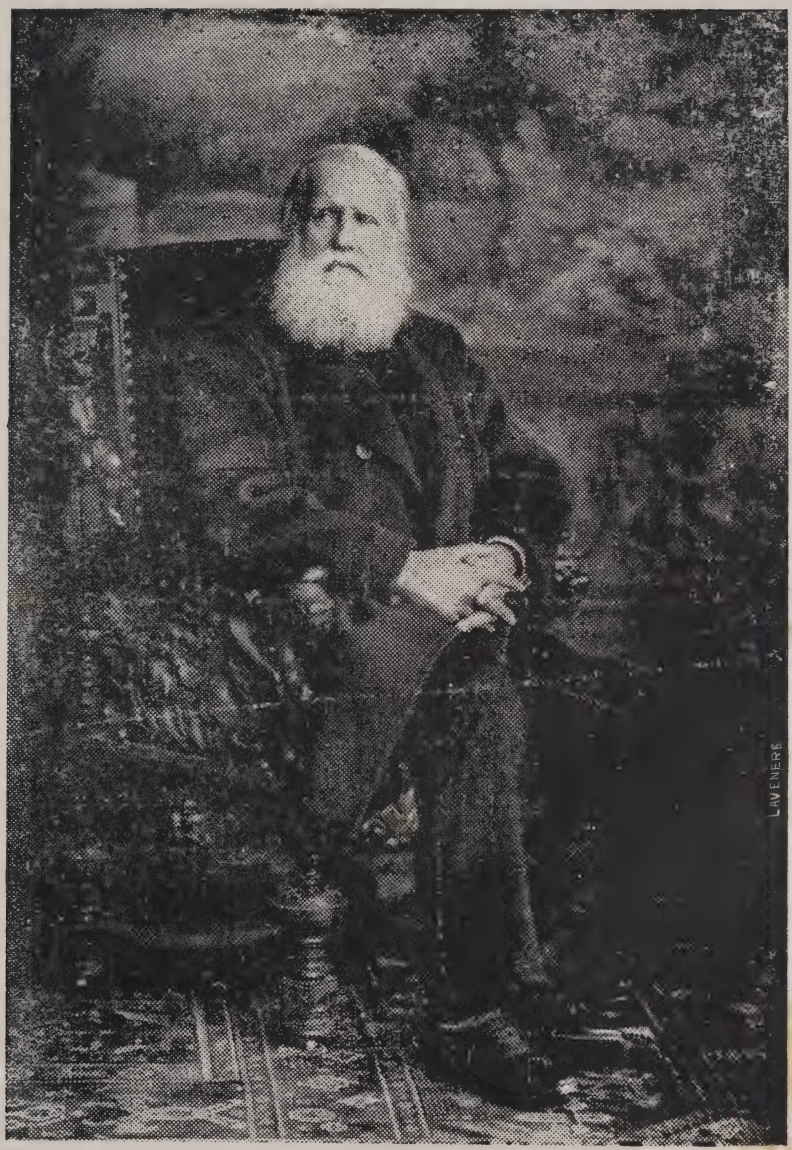
Nas Côrtes Portuguezas, quando os ciumes ou a obcessão compressora dos estadistas lusitanos, explodindo fragorosamente no plenario parlamentar, pretendiam recondusir o Brasil ao estado de inferioridade em que o encontrara D. João VI, a voz austera de Feijó clamou, um dia, dominando a tormenta, para frisar essa separação: *Aqui não ha mandatarios do Brasil, os americanos neste recinto representam exclusivamente as provincias que os elegeram.* E a proposta com que o grande brasileiro, que havia de ser, mais tarde, o sustentaculo da unidade nacional, rematou o seu memoravel discurso, refletia, ainda mais que as suas proprias palavras, esse estado de dispersão social e politica em que a independencia encontrara as provincias.

Por isso mesmo, senhores, porque ao fazer-se a independencia, não havia no Brasil a conciencia politica da patria, o trabalho herculeo dos estadistas que ajudaram a D. Pedro I; que atravessaram heroicamente os nove annos da tormenta regencial, e que serviram sob o segundo reinado, até o evento providencial da guerra do Paraguay, que veio consolidar os alicerces da nacionalidade e definir claramente o ideal da Patria, assume aos olhos de qualquer analysta da nossa evolução, as proporções formidaveis de um monumento, cujas bazes se apoiam entre o Amazonas e o Prata, e cujo cimo se alteia, ás alturas immensuraveis da gloria, coroando-se das resplandescencias astraes da immortalidade.

Quando nasceu o segundo Imperador, os homens cyclopicos da independencia se empenhavam na lucta ingente da construção da unidade nacional.

E essa obra só foi possivel sob o aparelhamento politico que José Bonifacio concebera, contrariando o espirito liberal contemporaneo, que laborava, conspirando, no seio das sociedades secretas. Esse mecanismo governamental, que a Constituição puzera em andamento rythmico por todo o paiz, tendente ao estabelecimento de uma patria unica e á segurança das fronteiras que a expansão colonial gizara, na cartografia insegura do tempo, delineando a figura geografica do Brasil atual; todo esse mecanismo admiravel de centralisação movia-se ainda lentamente, procurando prender as provincias, colhidas pela desordem da tranformação, na entrosagem poderosa do regimen politico. Foi uma obra estupenda! Na desorganisação que os methodos coloniaes plantara de sul a norte, o vingamento das novidades democraticas, que convulsionavam as nacionalidades visinhas, seria, no Brasil immenso e desconhecido, no Brasil grande mas fragmentado em circumscripções quasi autonomas, habitadas por populações feudalisadas á aristocracia dos fazendeiros e dos senhores de engenhos e ao dominio despotico de ephemeros

D. PEDRO II



: : : : SEGUNDO IMPERADOR DO BRASIL : : : :

detentores do poder; habitadas por populações, na quasi totalidade, ignorantes até a medula — povo de escravos e de servilisados inconscientes á gleba — seria, talvez, o esphacelamento do bloco que Portugal construira no coração do continente americano.

Dois homens, nas duas décadas que se seguiram á independencia, foram as columnas mestras do edificio — José Bonifacio e o padre Feijó. Mas, já na regencia, surgira Caxias, cuja espada, abrangendo o periodo que se estende da abdicação á guerra do Paraguay, impôz por toda parte o respeito á autoridade emergente do regimen politico, consolidando-a pela compressão victoriosa dos impetos anarchicos.

Nascera, pois, o segundo Imperador em plena phaze constructiva, quando os artifices da patria mettiam hombros ao tentamen gigantesco.

Domesticamente, não nascera bem fadado D. Pedro II. Um anno após o seu nascimento, a capital do paiz—das camadas anonymas do povo ás classes que se abeiravam do throno, aquellas camadas que já procuravam ser uma expressão da consciencia politica da nação e aquellas classes que constituiam a aristocracia e eram o poder civil, o poder militar, o poder religioso, o relevo mais brilhante da sociedade nascente e os factores da riqueza economica e da orientação politica da epoca — a cidade inteira, consternada, aguardava o desenlace da doença que assaltara a Imperatriz Leopoldina, aggravada pela escandalosa desenvoltura da formosa Domitilla. Sabia-se e commentava-se ás escancaras, nas rodas palacianas e nas reuniões das ruas, que a presença insolita da concubina, no Paço de S. Christovam, quando se festejava o primeiro anniversario do principe imperial, provocara na soberana um delivramento prematuro, pondo-lhe a vida em perigo.

Destaquemos-lhe a figura esquecida, porque a sentimentalidade, a serena resignação no soffrimento, a nobreza moral nas renuncias, os pendores, pelo estudo, os impulsos irresistiveis á animação das iniciativas altruisticas e da movimentação intellectual do paiz, repontaram e fulgiram no filho, que o Brasil hoje consagra como um dos maiores sustentaculos da sua gloria.

Ninguem naquelle tempo ignorava que ella fôra, no drama historico da independencia, o centro das aspirações autonomisticas. E o fôra, na opinião precisa e justa de Oliveira Lima, *não pela ambição de ser imperatriz, pois tinha a certeza de vir a ser rainha de uma dilatada monarchia que era por si só um imperio, mas por finura, e alcance de espirito.* De facto, a visão penetrante e larga de sua intelligencia descera ao ánago do

sentimento das classes orientadoras da opinião e sentira-lhes as vibrações pela liberdade.

Ainda dispondo de vasto poder de sedução sobre o marido, exerceu-o em favor das aspirações brasileiras. Á sua influencia deve o Brasil a ascendencia politica de José Bonifacio nos nos acontecimentos que se seguiram á retirada de D. João VI e deve o *FICO*. Essa sua atuação sobre o animo versatil do marido, como a gotta d'agua a cair ininterruptamente sobre a dureza da rocha, acabou vencendo as vacilações que se levantavam entre os deveres da lealdade á metropole e os pendores cavalheirescos de D. Pedro, aquellas suas arremetidas subitas e estrondantes que, num relampago, transmudavam o rebento morbido dos Braganças em D. Quixote.

O povo naquelle tempo não ignorava essa sua colaboração. Por isso a amava sinceramente e esse amor augmentava á medida que a sua desventura conjugal crescia. E quando, a 11 de dezembro, espalhou-se a noticia pungente da morte da imperatriz a cidade encheu-se de tristeza e o pezar popular, transformando-se em furor, explodiu em assuada contra a cortezã omnipotente.

O Imperador viajava. Fôra ao Rio Grande do Sul, a pretexto da guerra cisplatina, que Barbacena dirigia, mas na realidade para ver si se libertava da fascinação da amante, que se plantara, dominadora e absorvente, entre o marido e a esposa, entre o Imperador e a nação, projectando a sombra immensa de seu adulterio ruidoso sobre aquelle lar sem ventura, dominando o carater do principe, formado no ambiente das desventuras paternas e ao qual a mãe desregrada imprimira os estigmas profundos da propria degenerecencia.

Dos filhos de D. Leopoldina, D. Pedro II ficara com um anno de idade.

Nascera quasi nas vesperas dos funeraes de sua mãe, fructo de um casamento sem amor, num lar em que a cortezã, imperando mais do que a espoza e soberana, vibrando na volupia da ostentação de seu adulterio, insultava assiduamente com a sua presença, humilhando a austeridade dos costumes e usos severos da côrte, subjugando estadistas e lutando ostensivamente contra os que viam nella apenas a favorita feliz e audaciosa, atrelando a nação escandalisada ao carro triumphal de seus amores e aos preitos ostentosos da vassalagem.

Seu primeiro anniversario causara a morte de sua mãe.

***

Cinco annos depois, a marcha accelerada dos factores constructivos da nacionalidade culminava no 7 de abril. Ferido

no seu orgulho, D. Pedro I recusa ceder ás imposições populares. *Tudo pelo povo, nada para o povo,* bramiu, synthetisando a extensão do absolutismo em que se desmandara. E, impetuoso nos seus designios, por vezes cavalheiresco nos seus arrebatamentos, esse dadôr de constituições politicas, esse homem sobre cuja cabeça vasia o destino puzera duas corôas e que, por ironia dos fados, morreu em plena mocidade, descoroado e só, como o rei Lear, abalou para Portugal, á defender, nos horrores da guerra civil, o throno que doara á filha e o irmão infiel uzurpara.

D. Pedro II ficava, assim, de subito, sem pae. Amparou-o primeiramente a tutela de José Bonifacio. *A infancia de D. Pedro II,* escreveu o Snr. Mucio Teixeira, *ficou sepultada sob as arcarias claustraes de um frio palacio povoado pelas sombras de imperadores mortos... e parecia ainda mais triste, como que amortalhada na escura batina de um frade que as conveniencias politicas e as razões de estado escolheram para educal-o.*

Da infancia á mocidade do segundo Imperador, o Brasil estorceu-se na epilepsia das paixões politicas. Pelas provincias, onde o povo era ainda a massa compacta dos escravos e dos libertos servilisados, laborava a desordem na administração e a anarchia na orientação politica. Com a partida de D. Pedro I, como que se quebrara o élo mal soldado da solidariedade nacional. Porque no systema preferido ao fazer-se a independencia, o Imperador era, como muito bem o define o Snr. Oliveira Vianna, *a peça mestra de todo o mecanismo nacional.* Essa peça desapparecera e a regencia, não emanente do direito divino, que, então, consolidava os thronos sobre a ignorancia e a superstição das massas, não a substituia. Faltava aos homens eminentissimos que a exerceram, com sobejado patriotismo e pertinaz heroicidade, precisamente aquelle prestigio que a entidade sagrada e omnipotente do rei, ha cem annos, exercia no velho mundo, mesmo entre as chammas da fogueira revolucionaria que incendiava a França. Por isso as regencias electivas foram um ensaio de democracia que desilludiu os espiritos mais avançados. Foram a prova irrecusavel de que a independencia, com a Republica, teria, talvez, esphacelado o colosso americano.

Entre a tutela de José Bonifacio e o poder quasi majestatico exercido pela regencia travou-se uma luta formidavel, mais de ambição pessoal que de interesse collectivo. Formou-se o partido dos absolutistas, nova especie do sebastianismo portuguez, a pretender a restauração do primeiro reinado, sob a influencia dos Andradas. Duas outras facções se degladiavam: a que sustentava a ordem e formava ao lado da regencia e a

que proclamava as idéas revolucionarias, importadas de França, mal assimiladas até pelos mais extremados na sua disseminação, idéas geralmente incomprehendidas, porque estranhas ao ambiente social, porque inadaptaveis aos costumes politicos da nação.

As explosões da desordem nas provincias, as lutas formidaveis que as paixões pessoaes desencadeiavam na propria capital do Imperio, lutas estrugidoras no parlamento e, não raro, lutas sangrentas nas ruas, encheram esses nove annos de aprehensões, as mais sombrias pelos destinos do Brasil e pela segurança do regimen politico. E não fôra, senhores, a energia indomavel de Feijó, impondo por todos os meios coercitivos o espirito mantenedor da ordem, procurando, a golpes de necessario e patriotico despotismo, defender a centralisação, para que della surtisse a unidade da patria, talvez o paiz se tivesse repartido em republiquetas periclitantes.

As violentas refregas de 1834 expulsaram dos paços imperiaes a José Bonifacio e escorraçaram todos os seus satelites, arrancando ao *patriarca* a tutela e ferreteando-o de traição. Era, entretanto, o velho Andrada, cuja gloria politica de fundador da independencia ofuscou por completo a sua auréola mundial de sabio, o unico homem capaz, no Brasil, de dirigir a educação de um rei, de encaminhar o espirito da criança, que o pae entregara á honra da nação, aos graves e altos encargos da corôa.

A expulsão dos *pedristas* augmentou as furias tremendas das paixões facciosas. Feijó, o grande ministro regencial, cujo pulso de ferro subjugara a anarchia, Regente, mais tarde, confessava-se impotente.

No Rio Grande do Sul a desintegração do territorio nacional pronunciava-se claramente com a Republica do Piratinim. A desanexação da provincia Cisplatina doía ainda na consciencia do Brasil, como um crime dos homens de governo. Os *farrapos* punham em cheque a energia indomita do Regente. Não podendo, porem, subjugal-os porque o desvairamento das paixões politicas, separando profundamente os homens e perturbando a obra em que a Regencia se empenhava, creavam ao governo dificuldades maiores do que a guerra civil, Feijó, estoicamente, visando a pacificação dos espiritos e a felicidade do paiz, demittiu-se como se demittira D. Pedro I, com se demittira, décadas adiante, Deodoro, dictador omnipotente, para que o sangue brasileiro não maculasse a alvura ideal da Republica...

Demittindo-se de suas funcções quasi magestaticas, Feijó, nobremente, entregou o poder aos seus adversarios. Elles que sopitassem as explosões da anarchia, que elles proprios provocavam. Era um homem completo este padre glorioso!

Não foi mais feliz do que elle Araujo Lima. Á revolução farroupilha juntaram-se as rebeliões e motins do Pará, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Parahyba, Goyaz, Matto Grosso, repercutindo, assim por toda parte a explosão fragorosa da guerra do sul, á *medida que as armas imperiaes recuam ou vacillam ante a coragem dos republicanos.* O futuro Caxias, o grande esteio da integridade nacional, começou, então, a escorar o throno vacillante. Sua espada nunca vencida, grande como a de Alexandre, projectou-se sobre o Brasil, acutilando rebeldias, esphacelando o espirito de desordem, impondo o respeito á autoridade constituida e ás instituições politicas.

Mas o espirito faccioso não cessava sua obra destruidora. Agora, desprestigiando ainda mais a Regencia, irrompia no Parlamento, pelo verbo candente de Alvaro Machado, a doutrina revolucionaria de que, constitucionalmente, as regencias, electivas eram uma superfectação no regimen. A regencia, na minoridade do Imperador, pertencia á princeza D. Januaria, que attingira á maioridade. Abalavam-se os fundamentos desse throno sem raizes na America democratica. Piratinim era o espantalho da dymnastia.

O perigo não passara despercebido aos proprios grupos que se hostilisavam, ansiando pelo poder. Era preciso apagar a fogueira que chamejava ao sul e já incendiara ao norte, em 1710, 1817, 1824. Era preciso evitar o desmembramento e sustentar a monarchia.

A minoria liberal, á frente della Antonio Carlos, Martim Francisco, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo Ferreira da Veiga, lançou então a idéa da declaração immediata da maioridade de D. Pedro II, então com 15 annos de idade. A idéa propagou-se rapidamente, tida e havida desde logo pelos espiritos mais exacerbados como indispensavel á salvação publica.

***

A vida do principe, entretanto, decorria alheia á gravidade desses successos, que lhe punham em risco a corôa. D. Pedro era um jovem que não tivera infancia... Prisioneiro nos paços imperiaes, por cujas salas passeiava, displicente, a sua magestade vacillante, chegara aos 15 annos quasi só na vida. Em torno de sua pessoa tudo era convencional, tudo era calculado, tudo era mercenariamente prodigalisado dentro das duras praxes do protocollo. A criadagem palatina servia-o com gravidade, rigidamente, e frei Pedro de Santa Marianna dirigia-lhe os estudos, com os rigores pedagogicos daquelles tempos, armazenando-lhe no cerebro, difusamente, os conhecimentos que o

tornaram um ecletico, um ledôr infatigavel de litteraturas, um sabedor generalisado de sciencias, um investigador paciente dos mysterios de philologia, um poeta, um astronomo, um philosopho, mas superficial em tudo, como asseveraram sempre os que o conheceram de perto e se não dejxaram deslumbrar pelos brilhos da realeza.

Quando livrava-se das maçadas palacianas e a vigilancia do frade e dos mestres o libertava por algumas horas, o principe corria a refugiar-se na intimidade pouco illustrativa do preto Rafael, cão de fila que o acompanhou até o ultimo dia da monarchia. Era esse preto a cuja dedicação o pae o entregara, o seu grande amigo, o seu confidente, o embalador carinhoso daquella infancia sem alacridades, a levar horas inteiras a contar historias de guerras e contos da corochinha a esse reisinho que se formava no seio da democracia americana como em geral se faziam grandes os filhos da gente rica do tempo — sob a assistencia desvelada das bôas mucamas.

E, assim, o principe tornou-se taciturno, reservado, amante da solidão, amigo dos livros, traça da bibliotheca a roer incessantemente classicos maçudos, mettido comsigo mesmo, sem aventuras, sem peraltices, menino prodigio que se transformou em homem sabio, fama que o chumbou na vida sem produção de sciencia ou de litteratura, com o germen daquella suave philosophia que o tornou um rei sem grandezas; um rei capaz de governaruma Republica; que se sentia bem numa escola primaria a arguir meninos da plebe; que se honrava da convivencia dos homens de letras, e que, depois de governar, democraticamente, durante cincoenta annos a monarchia brasileira, caminhou para o exilio sem rancores pelos homens, sem saudades dos brilhos da realeza, para livre das peias protocolares, andar, livremente, a ouvir conferencias litterarias e scientificas, a palrar com os mestres das Universidades, confortando-se na idéa de que a Historia lhe havia um diade fazer, pelo menos, a justiça de consideral-o um *funccionario publico meticuloso e honrado,* como elle dizia haver sido, essa justiça, senhores, que o Brasil, ha mais de trinta annos lhe rende e e culmina hoje na apotheoze de seu centenario.

Era bem o filho de D. Maria Leopoldina. Dela o seu carater, o seu espirito, o seu coração. Alguma coiza do avô paterno — a bonhomia e o bom senso. Do pae, felizmente para o Brasil, nada...

***

A campanha da maioridade, recrudescendo, tomou a feição alarmante de uma verdadeira revolução popular. A minoria parlamentar, amparada pelo povo, acabou impondo a idéa á

minoria e á propria regencia, tumultuariamente, abandonando a Camara para juntar-se ao Senado, conflagrando os principios regimentaes dos trabalhos parlamentares, e marchar, por fim, revolucionariamente, á frente das multidões ululantes á prezença do principe. *Quero já,* respondeu-lhe o jovem monarcha. Queria, desde aquelle momento, a declaração da sua maioridade. Comprehendera por si mesmo, ou por sugestões palacianas, o certo é que o *quero já,* como o *fico,* foi mais uma etapa vencida na construcção da nacionalidade. Não era constitucional; era revolucionario; mas era precizo. *A maioridade,* observa o Snr. João Ribeiro, *não foi uma precipitação; foi declarada a tempo e mais do que a tempo.* E de fato, o foi, porque sem essa medida extrema a Republica teria substituido a regencia.

E D. Pedro II, desde 23 de julho de 1840, começou a governar. Primeiramente, como era natural, titubiante, valendo-se dos conselhos e da experiencia dos seus ministros e dos grandes estadistas daquelle tempo. E que homens! Paranaguá, Limpo de Abreu, Carneiro de Campos, Souza Franco, Honorio Hermeto, Araujo Lima e tantos outros, dessa primeira phaze de seu governo, que ficaram na historia politica do Imperio como marcos eternos dessa epoca magnifica de patriotismo e de altissimas virtudes civicas, tão inteiriças e tão alcandoradas que quasi se perderam na pratica da nossa democracia.

Depois, o jovem Imperador, ganhando em experiencia e avançando nos conhecimentos dos homens e nas subtilezas do regimen politico, governou por si. E governou de facto. Na conformidade constitucional, era o poder moderador, não simples para-choque entre as facções que se degladiavam incessantemente e se revezavam no poder, mas uma entidade real e inconfundivel, centralisadora do regimen.

Creando o poder moderador, diz o Snr. Oliveira Vianna, *os estadistas do antigo regimen armaram o soberano de faculdades excepcionaes. Como poder moderador, elle age sobre o poder legislativo pelo direito de dissolução da Camara, pelo direito da addiamento e de convocação, pelo direito de escolha, na lista triplice, dos senadores. Elle actúa sobre o poder judiciario, pelo direito de suspender os magistrados. Elle influe sobre o poder executivo pelo direito de escolher livremente os seus ministros de estado e livremente demitil-os. Elle influe sobre a autonomia das provincias pelo direito suspender as resoluções das assembléas provinciaes. E, como chefe do poder executivo, que o exerce por meio de seus ministros, dirige por sua vez, todo o mechanismo administrativo do paiz.*

Era, assim, senhores, o Imperador, constitucionalmente, o centro do systema politico, o cerne da administração publica. *Elle reina, governa e administra,* disse-o num desabafo o illustre

Itaborahy. Mas nunca um monarcha, armado assim de poder tão formidavel, que se podia desmandar facilmente em absolutismo, como aconteceu no primeiro reinado, usou com maior moderação das suas estupendas faculdades constitucionaes. O poder pessoal, de que tanto o accusaram, alem de ser da essencia mesma do regimen, nunca passou, na realidade, de accusação politica do partido apeiado do poder e de arma de combate contra as instituições monarchicas.

***

Da infancia entrestecida pela orfandade, passou o Imperador á juventude, *uma juventude sem amores e sem amigos, sobrecarregada de prolongados estudos e do pesado encargo de dirigir os destinos de um povo* (Mucio Teixeira). Aos 18 annos, em 1843, casou-se, ou melhor, casaram-no. Era preciso assegurar o throno do Brasil á dymnastia americana... E Bento Lisboa andou pelas côrtes europeas a procurar uma esposa para D. Pedro. Foi uma odysséa!... A casa da Austria, fornecedora de noivas aos testas coroadas, fôra pela recusa formal. O infortunio conjugal de D. Leopoldina subsistia, torturante, no animo da côrte e no coração do chefe da dymnastia reinante. E lá se foi Bento Lisboa a outras portas. Hermeticamente fechadas. Por fim, como se tratava de um parente proximo, a Austria indicou ao diplomata escarmentado a casa real das Duas Sicilias, casa modestissima da Italia. O rei Fernando tinha uma irmã casadoira. Pediu-a o embaixador. Casou-se assim D. Pedro II, como, geralmente se casam os principes, sem amor, sem, ao menos, conhecer a noiva.

D. Thereza Christina, mais velha do que o marido, não tinha belleza fizica... Mas aquelle monarcha de 18 annos, que nunca amara, que parecia trazer um tumulo dentro do peito, aquella mocidade sem esplendor, resignada e fria, não chegou decepcionar-se. Era a anthiteze do pae, que á fealdade da espoza oppozera a belleza estonteante de Domitilla, e que, ao negociar seu segundo casamento, abria mão de tudo, menos da formosura... Apenas, diz-se, Bento Lisboa ficou a marcar passo na carreira...

Modelo vivo das virtudes romanas, D. Thereza Christina pouco uzo fez do throno, preferindo uma magestade maior — a de mãe de familia. Contam della sizudos chronistas que, quando alguem lhe implorava um favór politico, ou uma mercê dependente da administração publica, tinha sempre uma resposta decisiva, laconica e desconcertante: *isto é com o Imperador*.

E mãe de familia viveu, numa côrte monotona e pezadona. José de Alencar, em 1871, votava a licença para o Imperador

ir a Europa, para que, ao regressar, *abandonasse uzos e estilos obsoletos e caducos transmittidos pela carunchosa côrte portugueza.*

Mas esses uzos subsistiram até ao ultimo dia da monarchia, na côrte brasileira, presidida patriarchalmente pelo monarcha philosopho, sem os esplendores aristocraticos das velhas côrtes tradicionaes da Europa, mas com as refulgencias suaves das virtudes moraes do soberano, a impôr-se á admiração publica, mais pela simplicidade que pelas pompas da magestade — um rei republicano, que *aborrecia as cerimonias antiquadas, o beija-mão, o papo de tucano e toda a farandulagem das tradições magestaticas.* (João Ribeiro).

Assim da sua subida ao throno á sua deposição da realeza.

Tal era o prestigio pessoal e politico de que a Constituição cercara o Imperador que, um decennio após á maioridade, a paz existia em todo o paiz. A revolução praieira, de Pernambuco, encerrou no Brasil, durante o Imperio, o ciclo tormentoso das convulsões politicas.

Tudo volta ao trabalho; os campos florescem e fructificam; a politica que transbordava e alagava as terras, restringe-se, então, aos seus canaes proprios. Essa drenagem e irrigação foi o grande serviço de Caxias e do Imperador. Começou, então, de novo, a alegria de viver, que havia desapparecido no tumulto desordenado de quasi meio seculo de reivindicações insolitas, absurdas, inopportunas (João Ribeiro).

A começar de 1851, tudo se transforma. na politica e na administração, na vida economica e na vida social do paiz. O Brasil assume a leaderança da politica externa continental. O Uruguay, a seus esforços, livra-se de Oribe; liberta-se da tyrannia de Rosas a Argentina; no Paraguay, após cinco annos de sangue e sacrificios immensos, desaba nos pantanos de Aquidaban o ultimo despota americano. A diplomacia brasileira, orientada pela acção sentimental do Imperador, põe remate definitivo ás turbulencias do caudilhismo. E tal foi, senhores, o seu prestigio exterior que, em 1864, quando nações europeas pretenderam intervir nos Estados Unidos para terminação da guerra fratricida que ensanguentava aquella Republica, Lincoln protestava, affirmando que só uma mediação seria permittida — a de D. Pedro II.—Foi quando o Imperador dirigiu ao grande presidente a celebre carta, cujos principios Wilson, em 1917, invocou para declarar guerra a Allemanha, copiando-os quasi integralmente. Effeito ainda do prestigio dessa politica, o recuo da Inglaterra arrogante, na famosa questão Christie, quando o Imperador, como em nenhum outro momento de seu longo reinado, encarnou, com o Visconde de Sinimbú, a honra

do Brasil, na repulsa á afronta, forçando o Imperio Britannico a satisfações completas.

Emquanto assim a influencia de D. Pedro norteava a politica exterior do Brasil, internamente a sua obra administrativa engrandecia o paiz. Mauá lança os fundamentos da nossa evolução economica, e eram a viação ferrea, as linhas de navegação a vapôr, os estabelecimentos bancarios; Capanema liga as provincias pelo telegrapho; Paraná accelera o nosso desenvolvimento mental e, pela centralisação, aperta as moleculas da cohesão nacional; Bom Retiro tenta a exploração systematica das nossas vastas riquezas — na flora, na fauna, no sub-solo; Euzebio de Queiroz vibra o primeiro golpe no escravagismo, prohibindo o trafico de africanos...

***

Uma das accusações mais reiteradas a D. Pedro II foi sempre a de não ter elle accelerado a solução do problema do elemento servil. Essa macula, porem, na realidade historica dos acontecimentos politicos, não existe, diminuindo-lhe a magnanimidade. O Imperador era profundamente abolicionista. As injuncções politicas, contrariando os sentimentos do monarcha, e destruindo a lenda do poder pessoal, é que retardaram o golpe mortal na escravatura. D. Pedro, porem, tentou-o sempre. Primeiro com Zacharias, mas Itaborahy, capitaneando as hostes refractarias á abolição, afastou a solução; depois São Vicente lançou a questão no seu programma administrativo, recuando ante a corrente de hostilidades parlamentares, que lhe arrebatou o poder prematuramente. Rio Branco, a insistencia do Imperador, atira-se corajosamente á solução e acaba triumphando, numa luta memoravel só comparavel á da maioridade.

A grandeza de seus sentimentos abolicionistas ainda a pouco a exalçou, numa commovida evocação, o professor Alfredo Nascimento, fazendo o elogio de Charcot.

D. Pedro agonisava em Milão, em maio de 1888. Motta Maia, Giovanni, Semola e Charcot, já nada tinham á fazer á beira do leito do soberano. A igreja ministrou-lhe os ultimos sacramentos. A imperatriz não quiz, entretanto, que o seu companheiro de throno e de venturas conjugaes se fosse do mundo ignorando que no Brasil já não havia escravos. E, cautelosa e commovida, disse ao ouvido de D. Pedro a grande nova. Reanimou-se de subito o semblante do moribundo *a essa benefica impressão moral de contentamento, e dahi por diante o perigo desappareceu, as melhoras se accentuaram e a convalescença não se*

fez esperar. O que não conseguira a sciencia medica, pelos seus luminares de mais fulgido renome, alcançara a alegria infinita da abolição dos escravos!

***

A preparação do terceiro reinado parece ter sido uma preoccupação gratissima ao espirito atilado do Imperador.

Por tres vezes esteve fora do governo, em 1871, em 1875, em 1888. Tres, portanto, foram as regencias da princeza Izabel. E todas ellas ficaram marcadas na historia do segundo reinado por acontecimentos notabilissimos, recommendando-a á veneração dos brasileiros. O Imperador como que calculadamente se comprazia em preparar o advento da filha ao throno do Brasil.

Já anteriormente á sua primeira viagem, na guerra do Paraguay, D. Pedro fez questão de mandar para o theatro das operações o seu genro, o Conde d'Eu. No fim da guerra, já fugitivo o dictador, já anniquilada a nação inimiga, já instituido em Assumpção um governo provisorio obediente ás suggestões da politica brasileira, o Conde assume a direcção da guerra quasi extincta. E se bem que a sua acção belicosa não tivesse brilho, pelo menos o brilho que lhe deram os cortezãos, porque limitada á perseguição de bandos erradios, ultimos arrancos do despota vencido por Caxias, o Conde representou nessa perseguição o pensamento implacavel de D. Pedro. O Imperador queria chamar a attenção do paiz para o genro, até então obscuro. Delineava-se o plano de preparar o reinado da filha. Por occasião de sua primeira viagem, ao partir, Rio Branco já havia reunido os elementos indespensaveis á passagem da lei do ventre livre. O Imperador podia retardar a partida e elle mesmo sanccionaria a lei redemptora. Não o fez porque a gloria deveria ser da filha, futura imperatriz do Brasil. Quando, em 1875, foi aos Estados Unidos, a segunda regencia de D. Izabel assignalou-se pelo indulto dos bispos do Pará e Olinda, vigarios e sacerdotes que haviam sido igualmente processados e condemnados pela justiça brasileira, na celebre questão religiosa. Com esse acto da regencia, restabelecendo a harmonia entre os poderes civil e ecclesiastico e a pacificação da consciencia religiosa da nação, D. Izabel crescia na estima do paiz. A terceira viagem ficou marcada pela abolição completa da escravidão.

Visava o Imperador, com essas renuncias, a solidificação do throno que o pae estabelecera na America. Não se queria aperceber, porem, D. Pedro que a propaganda republicana minava os alicerces da monarchia, confiando demasiado no seu prestigio.

***

Antiga a aspiração republicana no Brasil. Remonta a 1710, resurge em 1789, reapparece em 1817, irrompe em 1824, e parece extinguir-se em Piratinim. Todavia subsistia. Em 1870 os republicanos, *aproveitando-se habilmente das queixas, dos desesperos e das indisposições que a lei de 28 de setembro causara*, sairam ostensivamente a campo. Fundaram-se clubes, fundaram-se jornaes e o manifesto desse anno corporifica as idéas democraticas já amadurecidas e define a ansia de proselitismo. Á tolerancia do Imperador, até certo ponto, deve a propaganda republicana o seu avanço.

D. Pedro, comtudo, não deixou de comprehender a importancia que os successos democraticos assumiam em face da conservação das instituições monarchicas. Deixou, porem, que os republicanos se reunissem, descrendo do exito da propaganda, confiado na estima e na veneração que a nação lhe tributava. Procurou, por isso, talvez, machiavelmente, enfraquecer a onda que se levantava, sedusindo os principaes corifeus da democracia. Não se comprazia com a violencia. Não a admittia, e, quando realisada, não a sanccionava. Preferia os processos de sedução. E conseguiu conversões ruidosas. A de Lafayete Rodrigues Pereira é typica. O republicanismo desse illustre brasileiro, dando-lhe o Imperador um lugar no governo, uma cadeira no Senado, um assento no Conselho da Corôa, transformou-se em dedicação monarchica tão arraigada que, proclamada a Republica, escapou ao emplastro adhesista. A conversão fôra radical, attingira o cerne daquelle caracter e daquella luminosa intelligencia.

A Salvador de Mendonça, republicano irredutivel, fez consul geral nos Estados Unidos. Não foi propriamente uma conversão; mas não deixou de ser um meio habil de affastar um adversario temivel. E quando o novo consul foi a S. Christovam agradecer a mercê e pedir ordens, D. Pedro, ironico, como se dissesse a coisa mais natural do mundo, recommendou-lhe: *desejo que naquella Republica sirva a monarchia com a mesma dignidade com que na monarchia serve a Republica.*

Salles Torres Homem não era bem um republicano, mas era um espirito avançado. Despeitado, escreveu um pamphleto virulento, assignado *Timandro.* Desceu mesmo ao insulto á familia imperial. Depois, sob o pseudonymo de *Veritas,* escreveu uma serie de artigos sobre finanças. D. Pedro indicou-o para ministro da Fazenda, fez questão fechada de vel-o no paço com o fardão ministerial, pôl-o no Conselho de Estado, deu-lhe assento no Senado. E quando, certo dia, Torres Homem, agra-

decido a tanta magnanimidade, manifestou desejos de beijar a mão da imperatriz, D. Pedro conteve-o com esta phraze: *não, ella é italiana...*

Factos dessa natureza são por dezenas. Superioridade moral ou requinte na vingança? Talvez uma e outra coiza.

***

O poder pessoal! Zurziram-no illustres estadistas do Imperio. Chegou-lhe Ruy Barboza as pontas de fogo de sua indignação. Exercia-o, porem, o Imperador com mais brandura do que hoje, em plena democracia, o tem exercido os presidentes. Exercia-o constitucionalmente. Era a faculdade constitucional emergente e propria do poder moderador. Era o Imperador intangivel, acima dos politicos, acima dos interesses dos partidos, acima da subalternidade rastejante das ambições pessoaes, pairando, acima dos homens, acima dos governos, acima do povo, encarnação da patria, exercendo, dest'arte, o seu immenso poder de fiscalisação, de intervenção, de orientação. Todavia, apezar dese poder, que em mãos de um homem impetuoso seria o despotismo, seria a tyrannia, o Imperador sempre procurou usar das faculdades de que o armara a Constituição com brandura e notavel circunspecção.

A escolha dos senadores, por exemplo, era uma dessas faculdades. Muitas vezes cedeu ás injuncções do partido dominante, como na escolha de Jacintho Paes de Mendonça, contrariando a sua preferencia para Sobral Pinto. E pode-se dizer que com a escolha de Torres Homem encerrou essa sua faculdade. Cedia todas as vezes que percebia que a sua vontade poderia provocar perturbações politicas ou escandalisar a opinião. Esse poder formidavel, essa influencia magnetica que era a força do regimen, nunca serviu, em suas mãos, para que houvesse camaras unanimes, para que fosse abafada a voz clamante das minorias, para que a impunidade acobertasse criminosos apontados aos rigores da sancção penal, para que não chegassem ao poder os proprios adversarios, que, desenleados da influencia da magestade, o offendiam directa e pessoalmente. E foi precisamente o exercicio desse poder que permittiu a consolidação da nacionalidade, a pacificação do paiz durante quarenta annos e que tornou a monarchia possivel na America livre, durante meio seculo.

O prestigio pessoal do Imperador, essorando a monarchia, entrou em declinio quando a agitação republicana derramou-se por todo o paiz, minou os quarteis e empolgou a mocidade das escolas militares e a mocidade civil. Alquebrado pelos annos

e exgotando pouco a pouco as suas energias phizicas e moraes, o monarcha deixou de ser *a peça mestra do regimen.* D. Pedro deixou de governar. Governaram então os ministros, em seu nome. O Imperador, alquebrado, era uma sombra. A idéa da federação das provincias, que Tavares Bastos lançou á politica brasileira, agitada, por fim, pela penna e pelo verbo de Ruy Barboza, abalou as instituições monarchicas nas suas raizes mais profundas. Já não era possivel a *integridade do paiz pela influencia do poder.* Ouro Preto, caprichoso, não quiz ceder, contemporisando e permittindo a existencia do throno até o fim da vida de D. Pedro II. E cahiu assim a monarchia. *O seu longo e memoravel reinado,* assevera Ruy Barboza, *teria acabado em paz, se a sua vontade tivesse conseguido impôr o mesmo respeito que dantes. Em 1889 elle queria, acceitava e considerava opportuna a federação. São historicas as suas declarações neste sentido. Os partidos, a politica de seu tempo, foram que lh'a recusaram, tirando-lhe, assim, ao seu reinado, a mais gloriosa das corôas.*

E ao desabar, sob a pressão de uma parada militar, o unico throno da America, pode-se affirmar que D. Pedro II, cumprira integralmente a sua missão na Historia, governando a sua patria durante meio seculo. E encheu esses cincoenta annos de reinado venturoso com uma obra estupenda — a integridade do Brasil; a unificação das provincias, tão unidas que desappareceram por completo as veleidades separatistas que algumas vezes explodiram; a formação social e mental do povo brasileiro sob bazes tão solidas que ainda agora resiste á ventania das inavoções modernisantes... Á sua orientação politica e ao seu prestigio moral deve o Brasil a formação da pleiade gloriosa de estadistas que o ajudaram no governo, e foram: Sinimbú, Rio Branco, Cotegipe, Dantas, Saraiva, João Alfredo, Zacharias, Ouro Preto e tantos e tantos outros artifices illustres e victoriosos dessa jornada constructora da patria. E em 1889 elle deixava o Brasil aparelhado para novo destino, sob a Republica triumphante. O Brasil politico, o Brasil economico, o Brasil social, o Brasil mental, eram obras de Pedro II.

***

D. Pedro, como intellectual, foi e continua ser assaz discutido. Certos exageraram os primores de sua intelligencia; era, porem, um homem de variada e vasta cultura. Lia incessantemente. No dia da morte da imperatriz, Affonso Celso o encontrou, no desconforto de um quarto de hotel, no Porto, philosophicamente, lendo um grande livro. Era a *Divina Comedia,* uma edição recente e luxuosissima. E, ao receber a visita,

pôz-se a fallar de litteratura, revelando, a proposito do poema florentino, rara e vasta erudição. Mas ha quem diga que D. Pedro soffria de *dispepsia mental:* lia muito mas não digeria, ou difficilmente assimilava. Na mocidade foi um versejador abominavel. Por isso Medeiros e Albuquerque e muitos outros negam-lhe a auctoria dos bellos sonetos derramados pelo Brasil, com o seu nome, quando no exilio, dando-os como obra do aulicismo.

Bom ou mau poeta, sabio de verdade ou somente sabio no proclamar dos cortezãos, o que se não pode contestar é que D. Pedro II era uma mentalidade solida, um espirito equilibrado, uma intelligencia brilhante, e mais que tudo isso um grande patriota, um grande homem. Sim, senhores, um grande homem, cada vez maior, salvado precioso desse naufragio que subverte o patrimonio das grandes conquistas liberaes da nação; cada vez maior, á medida que o tempo passa e tudo parece desequilibrar-se e ruir á implantação despotica de processos administrativos e politicos, como nunca os praticou o Imperio, nunca os admittiu o Imperador, embora a centralisação do poder os autorizasse; cada vez maior, á proporção que os annos o affastam na historia e o envolvem nas brumas da morte. Porque até hoje, senhores, em cem annos de evolução nacional, ninguem o excedeu, porque foi elle quem se excedeu ao tempo em que governou o Brasil, muito acima do nivel mental contemporaneo, pelo seu espirito de tolerancia e bondade, pela luta que sempre pelejou contra as violencias e as injustiças dos partidos, tornando-se, como ainda a pouco dizia delle o Snr. Assis Chateaubriand, a encarnação mais luminosa e mais pura de republicano que já tivemos. E tal foi a sua actuação liberal na evolução politica e mental do povo brasileiro, que, a seu tempo, Mitre dizia ser o Brasil uma democracia coroada.

Na vida da nacionalidade os homens publicos vão agindo e passando incessantemente. Grandes homens uns, pela potencialidade da intelligencia, pela transbordancia da fé na justiça e nos destinos da nação, pela magnitude da obra que poderam realizar; figuras minusculas outros, que as olygarchias e as facções impellem para diante, fazendo-os sobresair no torvelinho das competições pessoaes em redor de ephemeros doadores de mercês politicas. Aquelles são os pincaros, estes são a planicie. De longe, só os cumes apparecem, no verdor maravilhoso da vegetação, doirados á luz do sol, recortando o horisonte immenso com as suas flechas desmesuradas, apontando o azul eterno do céo. Em baixo fica a planicie, que ninguem vê, e tanto pode ser campina coberta de seara como terra núa e árida calcinada pela inclemencia do sol.

D. Pedro II, balanceados os seus defeitos e as suas virtudes, fica sempre uma eminencia alcandorada, firme e irradiadora, uma eminencia que se vê, nitidamente, á distancia, pela obra politica que poude realizar e se resume nesta formula — o Brasil unido e sem escravos.

Na cordilheira das glorias nacionaes, com os pincaros em que culminam José Bonifacio, Feijó, Caxias, Rio Branco e Ruy Barboza, cada qual impellido pelo destino para uma finalidade historica na vida brasileira, D. Pedro é uma grande aresta que se destaca luminosamente.

Honremos, agora e sempre, senhores, a sua memoria, pelo bem que fez á nação, pelo patriotismo com que lhe patrocinou os ideaes; pela clarividencia com que lhe dirigiu os destinos durante meio seculo de paz, de trabalho e de felicidade; pela serenidade com que enfrentou o infortunio; pela resignação com que marchou para o exilio, comprehendendo que chegara a hora fatal da monarchia, que soara o toque de recolher ao julgamento da Historia.

Gloria, gloria a elle, senhores! Gloria a esse grande santo do nosso calendario civico!

DISCURSO

Do Sr. Dr. Francisco de Paula LEITE E OITICICA, na sessão magna de 2 de dezembro de 1924

Sr. Governador do Estado.

Sr. Arcebispo Metropolitano.

Srs. Representantes das autoridades federaes e estadoaes.

Minhas Senhoras. Senhores.

Perambulo por estas salas á guiza de qualquer das reliquias historicas quedas e immoveis no nosso Museo.

Minha vóz resôa como um echo do passado, sem vivacidade, como as dolentes endeixas de um canto, ao longe, e que se extingue.

Se ainda me vêdes n'esta cadeira, a presidir as nossas festas, é pela teimosia dos meos caros consocios que me prendem a este posto honroso sem me permittirem abandonal-o, tal o fizeram ainda uma vez.

É que, Senhores, eu entrei para esta casa ha quarenta e sete annos, quasi nos meiados do seculo passado, quando me corriam nas veias as ardentias da mocidade, n'essa epocha em que sonhava com um futuro côr de rosa, de horizontes largos a se desdobrarem á phantasia nova e crente, com as pujanças da vontade de trabalhar, com amôr ao bem da minha patria, ao futuro d'esta terra a que tenho dedicado justamente cincoenta annos da minha vida, apaixonadamente, sem medir forças.

Proximo ao anno do jubileo da minha permanencia no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, sei que a minha vóz se resente da proximidade do descanso ultimo, tem as asperezas da lixa da velhice, do ponto final que á minha terra amada entregará o corpo cansado, voando para o desconhecido do além; o espirito desilludido das miragens que o povoaram durante tantos annos de labôr e de lutas.

Por felicidade, que a todos não é dada, conheço que o meo esforço não chegou alem dos limites da mediocridade e estou ancorado e contente na tranquilidade do canto de terra onde nasci e onde, mercê de Deus, hei de repousar em breve.

Os meos illustres consocios entenderam que se o corpo se aproxima da margem da lagoa fatal em procura do *Charonte* que no seo barco o ha de levar ao outro lado da travessia, o

espirito ainda possue alentos que, se não descobre na visão largos horizontes, pode trazer algum subsidio para o edificio da historia deste Instituto dos seos primeiros annos, ciosos como são do recolhimento das ancianidades ás nossas colecções.

Taes esses velhos povoadores da floresta que, embora carcomidos pela idade e pelas intemperies, dão uns vislumbres de sombra, emquanto o machado do lenhador os não faz tombar e desapparecer no fogo que os devore aos pedaços, em lenha.

Ainda é o dever que me impõe importunar-vos com a minha palavra descolorida, a empanar o brilho d'esta festa que recorda o primeiro dia da instalação do Instituto Archeologico de Alagoas e o longo periodo de cincoenta e cinco annos de que quasi cincoenta me contam presente nas fileiras dos que se não intibiaram nos seos trabalhos.

Vêdes que tenho razão para temer dirigir-vos a palavra, como se fosse o gesto mudo d'esses monumentos que a archeologia desenterra, patenteando ás novas gerações a vida millenaria a que deram presença, sem a fulguração das obras d'arte que elles attestam na sua immutabilidade de pedras fallantes.

Desculpai-me por isso de ainda abusar da vossa attenção, transmittindo-vos impressões recebidas dos acontecimentos de um anno passado, depois do ultimo que accrescemos á existencia d'esta instituição mais que semi-secular.

***

O espirito humano prosegue nas investigações sobre o passado, como se preocupa com o presente, procurando o segredo da vida universal, do incognoscivel, problema ante o qual as doutrinas surgem e se desfazem, sem a solução desejada, attestando a finalidade limitada da intelligencia do homem.

Eu poderia entreter a vossa attenção que tanto me honra, por vel-a ainda uma vez solicita n'este recinto, com a nova doutrina da relatividade do tempo, levantada pelo physico suisso Einstein, enfrentada por Bergson, dois dos mais pujantes cerebros da actualidade e que tem dado assumpto a longa controversia, empenhada entre grandes pensadores, com a publicação de muitos volumes; a relatividade ou a simultaneidade do tempo, sustentados e refutados os principios expostos por Einstein e refutados por Bergson, affectam o fundamento dos conhecimentos humanos, do qual dependem toda a sciencia e toda a philosophia do presente. Não o farei, entretanto.

No campo da Paleontologia, poderia expôr as investigações sobre o chamado scientificamente — o homem *simio trinil*, em refutação á doutrina de Darwin, que o apresentou como o mais primitivo dos ancestraes da raça humana, e que o professor

Dubois descreve como se desenvolveo, como viveo com suas mulheres, como criou os filhos e como se divertio. Dar-vos noticia dos chamados homens da idade de pedra, cujos esqueletos fosseis descobertos em Java, em Heilderbeg, n'uma caverna do valle do rio Necker, na Allemanha, com a idade aproximada de 400 a 500 mil annos; do homem de Pilkdorm, descoberto em Sussex, fossil de uma raça que viveo na Inglaterra e na França, de 100 a 300 mil annos.

Todos esses esqueletos apresentam differenças essenciaes do esqueleto humano das epochas mais remotas, deixando-nos descançados, Senhores, de que o *Pithacanthropus Erectus* ainda não está reconhecido como o homem primitivo, ancestral da raça humana.

Na architectura poderia descrever-vos o projecto organisado pelo architecto francez Mauricio Boutterin e apresentado no Salon, de Paris, para a reconstituição do palacio de Tiberio, o imperador romano conhecido pelas suas atrocidades e devassidão, edificado na ilha de Capri, a uma altura de 400 metros, palacio maravilhoso a que o imperador se retirou para dar expansão aos seos vicios e cuja vezania se manifestou de modo cruel, fazendo massacrar vinte mulheres para, com o sangue d'ellas, mudar a côr das 'aguas azues do lago interior onde elle se banhava e cuja transparencia immutavel o enfastiára.

Nos limites mesmo da archeologia poderia dar-vos noticia das curiosas pesquizas de um francez, encarregado pelo seo governo de explorar as terras de uma concessão obtida para fazer indagações archeologicas nos terrenos onde, ha 40 seculos, existio a cidade de Apollonia, na Albania.

Leon Rey, encarregado pelo governo da França fez descobertas curiosas n'essa antiga colonia de Coryntho, cidade das mais importantes do litoral adriatico e soterrada ha quatro mil annos em camadas archeologicas, com vestigios ainda apreciaveis.

Ainda n'esse mesmo campo da Archeologia podia descrever-vos aspectos que estão apresentando as excavações que o genio italiano continúa a obter do desaterro da cidade de Pompeia, e que, no anno corrente, deixaram a descoberto a Rua da Abundancia na direcção do Forum e a mesma rua na direcção do Amphiteatro.

Seriam assumptos de archeologia que quadram perfeitamente dentro de uma festa anniversaria de um Instituto Archeologico.

Prefiro entretanto entreter a vossa attenção, por ser mais recente, com o facto que emplogou todos os espiritos, no mundo inteiro até á realisação no meiado do anno corrente.

Tratava-se do planeta Marte, que vinha augmentando de volume em cada noite que passava emquanto mais se aproximava da Terra chegando á minima distancia, facto que só se reproduz de cem em cem annos e que se realisou a 23 de Agosto de 1924.

Era uma differença de distancia entre 79 milhões de kilometros, media da existencia entre a Terra, e Marte, para 55 milhões, o que se dá quando a perihelia de Marte, o ponto de sua rota orbital mais proxima do Sol, coincide com a aphelia da Terra, ponto em que estamos mais affastados do nosso foco radiante. Essa differença de 24 milhões de kilometros, auxiliada pela visão augmentada de poderosas lentes equatoriaes, alimentavam a esperança de que pudessemos vislumbrar algo da vida no planeta visinho e, quem sabe? communicar-nos com os seos habitantes por meio da prodigiosa acção da telegraphia sem fio.

O mundo astronomico se abalou profundamente a essa possibilidade, já figurada como quasi certeza; grandes lentes foram construidas, um observatorio foi montado no cume do Jungfran, onde dois sabios suissos, os professores Schaer, de Genova e Quervain, de Zurich, noite e dia, soffrendo frio intenso durante a passagem de Marte, em vigilia na noite de 23 para 24 de Agosto ultimo.

Silencio absoluto foi combinado, durante horas, para todos os aparelhos electricos, afim de que pudesse ser attendido qualquer signal que os habitantes de Marte, suppostos possuidos do mesmo ardor scientifico que os da Terra, nos mandassem em correspondencia amiga e curiosa. Apezar de todo o ruidoso aparato, dinheiro dispendido, fadigas suportadas e attenção superexcitada, nada foi obtido, nenhuma revelação nos foi adiantada.

A astronomia teria feito fallencia a proposito do astro visinho e irmão, se não fôra a pertinacia de um sabio, meo conhecido de cincoenta annos, cujos livros scientificos entretiveram os lazeres dos meos vinte e tres annos com a poesia das suas esplendidas paginas; quando ainda occupava o cargo de Promotor publico de Anadia, dei-me ao prazer de lêr e meditar as obras de Camillo Flammarion, predispondo o meo espirito para estudos de astronomia. Os *Mundos Immaginarios* e os *Mundos Reaes, Contemplações scientificas, Historia de um Cometa, Deus na Natureza* e outras entretiveram esses annos da mocidade, por entre as agruras desse afadigante periodo do inicio da minha vida publica. Acabo de encontrar, após meio seculo, o meo velho companheiro das leituras deliciosas, mineiro pertinaz dos veios de ouro do céo estrellado, lançando ao mundo as observações positivas, do sabio, sobre o planeta Marte, as m·us

interessantes, as mais originaes que não foi dado a nenhum outro observatorio dos que se entregaram a essas pesquizas scientificas, apresentar ao mundo decepcionado.

Com a sua experiencia, com os constantes estudos de meio seculo, no observatorio de Juvisy de que é acatado director, communicou os resultados colhidos em seis mezes de trabalho nocturno e vigilante; e o fez com a mesma elevação no estylo, com os mesmos estos de adoração á harmonia universal, com a mesma phrase apaixonada com que, na mocidade, descrevia os esplendores do céo estrellado na sua obra admiravel em exhaltação da gloria do autor de todas as magnificencias que que o seu genio admirava: *Deus na Natureza.*

Vêde como elle começa a explanação de suas observações sobre Marte:

> « O espectaculo do universo deve ser visto, de agora em diante, não somente pelos olhos do corpo mas tambem e sobretudo pelos olhos do espirito, na sua realidade e não nas aparencias. A Terra, ao redor da qual nós vivemos, é uma bola que rola no espaço, sustentada, a 149 milhões de kilometros de distancia, pelo braço invisivel do Sol, gyrando ao redor de si mesma em revoluções annuaes e levada por elle atravéz da immensidade, de forma que, desde que existe, o nosso planeta nunca passou pelo mesmo caminho, descrevendo helices consecutivas. Os outros planetas do nosso systema solar, Mercurio, Venus, Marte, Jupiter, Saturno, Urano, Neptuno, etc., são levados, como o nosso, ao redor do mesmo Sol, gyrando segundo orbitas de mais a mais amplas, e com velocidade de menos em menos rapidas, a de Mercurio, a mais proxima do Sol, sendo de 4 milhões de kilometros por dia, a da Terra sendo de 2.570.000, a de Neptuno, a mais affastada e mais lenta, de 464 mil kilometros. É assim que o espectuculo do céo estrellado deve se apresentar do nosso espirito, comprehendida a nossa propria situação, no systema do mundo. Tudo caminha, tudo se move, tudo está em movimento e cada estrella é um sol conduzindo seu systema atravéz do infinito. Nós devemos pois ver, diante dos olhos de nosso espirito, nosso globo a rolar, nossa familia planetaria, todos os sóes do espaço acompanhados de seos systemas, todos esses milhões de sóes e de planetas correndo ao longo dos caminhos invisiveis do céo, levados, pelas leis da gravitação, a destinos desconhecidos, aos seios das profundezas da immensidade infinita...»

É o mesmo sabio poeta autor do livro cujas paginas bellissimas, deo o nome sugestivo de *As terras do Céo!*

Não vos parece, senhores, estar ouvindo os accordes de uma lyra encantada, a entoar um hymno de louvor á intelligencia omnipotente e omnisciente, autor que preside a essa magestosa harmonia na diversidade, a bordar por formas variadas essa phrase sublime do grande philosopho, doutor da Igreja catholica, maravilhado diante dos esplendores de sua contemplação em adoração, esmagado ante essa verdade evidente e insophismavel da existencia do Ente affirmado pela fé ante esse conjuncto de maravilhas: *Cœli ennarrant gloriam Dei.*

Os céos proclamam a gloria de Deus!

O eminente sabio das cousas celestes passa a descrever o que vio, durante seis mezes de obstinadas pesquizas na vida do planeta irmão, com incomparavel enthusiasmo, registrando, dia a dia, ou antes noite e noite, calculos no espaço com apaixonado sentimento de poesia cosmica. Descreve como os astros vivem e morrem, passando duas vezes pelo mesmo typo espectral: a primeira na escala ascendente da temperatura, a segunda na escala descendente para o resfriamento e a morte. Autarés, o coração vermelho do escorpião zodiacal, sol gigante cujo diametro é 460 vezes maior que o do nosso proprio Sol, é uma estrella moça, Sirius, a estrella mais brilhante e talvez tambem a mais celebre do nosso céo, está no apogeo e começa a decrescer. Nosso Sol chega já á idade madura e conhecem-se estrellas que attingem ao limite extremo da velhice, precedendo a extincção final.

Como é pasmoso tudo isto! O espirito sente-se profundamente abalado ao conhecer estas sorprehendentes verdades reveladas pela visão telescopica, superiores á concepção mais audaz á comparação d'essas enormidades com a miseravel pequenez da vida material terrena. Assombra-se perante esses calculos, em que os algarismos se traduzem por milhares de milhões de kilometros, em face da estreiteza das medições na Terra.

O sabio nos conta que, graças a uma aproximação preciosa para os seos estudos, consequencia natural da esplendida harmonia nos movimentos celestes, verificou e pode affirmar que Marte tem estações como a Terra; que Marte gravita ao redor do mesmo Sol que nós, a uma distancia de 228 milhões de kilometros, emquanto a Terra gyra a 149 milhões; em consequencia da orbita eliptica dos dois astros, a maior proximidade de um para o outro pode descer de 79 a 55 milhões de kilometros, o que succedeo uma vez ha um seculo passado, a 23 de Agosto de 1824 e outra após cem annos da evolução da Terra, em 1924.

Elle poude ver, atravéz do seo excellente equatorial em Juvisy, onde trabalha ha quarenta annos no estudo do céo, derreterem-se as neves circumpolares de Marte, sob a acção dos raios solares da primavera marciana e suleos canaliformes seguirem a fusão das neves, á proporção que vastas regiões manifestavam o aparecimento de uma vegetação rapida.

Está assim explicado o que a astronomia anterior qualificava de — canaes — na superficie de Marte, cavados pelos habitantes do planeta visinho. São estações como as da Terra, mas que se não succedeu ao mesmo tempo que as nossas e são duas vezes mais longas: o equinocio da primavera marciana, no hemispherio austral, se produzio a 6 de Maio e o solsticio de verão somente a 30 de Setembro.

Assim elle poude acompanhar a evolução do astro durante seis mezes de pacientes estudos e apresentar as gravuras do planeta no percurso de tres epochas successivas dos seos 686 dias annuaes, ou quasi o dobro dos annos da Terra.

Seria longo demais, Senhores, narrar-vos aqui, mesmo em resumo, as sorprehendentes observações que me foi dado ler no trabalho escripto pelo proprio sabio e que tive a ousadia de trazer n'esta festa como precioso subsidio para illustração do vosso espirito com os esplendores que o estudo do céo proporciona aos nossos olhos.

***

Perdoai-me, minhas Senhoras e Senhores, que me ouvís; eu vos peço, contricta e humuldimente perdão. Reincidí no pecado de abusar de vossa benevola attenção e forçar-vos a ouvir estas divagações sem valor; nem mesmo tive a preocupação de indagar se, neste recinto, se acha algum apaixonado das sciencias — *néonullas* — que se escandalisaria com estas novidades apropriadas ao deleite da intelligencia.

Perdoar-me-heis, estou certo, de me aproveitar de uma festa em associação scientifica para vos fallar de assumpos de sciencia. Embora o receio de vos fatigar e provocar protestos por prolixidade, entendi que não seria escandalo transmittir-vos parte minima de estudos que, embora o cancaço da idade, ainda me deleitam o espirito e contrabalançam o isolamento voluntario em que vivo.

Devo, em obediencia aos nossos estatutos, dar-vos o programma dos nossos trabalhos para o anno que vae começar.

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano entregar-se-ha a um trabalho de archeologia no anno proximo: o nosso illustre consocio e Secretario perpetuo propoz á nossa

deliberação desenterrar, para a historia, os resquicios de um episodio legitimamente alagoano: a descripção e perfis photographicos do que ainda resta da tão remota e tão fallada *Republica dos Palmares.*

Aceita com enthusiasmo a lembrança, deliberou nomear uma commissão de consocios para se entender com o Snr. Governador do Estado e solicitar-lhe o auxilio de um engenheiro e um photographo que acompanhem a commissão para ir ás serras da Barriga e da Jussára, apanharem os perfis e a photographia do que ainda resta da conhecida historia alagoana da *Republica dos Palmares*, reconstituindo, tanto quanto fôr possivel, pelas ruinas e pela tradição, o que, realmente, diante da verdade historica foi esse ajuntamento; começado por coito de negros fugidos, se tornou um verdadeiro Estado no Estado, prolongando-se com regimen administrativo organisado durante quasi um seculo.

Segundo documentos existentes, sabe-se ter ella existido antes do anno 1668, mas ha noticia de ter começado muitos annos antes; extincta em 14 de Março de 1695, pelas forças de Bernardo Vieira e Sebastião Manelles, arrazado o povoado, massacrados os habitantes e vendidos os escravos foragidos, não se recolhe, alem das noticias, vestigio algum da sua existencia e organisação, nem mesmo uma descripção exata das fortificações que tão longa e porfiada resistencia oppuzeram á investida das forças organisadas para destruil-as.

É este o trabalho a que o INSTITUTO se vae entregar no anno proximo; o projecto foi tão bem aceito que o nosso consocio, 1.º Vice-Presidente, Dr. Democrito Gracindo se promptificou a facilitar os meios de locomoção e estadia dos aventureiros novos d'estas pesquizas historicas.

A realisação do emprehendimento archeologico precisará do auxilio do Governo do Estado e o INSTITUTO está certo de que o Snr. Governador dispensará a esse tentamen, boa vontade para leval-o a effeito. Será mais um titulo a accrescer aos valiosos serviços e solicita benevolencia com que S. Exc. tem acompanhado a vida d'esta associação e que lhe valeram o diploma de socio benemerito, conferido muito antes da lembrança do seo nome para Governador do Estado. Digo-o de proposito para deixar excluida qualquer supposição de influencia do cargo, realçando-lhe o merito da distincção pelos serviços que de S. Exc. o INSTITUTO recebera.

Deliberamos igualmente commemorar o centenario do mais antigo orgão da imprensa no Brasil e na America Latina — o *Diario de Pernambuco*, a 7 de Novembro de 1925.

Transmitto-vos, a este proposito, uma noticia desagradavel: os nossos consocios entenderam dar a missão, para essa homenagem, ao seo Presidente. Por mais que elle quizesse fugir á honraria, não o dispensaram, por mais que tenha feito o proposito de não mais fallar, impuzeram-lh'o como obrigação. Como poderei emmudecer se me obrigam a fallar? Se ainda viver elle e vós tambem, tendes tempo de vos preparar para suportar, com paciencia evangelica, mais uma refrega de oratoria exhaustiva, como a deste momento. Não vos prometto ser breve porque a vida do homenageado é longa e abundante em peripecias; são cem annos decorridos.

Continuaremos igualmente no programma de palestras litterarias, em uma das quaes será commemorado o centenario do primeiro Secretario perpetuo do INSTITUTO, Dr. Dias Cabral, alagoano distincto por todos os titulos, cuja memoria nos é tão cara e digna de veneração, constituindo um verdadeiro culto para a nossa associação. Incumbir-se-ha do elogio o nosso consocio, Snr. Barbosa Junior.

As palestras durante o anno de 1925 estão assim determinadas:

A 24 de Fevereiro, o Snr. Luiz Mascarenhas.
A 13 de Maio, o Dr. Amphilophio Mello que tanto illustra o pseudonymo de Jayme de Altavilla.
A 21 de Abril, o conego Antonio Valente.
A 11 de Agosto, o Dr. Herminio Barroca.
A 16 de Setembro, o Snr. Craveiro Costa.

afora as duas já annunciadas sobre o *Diario de Pernambuco* e sobre o Dr. Dias Cabral, como o relatorio sobre a *Republica dos Palmares,* cujo relator a commissão nomeada e composta dos Snrs. Luiz Mascarenhas, Democrito Gracindo e Conego Valente, escolherá a seo tempo.

Ainda uma vez, para allivio vosso, Senhores, peço perdão pelo fastidioso tempo com que abusei da vossa preciosa attenção.

Declaro empossada a directoria recem-eleita do INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO, para o anno de 1926.

TAVARES BASTOS

Não podiam ter sido mais significativas, no realce da sua expressividade, as homenagens que solemnisaram, a 3 de dezembro, a passagem do cincoentenario da morte do inolvidavel alagoano que, pelo talento e pelo saber, tanto elevou o nome do Brasil — Dr. Aureliano Candido Tavares Bastos.

Infelizmente, por um equivoco de data, as mesmas demonstrações de carinho e de apreço pela memoria do illustre extincto, não foram igualmente registadas na Capital da Republica e em outros pontos, sendo que a Academia Livre de Direito, do Rio, já havia realizado uma sessão magna commemorativa do grande acontecimento, a 3 de novembro, supposta data da morte de Tavares Bastos.

Todavia, ficou demonstrado que o olvido não logrou esmaecer na consciencia da Nação, das nossas elites intelectuaes o culto devido á maior cerebração, que, definida na feição polymorpha do genio, deixou o seu nome ligado ás mais elevadas questões de interesse social, politico e administrativo.

Tavares Bastos foi o grande vidente, guiado na sua culta jornada pela terra, pela luz predestinada duma clarividencia que o levou a encarar os mais transcendentes problemas de economia politica, de sociologia, quer no ponto de vista dos mais intrepidos doutrinamentos, quer na maneira singular de visar todos os assumptos de caracter pratico ou metaphysico, com a precisão de um verdadeiro estadista, de um homem de grandes e profundos estudos.

Não houve uma faceta do seu perigrino espirito que se não objectivasse vantajosamente, fosse nos lampejos irisados de idealismo da sua eloquencia, da sua penna de jornalista ou na expressão meditativa do pensador, do philosopho, delineada nas multiplas obras que deixou.

Ficaram celebres, nas suas campanhas de imprensa, as *Cartas do Solitario*, documentação valiosissima do seu pulso de polemista, da sua possante argumentação, especie de clava formidavel, que nas mãos do athleta dardejava raios, fulminava e desorientava os impugnadores das suas idéas, ou, porventura os insanos que se arrojassem a terçar, com desigualdade de armas, o aço polido da sua espada de paladino.

Tudo isso foi relembrado, tudo isso veiu com a memoria do morto illustre, numa espumarada de oiro, do fundo onde repousam todas as reminiscencias da sua vida gloriosa, de fulgores inapagaveis da sua immortalidade.

O *Jornal de Alagoas* dedicou a sua pagina de honra, numa commovida homenagem, entretecida de commentarios brilhantes em torno dos factos mais notaveis da sua existencia, enaltecendo, deste modo, da alma de Alagoas o seu grande e immenso amôr por um dos maiores dos seus filhos insignes.

No Instituto Archeologico Alagoano, na moldura singular de uma das mais bellas reuniões ali realizadas, a Academia Alagoana de Letras fez vibrar no relevo de uma solennidade gloriosa, o mesmo culto á memoria do egregio estadista.

Na tribuna, fez o panegyrico das qualidades notaveis de Tavares Bastos, o talentoso homem de letras e nosso consocio dr. Orlando Araujo.

O orador, dentro da opportunidade magnifica, fez o elogio do seu patrono naquella Academia, produzindo uma oração duplamente impressionante, não só no ponto de vista do lavor literario da peça, como tambem pelo encantamento do seu espirito revelado na feição brilhante do historiador e do psychologo.

Foi assim que a data de 3 de dezembro, commemorando o cincoentenario da morte de Tavares Bastos, fez transparecer, não só uma evidencia sentimental do culto de Alagoas á memoria do seu grande filho, como foi tambem um ensejo brilhante para a revelação da fina mentalidade dos nossos homens de imprensa e da tribuna oratoria.

NOVAS REVELAÇÕES SCIENTIFICAS DO PROF. SCHWENNHAGEN

O primeiro descobrimento do Brasil em 1100 antes de Christo

As grandes obras de engenharia hydraulica realizadas pelos egypcios e phenicios no Brasil

O dr. Epitacio Pessoa, que mandou fazer tantas obras contra as seccas do Nordeste, ja tinha antecessores ha 2500 annos, affirma o tenaz investigador da nossa historia

O professor Ludovico Schwennhagen, que na Parahyba expoz as suas theorias a respeito da origem aryana dos povos tupys, em uma memoravel conferencia promovida pelo Instituto Historico, vem de fazer, nos sertões da Bahia e de Sergipe, em companhia do engenheiro francez sr. Frot, umas curiosas descobertas de grandes obras de viação, as quaes elle tem razões para attribuir aos phenicios e egypcios, isso numa epoca recuada de um milhar de annos antes de Christo.

O devotado scientista a proposito escreveu uma longa missiva ao dr. Paulo de Magalhães, daquelle Estado, que merecem divulgados para conhecimento dos nossos escriptores, pois encerram uma contribuição digna de registo para o estudo da proto-historia do Brasil:

> « *Aracajú, 9 de janeiro de 1926 — Mui prezado sr. dr. Paulo de Magalhães* — Demorei-me muito tempo na Bahia, em cujos sertões viajei com o engenheiro Apollinaris Frot, e copiei muitas inscripções importantes, que tratam todas de explicações de minas. Essas indagações e os trabalhos do sr. Frot deram aos meus anteriores estudos um aspecto um pouco differente. Minhas theorias expostas na Parahyba ficam então um tanto alteradas, mas, parece-me, ganharam em base. Ainda não havia eu encontrado a chave do grande segredo.
>
> Hoje, porém, opino de ter chegado ao ponto final, baseado nas indagações importantes que tive a felicidade de fazer no interior dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Encontrei ali as provas, que a maior parte das antigas inscripções e lettreiros que se acham nos rochedos de todos os Estados do Norte e Nordeste são escriptas pelos phenicios e engenheiros egypcios que construiram longas estradas terrestres, através do Brasil, e organizaram alli a exploração de minas.

Quasi todas as grutas, furnas, corredores subterraneos e excavações verticaes são os restos do antigo trabalho de mineração.

A chronologia dos factos historicos é a seguinte:

Em 1250 a Chr. fundaram os phenicios, com o consentimento dos tartesios, a estação maritima de Gades, hoje Cadix, para dominar a entrada do Mar Mediterraneo. O accordo estipulou que os phenicios podiam fundar colonias e feitorias nas costas atlanticas da Africa e Europa, emquanto os tartesios reservaram para si a navegação ás ilhas do Oceano, inclusive os Açores e as Antilhas.

Na epoca de 1250 a 1100 a Chr. colonizaram os phenicios a costa africana até Dakar, que significa *Casa do Kar*, sendo Kar o progenitor e organizador dos povos carios.

Em 1100 a Chr. sahiu uma grande frota dos phenicios de Dakar para as ilhas do Cabo Verde e atravessou de lá o Oceano, para o Brasil. O historiador grego Diodoro Siculo, que vivia durante muitos annos em Carthago e escreveu a historia das navegações phenicias e carthaginezas, narra o facto do descobrimento do Brasil assim: *Quando os phenicios já tinham fundado muitas cidades e colonias na costa da Africa, sahiu uma frota delles de lá para as ilhas* (do Cabo Verde) *onde os navios foram levados por fortes ventos e correntezas ao Oceano* (uma mentira diplomatica, por causa do contracto com os tartesios!). *Os navegadores andaram durante muitos dias no alto mar e, depois elles encontraram uma grande ilha com praias lindas, com muitos rios navegaveis, com um clima ameno e uma população pacifica, que vivia nas aldeias em casas bonitas, como nossa gente rica no estio. A ilha era tão grande que os phenicios gastaram muitos dias para circumvagal-a.*

Diodoro conta ainda muitos pormenores. Os navegadores encontraram alli abundancia em peixe, animaes de caça, fructas, aves bellas, madeiras pintadas e cheirosas, ouro, prata e pedras preciosas. Essa *ilha* era o Brasil, pois os geographos antigos denominavam ilha qualquer terra ou continente, que estava fóra do Oceano.

Em 1100 a Chr. offereceu o rei Hiram de Tyros, capital da Phenicia, aos reis David e Salomão da Judéa, uma alliança para explorar as riquezas do Brasil. Nos annos 995 a 992 navegaram as frotas alliadas dos phenicios e judeus no rio Amazonas, onde ellas fundaram uma colonia hebraica, no rio Solimões, chamado assim por honra do rei Salomão. Esse facto prova que os phenicios já tinham circumnavegado, entretanto, toda a costa do Brasil e subido todos os rios. Elles procuraram a alliança dos hebraicos, pois elles mesmos, como nação muito pequena, não tinham elementos sufficientes para colonizar tão vasto paiz.

A decadencia do imperio hebraico, porém, que se deu logo depois da morte de Salomão, frustou esse plano.

Em 950 entraram os phenicios numa alliança com os povos tupys, que moravam nas Antilhas e no paiz Caraibia, hoje afundado no Mar Caraibico. Durante 50 annos immigraram os tupys, que eram um ramo dos povos carios e pertenciam a raça branca atlantico-européa, em navios phenicios, para o Norte e Nordeste do Brasil.

Em 850 prohibiu o Senado de Carthago a immigração para a *grande ilha do Oceano*, porque elle receiava a despovoação do territorio carthaginez. Esse facto prova que naquelle tempo o estado economico do Brasil era tão florescente, que attrahiu muitos immigrantes dos paizes do Mediterraneo.

Com o auxilio dos tupys e aproveitando os indigenas tapuyos como trabalhadores, os phenicios e os por elles contractados engenheiros egypcios fizeram trabalhos extraordinarios, no interior do Brasil. Como indicam as inscripções, escriptas em letras phenicias e egypcias, ficou estabelecida a estação maritima principal perto do Cabo S. Roque, na costa do Rio Grande do Norte. Alli existe um lago, hoje chamado *de Estremoz* ou *dos Touros*, que é ligado com o mar por um canal, antigamente bem navegavel. Dalli sahiram duas estradas para o interior, uma no rumo de Sudoeste, que foi prolongada até o Paraguay, onde estava o ponto final da navegação dos phenicios, no rio da Prata, e onde agora o coronel Fawcette está procurando as ruinas duma antiga grande cidade. Essa estrada central, desde Rio Grande do Norte até o limite de Matto Grosso, está indicada por mais de cem inscripções, dando as distancias com a medida egypcia, como provou o engenheiro francez Apollinaris Frot, que trabalha ha 20 annos no interior da Bahia. Essa estrada central tem muitos

ramaes para as diversas zonas da mineração e era ligada com os portos dos rios Parahyba e S. Francisco. A grande inscripção da pedra lavrada, na Parahyba, representa um mappa da grande estrada com indicações minuciosas, a respeito do rumo das distancias e da posição das minas.

A outra grande estrada, sahindo do Cabo S. Roque no rumo do poente, passa Rio Grande do Norte, Ceará, Piauhy, Maranhão e Pará e ia até o Acre. Grandes trechos dessa estrada existem hoje ainda e ficam aproveitadas pelos sertanejos dos respectivos Estados. As grandes inscripções do Ceará, do rio Jaguaribe, de Quixadá e de Urubú-Retama são itinerarios dessa estrada, da qual um ramal ia ás minas de cobre de Viçosa. A estrada principal atravessou a serra da Ibiapaba, na altura de Ipú, onde os engenheiros construiram uma estrada em serpentinas, para subir o alto barranco da serra. Os restos dessa obra foram encontrados, quando a nova estrada alli ficou construida por ordem do dr. Epitacio Pessoa.

De lá passava a estrada o Piauhy e o rio Parnahyba na altura de União; de lá ia a estrada através o Maranhão até o alto Mearim e de lá, pelas cabeceiras do Pindaré, Gurupy e Capim até a confluencia do Tocantins e Araguaya, continuando dalli até o Acre. Os delegados das 14 cidades dos Tupynambás do Pará, que chegaram em S. Luiz, para convidar o padre Antonio Vieira, explicaram bem o rumo dessa antiga estrada.

Um ramal, dentro do territorio maranhense, sahiu do Mearim para os rios Tury-Assú, Maracassumé e Gurupy, para encontrar a zona aurifera entre Maranhão e Pará. Os denominados Montes Aureos e as minas de ouro, hoje usurpadas pelo sr. Guilherme Linden, já foram descobertos pelos phenicios. Essa estrada existe hoje ainda e foi usada, no tempo do Imperio, como estrada militar. Eu vi mesmo os restos das *colonias militares*, organizadas por ordem de D. Pedro II, para policiar aquella antiga estrada de minas, indicada pelas inscripções phenicias.

Os Tupys escolheram para sua residencia as terras, ferteis da Ilha do Marajó, o littoral do Maranhão com o centro na ilha de S. Luiz, antigamente Tupaón, a Serra da Ibiapaba, (o paraiso brasileiro) as serras do Rio Grande e da Parahyba e as serras do baixo rio S. Francisco. Além disso, elles fizeram colonias tabas fortificadas ao longo das grandes estradas, para segurar as communicações e os combóios de mercadorias.

Os phenicios tinham sempre até 10000 *tupy-guaranys* (guerreiros da raça tupy) á sua disposição. A orthographia *guarany* é uma fórma moderna. Assim se explica a larga espalhação dos tupys e a implantação da lingua tupy até Paraguay e Bolivia.

Os tupys, guiados pelos phenicios e ensinados pelos engenheiros egypcios, fizeram grandes obras de utilidade publica: na ilha de Marajó, na costa do Ceará e nas praias de Sergipe encontrei os longos aterros, para deter as aguas do mar. Chama-se sambaqui; mas as accumulações de conchas era só um meio auxiliar. Em muitos logares encontrei as conchas queimadas, cuja cal dava a ligação do concreto. Na serra da Ibiapaba encontrei duzias de cascatas artificiaes, que levavam a agua da serra para abaixo, para irrigar o sertão. No Piauhy e Ceará existem muitas antigas represas de agua, algumas de grandes dimensões, mas hoje inutilisadas. O dr. Epitacio, que mandou fazer tantas obras contra as seccas do Nordesto já tinha antecessores ha 2500 annos. Na margem de baixo S. Francisco existem restos duma larga irrigação no systema dos egypcios.

Os phenicios fundaram numerosas cidades maritimas: Macapá, na foz do Amazonas, Tupaón (S. Luiz), Tutoya (corruptela de Troja), Camocim e Jericoara, no norte do Ceará, Aracaty na foz do Jaguaripe, Macau, Touros, no Rio Grande (o nome Touros deve ser corruptela de Tyros), Parahyba e Mamanguape, onde existem tantos subterraneos, Marim (Olinda), Piaçaba, na foz do S. Francisco, e Aracajú. Os portos do sul não pude eu ainda verificar. Todas essas cidades receberam um certo numero de habitantes de origem tupy e trabalhadores da raça tapuya.

Em 332 a Chr., a cidade de Tyros, a grande metropole dos phenicios, foi destruida por Alexandre Magno, que mandou, em 326, uma grande frota, para apoderar-se do imperio colonial phenicio sul americano. Essa frota naufragou na entrada do Rio da Prata. O almirante grego foi enterrado na costa do Uruguay e seu tumulo foi descoberto no seculo passado. A espada e o escudo desse general de Alexandre Magno acham-se no museu de Montevidéo; as letras gregas, indicando o nome e grão do general são bem legiveis.

Em 146 a Chr. a cidade de Carthago foi destruida pelos romanos e ficou anniquilado o intercambio politico e commercial entre Brasil e o Mar Mediterraneo. Somente

ligeiras communicações com as ilhas Canarias e do Cabo Verde conservaram-se, durante alguns seculos.

Em 58 depois de Christo, chegou o apostolo S. Thomé na costa atlantica da Africa e pregou o evangelho nas cidades e colonias phenicias, até chegar á grande ilha, denominada em sua honra S. Thomé.

De lá o apostolo atravessou o Oceano e chegou, cerca do anno 60, no Brasil, onde elle ganhou muitos adeptos e morreu na idade de 70 annos.

Dos chefes e engenheiros phenicios e egypcios, sendo cortados da ligação com sua terra natal, alguns procuraram um novo terreno de sua actividade nas costas da America Central, onde elles foram os iniciadores da civilisação mexicana. Já antes, foram estabelecidas communicações e relações intellectuaes entre os engenheiros egypcios, no alto Amazonas, e os povos Anichuas e Anthis do Perú. Assim se deu a origem da antiga civilisação peruana.

Eis a marcha do trabalho intellectual dos povos americanos»

***

Continuando as suas investigações archeologicas, o professor Ludovico Schwennhagen dirigiu ao Sr. Governador deste Estado a carta seguinte:

«*Excellentissimo Senhor Pedro da Costa Rego,*
Dignissimo Governador do Estado de Alagoas.

O abaixo assignado, professor Ludovico Schwennhagen, doutor em philosophia, lente de Philologia e Historia em Vienna da Austria, permitte-se apresentar a Vossa Excellencia o seguinte:

Tendo percorrido, com a permissão e o auxilio dos respectivos Governos, os Estados do Norte e Nordeste do Brasil, desde o Pará até a Bahia, para indagar e estudar os pontos historicos e prehistoricos do interior desses Estados, falta ainda, para completar meus estudos, examinar a região das cachoeiras do S. Francisco, em ambos os lados do rio. Existem ali ruinas de antigas cidades, construidas pelos Phenicios, no ultimo millenio, antes da era christã, restos do trabalho de mineração, dirigido por engenheiros egypcios e indicado por numerosas inscripções e lettreiros, na zona de ouro e prata, em baixo das cachoeiras, e restos de obras de irrigação artificial, organizadas pelos mesmos engenheiros. No lado do Estado de Sergipe já verifiquei

diversos pontos e recebi agora a licença do Exmo. Snr. Presidente desse Estado, para fazer mais uma viagem de estudos ás cachoeiras.

Por esse motivo, queria pedir a mesma autorização da parte de Vossa Excellencia, para percorrer a mesma zona, no lado desse Estado. Talvez o Excellentissimo Senhor Governador se dignaria avisar, por telegramma, a minha passagem do dia 15 de Janeiro em diante aos senhores Intendentes municipaes de Traipú, Pão de Assucar, Piranhas e Villa Operaria de Pedras, de maneira que esses senhores me poderiam facilitar meus trabalhos. Depois, sendo terminada minha viagem, queria eu ir a Maceió (de Penedo por terra), para apresentar a Vossa Excellencia e ás classes intellectuaes dessa Capital os resultados das minhas indagações.

Esperando que Vossa Excellencia acceitará benignamente o meu pedido, subscrevo-me com elevada estima e alta consideração. — (a) Prof. *Ludovico Schwennhagen.*

EXPEDIENTE

ESTATUTOS

Como esteja esgotada a edição dos nossos Estatutos, fazemos no presente numero da *REVISTA* a sua reedição, a seguir:

DECRETO

O Governador do Estado, attendendo ao que lhe requereu o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, em petição de seu Vice-Presidente em exercicio, e tendo em vista as disposições contidas no paragrapho 1.º do artigo 2.º da Lei n. 1.083, de 22 de Agosto de 1860, e no paragrapho 1.º do artigo 27 do Decreto n. 2.711, de 19 de Dezembro do mesmo anno, resolve approvar os seus Estatutos, contendo 48 artigos e 15 capitulos escriptos em 21 folhas de papel, devidamente rubricadas pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior, que subscreve o presente decreto.

Palacio do Governo, em Maceió, 2 de Dezembro de 1919, 31.º da Republica.

JOSÉ FERNANDES DE BARROS LIMA.
José de Castro Azevedo.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em Maceió, 2 de Dezembro de 1919.

Luiz Pontes de Miranda, Director.

ESTATUTOS DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E ::: GEOGRAPHICO ALAGOANO :::

CAPITULO I

Denominação, Séde e Fins da Associação

Artigo 1.º — O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, fundado em 2 de Dezembro de 1869, com séde na cidade de Maceió, tem por fim a cultura da Historia, da Archeologia e da Geographia, especialmente deste Estado.

Artigo 2.º — Para melhor desempenho dos fins, a que se propõe, o Instituto procurará:

a) Colligir, archivar e publicar documentos historicos e tradições;

b) Examinar e assignalar os vestigios existentes em logares notaveis, promovendo a collocação de monumentos e inscripções que perpetuem a lembrança de factos alli acontecidos;

c) Auxiliar pelos meios ao seu alcance as publicações que interessar possam ao seu objectivo;

d) Manter um archivo, uma bibliotheca e um museu de productos naturaes e artisticos;

e) Publicar a *REVISTA do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* contendo, alem da materia geral concernente aos fins do Instituto, todo o expediente e as actas das respectivas sessões.

CAPITULO II

Da organisação do Instituto

Artigo 3.º — O Instituto compõe-se de socios effectivos em numero de (30) trinta, honorarios, benemeritos e correspondentes em numero illimitado.

Artigo 4.º — A escolha dos socios recahirá:

a) para effectivos em pessoas de reconhecido saber residentes na séde do Instituto;

b) para honorarios em pessoas de firmado conceito litterario ou scientifico;

c) para benemeritos em pessoas que tenham prestado á associação relevantes serviços para sua manutenção e engrandecimento;

d) para correspondentes em pessoas que estejam nas condições de manter proveitosa correspondencia com a associação.

Artigo 5.º — A admissão de socios effectivos e correspondentes realisar-se-á por escrutinio secreto mediante proposta escripta, ou apresentação do proprio candidato.

Parag. unico — As propostas serão assignadas por um ou mais socios effectivos e lidas em sessão ordinaria, com declaração do nome, naturalidade, residencia, profissão e titulos que recommendem o proposto; e as apresentações serão feitas em carta dirigida ao Presidente que a apresentará na primeira sessão ordinaria.

Artigo 6.º — As propostas e as apresentações feitas na conformidade do artigo antecedente serão submettidas a votos, sem discussão, na sessão ordinaria que se realisar 30 dias depois de verificada a vaga.

Artigo 7.º — O escrutinio secreto será feito por meio de cedulas que contenham o nome do candidato em que o socio effectivo

quizer votar, collocadas em envolucro fechado e sem distinctivo algum, sendo acceito o que obtiver maioria absoluta de votos.

Artigo 8.º — Si houver empate ou si nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta, ficará a votação addiada para a sessão seguinte.

Parag. unico — As propostas e as apresentações ficarão prejudicadas si ainda nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta de votos neste escrutinio.

Artigo 9.º — Os socios honorarios e benemeritos serão propostos pela directoria, devendo a respectiva proposta ser votada na sessão ordinaria seguinte, de conformidade com o disposto nos artigos antecedentes.

Artigo 10.º — Conhecido e proclamado pelo presidente o resultado da votação será expedida communicação ao eleito, marcando-se-lhe o praso em que deve responder.

Parag. 1.º — O praso é de um mez para os residentes na séde do Instituto; de tres mezes para os residentes em qualquer ponto do Estado; de seis mezes para os residentes em qualquer Estado da Republica e de um anno para os residentes no estrangeiro.

Parag. 2.º — Findo o praso, será considerado como não tendo acceitado aquelle que não houver respondido.

Artigo 11.º — O socio effectivo eleito terá posse em sessão solemne previamente designada, sendo recebido e introduzido no recinto por uma commissão de tres membros nomeada pelo presidente.

Parag. 1.º — Logo que seja eleito o socio effectivo, o presidente nomeará em sessão o socio que terá de responder ao seu discurso de recepção.

Parag. 2.º — Si o eleito occupar a cadeira de um socio fallecido, deverá fazer-lhe o elogio historico.

Artigo 12.º — O socio eleito que, sem justo motivo deixar de tomar posse no dia designado, será considerado demissionario.

CAPITULO III

Dos direitos e deveres dos socios

Artigo 13.º — Aos socios do Instituto serão expedidos diplomas sem onus ou contribuição de especie alguma.

Artigo 14.º — O socio do Instituto tem o direito de declarar essa qualidade nos livros que publicar.

Artigo 15.º — Os socios effectivos são obrigados a comparecer ás sessões e a dar conta dos trabalhos de que forem incumbidos,

salvo motivo justo que em tempo deve ser communicado ao presidente.

Parag. unico — Será considerado demissionario o socio que por espaço de um anno deixar de cumprir as disposições deste artigo.

Artigo 16.º — Os socios effectivos que se ausentarem da séde do Instituto temporaria ou definitivamente, dando previa communicação á directoria, continuarão no goso de seu titulo e direitos, não sendo, porem, computados para as sessões.

CAPITULO IV

Da direcção dos negocios do Instituto

Artigo 17.º — A administração do Instituto incumbe a uma directoria composta de um presidente, um secretario perpetuo, um 2.º secretario e um thesoureiro, os quaes terão obrigações definidas nestes estatutos.

Parag. unico — Para substituil-os em suas faltas ou impedimentos haverá um 1.º e 2.º vice-presidentes e dois supplentes de secretario.

Artigo 18. — A directoria será eleita annualmente na sessão de encerramento dos trabalhos do Instituto; seus membros poderão ser reeleitos.

Artigo 19.º — A posse da directoria terá logar na sessão solemne commemorativa da fundação do Instituto, no dia 2 de Dezembro de cada anno.

Artigo 20.º — A directoria compete:

a) organisar o regimento da Secretaria, da bibliotheca, do archivo e do museu;

b) nomear os empregados do Instituto;

c) apresentar as propostas que julgar necessarias para melhor realisação dos fins da associação, indicar a reforma dos estatutos, propor a criação de empregos e respectivos vencimentos;

d) organisar e propor na ultima sessão de cada anno o programma dos trabalhos do anno seguinte, devendo a proposta ser precedida de uma exposição justificativa do presidente;

e) nomear as commissões permanentes;

f) propor socios honorarios e benemeritos.

Parag. unico — As deliberações da directoria serão tomadas por maioria de votos, prevalecendo no caso de empate o voto do presidente.

CAPITULO V

Do Presidente

Artigo 21.º — O Presidente é o orgão official do Instituto e o representa em juizo e em geral em suas relações para com terceiros; compete-lhe:

a) presidir e dirigir as sessões fazendo nellas observar os estatutos;

b) providenciar, consultado o secretario perpetuo, sobre todos os negocios urgentes dando conta na primeira reunião das providencias que houver tomado afim de serem approvados os actos que não forem de mero expediente;

c) nomear commissões especiaes e prover as substituições interinas;

d) indicar o orador que deve representar o Instituto, quer nas solemnidades em que elle tenha de comparecer, quer nas que se realisarem na séde da associação;

e) autorisar as despezas extraordinarias mediante indicação do thesoureiro e audiencia da directoria;

f) fazer a exposição justificativa do programma dos trabalhos do Instituto.

Parag. unico — O presidente, alem do voto de qualidade nos casos de empate, terá ainda voto nos escrutinios secretos.

CAPITULO VI

Do secretario perpetuo

Artigo 22.º — Ao secretario perpetuo incumbe:

a) dirigir os trabalhos da secretaria;

b) zelar pela conservação e ter sob sua guarda o archivo, a bibliotheca e o museu;

c) inventariar os manuscriptos, livros e quaesquer outros objectos pertencentes ao archivo, bibliotheca e museu;

d) mandar imprimir os respectivos catalogos e supplementos, reformando-os de 10 em 10 annos;

e) ler em sessão o expediente recebido e dar-lhe destino depois de convenientemente despachado;

f) fazer na sessão anniversaria circumstanciado relatorio de todas as occurencias que se derem durante o anno administrativo.

g) preparar e assignar a correspondencia;

h) prover a representação do Instituto nos casos urgentes.

Parag. unico — Em suas faltas e impedimentos temporarios o secretario perpetuo será substituido pelo 2.º secretario.

CAPITULO VII

Do 2.º Secretario

Artigo 23.º — Ao 2.º Secretario, immediato auxiliar do secretario perpetuo, cabe:

a) expedir aviso das sessões, annuncial-as pela imprensa, redigir e ler em sessão as respectivas actas;

b) dar publicidade pela imprensa das occurencias de cada sessão;

c) organisar a inscripção dos socios do Instituto com a indicação de suas respectivas residencias.

CAPITULO VIII

Do Thesoureiro

Artigo 24.º — Compete ao thesoureiro:

a) promover, arrecadar e ter sob sua guarda as rendas do Instituto;

b) pagar as despezas que forem autorisadas, depois de visados os documentos pelo secretario perpetuo com o — *pague-se* do presidente;

c) apresentar á directoria no fim de cada trimestre um demonstrativo da receita e despeza, mencionando o saldo existente;

d) prestar contas annualmente do serviço a seu cargo na sessão de encerramento dos trabalhos.

Parag. unico — Nas faltas ou impedimentos occasionaes o thesoureiro será substituido pelo 2.º secretario.

CAPITULO IX

Das Commissões

Artigo 25.º — Funccionarão as seguintes commissões permanentes:

1.ª commissão de *finanças.*

2.ª commissão de *redacção da REVISTA.*

Parag. unico — Cada commissão terá tres membros designados annualmente pela directoria na ultima sessão de cada anno.

Artigo 26.º — Nenhum membro servirá em mais de uma commissão effectivamente e não podem fazer parte dellas os da directoria.

Artigo 27.º — Alem das commissões permanentes o presidente nomeará as que forem necessarias para os trabalhos ou serviços do Instituto.

CAPITULO X

Da Commissão de Finanças

Artigo 28.º — A commissão de finanças incumbe:

a) estudar e dar parecer sobre a prestação de contas, balanços e orçamentos que forem apresentados pelo thesoureiro, bem como sobre todas as propostas e indicações que criem despezas ou se refiram ao patrimonio do Instituto;

b) organisar o orçamento annual da receita e despeza para ser discutido e approvado em sessão;

c) dar parecer sobre assumptos de sua competencia, quando consultada pela directoria.

CAPITULO XI

Da Commissão de Redacção da REVISTA

Artigo 29.º — A commissão de redacção da *REVISTA* incumbe:

a) dirigir e publicar a *REVISTA do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano;*

b) escolher os escriptos que devem ser publicados na *REVISTA,* artigos, memorias, documentos e biographias, recebendo do 2.º secretario copias das actas e do expediente do Instituto;

c) dar parecer e propor a impressão de obras avulsas sobre qualquer um dos fins a que se destina o Instituto;

d) pesquizar e obter manuscriptos e documentos em original ou por copia;

e) examinar os manuscriptos e documentos existentes no archivo emittindo juizo sobre a importancia delles;

f) propor que se copiem os estragados e se inutilizem os que não mereçam ser conservados;

g) dar noticia sobre manuscriptos e documentos que importem ao Instituto adquirir.

Artigo 30.º — A commissão de redacção tem o direito de recusar, com recurso para a directoria, a inserção na *REVISTA* do trabalho de qualquer dos socios, desde que a mesma commissão julgue não convir, pela sua natureza que sejam elles publicados.

Artigo 31.º — A *REVISTA* será annual devendo ser publicada até o fim de Dezembro de cada anno.

Artigo 32.º — As commissões especiaes terão sua competencia traçada pelo presidente no acto da designação.

CAPITULO XII

Da eleição da Directoria

Artigo 33.º — Na sessão annual de encerramento proceder-se-á a eleição dos membros da directoria e seus substitutos, com excepção do secretario perpetuo.

Parag. 1.º — As eleições serão feitas por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos, devendo nellas tomar parte a maioria absoluta dos socios effectivos do Instituto, votando-se em separado para cada membro da directoria, sendo os immediatos em votos os respectivos substitutos.

Parag. 2.º — Si nenhum dos votados obtiver a maioria exigida far-se-á segundo escrutinio entre os dois mais votados para cada cargo e se considerarão eleitos os que então obtiverem maioria.

Parag. 3.º — No caso de empate em o segundo escrutinio prevalecerá a idade.

Parag. 4.º — Não comparecendo na primeira assembléa numero sufficiente para a eleição, o presidente convocará segunda na qual se votará com qualquer numero.

Artigo 34.º — A eleição de secretario perpetuo, no caso de vaga, será feita por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos, devendo nella tomar parte a maioria absoluta dos socios effectivos do Instituto, observando-se o disposto nos parags. 2.º e 3.º do artigo 33.º para os casos alli previstos.

Artigo 35.º — A eleição dos membros da directoria só poderá recahir em socios effectivos que estejam em pleno exercicio de seus direitos.

CAPITULO XIII

Das sessões

Artigo 36.º — O Instituto funcciona de 1.º de Março a 30 de Novembro de cada anno, realisando sessões ordinarias, quinzenalmente, ás 19 horas.

Parag. 1.º — O Presidente, logo que verifique a presença de seis socios effectivos, abrirá a sessão, tendo á direita e á esquerda os outros membros da directoria.

Parag. 2.º — Aberta a sessão, o 2.º secretario lerá a acta da sessão anterior, a qual será considerada approvada, independente de votação, si nenhuma reclamação for feita sobre ella, e o secretario perpetuo dará conta do expediente.

Parag. 3.º — Findo o expediente e não havendo communicação ou indicação por parte de nenhum dos socios, passar-se-á a ordem do dia.

Parag. 4.º — Terminada a sessão o presidente a encerrará e dará a ordem do dia para a sessão seguinte.

Artigo 37.º — Nas sessões ordinarias os socios do Instituto fallarão sentados e dirigir-se-ão a mesa, devendo apresentar escriptos todos os requerimentos, indicações ou propostas, salvo os de ordem ou expediente.

Parag. unico — As discussões serão encerradas por falta de oradores ou a requerimento approvado pela maioria dos socios presentes, não sendo admittida discussão sobre o vencido.

Artigo 38.º — Haverá sessões solemnes:

a) no dia 2 de Dezembro para commemoração da fundação do Instituto e posse da directoria;

b) nos dias de festas nacionaes e estaduaes para a commemoração dos acontecimentos historicos;

c) nas recepções dos membros effectivos.

Parag. 1.º — Na sessão do dia 2 de Dezembro o presidente lerá um discurso, fazendo a exposição justificativa do programma do Instituto, seguindo-se o relatorio do secretario perpetuo, podendo qualquer socio, ou pessoa estranha a associação, lêr memorias, devendo neste caso ser apresentado o trabalho com antecedencia de dias ao secretario perpetuo afim de que o mesmo conceda permissão e inscreva o orador.

Parag. 2.º — Nas sessões commemorativas dos acontecimentos historicos haverá uma conferencia feita por um socio do Instituto previamente designado pelo presidente.

Artigo 39.º — O presidente poderá convocar sessões extraordinarias e sessões solemnes sempre que julgar conveniente á boa marcha do Instituto, ou houver negocio urgente apresentado por qualquer socio.

Artigo 40.º — Na ultima sessão de Novembro serão encerrados os trabalhos de cada anno e eleitos os membros da directoria.

Artigo 41.º — As votações serão em geral symbolicas e no caso de empate serão decididas pelo presidente as questões de ordem e expediente, procedendo-se em relação ás demais, a nova votação na sessão seguinte, considerando-se regeitada a proposta em caso de novo empate.

CAPITULO XIV

Do patrimonio do Instituto

Artigo 42.º—Constituem o patrimonio do Instituto os donativos, as subvenções, a receita liquida da *REVISTA* e quaesquer bens de sua propriedade.

Artigo 43.º — No caso de extincção do Instituto, liquidado seu passivo, reverterão o saldo e os bens que houver em favor do Estado de Alagoas.

CAPITULO XV

Disposições Geraes

Artigo 44.º — Os socios do Instituto não respondem individualmente pelas obrigações contrahidas em nome delle expressa ou implicitamente pelos seus representantes.

Artigo 45.º — O Instituto terá os funccionarios que forem precisos ao seu serviço e que serão nomeados pela directoria e perceberão os vencimentos que o Instituto estabelecer.

Artigo 46.º — Os casos omissos nestes Estatutos serão admittidos á deliberação dos socios em sessão ordinaria.

Artigo 47.º — Para reforma destes Estatutos ou extincção do Instituto será preciso voto expresso de dois terços dos socios effectivos dessa associação.

Artigo 48.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Approvados em sessão de 12 de Agosto de 1919.

Francisco de Paula Leite e Oiticica, Vice-Presidente em exercicio.

Dr. *L. J. da Costa Leite,* Secretario perpetuo.

José Guedes Ribeiro Lins, 2.º Secretario em exercicio.

Maceió, 21 de Novembro de 1919.

Dr. *Luiz Joaquim da Costa Leite,* Secretario perpetuo.

Vistos. Registrem-se. Secretaria do Interior em Maceió, 26 de Fevereiro de 1920 — *Castro Azevedo.*

Pagou de emolumentos vinte e cinco mil réis (25$000).

Pagadoria do Thesouro, em 2 de Março de 1920—O Thesoureiro, *Antonio da Silva Barbosa.* O Escripturario, *Antonio Feitosa.*

Registrado ás folhas 52 a 57 versos do competente livro.

Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em Maceió, 8 de Março de 1920 — *Pedro Rodrigues de Sant'Anna Gaia.*

Estavam colladas quatro (4) estampilhas estaduaes no valor total de onze mil e trezentos réis (11$300), devidamente inutilisadas.

Os trabalhos do Instituto

A interrupção havida na publicação da nossa *REVISTA* deu lugar a um grande atraso na divulgação dos trabalhos do INSTITUTO, constante das actas das suas sessões.

Em o numero 52 da *REVISTA*, referente ao anno passado, recomeçámos essa publicação, de junho de 1909 a abril de 1913. Continuamos no presente numero a publicação das actas em atraso, que alcançam ás sessões de 26 de agosto de 1913 a 28 de março de 1916.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE AGOSTO DE 1913

Aos 26 de Agosto de 1913, presentes os Snrs. Drs. Luiz de Mascarenhas, Alfredo de Maya, Diégues Junior, Costa Leite, e profs. Ignacio Loureiro e Moreno Brandão, abre-se a sessão, sob a presidencia do Dr. Diégues Junior.

Lidas as notas declaratorias das sessões anteriores e postas a votos, depois de submetidas a discussão, são approvadas. — O Snr. Dr. Secretario Perpetuo, lê o expediente que constou de 20 laudas de papel. — Passando-se em acto continuo a ordem do dia, pediu a palavra o Dr. Costa Leite e leu o seguinte protesto:

«Tendo chegado a esta cidade na tarde do dia 23 do corrente de uma excursão ao interior do Estado, onde me demorei mais de 2 mezes, foi surprehendido com a noticia de se terem aberto os salões do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano a um saráu dansante. Não me parecendo regular que aqui se passem reuniões outras que não as de aggremiações scientificas, litterarias ou da ordem destas, pois não é o Instituto uma casa de diversões, lavro o meu protesto contra esse facto que não está nos moldes, nem de accordo com a indole, os precedentes e as tradições desta associação, alem de que não sendo possivel em casos taes, a fiscalisação necessaria, podem advir damnos em objectos sob nossa guarda.

E faço este protesto por escripto para que não lhe emprestem intenções aleivosas, deturpando-lhe o pensamento, alterando-lhe as palavras e nem a mim se atribuam idéas que não tenho, pois só a elle preside o desejo de manter as tradições desta casa. — Sala das sessões do Instituto A. G. Alagoano em 26 de Agosto de 1913. — Dr. *L. J. da Costa Leite,* Secretario Perpetuo.

Após a leitura deste protesto pediu a palavra o Snr. Moreno Brandão e disse que pensava não se dever acceital-o, porquanto estabelecia ao Snr. Presidente, inhibições que absolutamente não estavam traçadas nos Estatutos. Pensava antes que, por um accordo tacito fraternalmente estabelecido por todos os presentes e do qual o Snr. Presidente já devia estar compenetrado, não se franqueariam mais os salões do Instituto a reuniões de qualquer ordem, não se podendo em hypothese alguma legislar sobre casos passados. — Oram em seguida o prof. Joaquim Ignacio Loureiro, o Dr. Luiz de Mascarenhas e o Dr. Alfredo de Maya, os quaes corroboram o protesto do Dr. Costa Leite.

Seguiu-se com a palavra o Snr. Presidente, que, em justificativa de seu acto, cedendo os salões do Instituto a uma commissão que desejava prestar homenagens ao Dr. José Fernandes de Barros Lima, leu uma carta inserta no *Correio da Tarde* de 26 de Agosto de 1913 a qual, por deliberação da casa para aqui transcrevemos: — A illustrissima Redacção do *Correio da Tarde*. — Rogo o obsequio de retificardes vossa apreciação inserta na edição de sabbado ultimo sobre a posição do Instituto na festa em homenagem ao Vice-Governador do Estado, porquanto nenhuma parte teve nella o Instituto. Não a promoveu, não concorreu para ella, nem se fez nella representar. Solicitado pelo Dr. Propicio Barretto, em nome do Dr. Ignacio Uchôa, Secretario da Agricultura, cedi o salão do Instituto para uma manifestação que altos funccionarios do Estado, com assistencia do Exmo. Snr. Governador, pretendiam fazer ao Vice-Governador. Vi pela honorabilidade dos cavalheiros que tomaram parte na festa e pela escolha de um recinto de pequenas dimensões, que se tratava de uma manifestação de pessoal limitado e selecto, não tive por isso duvida em acceder ao pedido. O Instituto não é um recinto sagrado, vedado aos profanos, onde só possam penetrar os sacerdotes iniciados em seus mysterios, por isso em condições identicas tenho-o cedido, quando o merecem as pessoas que o pedem. Cedi-o para uma conferencia do representante da União Pan-Americana, aliás de caracter publico, aberta a concurrencia livre, ás reuniões dos Irmãos da Santa Casa, a um concerto do artista patricio Corbiniano Villaça, a exposição do festejado pintor alagoano Virgilio Mauricio.

Nestas condições, como agora, os intuitos foram os mesmos. E, se qualquer modo tivesse presentido que esses actos eram desapprovados, teria desde então, por esse motivo, recusado a qualquer. Muito mais proximas de manifestações politicas estiveram as que o Instituto fez a seu benemerito protetor Dr. Euclides Malta; entretanto correm os jornaes da epoca os termos

em que foram feitas: ve-se muito bem que estavam distanciadas da posição politica do Dr. Euclides, não havendo nelle senão o Governador do Estado e o amigo do Instituto.

Como particular, ou como presidente do Instituto, não posso julgar os homens sinão pelo meu criterio individual, sob pena de cahir em erro, mesmo quando os julgue caracterisados por seus proprios companheiros, amigos ou correligionarios. O perigrino da historia que, indagador, visitar os salgueiros do rio da escravidão ha de encontrar de certo o alaude com que choro a decadencia da patria, longe do convivio onde se disputam e destribuem as posições elevadas.

Com as explicações dadas, acho que tereis muito bem comprehendido que não envolvi o Instituto na manifestação ao Vice-Governador do Estado, nem tão pouco lancei uma pedra para a fundação do pedestal de grandezas que não aspiro.

Conheço e me esforço por praticar as regras da polidez e da tolerancia, repilo por indole os processos de engrossamento. Com a publicação desta muito vos agradecerá o patricio amigo *Diégues Junior*.

Pede a palavra em seguida o Snr. Dr. Alfredo de Maya, e solicita do Snr. Presidente que mande vir para o recinto da sessão o retrato do Dr. Euclides Malta, bemfeitor desta aggremiação scientifica. Satisfeito o consocio alludido, verbera o vandalismo do dilaceramento da tela em questão e propõe que o Institito mande fazer uma outra tela. O Snr. Presidente declara já ter entabolado transação com o Dr. Rosalvo Ribeiro, para fazer por sua conta particular, um retrato igual ao dilacerado.

A Assembléa unanimimente patentiou que não lhe era licito acceitar o designio do Snr. Dr. Diégues Junior, devendo correr por conta do Instituto a despeza com o preparo de uma nova tela.

Usando da palavra o Snr. Moreno Brandão, diz que, chegando no Instituto no dia 22 de Agosto lhe fôra mostrado por um empregado daquella associação o estrago feito no retrato do Dr. Euclides Malta.

Não vendo nem um proveito na divulgação do facto, silenciou sobre o mesmo, deixando de leval-o ao conhecimento immediato do Dr. Diégues Junior, por não lhe ter sido possivel a principio fazel-o, onerado como estava de affazeres, e mais tarde para evitar-lhe dissabores, que S. S. já estava colhendo. Entretanto no dia 25 procurou o Dr. Rosalvo Ribeiro, para lhe pedir que se incumbisse da restauração da tela, o que lhe foi recusado. Foi no meio desta perplexidade resultante de sua indignação pelo facto do dilaceramento do quadro em questão, que se divulgou a noticia do vandalismo, contra o qual se associava

a todos os protestos. Por esse motivo propunha que, não sendo possivel a restauração da tela, ou dado o caso de não querer o Dr. Rosalvo Ribeiro, fazer outra igual, se encommendasse fundir um busto em bronze ou um medalhão, de modo que não pairasse no espirito de ninguem a menor duvida sobre os sentimentos de gratidão do Instituto para sanccionar com a sua indiferença um acto de destruição reprovavel.

Pede a palavra o Snr. Dr. Alfredo de Maya, e concordando com alguns dos conceitos expendidos pelo orador que o antecedeu na tribuna sobre o que se refere ao modo de eternisar dentro do Instituto o valor dos serviços prestados pelo Dr. Euclides Malta, requer que se insira na acta um protesto contra o vandalismo que penetrou irreverente até no seio desta aggremiação, para distruir-lhe uma obra de arte. Propõe mais que, ainda visando o mesmo intuito de protesto, seja levantada a sessão.

Orou o Snr. Presidente, solicitando que se adiasse para a sessão vindoura a discussão daquelle assumpto, o que foi *niminé discrepanti,* acceito pela casa.

Pede a palavra o Dr. Luiz de Mascarenhas, e propõe que se telegraphe ao Dr. Euclides Malta, declarando-lhe quaes as providencias tomadas pelo Instituto sobre o desacato que lhe haviam feito em effigie.

Ora o Snr. Moreno Brandão, que lembra a necessidade do Instituto pairar sempre uma esphera serena superior ás paixões que deflagram entre os Partidos, devendo por esse motivo não se emprestar ás medidas tomadas a menor divulgação, para que não se suspeite de sua imparcialidade.

Por esse motivo pensava que um simples officio do Instituto bastaria para significar ao mesmo Dr. Euclides Malta, os sentimentos desta associação.

Acceito este alvitre, o Snr. Prof. Loureiro pede a palavra, e propõe socios effectivos do Instituto Drs. Acacio Umbelino Pereira Pinto e José Antonio Marques.

Esta proposta passou á commissão respectiva.

E nada mais havendo a tratar o Snr. Presidente suspendeu a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta. Em tempo declaro que, após a leitura do protesto do Snr. Dr. Costa Leite, pediu a palavra o Dr. Alfredo de Maya, que propoz fosse o dito protesto considerado como collectivo, o que foi acceito por maioria.

Diégues Junior.
Costa Leite.
Moreno Brandão.

ACTA DA SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL DE 25 DE NOVEMBRO DE 1913

Aos 25 dias do mez de Novembro de 1913, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Alfredo de Maia e Profs. Joaquim Ignacio Loureiro e Moreno Brandão, abriu-se a sessão ás 7 1/2 da noite.

Procedendo-se a leitura da acta da sessão de 26 de Agosto do corrente anno, foi impugnada pelo Snr. Dr. Alfredo de Maya, a omissão de uma proposta sua, consistente em ser considerado collectivo o protesto apresentado na alludida sessão pelo Snr. Dr. Costa Leite.

Verificada a procedencia da reclamação do primeiro daquelles consocios, foi a acta submetida a votos e approvada, depois de inserção de um *addendo* que registrava a proposta do Dr. Alfredo de Maya.

Em seguida o Snr. Secretario Perpetuo lê o expediente, declarando a presidencia que as offertas eram recebidas com especial agrado.

Passando-se a effectuar-se as eleições apurou-se o seguinte resultado:

Para PRESIDENTE: Dr. *Diégues Junior.*
1.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Antonio Francisco de Gouveia.*
2.º VICE-PRESIDENTE: Cel. *Americo de Almeida Guimarães.*
1.º SUPPLENTE: *José Avelino da Silva.*
2.º SUPPLENTE: Dr. *Julio Auto da Cruz Oliveira.*
THESOUREIRO: Conego *João Machado de Mello.*
ORADOR: Dr. *Joaquim Thomaz Pereira Diégues.*
VICE-ORADOR: Dr. *Luiz de Mascarenhas.*

1.ª COMMISSÃO

Dr. Alfredo de Araujo Rego.
Prof. Joaquim Ignacio Loureiro.
Dr. Bernardino de Senna Ribeiro.

2.ª COMMISSÃO

Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.
Dr. Luiz de Mascarenhas.
Dr. Alfredo de Maya.

3.ª COMMISSÃO

Dr. Antonio Pindahyba.
Prof. Luiz Lavenère.
Conego João Machado de Mello.

4.ª COMMISSÃO

Dr. Antonio Francisco de Gouveia.
Dr. Rosalvo Ribeiro.
Dr. Manoel de Sampaio Marques.

5.ª COMMISSÃO

Dr. Socrates de Moraes Cabral.
Dr. Rosalvo Ribeiro.
Prof. Joaquim Ignacio Loureiro.

E nada mais havendo a tratar-se, o Snr. Presidente levantou a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE POSSE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1913

Aos 2 de Dezembro de 1913, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Profs. Joaquim Ignacio Loureiro e Moreno Brandão, o Snr. Presidente abre a sessão ás 7,30 da noite.

Declarou depois que o fim daquella sessão era impossar a Meza Administrativa e Commissões que devem reger os nossos destinos sociaes, sentindo que naquelle dia não fosse ainda possivel dar áquella sessão o caracter de solemnidade que deveria ter, porque ás installações do Instituto ainda não estavam completas, não convindo expor o nosso gremio ao desar de apreciações menos benevolas.

Em seguida, pedindo a palavra o Snr. Dr. Secretario Perpetuo declarou que os seus penosos e multiplos labores o destanciando muitas vezes desta Capital, não lhe deixavam lazeres para elaborar o relatorio que lhe cumpria submeter á apreciação de seus consocios, historiando a vida do Instituto durante o anno social de 1913.

Os socios presentes acceitaram as desculpas do Snr. Dr. Secretario Perpetuo

E nada mais havendo a tratar, o Snr. Presidente suspendeu a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE 17 DE MARÇO DE 1914

Aos 17 de Março de 1914, presentes os Snrs. Conego João Machado de Mello, Profs. Joaquim Ignacio Loureiro e Moreno Brandão e Drs. Costa Leite, Bernardino Ribeiro e Socrates Cabral, assume este por ser o mais antigo dos socios presentes a presidencia, declarando aberta a sessão e determinando que fosse lido o expediente, o que foi feito pelo Snr. Dr. Secretario Perpetuo.

Passando-se a ordem do dia o Snr. Conego João Machado de Mello, apresenta as contas que lhe incumbe prestar na qualidade de Thesoureiro do Instituto. Estas contas foram remetidas a 1.ª Commissão.

Pedindo a palavra o Snr. Moreno Brandão, propõe para socios correspondentes os Snrs. Drs. Helvecio de Andrade, Florentino Telles de Menezes, Alvaro Telles de Menezes e o Snr. Manoel Caetano de Aguiar Brandão, indo a proposta á Commissão respectiva para dar parecer.

E nada mais havendo a tratar o Snr. Presidente suspendeu a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE 14 DE ABRIL DE 1914

Aos quatorze dias do mez de Abril de 1914, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Julio Auto, Luiz de Mascarenhas, Leite e Oiticica, Socrates Cabral, e Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, é pelo Snr. Presidente aberta a sessão, sendo convidado, na ausencia do Dr. Costa Leite, o Dr. Leite e Oiticica, para occupar o logar do Secretario Perpetuo.

Lida a acta da sessão antecedente é posta em discussão e ninguem querendo usar da palavra é posta á votos e unanimimente approvada.

Passando-se a primeira parte da ordem do dia, o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas lê uma proposta mediante a qual são

considerados socios effectivos do Instituto os Snrs. Drs. Antonio Guedes de Miranda, Afranio de Araujo Jorge, Orlando Araujo e Democrito Brandão Gracindo.

O Snr. Presidente declarou que em conformidade com os estatutos estas propostas seriam submetidas a votos na sessão subsequente.

Tomando a palavra o prof. Joaquim Ignacio Loureiro, propoz que se inserisse na acta da sessão um voto de profundo pezar pelo fallecimento do illustre consocio Prof. Nicodemos Jubim.

A proposta é approvada sem discrepancias.

O Snr. Moreno Brandão diz que tendo apresentado propostas para serem considerados socios correspondentes do Instituto os Snrs. Drs. Helvecio de Andrade, Florentino Telles de Menezes, Alvaro Telles, Manoel Caetano de Aguiar Brandão, pedia para que a alludida fosse a votação o que realisado, verificou-se ter sido approvada.

Em seguida o mesmo socio propõe que o Instituto commemore, modestamente embora, o primeiro centenario do nascimento do Barão de Penedo, o qual occorrerá a 26 de Dezembro de 1915.

Foi approvada a iniciativa do Snr. Moreno Brandão, depois de votada.

Passando-se a segunda parte da ordem do dia a Commissão de Finanças apresenta um parecer approvando as contas apresentadas pelo Conego João Machado de Mello e pedindo que se insira na acta um voto de louvor ao mesmo pelo modo criterioso por que tem exercido o cargo de Thesoureiro.

Passando-se a terceira parte da ordem do dia, o Snr. Dr. Leite e Oiticica lê 2 memorias, uma tratando sobre a igreja de N. Senhora da Ajuda, no Engenho Mundahú, e outra recompilando opiniões sobre a diserção de Calabar. Ambas as memorias receberam muitos applausos e palavras de estimulo por parte do Snr. Presidente do Instituto.

E nada mais havendo a tratar-se o Snr. Presidente levantou a sessão, do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 9 DE JUNHO DE 1914

Presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Leite e Oiticica, Mascarenhas e Profs. Moreno Brandão e Ignacio Loureiro, o Snr. Presidente declara aberta a sessão, entrando-se na 1.ª parte da ordem do dia.

Lida a acta é approvada sem discussão, passando o Snr. Dr. Secretario Perpetuo a lêr o expediente que constou de varias offertas recebidas com especial agrado.

Na 2.ª parte da ordem do dia o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas pede a palavra e solicita que seja submetida a votos a proposta que apresentou na sessão de 14 de Abril proximo passado.

Depois de ligeira discussão foi submetida a votos e approvada, sendo escolhido socios por escrutinio secreto e cada um de per si, os Snrs. Drs. Afranio Jorge, Guedes de Miranda, Democrito Gracindo e Orlando Araujo.

Pedindo a palavra o Snr. Dr. Secretario Perpetuo, lembrou que o Instituto Archeologico deve mandar pagar a contribuição mediante a qual deve ser considerado como socio no Congresso de Historia a reunir-se no Rio de Janeiro a 7 de Setembro do corrente anno.

Entrando-se na 3.ª parte da ordem do dia, o Snr. Dr. Leite e Oiticica obtendo a palavra, lê uma memoria intitulada *Pernostico*, em que descreve o typo popular do *Cabocó Suasssuna*, e outra referente a criação e desenvolvimento do Asylo dos loucos.

A leitura desses trabalhos foi concluida entre muitos applausos e calorosas palavras de agradecimento por parte do Snr. Presidente que incitou o Dr. Leite e Oiticica, a continuar nas valiosas pesquizas com que ultimamente tanto tem realçado as sessões do Instituto.

E nada mais havendo a tratar o Snr. Presidente encerrou a sessão, do que para constar, eu, *Francisco Moreno Brandão*, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 14 DE JULHO DE 1914

Presidencia do Dr. Diégues Junior.

Aos 14 dias do mez de Julho de 1914, presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Alfredo de Maya, Luiz de Mascarenhas, Costa Leite, Leite e Oiticica, Bernardino Ribeiro, Antonio de Gouveia, Alfredo Rego, Conego João Machado, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, e numerosa e selecta concurrencia de senhoras e cavalheiros, o Snr. Presidente abre a sessão.

Procede-se a leitura da acta que sem discussão é approvada.

Em seguida o Dr. Luiz de Mascarenhas pedindo a palavra, communica ao Snr. Presidente que se acham na ante-sala os socios recipiendarios Drs. Afranio Jorge, Democrito Gracindo, Guedes de Miranda e Orlando Araujo.

O Snr. Presidente nomeia, para introduzil-os no salão das sessões duas commissões, compostas, a primeira dos Snrs. Drs. Alfredo Rego e Alfredo de Maya, e a segunda dos Snrs. Drs. Bernardino Ribeiro e Leite e Oiticica.

Introduzidos no salão os novos consocios, o Snr. Presidente, num ponderado discurso, dirigi-lhes palavras de affectuosa saudação e caloroso incitamento, sendo muito applaudido.

Falla em seguida o Snr. Dr. Orlando Araujo, que se estende em largas considerações sobre a funcção do Instituto nas pesquizas de ordem historica, ethnographica e geographica, promettendo o concurso de sua mocidade nos trabalhos de nossa aggremiação. Ao terminar, foi S. S. calorosamente applaudido.

Usando depois da palavra o Snr. Dr. Guedes de Miranda, produz uma oração academica, cheia de evocações historicas, feitas em estylo terso e vibrante. Ao concluir, foi o orador applaudido com enthusiasmo.

Seguindo-o na tribuna o Dr. Democrito Gracindo, produzio um discurso substancioso, em que demonstrou o carinho com que tem acompanhado os trabalhos do Instituto e as suas justas reivindicações sobre as quaes se alonga de modo a merecer as palmas ruidosas entre as quaes terminou sua oração.

O Dr. Democrito Gracindo foi succedido na tribuna pelo Dr. Afranio Jorge, que alludiu ás responsabilidades que contraía, vindo fazer parte de uma corporação scientifica a que seu egregio pae dera o lustre do seu talento e o brilho de sua erudição.

Reportou-se ao trabalho inédito sobre a historia de Alagoas deixado pelo seu inesquecivel genitor e finalisou asseverando ao Instituto que não destoaria da tradição que tinha o dever de zelar. As suas ultimas palavras foram cobertas por palmas ruidosas.

Ora o Dr. Luiz de Mascarenhas, saudando com desvanecido enthusiasmo os recipiendarios aos quaes dirige phrases cordialissimas, eloquentes e calorosas que motivam agradavel sensação ao audictorio.

Em seguida o Snr. Presidente dá a palavra a quem della queira usar e não se prevalecendo dessa concessão nem um dos presentes, é encerrada a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL DE 10 DE NOVEMBRO DE 1914

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Aos dez dias do mez de Novembro de 1914, presentes os Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Afranio Jorge, Alfredo de Maya, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, o Snr. Presidente abre a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, é approvada sem discussão, effectuando o Snr. Dr. Secretario Perpetuo a leitura do expediente e declarando o Snr. Presidente que as offertas que do mesmo consta foram recebidas com especial agrado.

Em seguida pede a palavra o Snr. Dr. Leite e Oiticica, e faz considerações sobre uma critica feita ao ultimo numero da *REVISTA* do Instituto por parte de um orgão da imprensa, pedindo a opinião dos socios alli presentes sobre a procedencia ou improcedencia da mesma critica.

Todos a declaram infundada.

Continuando com a palavra S. S. expõe as peripecias que tem estorvado o apparecimento do outro numero da *REVISTA* e, depois de ligeira discussão, ficou assentado que o Snr. Dr. Secretario Perpetuo consultaria a empreza do *Diario de Pernambuco* sobre o preço por quanto faria a edição do nosso orgão.

O Snr. Presidente declarou em acto continuo que não tendo comparecido numero legal para proceder-se a eleição da meza administrativa e das commissões que devem reger o Instituto durante o anno social que decorre de 2 de Dezembro de 1914 a 2 de Dezembro de 1915, convocava uma nova sessão para 17 do corrente.

ACTA DA SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL DE 17 DE NOVEMBRO DE 1914

Presidencia do Dr. Antonio de Gouveia

Aos 17 dias do mez de Novembro de 1914, presentes os Snrs. Drs. Antonio de Gouveia, Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Costa Leite, Conego João Machado, Prof. Moreno Brandão, abre-se a sessão sob a presidencia do Vice-Presidente, Dr. Antonio de Gouveia, por não haver comparecido o Presidente, Dr. Diégues Junior.

Lida a acta da sessão anterior, é approvada sem discussão.

O Snr. Dr. Secretario Perpetuo fez a apresentação de um importante documento conferindo o gráo de soldado e cavalheiro a Sebastião Figueres em 1649, no reino de Hespanha.

Este manuscripto, declarou elle, é offerta do Dr. Leite e Oiticica.

Em seguida o mesmo Dr. Secretario Perpetuo lê o expediente, declarando o Snr. Presidente que as offertas eram recebidas com especial agrado.

Começa depois a proceder-se a eleição da nova Directoria e das varias commissões que tem de reger os destinos sociaes durante o anno social de 1915.

O resultado da eleição foi o seguinte:

PRESIDENTE: Dr. *Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior* (reeleito)
1.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Antonio Francisco de Gouveia* (reeleito)
2.º VICE-PRESIDENTE: Cel. *Americo de Almeida Guimarães* (reeleito)
2.º SECRETARIO: Prof. *Moreno Brandão* (reeleito)
1.º SUPPLENTE: Dr. *Antonio Guedes de Miranda.*
2.º SUPPLENTE: Dr. *Julio Auto da Cruz Oliveira* (reeleito)
THESOUREIRO: Conego *João Machado de Mello* (reeleito)
ORADOR: Dr. *Joaquim Thomaz Pereira Diégues* (reeleito)
VICE-ORADOR: Dr. *Luiz de Mascarenhas* (reeleito).

1.ª COMMISSÃO

Dr. Alfredo Rego
Prof. Joaquim Ignacio Loureiro
Prof. Luiz Lavenère.

2.ª COMMISSÃO

Dr. Leite e Oiticica
Dr. Luiz de Mascarenhas
Dr. Alfredo de Maya.

3.ª COMMISSÃO

Dr. Democrito Brandão Gracindo
Dr. Bernardino Ribeiro
Conego João Machado de Mello.

4.ª Commissão

Dr. Orlando Araujo
Dr. Rosalvo Ribeiro
Dr. Manoel Sampaio Marques.

5.ª Commissão

Dr. Socrates de Moraes Cabral
Dr. Antonio Guedes de Miranda
Dr. Afranio de Araujo Jorge.

E nada mais havendo a tratar, o Snr. Presidente suspendeu a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1915

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Presentes os Drs. Diégues Junior, Orlando Araujo, Guedes de Miranda, Democrito Gracindo, Costa Leite, Afranio Jorge, Luiz de Mascarenhas, Conego João Machado, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Loureiro, o Snr. Presidente abre a sessão.

O Snr. Dr. Costa Leite participa que o Dr. Leite e Oiticica deixa de comparecer por se achar doente.

É lida a acta da sessão anterior, posta em discussão e submetida a votos, sendo approvada.

O Snr. Presidente agradece a sua reeleição e declara empossada a nova Directoria.

Pede a palavra o Snr. Dr. Secretario Perpetuo e lê o relatorio da vida do Instituto durante o anno de 1914.

E por nada mais haver a tratar o Snr. Presidente suspendeu a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 9 de Março de 1915.

Diégues Junior — Presidente
Costa Leite — Secretario Perpetuo
Francisco Moreno Brandão.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 9 DE MARÇO DE 1915

Presidencia do Dr. Diégues Junior

Presentes os Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Julio Auto, Leite e Oiticica e os Snrs. Conego João Machado, Profs. Moreno Brandão e Ignacio Loureiro, abre-se a sessão.

Lida a acta é approvada.

Procede-se a leitura do expediente, declarando o Snr. Presidente que as offertas são recebidas com especial agrado.

Em seguida o Snr. Presidente apresenta as contas relativas ao anno de 1914, as quaes vão ás commissões respectivas para elaborar parecer.

E por não haver mais nada a tratar o Snr. Presidente suspende a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 11 de Maio de 1915.

Mel. Bal. P. Diégues Junior
Costa Leite, Sec. Perpetuo
Francisco Moreno Brandão.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 11 DE MAIO DE 1915

Presentes os Snrs. Drs. Diégues Junior, Costa Leite, Luiz de Mascarenhas, Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Leite e Oiticica, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, faltando com causa participada o Snr. Conego João Machado, abre-se a sessão.

Procede-se a leitura da acta, que é approvada sem discussão.

Em seguida o Dr. Secretario Perpetuo lê o expediente que consta das seguintes offertas: *XIV Alexandrinos,* pelo Dr. Jorge de Lima, offerta do autor; *Scenas Populares,* por J. Galeno. *Photographias do Minho,* por José Augusto Vieira, *Scentelhas,* por Victoriano Palhares, *Preleções de direito publico universal,* pelo Dr. Silveira de Souza, *Grammatica portoghese,* por Saolo Di G. M., *Mappa Geral do Estado de S. Paulo,* offertas do Dr. Silverio Lins Filho; *Archivo do Coronel Pedro Paulino da Fonseca,* constante de 35 volumes manuscriptos referentes á historia e á geographia de Alagoas, *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo*

Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Memoria sobre Calabar, pelo Dr. José Antonio Duarte, *Relatorio com que o Governador do Estado de Alagoas, Coronel Pedro Paulino da Fonseca passou a administração ao 1.º Vice-Governador Dr. Roberto Calheiros de Mello, em 25 de Outubro de 1892, Assembléas legislativas provinciaes das Alagoas*, pelo Dr. Olympio de Arroxelas Galvão, *Memoria historica da fundação dos conventos das Alagoas*, pelo Coronel Pedro Paulino da Fonseca, *Barão de Alagoas*, pelo Dr. João Siqueira Cavalcante, *O Homem perante a Historia*, pelo Dr. João Francisco Dias Cabral, *O 7 de Abril não contemplado entre os dias de festividade nacional*, por Luiz Francisco da Veiga, *Exposição do grande quadro historico do acto solemne da assignatura da Constituição offerecido ao 1.º Congresso da Republica dos Estados Unidos do Brasil pela directoria da Sociedade Portugueza de Beneficencia no Rio de Janeiro, Relatorio de diversos trabalhos de propaganda da immigração e colonisação nos Estados do Norte da Republica*, offerecidos pelo Coronel Clodoaldo da Fonseca; *Os Estados da Republica*, por Sebastião Paraná, offerta do autor; *Epitome da historia da Parahyba*, pelo Dr. Manoel Tavares Cavalcante, offerta do autor; *La violation de la neutralité belge et luxembourguese par l'Allemagne*, por André Weiss, *Qui a voulu la guerre?* por E. Durkheim et Denis, *Les crimes allemands d'après des temoignages allemands*, por Joseph Bédier, offertas da Camara do Commercio de Paris; pelas respectivas redacções: *Electricidade e Mechanica*, revista scientifica de engenharia pratica e de ensino technico, Lisbôa, *A Cultura allemã*, revista mensal illustrada, *Mensageiro da Fé*, Bahia; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro; O *Estado de S. Paulo*, *O Estandarte*, S. Paulo; *Estrella Polar*, Minas Geraes: *Unitario*, Ceará; *Provincia*, *Lanceta*, Recife; *A Semana*, *Jornal de Penedo*, Penedo; *Gazeta de Muricy; Jornal de Alagoas*, *O Dia*, *Semeador*, *Diario Official*, *Alagoas*, da Capital.

O Snr. Presidente declarou que as offertas eram recebidas com especial agrado.

Passando-se a segunda parte da ordem do dia, pede a palavra o Snr. Dr. Guedes de Miranda, que fazendo referencias enthusiasticas ao mallogrado artista Rosalvo Ribeiro, pede que se insira na acta um voto de profundo pezar pelo fallecimento do illustre mestre da pintura em Alagoas.

Secundando o orador na maneira de se referir a Rosalvo Ribeiro, o Snr. Presidente declara que o Instituto não regateou homenagens á memoria do illustre consocio fazendo-se representar em seu enterro por uma commissão de seis membros e depositando sobre o seu ataúde uma custosa grinalda com a seguinte inscripção:

A Rosalvo Ribeiro

Ao primoroso artista gloria de sua patria. Ao socio prestimoso.

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

Pede a palavra o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas, que, acceitando a proposta do Dr. Guedes de Miranda, por sua vez tambem propõe que sejam na presente sessão assentadas as homenagens definitivas que o Instituto, no desempenho de um dever imperioso, deve prestar ao egregio compatriota recem-fallecido.

Generalisando-se a discussão, entre differentes alvitres, torna-se vencedor o que manda collocar o retrato de Rosalvo Ribeiro, na galeria do Instituto e erigir sobre o seu tumulo um modesto monumento.

Passando-se á terceira parte da ordem do dia, o Dr. Leite e Oiticica lê a parte inicial de um trabalho de sua lavra intitulado *Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga.*

Nesse trabalho o illustrado consocio faz uma excellente resumpta da revolução conhecida pelo nome de *Cabanada,* principalmente na parte referente aos successos que durante a mesma revolução e motivados por ella, occorreram em Alagoas.

A muitos outros factos como os acontecidos em 1824, se referiu o Dr. Leite e Oiticica, a quem o Instituto vae dever um trabalho de largo folego sobre o Commendador Pitanga.

A leitura do *Memorial Biographico* foi concluida entre significativos applausos.

Em seguida e por nada mais haver a tratar, o Snr. Presidente suspende a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 25 de Maio de 1915.

ACTA DA SESSÃO DE 25 DE MAIO DE 1915

Presidencia do Prof. Joaquim Loureiro

Presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Julio Auto, Democrito Gracindo, Orlando Araujo, Guedes de Miranda, Luiz de Mascarenhas, Afranio Jorge, Costa Leite, e Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, abre-se a sessão sob a presidencia deste ultimo, por não haver comparecido o Presidente e ser o mesmo Prof. Loureiro o socio mais antigo.

É lida, posta em discussão e approvada a acta da sessão anterior.

Em seguida passa-se a lêr o expediente que consta das seguintes offertas: Officio circular do Dr. Alfredo Uchôa, communicando a sua investidura no cargo de Secretario Geral do Estado; Officio circular do Padre Pedro Pacifico, communicando a installação do Senado Alagoano e a eleição da meza e Commissões; Carta circular da S. Recreativa Instructora Viçosense, communicando a posse da Directoria que tem de reger os destinos desta sociedade no periodo social de 1915 a 1916; Pelo Ministerio da Agricultura: *Climatologia do Brasil, Registro Civil Brasileiro, Projecto da lei precedido de uma exposição de motivos,* organisado por Manoel Coelho Rodrigues, *Estudo Estatistico do movimento do Registro Geral da Propriedade Immovel no Districto Federal,* por Mario Augusto Teixeira de Freitas e Melchiades Gonçalves; *Força Policial Militar; Estatistica Eleitoral da Republica dos Estados Unidos do Brasil;* Administração. Pelas respectivas redacções: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro; *O Estandarte,* S. Paulo; *Estrella Polar,* Minas Geraes; *A Provincia. A Lanceta,* Pernambuco; *Correio de S. Francisco,* Penedo; *Jornal de Alagoas, Semeador, Diario Official, O Alagoas, O Dia,* da Capital; *Boletim Salesiano,* Italia.

Entrando-se na 1.ª parte da ordem do dia pede a palavra o Snr. Dr. Democrito Gracindo, que apresenta uma proposta escolhendo socios effectivos do Instituto os Snrs. Drs. Guedes Lins e Barbosa Junior.

Esta proposta alem da assignatura do Dr. Democrito Gracindo contem mais as dos Snrs. Drs. Orlando Araujo, Luiz de Mascarenhas, Guedes de Miranda, Afranio Jorge e Julio Auto.

O Snr. Moreno Brandão apresentou uma proposta pela qual eram admitidos como socios correspondentes o Conego Dr. Theotonio Ribeiro e Silva, residente em Penedo, e o Snr. Wenceslau de Almeida, residente na villa do Parahyba.

O Snr. Presidente declarou que de accordo com os estatutos, estas propostas seriam submetidas a votação por escrutinio secreto na sessão vindoura.

Em seguida pede a palavra o Dr. Guedes de Miranda, e diz que tendo desapparecido da communhão dos vivos o Dr. Rosalvo Ribeiro, a quem estava incumbido o preparo de uma nova tela, mediante a qual ficassem accentuados não só os sentimentos de gratidão do Instituto para com o Dr. Euclides Malta, como tambem o nosso protesto contra o vandalismo praticado em nossos salões contra um quadro magistralmente executado, pedia que fossem tomadas providencias no sentido de serem realizados aquelles designios de nossa aggremiação.

Pedindo a palavra o Snr. Moreno Brandão, declara-se autorisado por Mme. Rosalvo Ribeiro a offerecer ao Instituto o esboço do retrato do Dr. Euclides Malta, preparado pelo nosso eximio pintor.

Passando-se a 2.ª parte da ordem do dia, tem a palavra o Dr. Leite e Oiticica, para proseguir na leitura do *Memorial Biographico do Commendador Rodrigues Pitanga.*

Esse trabalho foi ouvido com o maximo interesse por, alem de outros meritos, encerrar o de fazer a exposição documentada dos factos referentes a revolução de 1824, estudada á luz de valiosos testimunhos. O orador foi muito applaudido.

E nada mais havendo a tratar o Snr. Presidente levantou a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 8 de Junho de 1915.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 8 DE JUNHO DE 1915

Presidencia do Prof. Ignacio Loureiro

Aos 8 dias do mez de Junho de 1925, presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Afranio Jorge, Democrito Gracindo, e Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, assume este de accordo com os estatutos e por por ser o socio mais velho, a presidencia, por não estar presente o Dr. Diégues Junior, e na falta do Secretario Perpetuo, passa a occupar a sua cadeira o 2.º Secretario, por sua vez substituida pelo Dr. Guedes de Miranda.

Aberta a sessão, procedeu-se a leitura da acta de 25 de Maio a qual é unanimimente approvada.

Em seguida o Snr. Secretario Perpetuo, Interino, passa a lêr o expediente, que constou do seguinte:

Offertas pelas respectivas redacções do: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro; *Cidade de S. Paulo, O Estandarte*, S. Paulo; *Mensageiro da Fé*, Bahia; *Correio de S. Francisco, A Semana*, Penedo; *A Estrella Polar*, Minas Geraes; *Jornal de Alagoas, Diario Official, Semeador, O Alagoas O Dia*, da Capital.

O Snr. Presidente declarou que as offertas eram acceitas com especial agrado.

Entrando-se na 1.ª parte da ordem do dia, pede a palavra o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas e propõe que sejam suppressos os cargos de Orador e Vice-Orador do Instituto, declarando

que seja qual for a deliberação da Assembléa, renunciará o cargo de Vice-Orador.

Pede a palavra o Dr. Guedes de Miranda que impugna a proposta do Dr. Luiz de Mascarenhas, principalmente no que concerne a sua renuncia.

Oram a respeito do mesmo assumpto e successivamente os Drs. Mascarenhas, Democrito Gracindo, Leite e Oiticica, que lê a respeito do caso em lide varios artigos dos Estatutos.

Falla em seguida sobre a alludida questão o Prof. Joaquim Ignacio Loureiro, resolvendo-se que para solução da mesma, fosse aguardado o *veredictum* da assembléa geral, pedindo o Dr. Luiz de Mascarenhas, que ficasse consignado na acta o seu proposito de renunciar o cargo de Vice-Orador do Instituto.

Procede-se depois a votação das propostas feitas para que sejam escolhidos socios effectivos do Instituto os Drs. Guedes Lins e Barbosa Junior.

Estas propostas foram approvadas por unanimidade.

Submetida a votos uma outra proposta em que é escolhido socio correspondente o Conego Dr. Theotonio Ribeiro e Silva, é tambem approvada por unanimidade.

Passando-se a 2.ª parte da ordem do dia, pede a palavra o Dr. Leite e Oiticica, para continuar a leitura do *Memorial Biographico do Commendador Leite Pitanga.*

Esse trabalho foi ouvido com interesse crescente por elucidar varias passagens obscuras de nossa historia regional.

E por nada mais haver a tratar, eu, *Antonio Guedes de Miranda*, 2.º Secretario interino, lavrei a presente acta, em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 22 DE JUNHO DE 1915

Presidencia do Snr. Conego Machado de Mello

Aos 22 dias do mez de Junho de 1915, presentes os Snrs. Drs. Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Leite e Oiticica, Costa Leite, Conego João Machado de Mello, e Prof. Moreno Brandão, assume a presidencia o Rvmo. Snr. Conego João Machado, por não haver comparecido o Dr. Diégues Junior, Presidente effectivo.

É lida e approvada sem discussão a acta da sessão anterior.

O Snr. Dr. Secretario Perpetuo lê o expediente, que constou do seguinte: Carta-circular do 1.º Secretario do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, communicando que, em sessão ordinaria, se empossou a directoria ultimamente eleita para gerir os destinos desse Instituto no anno de 1915 a

1916; *Crepusculo de ouro e sangue,* por Jayme d'Altavilla, offerta do autor; *Noites de Lamego,* Castello Branco, *Harmonias Fantasticas,* Souza Viterbo, *Manoel Beckman,* Domingos da Fonseca, *Preleções de Jo. Gottlieb Heinecio aos elementos do direito civil, segundo a ordem das Instituitas,* traduzidas em portuguez por Emilio Duperron, offertas do Dr. Silverio Lins Filho; *Revista* do Instituto Historico e Geographico da Bahia, Vol. X. N.º 41. Pelas respectivas redacções: *A Lanceta, A Provincia,* Pernambuco; *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro; *Mensageiro da Fé,* Bahia; *Unitario,* Ceará; *Estrella Polar,* Minas Geraes; *O Estandarte,* S. Paulo; *A Semana, Jornal de Penedo, O Correio do S. Francisco,* Penedo; *Jornal de Alagoas, Diario Official, Semeador,* e *O Dia,* da Capital.

Entrando-se na primeira parte da ordem do dia, pede a palavra o Snr. Dr. Guedes de Miranda, e propõe que sejam reformados os estatutos desta aggremiação.

Submetida a discussão e a votação essa proposta, foi acceita, sendo nomeada a commissão seguinte para a reforma: Drs. Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Luiz de Mascarenhas e Prof. Moreno Brandão.

Passa-se a segunda parte da ordem do dia.

A commissão respectiva apresenta o seu parecer sobre as contas do exercicio passado, as quaes foram approvadas.

Entrando-se na terceira parte da ordem do dia, o Snr. Dr. Leite e Oiticica obtem a palavra, para proseguir na leitura do *Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga,* trabalho que foi muito applaudido.

E por nada mais haver a tratar, o Snr. Presidente encerrou a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 24 DE AGOSTO DE 1915

Presidencia do Prof. Ignacio Loureiro

Aos 24 dias do mez de Agosto de 1915, presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Julio Auto, Guedes de Miranda, Afranio Jorge, Orlando Araujo, Costa Leite e Profs. Moreno Brandão e Ignacio Loureiro, assume este a presidencia, por não haver comparecido o Presidente effectivo.

Aberta a sessão, o Snr. 2.º Secretario procede a leitura da acta, que é approvada unanimemente sem discussão.

O Dr. Secretario Perpetuo lê o expediente que consta do seguinte:

Carta-circular do Snr. Corbiniano Lopes da Silva, communicando que assumiu a presidencia da Sociedade Gladiantes; Carta-circular do Snr. Benett, communicando que de 27 de Dezembro de 1915 a 8 de Janeiro de 1916, celebrar-se-á em Washington o 2.º Congresso Scientifico Pan-americano, para o qual solicita a cooperação deste Instituto, pedindo que o mesmo envie um Delegado e um supplente, para participarem das sessões do Congresso; Carta-circular do Dr. Ignacio Calmon, Secretario geral da Sociedade de Agricultura Alagoana, participando que foram impossadas a nova Directoria e as Commissões permanentes da mesma sociedade e do Syndicato Agricola de Alagoas, para o biennio que ha de terminar em 30 de Junho de 1917; Carta-circular do Snr. José Macario Filho, 2.º Secretario da Sociedade Perseverança e Auxilio dos Empregados do Commercio, communicando a mudança da mesma sociedade para o seu predio á rua 15 de Novembro; *Comment les Austro-Hungrois on fait la guerre en Serbie,* por R. A. Reiss; *Pratique et doctrine allemandes de la guerre,* por E. Lavisse e Ch. Andler; *The Periodical,* Londres; Programma preliminar do 2.º Congresso Scientifico Pan-americano que se reunirá em Washington, de 25 de Dezembro de 1915 a 8 de Janeiro de 1616; Bolhetim official *du bureau de venseigments du Brésil á Paris; Brazão das armas de Sergipe,* por Silvio Cravo, offerta do autor; *A Cultura allemã,* Revista mensal, Bahia; *Revista Americana,* Ns. 1, 2, 3, 4, Vol. 5.º, Rio de Janeiro; *Revista* do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo especial consagrado ao primeiro Congresso Nacional de Historia.

Pelas respectivas redacções: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro; *A Lanceta, A Provincia,* Pernambuco; *A Cidade de S. Paulo, O Estandarte,* S. Paulo; *Unitario,* Ceará; *A Estrella Polar,* Minas Geraes; *Jornal de Penedo, A Semana,* Penedo; *Jornal de Alagoas, Diario Official, Semeador, O Dia* e *Imparcial,* da Capital.

O Snr. Presidente interino declarou que as offertas eram recebidas com especial agrado.

Em seguida pede a palavra o Snr. Secretario Perpetuo que lê uma longa noticia sobre a reunião do 4.º Congresso Brasileiro de Geographia, a reunir-se no Recife, de 7 a 16 de Setembro de 1915; e um telegramma referente ao mesmo assumpto.

Depois dessa leitura, S. S. lembra que o Instituto deve nomear uma commissão para represental-o no alludido Congresso e, após alguns alvitres, foram escolhidos para a referida commissão os Drs. Afranio Jorge, Julio Auto e Costa Leite.

Entra-se na primeira parte da ordem do dia.

Pede a palavra o Dr. Costa Leite, que propõe não só a inserção na acta de um voto de profundo pezar pelo fallecimento do Dr. Antonio de Gouveia, como tambem que se suspenda a sessão em homenagem ao inolvidavel morto.

Submetida a discussão a proposta, recebeu geral acquiecencia, sendo approvada por unanimidade.

Depois de marcada uma sessão para o dia 31 do expirante, suspende-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 28 de Setembro de 1915.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 28 DE SETEMBRO DE 1915

Presidencia do Prof. Joaquim Ignacio Loureiro

Aos 28 dias do mez de Setembro de 1915, presentes os Snrs. Profs. Joaquim Ignacio Loureiro e Moreno Brandão, Conego João Machado de Mello e os Drs. Orlando Araujo, Luiz de Mascarenhas, Guedes de Miranda, abre-se a sessão, assumindo a presidencia, na falta do Presidente effectivo, o primeiro dos socios mencionados.

Procede-se a leitura da acta, que é, sem discussão, approvada unanimimente.

O Snr. 2.º Secretario, no exercicio das funcções de Secretario Perpetuo, lê o seguinte expediente:

Carta-circular da commissão organisadora do 4.º Congresso Brazileiro de Geographia, convidando o Instituto para assistir as sessões solemnes de abertura e incerramento do mesmo Congresso, as quaes deverão se realizar, respectivamente, a 7 e 16 de Setembro, ás 13 horas, no edificio da Camara dos Deputados, á rua Visconde do Rio Branco; Um cartão da commissão organisadora do 4.º Congresso Brazileiro de Geographia conferindo ao Instituto a categoria de membro do alludido Congresso; Boletim da Sociedade Geographica de Lima, tomo XXX, Perú.

Pelas respectivas redacções: *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro; *Unitario,* Ceará; *A Lanceta e A Provincia,* Pernambuco; *O Estandarte,* S. Paulo; *Estrella Polar,* Minas Geraes; *Jornal de Penedo, Correio do S. Francisco* e *A Semana,* Penedo; *Jornal de Alagoas, Diario Official, Semeador, O Dia, Imparcial* e *Diario do Povo,* da Capital; Officio do nosso confrade José Avelino da Silva, offerecendo ao Instituto o original de uma carta do Dr. José Justiniano de Castilho Brandão, na qual se trata de um accordo que, em 1870,

foi feito em Entre-Montes, na então provincia das Alagoas, entre a familia Brandão e outras pessoas do logar para alforriarem na pia baptismal os que fossem nascendo daquella data em diante e tambem os adultos. Termina lembrando a esta corporação a conveniencia de ser publicada a referida carta no proximo numero de sua *REVISTA*.

Entra-se na primeira parte da ordem do dia, o Snr. Dr. Guedes de Miranda propõe que seja marcado o dia da recepção dos novos consocios, Drs. Guedes Lins e Barbosa Junior.

Ficou resolvido que a alludida recepção dar-se-ia a 12 de Outubro proximo vindouro, sendo escolhido para fazer o discurso de recepção o Dr. Orlando Araujo.

O Dr. Luiz de Mascarenhas propõe que seja inserido na acta um voto de pezar pelo assasinio do General Pinheiro Machado, expendindo-se um telegramma a D. Brazilina Machado, e outro ao Senado Brazileiro, dando-lhes condolencias pela victimação do illustre Senador.

Os Snrs. Drs. Orlando Araujo, Luiz de Mascarenhas, Prof. Moreno Brandão e Conego João Machado de Mello, submetem á deliberação da casa uma proposta de dois socios effectivos. Essa proposta, de accordo com os Estatutos, ficou dependente de ulterior votação.

O Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas propõe que seja inserido na acta um voto de pezar pelo fallecimento do egregio escriptor portuguez Ramalho Ortigão, sendo esta proposta unanimimente approvada.

E por nada mais haver a tratar, suspendeu-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 12 de Outubro de 1915.

ACTA DA SESSÃO SOLEMNE DE RECEPÇÃO EFFECTUADA —:-:-: A 12 DE OUTUBRO DE 1915 :-:-:—

Presidencia do Prof. Joaquim I. Loureiro

Aos 12 dias do mez Outubro de 1915, presentes os Snrs. Drs. Orlando Araujo, Democrito Gracindo, Bernardino Ribeiro, Luiz de Mascarenhas, Leite e Oiticica, Costa Leite, Guedes de Miranda, Conego João Machado, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, este, no impedimento do Presidente effectivo e por ser o socio mais antigo, assume a presidencia e abre a sessão.

É lida e sem discussão unanimimente approvada a acta da sessão anterior.

Em acto continuo o Snr. Prof. Ignacio Loureiro nomeia uma commissão composta dos Snrs. Drs. Bernardino Ribeiro, Democrito Gracindo e Leite e Oiticica, para introduzirem no recinto os socios recem-eleitos Drs. Barbosa Junior e Guedes Lins, aos quaes saúda com palavras eloquentes, allusivas á recepção dos mesmos confrades na data do descobrimento da America.

Pedindo a palavra o Snr. Dr. Barbosa Junior, lê um primoroso discurso, que termina entre palmas.

Seguio-se com a palavra o Dr. Guedes Lins, que tambem foi calorosamente saudado ao terminar seu discurso.

A ambos os recipiendarios respondeu de modo brilhante o Dr. Orlando Araujo.

E por nada mais haver a tratar, suspendeu-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

Approvada em sessão de 26 de Outubro de 1915.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 15 DE OUTUBRO DE 1915

Presidencia do Dr. Leite e Oiticica

Aos 15 dias do mez de Outubro de 1915, presentes os Snrs. Drs. Barbosa Junior, Bernardino Ribeiro, Alfredo Rego, Guedes de Miranda, Luiz de Mascarenhas, Julio Auto, Costa Leite, Leite e Oiticica, Socrates Cabral, Conego João Machado de Mello, Profs. Ignacio Loureiro e Moreno Brandão, abre-se a sessão sob a presidencia do Dr. Leite e Oiticica.

Pede a palavra o Dr. Costa Leite, que disserta sobre o motivo da reunião extraordinaria do Instituto, perguntando se deve ser feita a reforma da séde social desta aggremiação, ou se deve ser eregido um novo predio para a construcção do qual dispõe o Instituto da inportancia de 24:511$650.

Pedindo a palavra o Snr. Moreno Brandão, propõe que se adapte o predio actual do Instituto aos seus mistéres, reservando-se a somma de dez contos de réis para as necessidades vindouras.

O Dr. Luiz de Mascarenhas opina que se dê o predio ao governo, com o qual se entenderá uma commissão, recebendo-se em permuta o terreno onde deveria ser erigida a Escola Normal, alem de 15 ou 20 apolices irresgataveis de 5% ao anno.

Fallam o Dr. Bernardino Ribeiro e o Conego Machado de Mello, que abundam mais ou menos nas considerações do Dr. Luiz de Mascarenhas.

Para entender-se com o Governador do Estado a esse proposito foi nomeada uma commissão composta dos Snrs. Conego Machado, Luiz de Mascarenhas, Socrates Cabral e o Dr. Secretario Perpetuo, a qual se deu a faculdade de permutar a séde do Instituto pelo antigo predio da Boa Vista.

Em seguida o Dr. Costa Leite pede a palavra e diz que, diante da reforma dos Estatutos que marcaria uma nova era para esta instituição, precisava consultar o Instituto sobre o caso de alguns consocios que considerava demissionarios, perguntando se os mesmos deveriam ou não ser eliminados.

O Snr. Presidente interino pergunta o segunite: *a)* Si devem ser considerados socios aquelles que nunca tomaram posse; *b)* Si devem ser inqueridos os socios que nunca prestaram serviços, sobre si querem continuar a pertencer ao Instituto ou si renunciam a seus logares, sendo a falta de resposta, no prazo de 30 dias, considerada renuncia; *c)* Si devem passar a correspendentes aquelles socios que se retiraram do Instituto.

E por nada mais haver a tratar, levantou-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE OUTUBRO DE 1915

Presidencia do Snr. Conego João Machado de Mello

Aos 26 dias do mez de Outubro de 1915, presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Guedes Lins, Orlando Araujo, Barbosa Junior, Julio Auto, Conego João Machado de Mello e Prof. Moreno Brandão, abre-se a sessão.

Procede-se a leitura da acta da sessão solemne de 12 de Outubro, a qual é approvada sem discussão.

Em seguida procede-se a leitura da acta da sessão de 15 de Outubro. Posta em discussão, pede a palavra o Snr. Dr. Luiz de Mascarenhas e diz que, em rectificação do topico em que se affirmava que o Instituto nomeara uma commissão para tratar da permuta da séde actual da nossa associação pelo antigo predio sito á rua Boa-Vista, deixa patente que a resolução tomada foi a seguinte: nomear uma commissão para conferenciar com os chefes do poder executivo estadual e do municipal sobre a terminação das obras do Instituto e sobre a indemnisação pelo terreno que lhe foi tomado para via publica, e bem assim acerca da reivindicação do predio da Boa-Vista, consultada a respectiva escriptura de acquisição, e a respeito da possibilidade de troca do edificio de nosso gremio pelo terreno destinado á

construcção da Escola Normal, mediante indemnisação razoavel ao Instituto.

A commissão deverá trazer o resultado de sua conferencia para sobre elle ser deliberado em occasião opportuna.

Passa-se em seguida a leitura do expediente constante de varias offertas que o Snr. Presidente declara são recebidas com especial agrado.

Tratando-se em seguida de um convite feito pelo Montepio dos Artistas Alagoanos para o Instituto se fazer representar na sessão de posse de sua nova Directoria, o Snr. Presidente designa para o alludido fim uma commissão composta dos Snrs. Drs. Guedes Lins, Barbosa Junior e Orlando Araujo.

Sendo submetida a votos uma proposta mediante a qual eram admittidos dois novos socios effectivos, é approvada na parte que se refere ao Dr. Aloysio Menezes, sendo modificada na parte que se refere ao Exmo. e Rvmo. Snr. Bispo Diocesano, o qual foi eleito socio honorario.

O Snr. Presidente marcou o dia 15 de Novembro para a posse do Dr. Aloysio Menezes, cujo discurso de recepção será respondido pelo Dr. Guedes de Miranda.

Passando-se á 3.ª parte da ordem do dia, toma a palavra o Dr. Leite e Oiticica que prosegue na leitura do *Memorial Biographico do Commendador Pitanga.*

E por nada mais haver a tratar, levanta-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão,* lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO SOLEMNE DE 15 DE NOVEMBRO DE 1915

Presidencia do Snr. Ignacio Loureiro

Presentes os Snrs. Conego João Machado, Drs. Julio Auto, Guedes de Miranda, Mascarenhas, Democrito Gracindo, Orlando Araujo, Costa Leite, Guedes Lins, e Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, que assume a presidencia na falta do Presidente effectivo, abre-se a sessão.

O Snr. Presidente nomeia, para introduzir no recinto o socio recem-eleito Dr. Aloysio de Menezes, uma commissão composta dos Snrs. Drs. Luiz de Mascarenhas e Julio Auto, e do Conego João Machado de Mello.

Tomando a palavra o Dr. Aloysio Menezes, lê um brilhante discurso, que mereceu, ao finalisar, calorosas demonstrações de applauso.

Falla em seguida, respondendo ao recipiendario, o Dr. Guedes de Miranda, que foi muito applaudido.

Ora tambem o Snr. Presidente, congratulando-se com o socio recem-admittido e felicitando-o por haver introduzido a praxe de elogiar aquelle a quem vinha succeder.

Depois de marcar para o dia 19 uma sessão de assembléa geral, na qual se deveria proceder a eleição da Directoria e das Commissões que devem reger os destinos do Instituto, de Dezembro de 1915 ao mez de Dezembro de 1916, o Snr. Presidente suspende a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL DE 19 DE NOVEMBRO DE 1915

Aos 19 dias do mez de Novembro de 1915, presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Orlando Araujo, Luiz de Mascarenhas, Aloysio Menezes, Guedes de Miranda, Democrito Gracindo, Alvaro Rego, Guedes Lins, Barbosa Junior, Conego Machado, Profs. Moreno Brandão e Joaquim Ignacio Loureiro, abre-se a sessão sob a presidencia deste ultimo.

Lidas as actas das sessões de 26 de Outubro e de 15 de Novembro do corrente anno, são approvadas sem discussão.

Procedendo-se a leitura do expediente, o Snr. Presidente declara que as offertas são recebidas com especial agrado.

Passa-se em seguida a effectuar a eleição, cujo resultado é o seguinte:

PRESIDENTE: Dr. *Diégues Junior*, 15 votos.
1.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Leite e Oiticica*, 14 votos.
Conego *João Machado*, 1 voto.
2.º VICE-PRESIDENTE: Conego *João Machado*, 10 votos.
Dr. *Bernardino Ribeiro*, 3 votos.
Prof. *Joaquim Loureiro*, 2 votos.
2.º SECRETARIO: Prof. *Moreno Brandão*, 7 votos.
Dr. *Guedes Lins*, 5 votos.
Dr. *Guedes de Miranda*, 2 votos.
Dr. *Barbosa Junior*, 1 voto.
1.º SUPPLENTE: Dr. *Guedes Lins*, 2 votos.
Dr. *Barbosa Junior*, 1 voto.
Dr. *Guedes de Miranda*, 2 votos.

2.º SUPPLENTE: Dr. *Barbosa Junior*, 2 votos.
Dr. *Julio Auto*, 12 votos.
Dr. *Democrito Gracindo*, 1 voto.
ORADOR: Dr. *Luiz de Mascarenhas*, 13 votos.
Dr. *Guedes Lins*, 1 voto.
Dr. *Aloysio Menezes*, 1 voto.
THESOUREIRO: Dr. *Aloysio Menezes*, 14 votos.
Dr. *Democrito Gracindo*, 1 voto.

Verificado o resultado da eleição, o Snr. Presidente proclama eleita a seguinte mesa administrativa:

PRESIDENTE: Dr. *Diégues Junior* (reeleito).
1.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Leite e Oiticica*.
2.º VICE-PRESIDENTE: Conego *Machado de Mello*.
2.º SECRETARIO: Prof. *Moreno Brandão* (reeleito).
1.º SUPPLENTE: Dr. *Barbosa Junior*.
2.º SUPPLENTE: Dr. *Julio Auto*.
ORADOR: Dr. *Luiz de Mascarenhas* (reeleito).
VICE-ORADOR: Dr. *Orlando Araujo*.
THESOUREIRO: Dr. *Aloysio Menezes*.

Em seguida são acclamadas as seguintes commissões:

1.ª COMMISSÃO

Dr. Alfredo Rego
Prof. Joaquim Loureiro
Dr. Orlando Araujo.

2.ª COMMISSÃO

Dr. Bernardino Ribeiro
Dr. Guedes de Miranda
Dr. Barbosa Junior.

3.ª COMMISSÃO

Dr. Democrito Gracindo
Dr. Guedes Lins
Dr. Alfredo Rego.

4.ª COMMISSÃO

Dr. Sampaio Marques
Dr. Guedes Lins
Dr. Socrates Cabral.

5.ª Commissão

Dr. Socrates Cabral
Dr. Guedes Lins
Dr. Afranio Jorge.

Em seguida pede a palavra o Dr. Democrito Gracindo e propõe que o Snr. Presidente nomeie uma commissão para elaborar theses concernentes aos assumptos peculiares aos fins do Instituto, as quaes deverão ser discutidas no anno proximo vindouro.

Approvada sem discussão a proposta, o Snr. Presidente nomeia para o fim mencionado a seguinte commissão:

Dr. Democrito Gracindo
Dr. Alvaro Rego
Dr. Bernardino Ribeiro
Dr. Guedes Lins
Dr. Guedes de Miranda.

Pede a palavra o Snr. Prof. Moreno Brandão que declara ter satisfeito a incumbencia que lhe foi dada pelo nosso gremio, relativamente ao centenario do Barão de Penedo, dizendo achar-se preparado para no dia 26 de Dezembro proximo vindouro lêr o elogio biographico do alludido conterraneo.

E por nada mais haver a tratar, suspende-se a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO SOLEMNE DE 2 DE DEZEMBRO DE 1915

Presidencia do Prof. Ignacio Loureiro

Presentes os Snrs. Prof. Ignacio Loureiro, Julio Auto, Leite e Oiticica, Costa Leite, Alvaro Rego, Alfredo Rego, Orlando Araujo, Bernardino Ribeiro, Democrito Gracindo, Aloysio Menezes, Barbosa Junior, Afranio Jorge, Socrates Cabral, Guedes Lins, Prof. Moreno Brandão, Cel. Manoel Laurindo Martins Junior, abre-se a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, é approvada sem discussão.

Verifica-se em acto continuo o empossamento do Vice-Presidente, que é saudado, ao approximar-se de sua cadeira, por uma salva de palmas.

O Snr. Vice-Presidente lê um substancioso discurso, findo o qual declara empossadas a mesa administrativa e commissões que tem de reger o Instituto Archeologico durante o anno social de 1916.

Em seguida o Snr. Dr. Costa Leite, Secretario Perpetuo, lê magistral relatorio das occurrencias havidas durante o anno de 1915.

Depois do discurso do Dr. Secretario Perpetuo falla o Dr. Luiz de Mascarenhas, Orador, que faz o necrologio dos socios fallecidos.

Não havendo quem mais peça a palavra, o Snr. 1.º Vice-Presidente, em exercicio, agradece o comparecimento das pessoas extranhas ao Instituto, e entre as quaes notavam-se o Snr. Dr. Baptista Accioly, Governador do Estado; Cel. Paes Pinto, Dr. José Carneiro, Dr. Luiz Oiticica, Bento Valença, Pedro Xavier e Frei Mathias Tewes.

E por nada mais haver a tratar, o Snr. Presidente, interino, suspende a sessão.

Do que para constar, eu, *Francisco Henrique Moreno Brandão*, 2.º Secretario, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 13 DE MARÇO DE 1916

Aos treze dias do mez de Março de 1915, presentes os consocios Drs. Leite e Oiticica, Luiz de Mascarenhas, Costa Leite, Barbosa Junior, Orlando Araujo, Guedes Lins, Guedes de Miranda, Julio Auto, Aloysio Menezes e o Snr. Conego João Machado, o Snr. Presidente em exercicio, Dr. Leite e Oiticica, verificando haver numero legal, abre a sessão.

Não tendo comparecido o 2.º Secretario effectivo, Prof. Moreno Brandão, o Snr. Presidente convida o Dr. Barbosa Junior, como seu 1.º Supplente, para substituil-o.

O Secretario Perpetuo, Dr. Costa Leite, declara não haver expediente.

O Snr. Presidente congratula-se com os socios presentes por terem dado numero para a presente reunião.

Discute-se se as sessões de theses devem ser publicas ou particulares, ficando estabelecido que ellas serão publicas, extraordinarias e especiaes, independentes de convites.

O Dr. Luiz Oiticica, a proposito, propõe-se a iniciar as conferencias com o seu trabalho inédito sobre a Levada, idéa que foi immediata e unanimimente acceita e applaudida, ficando marcado o dia 21 deste mez para a realisação dessa conferencia, em que o seu autor estuda a evolução da nossa Levada, desde 1828 a 1914.

Ainda a respeito dessas theses para as conferencias, achando-se presentes os dois unicos membros da respectiva commissão, Drs. Guedes Lins e Guedes de Miranda, o Snr. Presidente pede que elles se desobriguem dessa incumbencia, escolhendo-se quanto antes os assumptos.

Pelo consocio Conego Machado, thesoureiro da anterior Directoria, foram apresentadas as contas a que é obrigado na forma dos estatutos.

O Snr. Presidente designa o Dr. Orlando Araujo para dar parecer sobre essas contas.

Pelo Dr. Barbosa Junior foi indagado qual o procedimento do Instituto por occasião do infausto passamento de D. Luiz de Britto, Presidente do Instituto Archeologico de Pernambuco e como fosse respondido que nenhuma manifestação de pezar fôra realisada, o Dr. Barbosa Junior propoz fosse inserido na acta um voto de profundo pezar, o que foi unanimimente approvado.

E como nada mais houvesse a tratar, o Snr. Presidente encerra a sessão, do que para constar, eu, *José Barbosa Junior*, 2.º Secretario interino, lavrei a presente acta em que me assigno.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA DE 28 DE MARÇO DE 1916

Presidencia do Dr. Leite e Oiticica

Presentes os Snrs. Drs. Leite e Oiticica, Costa Leite, Aloysio Menezes, Guedes de Miranda, Orlando Araujo, Guedes Lins, Barbosa Junior, Bernardino Ribeiro, Conego Machado de Mello e Prof. Moreno Brandão, abre-se a sessão.

Procede-se a leitura da acta, que é approvada sem discussão.

O Snr. Dr. Secretario Perpetuo lê o expediente que consta do seguinte:

Officio-circular do Snr. Adolpho Abreu Sampaio, Director da Repartição de Estatistica de S. Paulo, accusando o recebimento da *REVISTA* deste Instituto e solicitando a remessa de uma colecção para a Bibliotheca do Estado; Cartão-postal do Dr. José Boiteaux, Secretario Geral da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, accusando a recepção da *REVISTA* do Instituto; Carta-circular do Dr. Paulo de Frontin, Presidente do Club de Engenharia, communicando que, tendo o Club de commemorar o centenario da Independencia, levando a effeito a construcção da carta geographica do Brasil, pede a este Instituto seu valioso concurso, e a remessa de dados e elementos que possam contribuir para a realisação daquelle *desideratum;* Carta-circular do Snr. Bernardino José de Souza, communicando que, sob os

auspicios do Instituto Geographico e Historico e do Governo do Estado, realisar-se-á na cidade de S. Salvador, de 7 a 16 de Setembro do corrente anno, o 5.º Congresso Brasileiro de Geographia; Solicita a adhesão do Instituto, aguardando a devolução do boletim annexo, com a respectiva quota de contribuição; Carta-circular do 1.º Secretario da Associação Commercial do Maranhão, trazendo ao conhecimento do Instituto que, em sessão de assembléa geral, foram empossados os dirigentes daquella associação, eleitos para o corrente anno social de 1916; Carta do Director da Universidade de Missouri, solicitando a remessa dos Ns. 2 e 3 do do vol. 3.º, e Nº. 1 do vol. IV da *REVISTA* do Instituto; Officio-circular do Snr. Annibal Porto, 1.º Secretario da Sociedade Nacional de Agricultura, communicando que em sessão de assembléa geral, foi eleita a Directoria que regerá os destinos da alludida Sociedade no biennio de 1916 e 1917; Relatorio da Directoria de Propaganda da Sociedade de Agricultura Alagoana, apresentado em sessão de assembléa geral em 30 de Julho de 1915; *O bairo S. Francisco,* por Silvio Cravo, offerta do autor; *Bulletim de la Societé Neuclatelvise de Geographie,* tomo XIII-1915; *Publicação official de documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo,* Volume 44; *Centenario da Independencia,* instrucções organisadas de ordem do Presidente do Club de Engenharia, Dr. Paulo de Frontin; *Annuario estatistico de S. Paulo,* 1913, Vols. 1, 2 e 3; *A Lavoura; Revista* do Instituto Historico e Geographico de Sergipe, Fascs. 3 e 4 do II volume, 1914; Retrato do Dr. Augusto Montenegro, offerta do Prof. Orlando Lins; *As Minas de Prata de Roberio Dias,* por Affonso Costa, offerta do autor; *Revista* do Instituto Historico e Geographico de S. Catharina, Volume 3, 1914.

RELATORIOS

Damos a seguir os relatorios apresentados pelo Snr. Secretario Perpetuo, Dr. Luiz de Mascarenhas, referentes de 1923 e 1924.

Relatorio apresentado pelo Dr. Luiz de Mascarenhas, Secretario Perpetuo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, na sessão solemne de 2 de Dezembro de 1923

Debaixo deste nobre tecto, de entre os muros sagrados desta nobre casa, dois nomes queridos circumdam gloriosamente a cadeira, com que a generosidade do affecto de meus companheiros me laureou.

Recordal-os é destacar o relevo de seus serviços, é tel-os eternizados na memoria dos sentimentos affectivos, como amigos que caminham para nós e nos encorajam com autoridades de seus exemplos.

Sejam, portanto, as minhas primeiras palavras na Secretaria Perpetua do INSTITUTO, uma evocação de saudades á memoria destes dois numes tutelares, que hoje, se vivos fossem, celebrariam com os corações em festa, a consolidação da obra, que tão carinhosamente nos legaram, para brilho de seus nomes e honra de Alagoas agradecida.

Ha criações que synthetizam as aspirações e o aperfeiçoamento de um povo.

E, por isto, o INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO representará, para sempre, o monumento indiscutivel que ha de referir aos vindouros, os brazões dos nomes de Dias Cabral e Costa Leite, na heraldica de nossas letras.

Falar do INSTITUTO é realçar-lhes á memoria venerada. E, se, neste momento, parece que a minha palavra se distanciou muito para, num quase secular viveiro de benemeritos, seleccionar o nome de Dias Cabral, é porque a justiça manda que todos nós, façamos delle o padroeiro desta casa, na realização do empreendimento de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, tão carinhosamente conservado pelas mãos de Costa Leite.

Sei que a obra é grande demais para dois artifices apenas e, na realização do milagre, não se fez esperar a collaboração intelligente e patriotica de Araujo Jorge, Roberto Calheiros, José Angelo, Marianno, Muritiba, Manoel Claudino, Adriano Jorge, Joaquim Ignacio Loureiro, Francisco Isidoro, e tantos

outros desapparecidos, e para os quaes o INSTITUTO se conserva em condemnavel moratoria, no tocante ao pagamento desta divida de gratidão e justiça.

Foram destes que recebemos o precioso legado de que hoje tanto nos ufanamos, foram este os grandes operarios da *Casa das Alagoas,* remanso seguro do nosso glorioso passado, para o culto das gerações que nos tem de succeder pelos seculos afóra.

Ararat de nossas venerandas tradicções, aqui se guardam desde 2 de dezembro de 1869, as reliquias de éras mortas, desafiando a clava destruidora do tempo.

O tempo, porém, é impiedoso e não se deixa vencer.

Um dia, esses cincoenta e quatro annos de trabalho, na colheita paciente de velharias preciosas, foram ameaçados pela ruina do predio que nos agasalha.

Era a victoria da destruição sobre a previdencia dos que aqui morejavam; o assalto, friamente calculado, pelas fendas do muramento envelhecido.

A incidia do inimigo provocou então o alvoroço. Ninguem se conformou com a catastrophe imminente.

E de todos, é justo confessal-o — Costa Leite, já comballido pela molestia, sem o vigor dos dias da mocidade, foi que sentiu mais fundo, no coração, a rude alfinetada da terrivel ameaça.

O perigo, porém, não conseguiu o desanimo, e o plano da reconstrucção do predio surgiu, victoriosamente, amparado na vontade e na dedicação de Democrito Gracindo, esta energia previlegiada a serviço de uma intelligencia fascinante, sempre inflamada e fortalecida pelo amor ao trabalho e que não soube recusar ao INSTITUTO, mais este memoravel serviço.

Cumpre-nos registrar tambem que o auxilio efficaz do governo do Exmo. Snr. Dr. José Fernandes de Barros Lima, não se fez retardatario no amparo ao patrimonio historico das Alagoas, no que foi secundado pelo Governo da Republica.

E assim conjugados tão valiosos elementos, ahi estão os feiticeiros rebentos da resurreição.

Das velhas paredes, já em ruinas, a devotada direcção de Democrito Gracindo, fez surgir o edificio que hoje tão confortadamente nos abriga, e onde encontraram parada definitiva e elegante as nossas valiosas alfaias, graças a collaboração dedicada de Orlando Araujo, este grande amigo do INSTITUTO, que soube dar graça e esplendor ás nossas colecções, infelizmente até então ignoradas, sob a poeira dos seculos.

Temos, portanto, uma morada definitiva e digna, que esplende de tradicções venerandas.

Resôe, sem tardança, o aviario com o rumor abençoado do trabalho, em prol da nossa tradicção de cultura e intelligencia.

Despertem os nossos legionarios! e de novo estruja e vibre o hymno de combate pelo prestigio intellectual da terra que afogou os nossos primeiros sonhos!

É preciso que o restante das forças esparsas de nossa intellectualidade se congregue, se toque, se reconheça, para commungar nesta grande aspiração.

Inauguremos, senhores do INSTITUTO, a nova cruzada.

Daqui sahiram os fulgôres da prosa de Dias Cabral e de Ladislau Netto, o brilho da eloquencia de João Gomes Ribeiro, os primôres da erudição historica de Olympio Eusebio de Arroxella Galvão e tantos outros que tiveram como legitimos continuadores Diégues Junior, conego Octavio Costa, José Duarte, Eloy Brandão, Costa Leite, Leite e Oiticica, Virgilio Antonino, Joaquim Diégues, Rodrigo Jorge, Alfredo Rego, Bernardino Ribeiro e esta brilhante mocidade, que é uma formosa via lactea, derramando neste pedaço de céo encantador, que se debruça enamorado sobre as nossas lagôas!

Estremeça de novo a *Casa!* e, em rajadas de intelligencia, reconquiste-se o nosso prestigio entre os esplendores das letras patrias. *Si a velhice é a fraqueza, o enfado, a fadiga, aqui não ha velhos, porque todos respiram força, enlevo e trabalho.*

O tempo já nos vae deixando sobre a cabeça a neve da velhice, porém, ella ainda não nos regelou o coração.

Além da patria material tangivel, temos a patria moral, no expressivo dizer de Affonso Arsino, *formada da historia, da religião, da lingua, das tradicções, dos usos e costumes communs.*

É esta patria moral que nos faz compreender e amar a patria material.

Eis os traços demarcantes da grande cruzada.

Celebremos os feitos memoraveis e as grandezas de nossa historia, indicando ao respeito e á veneração dos contemporaneos, o valor dos nossos antepassados, com os encantos desta lingua, que foi a maior dadiva que recebemos de Portugal, e, depois de Ruy Barbosa, é o mais valioso bem que possuimos.

Proclamemos os beneficios desta religião que nos *tem sempre consolado nas angustias e nas dores, e santificado todos os jubilos e victorias nacionaes, a religião daquelle que ha de ser sempre o evocador dos incomparaveis adeuses, o mestre das consolações inesperadas, o principe dos perdões infinitos.*

Cantemos a poesia de nossas lendas e tradicções, realçando a moral dos nossos costumes, mostrando emfim as belezas desta patria moral para que surja victorioso e inquebrantavel o grande amor ao pedaço de solo, onde estremeceo o nosso berço, e onde desejamos encontrar a immobilidade do nosso tumulo.

Nesta hora de terriveis aprehensões, em que as tenebrosas idéas subversivas e anarchicas, diffundidas por elementos dissolventes e sanguinarios, querem a destruição do Estado, da Familia e da Propriedade, só o culto sagrado da patria poderá crear barreiras á obra do odio, do assasinato e da maldição.

É disto que devemos cuidar com intelligencia e tenacidade, trabalho e coragem, libertos das ambições criminosas, despertando no coração de cada um, palpitante e viva, uma corrente de solidariedade, de crença commum e de enthusiasmo por esta grande patria, cuja alma nos encanta e fascina na graça de suas paisagens, no verde estonteante de suas collinas, na limpidez crystallina de seus regatos, na grandeza maravilhosa de suas cascatas, no encanto sobrenatural de suas mattas virgens, na uberdade deste solo, que não se convulsiona, e, sobre tudo, na placidez serena deste céo formoso, que parece illuminado pela benção de Deus, pairando proctetoramente sobre os nossos destinos.

Patria! Berço que nos alentou as primeiras esperanças, torrão abençoado onde guardamos as cinzas de nossos antepassados, solo onde cahiram as nossas primeiras lagrimas, só te chama utopia quem não tem coração, só não te sabe amar quem te desconhece os encantos, quem te não sente a alma *murmurando-lhe confidencias em forma de recordação do passado e accendendo-lhe no animo as esperanças do porvir.*

Agora, a nénia de nossa saudade á memoria querida dos que se foram, para sempre, cobertos e seguidos de flôres, para se eternizarem na tradicção de nossos valores civicos.

No anno que finda foram Costa Leite e Zacharias Azevedo, os emigrados do nosso convivio, quando ainda vibravamos de dor pela perda de Diégues Junior, e professor Joaquim Loureiro.

Quantas esperanças perdidas! Quantos valores chorados!

De cada um tivemos um nobre exemplo.

Sigamol-os para vêr surgir da sementeira derramada os esplendores da seára farta.

Do professor Loureiro é digno de referir: quando ainda, como um ensinamento, a sua ultima phrase do INSTITUTO.

Era noite chuvosa, e elle, velho tropego, descia, arrimado no braço de Costa Leite, a tenebrosa escada do nosso então edificio.

Acompanhando-os, commentavamos o facto de não ter havido sessão por falta de numero.

— Elle, proclamavamos todos, o veterano da casa, alquebrado pela idade, maguado pela doença, alli estava, emoldurado na treva de semelhante noite, ensinando-nos o cumprimento do dever!

— Chegando ao ultimo degrão, voltou-se para nós tendo a mão apoiada no velho muro, e, como um juramento, disse: *emquanto viver e tiver bond para o Trapiche da Barra, não deixarei de vir ao Instituto.*

Morreu dois dias depois...

Moços do INSTITUTO! A lição memoravel dessa velhice proveitosa, tocada de graça sorridente de vossa fascinante juventude, ha de dar brotos verdes e floridos!

Escutem e acolham o ensinamento, porque felizes são os que na vida sabem cumprir os seus deveres.

Relatorio apresentado pelo Dr. Luiz de Mascarenhas, Secretario Perpetuo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, na sessão solemne de 2 de Dezembro de 1924

Para nós, recordar é cahir de joelhos...

É que neste remanso sagrado alimentamos o amor da Patria, cultuando o Passado. A Historia é a Tradição sendo o Passado, o culto da Historia é o culto da propria Patria.

Sei que HENRI PIÉRON, o notavel professor da Escola de Altos Estudos da França *apresenta-nos o peso das tradições como causa da esterilidade das Nações.*

A Historia, porém, transformada assim em *peso morto* pelo professor de Philosophia, é aquella *que registra factos traductores da imobilidade de um povo, da inactividade de uma raça* e não a Historia que vivifica o Passado para nos ministrar *as lições dos erros e da experiencia, os exemplos de civismo e de virtude e os lindos gestos de abnegação, desinteresse e altruismo para com tudo isso, ser feita a preparação do futuro, adaptando a construcção da patria ás exigencias da vida moderna, melhorando e insistindo em conserval-a tal qual, mas tambem não pretendendo destruir o que está feito para começar uma nova construcção, sem as linhas tradicionaes da sua architectura politica, moral e social.*

Este é o grande valor da Historia, esta é a grande lição do Passado, cujo apostolado exercemos neste Cenaculo.

Não sei porque Alagoas porfia em despreoccupar-se de seu passado.

Parece que as nossas tradicções lhe não tocam ao coração de mãe desamorada. As nossas reliquias não despertam a curiosidade desta mocidade que desabrocha ao sol da vida, aureolada de esperanças e carecedora do incentivo á imitação dos seus maiores, *cujo passado edificante refulge onde quer que palpite um coração de homem esclarecido e justo.*

As nossas datas memoraveis, os clarões de nossos feitos imperecivéis e os dias luminosos de nossas maiores victorias, passem sem despertar a attenção de nossos patricios, embevecida nos lances burlescos das fitas cinematographicas!

Raros são os que toleram uma pagina resoante de vibrações augustas do Passado! A tragedia cruciante de nossa formação historica, os fulgentes relevos de nossas conquistas moraes, o vigor e o colorido dos embates formidaveis onde se formaram as almas diamantinas dos nossos heroes, carece de interesse...

Ora, um povo que desestima o seu passado, desfaz a propria Patria.

E o nosso nos não desdoira para ser assim amortecido pela mais criminosa das indiferenças. Sem querer, no momento, pormenorisar os pontos culminantes de nossa Historia, sem pretender rememorar-vos o cadastro dos feitos grandiosos da Patria commum, já de vós muito conhecidos, como cultores que sois da Historia, seja-me, entretanto, permittido accentuar com ufania, que no opulento thesoiro de nossas tradicções, neste montemór de preciosas alfaias, exigua não é a nossa legitima.

Da Independencia aos campos do Paraguay, da Abolição á Republica, tivemos sempre gestos de nobreza, actos de heroismo, attitudes dignas e honestas, que honram a nossa tradicção de cultura e civismo.

Alagoas foi a alma mater da Democracia Brasileira.

Foi aqui, sob o farfalhar ameno das lendarias palmeiras da encosta oriental da Serra *da Barriga,* que nasceu a Republica, mais tarde transformada em realidade pela energia patriotica de Deodoro da Fonseca, e galhardamente consolidada pelo pulso tantas vezes aureolado de Floriano Peixoto.

E só este facto memoravel bastava para despertar o carinho de nosso enlevo, o respeito de nosso culto ás tradicções da terra *onde nascemos e a que estamos prezos pelas recordações e pelas esperanças, pelos nossos mortos e pelos nossos filhos, pela immobilidade dos tumulos e pelos balanços dos berços.* Despertar, pois, deste somno a alma patricia para que ella tire *da Historia os exemplos e as lições que possam servir na obra do porvir da Humanidade,* é a missão sublime do INSTITUTO.

E obediencia ao preceito de nossos Estatutos, durante o anno que finda, tivemos para cada data historica um orador que a celebrou com brilho e civismo. Iniciou esta patriotica evangelisação um dominador da tribuna, cuja palavra tem irradiações phantasticas que deslumbram e o sagram legitimo herdeiro de nossas glorias oratorias.

Foi DEMOCRITO GRACINDO, o pioneiro desta cruzada, fallando-nos de RUY BARBOSA — o illuminado Padroeiro de nossa cultura, o espirito excelso que se fez homem para evangelisar o Direito e a Liberdade.

E o INSTITUTO, no requinte carinhoso de sua justa homenagem, não esqueceu que para traçar tão extraordinario perfil precisava do mais brilhante de seus oradores e d'ahi o deslumbramento da consagração.

ALFREDO REGO, o apaixonado discipulo de PASTEUR — o estudioso divulgador da grande revelação *a doença é o parasytismo* — deu-nos uma bella pagina sobre as *Influencias Mesologicas* e a *Regeneração do Meio Phisico.*

Seguio-lhe CRAVEIRO COSTA, sobre a *Inconfidencia Mineira,* tratando especialmente de TIRADENTES e com erudição fartamente documentada retificou pontos da narração historica d'aquelle acontecimento, traçando-lhe com firmeza as linhas demarcantes, para emmoldural-o nas suas verdadeiras dimensões.

Treze de Maio foi com brilho rememorado pela palavra finamente lavoreada do Conego ANTONIO VALENTE, que em traços fortes destacou com precisão e carinho a intervenção de Alagoas na campa abolicionista.

Commemorou o *Quatorze de Julho* a formosa oração do Desembargador EUTHIQUIO GAMA, que mostrou com erudição e elegancia a influencia das revoluções no Direito.

BARBOSA JUNIOR, traçou com segurança e elevado civismo os factores de nossa emancipação politica e finalmente as *Reminicencias da Cruzada Republicana* do Dr. ORLANDO ARAUJO, em commemoração a data da proclamação da Republica Brasileira, foram o fecho de ouro com que encerrámos neste anno, a serie brilhante de nossas conferencias.

Eis em traços larços a actividade luminosa e fecunda do INSTITUTO. Foi assim que no deserto de nossa indiferença exteriorisamos o nosso culto á recordação.

E o Passado é uma longa estrada branca que se rasga para o paiz dos sonhos e onde nasce o rio da saudade, cujas aguas estão sempre toldadas de commoventes lembranças!

Palmilhal-a é apertar os élos dessa grande cadeia chamada tradição, que identifica as raças, que dá ao povo uma alma encantadora, visão natal que nos segue de perto a murmurar confidencias que só o coração pode entendel-as.

É preciso, portanto, não perdermos o momento de nos conhecermos: a *Casa das Alagoas* não esqueceu a lição lapidar de Affonso Celso: *augmenta-se a energia nacional, quando se dá ao povo o orgulho de sua Historia.*

Fallo-vos agora d'aquelle que perdemos, dolorosa prece de amarga saudade do companheiro que se foi — JOSÉ AVELINO.

Era um estudioso e um devotado amigo de Alagoas.

Ninguem o excederia, celebrando com mais ardor os encantos da terra amada se não fosse a timidez com que sempre diminuio o proprio merito.

Além disto, JOSÉ AVELINO, cultuando a justiça, apostolando a verdade, santificando o lar, pureza do amor, foi uma proveitosa energia moral na sua actividade quotidiana.

Simples e bom, no vasto movimento da vida elle jamais esqueceu que a verdadeira felicidade *está na doçura do bem, distribuido sem idéa de remuneração.* E a bondade é divina, nem a astucia, nem a ingratidão pode golpear-lhe a *aza que lhes escapa alçando-se nas alturas.*

Consola e pacifica estancando lagrimas, embalando corações doloridos, perdoando, conciliando...

Aqui, no remanso do INSTITUTO, ficamos para continuar a obra dos companheiros que se vão, guardando nesta casa os documentos das éras que passam, para que Alagoas não perca o fio doirado de seu glorioso passado.

São cincoenta e quatro annos de regular funccionamento, mais de meio seculo de trabalho inspirado por sincero empenho de bem servir a Patria.

E assim, nesta longa travessia, sereno ás competições politicas, ás paixões sociaes e economicas e aos odios dissolventes, o INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO, bem merece o respeito dos contemporaneos, afim de robustecer e illuminar este patriotico apostolado de exaltação *aos que nos precederam, aos que lutaram e soffreram para fazer-nos o que somos, legar-nos o que temos, mostrar-nos o que havemos de ser.*

Contam que Homero, já cégo e mendigo, estendera as mãos á terra que lhe serviu de berço pedindo uma pensão para assim poder immortalisar, ao som da lyra, a cidade sacrosanta.

A esmola foi negada, e o grande vate, numa rajada de colera, vingou-se de seus patricios anathematizando-os com esta praga terrivel: *que não nascesse nunca em Cime um poeta que a exaltasse.*

Alagoanos! Não percam nunca o roteiro desta casa-enseada onde veem ter as reliquias de nosso patrimonio moral, e aos céos devemos supplicar, não um, porém milhares de poetas que possam com alma e civismo exaltar as bellezas da Patria muito amada.

SOCIOS DO INSTITUTO

INSTALLADORES

O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano foi installado a 2 de Dezembro de 1869, por iniciativa do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, então presidente da Provincia. Á reunião convocada para a installação do Instituto compareceram 40 pessoas das mais notaveis na capital, mas só acceitaram o encargo e solicitaram seus diplomas os 20 abaixo mencionados, que ficaram considerados socios fundadores, segundo um manuscripto de Manoel Claudino de Arroxellas Jaime, que foi o primeiro segundo secretario, existente no archivo do Instituto.

1 — Conselheiro Dr. *Silverio Fernandes de Araujo Jorge*
2 — Dr. *João Francisco Dias Cabral*
3 — Major *Manoel Claudino de Arroxellas Jaime*
4 — Dr. *Manoel Lourenço da Silveira*
5 — Dr. *Marianno Joaquim da Silva*
6 — Conego *Francisco Peixoto Duarte*
7 — Dr. *Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque*
8 — Dr. *José Antonio de Magalhães Bastos*
9 — Dr. *José Angelo Marcio da Silva*
10 — Commendador *Manoel de Vasconcellos*
11 — *Leandro Ferreira Campos*
12 — Conego *Antonio Procopio da Costa*
13 — Major *Luiz Antonio de Mendonça*
14 — Dr. *Roberto Calheiros de Mello*
15 — Engenheiro *Carlos de Mornay*
16 — Dr. *Olympio Euzebio de Arroxellas Galvão*
17 — Dr. *Possidonio de Carvalho Moreira*
18 — Professor *José Alexandre Passos*
19 — Commendador *Tiburcio Valeriano de Araujo*
20 — *José Francisco Soares.*

BENEMERITOS

1 — Coronel *Americo de Almeida Guimarães*

2 — Dr. *Euclides Vieira Malta*

3 — Senador *Eusebio Francisco de Andrade*

4 — Senador *José Fernandes de Barros Lima*

5 — Dr. *Natalicio Camboim*

6 — *Pedro da Costa Rego.*

HONORARIOS

1 — Dr. *Alexandre José de Mello Moraes*
2 — Commendador *Antonio Joaquim de Mello*
3 — Dr. *Aureliano Candido Tavares Bastos*
4 — Conego *Antonio Procopio da Costa*
5 — *Barão do Rio Branco*
6 — *Barão de Penedo*
7 — *Barão da Villa Bella*
8 — Senador *Candido Mendes de Almeida*
9 — Dr. *Francisco Cavalcante Pontes de Miranda*
10 — Dr. *José Bento da Cunha Figueiredo Junior*
11 — General Dr. *Joaquim José Firmino*
12 — Senador *Visconde de Sinimbú*
13 — Dr. *José Maria Goulart de Andrade*
14 — Dr. *Ladislau de Souza Mello Netto*
15 — Conselheiro Dr. *Ruy Barboza*
16 — Coronel *Pedro Paulino da Fonseca*
17 — Commendador *Tiburcio Valeriano de Araujo*
18 — General Dr. *Candido Marianno da Silva Rondon*
19 — *John Casper Branner*
20 — Conselheiro Dr. *Silverio Fernandes de Araujo Jorge*
21 — Dr. *Hermelindo Accioly de Barros Pimentel*
22 — Dr. *Antonio Cavalcanti de Albuquerque.*

CORRESPONDENTES

(DESDE A FUNDACÇÃO)

1 — Cons. Dr. Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond
2 — Dr. Antonio Moreira Camello
3 — Dr. Antonio Duarte Leite da Silva
4 — Antonio Ignacio de Mesquita Neves
5 — Dr. Antonio Gonçalves de Carvalho
6 — Dr. Antonio Pereira Pinto
7 — Antonio Cypriano de Araujo Silva
8 — Antonio Buarque de Lima
9 — Arestides José Correia
10 — Americo Rapozo
11 — Dr. Ambrozio Cavalcante Lyra
12 — Dr. Americo Firmiano de Moraes
13 — Argemiro Camerino dos Santos
14 — Dr. Alfredo Oiticica
15 — Dr. Alfredo de Brito
16 — Dr. Alberto Castello Branco
17 — Dr. Barnabé Elias da Rosa Calheiros
18 — Dr. Benjamin Franklin da Rocha Vieira
19 — Birilo Leão Saraiva
20 — Almirante Arestides Vieira Mascarenhas
21 — Dr. Bernardino José de Souza
22 — Barão de Traipú
23 — Dr. Cezar Augusto Marques
24 — Dr. Carlos de Souza Silveira
25 — Dr. Belizario Pernambuco
26 — Dr. Delfino Augusto Cavalcante Albuquerque
27 — Domingos de Azevedo
28 — Dr. Carlos Leopoldo Ferreira
29 — Dr. Eduardo José de Moraes
30 — Dr. Emilio de Moraes Dias
31 — Euclides Coelho da Silva
32 — Eduardo Gomes de Araujo
33 — Dr. Flaviano José de Miranda
34 — Conselheiro Dr. Francisco Manoel Rapozo de Almeida
35 — Conego Francisco Rachel Pereira de Brito Menezes
36 — Francisco Rodrigues de Paiva
37 — Dr. Flavio Maroja
38 — Padre Francisco Antonio da Costa Palmeira
39 — Dr. Francisco Antonio Cezario de Azevedo
40 — Dr. Francisco Pedro da Costa Moreira
41 — Commendador Francisco Teixeira de Farias
42 — Francisco Domingues da Silva

43 — Dr. Gentil de Assis Moura
44 — Dr. Guilherme Augusto de Mendonça Brito
45 — Marechal Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo
46 — Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha
47 — Padre Getulio Vespasiano da Silva
48 — Dr. Horacio de Almeida Guimarães
49 — Engenheiro Hugo Wilson
50 — Dr. Helvecio de Andrade
51 — Florentino Telles de Menezes
52 — Alvaro Telles
53 — Padre Durval de Góes
54 — Coronel Euclides Celso
55 — Dr. Alfredo Brandão
56 — Dr. João Fernandes Chaves
57 — Dr. João Francisco Duarte
58 — Major José Domingos Codeceira
59 — Dr. Affonso Augusto Teixeira de Freitas
60 — Padre João Luiz da Silva Reis
61 — General Dr. João Severiano da Fonseca
62 — Joaquim Cavalcante de Albuquerque
63 — Frei José de Santo Ignacio Cavalcante
64 — Padre José de Maia Bello
65 — Dr. José Prospero Jehovah da Silva Caroatá
66 — Dr. José Torquato de Araujo Barros
67 — Coronel José Soares do Rego
68 — Dr. José Marcelino Pereira de Vasconcellos
69 — Dr. João da Rocha Hollanda Cavalcante
70 — Dr. José Pereira do Rego Filho
71 — João Guimarães Lessa
72 — Dr. José Accioly Peixoto
73 — Jeronymo Simões
74 — José Sizinando Avelino Pinho
75 — Padre José Roberto da Silva
76 — Dr. J. L. Ferreira Pinto
77 — Dr. José Boiteaux
78 — Dr. Joaquim Jonas Bezerra Montenegro
79 — Jacintho Francisco de Oliveira
80 — Dr. Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello Cunha
81 — Dr. Lucio Soares de Albuquerque Eustachio
82 — Manoel Caetano de Aguiar Brandão
83 — Dr. Mathias da Costa Barros
84 — Conego Dr. Manoel Raymundo Honorato
85 — Dr. Manoel Fernandes de Araujo Jorge
86 — Manoel Vieira da Fonseca
87 — Marianno Joaquim Cavalcante

88 — Dr. Manoel Messias de Gusmão Lyra
89 — Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo
90 — Manoel Melchisedek de Faria Maia
91 — Dr. Manoel Leite de Moraes Bello
92 — Miguel de Moraes Bello
93 — Dr. Manoel Ramos de Araujo Pereira
94 — Dr. Manoel Anizio de Souza Jobim
95 — Marechal Manoel Deodoro da Fonseca
96 — Manoel Verissimo da Costa Moreira
97 — Professor Nicodemos Moreira de Souza Jobim
98 — Dr. Pedro Antonio da Costa Moreira
99 — Dr. Pedro Tenorio Carneiro de Albuquerque
100 — Pedro Xavier de Almeida
101 — Dr. Pedro Antonio da Costa Palmeira
102 — Marechal Hermes Ernesto da Fonseca
103 — General Barão de Alagoas
104 — Dr. Octavio de Freitas
105 — Dr. Rozendo Cezar de Góes
106 — Dr. Raymundo Nina Rodrigues
107 — Dr. Raymundo Braulio Pires de Lima
108 — José Francisco Taboca Filho
109 — Dr. Sebastião Paraná
110 — Dr. Thomaz Gouveia de Almeida
111 — Dr. Temistocles Soares de Albuquerque Lins
112 — Dr. Theophilo Fernandes dos Santos
113 — Desembargador Rodrigo de Araujo Jorge
114 — Dr. Saturnino Santa Cruz de Oliveira
115 — Conego Dr. Theotonio Ribeiro da Silva
116 — Dr. Virgilio Antonino de Carvalho
117 — Padre Ferreira Meira Lima.

EFFECTIVOS

(FALLECIDOS)

1 — Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes
2 — Dr. João Gomes Ribeiro
3 — Argemiro Candido Pereira da Costa
4 — Professor Domingos Bento da Moeda e Silva
5 — Dr. Jacintho Paes de Mendonça Jaraguá
6 — Manoel de Souza Braga
7 — Dr. Thomaz do Bomfim Espindola
8 — Dr. Luiz Antonio Moreira de Mendonça
9 — Padre Manoel Amancio das Dores Chaves
10 — Ignacio de Barros Accioly
11 — Frederico Nery
12 — Major Feligonio Avelino Jocundino de Araujo
13 — Professor Adriano Augusto de Araujo Jorge
14 — João Evangelista de Araujo Macedo
15 — João Parisio da Silva Maia
16 — Antonio Scipião da Silva Jucá
17 — Manoel Candido da Rocha Andrade
18 — Capitão-tenente Antonio Ximenes de Araujo Pitada
19 — Dr. João Muniz da Silva Coutinho
20 — Dr. Arestides Galvão de Queiroz
21 — Dr. Hermilio Candido da Costa Alves
22 — Benjamim Verçoza Jacobina
23 — Dr. Antonio Joaquim Buarque de Nazareth
24 — Major João Alberto Ribeiro
25 — Claudino Falcão Dias
26 — Commendador Manoel Antonio Supardo
27 — Cypriano José de Barros
28 — Dr. Joaquim Pontes de Miranda
29 — Tenente-coronel Franklin Antonio Costa Ferreira
30 — Dr. José Antonio Ribeiro de Araujo
31 — 1.º Tenente Domingos José de Azevedo
32 — Dr. Matheus Nogueira Brandão
33 — Coronel Americo Netto Firmiano de Moraes
34 — Stanisláo Wanderley
35 — Major Manoel Martins de Miranda
36 — Engenheiro Francisco José Gomes Calaça
37 — Coronel Epaminondas Hypolito Gracindo
38 — Dr. Francisco Francino de Aguiar
39 — Dr. Antonio Martins de Miranda
40 — Hermenegildo Amado da Silva Nonato
41 — Dr. Francisco Izidoro Rodrigues da Costa
42 — Antonio Buarque de Lima

43 — Dr. Pedro Nolasco dos Reis Lima
44 — Dr. Francisco Antonio de Gouveia
45 — Dr. Adolpho Aschoff
46 — Guido Martins Duarte
47 — Francisco das Chagas Muniz
48 — Ildefonso Cantidiano da Silva
49 — Marechal Innocencio Galvão de Queiroz
50 — Dr. Manoel Joaquim dos Santos Patury
51 — Dr. Joaquim Telesphoro Ferreira Lopes Vianna
52 — Luiz Tenorio Cavalcante de Albuquerque
53 — Engenheiro John Edward Wolfe
54 — Dr. Antonio Cavalcante
55 — Dr. José Maria Gonçalves Pereira
56 — Dr. José Alves Pires Tojal
57 — Dr. Matheus de Souza Machado
58 — Dr. José Antonio Duarte
59 — Dr. Affonso José de Mendonça
60 — Joaquim da Silva Costa
61 — Dr. Miguel Soares Palmeira
62 — Dr. Florentino de Barros Abreu e Araujo Jorge
63 — Dr. José de Barros Albuquerque Lins
64 — Senador Dr. João da Silva Rego Mello
65 — Dr. Manoel Antonio Supardo
66 — Professor Joaquim Ignacio Loureiro
67 — Dr. Joaquim Guedes Correia Gondim
68 — Conego João Machado de Mello
69 — Dr. José Antonio Ribeiro de Araujo
70 — Dr. Luiz Joaquim da Costa Leite
71 — Dr. Luiz Monteiro de Amorim Lima
72 — Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues
73 — Dr. Manoel Moreira e Silva
74 — Dr. Miguel Wenceslau de Omena
75 — Dr. Manoel Ribeiro Barreto de Menezes
76 — Dr. Miguel Felicio Bastos da Silva
77 — Octavio Esselin
78 — Conego Octavio Costa
79 — Dr. Pedro Leopoldo da Silveira
80 — Dr. Petronillo Santa Cruz de Oliveira
81 — Dr. Pedro Loureiro
82 — Dr. Pedro de Albuquerque Rodrigues
83 — Padre Pedro Lins de Vasconcellos
84 — Rosalvo Alexandrino de Caldas Ribeiro
85 — Dr. Salvador Pereira da Rosa e Silva
86 — Commendador Tiburcio Alves de Carvalho
87 — Tertuliano Telles de Menezes e Silva

88 — Major Tito Alexandre Ferreira Passos
89 — Tenente-coronel Childerico Cicero da Gama Leite
90 — Dr. Zacharias Azevedo de Araujo
91 — José Avelino da Silva
92 — Ildefonso de Paula Mesquita Cerqueira
93 — Dr. Bernardo Pereira do Carmo Junior
94 — Franklin Antonio da Costa Ferreira
95 — Dr. Manoel José Duarte
96 — Luiz Joaquim da Costa
97 — Manoel Aristheo Goulart de Andrade
98 — Dr. Joaquim José de Araujo
99 — Dr. Luiz Barreto Correia de Menezes
100 — Dr. Euthiquio Carlos de Carvalho Gama.

EFFECTIVOS

(Em 1925)

1 — Dr. Afranio de Araujo Jorge
2 — Dr. Alfredo de Araujo Rego
3 — Dr. Alfredo de Maya
4 — Dr. Alvaro da Silva Rego
5 — Dr. Amphilophio Mello
6 — Conego Antonio Valente
7 — Dr. Antonio Francisco Leite Pindahyba
8 — Dr. Antonio Guedes de Miranda
9 — Dr. Bernardino de Senna Ribeiro
10 — Dr. Democrito Brandão Gracindo
11 — Desembargador Esperidião Tenorio de Albuquerque
12 — Desembargador Euthiquio Carlos de Carvalho Gama
13 — Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica
14 — Professor Francisco Moreno Brandão
15 — Dr. Herminio de Castro Barroca
16 — Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diégues
17 — Dr. Joaquim Goulart de Andrade
18 — João Craveiro Costa
19 — Dr. José Guedes Ribeiro Lins
20 — Dr. José Barbosa Junior
21 — Dr. José de Castro Azevedo
22 — Dr. Julio Auto da Cruz Oliveira
23 — Dr. Luiz de Mascarenhas
24 — Professor Luiz Lavenère
25 — Dr. Manoel de Sampaio Marques
26 — Manoel Laurindo Martins Junior
27 — Dr. Orlando Valeriano de Araujo
28 — Dr. Socrates de Moraes Cabral.

1.ª DIRECTORIA DO INSTITUTO

Presidente: Conselheiro Dr. *Silverio Fernandes de Araujo Jorge*
1.º Vice-Presidente: Dr. *José Angelo Marcio da Silva*
2.º Vice-Presidente: Conego *Francisco Peixoto Duarte*
Secretario Perpetuo: Dr. *João Francisco Dias Cabral*
2.º Secretario: Major *Manoel Claudino de Arroxellas Jaime*
Orador: Dr. *Marianno Joaquim da Silva*
Thesoureiro: Dr. *Manoel Lourenço da Silveira*
Secretrios Adjunctos: *Ildefonso de Paula Mesquita Cerqueira*
Tiburcio Valeriano de Araujo.

DIRECTORIA ACTUAL

Presidente: Dr. *Francisco de Paula Leite e Oiticica*
1.º Vice-Presidente: Dr. *Democrito Brandão Gracindo*
2.º Vice-Presidente: Dr. *Euthiquio Carlos de Carvalho Gama*
Secretario Perpetuo: Dr. *Luiz de Mascarenhas*
2.º Secretario: Dr. *José Barbosa Junior*
Thesoureiro: Dr. *Julio Auto da Cruz Oliveira*
Secretarios Adjunctos: *João Craveiro Costa*
Conego *Antonio Valente.*

NOTAS E DOCUMENTOS

CENTENARIO DO *DIARIO DE PERNAMBUCO*

O Instituto incluiu no rol das suas solemnidades deste anno o 1.º centenario do *Diario de Pernambuco*, incontestavelmente o mais antigo orgão de publicidade da America Latina, precedendo de dois annos ao *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e de tres ao *El Mercurio*, de Valparaiso.

Fundou-o, em 7 de novembro de 1825, Antonino José de Miranda Falcão, simples *diario de annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções e se communicassem ao publico as noticias.* Em 1835, já ampliada a sua utilidade, com outro aspecto material e outra feição jornalistica, o *Diario* passou á propriedade de Pinheiro & Faria e, pouco tempo depois, o adquiriu Manoel Figueirôa de Faria, um dos socios daquella firma

Annunciou-se então folha independente em politica — *não somos pois creaturas, nem parasitas do governo.*

Com o fallecimento de Figueirôa, em 1866, o *Diario* passou aos filhos do velho jornalista e viveu prospero até certo tempo. *Na terceira geração dos Farias é que se tornaram difficeis para o grande orgam as condições de vida.* Foi á leilão. Comprou-o em hasta publica o Conselheiro Rosa e Silva, que o modificou radicalmente, na forma e na essencia, tornando-o um jornal moderno, introduzindo-lhe consideraveis melhoramentos materiaes e collocando á sua redacção as pennas mais amestradas e brilhantes do jornalismo pernambucano.

Depois o Snr. Coronel Carlos Lyra adquiriu a propriedade do jornal e suas officinas, installando-o num palacio, dando-lhe os machinismos mais aperfeiçoados.

O 1.º centenario do *Diario de Pernambuco* foi festejado pelo Instituto como uma ephemeride historica do maior relevo nacional.

A commemoração attrahiu ao Instituto a nossa *elite* intellectual e os elementos mais representativos da nossa sociedade, honrando o Snr. Governador do Estado a festa do Instituto com a sua presença.

E diante de um vasto auditorio, o Snr. Dr. Leite e Oiticica, presidente da *Casa das Alagoas*, leu um trabalho precioso sobre o grande acontecimento jornalistico, social e politico que o dia recordava.

Um dos homens mais eruditos do nosso mundo intellectual, parlamentar notavel que foi, como deputado federal e senador da Republica, trabalhador infatigavel, que resiste impavido e victorioso ao peso dos annos — o trabalho do douto presidente do Instituto foi ouvido com agrado pela selecta companhia que lá se reuniu para festejar o *Diario* e applaudir aquelle nosso eminente conterraneo.

No proximo numero da *REVISTA* daremos o substancioso discurso do Dr. Leite e Oiticica.

DIAS CABRAL

A Dias Cabral deve o Instituto, não somente os seus mais fulgidos momentos de gloria, a sua propria existencia. E não exageramos a affirmativa para enaltecer-lhe os serviços a esta Casa. Basta percorrer as colleções desta *REVISTA* e pesquisar acuradamente as actas dos nossos trabalhos, desde o primeiro dia do Instituto até ao desapparecimento material do eminente consocio.

No Instituto, nas suas colleções, no seu archivo, na sua bibliotheca, na sua *REVISTA*, em tudo que possuimos em archeologia, anthropologia, ethnographia, mineralogia, numismatica, em tudo existe um traço bem vivo, uma recordação indelevel da actividade e do saber do notavel alagoano, benemerito pelos seus prestimos inolvidaveis ao Instituto e tambem benemerito pela sua acção efficiente no seio de associações varias, que floresceram ao tempo de maior esplendor do seu espirito e foram: sociedades litterarias, aggremiações artisticas, centros libertadores dos escravos, gremios propagadores da instrucção e do ensino profissional. A todos os grandes commetimentos de seu tempo, nas tentativas de altruismo collectivo ou nas cruzadas individuaes em que combateu os bons combates, sosinho, na tribuna do Instituto e dos comicios populares e na imprensa, pelas suas idéas, expostas e defendidas com desassombro, isolando-se, por isso, num meio rastejante em que elle foi um ponto luminoso e a expressão perfeita da bondade, da hombridade e do saber, Dias Cabral sempre consagrou o seu pensamento e o seu trabalho com enthusiasmo e desinteresse.

No Instituto, no Lyceu de Artes e Officios, no Asylo das Orphans Desvalidas, nas sociedades abolicionistas, na imprensa, em tudo que fosse utilidade e escapasse á influencia deleteria da politica, a cujas seduções sempre voltou o rosto, para viver como um benedictino, para a sua sciencia, a sua bondade e o seu trabalho, Cabral estava á vanguarda dos luctadores mais impavidos e de maior abnegação.

Recordou-lhe este anno, a 2 de novembro, o Instituto, a vida benemerita e a obra copiosa, se bem que fragmentaria, que nos legou. E fêl-o numa consagração publica, abrindo os seus salões á sociedade maceioense. Barbosa Junior fez-lhe o elogio, um trabalho substancioso e encantador, ouvido religiosamente por um auditorio selecto, como que escolhido a primôr. E durante uma hora de recolhimento espiritual a nobre figura do sabio, do medico, do trabalhador formidavel, do systematisador de idéas, do evangelisador que se singularisou no seu meio e

no seu tempo, pelo arrojo temerario de suas doutrinas e de suas opiniões, perpassou na saudade commovida de duas centenas de alagoanos que estiveram no Instituto para reviver a gloria do patricio illustre.

Na proxima edição da *REVISTA* daremos o formoso trabalho de Barbosa Junior.

CENTENARIO DE D. PEDRO II

A 2 de dezembro o Instituto reuniu-se com solemnidade, abrindo os seus salões á sociedade culta da capital, para uma commovida e patriotica homenagem ao ex-Imperador do Brasil, D. Pedro II.

Havia cem annos, naquelle dia, que na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, nascera D. Pedro, segundo varão das primeiras nupcias de D. Pedro I, o fundador do Imperio, com a Imperatriz D. Maria Leopoldina, archiduqueza d'Austria.

E porque soube ser um grande Imperador e um grande patriota, maior ainda quando a Republica triumphante o exilou, o Brasil inteiro, a 2 de dezembro, prestava-lhe o culto da sua veneração, numa apotheose de justiça. Alagoas não ficou indifferente a esse preito da nação e o Instituto foi o interprete do povo alagoano.

Em outro lugar desta *REVISTA*, pela penna insigne de Luiz Accioly, dizemos da vida e feitos do egregio Brasileiro. Agora queremos apenas registar, succintamente, aquella hora de justiça, na homenagem do Instituto.

A sessão compareceram os consocios Dr. Leite e Oiticica, Dr. Democrito Gracindo, Dr. Luiz de Mascarenhas, Desembargador Euthiquio Gama, Dr. Socrates Cabral, Dr. Alfredo Rego, Dr. Orlando Araujo, Dr. Barbosa Junior, Dr. Castro Azevedo, Dr. Amphilophio Mello, Craveiro Costa, conego Antonio Valente, Dr. Herminio Barroca, Dr. Guedes de Miranda e Dr. Bernardino Ribeiro.

O Snr. Governador do Estado, com os seus secretarios do Interior e da Fazenda e o seu ajudante de ordens, o Snr. Prefeito da capital, o representante do Snr. Arcebispo Metropolitano, autoridades federaes e estadoaes, civis e militares, destacavam-se dentre a assistencia vasta e selecta.

O Snr. Dr. Leite e Oiticica presidiu a sessão, dizendo, ao abril-a, dos motivos que levavam o Instituto áquelle gesto de veneração e patriotismo, enaltecendo as virtudes do grande Imperador.

Depois assomou á tribuna o nosso confrade Craveiro Costa, préviamente designado para exprimir os sentimentos do Instituto naquella homenagem. E durante uma hora o orador delineou a figura de D. Pedro II, como Imperador e como cidadão, prendendo a attenção da assistencia, que o applaudiu freneticamente.

Noutro lugar inserimos o discurso dessa noite.

DIRECTORIA DO INSTITUTO

A Directoria que tem de reger os negocios deste Instituto no anno de 1926, empossada a 2 de dezembro deste anno, é a seguinte:

PRESIDENTE: Dr. *Francisco de Paula Leite e Oiticica* (reeleito)
1.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Democrito Brandão Gracindo* (reeleito)
2.º VICE-PRESIDENTE: Dr. *Euthiquio de Carvalho Gama* (reeleito)
2.º SECRETARIO: Dr. *José Barbosa Junior*, (reeleito)
1.º SUPPLENTE: *João Craveiro Costa* (reeleito)
2.º SUPPLENTE: Conego *Antonio Valente*
THESOUREIRO: Dr. *Julio Auto da Cruz Oliveira* (reeleito).

COMMISSÃO DE FINANÇAS

Dr. *Alfredo de Araujo Rego*
Dr. *Bernardino Ribeiro*
Dr. *Socrates de Moraes Cabral.*

COMMISSÃO DA *REVISTA*

Dr. *Amphilophio Mello*
João Craveiro Costa
Conego *Antonio Valente.*

AOS ESCRIPTORES ALAGOANOS

O Instituto tem na sua bibliotheca uma secção exclusivamente de trabalhos de alagoanos. Dando um lugar especial, já documentação do valor intellectual de nossos conterraneos, o Instituto presta a mais significativa homenagem que lhe era dado render aos filhos de Alagoas, que contribuiram e contribuem para o engrandecimento das letras patrias.

Essa secção já conta alguma coisa, mas, infelizmente, grande é o numero de conterraneos que não tomaram na devida consideração o appello do Instituto, em circular do Snr. Secretario Perpetuo, Dr. Luiz de Mascarenhas.

Pelo seu orgam de publicidade, esta *REVISTA*, o Instituto, agora, renova o seu appello, no sentido da ampliação daquella secção, de modo que o visitante, a uma simples inspecção, possa ter uma idéa da operosidade mental dos alagoanos que, aqui e fóra daqui, tanto hão concorrido para o fulgor da litteratura nacional.

O PATRIMONIO HISTORICO DAS ALAGOAS

A todos os Prefeitos Municipaes, Juizes de Direito, Juizes Municipaes, Promotores Publicos, Professores, Vigarios, o Snr. Secretario Perpetuo dirigiu a circular seguinte:

«O Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, confiando nos sentimentos patrioticos de V. Exc., vem solicitar a sua valiosa contribuição em pról da finalidade desta benemerita Instituição:—*A guarda de nosso patrimonio historico.*

Para o desempenho de tão elevado fim é necessario que se recolham carinhosamente á *Casa das Alagoas* as reliquias sagradas de nosso passado, para que os vindouros encontrem aqui os testemunhos incorruptiveis de nossas gloriosas tradições.

Não se justifica, certamente, que o desprezo a esses valiosos elementos de reconstrucção de nosso passado, traga para Alagoas de amanhã a triste situação de desconhecer os homens e os factos que illustraram as paginas de sua historia.

O Instituto, portanto, espera que V. Exc. concorrerá para o engrandecimento de suas collecções, não só remmettendo-lhe documentos historicos, como qualquer objecto que perpetue a lembrança de um facto memoravel, tenha uma significação artistica ou documente uma tradição.

Certo de que V. Exc. não esquecerá este pedido, subscrevo-me com elevada estima e subida consideração.»

Infelizmente, o appello do Instituto não encontrou o acolhimento que esperavamos, por parte dos cidadãos a quem foi endereçado.

Contrariamente, succedeu em Pernambuco: todo o Estado, a um appello semelhante do Instituto Historico e Geographico de Pernambuco, enviou á douta associação o que havia esparso pelos municipios, nos archivos municipaes, nos cartorios, nos archivos ecclesiasticos, em poder de particulares, documentos importantes e curiosidades de valor inestimavel.

Em Alagoas acolheu-nos a indifferença. Muitos documentos do nosso passado perderam-se, em Alagôas, em Santa Luzia, em Porto Calvo, em Camaragibe, em S. Miguel, em Porto de Pedras, em Penedo. A ignorancia fez desapparecer uns, e a indifferença consentiu que outros fossem enriquecer archivos de outros Estados. Mas alguma coisa deve ainda existir. E é no sentido de salvar o que existe que o Instituto renova o seu appello a todos os homens de intelligencia e boa vontade de nossa terra.

Os museus mexicanos

Quando da commemoração do 1.º centenario da Independencia do Brasil, o Mexico publicou uma obra notavel de propaganda de seus immensos recursos naturaes. Della uma noticia ampla de seus magnificos museus, dos melhores da America, pelo valor de suas collecções, pela sua organisação scientifica e pelo numero desses estabelecimentos, nos quaes conserva as suas tradições historicas e colleciona cuidadosamente todas as suas riquezas.

Interessa resumir essa noticia.

De todos, o mais importante é o *Museu de Archeologia, Historia e Ethnographia*, no Districto Federal, cuja fundação data do dominio hespanhol. Comprehende as seguintes secções: Anthropologia, Archeologia, Historia, Ethnographia aborigene e Ethnographia colonial e moderna, alem de departamentos auxiliares de Publicações, Photographias e Moldagens.

Recolhe esse museu preciosidades incomparaveis. No salão de monolithos estão: o Calendario Azteca, a Pedra de Tizoc, o *tableso* da Cruz de Palenque. No salão dos Codices guarda a escriptura hieroglyphica aborigene.

O departamento de Ethnographia colonial e moderna composto de nove salas, exhibe armas, marfins, porcelanas, cristalaria e esplendida collecção de leques, sellos, relogios e esmalte.

Fosseis, mumias, varios exemplares teratologicos e os crancos anonymos da collecção de osteologia figuram na secção de Anthropologia.

O departamento de Historia comprehende 1300 objectos dos diversos periodos historicos do Mexico; um monedario com 18000 moedas de ouro, prata e cobre; uma collecção postal; os retratos, a oleo, dos vice-reis da Nova Hespanha; as reliquias de Hidalgo, de Merelos, de Matamoros e de Leona Vicario; as bandeiras tomadas aos americanos em 1847, autographos, etc.

Na bibliotheca guardam-se 14000 volumes, impressos raros e uma secção de manuscriptos.

Os objectos existentes estão avaliados em $6.079.707.58. O valor do edificio é de $966.125.00.

Museu Nacional de Historia Nacional, o segundo, em importancia, do paiz. Contem 100000 exemplares, sendo celebres as suas collecções de enthomologia, fauna marinha, regatos, aves, mineraes e fosseis. Diariamente esse museu é visitado por mais de mil pessoas.

Museu Commercial, fundado em 1910, na capital mexicana, com o objectivo de dar ao *touriste* uma idéa rapida e completa do que é o Mexico como paiz industrial e quaes as suas fabulosas riquezas.

Museu Geologico, com mais de 5000 exemplares devidamente classificados, alem de 3000 de procedencia estrangeira. Collecções preciosas de materiaes de construcção, de fosseis, de rochas classificadas e catalogadas, carvão do paiz, meteóritos, etc.

Museu de Bellas Artes, com galerias de pintura, esculptura, debuxo, etc.; sobresahindo a de pintura, que comprehende a arte colonial, arte europea e arte mexicana.

Museu de Churuburso, com collecções de pintura da escola mexicana e esculpturas da melhor epoca da ceramica de Puebla.

Museu de Archeologia de Teotihuacàn, proximo ás famosas Pyramides do Sol e da Lua, monumentos grandiosos da civilisação dos antigos mexicanos, que se levantam a 3 kilometros ao noroeste da povoação de San Juan Teotihuacàn.

Museu de Jabico, conserva uma preciosa collecção de 2000 peças pertencentes a collecção Alcázar. Possue, em pintura, obras de artistas nacionaes, alem de varias collecções de objectos de marfim, prata, bronze, bordados, lacas, moveis; um departamento de historia patria; uma collecção de Historia Natural, varias copias e originaes archeologicos, peças de mineralogia e numismatica, secções de cartographia e bibliotheca.

Museu de Michoacan, na cidade de Marelia, Estado de Michoacan, occupa-se de archeologia, historia o ethnographia mexicanas. Em Botanica, possue 3557 exemplares; em Palcontologia, 204; em Anthropologia, 20; em Archeologia, 2244; em Ethnologia, 270; em Historia, 1273.

Museu Historico de Queretaro, fundado depois do fusilamento de Maximiliano da Austria, e se compõe de objectos da epoca desse imperador.

Ainda ha museus nos Estados de Quanaguato, Aaxaca, Zacatecas, Yucatón, Caahuila e Merelis.

OSSOS FOSSEIS, no Brasil

O professor Oliver C. Farrington, chefe da secção de geologia do Museu de Historia Natural de Chicago, já dirigiu duas expedições scientificas ao Brasil, sob os auspicios da *Marshall Field Geological Expedition.*

A segunda expedição do notavel scientista, que data de 1924, celebrisou-se pela descoberta de um deposito de ossos em estado fossil, na cidade de Mulungú, no Estado da Bahia.

Trata-se de animaes pre-historicos, que deviam ter existido em abundancia tal que os naturaes faziam trincheiras com esses ossos.

Em sua communicação á *United Press* o Dr. Farrington diz:

Esses fosseis encontram-se aqui em grande quantidade, em redor dos poços ou em pontos onde ha agua, o que indica que os animaes pre-historicos evidentemente reccorriam aos poços, em procura de agua, ha muitos milhares de annos.

O animal cujos ossos foram encontrados parece ter tido a estructura de uma preguiça gigantesca, ou de um Megatherium, *ou da mesma especie, muitas vezes maior que a preguiça dos nossos dias. Nesta região esse animal deve ter abundado.*

Ao *Field Museum,* de Chicago, o Dr. Farrington enviou diversos especimens e informes e o craneo do animal que mede 18 pollegadas, accrescentando estar tambem em seu poder um pelvis completo e intacto, de dois pés de largura, que em seu estado actual de petrifecção pesa para mais de cento e cincoenta libras.

AS FLORESTAS DE ALAGOAS

O QUE ELLAS FORAM E COMO SE EXTINGUIRAM

O Decreto que em seguida transcrevemos diz perfeitamente o que foram as florestas alagoanas e como ellas se extinguiram. Traz a data de 9 de dezembro de 1830, e foi referendado pelo Marquez de Paranaguá:

«Hei por bem sanccionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa sobre a do Conselho Geral da Provincia das Alagoas:

Art. 1.º — Ficam fechados os córtes de madeiras de construcção naval nas matas pertencentes ás freguezias de Nossa Senhora das Brotas de Atalaia e de Santa Luzia do Norte, *pela grande destruição em que se acham as ditas matas*, e pela distancia e difficuldades que se encontram no fabrico e condução das referidas madeiras.

Art. 2.º — Para substituir áquelles córtes fechados, abrir-se-hão novas matas que existem ao sul do rio Subauma, *onde ha, com muita abundancia, madeiras para construcção de qualquer vaso de guerra por maiores que elles sejam*, fazendo-se necessaria a limpeza do dito rio para o embarque das mesmas madeiras, por um e outro lado do dito rio Subauma.

Art. 3.º — Para evitar-se a despeza enorme que a Nação faz com a condução das indicadas madeiras para o embarque no porto de Jaraguá, abrir-se-ha uma levada do fundo do sitio denominado *Mestre Francisco* em direitura ao Pimenta, por onde se podem conduzir facilmente as madeiras das sobreditas matas e embarcarem-se no porto do *Francez*, para onde faz a Nação menos tres partes das despezas, que faz para o de Jaraguá. Palacio do Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de S. M. I. — *Marquez de Paranaguá.*

A CIDADE DAS ALAGOAS

D. Pedro, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que, tendo eu elevado este paiz á alta dignidade de Imperio, como exigia a sua vasta extensão e riqueza; e tendo-me dado as Provincias de que elle se compõe grandes e repetidas provas de amor e fidelidade á minha augusta pesssoa, e de firme adhesão á causa da Liberdade e Independencia deste

Imperio, cada uma segundo os meios que lhe ministram sua população e riqueza; houve por bem, por meu Imperial Decreto de 24 do mez proximo passado, elevar, em memoria e agradecimento de tantos e tão relevantes serviços que mutuamente se tem prestado, concorrendo todos para o fim geral do augmento e prosperidade desta grandiosa Nação, á cathegoria de cidades todas as villas que foram capitaes de Provincias; e sendo a villa das Alagôas capital da provincia do mesmo nome; hei por bem, em conformidade do dito meu Imperial Decreto, que fique erecta em cidade, e que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de *cidade das Alagôas,* e haja todos os fóros e prerogativas das outras cidades deste Imperio, e concorrendo com ellas em todos os actos publicos e gosando os cidadãos e moradores della de todas as distincções, franquezas, privilegios e liberdades de que gozam os cidadãos e moradores das outras cidades, sem differença alguma, porque assim é minha mercê. Pelo que manda, etc. Dada no Rio de Janeiro, aos 8 de março de 1823, 2.º da Independencia e do Imperio. Imperador com rubrica e guarda.

Limites de Palmeira dos Indios com Papacaça

Uma reclamação do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior

Ao Presidente de Pernambuco em 18 de fevereiro de 1870

Do livro primeiro que serve para lançamento do patrimonio da camara municipal da comarca de Garanhuns consta que a 23 de dezembro de 1813, achando-se presente na casa da mesma camara o desembargador Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leitão, ouvidor geral interino e corregedor da comarca, foram por este assignados os limites daquelle termo, na conformidade da carta regia de 10 de Março de 1811, dando-se as seguintes confrontações:

> «Pela parte do nascente pela serra do Mendes; para a parte do norte todas as aguas da ribeira Una, que dividem com as de Ipojuca, termo de Cimbres; para a parte do sul a villa de Atalaia na serra Cavalleiro, subindo pelo riacho Parahyba de uma e outra parte até dividir com a villa de Campos de Anadia na serra do Caranguejo, que desce para a povoação da Palmeira; e pelo mesmo cordão de serra, indo para o poente, até a serra chamada dos Cavallos, ficando Retiro, Kagado, Indú, Barra dos Meninos, serra do Caracol, serra Nova, Barra do Riacho e Tapera por este acima até topar na serra de Santa Maria; e d'ahi virá demarcando com Cimbres até as aguas de Ipojuca.»

Entretanto, desmembrada uma parte do territorio do referido termo para compôr o de Papacaça ou Bom Conselho nessa provincia, e elevado tambem nesta á categoria de villa o arraial da Palmeira dos Indios, frequentes conflictos de jurisdicção se tem suscitado entre as autoridades civis e ecclesiasticas dos novos termos, como fiz ver a V. exc. em officio de 24 de dezembro ultimo, que V. exc. se serviu de responder em 21 do mez seguinte. Já em 1832 o diocesano para pôr termo a esses conflictos, na parte espiritual, entre os parochos das freguezias de Papacaça e Palmeira, estabeleceu para elles uma divisão provisoria; e em 1858, tendo sido qualificado como jurado no primeiro dos mencionados termos o cidadão Simplicio Clavo Coelho da Silva Barros, morador no logar *Cacimbinhas*, entre as serras Cavalleiros e Caranguejo, conseguiu ser eliminado como pertencente ao termo da Palmeira em virtude de recurso que interpoz para essa presidencia; notando-se que eram oppostas entre si as informações ministradas a semelhante respeito pelas

autoridades civis e ecclesiasticas de ambos os termos, e que foram juntas ao dito recurso.

Ainda em 1865 o governador do bispado, que então era o deão dr. Joaquim Francisco de Farias, concedeu que o individuo indicado fosse espiritualmente curado pelo parocho da freguezia da Palmeira emquanto se não definissem definitivamente os limites das duas freguezias.

Accresce que a lei n. 10 de 10 de abril de 1835, desta provincia, elevando á categoria de villa o arraial da Palmeira dos Indios, deu ao respectivo municipio os mesmos limites da freguezia a que pertencia, os quaes foram tambem assignados pela lei n. 209 de 23 de Junho de 1853 que restaurou a predita villa, supprimida pela lei n. 43 de 4 de Maio de 1836.

Fazendo esta exposição a V. Exc., como additamento ao meu citado officio, tenho por fim rogar a V. exc., que se digne de fazer effectivas suas ordens, de que deu-me sciencia no officio em resposta áquelle, para que as autoridades do termo da Palmeira dos Indios não sejam perturbadas na jurisdicção que exercem desde longa data, fundando-se na demarcação do termo de Garanhuns de que acima fallei, até que o poder competente resolva todas as questões suscitadas entre os termos limitrophes das duas provincias, decretando para ellas uma demarcação regular.—(Identico *mutatis mutandis*, ao governador do bispado)

José Bento da Cunha Figueiredo Junior.»

A COSTA DAS ALAGOAS

Segundo a descreveu, em 1631, Joannes de Laet

«Barra Grande é uma grande bahia, onde podem ancorar, sem perigo algum, mil navios. Tem do lado do mar um solido recife, por cima do qual na maré cheia difficilmente passam as ondas. São 3 as entradas, sendo 2 boas para navios que calem mais de 12 pés e a terceira, que é, a que fica mais ao norte, só serve para chalupas e pequenos yachts, que calem apenas 4 ou no maximo 5 pés. As terras do Una e Barra Grande são das melhoras que para pastagens existem nessas costas e têm realmente grande abundancia do gado bovino. Alli tambem cresce e em grande quantidade o melhor tabaco de toda a costa.

Da Barra Grande até Porto Calvo ha somente um oitavo de legua, pois a propria Barra Grande tem uma legua de largura. Da Barra Grande até Porto Calvo podem navegar pequenos yachts, por dentro dos recifes.

Porto Calvo tem uma boa barra com 4 a 5 braças de profundidade na entrada, não havendo que receiar senão os abrolhos. É possivel assim ancorar tanto ao sul por traz do recife, como ao norte, em bom fundo de areia e na profundidade que se quizer, havendo entretanto ao sul maior profundidade. Porto Calvo dista do rio Una tres leguas ao sul sudoeste e tem um bom rio, que é porem raso na entrada, de sorte que só os pequenos barcos podem subir. Os portuguezes levam os navios descarregados (dos quaes retiram as cargas para passar no ponto raso) pelo rio acima e carregam-n'os novamente no porto. O logar produz muito assucar e do melhor. A terra é alta e accidentada, de sorte que é muito facil conhecel-a, e tem 3 entradas, uma para grandes navios e as outras só para chalupas. A que fica mais ao norte chama-se Porto Calvo, a do meio é chamada Barretino e a do sul Porto de Pedras.

De Porto Calvo ao rio Camaragibe são 5 grandes leguas sudoeste quatro ao sul, havendo recifes ao longo da costa em quasi toda essa extensão. As terras desse valle produzem muito assucar, mas o rio é improprio para navios e serve apenas para pequenos yachts que calem 5 ou 6 pés d'agua.

A maior parte do assucar é transportada em pequenas barcas para Porto Calvo e alli é embarcada em navios grandes. No mar, cerca de uma legua para fora da barra, ha um recife por

traz do qual se pode navegar e ancorar a 3 ou 4 braças d'agua. É possivel tambem navegar e ancorar junto ao cabo ao sul do rio a 5 e 6 braças e a 1/4 de legua de terra. Essa terra é na maior parte como a de S. Antonio com a differença de existirem neste ultimo logar alguns montes muito altos, um dos quaes é todo redondo, outro se assemelha a uma sella de montaria e o terceiro é comprido e escarpado.

De Camaragibe ao rio S. Antonio Grande ha 3 leguas de boa navegação. S. Antonio é um bello rio visto de dentro da barra, mas para entrar não se encontra canal, é muito secco, de sorte que na vasante mal se pode entrar com um bote. Ahi costumam, todavia, vir muitos navios que descarregam no porto e seguem vasios para dentro do meio de jangadas que empregam para os levantar.

Dentro da barra os portuguezes têm um fortim com 6 peças, sobre o qual fallaremos depois. A terra de Camaragibe até S. Antonio é plana, sem nenhuma collina. Pode reconhecer-se a barra de S. Antonio pelo monte redondo, já descripto, o qual devem ver ao sul os que tiverem de entrar, não devendo comtudo penetrar navios de 10 ou 12 pés de calado, porque o recife abaixo d'agua está á uma meia legua da costa. De S. Antonio Grande a S. Antonio Merim calcula-se haver duas leguas, mas essa passagem não é propria para navios nem yachts. De S. Antonio Grande ao rio d'Alagôa são quatro leguas.

O rio d'Alagôa é bem navegavel, tendo na entrada 14 a 15 pés d'agua, mas quem pretender entrar deve esperar que o mar esteja tranquillo, porque ha nelle uma barra como no rio Sena, sendo necessario ter cautela. Produzem alli muito bom assucar, mas ruim tabaco. Os habitantes de Alagôa são os mais robustos de toda a costa, fazem-se respeitar, não querem ouvir fallar em policia, exercendo elles mesmos a justiça, e matam os outros a faca, como se fossem cães. Este rio vem de uma lagôa que tem de extensão umas 12 ou 13 leguas. Do rio d'Alagoa ao Porto Francez ha uma legua ao sudoeste da costa.

Porto Francez tem boa barra, parecendo-se na entrada com Pernambuco, com a differença de que alli a entrada é pelo sul, emquanto em Pernambuco é pelo norte, e tambem tem muito mais fundo, pois se encontram no minimo 3, 4 e 5 braças d'agua. É possivel navegar para o norte tanto quanto se quizer. Ahi costumavam vir carregar muitos navios, o que não ousam mais, pela facilidade de serem capturados lá dentro. Do Porto Francez até o rio S. Miguel ha uma legua ao sudoeste ao longo da costa.

São Miguel é um pequeno rio, improprio para navios ou yachts, servindo somente para chalupas ou pequenas barcas. O assucar que alli produzem costumava ser levado para o

Porto Francez para ser embarcado. A costa do rio de S. Francisco até adiante de S. Miguel deve ser evitada por muito inhospita, a tal ponto que um navio grande só se pode ficar a uma legua de distancia da costa.»

LATTITUDES:

Porto Calvo	*9° 14"*
Camaragibe	*9° 32"*
S. Antonio Grande	*9° 40"*
Porto dos Francezes	*9° 54"*
Rio S. Miguel	*10°*

O 1º COLLEGIO ELEITORAL DE MACEIÓ

Officio do Conselheiro do Governo na administração da Provincia das Alagoas, declarando ao Senado da Camara de Maceió que, em virtude do Decreto de 29 de Julho de 1828, fora creado nessa Villa um collegio eleitoral.

«Tenho de communicar a VV. MM. que este Governo em Conselho, tendo consideração a informação de VV. MM. de 12 do corrente, sobre o que representarão muitos Cidadãos, para se crear nessa Villa hum Collegio Eleitoral composto dessa Freguezia, a de Pioca e Norte: houve em virtude do art. 2.º do Decreto e Rezolução de 29 de Julho deste anno de deferir aquella pertenção creando nessa Villa hum Collegio Eleitoral composto das referidas tres Freguezias ácima mencionadas; Ficando todavia livre a Freguezia de Sta. Luzia do Norte juntar-se ahi, ou nesta Capital, como mais lhe convier, 3.º do Cap. 4.º das Instrucções.

Estando por este Governo e Conselho marcado o dia das Eleições q. he a 23 do corrente; assim lhes devo participar pa. sua intelligencia e devida execução na forma do citado Decreto de 29 de Julho. Deos Ge. a VV. MM.

Cidade das Alagôas 14 de 9bro. de 1828.

Miguel Velloso da Silveira Nobrega e Vasconsellos

Snrs. Juiz Prezidte. Vereadores e Procurador do Senado de Camara da Villa de Maceió.»

Acta em que contem os nomes dos cidadãos, que na presente Assemblea Eleitoral obtiverão votos para Eleitores da Parochia.

Aos nove dias do mez de novembro do anno de mil oitocentos e vinte e oito nesta parochia de Nossa Senhora dos Prazeres da Villa de Maceió reunida a Assemblea Eleitoral para proceder-se a Eleição de Parochia perante a Meza composta do Prezidente da Camara desta Villa Antonio Joze de Omena, do Reverendo Parocho Joaquim Joze Domingues da Silva, dos Secretarios o Juiz da Alfandega Francisco Dias Cabral, Commerciante Luiz Antonio Alves Monteiro, e dos Escrutadores o Padre João Luiz

Pereira, e o Almoxarife Joaquim de Amorim Lima, esaminarão as Listas de todos os Cidadãos que vottarão perante ella, e delles se conheceu obterem a pluralidade de vottos para Eleitores de Parochia o Juiz d'Alfandega Francisco Dias Cabral cento e desessete vottos, o Commerciante Feliz da Costa Moraes cento e quatorze, o Almoxarife Joaquim de Amorim Lima oitenta e quatro, o Ten. e Coronel João Pereira Collaço Amado oitenta e dois, o Reverendo Parocho Joaquim Joze Domingues da Silva setenta e oito, o Coronel de Melicias Ignacio Francisco da Fonceca Callaça Galvão setenta e cinco, João Luiz Pereira setenta e hum, o Cp. João da Silva Pinheiro setenta, o Cirurgião Mór de Milicias Miguel Joaquim Joze Ramos sessenta e oito, o Cap. Affonço de Noronha Fortes sessenta e oito, o Ajude. Francisco Elias Pereira sessente e sete, o Padre Joze Tavares de Mendonça Sarmento sessenta, o Padre Francisco do Rego Baldaia cincoenta e nove, o Cap. de Milicias Manoel Ignacio do Rego cincoenta e cinco, o Procurador da Camara Joze Bernardo Pimentel cincoenta e dois, e devendo esta Parochia dar quinze Eleitores são os assima declarados os que obtiverão a maioria de vottos, e por conseguinte são os Eleitores desta Parochia; e para Supplentes no impedimento de algum delles, o Commerciante Francisco Affonço Xisto quarenta e quatro vottos, o Alferes de Milicias Joze Antonio Pereira da Silva quarenta e trez, o Facultativo Antonio Pereira Cardozo quarenta e dois, o Commerciante Luiz Antonio Alves Monteiro quarenta, o que para constar mandou a Meza Lavrar o prezente que assignarão, e lhes servirá de Deploma. Eu *Luiz Antonio Alves Monteiro,* Secretario da Meza a Subcrevi.

Antonio Joze de Omena
Padre *Joaquim Joze Domingues da Silva*
Francisco Dias Cabral
Luiz Antonio Alves Monteiro
Padre *João Luiz Pereira*
Joaquim de Amorim Lima.

AUTOGRAPHOS DO INSTITUTO

Um do Dr. José Tavares Bastos, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente da Provincia de São Paulo, Conselheiro, pae do grande Aureliano Candido Tavares Bastos, como este, natural de Alagoas:

«Em resposta ao officio de VV. Mcês., com data de hoje, agora recebido, cumpre declarar que posto que eu conheça, as graves consequencias e perigos, que decorrerão do actual violento estado de couzas, a continuar elle qualquer momento mais; duvido todavia, e repugno em assumir as redeas d'administração desta Provincia, como Vice-Prezidente della, juramentado e mais proximo, para o que me convidão VV. Mcês., visto que o actual Prezidente Dor. Agostinho da Silva Neves, não se tem declarado impedido, ou fora do exercicio de suas funcções. Deos Guarde a VV. Mcês. Cidade das Alagôas em 29 de Outubro de 1830. Illmos. Senhores Prezidente e Vereadores da Camara desta Cidade.—*José Tavares Bastos.*

Um do Major Manoel Mendes da Fonseca, pae de Deodoro, de Hermes, de Severiano, de João Severiano, e outros Fonsecas notaveis:

Illmos. Senrs.—Depois de agradecer a VV. SS. o muito que mereci sob ser contemplado na proposta de Juiz Municipal do Municipio desta cidade, que VV. SS. endereçarão ao Exmo. Governo Prezidencial; e tendo em consequencia sido eu o nomeado pelo mesmo Governo, e hoje finalmente sido investido com as formalidades da Lei no lugar do mesmo Juisado em virtude do officio de VV. SS. desta data, assim acuso a recepção, e o inteiro cumprimento do citado officio, declarando que, seja qual for a posição em que me achar collocado, sou o mesmo cidadão a prol da ventura do nosso Municipio. Deos Guarde a VV. SS. Cidade das Alagôas 24 de Julho de 1839. Illmos. Senrs. Prezidente e Vereadores da Camara Municipal desta cidade—*Manoel Mendes da Fonseca,* Juiz Municipal.»

Um do Dr. José Candido Pontes Vergueiro, deputado Geral, desembargador da Relação do Maranhão, que acabou tragicamente:

«Illmo. Snr.—Como tem chegado ao meo conhecimento, que a revisão das listas dos Cidadãos, que ão de servir como Jurados no corrente anno no Termo desta Cidade, não se poderá ultimar senão em principio do mez futuro; por isso em additamento ao meo officio, que lhe dirigi em dias do mez p. p. sobre este objecto, lhe communico agora, que tenho marcado o dia 18 de Fevereiro proximo vindouro para a 1.ª Seção do Tribunal dos Jurados desta Cidade pelas nove oras da manhã no lugar que V. S. escolher; pelo que faço esta participação, não só para se aprontar a casa, como para V. S. sobre este objecto proceder na forma da Lei. Deos Guarde a V. S. Cidade das Alagôas (a data está destruida pelas traças) Janeiro de 1839. Illmo. Snr. Major Manoel Mendes da Fonseca, Presidente da Camara Municipal desta Cidade.—*José Candido Pontes Vergueiro,* Juiz de Direito da Comarca.»

Um do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, datado de 1875, agradecendo a sua eleição para socio correspondente deste Instituto:

«Santa Anna do Livramento na Provincia de S. Pedro do Sul 6 de Agosto de 1875. Illmo. Snr.—Possuido da mais viva satisfação communico á V. Sa. para que se digne faser chegar ao conhecimento do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, que muito agradavel me foi a noticia dada em officio datado de 11 de Abril do corrente anno de haver esse Instituto me honrado com o gráo de seu membro correspondente.

Faço votos á Deus, como membro da Associação e como Alagoano, para que ella tenha o progresso que indubitavelmente lhe garante o zelo, a dedicação, a intelligencia e o amor ás sciencias, manifestado por seus illustres fundadores. Deus guarde á V. Sa. Illmo. Snr. Dr. João Francisco Dias Cabral. Secretario Perpetuo do Instituto A. e Geographico Alagoano.

Manoel Deodoro da Fonceca.

ERRATA

Á	pag.	21:	onde se lê	forças, leia-se *forcas*
«		22:	« «	noncepção, leia-se *na concepção*
«		«	« «	Panteada, leia-se *patenteada*
«		31:	« «	arriée pensée, leia-se *arrière pensée*
«		«	« «	acorto, leia-se *acerto*
«		34:	« «	ao acto, leia-se *no acto*
«		«	« «	á nossa consciencia da Patria, leia-se *á nossa consciencia, á consciencia da Patria*
«		35:	« «	conseguindo, leia-se *conseguido*
«		40:	« «	magistrado da á faina, leia-se *magistrado da Republica á faina*
«		46:	« «	nova phrase, leia-se *nova phase*
«		51:	« «	á perfeito testemunho, leia-se *ha perfeito*
«		69:	« «	interno, leia-se *interino*
«		74:	« «	braço, leia-se *baraço*
«		93:	« «	essorando, leia-se *escorando*
«		94:	« «	Certos exageraram leia-se *Certo.*

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 041503316